



OBSERVATÓRIO ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Relatório Anual 2022

OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Uma iniciativa do Center for Responsible Business and Leadership da
CATÓLICA-LISBON com o apoio do BPI - Fundação "la Caixa" e
Fundação Francisco Manuel dos Santos



CATÓLICA-LISBON
CENTER FOR RESPONSIBLE
BUSINESS & LEADERSHIP



**CATÓLICA
LISBON**
BUSINESS & ECONOMICS



BPI



Fundação "la Caixa"



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

O objetivo do Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas empresas portuguesas é monitorizar a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas, através do acompanhamento de um grupo representativo de Grandes e Pequenas e Médias empresas Portuguesas e produzir a publicação de um Relatório Anual com os respetivos resultados. Será também um fórum de debate e divulgação dos ODS, partilhando boas práticas empresariais e inspirando estratégias mais sustentáveis, potenciando assim, o papel fundamental das empresas na criação de um mundo melhor.



Índice

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

2. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 2.1 A ORIGEM DESTES PROJETO E O SEU PROPÓSITO
- 2.2 PARCEIROS DO PROJETO
- 2.3 TEAM E ADVISORY BOARD

3. O PAPEL DAS EMPRESAS COMO AGENTES DINAMIZADORES DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA PERSPETIVA GLOBAL

4. UMA ANÁLISE DE CONTEXTO

- 4.1 O CONTEXTO MUNDIAL E EUROPEU
- 4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM PORTUGAL

5. A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

6. METODOLOGIA

- 6.1 METODOLOGIA DO PROJETO
- 6.2 O BACKGROUND TEÓRICO PARA UMA ANÁLISE LONGITUDINAL

7. A ANÁLISE E RESULTADOS DO ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

- 7.1 ANÁLISE AGREGADA – GRANDES EMPRESAS
- 7.2 ANÁLISE AGREGADA – PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
- 7.3 ANÁLISES DE CLUSTERS - GRANDES EMPRESAS
- 7.4 ANÁLISES DE CLUSTERS - PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

8. BOAS PRÁTICAS

- 8.1 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO DOS ODS NAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS
- 8.2 REPORTE DOS ODS
- 8.3 ESTRUTURAÇÃO DE CASOS PRÁTICOS ASSOCIADOS AOS ODS
- 8.4 COMUNICAÇÃO DE CASOS PRÁTICOS ASSOCIADOS AOS ODS
- 8.5 BOAS PRÁTICAS DE PARCERIAS ENTRE EMPRESAS DO OBSERVATÓRIO

9. CONCLUSÃO

Agradecimentos

O primeiro ano do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas foi alicerçado numa forte colaboração com diferentes pessoas de diversas áreas de conhecimento, com as quais tivemos conversas importantes. Ao longo do processo, estes parceiros confirmaram o caminho de investigação que a equipa foi trilhando, questionando pontos relevantes e, acima de tudo, dando *inputs* fundamentais, que nos levaram a alavancar o nosso conhecimento. A toda esta rede de conhecimento e a cada uma destas pessoas queremos agradecer de forma particular.

Em primeiro lugar, ao nosso *Advisory Board*, constituído por Ana Feijó, do BPI - Fundação “la Caixa”, António Pires de Lima, do BCSD Portugal, Clara Bento, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Gabriel Bernardino, da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Gabriela Figueiredo Dias, do IESBA - *International Ethics Standards Board for Accountants*, Gonçalo Matias, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Isabel Ucha, da Euronext, José Pena do Amaral, do BPI - Fundação “la Caixa”, Margarida Couto, do GRACE - Empresas Responsáveis, Mário Parra da Silva, do *UN Global Compact Network Portugal* e Nuno Gonçalves, do IAPMEI, pelas suas muito pertinentes contribuições para o avanço, rigor e pertinência do estudo aqui apresentado.

Ao Professor Rob van Tulder, Professor de *International Business* na *Rotterdam School of Management, Erasmus University (RSM)* e Diretor do *Resource Partnership Center*, nosso *advisor* académico convidado, pela sua *expertise* partilhada em matéria de ODS e pelos *inputs* fundamentais na elaboração dos questionários e entrevistas realizadas às Grandes e Pequenas e Médias empresas objeto do estudo.

Ao David Xavier, Secretário Geral na Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros (PCM) que,

numa informativa conversa, nos deu uma perspetiva macro e micro dos vários ministérios, tornando clara a implementação dos ODS e dos seus objetivos a curto e longo prazo no Governo Português. Agradecemos também à sua Equipa, incluindo o Sérgio Gomes da Silva, Diretor de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação da PCM, com quem também tivemos oportunidade de partilhar conhecimento relevante.

Ao Nuno Santos, à data da reunião Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e atual *Partner Development Director* da Microsoft, que nos ajudou a abrir portas, quer com os elementos cruciais do Governo Português, quer com a Agência de Coesão, de forma a conseguirmos obter o conhecimento das necessidades portuguesas em matéria de ODS.

Ao Hugo Melo de Paiva e à Glória Sousa, da Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que com a sua vasta experiência, partilharam o contexto e evolução dos trabalhos do Governo Português e do seu alinhamento com a Agenda 2030. Agradecemos a sua partilha de que “o compromisso português é internacional e em relação direta com a ONU” e que tem vindo a ganhar mais força e solidez, sabendo que se mantêm ainda certos desafios políticos de estratégia de implementação”. (Entrevista realizada a 23/11/2021).

À Cristina Ramos, Chefe da Unidade de Contas Satélite e Avaliação da Qualidade das Contas Nacionais do INE - Instituto Nacional de Estatística, e à Ana Simão, Economista no INE, que nos trouxeram uma visão integrada de Portugal no Mundo, o exemplo da recolha de dados e diversas estatísticas muito interessantes, exemplos concretos de *report* de outros países, bem como os desafios que Portugal enfrenta segundo dados concretos.



À Margarida Couto, Sócia da VdA, CEO da Fundação Vasco Vieira de Almeida e Presidente do GRACE em representação da VdA, também membro do *Advisory Board* do CRB, que com uma visão de futuro profundamente atual, nos esclareceu relativamente aos novos pacotes regulatórios, novas diretivas, e legislações com maior impacto nas empresas. O seu contributo fez-nos querer ir mais longe neste estudo e relatório, a fim de combatermos também a falta de *awareness* e literacia dos pacotes legislativos vindos da Europa e que tanto impactam e impactarão as empresas portuguesas.

À Maria Folque, ao Francisco Almeida e à Teresa Coutinho da VdA que, com permanente disponibilidade e empenho, criaram, em parceria com a equipa do Observatório, um elemento que consideramos essencial no relatório: uma compilação da legislação internacional e nacional que toca a temática dos ODS e impacta as empresas portuguesas.

À Anabela Vaz Ribeiro, *Executive Director* do *UN Global Compact Network Portugal*, por nos ter desafiado com as suas questões, partilha de conhecimento e visão sobre as diversas ações do *UN Global Compact*, quer internacionalmente, quer no nosso país.

À Nathalie Ballan, Fundadora da Sair da Casca e *board member* do GRACE, pela conversa sobre os principais desafios de avaliação de impacto e difícil associação entre a contribuição das empresas e o seu real contributo para os ODS. Obrigada pela visão clara e os exemplos concretos.

Ao João Meneses, Secretário Geral da BCSD Portugal, sempre atual e disruptivo, com um sentido crítico transparente e um enorme conhecimento. Tocou diversos pontos essenciais da visão das empresas em relação aos ODS, e palavras - chave como a circularidade na cadeia de valor, que muito nos acrescentaram.

Ao João Mesquita da Plataforma das ONG, agradecemos a visão alargada sobre a cultura de monitorização dos ODS, o seu conhecimento de redes de cooperação, e documentos específicos que muito nos foram úteis.

À Ana Cláudia Coelho, *Partner* da PWC, que de forma muito amável e disponível, partilhou connosco a experiência na realização do estudo sobre “Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS 2017”, e através da sua experiência diária de contacto com empresas, nos deu uma visão de futuro em matéria de sustentabilidade e implementação da Agenda 2030 em Portugal.

Ao Bruno Marques, *Business Consulting Associate Partner* na Deloitte Portugal que, numa interessante conversa, nos falou do panorama geral da sustentabilidade e ODS no setor privado, e de que forma podem ser uma agenda estratégica e diferenciadora, bem como de valorização de negócio por parte dos investidores. Também focou a forte necessidade de *awareness* e esclarecimento sobre estas temáticas no setor privado.

Ao Martim Santos, *Senior Manager, Business Transformation e ESG/Sustainability* na KPMG, que nos deu uma perspetiva integrada e uma visão prática e concreta das formas de ultrapassar os desafios existentes através da comunicação, consolidação e de ferramentas de apoio à análise de materialidade

Ao Carlos Elavai, *Managing Director and Partner* e Luis Sacadura, *Principal*, na BCG, que, com um alinhamento claro com a Agenda 2030, partilharam a experiência e referências nacionais e internacionais muito relevantes e se mostraram muito disponíveis, partilhando estudos da BCG e mostrando muito interesse em alavancar estes temas no nosso país junto do setor empresarial.

À Patricia Antunes, Diretora de Sustentabilidade na Accenture Portugal, que partilhou a sua experiência

de caminho de reflexão da implementação da Agenda 2030 com diversos clientes, as principais barreiras em colocarem os ODS como estratégia da empresa e uma percepção dos mercados e da competitividade e pressão de *stakeholders* existente em matéria de sustentabilidade.

Ao João Soares, *Partner* e Diretor na Bain & Company, que partilhou diversos exemplos práticos e uma visão transversal a nível Europeu e Mundial, no que diz respeito à evolução atual do mundo corporativo no tema da sustentabilidade.

À Rita Seabra e Elisabete Machado, do IAPMEI, pelo apoio fundamental na recolha dos Questionários e Entrevistas feitas às PME e com quem articulamos uma formação sobre os ODS para impulsionar esta Agenda junto das PME.





RELATÓRIO ANUAL 2022

Sumário Executivo

Sumário Executivo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a única agenda universal que apela a uma cooperação dinâmica entre setor público, privado e sociedade civil, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e próspero da humanidade, em harmonia com a natureza. São, neste sentido, uma agenda incontornável para esta Década de Ação, assim anunciada em 2019, pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

Os dados demonstram-nos que, apesar dos progressos desde 2015, com o escalar dos desafios associados à pandemia, à guerra e à crise económica, e com o agudizar da degradação ambiental, muitos destes 17 objetivos da Agenda 2030 sofreram uma estagnação ou mesmo um retrocesso. É, portanto, mais do que nunca, necessária a ação conjunta e o desenvolvimento de parcerias e ações estratégicas por parte de todos os agentes da sociedade, para que a Agenda 2030 progrida e, com ela, a Humanidade auspicie um desenvolvimento verdadeiramente integral e integrado com o planeta.

É, neste sentido, que a *Católica Lisbon School of Business and Economics*, em parceria com a BPI - Fundação “la Caixa” e a Fundação Francisco Manuel dos Santos, lançam o primeiro e ambicioso estudo da implementação dos ODS nas empresas portuguesas. Este estudo abrangente pretende consolidar esforços, diagnosticar ações e promover progresso nesta Agenda, no setor privado português. O setor privado, em especial o setor empresarial, concentra muitos e variados recursos sem os quais não se cumprirá a Agenda de Desenvolvimento Sustentável. É, portanto, premente e urgente a sua ação para que as ambições que temos para 2030 e 2050 se comecem, já hoje, a cumprir e as empresas possam ser apoio firme para as ações do setor público e da sociedade civil.

É responsabilidade da CATÓLICA-LISBON, como Escola de Impacto, contribuir, desde já, para esta Agenda, de forma ambiciosa e em cooperação com

todos os parceiros e participantes neste estudo, bem como com todos aqueles que para este projeto queiram contribuir. Para tal, o presente projeto propõe-se a realizar uma série de estudos e ações que, ao longo dos próximos anos, possam promover a evolução na Agenda 2030 junto do setor empresarial português, em cooperação próxima e com *spillovers* positivos junto do Governo e sociedade portuguesa.

Deste modo, o Observatório dos ODS nas empresas portuguesas propõe-se:

- promover um conhecimento profundo da implementação dos ODS no setor privado;
- recolher boas práticas que impulsionem esta agenda de Portugal para o mundo;
- acelerar a implementação dos ODS nas empresas portuguesas e em Portugal.

Este primeiro relatório do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas apresenta as bases de conhecimento para que todas estas ambições se concretizem. É o primeiro de uma série de ações que a CATÓLICA-LISBON se propõe realizar. Resulta de um trabalho de diagnóstico inicial realizado ao longo dos anos 2021 e 2022 em que, além do estudo do contexto da implementação dos ODS no país, se auscultaram 60 das maiores empresas a atuar na economia portuguesa e 100 Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Encontra-se dividido em 8 Capítulos, ao longo dos quais é apresentada a Agenda 2030 (Capítulo 1), as ambições do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas (Capítulo 2), a importância dos ODS para o setor empresarial (Capítulo 3), o contexto de progresso dos ODS no mundo, em Portugal e no setor privado português (Capítulo 4 e Capítulo 5). A metodologia e *background* teórico do projeto são apresentados no Capítulo 6. A este sucede-se a apresentação dos dados recolhidos e analisados ao longo deste primeiro ano, resultantes da análise de questionários, entrevistas e Relatórios Não Financeiros das empresas em estudo



(Capítulo 7). No Capítulo 8 são apresentadas e explicadas uma série de boas práticas recolhidas junto das empresas em estudo, com o objetivo de dar a conhecer estes casos e de que estes possam servir de inspiração a todas as empresas no progresso da sua agenda da sustentabilidade.

Da análise de dados realizada foi possível concluir que:

- Portugal é um país relativamente avançado no progresso da Agenda 2030, mas tem ainda muitos desafios no cumprimento de alguns objetivos considerados estratégicos para a nossa economia e sociedade.
- As empresas portuguesas têm comportamentos diversificados na sua ambição e atuação na Agenda 2030. As grandes empresas, fruto de exigências legais e de mercado, apresentam um

maior progresso nos ODS que as PMEs, apesar de existirem ainda desafios transversais a todo o setor privado.

- As empresas portuguesas têm uma grande consciência da importância da Agenda do Desenvolvimento Sustentável e, através das suas ações, demonstram compromisso com o seu cumprimento. Daí resultam inúmeras boas práticas que podem alavancar ações conjuntas.

O Observatório dos ODS nas empresas portuguesas é um projeto em construção, pelo que contamos que este primeiro relatório seja a base de uma contribuição alargada para as empresas, ciência e sociedade portuguesas. Esperamos que este trabalho inspire todos os leitores a uma visão mais atenta e uma ação mais efetiva em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



RELATÓRIO ANUAL 2022

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O que são?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são a única agenda global para o desenvolvimento sustentável que reúne o acordo dos setores público, privado e social. Foram acordados em setembro de 2015 pelos 193 estados signatários, na Assembleia Geral das Nações Unidas. São, portanto, a primeira Agenda de governança mundial coordenada e construída num processo legitimado e *multistakeholder*. Os ODS têm, neste sentido, a capacidade de atuar sobre os problemas mais desafiantes da humanidade, impulsionando um esforço conjunto na promoção da prosperidade global. Ao contrário dos seus predecessores (os *Millennium Development Goals* ou, em português, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) a Agenda dos ODS é voltada para o mundo desenvolvido e em desenvolvimento, é mais abrangente em termos de objetivos, cobrindo várias áreas económico-sociais-ambientais e apela à participação de todos os agentes da sociedade.

Os ODS entraram em vigor a 1 de janeiro de 2016 através da resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “**Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**”.

Esta agenda global é composta por **17 objetivos, que se desdobram em 169 metas e 232 indicadores**. Visa promover o desenvolvimento sustentável através de objetivos de erradicação da pobreza e fome (ODS#1 e #2), promoção da saúde e educação (ODS#3 e #4), igualdade de género (ODS#5), acesso à água e condições sanitárias próprias (ODS#6), acesso à energia limpa e segura (ODS#7), promoção do crescimento económico, prosperidade económica e desenvolvimento industrial e tecnológico (ODS#8 e ODS#9), igualdade de oportunidades e equidade (ODS#10), cidades sustentáveis (ODS#11), consumo e produção sustentável (ODS#12), ação climática (ODS#13), proteção dos oceanos e vida marinha (ODS#14), proteção da vida terrestre (ODS#15), paz, segurança e instituições eficazes (ODS#16) e parcerias sólidas para a prosperidade (ODS#17).





O que tem esta agenda de especial?

A Agenda 2030 versa sobre os problemas mais desafiantes da sociedade. É, portanto, uma agenda que toca problemas complexos (aquilo que em inglês se apelida de *wicked problems*). Neste sentido, os problemas endereçados por esta agenda são sistêmicos, sem resolução concreta, com múltiplas origens e conexões, que podem ser navegados, mas nunca resolvidos na sua totalidade e que exigem parcerias para a sua resolução (um exemplo é logo o ODS#1 – Erradicar a pobreza) que nunca poderá ser resolvido sem os esforços conjuntos de diversos intervenientes. Deste modo, a Agenda 2030 é um caminho a ser traçado com participação e parcerias entre todos e só pode ser alcançada com o papel ativo de todos os agentes económicos e sociais. É um conjunto de objetivos concretos, com metas específicas e concretizáveis, e oferece um *roadmap* para a ação e um destino comum. No entanto, o caminho a traçar e a sua governação são híbridos e fruto do diálogo livre entre agentes da sociedade. Ao ser uma agenda voluntária, não tem a força da lei, o que tem vindo a tornar mais desafiante a sua implementação.

Sendo uma agenda que atua sobre problemas sistêmicos, os seus objetivos são também totalmente interligados, e não se podem trabalhar isoladamente, o que pode gerar *spillovers* positivos ou *tradeoffs* negativos entre os diferentes objetivos. Assim, as empresas (e qualquer organização) devem (quando endereçam um objetivo) considerar os efeitos positivos e negativos nesse objetivo e em todos os

outros 17 que podem estar a impactar. Este exercício, chamado de *nexus approach*, é aquele que pode alavancar o poder transformador e sistémico da Agenda 2030.

A Agenda 2030 representa uma mudança face aos conceitos de desenvolvimento sustentável que a precedem. O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela primeira vez como aquele que procura satisfazer as necessidades e as aspirações da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades e aspirações, nos termos do Relatório Brundtland, intitulado “*O Nosso Futuro Comum*” (“Our Common Future”) e publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ONU. Mais tarde foi associado por Elkington ao tríptico «P» (Elkington, 1999) que abarca as componentes económica, social e ambiental (*Planet, People and Profit*). Com o acordo universal que representam os ODS, passamos a uma agenda com 5 prioridades e cinco «P's», acrescentando-se aos anteriores a Paz e as Parcerias. Estas caracterizam, não só a Organização das Nações Unidas (organização promotora), mas também a forma de concretização destes objetivos, que apenas podem ser atingidos por meio de Paz e instituições sólidas e Parcerias, mecanismo de implementação indispensável devido ao caráter complexo e universal da Agenda 2030.



Além destes cinco princípios, o grande mote dos ODS e o seu princípio basilar centra-se na missão de “*não deixar ninguém para trás*”, um compromisso que, após os abalos da Covid-19 sobre os objetivos 2030, pode funcionar como um verdadeiro plano de desenvolvimento mundial. Como é referido no documento “*Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*”: “Estamos determinados a libertar a raça humana da tirania da pobreza e queremos curar e garantir a segurança do nosso planeta. Estamos determinados a tomar ações fortes e transformadoras que são urgentemente necessárias para mudar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. À medida que embarcamos nesta jornada coletiva (que são os ODS), comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás” preâmbulo (2015).

Os ODS e os esforços que traçaremos em torno destes são uma oportunidade única para edificar uma nova sociedade, mudar definitivamente o curso da história

Referências:

Elkington, J. (1999). *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* | Wiley.

e marcar o fim de alguns problemas sistêmicos da humanidade. Temos os recursos, a tecnologia e agentes motivados para esta mudança. Neste sentido, apenas é necessária mais compreensão do desafio em mãos, ações coordenadas e transformar as intenções em ação. É, para tal, importante que as metas e os objetivos dos ODS sejam conhecidos e incorporados em todas as atividades dos diversos agentes envolvidos.

Tal como é possível verificar no capítulo 4.1 deste Relatório, existe ainda um longo caminho a percorrer nesta década para que possamos avançar a Agenda 2030. A pandemia da COVID-19 e a instabilidade política mundial têm vindo a contribuir para atrasos e retrocessos no processo de cumprimento dos ODS. Esta conclusão reitera a necessidade e premência do presente estudo que, como veremos no Capítulo 3, é uma resposta à necessidade de envolver mais o setor privado no cumprimento desta agenda global.



RELATÓRIO ANUAL 2022

Porquê um Observatório dos ODS nas empresas portuguesas?

- 2.1 A origem deste projeto e o seu propósito
- 2.2 Parceiros do Projeto
- 2.3 *Team e Advisory Board*

2.1 A origem deste projeto e o seu propósito

Uma iniciativa do Center for Responsible Business and Leadership da CATÓLICA-LISBON, em colaboração como BPI - Fundação “la Caixa” e a Fundação Francisco Manuel dos Santos



A criação de um **Observatório dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas empresas portuguesas** surge numa altura crucial para a implementação da Agenda 2030 no país e no mundo. Estamos na chamada “Decade of Action”, assim denominada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres - uma década de ação para acelerar o cumprimento dos ODS e atingir as suas metas em 2030. Neste sentido, e tendo em conta o papel fulcral do setor privado no cumprimento desta Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, torna-se premente compreender se, e em que medida, estão as empresas portuguesas efetivamente a adotar os ODS, de forma a identificar potenciais barreiras à ação e oportunidades de melhoria.

Assim sendo, e seguindo este compromisso, a CATÓLICA-LISBON, em parceria com o BPI - Fundação “la Caixa”, lançaram este projeto em setembro de 2021, ao qual se juntou posteriormente a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O Observatório dos ODS nas empresas portuguesas, sendo um projeto totalmente inovador, promete ser um marco no estudo deste tópico em Portugal e no mundo. Este projeto é inspirado no “Observatorio de los ODS”, uma iniciativa do Center for Leadership and Sustainability da Esade Business School, em colaboração com a Fundação “la Caixa”. O referido projeto foi lançado em 2018, com o objetivo de acompanhar a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas por um grupo significativo e representativo de empresas espanholas. No caso presente, o Observatório ODS nas empresas portuguesas prossegue um objetivo semelhante ao do “Observatorio de los ODS”. No entanto, apresenta uma abordagem e metodologia distintas, a saber:

- Propõe o estudo de um **grupo representativo de Grandes e Pequenas e Médias empresas portuguesas**, de forma a poder apurar-se o ponto de situação destas empresas face à implementação dos ODS, considerando as diferentes dimensões que apresentam e os distintos desafios que enfrentam;
- Tem como *output* um **Relatório Anual**,

assente numa análise longitudinal dos dados e num *background* teórico de análise sólido e constante, baseado nas propostas da ciência económica e empresarial. Estes permitirão desenvolver um *follow-up* consistente e uma análise evolutiva das informações recolhidas.

- Desenvolve uma análise profunda de como as empresas portuguesas estão a adotar a agenda dos ODS e identifica oportunidades de melhoria.

O Observatório dos ODS nas empresas portuguesas consubstancia, assim, uma análise aprofundada e nunca antes feita em Portugal de como, e em que medida, os ODS estão a ser implementados pelas empresas portuguesas. Assim sendo, torna visível o ponto de situação atual e permite um estudo dinâmico de como o contributo do setor empresarial nacional evoluirá futuramente.

É, ainda, de realçar a relevância e o valor acrescentado que o presente estudo traz para o desenvolvimento e integração dos ODS nas práticas empresariais, procurando demonstrar que essa integração traz vantagens, transversalmente, a todos os *players* envolvidos, desde logo para as próprias empresas, e à sociedade em geral. Acreditamos que este é um projeto inovador a nível internacional, que no futuro poderá vir a ser replicado noutros países, bem como em diversos enquadramentos institucionais.

Em Portugal o cumprimento da Agenda do Desenvolvimento Sustentável tem vindo a avançar, mas ainda aquém do necessário para o cumprimento dos objetivos definidos na Agenda 2030. Neste sentido é fundamental:

- **Promover o envolvimento do setor privado** no cumprimento desta Agenda, com a perceção clara dos benefícios para todas as partes (empresas, Estado, cidadãos).
- **Compreender de forma mais profunda o contexto português na evolução do cumprimento dos ODS** e qual o papel concreto que as empresas podem desempenhar.
- **Compreender e medir como estão as**

- **empresas portuguesas a incorporar os ODS** nas suas atividades desde as mais periféricas, ao *core* do negócio.
- **Identificar e divulgar boas práticas e mostrar o caminho a percorrer**, em alinhamento com os objetivos prioritários de Portugal e da Organização das Nações Unidas na sua agenda universal.

De acordo com este cenário, o presente estudo tem três objetivos fundamentais:

1. **Promover um conhecimento** claro do envolvimento das empresas portuguesas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
2. **Apresentar e divulgar boas práticas** na implementação dos ODS no *core* do negócio empresarial.
3. **Estimular, junto do tecido empresarial português, o conhecimento dos ODS**, o reconhecimento do contributo essencial das empresas para a Agenda 2030, promovendo a implementação da Agenda do Desenvolvimento Sustentável no setor privado.

Assim, este estudo permite compreender, monitorizar e potenciar a adoção dos ODS pelas empresas portuguesas, com o intuito de alavancar a sua capacidade, eficiência e potencial contributo para a Agenda 2030.

O envolvimento e o contributo das empresas é fundamental para o cumprimento da Agenda do Desenvolvimento Sustentável, sendo incontornável que as empresas se assumam como agentes ativos na resolução dos problemas sociais globais, numa perspetiva que vai muito além da responsabilidade social corporativa. Por outro lado, as empresas também estão mais conscientes de que é esta atitude responsável e ativa que lhes garante licença para operar e vantagem competitiva nos mercados cada vez mais exigentes, servindo clientes cada vez mais conscientes da importância da sustentabilidade.

Face a este contexto, o Observatório pretende ser também um fórum de debate e de divulgação dos ODS,

partilhando boas práticas empresariais e inspirando estratégias mais sustentáveis, potenciando assim o papel fundamental das empresas na criação de um mundo melhor.

Sendo a CATÓLICA-LISBON uma escola de negócios com profundo alinhamento com os princípios da sustentabilidade, cooperação e responsabilidade preconizados por esta Agenda, é nossa motivação contribuir para que as empresas portuguesas reconheçam a oportunidade única que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável oferecem enquanto agenda de atuação em direção aos mercados do futuro e a uma sociedade que se quer mais justa e equilibrada.

Na CATÓLICA-LISBON temos um forte motor deste propósito: o *Center for Responsible Business and Leadership*. Este centro tem como missão trazer o cumprimento da Agenda Global para o mundo dos negócios de forma a impactar positivamente a sociedade.

2.2 Parceiros do Projeto

O Observatório dos ODS nas empresas portuguesas é um projeto coordenado pelo *Center for Responsible Business and Leadership* (CRB) - centro de investigação da *Católica Lisbon School of Business and Economics*.



O *Center for Responsible Business & Leadership* (CRB) é uma iniciativa estratégica na ambição da CATÓLICA-LISBON de ser um catalisador para a criação de impacto, através do desenvolvimento de conhecimento e inovação, a fim de colocar o conceito de Empresa Responsável no centro da estratégia empresarial.

Acreditamos que o trabalho deste projeto deveria ser feito através de uma colaboração sólida, geradora de conhecimento científico, e em estreita conexão com a realidade do tecido empresarial. Deveria ser focado nas necessidades mais prementes da sociedade portuguesa e ser desenvolvido com parceiros alinhados com os valores constituintes da nossa Faculdade e Universidade. Por conseguinte, este projeto foi levado a cabo pela equipa do CRB na CATÓLICA-LISBON, em parceria com o BPI - Fundação "la Caixa" - organização sem fins lucrativos que tem

como principal objetivo o combate às desigualdades e a promoção do bem-estar da sociedade em geral, e, em particular, das comunidades mais desfavorecidas. A Fundação Francisco Manuel dos Santos, totalmente alinhada com estes valores e missão, juntou-se a este projeto em junho de 2022. Os parceiros estão alinhados com os objetivos deste projeto e com a missão da CATÓLICA-LISBON de contribuir, através da educação e conhecimento, para um impacto positivo na sociedade.



A CATÓLICA-LISBON, através do CRB, é o garante da qualidade científica do projeto, execução dos estudos e relatórios necessários para a prossecução dos objetivos do mesmo.

A BPI - Fundação "la Caixa" é um parceiro fundador do Observatório, à qual se junta também a Fundação Francisco Manuel dos Santos como parceiro estratégico deste projeto.

2.3 Team e Advisory Board

Para que a prossecução do projeto seja feita com o mais benéfico resultado para as empresas e sociedade portuguesa, a equipa executiva considerou como essencial o envolvimento de parceiros estratégicos capazes de conferir ao projeto rigor, qualidade e ligação à realidade concreta das empresas. Neste

sentido, foi criado um *Advisory Board* composto por *experts* nacionais e internacionais capazes de aconselhar e guiar a equipa executiva na realização deste trabalho.



O **Advisory Board** é, assim, constituído por parceiros que aportam valor estratégico ao projeto em representação de várias entidades consideradas como centrais para o estudo em questão:



António Pires de Lima - Presidente do BCSD Portugal e Presidente da Comissão Executiva da Brisa.



Ana Feijó - Diretora do BPI - Fundação "la Caixa" em Portugal BPI - Fundação "la Caixa"



Filipa Pires de Almeida - Deputy Director, Center for Responsible Business and Leadership - CATÓLICA-LISBON



Filipe Santos - Dean da CATÓLICA-LISBON



Gabriela Figueiredo Dias - Executive Chair da IESBA - International Ethics Standards Board for Accountants.



Gabriel Bernardino - Presidente da CMVM.



Isabel Ucha - CEO da Euronext Lisbon e Administradora no Conselho de Administração da Euronext N.V.



José Pena do Amaral - consultor da Comissão Executiva e membro da Comissão de Responsabilidade Social BPI - Fundação "la Caixa"



Margarida Couto - Presidente do GRACE em representação da **Vieira de Almeida** e Sócia fundadora da Sociedade **Vieira de Almeida**.



Mário Parra da Silva - Network Representative na UN Global Compact Network Portugal.



Nuno Gonçalves - Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI.



Nuno Moreira da Cruz - Executive Director, Center for Responsible Business and Leadership - CATÓLICA-LISBON

A equipa de investigação tem como Coordenador Científico Filipe Santos, como Coordenador Executivo Nuno Moreira da Cruz e como Gestora de Projeto e Investigadora Principal, Filipa Pires de Almeida. Fazem também parte da equipa Natália Cantarino, Mafalda Sarmento, Marta Sanches e Angela Lucas como investigadoras.



Filipe Santos é Professor de Inovação Social e Dean da CATÓLICA-LISBON. Tem licenciatura em Economia, Mestrado em Gestão e Estratégia, e Doutoramento em Ciências da Gestão e Engenharia pela Universidade de Stanford. O Professor Filipe Santos é co-fundador e presidente do IES-Social Business School e do Laboratório de Investimento Social (Maze-Decoding Impact). É também fundador da iniciativa pública Portugal Inovação Social.



Nuno Moreira da Cruz é Diretor Executivo e co-fundador do CRB, e leciona diferentes cadeiras focadas em negócios responsáveis em vários mestrados e licenciaturas da UCP. Tem licenciatura em Direito, Mestrado em Estudos Europeus, e MBA pelo IE Business School. É co-fundador da ONG "BUS - Bens de Utilidade Social" e Presidente do Conselho de Administração do CADin.



Filipa Pires de Almeida é Deputy Director do CRB na CATÓLICA-LISBON, Professora de formação executiva, e está, atualmente, a desenvolver o seu Doutoramento na Rotterdam School of Management em Estratégia e Sustentabilidade. Tem licenciatura em Economia, Mestrado em Gestão, e completou o curso executivo "Shared Value" na Harvard Business School.



Natália Cantarino faz parte da equipa do CRB como Investigadora. Tem Mestrado em Gestão com foco nas áreas de Estratégia, Sustentabilidade, Inovação Social



e Negócios de Impacto. Tem experiência como empreendedora com foco no desenvolvimento de produtos, *design* e estratégias de alavancagem de negócios.

Mafalda Sarmento faz parte da equipa do CRB como Investigadora. É co-fundadora e parceira da Positive Benefits. Pós-graduada em Estudos de Desenvolvimento pelo ISCTE-IUL, e graduada como Designer pela ESAD. Anteriormente, coordenou a formação do programa de mentores do IES-SBS, co-coordenou o Laboratório de Inovação Social IES-SBS e o Mapa de Inovação Social de Portugal e Moçambique.



Marta Sanches faz parte da equipa do CRB como Investigadora. É licenciada em Gestão e Administração de Empresas na CATÓLICA-LISBON. Tem experiência na área de *Corporate Finance*.



Angela Lucas faz parte da equipa do CRB como Investigadora e Advisor. É licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e mestranda em Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - Escola de Lisboa. Completou o curso executivo "Sustainable Capitalism & ESG" na Universidade de Berkeley Law. Tem experiência como advogada em Direito do Ambiente e Alterações Climáticas, fez um estágio na Direção-Geral de Ambiente da Comissão Europeia e trabalhou como assessora na área governativa do Ambiente e da Ação Climática.



RELATÓRIO ANUAL 2022

O papel das empresas como agentes dinamizadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como referido no Capítulo 1 deste Relatório, o envolvimento ativo dos diferentes agentes e setores no cumprimento da Agenda 2030 é fundamental. No entanto, as empresas, pelo seu poder, dimensão na economia mundial, capacidade de investimento e pelo papel relevante na geração de riqueza, têm um papel privilegiado no contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sabemos que das 100 maiores economias do mundo, 69 são empresas (Oxfam, 2016) e que as empresas representam mais de metade do PIB mundial. O grande poder do investimento financeiro vem também do **setor privado**. Por sua vez, as empresas multinacionais têm um alcance global, tecnologia e capacidade de gerar soluções em larga escala, como nenhum outro agente económico (Sachs & Sachs, 2021). Neste sentido, podemos facilmente concluir que sem o papel ativo das empresas será impossível o cumprimento dos Objetivos 2030 (Van Tulder et al., 2021).

Assim sendo, o papel dos gestores e das agendas estratégicas e operacionais das empresas nos próximos 7 a 8 anos pode determinar o sucesso ou insucesso desta Agenda. Deste sucesso ou insucesso podem resultar numa nova década de progresso e prosperidade ou de destruição do planeta e da equidade social. Por este motivo, é fundamental que as agendas empresariais se alinhem com os ODS, para que o setor privado se torne um contributo positivo, e não negativo para os principais desafios da humanidade.

A investigação nesta área tem vindo a demonstrar que existe um grande alinhamento entre a Agenda dos ODS e a intenção das empresas de contribuir de forma positiva para os seus objetivos (Accenture & UNGC, 2019; PWC, 2019; WBSCD & DNV GL, 2018). No entanto, estas intenções nem sempre resultam em ações concretas (Van Tulder et al., 2021) por diversas razões (algumas das quais serão identificadas no Capítulo 7 deste Relatório, no que se refere ao contexto português). Existe, portanto, um *gap* (ou discrepância) entre a intenção das empresas de

contribuir de forma positiva para os ODS e as ações que realmente concretizam neste sentido.

O trabalho do *Center for Responsible Business and Leadership* nesta temática procura responder a este desafio. Este Observatório dos ODS nas empresas portuguesas, em particular, tem num dos seus objetivos (mencionado no Capítulo 2 deste relatório) a ambição de ajudar as empresas a acelerar esta agenda nas suas estratégias e operações. Este é um trabalho que, em conjunto (CRB e empresas), faremos, e que se seguirá ao diagnóstico apresentado no presente relatório.

Nas palavras de António Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, o papel das empresas é **crucial para se atingirem os ODS e para erradicar a pobreza no mundo**. O problema é que não estamos no caminho certo, nem com muito tempo para o cumprimento destes Objetivos. Além de algumas barreiras à implementação associadas por vezes à linguagem complexa dos ODS, o “cherry picking” dos ODS pelas empresas, a sua não implementação no *core* do negócio empresarial e a prática do “greenwashing” podem estar a atrasar o envolvimento das empresas com a Agenda 2030.

O *cherry picking* acontece quando as empresas escolhem os ODS sem olhar a critérios estratégicos ou materiais e elegem aqueles “que parecem melhor” ou “são mais fáceis de implementar”. Esta prática desalinha os ODS trabalhados pela empresa da sua estratégia e operação. Deste modo, nem o negócio beneficia desta ação, nem a empresa contribui com máxima potencialidade para os ODS a que se propõe. É, portanto, uma opção pouco vantajosa para o negócio e para a Agenda 2030. A prática de *greenwashing* referida, apelidada também de “SDGwashing” ou “Bluewashing”¹ no caso dos ODS, acontece quando a escolha e comprometimento com os ODS é comunicada, mas não praticada pelas empresas.

¹Bluewashing - blue tem origem na cor “azul” da Organização das Nações Unidas.



Estas práticas e barreiras à ação limitam a potencialidade de contribuição do setor privado para a Agenda 2030. No entanto, o desbloqueio destes pontos e a transformação das atuais barreiras à ação em oportunidades de melhoria, poderiam ajudar a mobilizar o financiamento e atuação das empresas no cumprimento definitivo dos ODS. Na verdade, o setor privado, ao contrário do setor público, tem capacidade de financiar o *gap* anual de financiamento dos ODS estimado em cerca de 2,5 trilhões de dólares americanos (Unctad, 2014).

Por outro lado, os ODS representam uma oportunidade de negócio para as empresas estimada num valor superior a 12 trilhões de dólares americanos por ano (BSDC, 2017). Se encarados como uma ferramenta de negócio, o cumprimento destes Objetivos pode tornar-se numa verdadeira vantagem competitiva e fonte de criação de valor. Além disto, são ainda a garantia de uma licença para operar, especialmente numa altura em que, tanto ao nível da União Europeia como de outros enquadramentos jurídicos, há uma clara tendência no sentido de impor às empresas um reporte obrigatório e transparente, alinhado com a Agenda 2030 e as suas exigências, verificando-

se, também, existir uma crescente intransigência com as empresas que não cumprem os critérios de sustentabilidade.

Esta tendência alarga-se a todos os *stakeholders*, desde consumidores, investidores, colaboradores, fornecedores, comunidades envolventes, entre outros, que cada vez mais exigem às empresas que a sustentabilidade seja critério de gestão.

Tendo em atenção estas tendências, adotar estratégias e modelos de negócio alinhados com a sustentabilidade é, portanto, essencial para as empresas. São estas estratégias que garantem licença para operar, acesso a financiamento a preços acessíveis, lucro duradouro e potenciais vantagens competitivas alinhadas com a criação de valor para a sociedade. Os ODS, sendo a única agenda comum a todos os *stakeholders*, garantem um caminho seguro para empresas e para os restantes agentes económicos. São ainda capazes de reverter a lógica dos problemas de desenvolvimento, tornando-os oportunidades e permitindo às empresas atuar ao nível micro e estratégico, mas tendo um impacto macro e de longo prazo (Rygh, 2019).



O trabalho em parceria

O cumprimento dos ODS e da sua ambiciosa agenda apenas poderá ser concluído com sucesso através da atuação conjunta dos diversos *stakeholders*, daí que seja fundamental para as empresas o desenvolvimento de competências para o trabalho em parceria multissetorial. Um recente *Special Issue Journal of Business Ethics* (Nonet et al., 2022) alerta-nos para este ponto, afirmando (em tradução livre) que, “devido à sua interconexão e elevado nível de complexidade, os ODS são descritos como problemas complexos que requerem parcerias intersectoriais, a inclusão das perspetivas dos vários *stakeholders*, e o envolvimento de diferentes parceiros para a criação de mudanças sistémicas” (Nonet et al., 2022, p. 5)

Neste sentido o papel das empresas como agentes de conexão entre os vários *stakeholders* é também central, considerando que as empresas podem colocar o seu poder ao serviço de agendas comuns e coordenadas. Para o mundo empresarial, este trabalho pode ser facilitado pelo facto de as empresas, principalmente as multinacionais, agregarem uma posição geográfica dispersa e abrangente com cadeias de valor e *stakeholders* posicionados em diversas regiões do globo. Quanto às PME, pelo seu peso no tecido empresarial, pela sua capacidade

de atuação e influência local, e por serem a origem (positiva ou negativa) de muitas cadeias de valor, o seu papel é também crucial na atuação *multistakeholder* necessária ao cumprimento dos ODS.

Deste modo, e considerando o papel inegável das empresas na contribuição para o sucesso da Agenda 2030, é absolutamente necessário um maior envolvimento do setor empresarial neste caminho do desenvolvimento sustentável. Para tal, as empresas devem refletir nas barreiras à implementação, procurar estabelecer alianças multissetoriais no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável a que se propõem, e não esquecer que a prosperidade da sociedade é sempre, e em última instância, a sua própria prosperidade.

Nos próximos capítulos tentaremos deixar claro o ponto de situação da implementação dos ODS no mundo e em Portugal (Capítulo 4), e concretamente no tecido empresarial português (Capítulos 5, 7 e 8), bem como traçar o início daquele que esperamos ser um caminho acelerado de implementação da Agenda 2030 nas nossas empresas e no nosso país.



RELATÓRIO ANUAL 2022

Uma análise de contexto

- 4.1. O Contexto mundial e europeu
- 4.2. A implementação dos ODS em Portugal



O Contexto mundial e europeu **4.1**

Estando em curso o ano de 2022, decorreram já quase três anos desde o lançamento da iniciativa “Década da Ação” da ONU, com o objetivo de acelerar o cumprimento daquele que é o único roteiro universal existente para o mundo: a Agenda 2030. A avaliação anual (SDG Index, 2022), divulgada em junho de 2022, acerca da evolução dos ODS, mostra-nos que há um longo caminho a traçar numa altura em que a Década da Ação continua a avançar e estamos apenas a 8 anos do deadline para cumprir a Agenda 2030.

De forma a melhor compreendermos a evolução do cumprimento dos ODS (que evolui de forma favorável, mas ainda não de acordo com a velocidade esperada)

é fundamental compreender o desempenho destes objetivos a nível global e local. Com base neste conhecimento é possível compreender quais as evoluções alcançadas e o caminho que é necessário traçar no futuro. Para tal, foram estudados diferentes relatórios de avaliação de desempenho dos ODS nas diferentes regiões do mundo.

Além do setor privado e dos países (setor público), o papel dos vários atores e agentes da sociedade na prossecução dos ODS é incontornável. Como verificado no Capítulo 3 deste relatório, o contributo específico do mundo corporativo para esta Agenda é essencial, já que as empresas são um dos

principais motores de evolução, prosperidade e desenvolvimento da sociedade. No entanto, para melhor contextualizar o papel do setor privado, neste Capítulo 4 concentrar-nos-emos em explorar o ‘estado de arte’ da prossecução dos ODS a nível mundial, europeu e português, de uma forma mais abrangente, reportando essencialmente dados referentes aos Estados e setor público.

Desta forma, e para obter um conhecimento alargado sobre a implementação dos ODS a nível global, foram considerados alguns dos relatórios que avaliam o desempenho da evolução da Agenda 2030 a nível mundial, a nível agregado de blocos de países em que Portugal se insere (União Europeia, OCDE e grupo de países com rendimentos mais elevados), e a nível nacional.

4.1.1

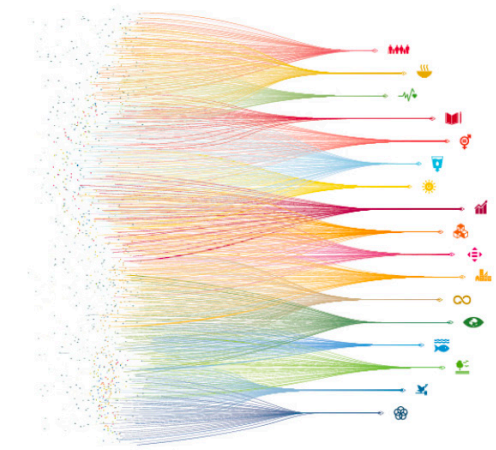
Análise de contexto

Contexto Mundial

Relatório SDG Index – 2022

O Relatório do Desenvolvimento Sustentável (SDG Index, 2022) é publicado anualmente pela [Sustainable Development Solutions Network \(SDSN\)](#) em parceria com a [Bertelsmann Stiftung](#). A SDSN é uma rede que foi lançada sob os auspícios das Nações Unidas e que visa promover a implementação dos ODS através da partilha de informação. É uma aliança que reúne mais de 1600 instituições focadas em gerar conhecimento na área do desenvolvimento sustentável - incluindo centros de investigação e universidades -, espalhadas por 137 países. A [Bertelsmann Stiftung](#) é uma fundação para a promoção de uma sociedade sustentável, que identifica problemas e desafios societais, desenvolvendo modelos e implementando soluções com vista à sua resolução.

Todos os anos estas organizações, em parceria com a Universidade de Cambridge, publicam o Relatório do Desenvolvimento Sustentável (SDG Index, 2022), que avalia o desempenho e o progresso dos diferentes países na implementação da Agenda 2030. Este relatório, apesar de não ser uma estatística oficial da ONU, é reputado e utilizado por vários fóruns que estudam os ODS.



O SDG Index pretende ser uma “fotografia” do ponto de situação da Agenda 2030 – de uma perspetiva global, mas também ao nível dos países e de blocos de países. O relatório é elaborado com base em dados de organizações internacionais como o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a UNICEF (Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância), a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), entre outras. O Relatório tem, também, outras fontes de dados não oficiais, como sejam centros de investigação e organizações da sociedade civil (como, por exemplo, a OXFAM ou os Repórteres Sem Fronteiras).

O [Sustainable Development Report 2022](#) (SDG Index, 2022) identifica os ODS que, para cada país, representam maiores desafios e aqueles em que os países estão melhor posicionados, bem como as tendências de progresso de cada indicador. O

indicador de tendência demonstra, por exemplo, que um ODS pode ainda representar um grande desafio para um país, mas, ainda assim, apresentar melhoria relativamente ao ano anterior.

Se olharmos para a Figura 4.1.1, verificamos os diferentes desempenhos e tendências de grupos de países quanto a cada um dos ODS: (i) países com

baixos rendimentos (*Low-income Countries*), (ii) países com rendimentos médio-baixos (*Lower-middle-income Countries*), (iii) países com rendimentos médios-altos (*Upper-middle-income Countries*), e (iv) países com rendimentos altos (*High-income Countries*) – onde se inclui Portugal –, conforme critérios de agrupamento do [Banco Mundial](#).

Desempenho e tendências de blocos de países

Figure 2.8
2022 SDG dashboards by region and income group (levels and trends)

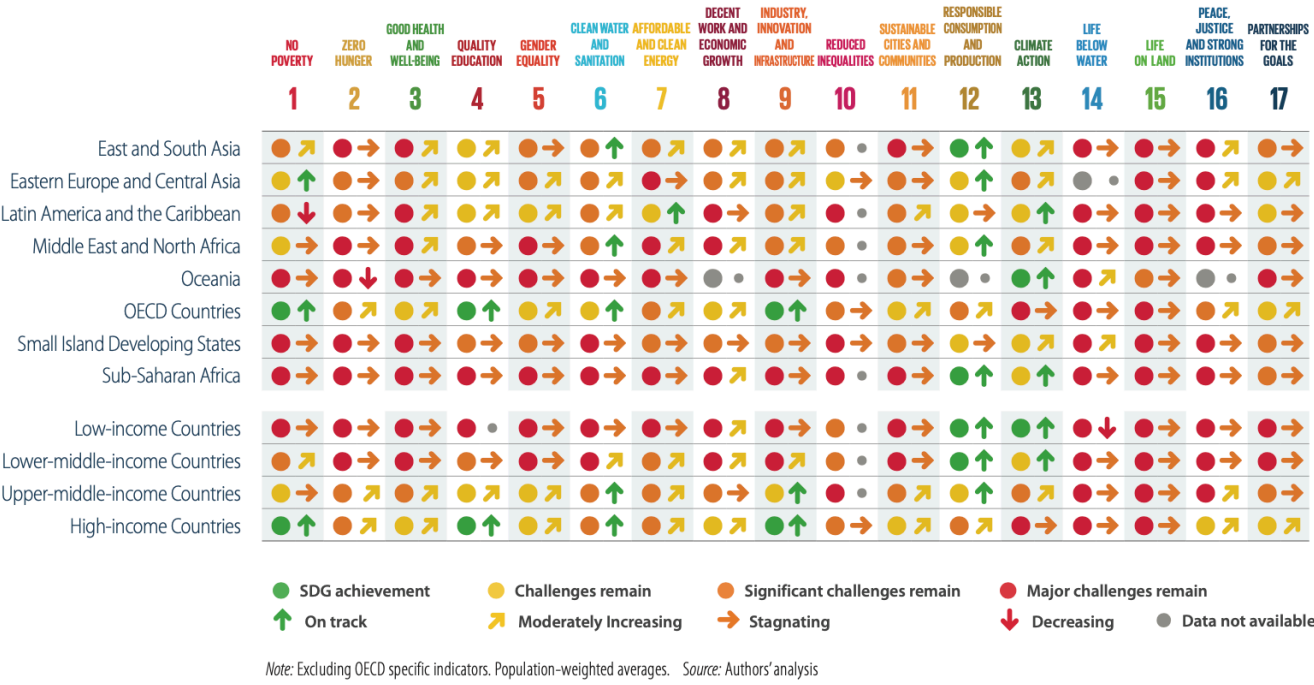


Figura 4.1.1 – Fonte: SDG Index (2022)

Blocos de países: (i) países com baixos rendimentos, (ii) países com rendimentos médio-baixos, (iii) países com rendimentos médio-altos, e (iv) países com rendimentos altos

Notas de leitura:

A marca colorida identifica o estado atual do ODS. em que, a cor vermelha significa que há grandes desafios a serem enfrentados, a cor laranja faz referência à existência de desafios “significativos”, a cor amarela identifica as situações em que há ainda desafios a enfrentar, e a cor verde refere-se a um objetivo que já foi alcançado.

A seta colorida faz referência à tendência verificada na análise dos indicadores, em que, a cor vermelha significa tendência negativa, a cor laranja faz referência a uma tendência de estagnação, a cor amarela reflete uma tendência moderadamente positiva, e a cor verde uma tendência positiva no caminho para o alcance do ODS.

De acordo com o SDG Index (2022), pode então concluir-se que:

- Os países com menores rendimentos apresentam o melhor desempenho e tendência nos ODS#12 e ODS#13, apresentando uma *performance* negativa em praticamente todos os outros ODS;
- Os países com rendimentos mais altos têm a melhor *performance* nos ODS#1, ODS#4 e ODS#9, e os ODS associados a temas ambientais são aqueles onde o caminho a traçar é mais longo: ODS#13, ODS#14 e ODS#15.

De acordo com o SDG Index (2022) conclui-se que no ano de 2022, a nível mundial:

- Não houve progresso na implementação dos ODS pelo segundo ano consecutivo, enquanto que

- antes da pandemia essa implementação estava a evoluir 0,5 pontos percentuais ao ano;
- As múltiplas e simultâneas crises que vivemos (guerras e tensões geopolíticas, tragédias humanitárias, pandemia) desviaram o foco e as prioridades de objetivos de médio-longo prazo – como é o caso dos ODS e dos objetivos do Acordo de Paris – para o curto-prazo. Desta forma, foi atrasada ou impedida, a adoção de planos nacionais e internacionais ambiciosos nestas agendas. Estas realidades reduziram ainda o financiamento disponível para promover o desenvolvimento sustentável. Deste modo, como é possível verificar pela Figura 4.1.2 há uma estagnação na evolução dos ODS a partir do ano de 2019.

Evolução dos ODS desde 2010

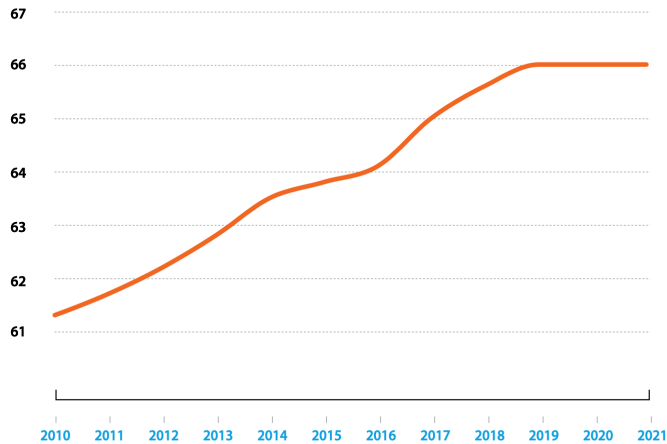


Figura 4.1.2- Evolução dos ODS desde 2010 Fonte: SDG Index (2022)

- A estagnação que se verifica desde 2019 deve-se, sobretudo, a um declínio no progresso nos ODS socioeconómicos – o ODS#1 (Erradicar a Pobreza “Extrema” e o ODS#8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) - foram especialmente impactados por múltiplas crises verificadas durante este período. A quantidade de pessoas que enfrentam a pobreza extrema cresceu significativamente desde 2019, nomeadamente em países com rendimentos mais baixos. As

- pequenas ilhas em vias de desenvolvimento estão particularmente vulneráveis às crises internacionais, em parte por estarem tão dependentes do sistema de comércio internacional e do turismo.
- Outros ODS foram também impactados, incluindo os ODS#2 (Erradicar a Fome), ODS#3 (Saúde de Qualidade) e ODS#4 (Educação de Qualidade), enquanto que as melhorias verificadas nos ODS ambientais durante o confinamento na pandemia

foram rapidamente neutralizadas logo que as restrições foram levantadas (conforme reporte do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas). A recuperação pós-pandémica tem sido inigualitária e permanece muito incerta, tendo os países mais ricos suportado os custos das medidas de emergência e recuperação através de um incremento na dívida, as quais poderão implicar uma fatura pesada para as gerações futuras.

- Adicionalmente os impactos da guerra na Ucrânia no acesso a bens alimentares e no preço da alimentação são amplificados pelo aquecimento global e pela seca que se verifica no sul da Ásia e noutras geografias. É expectável que a guerra contribua significativamente para um abrandamento do crescimento económico em 2022 e nos anos subsequentes. A disrupção nas cadeias de fornecimento de alimentos e o aumento do preço da energia estão já a ter um impacto mundial, vulnerabilizando ainda mais as populações que se encontram em situação já de si muito frágil.
- Acresce que, dado o hiato temporal no reporte de dados, o SDG Index (2022) não reflete ainda o impacto integral da pandemia e de conflitos como o da guerra na Ucrânia nos ODS. Tais circunstâncias podem ter impactos de longo-prazo no desenvolvimento que poderão levar anos até estarem inteiramente refletidos nas estatísticas internacionais, pelo que o acompanhamento da evolução dos ODS no mundo nos próximos anos deve ter este aspeto em conta.
- Apesar do contexto que se vive atualmente, os ODS devem continuar a ser o roteiro de desenvolvimento sustentável da humanidade até 2030.
- É necessário um plano para financiar os ODS, considerando que estes se traduzem fundamentalmente numa agenda de investimento em infraestrutura e em capital humano. Este plano é especialmente relevante se considerarmos que na metade mais pobre do mundo não existe acesso ao mercado de capitais em condições aceitáveis.
- Os esforços e os compromissos de promoção

dos ODS variam significativamente entre os países, incluindo entre países do G20. Assim sendo, é crucial a adoção de objetivos, estratégias e planos ambiciosos e consistentes ao nível nacional para transformar os ODS numa agenda de ação.

A Figura 4.1.3 permite perceber o posicionamento absoluto e relativo dos vários países, distinguindo-os conforme integrem, ou não, o G20. Verificamos que no eixo horizontal se mede o compromisso dos Governos com os ODS e no eixo vertical o SDG Index Score.

Verifica-se a existência de uma grande dispersão entre os países do G20, alguns dos quais se encontram bastante comprometidos com os ODS, mas apresentam ainda um nível relativamente baixo no SDG Index Score – é o caso de países como o México, a Argentina e a Indonésia. Noutros casos o nível de comprometimento é baixo, mas, ainda assim, os países apresentam um SDG Index Score relativamente alto – é o caso dos Estados Unidos da América e da Austrália. De entre os países do G20, a Alemanha é o país mais comprometido com os ODS e o que melhor se posiciona em termos de SDG Index, a Índia, pelo contrário, está no outro extremo, sendo o país do G20 que apresenta valores mais baixos em ambos os critérios, tendo tanto um desempenho baixo no SDG Index Score como um nível baixo de comprometimento com os ODS.

Países como Finlândia, Dinamarca e Suécia estão claramente mais avançados, havendo vários países que, apesar de comprometidos com os ODS, ainda apresentam resultados muito baixos no SDG Index Score - é o caso do Benim e da Nigéria.

Contributo dos diferentes países para os ODS

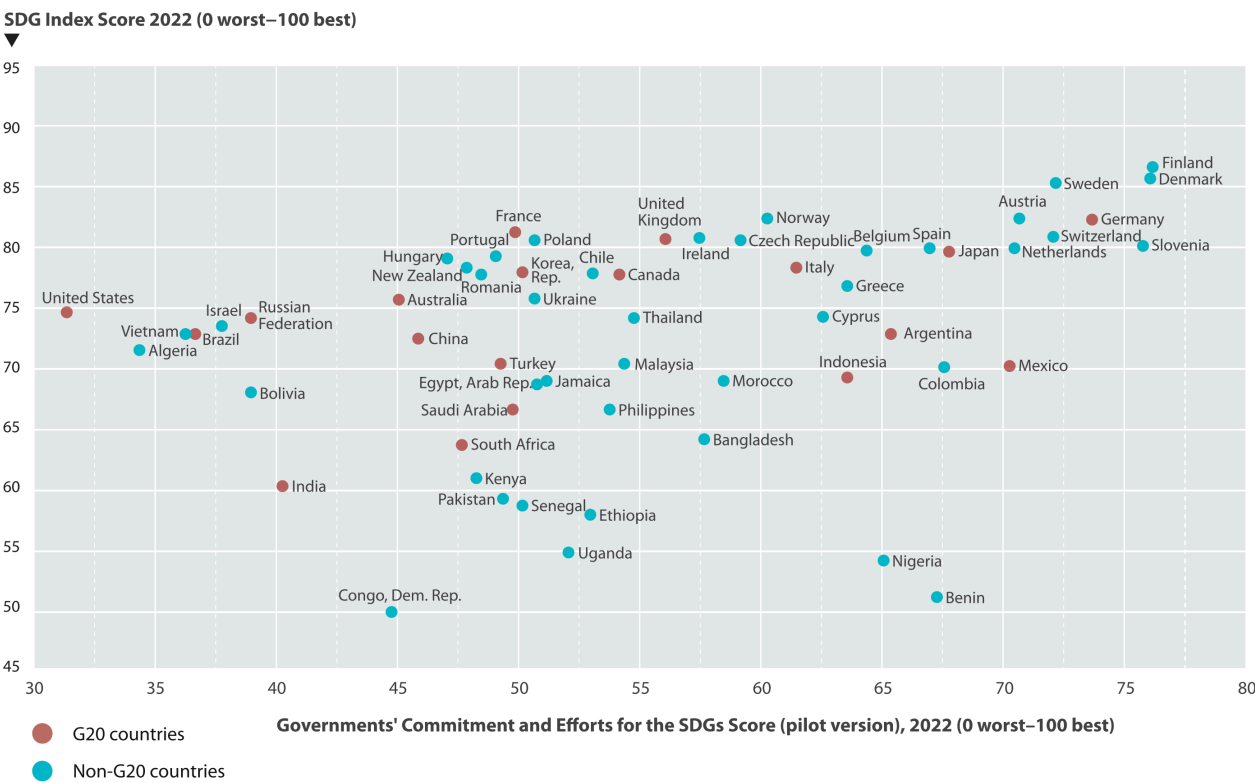


Figura 4.1.3 – Fonte: SDG Index (2022)

Na Figura 4.1.4 abaixo, apresenta-se a lista de países e o respetivo posicionamento relativo nos anos de 2021 e de 2022, de acordo com o SDG Index (2021) e o SDG Index (2022), o que permite fazer uma análise evolutiva da *performance* dos vários países.















Rankings dos países em 2021



Rank	Country	Score
1	Finland	85.9
2	Sweden	85.6
3	Denmark	84.9
4	Germany	82.5
5	Belgium	82.2
6	Austria	82.1
7	Norway	82.0
8	France	81.7
9	Slovenia	81.6
10	Estonia	81.6
11	Netherlands	81.6
12	Czech Republic	81.4
13	Ireland	81.0
14	Croatia	80.4
15	Poland	80.2
16	Switzerland	80.1
17	United Kingdom	80.0
18	Japan	79.8
19	Slovak Republic	79.6
20	Spain	79.5
21	Canada	79.2
22	Latvia	79.2
23	New Zealand	79.1
24	Belarus	78.8
25	Hungary	78.8
26	Italy	78.8
27	Portugal	78.6
28	Korea, Rep.	78.6
29	Iceland	78.2
30	Chile	77.1
31	Lithuania	76.7
32	United States	76.0
33	Malta	75.7
34	Serbia	75.6
35	Australia	75.6
36	Ukraine	75.5
37	Greece	75.4
38	Israel	75.0
39	Romania	75.0
40	Cyprus	74.9
41	Uruguay	74.5
42	Luxembourg	74.2

Rank	Country	Score
43	Thailand	74.2
44	Kyrgyz Republic	74.0
45	Bulgaria	73.8
46	Russian Federation	73.8
47	Bosnia and Herzegovina	73.7
48	Moldova	73.7
49	Cuba	73.7
50	Costa Rica	73.6
51	Vietnam	72.8
52	Argentina	72.8
53	Ecuador	72.5
54	North Macedonia	72.5
55	Azerbaijan	72.4
56	Georgia	72.2
57	China	72.1
58	Armenia	71.8
59	Kazakhstan	71.6
60	Tunisia	71.4
61	Brazil	71.3
62	Fiji	71.2
63	Peru	71.1
64	Albania	71.0
65	Malaysia	70.9
66	Algeria	70.9
67	Dominican Republic	70.8
68	Colombia	70.6
69	Morocco	70.5
70	Turkey	70.4
71	United Arab Emirates	70.2
72	Jordan	70.1
73	Oman	70.1
74	Iran, Islamic Rep.	70.0
75	Bhutan	70.0
76	Singapore	69.9
77	Uzbekistan	69.8
78	Tajikistan	69.8
79	Maldives	69.3
80	Mexico	69.1
81	Jamaica	69.0
82	Egypt, Arab Rep.	68.6
83	Barbados	68.4
84	Brunei Darussalam	68.3

Rankings dos países em 2022

Rank	Country	Score	Rank	Country	Score			Rank	Country	Score	Rank	Country	Score
85	Montenegro	68.2	126	Senegal	58.4			1	Finland	86.5	42	Bulgaria	74.3
86	Cabo Verde	68.1	127	Syrian Arab Republic	58.0			2	Denmark	85.6	43	Cyprus	74.2
87	Sri Lanka	68.1	128	Guyana	57.9			3	Sweden	85.2	44	Thailand	74.1
88	Panama	68.0	129	Pakistan	57.7		4	Norway	82.3	45	Russian Federation	74.1	
89	El Salvador	67.9	130	Rwanda	57.6		5	Austria	82.3	46	Moldova	73.9	
90	Bolivia	67.6	131	Cote d'Ivoire	57.6		6	Germany	82.2	47	Costa Rica	73.8	
91	Suriname	67.0	132	Tanzania	56.4		7	France	81.2	48	Kyrgyz Republic	73.7	
92	Paraguay	66.9	133	Mauritania	55.5		8	Switzerland	80.8	49	Israel	73.5	
93	Lebanon	66.8	134	Cameroon	55.3		9	Ireland	80.7	50	Azerbaijan	73.5	
94	Qatar	66.7	135	Lesotho	54.6		10	Estonia	80.6	51	Georgia	73.4	
95	Mauritius	66.7	136	Ethiopia	54.5		11	United Kingdom	80.6	52	Fiji	72.9	
96	Nepal	66.5	137	Afghanistan	53.9		12	Poland	80.5	53	Brazil	72.8	
97	Indonesia	66.3	138	Djibouti	53.8		13	Czech Republic	80.5	54	Argentina	72.8	
98	Saudi Arabia	66.3	139	Burkina Faso	53.5		14	Latvia	80.3	55	Vietnam	72.8	
99	Nicaragua	66.3	140	Uganda	53.5		15	Slovenia	80.0	56	China	72.4	
100	Bahrain	66.1	141	Zambia	53.4		16	Spain	79.9	57	North Macedonia	72.3	
101	Myanmar	64.9	142	Eswatini	53.3		17	Netherlands	79.9	58	Peru	71.9	
102	Cambodia	64.5	143	Togo	53.2		18	Belgium	79.7	59	Bosnia and Herzegovina	71.7	
103	Philippines	64.5	144	Congo, Rep.	52.9		19	Japan	79.6	60	Singapore	71.7	
104	Belize	64.4	145	Yemen, Rep.	52.9		20	Portugal	79.2	61	Albania	71.6	
105	Iraq	63.8	146	Mali	52.2		21	Hungary	79.0	62	Suriname	71.6	
106	Mongolia	63.8	147	Burundi	51.8		22	Iceland	78.9	63	Ecuador	71.5	
107	South Africa	63.7	148	Sierra Leone	51.7		23	Croatia	78.8	64	Algeria	71.5	
108	Trinidad and Tobago	63.5	149	Malawi	51.4		24	Slovak Republic	78.7	65	Kazakhstan	71.1	
109	Bangladesh	63.5	150	Haiti	51.4		25	Italy	78.3	66	Armenia	71.1	
110	Lao PDR	63.0	151	Papua New Guinea	51.3		26	New Zealand	78.3	67	Maldives	71.0	
111	Gabon	62.8	152	Mozambique	51.1		27	Korea, Rep.	77.9	68	Dominican Republic	70.8	
112	Honduras	62.8	153	Guinea	51.0		28	Chile	77.8	69	Tunisia	70.7	
113	Kuwait	62.5	154	Angola	50.3		29	Canada	77.7	70	Bhutan	70.5	
114	Ghana	62.5	155	Benin	49.9		30	Romania	77.7	71	Turkey	70.4	
115	Botswana	61.9	156	Niger	49.5		31	Uruguay	77.0	72	Malaysia	70.4	
116	Namibia	61.8	157	Sudan	49.5		32	Greece	76.8	73	Barbados	70.3	
117	Turkmenistan	61.1	158	Congo, Dem. Rep.	49.3		33	Malta	76.8	74	Mexico	70.2	
118	Kenya	60.6	159	Madagascar	49.0		34	Belarus	76.0	75	Colombia	70.1	
119	Vanuatu	60.5	160	Nigeria	48.9		35	Serbia	75.9	76	Sri Lanka	70.0	
120	India	60.1	161	Liberia	48.6		36	Luxembourg	75.7	77	Uzbekistan	69.9	
121	Guatemala	59.9	162	Somalia	45.6		37	Ukraine	75.7	78	Tajikistan	69.7	
122	Venezuela, RB	59.3	163	Chad	40.9		38	Australia	75.6	79	El Salvador	69.6	
123	Gambia, The	59.3	164	South Sudan	38.9		39	Lithuania	75.4	80	Jordan	69.4	
124	Sao Tome and Principe	58.8	165	Central African Republic	38.3		40	Cuba	74.7	81	Oman	69.2	
125	Zimbabwe	58.7					41	United States	74.6	82	Indonesia	69.2	

Rank	Country	Score	Rank	Country	Score
83	Jamaica	69.0	124	Rwanda	59.4
84	Morocco	69.0	125	Pakistan	59.3
85	United Arab Emirates	68.8	126	Senegal	58.7
86	Montenegro	68.8	127	Cote d'Ivoire	58.4
87	Egypt, Arab Rep.	68.7	128	Ethiopia	58.0
88	Iran, Islamic Rep.	68.6	129	Syrian Arab Republic	57.4
89	Mauritius	68.4	130	Tanzania	57.4
90	Bolivia	68.0	131	Zimbabwe	56.8
91	Paraguay	67.4	132	Mauritania	55.8
92	Nicaragua	67.1	133	Togo	55.6
93	Brunei Darussalam	67.1	134	Cameroon	55.5
94	Qatar	66.8	135	Lesotho	55.1
95	Philippines	66.6	136	Uganda	54.9
96	Saudi Arabia	66.6	137	Eswatini	54.6
97	Lebanon	66.3	138	Burkina Faso	54.5
98	Nepal	66.2	139	Nigeria	54.2
99	Turkmenistan	66.1	140	Zambia	54.2
100	Belize	65.7	141	Burundi	54.1
101	Kuwait	64.5	142	Mali	54.1
102	Bahrain	64.3	143	Mozambique	53.6
103	Myanmar	64.3	144	Papua New Guinea	53.6
104	Bangladesh	64.2	145	Malawi	53.3
105	Panama	64.0	146	Sierra Leone	53.0
106	Guyana	63.9	147	Afghanistan	52.5
107	Cambodia	63.8	148	Congo, Rep.	52.3
108	South Africa	63.7	149	Niger	52.2
109	Mongolia	63.5	150	Yemen, Rep.	52.1
110	Ghana	63.4	151	Haiti	51.9
111	Lao PDR	63.4	152	Guinea	51.3
112	Honduras	63.1	153	Benin	51.2
113	Gabon	62.8	154	Angola	50.9
114	Namibia	62.7	155	Djibouti	50.3
115	Iraq	62.3	156	Madagascar	50.1
116	Botswana	61.4	157	Congo, Dem. Rep.	50.0
117	Guatemala	61.0	158	Liberia	49.9
118	Kenya	61.0	159	Sudan	49.6
119	Trinidad and Tobago	60.4	160	Somalia	45.6
120	Venezuela, RB	60.3	161	Chad	41.3
121	India	60.3	162	Central African Republic	39.3
122	Gambia, The	60.2	163	South Sudan	39.0
123	Sao Tome and Principe	59.4			

Figura 4.1.4 Fonte: SDG Index (2021) e SDG Index (2022)

Informação complementar à figura 4.1.4

- O SDG Index (2022) é liderado por 3 países nórdicos – Finlândia, Suécia e Dinamarca –, sendo os 10 países com melhor *performance* todos europeus e 8 deles são Estados-Membros da União Europeia. De referir que foram 30 os países excluídos do SDG Index (2022) por insuficiência de dados – é o caso, por exemplo, de Cabo Verde e de Timor-Leste.
- Os países desenvolvidos geram efeitos colaterais, ou externalidades negativas (ou positivas) nos países em vias de desenvolvimento, ao nível socioeconómico e ambiental, nomeadamente através do consumo, comércio e cadeias de abastecimento (in)sustentáveis.
- Um dos exemplos é a União Europeia que assumiu, por exemplo, uma política de “tolerância zero” para o trabalho infantil propondo a utilização do comércio internacional para exportar os valores europeus pelo mundo estando, também, a adotar vários instrumentos e legislação precisamente para endereçar o tema das externalidades negativas, nomeadamente no contexto do Pacto Ecológico Europeu, que inclui propostas com impacto positivo mais direto ao nível da alimentação e agricultura sustentável (ODS#2) e do rendimento dos produtores do setor primário (ODS#8), energias renováveis (ODS#7), redução do

- desperdício alimentar (ODS#12), alterações climáticas (ODS#13) e biodiversidade (ODS#14 e ODS#15).
- Identificam-se 4 prioridades para contrariar as externalidades negativas dos países ricos: (1) aumentar o financiamento internacional ao desenvolvimento e em matéria de clima; (2) impulsionar a cooperação técnica e a diplomacia em torno dos ODS; (3) definir metas nacionais e instrumentos para enfrentar os impactos do consumo noutros países; (4) robustecer a monitorização e os sistemas de informação aos níveis internacional, nacional, industrial e corporativo, cobrindo toda a cadeia de abastecimento, tornando-os parte integrante dos relatórios dos ODS.
 - A pandemia forçou o surgimento de soluções inovadoras em matéria de sistemas de informação e tecnologias, e na construção de novas formas de parceria, nomeadamente entre os setores público e privado – efeitos que devem ser alavancados e amplificados para a promoção do impacto na implementação dos ODS.

Após o resumo das principais conclusões do SDG Index (2022), é também importante considerar o ponto de situação apresentado nesse mesmo relatório quanto aos países da OCDE, no seu conjunto (onde se enquadra Portugal). Na Figura 4.1.5 ilustra-se a *performance* dos países da OCDE:



Figura 4.1.5– Fonte: SDG Index (2022)

De acordo com o SDG Index (2022), pode então concluir-se que:

- A OCDE apresenta melhor desempenho nos ODS#1, ODS#4 e ODS#9.
- Os ODS onde o caminho a traçar é mais longo são os ODS#13, ODS#14 e ODS#15.

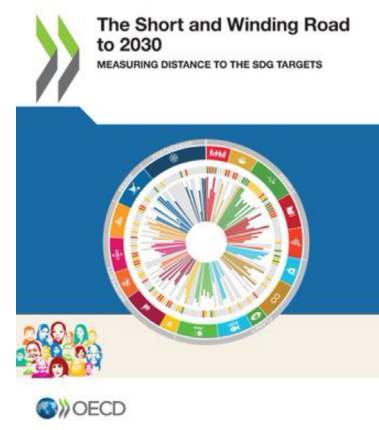
Os países da OCDE estão mais perto de atingir as metas dos ODS quando comparados com outros grupos de países, contudo, nenhum está no caminho para alcançar todos os 17 ODS.

A *performance* da OCDE é mais positiva nos ODS relacionados com os resultados socioeconómicos e acesso básico a infraestruturas e serviços: ODS#1, ODS#3, ODS#6 e ODS#7. No entanto, persistem ainda lacunas ao nível da qualidade da saúde e da educação nalguns grupos da população (ODS#3 e ODS#4), sendo igualmente necessário um maior esforço para reduzir as desigualdades, que estão em crescimento nalguns dos países da OCDE – em particular as desigualdades salariais têm de ser reduzidas (ODS#5).

São necessários maiores esforços dos países da OCDE para acelerar o progresso nos ODS associados às alterações climáticas e à biodiversidade - ODS#12, ODS#13, ODS#14 e ODS#15. A este propósito o SDG Index (2022) sublinha que, historicamente, os países da OCDE (juntamente com os países com rendimentos mais elevados), são, em larga medida, responsáveis pelas emissões de gases com efeito de estufa e têm, por isso, uma responsabilidade acrescida de assumir e tomar medidas a este respeito, tanto ao nível nacional como internacional. Por outro lado, são significativas as externalidades negativas em matéria socioeconómica e em matéria ambiental que os países da OCDE provocam.

A *performance* da OCDE é moderada no que se refere ao ODS#16, em parte pela taxa elevada de homicídios nalgumas das maiores economias (como é o caso nos Estados Unidos da América), mas também por problemas que persistem em matéria de acesso a serviços jurídicos e à justiça a preços acessíveis.

A este propósito foram também estudados os relatórios elaborados pela OCDE no contexto do seu 'Plano de Ação para os ODS' ([OECD Action Plan on SDGs](#)), cuja primeira publicação data de 2016. Em 2022, a OCDE publicou o seu 4.º relatório em que faz a avaliação da *performance* dos países-membros no que diz respeito à Agenda 2030 - [The Short and Winding Road to 2030 - Measuring Distance to the SDG Targets - OCDE 2022](#):



Neste relatório evidenciam-se as seguintes conclusões:

- É necessária uma intensificação das políticas para que se consiga cumprir a Agenda 2030.
 - _ Até ao momento, a OCDE no seu conjunto atingiu 10 das 112 metas relativamente às quais é possível apurar *performance* e está perto de alcançar outras 18 (sobretudo estão em causa metas relacionadas com o objetivo de assegurar necessidades básicas e implementação de políticas, no âmbito dos ODS#1 a ODS#4, ODS#6, ODS#7 e ODS#17).
 - _ Nos ODS#5, ODS#10 e ODS#13, nenhuma das metas está perto de ser alcançada, ainda assim, a tendência mostra que, nalguns ODS, a média dos países da OCDE está a fazer algum progresso no caminho para os alcançar – este é o caso nos ODS#5, ODS#6, ODS#7, ODS#13 e ODS#14.

Está, no entanto, ainda muito por fazer. 21 metas aparentam estar ainda longe de serem alcançadas e nenhuma dessas metas apresenta uma tendência de melhoria. Nomeadamente, há muitas melhorias a concretizar no que respeita a metas de igualdade relacionadas com o lema dos ODS de “Não Deixar Ninguém Para Trás” (ODS#10).

_ Sendo a Agenda 2030 uma agenda global, caberá aos países da OCDE empenharem-se na concretização dos ODS além das suas próprias fronteiras (ODS#17).

- Os países da OCDE devem promover mais a inclusão:
 - _ 1 em cada 8 habitantes da OCDE é pobre e, durante as últimas décadas, o progresso relativamente a esta realidade não foi positivo (ODS#1).
 - _ Muitos grupos mais vulneráveis - como as mulheres, jovens adultos e migrantes - enfrentam maiores dificuldades do que o resto da população (ODS#5 e ODS#10).
 - _ Acresce que muitos dos comportamentos prejudiciais, como o consumo de tabaco e a malnutrição, aparentam ser mais frequentes em grupos mais desfavorecidos do ponto de vista socioeconómico, sendo que disparidades em matéria de educação tendem a exacerbar essas desigualdades (ODS#2, ODS#3, ODS#4, ODS#5).
- Apesar de a pandemia ter sublinhado a importância da confiança nas democracias (ODS#16), a confiança nas instituições tem vindo a decrescer ao longo dos anos nos países desenvolvidos, verificando-se que os países da OCDE não evoluíram suficientemente em temas cruciais para assegurar essa confiança, como sejam no acesso, responsabilização, transparência e diversidade nas instituições públicas.
- Apesar de algum alívio durante a pandemia devido à redução da atividade económica, as

pressões sobre o ambiente estão a aumentar, verificando-se uma tendência dos países da OCDE em deslocalizar dos seus territórios as atividades produtivas poluentes ou com um consumo intensivo de recursos. Por outro lado, verifica-se que o crescimento económico continua a suportar-se muito numa intensa utilização de recursos materiais, e que muitos materiais com valor continuam a ser descartados como resíduos (ODS#6, ODS#11 e ODS#12).

- Em matéria de alterações climáticas (ODS#13), apesar de ter havido progressos na dissociação entre as emissões de gases com efeito de estufa e o crescimento da população e do PIB, verifica-se que as emissões continuam a subir nalguns países, e apesar do compromisso assumido pelos países do G20 de eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis, as maiores economias continuam a apoiar a sua produção e consumo destas fontes de energia (ODS#7).
- No que se refere à biodiversidade (ODS#14 e ODS#15), apesar de se constatarem alguns desenvolvimentos positivos em termos de proteção de ecossistemas, as ameaças à biodiversidade terrestre e marinha continuam a crescer, não tendo qualquer das metas de Aichi sido alcançadas por qualquer dos países da OCDE (metas que deveriam ter sido alcançadas em 2020) ¹.
- Por último, a OCDE no seu *report* assinala o facto de haver muitos dados em falta o que, além de poder enviesar conclusões, poderá inviabilizar a efetiva monitorização do progresso no cumprimento da Agenda 2030.

¹As denominadas de “Metas de Aichi para a Biodiversidade” consistem em 20 metas a alcançar até 2020 e foram aprovadas em 2010 no âmbito do Plano Estratégico de Biodiversidade para o período de 2011 a 2020, aprovado na 10.ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), realizada na cidade de Nagoya, na Província de Aichi, no Japão.



Contexto Europeu

Como vimos, de acordo com o *ranking* de países do SDG Index (2022), os 10 países com melhor *performance* são todos europeus e 8 deles são Estados-Membros da União Europeia, com melhor desempenho nas três dimensões – económica, social e ambiental – do desenvolvimento sustentável. Isto apesar de a Europa conhecer ainda grandes desafios ao nível, sobretudo, dos ODS relacionados com a produção e consumo sustentáveis, com o clima e a biodiversidade (ODS#12, ODS#13, ODS#14 e ODS#15), e ao nível das externalidades internacionais negativas da Europa.



Em dezembro de 2021 foi publicado o [Europe Sustainable Development Report 2021](#) (ESDR, 2021), que reporta o desempenho e progresso dos países

europeus² na implementação da Agenda 2030. À semelhança do relatório SDG Index (2022), este identifica os ODS que, para cada país, representam maiores desafios e aqueles em que os países estão melhor posicionados, bem como as tendências de progresso de cada indicador.

Na Europa e na União Europeia verificou-se uma estagnação no progresso da Agenda 2030, em linha com a conjuntura global (ver Figuras 4.1.6 e 4.1.7), realçando-se, no ESDR (2021), o peso da pandemia, que reduziu a esperança de vida (ODS#3) e fez aumentar a pobreza (ODS#1). Esta situação deixou transparecer fragilidades ao nível dos sistemas de saúde públicos e sérias desigualdades entre os países com maior rendimento e os países com menor rendimento. Nestes últimos verificou-se que a população teve maior e mais rápido acesso a vacinação.

²O ESDR (2021) abrange os 27 Estados-Membros da União Europeia, os 4 países da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA - *European Free Trade Association*) (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), o Reino Unido, a Bósnia-Herzegovina, e também, pela primeira vez, os países candidatos a adesão à UE (Albânia, Montenegro, República da Macedónia do Norte, Sérvia e Turquia).

ESDR Index - evolução nos países europeus entre 2015 e 2020

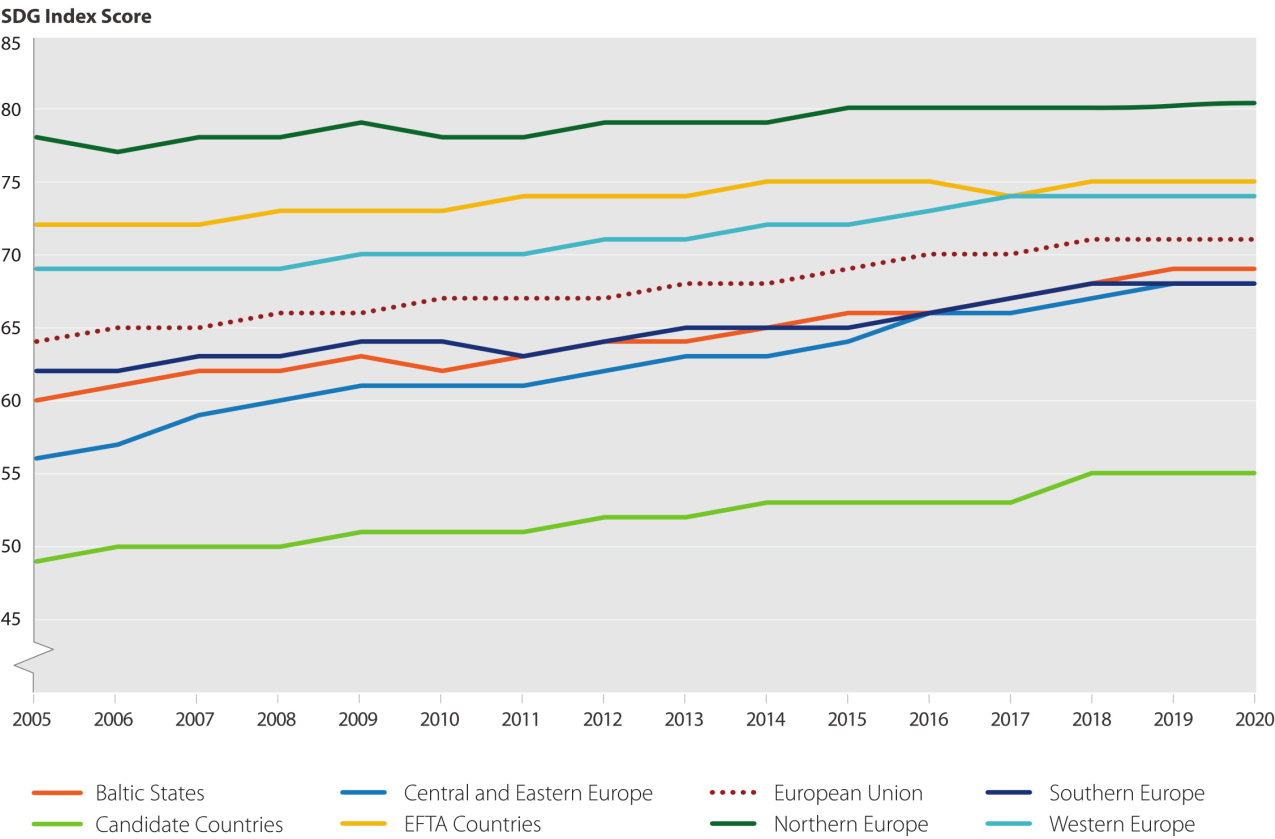


Figura 4.1.6.

Fonte: ESDR (2021)

ESDR Index - evolução na União Europeia entre 2015 e 2020

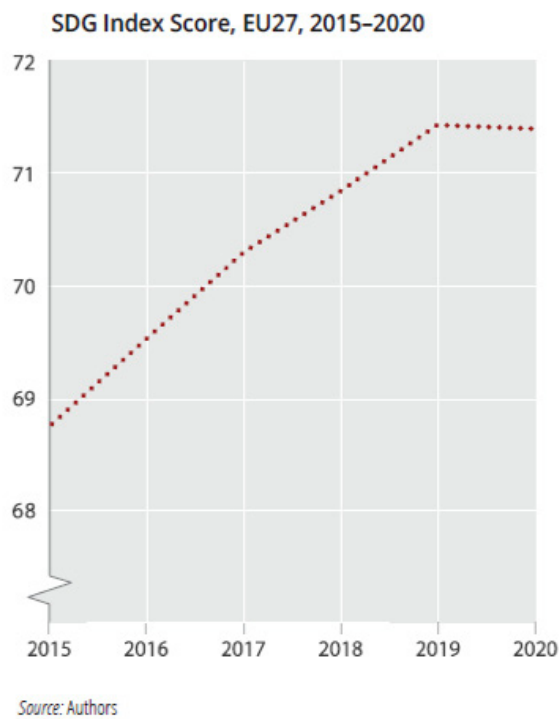


Figura 4.1.7
Fonte: ESDR (2021)

Também no ESDR (2021) se enfatiza que, mesmo neste contexto de pandemia e de tensões geopolíticas, a Agenda 2030 permanece como único quadro de atuação ao nível económico, social e ambiental adotado por todos os membros das Nações Unidas, devendo continuar a ser o guião da Europa. O relatório vai mais longe, concluindo que a Europa é o líder global dos ODS apesar das externalidades negativas que gera económica, social e ambientalmente noutras regiões do mundo. Na verdade, como já vimos (Figura 4.1.4 acima), de

acordo com o SDG Index (2022), excluindo o Japão (em 19.º lugar), os 20 países com melhor *performance* a nível mundial são todos europeus e 16 deles são Estados-Membros da UE.

O *ranking* dos países europeus de acordo com o ESDR (2021) é apresentado na Figura 4.1.8 abaixo.

Ranking dos países da Europa no ESDR (2021)

Figure 1.7 | 2021 SDG Index Scores and Rankings by country and subregions

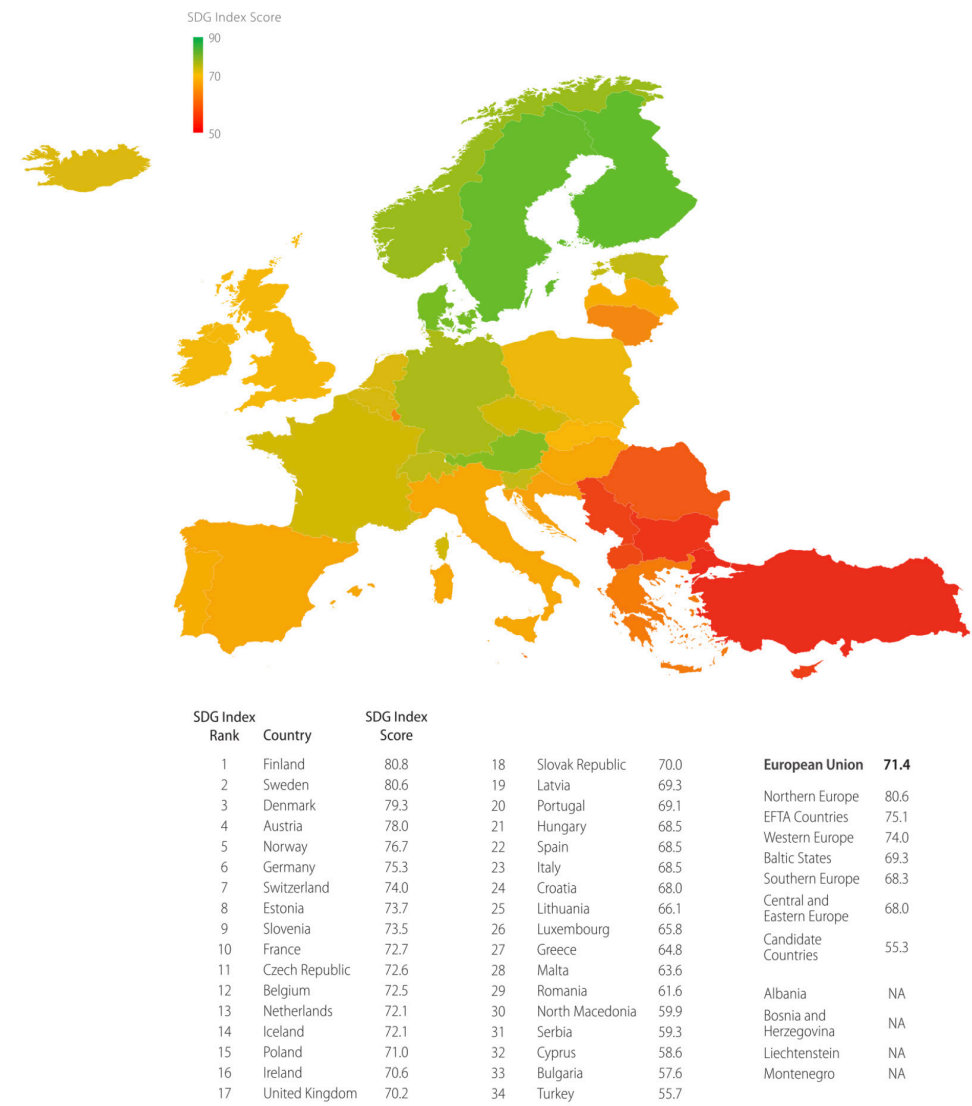


Figura 4.1.8 - Fonte: ESDR (2021)

O ESDR (2021) apresenta as análises quanto aos vários países europeus, reportando o desempenho e tendências, quanto aos 17 ODS, para vários grupos de países europeus (países da UE, países bálticos, países candidatos à UE³, Europa central e de leste,⁴ países

da EFTA⁵, Europa do Norte⁶, Europa do Sul⁷, Europa ocidental⁸ – conforme Figura 4.1.9 (enquadrando-se Portugal tanto no grupo da UE, como no grupo da Europa do Sul).

³ Albânia, Montenegro, República da Macedónia do Norte, Sérvia e Turquia.

Posicionamento e evolução de grupos de países europeus nos 17 ODS em 2021

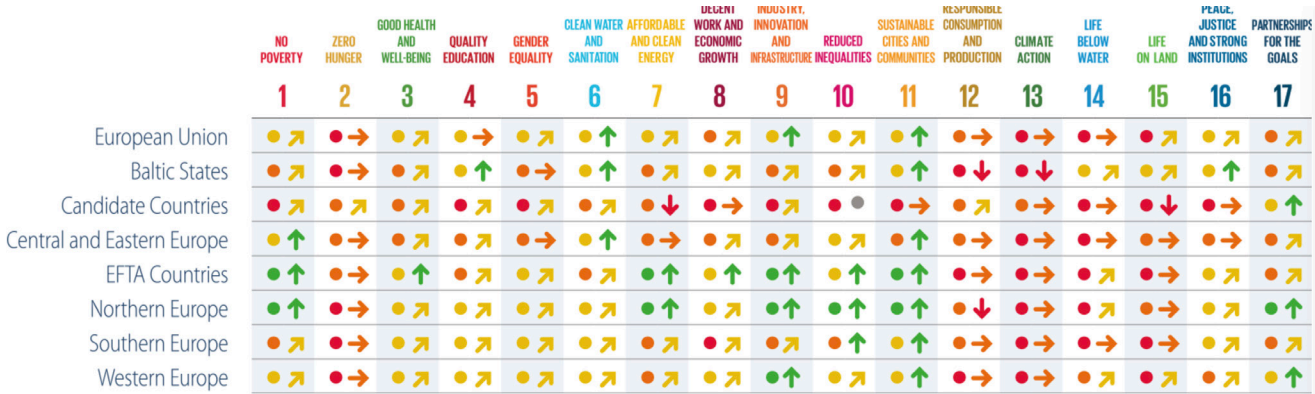


Figura 4.1.9 - Fonte: ESDR (2021)

No que se refere concretamente à União Europeia, o ESDR (2021) conclui que esta deve continuar a assumir a liderança na implementação dos ODS, tanto ao nível interno como internacionalmente, no caminho para e além da **Cimeira das Nações Unidas sobre os ODS** (UN High-level Political Forum on Sustainable Development HLPF), que decorrerá em setembro de 2023. A UE, com os seus planos de recuperação e resiliência e todos os instrumentos financeiros que tem ao dispor, tem condições de assumir um papel importante na concretização dos ODS nesta década.

Da análise da Figura 4.1.9, e ainda no que respeita especificamente à União Europeia, conclui-se que:

- Na UE, nenhum dos ODS foi ainda alcançado (nenhum ponto verde).
- Os ODS#6, ODS#9 e ODS#11 são aqueles em que a União Europeia apresenta melhor posicionamento – com as marcas de cor

amarela sinalizando que há ainda desafios a enfrentar nestes ODS, mas sendo a tendência no sentido de melhoria (setas verdes).

- Os ODS#2, ODS#13 e ODS#14 são aqueles em que a *performance* da UE é pior (indicando, as marcas vermelhas, que há ainda grandes desafios a enfrentar e a seta laranja que a tendência se apresenta no sentido da estagnação), seguidos do ODS#15 em que, apesar de se verificar a existência de grandes desafios (marca vermelha), a tendência é moderadamente positiva (seta amarela).

Os maiores desafios identificados para a Europa passam pelas áreas da alimentação e agricultura sustentáveis (ODS#2), sustentabilidade ambiental e no uso dos recursos (ODS#12), alterações climáticas (ODS#13) e biodiversidade (ODS #14 e ODS#15). Passam também pela redução das desigualdades entre grupos da população (ODS#10) e pelo reforço

da convergência do nível de vida entre os vários países e regiões europeias (ODS#17), em linha com o princípio de “Não Deixar Ninguém Para Trás”⁹.

No que respeita concretamente ao ODS#13, como pode ver-se na Figura 4.1.10, a *performance* do

continente europeu surge muito alinhada com o desempenho e tendências apresentadas por outros blocos de países – desde logo se compararmos a sua *performance* com a de grupos em que países europeus se inserem, como é o caso da OCDE e do grupo dos Países com rendimentos mais altos:

Posicionamento e evolução de regiões e grupos de países em 2022 (realce ODS#13)

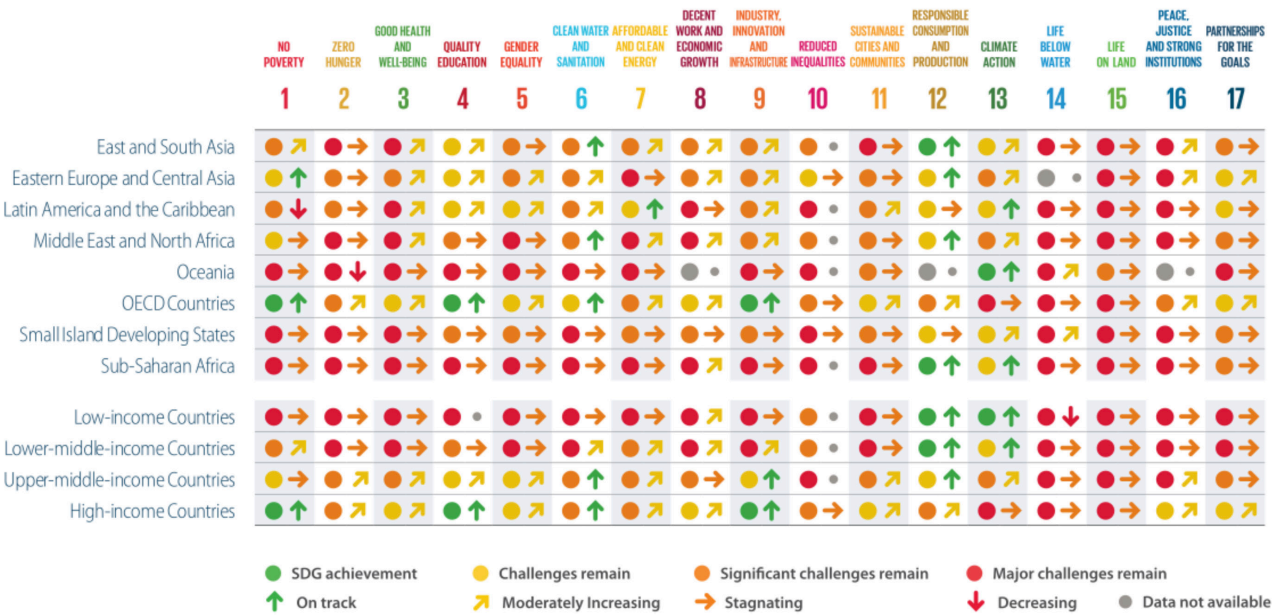


Figura 4.1.10 – Fonte: SDG Index (2022)

No entanto, realça-se que a Europa foi o primeiro continente a assumir o compromisso de alcançar a neutralidade climática em 2050 e tem vindo a adotar políticas orientadas para atingir esse objetivo como o Pacote Ecológico Europeu de 2019 que inclui a lei

europeia do clima (de 2021) e o pacote “Objetivo 55” (“Fit for 55”), com vista a assegurar que a Europa atinge o objetivo de reduzir em, pelo menos, 55% as suas emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2030 (com referência às emissões de 1990).

⁴ Bulgária, República Checa, Croácia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia.

⁵ Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça

⁶ Dinamarca, Finlândia e Suécia.

⁷ Chipre, Grécia, Itália, Malta, Portugal e Espanha.

⁸ Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos.

⁹ Este princípio traduz-se no índice (“Leave No One Behind” ou LNOB, na sigla inglesa), que tem em vista captar não apenas os valores médios, mas também a sua distribuição entre a população, com detalhe e desagregação suficientes que permitam não só identificar quem sofre de múltiplas desvantagens no seio da sociedade, como informar políticas que reflitam as suas necessidades. O índice LNOB foca-se, assim, nas desigualdades existentes no seio da população de cada país, baseia-se em 31 indicadores próprios e assenta em 4 dimensões: (1) pobreza extrema e privação material, (2) desigualdade no rendimento e distribuição da riqueza entre os vários grupos da população, (3) desigualdade de género, e (4) acesso desigual a serviços (como a alimentação, saúde, educação, etc.) – ESDR, pp. Vii e 8 e 9.

Assim sendo, a Europa tem-se assumido no panorama internacional como líder em matéria de alterações climáticas. No entanto, não só são enormes os desafios para os vários Estados-Membros a este nível, como a Europa tem ainda um caminho a percorrer no que respeita a alinhar as suas políticas internas com o seu empenho ao nível das relações externas e ao nível da cooperação. Desde logo, as emissões de CO2 têm vindo, em média, a reduzir-se na UE desde 2015, mas as emissões fora da UE para satisfazer o mercado de consumo europeu cresceram em 2018, segundo o ESDR (2021). A este respeito é relevante referir que em 2022 a Suécia (Estado-Membro da UE e 3.º país com melhor *performance* no SDG Index 2022) foi o primeiro país a anunciar a sua intenção de estabelecer uma meta nacional para a redução das emissões de CO2 decorrentes das suas importações.

O ESDR (2022) aponta, ainda, para que o ODS#9 seja aquele cujo espectro de *performance* é mais amplo entre os países europeus com muitos países com um desempenho muito positivo, mas também muitos com um desempenho muito fraco. Por exemplo Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, os Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido apresentam *performance* muito positiva (com indicação de que o ODS foi já alcançado nestes países, mantendo-se uma tendência positiva), ao passo que países como a Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Chipre, Letónia, Montenegro, República da Macedónia do Norte, Roménia, Sérvia e Turquia se apresentam com desempenho negativo e com um caminho mais longo para alcançar o ODS#9.

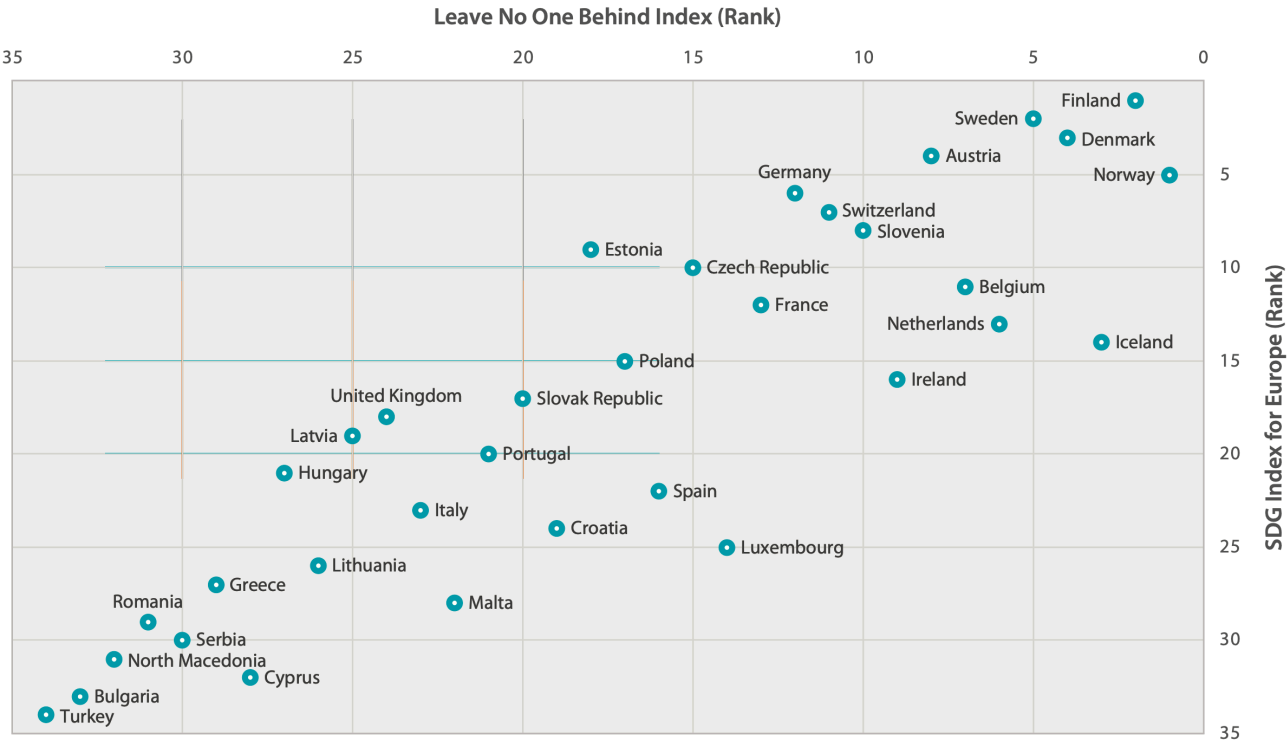
Por outro lado, muitos dos seus desafios decorrem diretamente do facto de a Europa ter importantes

externalidades negativas noutras geografias, no contexto do comércio internacional. Por exemplo, o caso da desflorestação, alteração do uso do solo e perda de biodiversidade decorrentes do comércio internacional (associado a bens como madeira, óleo de palma, café, borracha, soja e outros), ou o número de acidentes fatais e não-fatais associados às importações europeias de produtos têxteis, por exemplo.

Enfatiza-se ainda que o progresso tem de verificar-se nos vários ODS acompanhado de políticas sociais ambiciosas e solidárias, promovendo a convergência no seio da Europa, entre os seus vários países e regiões (em que o ODS#17 assume um papel central) e “Não Deixando Ninguém Para Trás”, designadamente os grupos mais vulneráveis – como os mais pobres, as mulheres e os migrantes (ODS#10), com reflexos em matéria de saúde e bem-estar (ODS#3), educação (ODS#4) e igualdade de género (ODS#5). Estes têm sido particularmente afetados com os impactos socioeconómicos e em termos de saúde pela pandemia, na Europa e em todo o mundo, o que ainda não está inteiramente refletido nos relatórios de *performance* europeus e mundiais.

É de realçar que os Estados-Membros que mais se destacam com melhor desempenho no ESDR (2021) (a Finlândia, seguida da Suécia e Dinamarca) são também aqueles que mais se destacam no índice de “Não Deixar Ninguém Para Trás” (Figura 4.1.11), o que poderá indicar que o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades são objetivos que se reforçam mutuamente.

Posicionamento relativo dos países europeus em 2021, cruzando o ESDR (2021) Index e o ranking dos países no índice de “Não Deixar Ninguém Para Trás”



Note: The 'leave no one behind' (LNOB) Index measures inequalities across population groups in each country. It focuses on four dimensions: (1) Extreme Poverty and Material Deprivation; (2) Income inequality; (3) Gender inequality; (4) Access to and Quality of Services for all. It is based on 31 indicators. The graph shows the rank correlation between the LNOB Index and SDG Index (r=0.88). See methodology section for more details.

Source: Authors

Figura 4.1.11 – Fonte: ESDR (2021)

Outra conclusão do ESDR (2021) é que continua a ser difícil discernir, de entre todas as políticas e roteiros europeus, as prioridades europeias em termos dos ODS. Para que tal acontecesse era necessário que a União Europeia desenvolvesse uma abordagem integrada e compreensiva de como pretende implementar a Agenda 2030 e a comunicasse, de forma clara a todos os países.

Ao nível das parcerias para a implementação dos ODS (ODS#17), o ESDR (2021) realça que, apesar de a UE e os seus Estados-Membros serem os maiores financiadores mundiais de assistência oficial para o desenvolvimento e investirem na prevenção de conflitos e na manutenção da Paz (ODS#16), muitos países da UE contribuem para debilitar a capacidade de outros países e regiões alcançarem os ODS através

das externalidades negativas inculcadas nos fluxos financeiros internacionais e em cadeias de valor e de consumo insustentáveis (com impactos em vários ODS, como por exemplo os ODS#8 e ODS#12). São também muitas as externalidades negativas da UE ao nível dos ODS ambientais (como os ODS#6, ODS#13, ODS#14 e ODS#15). É, portanto, essencial que a UE meça e monitorize as externalidades (negativas e positivas) que provoca e que promova e implemente efetivas melhorias a este respeito, assegurando a coerência da sua política para o desenvolvimento (ainda sob a égide do ODS#17).

O ESDR (2021) sugere que a abordagem deverá focar-se em três grandes áreas: (i) prioridades internas, (ii) diplomacia e cooperação para o desenvolvimento, e (iii) externalidades negativas internacionais. Neste sentido, propõe quatro ações prioritárias de aceleração dos ODS na UE e internacionalmente:

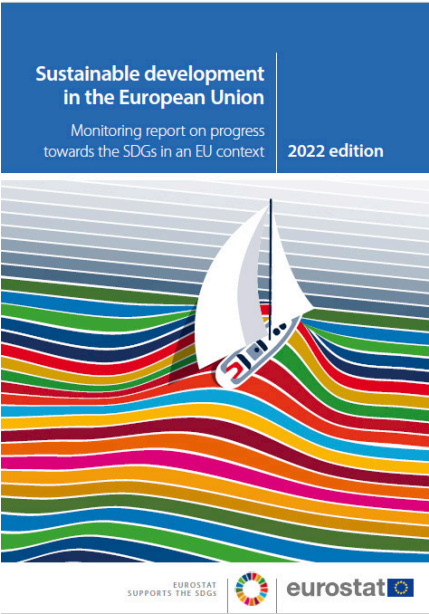
1. Emissão de uma declaração política conjunta do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, reafirmando o seu forte compromisso com a Agenda 2030;
2. Preparação de uma Comunicação da Comissão clarificando como pretende a UE alcançar os ODS, com metas, calendário e roteiros - comunicação que deveria ser atualizada regularmente, devendo demonstrar em que medida terão as políticas europeias atuais de ser mais ambiciosas, ou serem criadas novas políticas, de modo a atingir esses objetivos;
3. Renovação do mandato da plataforma de *multistakeholders* dos ODS, ou criação de um novo mecanismo de envolvimento com a sociedade civil e com cientistas em matéria de políticas de ODS e sua monitorização (como é o caso deste projeto do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas);
4. Preparação de um Relatório Nacional Voluntário único para a União Europeia antes da Cimeira das Nações Unidas sobre os ODS, em setembro de 2023. Este relatório deverá incluir prioridades internas, ações ao nível da diplomacia e ações internacionais que enderecem, nomeadamente, o tema das externalidades negativas internacionais

da União - o que será essencial para legitimar internacionalmente a UE. Em 2022, a UE transmitiu já à ONU ser sua intenção apresentar um Relatório Nacional Voluntário global em 2023.

O ESDR (2021) realça, ainda:

- O papel que a UE deve assumir como líder de um Pacto Ecológico multilateral e de uma diplomacia para os ODS no contexto internacional;
- A necessidade de a UE apurar o nível de alinhamento dos Planos de Recuperação e Resiliência dos Estados-Membros com os desafios dos ODS;
- O papel especial que a transformação dos sistemas europeus em matéria de alimentação, agricultura e uso do solo tem na prossecução dos ODS - com impacto direto nos ODS#2, ODS#3, ODS#12, ODS#13 e ODS#15.

Ao nível europeu, importa ainda considerar o relatório do EUROSTAT, que é anualmente publicado desde 2017 e que monitoriza o progresso da União Europeia na consecução da Agenda 2030, com base no grupo específico de indicadores oficialmente selecionados a partir da lista global de indicadores das Nações Unidas. Os indicadores selecionados são considerados os mais relevantes e adequados no contexto europeu e não são, por isso, exatamente coincidentes com os indicadores globais.



O *Sustainable Development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context* (EUROSTAT, 2022) permite monitorizar o progresso dos ODS na União Europeia, considerando fenómenos particularmente relevantes no contexto europeu, tendo em linha de conta as políticas de longo prazo da UE. Neste relatório do EUROSTAT os ODS correspondentes a cada uma dessas políticas definidas na União Europeia foram agrupados do conforme Figura 4.1.12.

Prioridades da Comissão Europeia e seu alinhamento com os ODS

Figure 0.3: The European Commission Priorities



Figura 4.1.12 - Fonte: EUROSTAT (2022)

EUROSTAT visam avaliar o progresso da UE nos ODS ao longo dos últimos 15 anos, focando-se o Report EUROSTAT 2022 na evolução da UE na concretização da Agenda 2030 durante os últimos 5 anos. Por outro lado, considerando o hiato temporal no reporte de dados, os dados disponíveis e objeto de análise neste relatório de 2022 referem-se aos quinquênios de 2015-2020 ou 2016-2021. Por isso, os efeitos da conjuntura mais recente, nomeadamente os causados (ainda) pela pandemia ou aqueles que resultam da guerra na Ucrânia, estarão – quanto muito – apenas marginalmente refletidos nos resultados do Report EUROSTAT 2022, como no próprio relatório se reconhece.

A Figura 4.1.13, apresentada no Report EUROSTAT 2022, mostra o ritmo do progresso na prossecução dos 17 ODS pelos Estados-Membros da União Europeia no seu conjunto, nos últimos cinco anos.

O Report EUROSTAT 2022 apresenta-se, assim, como um instrumento-chave para facilitar a coordenação de políticas da UE relacionadas com os ODS, tanto ao nível da União como ao nível dos seus Estados-Membros. Funciona como um instrumento que permite evidenciar a natureza transversal dos ODS e as conexões entre eles. Tem ainda presente a abordagem definida pela Comissão Europeia para a implementação dos ODS - descrita no documento de trabalho dos serviços da Comissão intitulado *Delivering on the UN's Sustainable Development Goals – A comprehensive approach*, de 2020.

É importante sublinhar que os relatórios do

Progresso da UE nos ODS nos últimos 5 anos (2015-2020 ou 2016-2021)



Figura 4.1.13 - Fonte: EUROSTAT (2022)

Os maiores desafios encontram-se ao nível dos ODS#15, ODS#6 e ODS#17, sendo os ODS#16, ODS#1, ODS#8, ODS#7, ODS#9 e ODS#3 (nesta ordem), aqueles em que a União Europeia fez maiores progressos nestes últimos 5 anos. Encabeçam a lista dos ODS que conhecem progressos moderados os ODS#14, ODS#5, ODS#11, ODS#10 e ODS#12, estando mais abaixo nessa lista os ODS#4, ODS#13 e ODS#2 (também segundo uma ordem decrescente de posicionamento).

A análise detalhada que o EUROSTAT faz a respeito de cada um dos 17 ODS (focando-se nos indicadores mais ajustados à realidade da UE), permite concluir que há algum alinhamento entre muitas das conclusões já avançadas pelo SDG Index (2022) e pelo ESDR (2021).

No entanto, a comparação entre estes relatórios e o Report EUROSTAT 2022 deve ser feita com alguma cautela, uma vez que, como já referido, o Report EUROSTAT 2022 não se foca num determinado ano civil, traduzindo antes a evolução da UE nos ODS ao longo de um período de 5 anos e tendo por referência uma seleção de indicadores específicos (os mais relevantes e adequados no contexto europeu) e que não são, por isso, exatamente coincidentes com os indicadores globais.

As principais conclusões do Report EUROSTAT 2022 a respeito de cada um dos 17 ODS (considerando o seu posicionamento acima descrito), são, então, as seguintes:

(i) Quanto aos ODS que conheceram maiores progressos:

ODS#16 – todos os indicadores deste ODS demonstram uma tendência claramente positiva, colocando este ODS novamente no topo do *ranking*, merecendo nota o facto de, não obstante as preocupações crescentes da Comissão Europeia quanto à independência do sistema judicial nalguns Estados-Membros, a maioria dos cidadãos europeus continuar a perceber essa independência como estando intacta.

ODS#1 – a UE tem conhecido consideráveis melhorias neste ODS, embora se ressalve que os dados analisados não refletem inteiramente o impacto da pandemia.

ODS#8 – após a pandemia verificam-se claros sinais de recuperação económica e do mercado laboral (a percentagem de emprego ascendeu ao recorde de 73,1% em 2021). Assinala-se, no entanto, o facto de existir um aumento da incerteza, especialmente desde o início da guerra na Ucrânia.

ODS#7 – devido a uma quebra acentuada do consumo de energia na UE durante o ano de 2020, foi possível alcançar-se a meta de eficiência energética definida para esse ano e a UE aparenta estar no caminho certo para cumprir a meta estabelecida para 2030. Houve, também, um aumento da percentagem de energias renováveis no consumo de energia. De sublinhar que os dados ainda não refletem o recente aumento do preço da energia.

ODS#9 – este ODS apresenta tendência favorável na maioria dos seus indicadores, designadamente tem havido crescimento continuado em matéria de investigação, desenvolvimento e inovação, com melhorias, também, ao nível da transição sustentável do setor industrial, com uma redução da intensidade das respetivas emissões atmosféricas.

ODS#3 – o impacto da pandemia não está ainda refletido nos dados referentes a este ODS, que apresentam ainda tendências moderadamente positivas, nomeadamente ao nível do acesso a serviços de saúde, isto apesar da existência de deficiências reportadas a este respeito.

(i) Quanto aos ODS que conhecem progressos moderados:

ODS#14 – a melhoria nos dados disponíveis permitiu a ponderação deste ODS pelo EUROSTAT ao nível das respetivas metas, tendo-se apurado uma tendência em geral favorável em termos de pesca sustentável e de conservação marinha - tendo as áreas marinhas protegidas mais que duplicado na UE desde 2012, muito embora não haja dados acerca do estado de conservação dessas mesmas áreas, nem tão-pouco quanto à efetiva proteção que elas proporcionam às espécies e aos *habitats*. Por outro lado, a acidez dos oceanos continua a aumentar devido à absorção de CO2 proveniente da atmosfera, tendo atingido níveis sem precedente em 2020.

ODS#5 – neste ODS há desenvolvimentos positivos na maioria das áreas monitorizadas – por exemplo: a retribuição horária das mulheres está a aproximar-se da dos homens e o *gap* de empregabilidade com base

no género tem diminuído desde 2016. Há, também, um aumento de mulheres em posições de liderança. No entanto, a situação está ainda longe de ser paritária entre homens e mulheres. Na área da educação o *gap* de género surge invertido, sendo maior o número de mulheres do que de homens a frequentar o ensino secundário e superior.

ODS#11 – verificam-se desenvolvimentos acentuados nos indicadores relativos à qualidade de vida nas cidades e comunidades, sendo a situação mais complexa no que respeita à mobilidade sustentável e aos impactos ambientais. Tem havido melhorias também ao nível da qualidade do ar, mas houve um grande decréscimo na utilização de transportes públicos coletivos, o que foi exacerbado pela pandemia. A área do solo urbano aumentou a uma velocidade maior que a população e o crescimento da taxa de reciclagem de resíduos urbanos abrandou nos anos mais recentes, afastando a UE da trajetória necessária para conseguir cumprir as metas definidas para 2030.

ODS#10 – neste ODS a trajetória é moderadamente favorável, embora o *gap* entre ricos e pobres seja elevado. Há, também, disparidades entre Estados-Membros em matéria económica, verificando-se, por outro lado, uma melhoria na integração de migrantes provenientes de fora da UE e na redução das desigualdades salariais entre cidadãos europeus e não-europeus.

ODS#12 – a pegada material da UE tem vindo a crescer desde 2014 e o consumo de químicos perigosos tem subido desde 2015 (salvo uma ligeira quebra em 2020). A eficiência dos novos veículos de passageiros em termos de emissões de CO2 aumentou consideravelmente em 2020, mas serão necessários progressos para se cumprirem as metas europeias. A produção de resíduos (excluindo resíduos extrativos) tem subido desde 2014, mas, por outro lado, tem havido melhorias na circularidade dos materiais e um aumento da taxa de reciclagem e valorização.

ODS#4 – os parâmetros relativos a este ODS mostram

divergências consoante os indicadores respeitem a participação na educação (que apresentam uma tendência positiva) ou a monitorização da sua qualidade e resultados em termos de capacidades efetivamente adquiridas – em que se verificou um aumento da proporção de alunos com baixa prestação em matéria de leitura, matemática e ciências. Verifica-se, também, uma estagnação na taxa de adultos com capacidades digitais pelo menos básicas.

ODS#13 – aqui o desempenho da UE é moderadamente positivo. Embora se estime que a UE tenha já reduzido as suas emissões de gases com efeito de estufa em cerca de 31% desde 1990, serão necessários esforços adicionais para alcançar a nova meta de 55% de redução das emissões até 2030. Acresce que o contributo do setor do uso do solo e floresta como sumidouros de CO2 decresceu nos últimos anos. Em matéria de impacto e adaptação às alterações climáticas, as perdas monetárias decorrentes de desastres climáticos e meteorológicos têm continuamente subido nos anos mais recentes. Como notas positivas o EUROSTAT realça que continua a subir o número de signatários do “Pacto de Autarcas em matéria de energia e clima” (*Covenant of Mayors for Climate and Energy*), e, por outro lado, as contribuições financeiras da UE para países em desenvolvimento em matéria de clima têm crescido continuamente ao longo dos anos mais recentes.

ODS#2 – no contexto da UE este ODS foca-se em temas como a malnutrição e a agricultura sustentável e os seus impactos ambientais. Em termos de malnutrição, tem sido clara na UE a subida da taxa de obesidade desde 2014. Por outro lado, a tendência tem sido positiva no que respeita à viabilidade e sustentabilidade da produção agrícola ao longo dos últimos 5 anos. A produtividade do setor agrícola melhorou, tendo havido um incremento no investimento público em investigação e desenvolvimento agrícola. Tem, também, havido crescimento da área afeta à agricultura orgânica, embora seja necessário um incremento a este nível para assegurar que a UE alcança a meta de, em 2030, ser praticada agricultura orgânica em 25% do total da área cultivada. Os

impactos ambientais negativos da agricultura são visíveis na UE, sobretudo com o aumento dos níveis de nitratos nas águas subterrâneas e o declínio dramático de aves. Como nota positiva, o facto de a área em risco de erosão severa ter reduzido ligeiramente.

(i) Quanto aos ODS que apresentam maiores desafios:

ODS#6 – como nota positiva neste ODS é de assinalar a continuada redução da percentagem de pessoas sem infraestruturas sanitárias nas suas habitações. A tendência em matéria da qualidade da água para consumo humano é menos positiva, com uma quebra na qualidade da água dos rios e das massas de água subterrâneas.

ODS#15 – embora os indicadores mostrem ligeiras melhorias, os desenvolvimentos ao nível das metas deste ODS são, em geral, negativos. Enquanto que houve um ligeiro aumento da área florestal e das áreas terrestres protegidas, as pressões sobre a biodiversidade, decorrentes da alteração do uso do solo, têm aumentado com consequente perda de *habitats*, fauna e ecossistemas. Por outro lado, são consideráveis os impactos negativos dos padrões de consumo da UE na perda (global) de biodiversidade.

ODS#17 – se por um lado as importações provenientes de países em desenvolvimento continuaram a aumentar, o apoio financeiro global da UE a tais países reduziu-se nos últimos anos (muito embora a assistência oficial ao desenvolvimento tenha consistentemente subido). A já baixa percentagem de taxas e impostos ambientais no total de receitas fiscais reduziu-se ainda mais.

Legislação ODS que impacta as empresas portuguesas

O contexto legal 4.1.2

Legislação global, europeia e nacional

A Agenda 2030 tem, na sua génese, um cariz global, transversal a países, instituições públicas e privadas, mundo corporativo e toda a sociedade civil. Este carácter global e transversal da Agenda 2030 convoca todos os agentes da sociedade a contribuírem para a sua concretização, sendo o papel das empresas incontornável neste caminho.

Apesar de a Organização das Nações Unidas ter convocado, desde a primeira hora, o setor empresarial para a concretização desta agenda¹⁰, a linguagem dos ODS traduz objetivos estruturais para a humanidade enunciados no contexto da ONU através de uma linguagem típica das convenções internacionais. É, portanto, uma linguagem mais familiar aos próprios Países e instituições públicas, nem sempre sendo

facilmente compreensível para as empresas de que modo podem contribuir para a prossecução desta agenda.

As dificuldades de linguagem podem ser ainda mais agravadas naqueles ODS em que, pelas matérias que endereçam, é menos evidente a sua relação com o mundo empresarial - como é o caso, por exemplo, dos ODS#1 - Erradicar a Pobreza, ODS#14 - Proteger a vida marinha e ODS#15 - Proteger a vida terrestre, em que as empresas poderão tipicamente ter maiores dificuldades em perceber de que modo podem contribuir para a sua concretização. Por outro lado, é natural (mas nem sempre correto) que as empresas priorizem ODS em que sintam que podem ter um

¹⁰ Ver Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas A/RES/70/1 de 25 de setembro de 2015, *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf Ver, em particular, parágrafos 28, 52, 62, 67.

impacto mais direto, será o caso, por exemplo, do ODS#8 – Trabalho digno e crescimento económico ou ODS#9 – Indústria, inovação e infraestruturas onde, tendencialmente, conseguirão ter um impacto mais claro e imediato, desde logo junto dos seus próprios trabalhadores e suas operações.

Assim, a implementação dos ODS é um desafio para as empresas, que também encontram barreiras ao nível da sua operacionalização, desde logo pelo facto de não estarem totalmente familiarizadas com a linguagem dos ODS. A evidência sobre as barreiras e motivações das empresas no seu envolvimento com os ODS é desenvolvida no Capítulo 7 do presente estudo.

Considerando as dificuldades que possam existir ao nível da tradução dos ODS na realidade empresarial, é importante que as empresas aprofundem o seu conhecimento sobre este Agenda. Tal desafio passa por um aprofundamento do conhecimento das várias matérias, metas e indicadores em que se desdobra cada um dos ODS e a compreensão de como pode a empresa atuar na sua promoção. Para esta compreensão poderá ser útil considerar também que existe um quadro legislativo que estabelece orientações, ou mesmo obrigações aplicáveis às empresas – quadro esse que impacta e que visa concretizar, nalguma medida, os ODS.

Assim, partindo do contexto mundial e europeu em que Portugal se insere no que respeita à implementação da Agenda 2030, é importante apresentar o enquadramento jurídico aplicável em Portugal com relevância direta ou indireta para a atividade das empresas. O quadro legislativo estabelece a base da atuação das empresas, definindo obrigações legais à sua atividade e definindo normas que, mesmo quando não tenham ainda carácter obrigatório, apontam o caminho a considerar pelo mundo corporativo, existindo muita legislação que, de forma mais ou menos explícita, prossegue os ODS da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, foi desenvolvida investigação conjunta pela CATÓLICA-LISBON e a VdA, Vieira de

Almeida, Sociedade de Advogados, com vista a criar uma tabela legislativa simples (consultar Tabela 4.1.2, direta e prática, para que as empresas possam mapear alguma da legislação) a que estão sujeitas e que contribui para a concretização dos ODS.

O quadro legislativo em questão, e que deve ser considerado pelas empresas, foi desenvolvido em referência à linguagem ESG (*Environment, Social, Governance*) - em português, Ambiente, Social e Governança. A escolha desta organização de informação (E + S + G) associa-se à lógica comumente usada pelos investidores e subsequente reporte das empresas em matérias não financeiras. A lógica por detrás da escolha assentou na intenção de cruzar os dois *frameworks* e as suas linguagens (ODS e ESG) e assim criar uma matriz de interpretação e uma ferramenta que se pretende seja operacional e útil para as empresas que desenvolvem atividade em Portugal. Essa matriz visa ajudar as empresas a traduzir para a linguagem dos ODS alguma da principal legislação já atualmente em vigor. De notar que, apesar deste cruzamento, as duas linguagens são distintas e tem ambições e práticas diferentes.

Pelo facto de assumir preocupações tendencialmente transversais, instrumentais e de alavancagem dos vários temas - em especial dos temas ambiental e social -, optou-se também por, além dos três pilares dos fatores ESG, autonomizar, num separador próprio, a legislação associada às finanças sustentáveis.

É ainda de assinalar que há aspetos ESG e de ODS que correspondem a obrigações legais e que devem ser já abordados de uma perspetiva de *compliance* pelas empresas (a legislação apresentada na Tabela 4.1.1 prevê um conjunto alargado de obrigações concretas que as empresas se encontram obrigadas a cumprir). Por exemplo, contribuindo para a concretização do ODS#10, a lei portuguesa estabelece hoje um sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, visando a sua contratação por entidades empregadoras do setor privado e organismos do setor público, ficando tais entidades sujeitas a

sanções em caso de incumprimento (nos termos da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro).

Por outro lado, as empresas podem assumir posturas mais proativas e ir mais além, no sentido de contribuírem para a implementação dos ODS e anteciparem a regulamentação que está (e a que virá a estar) no *pipeline*. As empresas que tenham esta postura proativa e se capacitem antecipadamente, assumirão um posicionamento de liderança em matéria de ODS, com vantagens competitivas comparativamente com os seus concorrentes. Adicionalmente, as crescentes obrigações para as empresas no que respeita à transparência em matéria de sustentabilidade farão com que, futuramente, aquelas que tenham “ficado para trás” na implementação desta Agenda para o Desenvolvimento Sustentável dificilmente consigam manter a sua operação. Assim, quanto mais cedo e eficazmente as empresas incorporem os ODS na sua cultura, valores e atividade, melhor habilitadas estarão para fazer face aos desafios da sustentabilidade que, cada vez mais, tendem a ser traduzidos em obrigações legais.

Sublinha-se que, para além de uma lógica estrita de *compliance*, a seleção dos ODS a priorizar pelas empresas deve estar associada, em grande medida, ao setor e geografia em que cada empresa se insere e opera, bem como às atividades – sobretudo às atividades *core* – que desenvolve e em que mais e melhor pode impactar a Agenda 2030.

A leitura do quadro de legislação que de seguida se apresenta (Tabela 4.1.2), deve ter em conta os seguintes pontos:

- A legislação indicada encontra-se total ou parcialmente vigente à data de conclusão do presente estudo e surge enunciada por referência ao diploma original, que deve sempre ser lido e interpretado na sua redação mais recente e em vigor;
- A legislação está organizada nos quatro grupos acima já identificados, cada um com uma cor

associada: 1. Ambiente (a verde), 2. Social (a laranja), 3. Governança (a azul), 4. Finanças Sustentáveis (a amarelo);

- Dentro de cada um desses 4 grupos, começa por listar-se a legislação no quadro jurídico internacional, seguida da legislação da União Europeia e, no final, da legislação vigente no ordenamento jurídico nacional – dentro de cada um destes separadores (“Internacional”, “União Europeia” e “Portugal”), a legislação é apresentada cronologicamente;
- Também dentro de cada um dos quatro grandes grupos, na primeira linha do separador começam por identificar-se todos os ODS relacionados, em geral, com os temas em questão (Ambiente, Social, Governança, e Finanças Sustentáveis);
- Relativamente a cada legislação específica identificada no quadro, é feita a correlação com o(s) ODS respetivo(s). Para facilitar a leitura, optou por selecionar-se apenas “o” ou “os” ODS principais relativamente a cada diploma - i.e., aquele ou aqueles ODS que o diploma em questão mais diretamente impacta, sendo certo que alguns diplomas poderão ter relação indireta com uma multiplicidade de ODS – por exemplo, no regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) a que ficam sujeitos determinados projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, são identificados os ODS#6 - Água potável e saneamento, o ODS#13 - Ação Climática e o ODS#15 - Proteger a vida terrestre, como mais diretamente impactados. No entanto, a legislação em causa também se relaciona com os ODS#14 - Proteger a vida marinha, podendo ter implicações mais indiretamente no ODS#12 - Produção e consumo responsáveis, ou no ODS#9 - Indústria, inovação e infraestruturas.

- Muita da legislação indicada no quadro (sobretudo ao nível da legislação Internacional e da União Europeia) é dirigida aos Estados e não diretamente às empresas. No entanto, na medida em que enquadram a atividade empresarial, estabelecendo as grandes diretrizes que são depois concretizadas ao nível nacional, considerou-se que era importante que constassem também da lista (é o caso de todas as convenções internacionais e Diretivas da União Europeia).
- Por último, assinalar que as obrigações que cada diploma legislativo prevê podem variar em função da dimensão ou natureza de cada empresa (consoante seja, por exemplo, uma grande empresa ou uma PME), o que implica que tenha necessariamente de ser feita uma análise cuidada e profissional da aplicabilidade de cada diploma e de cada uma das suas obrigações a cada empresa em concreto.



Legislação ODS que impacta as empresas portuguesas

Diplomas Principais

A compilação da legislação internacional e nacional que toca a temática dos ODS e impacta empresas portuguesas que aqui se apresenta não é, nem pretende ser, exaustiva. Os ODS englobam uma multiplicidade de temáticas pelo que este levantamento pretende indicar os principais instrumentos legislativos das dimensões ambiental, social e de governança com impacto na atividade das empresas a operar em Portugal. Assim, este levantamento reúne apenas alguns dos diplomas atualmente vigentes considerados de particular relevância para os 17 ODS na Agenda 2030, pelo que nenhuma das entidades que colabora na presente compilação se responsabiliza por uma compilação personalizada que se destine a qualquer entidade ou situação particular e, por isso, não substitui o aconselhamento profissional.

AMBIENTE



Apresentam-se os principais instrumentos legislativos em matéria ambiental, correlacionados com os ODS relativos:

- ao “Planeta” (por referência à lógica dos 5 «P’s» dos ODS), e
- à “Biosfera” (base do *wedding cake* dos ODS).

Sobretudo ODS#6, ODS#13, ODS#14 e ODS#15, mas também ODS#11 e ODS#12. As Parcerias, ODS#17, por serem transversais e promoverem a implementação dos restantes ODS, relevam também neste âmbito ambiental.

Internacional



Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Assinada no Rio de Janeiro em junho de 1992, visa estabilizar as concentrações de gases efeito de estufa na atmosfera num nível que evite a interferência humana perigosa no sistema climático.



Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica. Assinada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a convenção tem três objetivos: a conservação da diversidade biológica (ou seja, a variedade de seres vivos do planeta); a utilização sustentável das componentes da diversidade biológica; e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos.



Protocolo de Quioto. Assinado em dezembro de 1997, visa limitar as emissões quantificadas de gases com efeito de estufa dos países desenvolvidos e, consequentemente, o aquecimento global.



Acordo de Paris. Assinado em abril de 2016, este acordo visa dar uma resposta global aos desafios ligados às alterações climáticas e, nomeadamente, à necessidade de travar o aumento da temperatura média global.

União Europeia



Diretiva 92/43/CEE do Conselho Relativa à Preservação dos Habitats Naturais e da Fauna e da Flora Selvagens. de 21 de maio de 1992. Esta Diretiva visa promover a manutenção da biodiversidade, tendo em conta as exigências económicas, sociais, culturais e regionais existentes “Diretiva Habitats”. Protege mais de 1000 animais e espécies vegetais e mais de 200 tipos de *habitats*. Juntamente com a Diretiva sobre Aves Selvagens, constitui a pedra angular da política europeia de conservação da natureza.



Diretiva 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de outubro de 2003. Estabelece o regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (“Regime CELE”).



Diretiva 2009/147/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2009. Estabelece um regime de conservação das aves selvagens (“Diretiva Aves”).



Diretiva 2014/89/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014. Estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo. A diretiva define a abordagem comum dos países da União Europeia (UE) no que respeita ao ordenamento das zonas marítimas. O novo quadro procura promover: o crescimento sustentável das economias marítimas, também designada “economia azul da UE”; o desenvolvimento sustentável das zonas marinhas; e a utilização sustentável dos recursos marinhos.



Pacto Ecológico Europeu - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões, COM (2019) 640 final, de 11 de dezembro de 2019. Corresponde a um pacote de medidas que deverá permitir que as empresas e os cidadãos europeus beneficiem de uma transição ecológica sustentável. Estas medidas são acompanhadas por um roteiro inicial de políticas fundamentais que aborda temas desde a redução das emissões ao investimento na investigação de ponta, de modo a preservar o ambiente natural da Europa.



Regulamento (UE) 2021/1119, do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de junho de 2021. Estabelece o regime para alcançar a neutralidade climática em 2050, e altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999. Também é conhecido como a “Lei Europeia do Clima” e define uma meta, para 2030, de redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa (após dedução das remoções) de, pelo menos, 55% em relação aos níveis de 1990.

Portugal



Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro. Aprova a Lei da Água, transpondo a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro “Diretiva-Quadro da Água”. Este diploma define o regime jurídico aplicável aos recursos hídricos, abrangendo, além das águas, os respetivos leitos e margens, bem como as zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas.



Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto. Aprova a Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais, que estabelece o regime jurídico que regula a aplicação de contraordenações em matéria ambiental, definindo, entre outros, o valor das coimas e outras sanções, conforme a gravidade da infração seja leve, grave ou muito grave.



Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio. Estabelece o regime jurídico da utilização dos recursos hídricos e dos respetivos título de utilização (autorização, licença e concessão).



Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho. Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais.



Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto. Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo, e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais ("Regime PCIP" - prevenção e controlo integrados da poluição).



Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro. Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.



Lei n.º 19/2014, de 14 de abril. Define as bases da política de ambiente ("Lei de Bases do Ambiente").. A política de ambiente visa a efetivação dos direitos ambientais através da promoção do desenvolvimento sustentável, suportada na gestão adequada do ambiente, em particular dos ecossistemas e dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de baixo carbono e uma «economia verde», racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.



Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro. Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.



Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro. Aprova o regime geral da gestão de resíduos e o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo um conjunto de diretivas europeias em matéria de resíduos.



Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro. Aprova a Lei de Bases do Clima, reconhecendo a situação de emergência climática. Ao nível nacional, as metas definidas para a redução de emissões (face aos valores de 2005) são de, pelo menos: pelo menos (i) 55% até 2030; (ii) 65% a 75% até 2040; e (iii) 90% até 2050 – com o compromisso de se avaliar uma possível antecipação da meta da neutralidade climática para, o mais tardar, 2045. Para o setor do uso do solo e floresta foi definida uma meta específica de sumidouro líquido (i.e., de retirada) de 13 megatoneladas de gases com efeito de estufa entre 2045 e 2050.

SOCIAL



Apresentam-se os principais instrumentos legislativos em matéria social, correlacionados essencialmente com os ODS relativos: - às "Pessoas", "Prosperidade" e "Paz" (por referência à lógica dos 5 «P's» dos ODS), e - à "Sociedade", mas também à "Economia" (por referência ao *wedding cake* dos ODS). Sobretudo ODS#1, ODS#2, ODS#3, ODS#4, ODS#5, ODS#6, ODS#8, ODS#10, ODS#16. As "Parcerias", ODS#17, por serem transversais e promoverem a implementação dos restantes ODS, relevam também neste âmbito social.

Internacional



Carta Internacional dos Direitos Humanos. Compilação dos três instrumentos fundamentais em matéria de Direitos Humanos - a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1949), o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966).



Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Concluída em Nova Iorque a 21 de dezembro de 1965, tem como objetivo a adoção de políticas de forma a eliminar todas as formas de discriminação racial.



Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Concluída em Nova Iorque a 18 de dezembro de 1979, tem como objetivo a adoção de medidas necessárias à supressão desta discriminação sob todas as suas formas e em todas as suas manifestações.



Convenção sobre os Direitos da Criança. Concluída em Nova Iorque a 20 de novembro de 1989, tem como objetivo proteger os direitos das crianças.

Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Adotada em 1998, tendo sido criada com o objetivo de estabelecer os princípios e direitos no trabalho. Neste contexto, notamos as oito convenções identificadas pelo Conselho de Administração da OIT como fundamentais - **Convenção n.º 182, sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças, 1999; Convenção n.º 138, sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, 1973; Convenção n.º 111, sobre a Discriminação em Matérias de emprego e Profissão, 1958; Convenção n.º 105, sobre a Abolição do Trabalho Forçado, 1957; Convenção n.º 100, sobre a Igualdade de Remuneração, 1951; Convenção n.º 98, sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva, 1949; Convenção n.º 87, sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical, 1948 e Convenção n.º 29, sobre o Trabalho Forçado ou**

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Concluída em Nova Iorque a 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (“UNGPs”). Resolução N.º A/HRC/RES/17/4 do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, de 6 de julho de 2011, que define os princípios fundamentais do regime internacional da responsabilidade corporativa em matéria de direitos humanos, nomeadamente o dever de diligência das empresas.

União Europeia

Diretiva 2000/43/CE do Conselho de 29 de junho de 2000. Estabelece o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Aprovada em dezembro de 2000, reúne o conjunto dos direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos e sociais dos cidadãos europeus.

Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016. Estabelece as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, incluindo potenciais obrigações de reporte. Designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Diretiva 2019/1158/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019. Estabelece requisitos mínimos destinados a alcançar a igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho, facilitando a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos trabalhadores que são progenitores ou cuidadores, prevendo direitos individuais relacionados com licença de paternidade, a licença parental e a licença de cuidador e regimes de trabalho flexíveis dos trabalhadores que são progenitores ou cuidadores.

Portugal

Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro. Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

Lei n.º 28/2016, de 23 de agosto. Visa combater as formas modernas de trabalho forçado.

Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto. Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro. Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, visando a sua contratação por entidades empregadoras do setor privado e organismos do setor público.

Lei n.º 26/2019, de 28 de março. Estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.

Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto – Lei de Proteção de Dados Pessoais - assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Lei n.º 27/2021, de 17 de maio – Aprova a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. A carta consagra um conjunto de normas inovadoras de regulação do ambiente digital de carácter horizontal e vertical (isto é, consagra direitos e deveres que se aplicam tanto às relações entre o Estado e os cidadãos, como às relações exclusivamente entre particulares). Regulando a segurança do ciberespaço, a Carta trata temas como a desinformação, o testamento digital, a proteção de utilizadores de plataformas online e a proteção dos menores.

GOVERNANÇA



Apresentam-se os principais instrumentos legislativos em matéria de governança, correlacionados essencialmente com os ODS relativos:

- à “Prosperidade”, “Paz” e “Parcerias” (por referência à lógica dos 5 «P’s» dos ODS), e
 - à “Sociedade” e à “Economia” (por referência ao *wedding cake* dos ODS).
- Sobretudo ODS#5, ODS#8, ODS#10, ODS#12, ODS#16. As “Parcerias”, ODS#17, por serem transversais e promoverem a implementação dos restantes ODS, relevam também neste âmbito de governança.

Internacional



Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Concluída a 31 de outubro de 2003 em Nova Iorque. Relativa à prevenção da contra a Corrupção, à penalização e aplicação da lei, à cooperação internacional e à recuperação de ativos.



Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais. Estabelece um conjunto de recomendações dirigidas pelos Estados membros da OCDE às empresas multinacionais. Tais recomendações (originalmente adotadas em 1976 e que foram atualizadas, pela 5.ª vez, em 2011) fornecem princípios e padrões voluntários para a conduta empresarial responsável num contexto global, de acordo com as leis adotadas e os padrões internacionalmente reconhecidos.

União Europeia



Regulamento (UE) N.º 995/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de outubro de 2010. Estabelece as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira, designadamente, quanto ao dever de diligência devida, e proibindo a colocação no mercado de madeira extraída ilegalmente e de produtos da madeira dela derivados.



Diretiva 2014/95/ UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de grandes empresas e grupos. Estabelece a obrigação, para determinadas empresas, de divulgarem informações sobre a forma como operam e como gerem temas ambientais, sociais, laborais, de respeito pelos direitos humanos, anticorrupção e suborno.



Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016: relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União (“Diretiva NIS”).



Regulamento (UE) N.º 2017/821 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017. Estabelece as obrigações referentes ao dever de diligência na cadeia de aprovisionamento que incumbe aos importadores da União de estanho, de tântalo e de tungsténio, dos seus minérios, e de ouro, provenientes de zonas de conflito e de alto risco.



Diretiva (UE) 2018/843 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 - altera a Diretiva (UE) 2015/849, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.



Regulamento (UE) 2019/796 do Conselho, de 17 de maio de 2019: relativo a medidas restritivas contra os ciberataques que constituem uma ameaça para a União ou os seus Estados-Membros. Aplica-se aos ciberataques com um efeito significativo, incluindo a tentativas de ciberataques com um efeito potencialmente significativo, que constituem uma ameaça externa para a União ou para os seus Estados-Membros.



Portugal



Decreto Lei n.º 89/2017, de 28 de julho. Estabelece as obrigações de divulgação de informações não financeiras e de informações sobre diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo para a ordem jurídica portuguesa a Diretiva 2014/95/UE. As empresas de interesse público e que tenham em média mais de 500 trabalhadores devem apresentar anualmente uma demonstração não financeira que inclua uma descrição das políticas seguidas em relação aos processos de diligência devida e os principais riscos sociais e ambientais ligados às atividades da empresa.



Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.



Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto. Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União Europeia.



Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto - Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS



A matéria do financiamento sustentável pode - e visa - ter impactos a nível transversal, instrumentais e de alavancagem de vários outros temas tratados pelos ODS - em especial dos temas ambiental e social -, razão pela qual se optou por autonomizar, num separador próprio, a legislação que enquadra esta matéria.

União Europeia



Plano de Ação: Financiar um crescimento sustentável - Comunicação da Comissão Europeia COM (2018) 97 final, de 8 de março de 2018 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões que aprova o Plano e cria uma estratégia para conectar o setor financeiro com a



Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019. Estabelece um regime de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.



Regulamento (UE) 2019/2089 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019. Altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que diz respeito aos índices de referência da UE para a transição climática, aos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris e à divulgação das informações relacionadas com a sustentabilidade relativamente aos índices de referência.



Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu - Comunicação da Comissão Europeia COM (2020) 21 final 14 de janeiro de 2020 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Aprova o Plano, que tem como objetivo apoiar a mobilização do investimento público e criar um quadro propício para facilitar e estimular os investimentos públicos e privados necessários para assegurar a transição para uma economia verde, competitiva, inclusiva e que assegure a neutralidade climática.



Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020.

("Regulamento Taxonomia UE") Este regulamento é relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e altera o Regulamento (UE) 2019/2088. O Regulamento estabelece os critérios para determinar se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, com vista a estabelecer em que grau um investimento é sustentável desse ponto de vista. Comumente chamado o "Regulamento Taxonomia", tem como objetivo disponibilizar às empresas e investidores uma linguagem comum que permita identificar as atividades económicas que poderão ser consideradas sustentáveis, através da implementação de seis objetivos ambientais. Ainda neste âmbito, damos nota dos seguintes atos delegados que, apesar de não estarem ainda em vigor, viram o seu texto adotado pela Comissão Europeia e aguardam o escrutínio dos legisladores: C/2021/4987 que complementa o Regulamento (UE) 2020/852, *supra* referido, especificando o teor e a apresentação das informações a divulgar pelas empresas abrangidas pelos artigos 19.º-A ou 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE relativamente às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, bem como a metodologia para dar cumprimento a essa obrigação de divulgação; e o C/2021/2800 que completa o mesmo Regulamento (UE) 2020/852 mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento



Regulamento Delegado (UE) 2021/1253 da Comissão de 21 de abril de 2021. Altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/565 no que diz respeito à integração dos fatores, dos riscos e das preferências de sustentabilidade em determinados requisitos em matéria de organização e nas condições de exercício da atividade das empresas de investimento.

Portugal



Decreto-Lei n.º 63/2020, de 7 de setembro: Regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento, S. A., e aprova os respetivos Estatutos. O Programa do XXII Governo Constitucional propõe o desenvolvimento de um banco verde, com o propósito de conferir capacidade financeira e acelerar as várias fontes de financiamento existentes dedicadas a investir em projetos sustentáveis, de neutralidade carbónica e de economia circular. Destaca-se ainda a opção de mobilizar os instrumentos financeiros mais adequados à promoção de uma economia verde, em linha com as orientações europeias para o financiamento sustentável. Assim, e prosseguindo os objetivos de racionalização das instituições financeiras em causa, inclui-se também na missão do Banco Português de Fomento, S.A., esta atribuição.



Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio: Estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência. No âmbito do pacote financeiro consensualizado pelo Conselho Europeu em julho de 2020 foi criado o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), permitindo a cada país planear um conjunto de reformas e investimentos. O diploma vem estabelecer o modelo de governação dos fundos europeus, no âmbito do MRR da União Europeia, enquadrado no *Next Generation EU*, para o período de 2021-2026, nomeadamente a estrutura orgânica, estratégica e operacional relativa ao acompanhamento e implementação do PRR em Portugal, designadamente, das competências de gestão, monitorização, acompanhamento, avaliação, controlo e auditoria, nos termos do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o MRR.

Tendências legislativas do futuro

Contrariamente ao que se verificou com a aprovação dos Objetivos do Milénio, na sua resolução que aprovou a Agenda 2030, a ONU apelou a todas as empresas – independentemente da sua dimensão, setor de atividade e geografia(s) – que aplicassem a sua capacidade de inovar na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável. Este apelo foi feito, já na altura, com a convicção de que a capacidade de concretização dos ambiciosos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030, estaria fortemente dependente da ação e colaboração de todos – Governos, empresas e sociedade civil.

Por outro lado, poucos anos após a aprovação da Agenda 2030, a emergência da situação climática levou também à adoção, pelo legislador europeu, do *Sustainable Finance Action Plan* e do *European Green Deal*, para fazer da Europa o primeiro continente a alcançar a neutralidade climática em 2050, através, entre outras medidas, da criação de incentivos ao investimento sustentável.

A aprovação do Regulamento da Taxonomia Ambiental (“Taxonomia”) – um sistema de classificação de atividades económicas consideradas sustentáveis – é uma peça-chave da legislação aprovada neste contexto, que constitui forte motivação para as empresas que querem continuar a captar investimento, a adaptarem a sua estratégia de negócio aos desafios da sustentabilidade. A contribuição, pelas empresas, para um ou mais dos seis objetivos ambientais definidos na Taxonomia, terá sempre, simultaneamente, um forte impacto num conjunto alargado de ODS, incluindo, no ODS#7 – Garantir o Acesso a Fontes de Energia Renováveis e Acessíveis, no ODS#12 – Produção e Consumo Sustentáveis, no ODS#13 – Ação Climática, nos ODS#14 e ODS#15 – Proteger a vida marinha e a vida terrestre, respetivamente. Também a Lei Europeia do Clima, aprovada em 2021 com o objetivo de livrar a Europa de gases com efeitos de estufa até 2050, e, bem assim, o pacote *Fit for 55*, que visa garantir a

redução das emissões daquele tipo de gases em 55% até 2030, terão, inevitavelmente, um enorme impacto no ODS#13 – Ação Climática, obrigando as empresas, sobretudo de setores fortemente emitentes, a adaptar o seu negócio, se quiserem manter-se competitivas.

É ainda importante notar que, de acordo com a Agenda 2030 das Nações Unidas, a preservação do Planeta não passa, apenas, pela ação climática, mas sim pela concretização de um conjunto alargado de 17 ODS, que vão do combate à pobreza à transição energética justa, da educação à justiça, da saúde ao trabalho digno.

Ou seja, é inequívoco o foco nas Pessoas, e na importância das Parcerias entre *stakeholders* privados, públicos e do setor social. É por isso que, no contexto da Agenda 2030, a ONU afirma que os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho e as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais deverão funcionar como referenciais internacionais da atividade empresarial, sem o que a implementação dos ODS não é, pura e simplesmente, possível.

A integração dos ODS pelo setor empresarial, enquanto linguagem comum para a sustentabilidade dos negócios em todo o mundo, contribuiu também para alertar as empresas para o seu papel no respeito pelos Direitos Humanos, fazendo o tema subir na agenda, nomeadamente, dos legisladores. A este respeito, a proposta de diretiva relativa ao Dever de Diligência das Empresas e à Responsabilidade Empresarial, em fase de adoção pela União Europeia, impõe às empresas de grande porte um dever de *due diligence* em matéria de Direitos Humanos, com sanções associadas, que poderá materializar um novo paradigma legislativo, com um enorme impacto, nomeadamente, na concretização do ODS# 8 – Trabalho Digno e Crescimento, do ODS#5 – Igualdade de Género e do ODS#10 – Reduzir as Desigualdades. Por outro lado, a nova diretiva europeia prospetivada

em matéria de reporte de sustentabilidade, conhecida como CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), promete conduzir a Europa à posição de *front runner* nesta temática, desde logo por estabelecer o objetivo de colocar a informação de sustentabilidade em estrito pé de igualdade com a informação financeira (incluindo em termos de certificação/auditoria). O reporte também é incentivado nos ODS, nomeadamente, no ODS#12 – Produção e Consumo Sustentáveis, que, entre as metas estabelecidas, propõe às empresas a adoção de práticas sustentáveis e a integração de informação relacionada com a sustentabilidade no seu ciclo de reporte (meta 12.6 – Incentivar as empresas a adotar práticas sustentáveis e relatórios de sustentabilidade). Resulta assim evidente que o alinhamento do negócio com os ODS contribuirá,

também, para um maior cumprimento das novas exigências legais em matéria de sustentabilidade, trazendo vantagem competitiva a todas aquelas empresas que comecem, desde já, a desenvolver esforços neste sentido.

Parece-nos claro que as empresas portuguesas do futuro serão as que consigam encarar os instrumentos legais em vigor (e aqueles que se perspetivam!) dentro do quadro legal europeu ESG (*Environment, Social and Governance*), como pistas relevantes e oportunidades tangíveis para evoluírem na sua jornada de sustentabilidade, através de um (melhor) alinhamento do seu negócio com o planeta e as (suas) pessoas.

Margarida Couto, Maria Folque e Francisco Almeida
VdA - VIEIRA DE ALMEIDA



A implementação dos ODS em Portugal

4.2

Esta secção pretende clarificar em que medida Portugal cruza os seus documentos estratégicos com a Agenda 2030, como está o país a concretizar cada um dos ODS, as suas metas e indicadores, e, como se posiciona, a nível internacional e no contexto europeu

em que se insere. Esta análise foi feita através da revisão de diferentes documentos públicos, revisão de literatura científica, bem como pela realização de entrevistas direcionadas a contactos-chave nesta área, em Portugal ¹¹.

A adoção da Agenda 2030 e as Prioridades Estratégicas de Portugal

De acordo com o seu Relatório Nacional Voluntário, Portugal teve uma participação ativa no processo de definição da Agenda 2030, como país membro da União Europeia e da Organização das Nações Unidas. No quadro da definição da posição da União Europeia, Portugal subscreveu o destaque para a necessidade de ser dada maior atenção às questões relativas à paz, segurança e boa governação, a defesa mais vinculada dos objetivos de promover sociedades

pacíficas e inclusivas, de erradicar todas as formas de discriminação e de violência, nomeadamente com base no género, e de conservar os mares e oceanos, gerindo os seus recursos de forma sustentável. Neste contexto, Portugal defendeu também a necessidade de a Agenda 2030 “assentar numa verdadeira partilha de responsabilidades entre atores públicos e privados e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além da tradicional abordagem Norte-Sul”.

Evidenciou a necessidade de haver uma “articulada cooperação e complementaridade entre os diferentes atores, nos planos global, regional e nacional, explorando as sinergias e interdependências entre as respetivas competências e estratégias, evitando duplicações e procurando maximizar capacidades e impacto” (Relatório Nacional Voluntário de Portugal, 2017, p. 6).

Perante este compromisso, Portugal encontra-se entre os 169 países signatários que em 2015 lançaram a Agenda 2030, em parceria com o setor privado e civil. Em todos estes países a avaliação dos progressos na implementação da Agenda 2030 deve ser realizada regularmente, envolvendo os Governos, a sociedade civil, as empresas e outros atores do desenvolvimento. Esta monitorização/avaliação impõe uma coordenação global de esforços. A nível nacional, compete ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a coordenação geral dos ODS em articulação com o Ministério do Planeamento e Infraestruturas.

Estando Portugal vinculado a estes compromissos enquanto País membro da ONU, o Ministério dos Negócios Estrangeiros assume o papel de coordenação geral da Agenda dos ODS, dada a necessidade de estreita articulação entre os dois eixos de implementação da Agenda 2030 (plano interno e plano externo). Este trabalho é feito em estreita colaboração com os restantes Ministérios em função das suas atribuições e da relação destes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e a Comissão Interministerial de Política de Cooperação atuam enquanto estruturas de coordenação interministerial, quer para a implementação dos ODS, quer para a preparação dos relatórios destinados a apoiar os processos de monitorização nacional, regional e global. Após o lançamento da Agenda 2030, em setembro de 2015, os vários países membros foram chamados, de forma facultativa, a elaborar Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) sobre a evolução da implementação dos ODS no seu país.

Através dos RNV, os Governos dos diferentes países apresentam pontos de situação sobre o estado dos ODS, expondo os desafios que têm enfrentado, bem como evoluções positivas. Os RNV servem, assim, de base para a monitorização que o Fórum Político de Alto-Nível realiza anualmente, no mês de julho. Os RNV visam facilitar a partilha de experiências, sejam sucessos, sejam desafios e lições retiradas pelos diversos países, de modo a promover a aceleração da implementação da Agenda 2030 a nível global. Têm também o intuito de fortalecer as políticas e as instituições, mobilizando o apoio dos diversos *stakeholders* e promovendo as parcerias com vista à implementação dos ODS. Desde o ano de 2015 foram já apresentados perto de 350 RNV por 189 dos Países membros da ONU, signatários da Agenda 2030, conforme lista disponibilizada pela ONU em <https://hlpf.un.org/vnrs>. Os dois países com mais publicações, que apresentaram já o seu 4.º RNV são o Togo e o Uruguai.

Relatório Nacional Voluntário em Portugal

No caso português, o [Relatório Nacional Voluntário](#) apresentado por Portugal às Nações Unidas em 2017 identifica o início do processo de adoção da Agenda 2030 pelo Governo e a necessidade da atuação conjunta de diferentes *stakeholders* de forma a garantir a sua implementação de forma transversal e integrada. A ambição nacional permeia-se, portanto, no espírito da cooperação, de forma a assegurar uma agenda inclusiva, e dá destaque à criação de mecanismos que propiciem esta articulação.

O documento prevê o desenvolvimento das políticas nacionais através de seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que foram definidos como prioritários para Portugal. Estes objetivos abrangem três componentes do desenvolvimento sustentável - a social, económica e ambiental:

¹¹ A lista de entrevistas realizadas poderá ser consultada no Anexo 1

- A. ODS#4 - Educação de Qualidade
- B. ODS#5 - Igualdade de Género
- C. ODS#9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas
- D. ODS#10 - Reduzir as Desigualdades
- E. ODS#13 - Ação Climática
- F. ODS#14 - Proteger a Vida Marinha

É atribuída importância central à educação, formação e qualificação das pessoas, traduzidas no ODS#4 - Educação de Qualidade. Esta priorização tem como objetivo inverter atrasos e exclusões históricas e promover igualdade e coesão social. É dado também ênfase ao respeito pela dignidade humana e pela redução das desigualdades entre homens e mulheres, traduzida no ODS#5 - Igualdade de Género.

No que diz respeito ao crescimento económico, Portugal elegeu como foco prioritário o ODS#9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas, que tem como objetivo promover o investimento em infraestruturas adequadas, numa indústria moderna, no progresso tecnológico e na digitalização da economia, com o

intuito de dinamizar um crescimento equilibrado que reforce o desenvolvimento social. No paradigma da prosperidade, o país ancora ainda as suas estratégias na promoção da justiça social, da equidade e igualdade de oportunidades, traduzidas no ODS#10 - Reduzir as Desigualdades.

No contexto ambiental, destaca-se o compromisso com a ação climática e a redução das práticas nocivas para o planeta, evidenciadas pelo ODS#13 - Ação Climática. Assinala-se também a importância estratégica que o mar e os oceanos possuem na história, geografia e identidade de Portugal, e assume-se o compromisso de priorizar a vida marinha e a proteção e exploração sustentável dos seus recursos, refletidas no ODS#14 - Proteger a Vida Marinha.

A escolha destes objetivos como prioritários para Portugal implicou a auscultação de vários stakeholders da sociedade civil e ONGs, a auscultação do setor público, incluindo as várias áreas ministeriais, e cidadãos. Não houve, na altura, auscultação do setor privado. Em setembro de 2022 Portugal já expressou perante a ONU o seu compromisso de apresentar, em 2023, um **novo RN**, em alinhamento com a União Europeia (que expressou, também, a sua intenção de **apresentar um RNV próprio**), e com as práticas internacionais da maioria dos Estados-Membros da UE que já têm publicados dois RNV (além de Portugal, também França, Irlanda e Lituânia manifestaram intenção de apresentar um novo RNV em 2023) – tudo conforme informação disponibilizada pela ONU em <https://hlpf.un.org/countries>.

Após a publicação do RNV português em 2017, e perante a crise da COVID-19 e o fim do ciclo de financiamento europeu 2020, Portugal trabalhou de uma forma estratégica nas suas prioridades de futuro. Nesse contexto foram publicados estudos e documentos de planeamento estratégico que pretendem traçar a direção e as prioridades de Portugal para os próximos anos nos eixos económico, social e ambiental. Estes documentos foram analisados de forma a melhor compreender se, e em que medida, o planeamento estratégico português está alinhado com a Agenda 2030.



Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030

As prioridades estratégicas apontadas no RNV português estão também presentes na **Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030**, desenvolvida e apresentada em julho de 2020 por António Costa Silva, designado pelo Governo para assegurar a coordenação dos trabalhos preparatórios de elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social 2020-2030 ¹². Neste estudo é preconizada uma visão estratégica para Portugal enunciada da seguinte forma:

(Silva, 2020, p. 68) *Recuperar a economia e proteger o emprego no curto prazo, e assegurar, no médio e longo prazo, a transformação da economia portuguesa tornando-a **mais sustentável social, ambiental e economicamente, mais resiliente, mais inclusiva, mais eficiente na gestão dos recursos, mais digitalizada, mais inovadora, mais interconectada** e capaz de **competir à escala europeia e global**, com base numa massa crítica equipada para fazer a diferença.*

¹² Através do Despacho n.º 6033-B/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 108, de 3 de junho de 2020.



O documento identifica, portanto, a estratégia portuguesa para assegurar progresso económico, social e ambiental no contexto pós COVID-19, promovendo alterações aos constrangimentos estruturais que inibem e limitam o desenvolvimento do país (Silva, 2020) e colocando “as empresas no centro da recuperação da economia, transformando-as no motor real do crescimento e da criação de riqueza” (Silva, 2020, p. 13).

A arquitetura concetual proposta por este documento - e que serviu de base ao Plano de Recuperação Económica de Portugal -, é baseada num eixo estratégico horizontal, identificado como motor da transformação económica. Este está alinhado com as principais agendas europeias de sustentabilidade, como as [Agendas Verde e Digital](#) Europeias, o [Pacto Ecológico Europeu](#), os [Planos Nacionais de Energia e Clima](#) e o [Roteiro de Neutralidade Carbónica 2050](#). A este eixo horizontal são atribuídos dez eixos verticais que têm por finalidade assegurar o desenvolvimento de Portugal como espaço geoeconómico integrado, globalmente conectado, economicamente competitivo, com oportunidades de emprego e manutenção do bem-estar social. Esta **arquitetura** pode ser visualizada na Figura 4.2.1.



Figura 4.2.1

Fonte: (Silva, 2020, p. 58)

EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Uma rede de infraestruturas indispensáveis
2. A qualificação da população, a aceleração da transição digital, as infraestruturas digitais, a ciência e tecnologia
3. O reforço do setor da saúde e a capitalização da resposta à crise
4. O Estado Social
5. A reindustrialização do país com os *clusters* dos recursos minerais estratégicos, energias renováveis, hidrogénio, bioeconomia sustentável e o *cluster* do mar
6. A reconversão industrial com a reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento, a fabricação de máquinas e equipamentos e a economia circular
7. A transição energética e a eletrificação da economia
8. A coesão do território, com a inclusão do interior na economia nacional, a dinamização da agricultura e da floresta e a transformação da paisagem
9. Um novo paradigma para as cidades e a mobilidade sustentável
10. Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

Figura 4.2.2

Fonte: (Silva, 2020, p. 70)

Alinhados com os 10 eixos estratégicos, Silva (2020) identifica 9 objetivos fundamentais para a recuperação e desenvolvimento de Portugal na próxima década.

OBJETIVOS	
1.	Terminar a construção de uma rede estratégica de infraestruturas de transportes e mobilidade, ambientais e de energia, indispensáveis à sustentabilidade, competitividade e conectividade do território.
2.	Reforçar a aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.
3.	Reforçar o Serviço Nacional de Saúde (SNS), aumentando a sua capacidade de resposta e fazendo evoluir a sua organização para a diversificação e flexibilização de serviços de saúde e potenciando o <i>cluster</i> de saúde nacional de vantagens competitivas e de afirmação no mercado internacional.
4.	Investir no Estado Social, contribuindo para a criação de riqueza e de emprego e para que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social possam viver com dignidade e participar ativamente na sociedade.
5.	Apostar na reindustrialização do país e desenhar fileiras estratégicas associadas às energias renováveis, ao hidrogénio verde, à bioeconomia sustentável, aos recursos minerais e ao mar, garantindo a descarbonização das atividades e assegurando uma transição justa.
6.	Prosseguir com a reconversão industrial e preparar o tecido industrial para os desafios do futuro, garantindo a transição energética e a descarbonização, adotando modelos de uma economia circular e apostando também nas cadeias curtas e nos recursos endógenos.
7.	Apostar mais do que nunca na eficiência energética, na incorporação crescente de energias de fontes renováveis e no apoio à produção renovável descentralizada, de forma a assegurar a transformação da matriz energética nacional, a criação de emprego intensivo e especializado e o combate à pobreza energética.
8.	Promover a coesão do território por via de programas orientados para a preservação da biodiversidade, a valorização do capital natural e a transformação da paisagem, apostando numa floresta ordenada e resiliente e numa atividade agrícola adaptada ao território, preparada para enfrentar os efeitos das alterações climáticas e para cadeias curtas de distribuição e de consumo.
9.	Desenvolver cidades mais verdes e promotoras de uma melhor vivência em comunidade, com apoio à habitação de longa duração, e aposta na mobilidade urbana elétrica e ativa, com a construção de ciclovias e desenvolvimento de novas soluções de logística urbana.

Figura 4.2.3
Fonte: (Silva, 2020, p. 69)

Enquadramento Estratégico Portugal 2030

Em alinhamento com a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 de António Costa Silva, o Ministério do Planeamento do Governo português aprovou, em novembro de 2020 ¹³, a [Estratégia Portugal 2030](#). Este documento sistematiza os principais elementos da Estratégia Portugal 2030 e define como o país deve responder aos desafios e impactos da pandemia COVID-19, que exigem “um novo ciclo de políticas estruturais, com uma ambição renovada, que promova a dupla transição – climática e digital – e, ao mesmo tempo, reforce a resiliência, a coesão e a competitividade da nossa economia, sociedade e território” (Estratégia Portugal 2030, 2020, pp. 7 e 8).



O documento prevê ainda uma resposta ao desafio demográfico que Portugal enfrenta e a transformação estrutural necessária para melhorar os níveis de vida dos cidadãos portugueses, definindo a Estratégia Portugal 2030 como o “quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década” (Estratégia Portugal 2030, 2020, p. 8).

A Estratégia Portugal 2030 “consubstancia a visão da próxima década de recuperação e convergência de Portugal com a Europa” (preâmbulo da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro](#), que a aprovou) e integra as seguintes quatro agendas temáticas:

- **Agenda temática 1** – As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade.
- **Agenda temática 2** – Digitalização, inovação e qualificações como motores do Desenvolvimento.
- **Agenda temática 3** – Transição climática e sustentabilidade dos recursos.
- **Agenda temática 4** – Um País competitivo externamente e coeso internamente.

A Figura 4.2.4 abaixo demonstra o alinhamento entre a Estratégia Portugal 2030 e os Eixos Estratégicos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, mencionado anteriormente.

¹³ Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro..



Figura 4.2.4

Fonte: (Estratégia Portugal 2030, 2020, p. 8)

É importante sublinhar que é omissa a articulação das agendas temáticas e dos eixos de intervenção com os objetivos e metas da Agenda 2030. Nem a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 nem o Enquadramento Estratégico Portugal 2030 fazem uso da linguagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apesar de a Estratégia Europeia que serve de orientação a estes documentos estar totalmente alinhada com os ODS.

Com o objetivo de analisar este tema, Pedro Neves, no artigo “Aligning Post Covid19 Recovery Plans with the SDGs (The Portuguese Case)”, analisa e explicita o alinhamento das 4 Agendas Temáticas

e dos 10 Eixos Estratégicos identificados nos documentos, com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neves (2020) conclui que, através de uma abordagem flexível, é possível traduzir os planos nacionais de acordo com a linguagem ODS e pode concluir-se que há um alinhamento entre a visão de António Costa Silva, a Agenda Estratégica Portugal 2030 e os ODS. A correspondência feita pelo autor surge evidenciada na Figura 4.2.5 abaixo.



Figura 4.2.5

Fonte: Autores, baseado em (i) imagem extraída do Estratégia Portugal 2030, 2020 e análise do artigo (ii) Aligning Post Covid19 Recovery Plans with the SDGs (The Portuguese Case), Pedro Mateus das Neves, 2020.

A agenda “As Pessoas Primeiro” incorpora intervenções focadas em cinco domínios estratégicos: Sustentabilidade demográfica; Promoção da inclusão e luta contra a exclusão; Resiliência do sistema de saúde; e o Combate às desigualdades e à discriminação. Esta agenda cruza com os eixos 3 - O Setor da Saúde e o Futuro e 4 - O Estado Social da Visão Estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030. Se considerarmos o cruzamento que Neves (2020) faz dos eixos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, podemos concluir que estão associados à agenda “Pessoas Primeiro” os ODS #1- Erradicar a Pobreza; #3 - Saúde de Qualidade; #5 - Igualdade de Género e ODS#10 - Reduzir as Desigualdades.

No que diz respeito à “Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento”, o

foco estratégico está na: a enumeração tem sido feita até aqui através de vírgulas. acho fica mais coerente se assim for também. Esta agenda cruza com os Eixos 2 - Qualificação da população, transição digital, Ciência e Tecnologia; 5 - A Reindustrialização do país e 6 - A Reconversão Industrial.

Segundo Neves (2020), tais eixos podem ser associados a esta agenda os ODS#4 - Educação de Qualidade; ODS#6 - Água Potável e Saneamento; ODS#7 - Energias Renováveis e Acessíveis; ODS#9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas; ODS#12 - Produção e Consumo Sustentáveis; ODS#13 - Ação Climática e ODS#14 - Proteger a Vida Marinha.

A Agenda da “Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos” tem por objetivo: Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética; Tornar a economia circular; Reduzir os riscos e



valorizar os ativos ambientais; Agricultura e florestas sustentáveis; Economia do mar sustentável. Esta agenda está associada aos Eixos 7 - A Transição Energética e a Eletrificação da Economia e 8 - Coesão do Território, Agricultura e Floresta.

Segundo Neves (2020), tais eixos podem ser associados aos ODS#2 - Erradicar a Fome, ODS#7 - Energias Renováveis e Acessíveis, ODS#8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico, ODS# 10 - Reduzir as Desigualdades, ODS#11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS#15 - Proteger a Vida Terrestre.

A quarta agenda temática enfatiza o desenvolvimento de “Um país competitivo externamente e coeso internamente”, tendo por objetivo central potenciar o papel das cidades e das zonas urbanas enquanto fatores de competitividade nacional.

As intervenções buscam desenvolver a competitividade das redes urbanas, a competitividade e coesão na baixa densidade; projeção da faixa

atlântica e a inserção territorial no mercado ibérico. Esta estratégia traduz-se nos Eixos 1 - Rede de Infraestruturas, 8 - Coesão do Território, Agricultura e Floresta, 9 - Um Novo Paradigma para as Cidades e Mobilidade e 10 - Cultura, Serviços, Comércio e Turismo e, segundo Neves (2020), tais estão associados aos ODS#2 - Erradicar a Fome, ODS#9 - Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS#10 - Reduzir as Desigualdades, ODS#11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS#15 - Proteger a Vida Terrestre, ODS#16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes e ODS#17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos.

A análise de Neves (2020) identifica uma clara oportunidade de se adotar a linguagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para traduzir e dar coesão à estratégia do Governo na implementação da Agenda Estratégica Portugal 2030. Apesar de as estratégias públicas de Portugal estarem alinhadas

com as políticas de desenvolvimento global e europeias, as quais se alinham totalmente com os ODS, este alinhamento e correspondência não são evidenciados nos documentos produzidos pelo Estado português.

Como melhor se desenvolverá abaixo, no seu parecer sobre a Conta Geral do Estado, publicado em dezembro de 2021, o Tribunal de Contas analisa a Estratégia Portugal 2030, principal referencial para as políticas públicas no nosso país. Da sua análise, o Tribunal concluiu que, se é verdade que a referida Estratégia acolhe os princípios do desenvolvimento sustentável, é, no entanto, omissa quanto à articulação com a Agenda 2030, nomeadamente no que respeita aos ODS definidos por Portugal como prioritários, não favorecendo a incorporação dos compromissos assumidos nas políticas públicas, a sensibilização, visibilidade e divulgação dos ODS.

Conclui-se, assim, que **seria, desde logo, interessante e recomendável que estes documentos estratégicos para Portugal se alinhassem, de forma expressa e patente, com os ODS**. Esse alinhamento é, antes de mais, uma oportunidade de melhoria que passa por evidenciar a correspondência entre as estratégias definidas por Portugal e a Agenda 2030, a qual poderá dar ainda mais destaque ao posicionamento do país no contexto internacional e europeu.

Plano de Recuperação e Resiliência

Com base na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 e na Estratégia Portugal 2030, foi aprovado, em 2021, o **Plano de Recuperação e Resiliência** (PRR) nacional. O PRR enquadra-se no **Next Generation EU**, instrumento europeu concebido para impulsionar a recuperação económica e social dos países europeus pós COVID-19. O **Next Generation EU** tem por objetivo transformar a Europa para torná-la mais verde, mais digital e mais resiliente, em alinhamento com a Agenda 2030. O PRR orienta-se pelas estratégias e



políticas nacionais e alinha-se com a prioridade mais digital e mais resiliente, em alinhamento com a Agenda 2030. O PRR orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais e alinha-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital. Desta forma, este plano de recuperação assume-se como uma componente essencial para concretização da Estratégia Portugal 2030 no contexto pós-pandémico, em alinhamento com as diretrizes europeias.

O PRR possui três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital. Estas dimensões estão alinhadas com o desenvolvimento e o progresso social, a transição e a proteção ambiental e a prosperidade económica. Todos estes são princípios estruturantes da Agenda 2030, refletidos nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As 3 dimensões concretizam-se em 20 componentes, 37 reformas e 83 investimentos, que serão implementados até 2026. A Figura 4.2.6 ilustra as componentes identificadas em cada dimensão:



Figura 4.2.6

Fonte: As três dimensões e respetivas componentes do PRR (PRR, 2020, p. 5)

A dimensão **Resiliência** está associada ao aumento da capacidade de reação face a crises e desafios atuais e futuros. Esta dimensão surge para promover uma recuperação transformativa, duradoura, justa, sustentável e inclusiva, sendo entendida no contexto PRR em todas as suas vertentes: resiliência social, resiliência económica e do tecido produtivo e resiliência territorial.

A dimensão **Transição Climática** resulta do compromisso de Portugal com as metas climáticas que permitirão alcançar a neutralidade carbónica até 2050, de acordo com o estabelecido no Acordo

de Paris. A descarbonização da economia e da sociedade oferece oportunidades importantes e prepara o país para realidades que serão os fatores de competitividade no futuro.

Na dimensão **Transição Digital**, estão previstas reformas e investimentos nas áreas da digitalização de empresas e do Estado e no fornecimento de competências digitais.



COMPONENTES	1. As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	2. Inovação e Qualificações com motores de desenvolvimento	3. Sustentabilidade dos recursos e transição climática	4. Um País competitivo externamente e coeso internamente
C1. Serviço Nacional de Saúde	✓			
C2. Habitação	✓			
C3. Respostas Sociais	✓			
C4. Cultura		✓		✓
C5. Capitalização e Inovação Empresarial		✓		
C6. Qualificações e Competências		✓		
C7. Infraestruturas				✓
C8. Florestas			✓	
C9. Gestão Hídrica			✓	
C10. Mar			✓	
C11. Descarbonização da Indústria			✓	
C12. Bioeconomia Sustentável			✓	
C13. Eficiência Energética dos Edifícios			✓	
C14. Hidrogénio e Renováveis			✓	
C15. Mobilidade Sustentável			✓	
C16. Empresas 4.0		✓		
C17. Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	✓	✓	✓	✓
C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios		✓		
C19. Administração Pública: Capac. Digit. e Interop.		✓		
C20. Escola Digital		✓		

Figura 4.2.7

Fonte: Alinhamento do PRR com as Agendas da Estratégia Portugal 2030 (PRR, 2020, p. 69)

Como referido, por estar baseado numa agenda europeia que se encontra alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o PRR alinha-se também, na sua essência, com a Agenda 2030. Se cruzarmos a informação constante da Figura 4.2.7 com a identificação dos ODS associados a cada agenda temática da Estratégia Portugal 2030 (cfr. Figura 4.2.5 acima) vemos que é possível associar as três dimensões do PRR e respetivas componentes aos ODS. No entanto, o PRR não faz menção direta à linguagem dos ODS, o que se considera ser uma oportunidade de melhoria.

A este propósito importa referir que, como se explicitará abaixo, no seu parecer sobre a Conta Geral do Estado, publicado em dezembro de 2021, o Tribunal de Contas analisa, também, o PRR, concluindo que não é possível nele “identificar as medidas e os recursos que contribuem para a prossecução da maioria dos ODS”.

Ainda de acordo com o Tribunal de Contas, “das 20 áreas com investimentos previstos, apenas três -

Saúde, Mar e Indústria, com 14% do custo estimado, mencionam os ODS associados”. Há referência, no PRR, ao ODS#3 na componente Saúde, referência aos ODS#9 e ODS#14 na componente Mar e referência aos ODS#7, ODS#12 e ODS#13 na componente Indústria.

Tais referências limitam-se, no entanto, à identificação dos ODS, não especificando o contributo de cada uma das reformas e dos investimentos propostos para atingir as metas e indicadores dos ODS. Também não há especificação, no PRR, quanto aos ODS definidos como prioritários para Portugal no Relatório Nacional Voluntário (Tribunal de Contas, 2021).

Releva, também, para analisar a articulação entre o PRR e a Agenda 2030, considerar as ponderações feitas pela Comissão Europeia no “[Relatório sobre Portugal](#)” [que acompanha as suas recomendações ao Conselho](#) (datado de maio de 2022). Neste relatório a Comissão emite sugestões/avaliação sobre o programa nacional de reformas de Portugal de 2022. Através deste programa compete ao

Conselho formular o seu parecer sobre o programa de estabilidade de Portugal de 2022. De acordo com o Anexo I do referido “Relatório sobre Portugal” a Comissão Europeia conclui que Portugal regista:

A. Bom desempenho ou progressos nos indicadores dos ODS relacionados com a sustentabilidade ambiental e social – ODS#2, ODS#7, ODS# 9, ODS#11, ODS#12, ODS#13:

a. Houve um aumento da quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia. No entanto, os indicadores da economia circular continuam a representar um problema, com a taxa de reciclagem de resíduos urbanos a diminuir e a taxa de utilização de materiais circulares em níveis muito baixos;

b. Várias medidas do PRR visam reforçar o contributo para a redução geral das emissões de gases com efeito de estufa, por exemplo: renovações de eficiência energética (e combate à pobreza energética), extensão das linhas de metropolitano, aumento da utilização de bioprodutos na indústria e sua descarbonização (impulso à produção e utilização de hidrogénio e de gases renováveis, diversificando e descarbonizando o cabaz energético), medidas de adaptação no domínio da eficiência hídrica e gestão da paisagem.

B. Bom desempenho ou progressos globais nos indicadores económicos e de justiça social – ODS#1, ODS#2, ODS#3, ODS#4, ODS#5, ODS#8, ODS#10:

a. Quase todos os indicadores de pobreza registaram uma melhoria acentuada em Portugal entre 2015 e 2020, com níveis claramente melhores do que a média da União Europeia. Houve também melhoria no que diz respeito ao ensino superior. As desigualdades também diminuíram, mas subsistem problemas: hiato urbano-rural, disparidades ligadas à cidadania em matéria de emprego e integração dos jovens; a maioria dos indicadores de saúde e bem-estar, apesar

de haver melhorias, estão aquém da média da UE, especialmente quanto a poluição sonora, mortalidade rodoviária, taxa de obesidade.

b. O PRR inclui medidas no sentido de se avançar no sentido de uma sociedade mais equitativa e saudável, como seja uma reforma dos serviços de cuidados primários, paliativos, integrados e mentais, uma reforma dos hospitais públicos, bem como investimentos em serviços sociais de base comunitária.

C. Progressos nos indicadores dos ODS relacionados com a produtividade - ODS#4, ODS#8, ODS#9:

a. As competências digitais básicas da população adulta estão a progredir, o desempenho do mercado de trabalho português é relativamente bom em comparação com a média da UE, com uma elevada taxa de emprego e uma diminuição acentuada do desemprego de longa duração; os níveis de investigação e desenvolvimento (I&D) e inovação, embora tenham melhorado, são ainda motivo de preocupação;

b. O PRR inclui medidas ambiciosas para melhorar a ligação entre empresas e universidades, aumentar a I&D, e reformar o ensino e formação profissionais (incluindo ensino e formação ao longo da vida e destinados a grupos etários e sociais específicos). Estas medidas têm potencial para transformar o setor empresarial português e o sistema de investigação e inovação (ex. reformas e investimentos em setores como a agricultura, a bioeconomia e a economia azul).

D. Bom desempenho ou progressos nos indicadores relacionados com a estabilidade macroeconómica - ODS#8, ODS#16:

a. Portugal está a recuperar o seu atraso em relação à UE no que respeita ao investimento (em % do PIB); as despesas da Administração Pública com os tribunais judiciais têm progredido em linha com o

resto da UE, tendo havido uma diminuição na percentagem da população que denuncia um crime, violência ou vandalismo;

b. O PRR inclui medidas destinadas a modernizar os tribunais administrativos e fiscais, bem como medidas de simplificação de procedimentos jurídicos.

Pode, assim, concluir-se que, apesar de o PPR português não fazer uso da linguagem dos ODS e não estabelecer a devida articulação entre esse programa e a Agenda 2030, há, materialmente, um alinhamento entre este documento e os ODS.

Segundo se refere, também, no “Relatório sobre Portugal” da Comissão Europeia, os fundos da política de coesão da União Europeia já contribuem substancialmente para os ODS, apoiando 11 dos 17 ODS - sendo que 93% das despesas no seu âmbito contribuem para a consecução destes objetivos (cfr. Anexo 3 - “Outros Instrumentos da UE para a Recuperação e do Crescimento”).

Não obstante, analisando o [Acordo de Parceria](#) assinado entre Portugal e a Comissão Europeia em 14 de julho de 2022, pelo qual se fixam os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos fundos europeus entre 2021 e 2027, a Agenda 2030 é mencionada uma só vez, sendo, também, apenas um ODS referido (e uma única vez) – o ODS#12.

Tribunal de Contas – monitorização nacional

O Tribunal de Contas é uma instância importante para o avanço e para a promoção do desenvolvimento sustentável dado o seu papel de auditor da mobilização dos recursos financeiros públicos. O Tribunal de Contas tem, assim, um papel fulcral na monitorização da prossecução dos ODS pelas entidades públicas. Este papel está associado ao facto de os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serem uma estratégia de ação global que encontra desafios e oportunidades nos diferentes contextos e

exige a mobilização de recursos financeiros.

Conforme referido no [Plano Estratégico do Tribunal de Contas para 2020-2022](#), é objetivo estratégico desta entidade para o triénio em causa “Contribuir para a gestão sustentável das finanças públicas”, sendo que lhe é atribuído o eixo prioritário de ação “auditar a implementação em Portugal da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

O Tribunal de Contas tem avaliado, portanto, a eficácia das políticas públicas e da prossecução de diversos ODS, assumindo que esse compromisso “implica a adoção de uma abordagem transversal, sistémica e integrada para a auditoria direcionada à implementação dos ODS” (Plano Estratégico do Tribunal de Contas para 2020-2022, p. 11).



Neste sentido, o [Parecer sobre a Conta Geral do Estado](#), publicado anualmente pelo Tribunal de Contas, incluiu, em 2019 e em 2020, um capítulo dedicado à Agenda 2030. Esse capítulo deixou, no entanto, de existir no mais recente [Parecer, referente a 2021](#) e apresentado à Assembleia da República em 4 de outubro de 2022 (em que não é feita qualquer referência à Agenda 2030).

O [Parecer referente ao ano de 2020](#) (publicado em dezembro de 2021), indica que, no Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2018 (publicado em 2019),

foi incluída uma apreciação à operacionalização dos ODS em Portugal no que respeita à sua estrutura de coordenação, implementação, monitorização e revisão, bem como aos recursos financeiros alocados por programas e medidas de política sectorial.

À data de 2019, destacou o Tribunal de Contas como aspetos positivos: 1) a existência de um compromisso político, 2) a existência de um modelo institucional para a implementação dos ODS, e 3) a divulgação periódica de indicadores pelo INE.

Apesar dos passos dados no sentido de criar as condições para a implementação dos ODS, o Tribunal de Contas conclui que subsistem insuficiências como 1) a inexistência de uma estratégia e de planos concretos para a implementação da Agenda 2030 (Tribunal de Contas, 2021), bem como 2) outras insuficiências no âmbito dos recursos financeiros, da monitorização do contributo das medidas e políticas para os ODS, e da informação e reporte sobre a evolução dos progressos nos ODS.

O Tribunal de Contas emite, ainda no seu Parecer referente a 2020, algumas conclusões interessantes:

- Ainda não se encontram quantificados os recursos financeiros alocados à implementação dos ODS (não estimados ou executados).
- Não foram desenvolvidos sistemas de medição dos resultados da implementação e de monitorização das metas que permitam o acompanhamento e revisão sistemáticos da Agenda 2030, designadamente quanto à avaliação das políticas adotadas, à identificação de lacunas e à divulgação dos resultados atingidos.
- A monitorização da implementação dos ODS é efetuada apenas ao nível estatístico, mediante análise dos indicadores da ONU aplicáveis, não existindo metas e indicadores nacionais específicos nem uma monitorização qualitativa do contributo efetivo das medidas e políticas para os ODS.
- A apresentação de relatórios públicos periódicos sobre os progressos de implementação dos ODS,

a nível nacional, ficou circunscrita ao Relatório Nacional Voluntário.

O Tribunal de Contas recomendou ao Governo que “assegure a inclusão dos ODS nos documentos orientadores das políticas públicas, de modo a reforçar o compromisso com esses objetivos e permitir a monitorização qualitativa do contributo das medidas e políticas, bem como nos documentos do processo orçamental, identificando os recursos financeiros associados à sua implementação”.

A avaliação da consideração da Agenda 2030 nos documentos estratégicos do país

Perante a análise dos principais documentos estratégicos de Portugal para a década 2020–2030, é possível concluir que estes não fazem uso da linguagem ODS. Estes documentos não estão expressamente relacionados nem procuram evidenciar uma contribuição direta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, materialmente, as prioridades assumidas nas estratégias definidas para Portugal são orientadas, no seu espírito e conteúdo, pelos princípios de Desenvolvimento Sustentável traduzidos nos ODS, procurando o desenvolvimento e progresso social, económico e ambiental do país.

Este alinhamento bebe essencialmente da orientação de política oriunda da União Europeia sendo, por isso, possível associar as transformações almejadas e as áreas de intervenção estratégicas do Governo com os objetivos e metas globais para 2030. Esta realidade evidencia o bom posicionamento e capacidade do país em desenhar os seus planos estratégicos de forma alinhada com a implementação da Agenda 2030. Portugal teria, no entanto, a ganhar se tornasse visível e evidenciasse esse alinhamento.

Estado da arte: posicionamento de Portugal na implementação da Agenda 2030

Analisadas as prioridades definidas por Portugal nos seus documentos estratégicos à luz da “lente” dos ODS, importa também aferir como se posiciona o país à luz dos mais recentes relatórios que monitorizam o estado da implementação da Agenda 2030 em diferentes países. Importa apurar como se compara Portugal com os demais países, para percebermos em que aspetos nos destacamos e para podermos identificar os aspetos em que existe oportunidade de progresso.

A implementação dos ODS em Portugal tem vindo a ser um processo desafiante desde 2017, ano em que os ODS estratégicos para o país foram definidos e o primeiro RNV foi oficialmente lançado. Desde essa data que a evolução de Portugal e o seu posicionamento nesta Agenda são positivos, mas ainda com um largo caminho de melhoria. É nesse sentido que apontam as principais conclusões das entidades que têm vindo a avaliar, tanto a nível internacional, como europeu e nacional, a implementação dos ODS no país. Deste modo, foram analisados diferentes documentos de forma a aferir o posicionamento relativo de Portugal na Europa e no Mundo em matéria de ODS.



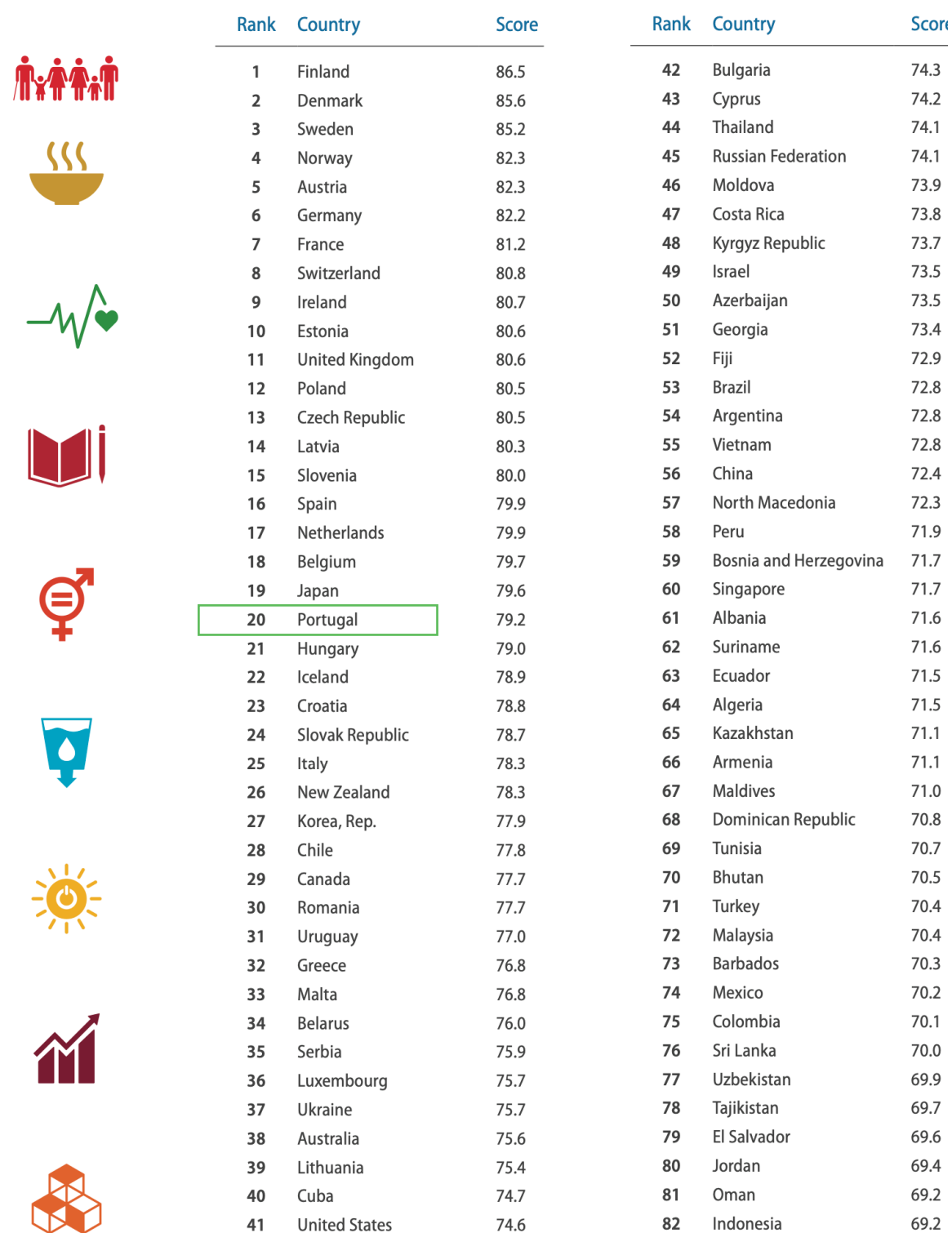
O **Sustainable Development Report 2022** (SDG Index 2022) reporta o desempenho e progresso dos países na implementação da Agenda 2030. Identifica os ODS que, para cada país, representam maiores desafios e aqueles em que os países estão melhor posicionados, bem como as tendências de progresso de cada indicador. O indicador de tendência demonstra que um ODS pode ser um grande desafio para um país, mas ainda assim apresentar tendências de melhoria (ver secção 4.1).

No último relatório publicado, referente ao ano de 2022, Portugal encontra-se na 20ª posição de entre 163 países avaliados, estando, portanto, entre os 12% países mais bem posicionados. Apesar de alguns ajustes introduzidos nos indicadores e metodologia seguidos em 2022, **é de realçar que entre 2021 e 2022, Portugal progrediu da 27ª para a 20ª posição no ranking global, ficando acima da média dos países da OCDE.**

Os países que lideram o *ranking* são, em primeiro lugar, a Finlândia, seguida da Dinamarca e da Suécia; os três países membros da UE com o pior *score* são a Lituânia, a Bulgária e o Chipre, respetivamente, conforme se pode ver na Figura 4.2.8.

(A) Sustainable Development Report 2022

Ranking dos países em 2022



Fonte: SDG Index (2022)

A Figura 4.2.9 abaixo traduz a *performance* de Portugal relativamente a cada um dos ODS, comparando os valores relativos a 2021 e a 2022.



Figura 4.2.9

Importa notar que de acordo com o SDG Index (2021), os “grandes desafios” de Portugal estavam associados aos ODS#2, ODS#13, ODS#14 e ODS#15. O SDG Index (2022) aponta, agora, a necessidade de haver melhorias significativas nos ODS#6, ODS#13 e ODS#15 (tendo, ainda assim, havido uma evolução positiva no desempenho dos últimos dois entre 2021 e 2022), e evidencia os *gaps* que permanecem, e onde também são necessárias melhorias, nos ODS#2, ODS#12 e ODS#14, com um desempenho negativo e tendências, ou negativa (ODS#14), apenas moderadamente positiva (ODS#2) ou estagnada (ODS #12).

Em 2022, os maiores desafios de Portugal concentram-se, portanto, nos ODS#2, ODS#12 e ODS#14, sendo de notar que os dados usados para analisar o ODS#2 em 2022 foram exatamente os mesmos usados em 2021. Dessa forma, a falta de progresso que culmina numa avaliação negativa é, na verdade, consequência da falta de informação atualizada.

Recordando os ODS definidos como estratégicos por Portugal no RNV de 2017 - os ODS#4, ODS#5, ODS#9, ODS#10, ODS#13 e ODS#14, além do que acima já se referiu quanto aos ODS# 13 e ODS# 14, há que

assinalar o seguinte:

Portugal mantém o desempenho no que ao ODS# 5 diz respeito (com tendência para evoluir positivamente), tendo, quanto ao ODS#4, estagnado na tendência que, em 2021, era de melhoria. O ODS#9 está, em 2022, com uma tendência positiva. Houve também melhoria no desempenho do ODS#10, permanecendo a tendência moderadamente positiva. O ODS que se destaca como sendo aquele em que Portugal se apresenta com melhor desempenho e tendência é, claramente, o ODS#7.

Também no que respeita aos ODS#1, ODS#5 e ODS#16, embora apresente ainda um desempenho com vários desafios a ultrapassar, Portugal está claramente numa trajetória positiva já desde 2021 (tendência positiva que, no caso do ODS#16, apenas surgiu no SDG Index (2022)).

Nos ODS#3 e ODS#11, Portugal manteve o seu desempenho (existindo ainda desafios a ultrapassar) e a sua tendência de melhoria moderada. O ODS#6 degradou o seu desempenho entre 2021 e 2022, reclamando melhorias significativas (embora apresente uma tendência positiva). No ODS#8, embora mantenha uma tendência de melhoria, Portugal desacelerou nesse caminho, apresentando

ainda alguns desafios ao nível do desempenho. No ODS#17 não houve alteração entre 2021 e 2022, apresentando Portugal ainda desafios significativos ao nível do desempenho e uma tendência apenas moderadamente positiva.

Por outro lado, é também interessante considerar o posicionamento de Portugal quando comparado com a média da *performance* dos países da OCDE, que o SDG Index (2022) também reporta. Dessa perspetiva – e considerando a Figura 4.2.9 acima e a Figura

- 4.2.10 abaixo –, Portugal está:
- melhor nos ODS#7, ODS#10, ODS#13, ODS#15 e ODS#16, e com tendência de melhoria mais positiva no ODS#5;
 - pior nos ODS#1, ODS#2, ODS# 4, ODS#6, ODS#9, ODS#12 e ODS#17.

No ODS#14, Portugal está com mau desempenho (tal como a média da OCDE), mas com tendência a piorar face à média OCDE.

Performance dos países da OCDE no SGD Index (2022)

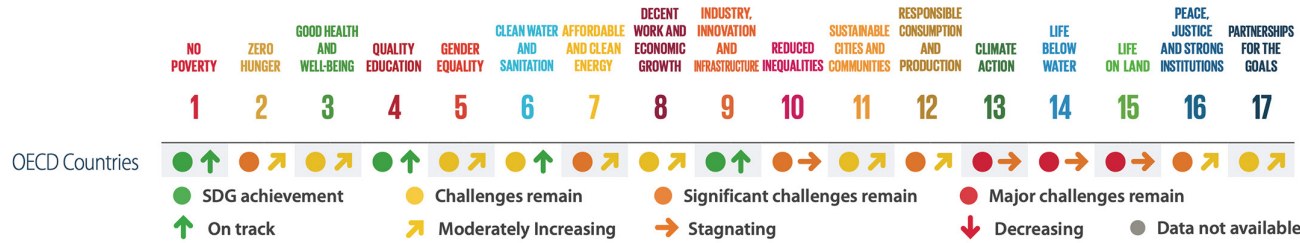


Figura 4.2.10
Fonte: SDG Index (2022)

(B) Europe Sustainable Development Report 2021

Além do relatório global do desenvolvimento sustentável, e como já vimos, são também publicados relatórios de nível regional, importando agora analisar o que resulta do último relatório publicado referente à Europa, que data de dezembro de 2021.

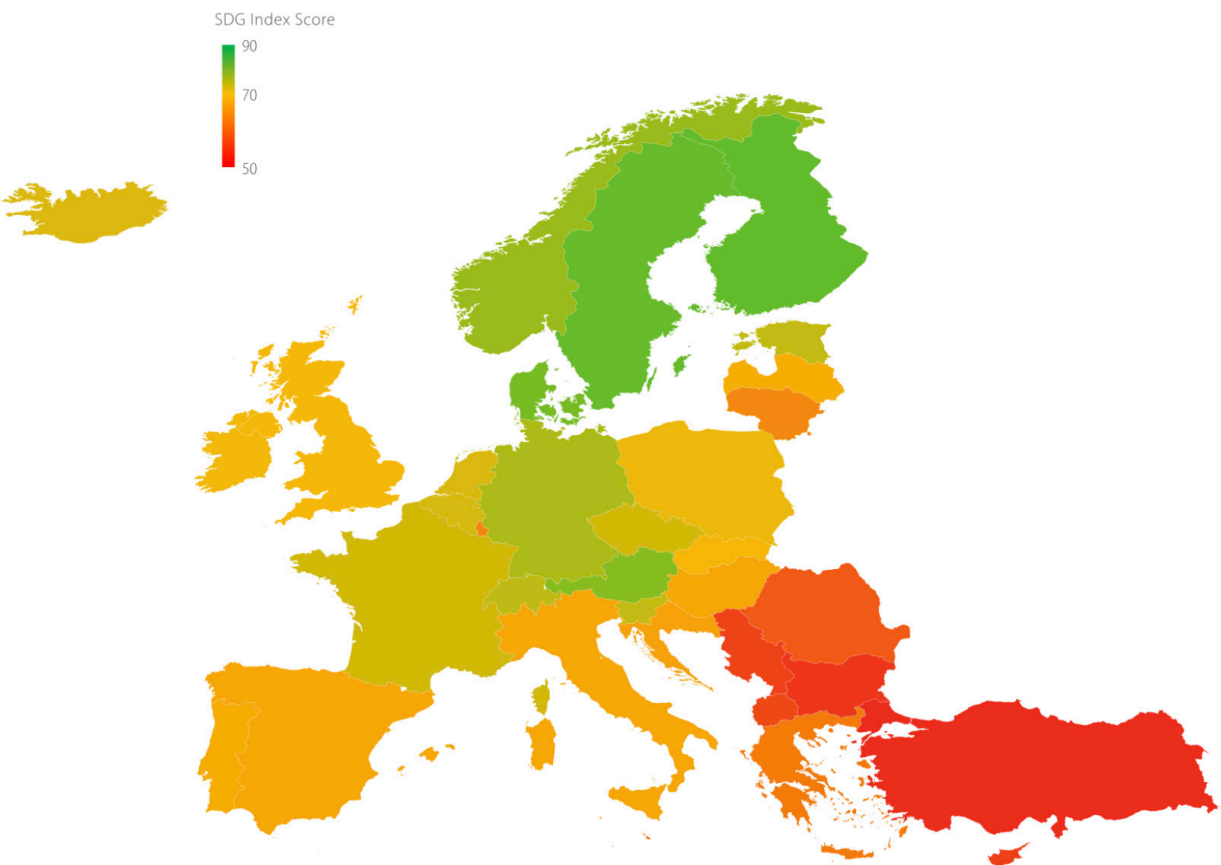
Recorda-se que, à semelhança do relatório global SDG Index (2022), o *Europe Sustainable Development Report 2021 (ESDR, 2021)* identifica os ODS que, para cada país, representam maiores desafios e aqueles em que os países estão melhor posicionados, bem como as tendências de progresso de cada indicador.



De acordo com este relatório, Portugal encontra-se na 20.ª posição de entre os 34 países avaliados (27 membros da União Europeia acrescentando a Noruega, a Suíça, a Islândia, o Reino Unido, a Macedónia do Norte, a Sérvia e a Turquia).

Ranking dos países da Europa no ESDR (2021)

Figure 1.7 | 2021 SDG Index Scores and Rankings by country and subregions



SDG Index Rank	Country	SDG Index Score	SDG Index Rank	Country	SDG Index Score	Subregion	Score
1	Finland	80.8	18	Slovak Republic	70.0	European Union	71.4
2	Sweden	80.6	19	Latvia	69.3	Northern Europe	80.6
3	Denmark	79.3	20	Portugal	69.1	EFTA Countries	75.1
4	Austria	78.0	21	Hungary	68.5	Western Europe	74.0
5	Norway	76.7	22	Spain	68.5	Baltic States	69.3
6	Germany	75.3	23	Italy	68.5	Southern Europe	68.3
7	Switzerland	74.0	24	Croatia	68.0	Central and Eastern Europe	68.0
8	Estonia	73.7	25	Lithuania	66.1	Candidate Countries	55.3
9	Slovenia	73.5	26	Luxembourg	65.8	Albania	NA
10	France	72.7	27	Greece	64.8	Bosnia and Herzegovina	NA
11	Czech Republic	72.6	28	Malta	63.6	Liechtenstein	NA
12	Belgium	72.5	29	Romania	61.6	Montenegro	NA
13	Netherlands	72.1	30	North Macedonia	59.9		
14	Iceland	72.1	31	Serbia	59.3		
15	Poland	71.0	32	Cyprus	58.6		
16	Ireland	70.6	33	Bulgaria	57.6		
17	United Kingdom	70.2	34	Turkey	55.7		

Fonte: ESDR (2021)
Figura 4.2.11

Os países que lideram o *ranking* são, em primeiro lugar, a Finlândia, seguida da Suécia e, depois, da Dinamarca; os três países membros da UE com o pior score são a Roménia, seguida do Chipre e, em último lugar, a Bulgária.

A Figura 4.2.12 traduz a *performance* de Portugal para cada um dos ODS, à data de 2021, de acordo com o ESDR (2021). A legenda de cores dos quadrados coloridos, bem como das setas é a mesma já acima descrita para o SDG Index (2022).



Figura 4.2.12
Fonte: ESDR (2021)

A comparação destes resultados de Portugal no ESDR (2021) com os reportados, no SDG Index (2021) e, depois, no SDG Index (2022) (Figura 4.2.9 acima), seguindo a sequência cronológica dos três relatórios, permite tirar algumas conclusões interessantes sobre o posicionamento de Portugal no que respeita aos 17 ODS:

Verifica-se que Portugal obteve uma melhoria nos seguintes ODS:

- ODS#7** (embora o desempenho se mantenha se compararmos apenas o SDG Index (2021) e o SDG Index (2022), melhorou face ao desempenho e tendência reportados no ESDR (2021))
- ODS#11** (embora o desempenho se mantenha se compararmos apenas o SDG Index 2021 e SDG Index (2022), melhorou face ao desempenho reportado no ESDR (2021))
- ODS#13** (demonstrando uma melhoria progressiva ao longo dos três relatórios sob comparação)

- ODS#15** (demonstrando uma melhoria progressiva ao longo dos três relatórios sob comparação)
- ODS#16** (que, embora tenha piorado se compararmos o SDG Index (2021) e o ESDR (2021), melhorou de tendência no SDG Index (2022) face a ambos)

Pelo contrário, o desempenho de Portugal piorou no que respeita aos seguintes ODS:

- ODS#2** (embora o desempenho se mantenha se compararmos apenas o SDG Index (2021) e o SDG Index (2022), piorou, quando comparamos o SDG Index (2022) com o ESDR (2021))
- ODS#4** (que, apesar de manter o seu desempenho, apresentou uma tendência, no SDG Index (2022), no sentido da estagnação)
- ODS#6** (que, embora mantenha uma tendência de melhoria, piorou o seu desempenho no SDG Index (2022) face aos dois relatórios de 2021)
- ODS#8** (embora o desempenho e a tendência se mantenham entre o ESDR (2021) e o SDG Index 2022,

a tendência piorou face ao SDG Index (2021))

- ODS#12** (em que Portugal regrediu no SDG Index (2022))
- ODS#14** (em que o desempenho de Portugal não só se apresenta negativo como, apesar de uma tendência de estagnação no ESDR (2021), apresenta, no SDG Index (2022), uma tendência, também ela, negativa)

Os ODS em que Portugal manteve o seu posicionamento, tanto em termos de desempenho como em termos de tendências, são os seguintes:

- ODS#1**
- ODS#3**
- ODS#5**
- ODS#17**

No **ODS#9** Portugal manteve o seu desempenho, embora tenha progredido positivamente no que respeita à tendência apresentada por este ODS, que agora é de melhoria.

Quanto ao **ODS#10**, embora o desempenho de Portugal tenha melhorado do SDG Index (2021) para o SDG Index (2022), piorou se compararmos este último relatório com o ESDR (2021).

É, também, interessante verificar que, salvo no que respeita aos ODS#9, ODS#11, ODS#15 e ODS#16 (em que Portugal apresenta, ou pior desempenho, ou pior tendência), Portugal compara de forma positiva com a média da União Europeia (apurada no ESDR (2021)) no que aos demais ODS diz respeito - conforme resulta da comparação do quadro do desempenho e tendências do país (ver Figura 4.2.12 acima) com o quadro correspondente referente à União Europeia, que de seguida se apresenta:

Performance da União Europeia no ESDR (2021)

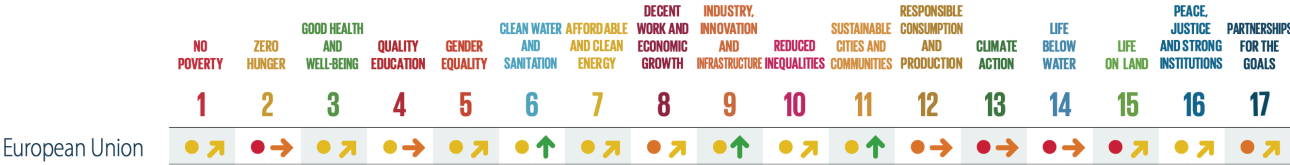


Figura 4.2.13

Fonte: ESDR (2021)

Resulta da análise conjunta dos relatórios SDG Index (2021), SDG Index (2022) e ESDR (2021) que Portugal apresenta uma evolução positiva sobretudo nos ODS#13 e ODS#15, mas também nos ODS#7, ODS#11 e ODS#16. Realça-se que, destes, apenas o ODS#13 é um dos que Portugal definiu como estratégico no seu RNV de 2017.

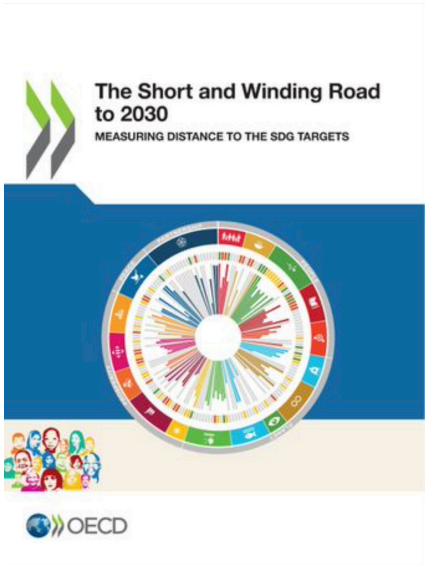
Portugal tem de desenvolver esforços de melhoria nos ODS#2, ODS#6, ODS#12 e ODS#14, mas também nos ODS#4, ODS#8, ODS#9 e ODS#10, nos quais é

necessário que o desempenho e a tendência do país conheçam melhorias evidentes. Recordar-se que destes, os ODS#4, ODS#9, ODS#10 e ODS#14 foram definidos como estratégicos para Portugal.

Portugal não deve, também, deixar de promover uma melhoria nos ODS#1, ODS#3, ODS#5 (ODS estratégico para Portugal) e ODS#17, onde estagnou em termos de desempenho e tendência.

O país deve, assim, considerar todos estes aspetos no contexto da preparação do novo RNV que pretende apresentar à ONU em 2023. Pode aproveitar esta oportunidade para fazer o ponto de situação em que se encontra quanto a cada um dos ODS e definir estratégias e medidas para os promover e implementar.

(C) The Short and Winding Road to 2030 - Measuring Distance to the SDG Targets - OCDE 2022



No relatório da OCDE *The Short and Winding Road to 2030 - Measuring Distance to the SDG Targets - OCDE 2022* da [análise específica referente a Portugal](#) resulta que o país já atingiu 20 das 129 metas relativamente às quais apresenta dados (metas sobretudo dos ODS#3 e ODS#16) - sendo que o relatório não deixa de realçar que, tal como relativamente a muitos países da OCDE, há falta de dados referentes a Portugal (só há dados referentes a 129 das 169 metas). Os ODS com mais dados em falta são os ODS#11, ODS#13 e ODS#14, realçando igualmente a OCDE que se verifica uma *performance* desigual entre os 17 ODS.

Portugal apresenta melhor desempenho nos seguintes aspetos:

- Muitas metas atingidas ou perto disso em

matéria de saúde

- Lei promove igualdade de género, mas ainda há desigualdade salarial (embora os dados considerados se reportem a 1999)
- Níveis de captação de água relativamente baixos, mas há margem para melhorar a eficiência hídrica
- Produção energias renováveis em crescimento
- Eficiência energética acima da média da OCDE
- Progressos em termos de inclusão de minorias étnicas e raciais e políticas migratórias
- Boa qualidade do ar nas cidades
- Reciclagem e compostagem em melhoria, mas recuperação de materiais abaixo da média e desperdício alimentar alto

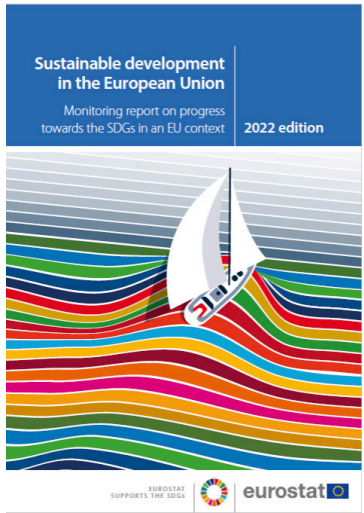
Como maiores desafios para Portugal, o relatório da OCDE em apreço destaca os seguintes:

- Maiores dificuldades e custo elevado no acesso aos serviços de saúde para grupos vulneráveis e os níveis altos de obesidade, consumo de álcool e tabaco são ainda fortes causas de mortalidade e morbilidade
- Níveis baixos de proteção de ecossistemas relacionados com a água
- Crescimento económico lento | baixa produtividade | salários baixos (valor horário do trabalho é metade da média da OCDE), apesar de os níveis de desemprego terem baixado e encontrarem-se abaixo da média da OCDE
- Uso do solo: área urbanizada cresce mais rápido que a população
- Lacuna na monitorização do impacto económico e ambiental do turismo

- Bastantes desafios em matéria de consumo e produção responsáveis, designadamente no que respeita a resíduos químicos e perigosos
- 1/3 do solo degradado (em 2015) - segundo valor mais alto nos países da OCDE, depois do México | perda significativa de biodiversidade
- Menos de metade da população tem confiança no sistema judicial
- Baixa assistência financeira para o desenvolvimento

(D) Sustainable Development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context - EUROSTAT 2022

O relatório anual do EUROSTAT monitoriza, de uma perspetiva quantitativa, o progresso da União Europeia na consecução da Agenda 2030, com base no grupo específico de indicadores oficialmente selecionados a partir da lista global de indicadores das Nações Unidas. Os indicadores selecionados são considerados os mais relevantes e adequados no contexto europeu e não são, por isso, exatamente coincidentes com os indicadores globais. Permitem, no entanto, monitorizar melhor o progresso, considerando fenómenos particularmente relevantes no contexto europeu, tendo em linha de conta as políticas de longo prazo da UE.



De acordo com o *Sustainable Development in the European Union - Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context* (Report EUROSTAT 2022), a situação de Portugal (considerando a sua evolução nos últimos 5 anos) é a refletida no gráfico abaixo:

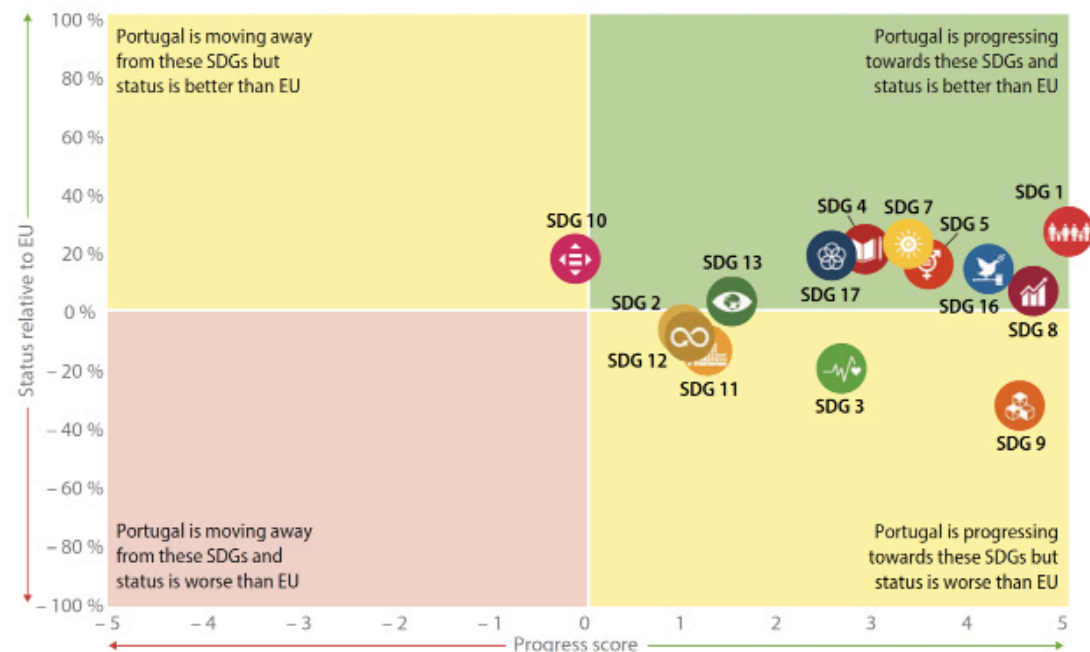


Figura 4.2.14

Fonte: Report EUROSTAT (2022)



Os indicadores são selecionados de acordo com:

- Pertinência face à meta ou ODS;
- Relevância no contexto nacional;
- Atualidade da informação;
- Relevância analítica;
- Preferência por novos indicadores e com informação nova face à publicação anterior (última de 2021);
- Número equilibrado de indicadores para os 17 objetivos.

Note-se que os indicadores podem ter interpretações diversas de acordo com a meta ou objetivo ao qual se associam e que pretendem monitorizar. Por exemplo, o crescimento do PIB tem impacto positivo na economia e no ODS#8, mas pode ter impactos negativos nos ODS ambientais. O mesmo acontece para o ODS#9: o aumento do número de passageiros nos transportes rodoviários e aéreos pode ser considerado favorável no que diz respeito à infraestrutura do país (ODS#11), mas ter um impacto considerado negativo num ODS ambiental, como o ODS#13. Portanto, uma interpretação objetiva dos indicadores deve ser “efetuada à luz da meta/objetivo onde se inserem, que idealmente deverá explicitar o sentido desejável da respetiva evolução” (p.14, INE, 2022).

No relatório de 2022 foram analisados 163 indicadores (mais 11 do que na edição de 2021). Estes indicadores foram comparados com o ano anterior (2020 vs. 2021) e igualmente face ao período (2015 vs. 2021).

1. Comparação entre 2015 e 2021

- 55% dos indicadores tiveram evolução positiva
- 17% apresentaram uma evolução desfavorável
- 3% não registaram alterações
- 25% não possuem informação

Os ODS, à exceção do ODS#5, ODS#12, ODS#14 e ODS#15, apresentaram evoluções favoráveis ou atingiram a meta em 50% ou mais dos indicadores.

Apenas no ODS#12 se observou uma maioria de indicadores com evolução desfavorável. O consumo interno de materiais por unidade do PIB apresenta uma evolução desfavorável, aumentando em 2020 face a 2015. Note-se que este resultado tem associada uma redução significativa do PIB em 2020 e a alteração da sua composição em consequência da pandemia. Também os resíduos setoriais perigosos *per capita* e a pegada material apresentaram uma evolução desfavorável face a 2015. Note-se, porém, que se observou uma tendência favorável na proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem. Vale, de qualquer modo, ressaltar que o ODS#12 é o único com menos de 40% de indicadores disponíveis.

2. Comparação entre 2020 e 2021

- 40% dos indicadores tiveram evolução positiva
- 22% apresentaram uma evolução desfavorável
- 7% não registaram alterações
- 31% não possuem informação

Os ODS#3, ODS#6, ODS#7 e ODS#11 apresentaram evolução **favorável** em pelo menos 50% dos indicadores avaliados:

Nos ODS#1 e ODS#2, o número de indicadores com evolução **desfavorável** superou os indicadores com

Deste gráfico resulta, que, em relação a um alargado conjunto de ODS, Portugal está bem posicionado, conhecendo um progresso positivo acima da UE nos ODS#1, ODS#4, ODS#5, ODS#7, ODS#8, ODS#13, ODS#16 e ODS#17.

(E) Agenda 2030: Indicadores para Portugal 2015/2021 - INE

Portugal também acompanha o desempenho dos seus indicadores ODS através do trabalho do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este é o órgão responsável pelo acompanhamento estatístico da Agenda 2030 e por atualizar o conjunto de indicadores de Portugal. Desempenha, portanto, um papel fundamental na monitorização dos progressos alcançados no cumprimento da Agenda 2030.

No seu quinto e mais recente relatório **Agenda 2030 - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para Portugal 2015 / 2021**, de 3 de junho de 2022, o INE analisa 163 indicadores de natureza multidisciplinar (de um total de 248), dos quais 42 são selecionados para uma avaliação em maior detalhe. Realça-se que este corresponde ao mais recente relatório analisado no presente trabalho sobre o contexto português.

Prosseguindo numa trajetória positiva, embora abaixo da europeia, é o caso dos ODS ODS#2, ODS#3, ODS#9, ODS#11 e ODS#12.

Dos ODS apresentados, aquele em que Portugal apresenta pior desempenho, estando ligeiramente a afastar-se do objetivo - embora, ainda assim, se encontre melhor que a UE - é o ODS#10.

É de realçar o facto de não se apresentar qualquer referência ao posicionamento de Portugal no que se refere aos ODS#6, ODS#14 e ODS#15, por falta de dados disponíveis.

Disponibilidade de indicadores ODS para Portugal



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

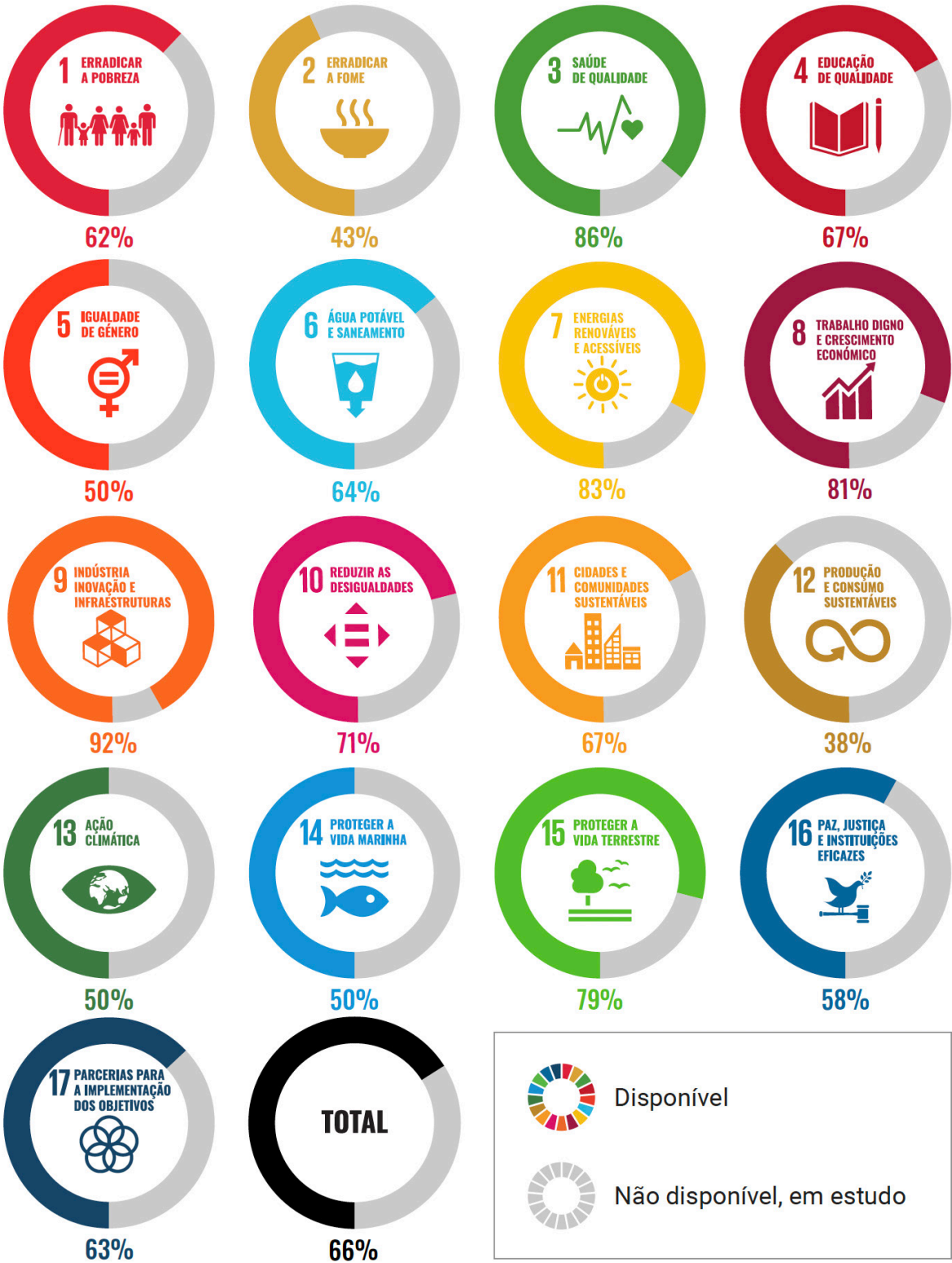


Figura 4.2.15

Fonte: INE (2022)

evolução favorável.

No que se refere ao ODS#1, importa notar que a taxa de risco de pobreza, que tinha vindo a diminuir, aumentou em 2020, sendo que, segundo o INE, os impactos da pandemia COVID-19 não estão ainda inteiramente refletidos nos diversos indicadores. Contudo, a taxa observada neste ano foi, ainda assim, inferior à registada em 2015.

Quanto ao ODS#2, as tendências são favoráveis em termos de segurança alimentar, mas desfavoráveis no que se refere aos índices de obesidade e ao indicador de anomalias dos preços da alimentação, que se deteriorou em 2020.

No que se refere, em particular, aos ODS estratégicos para Portugal nos termos do RNV de 2017 (ODS#4, ODS#5, ODS#9, ODS#10, ODS#13 e ODS#14), importa dar nota do seguinte:

- O ODS#4 apresenta uma maioria de indicadores favoráveis, com um aumento das taxas de conclusão do ensino básico e secundário, a par da taxa de escolarização aos 5 anos. As tendências têm, no entanto, sido menos favoráveis para os resultados e competências educativas em algumas áreas (como a proficiência em leitura). O volume de apoios públicos para bolsas também aumentou face a 2015, tendo, no entanto, observado uma redução significativa entre 2019 e 2020, possivelmente associada à pandemia e ao seu impacto nas deslocações.
- Quanto ao ODS#5, apresenta um quadro maioritariamente favorável, embora a situação do género permaneça longe da paridade. Em 2022 existem mais mulheres eleitas para a Assembleia da República que em 2015 (embora se verifique uma redução nas eleições de 2022 face às de 2019), mas menos mulheres presidentes de municípios, comparando as eleições de 2021 e 2017. A proporção de mulheres com cargos de chefia também aumentou, inclusive na Administração Pública.

- ODS#9, apesar de ter uma maioria de indicadores com evolução favorável, possui ainda uma grande proporção de indicadores com resultado negativo sobre o total de indicadores avaliados, e encontra desafios no que diz respeito ao valor acrescentado das microempresas industriais na economia do país e na proporção da despesa em investigação e o desenvolvimento no PIB (que aumentou, mas que se mantém, ainda, longe do objetivo de aumento para 3% do PIB).
- Os indicadores relativos ao ODS#10 são também, em geral, favoráveis, tendo o rendimento médio aumentado desde 2015 (embora tenha diminuído entre 2019 e 2020 para os 40% da população com menores recursos). As desigualdades de rendimento também diminuíram até 2019, mas ter-se-ão intensificado em 2020. O impacto redistributivo da política fiscal apresentou uma tendência desfavorável e, em termos de solidez financeira, a tendência foi, em geral, positiva, tendo diminuído o crédito malparado. Em termos de políticas de migração Portugal melhorou, tendo adotado políticas que facilitam a migração e a mobilidade de pessoas ordenada, segura, regular e responsável. O investimento direto estrangeiro passou de uma situação de saldo positivo em 2015-2019 para saldo negativo em 2020, agravado em 2021.
- No que se refere ao ODS#13, Portugal demonstra ter progressos favoráveis, embora se conclua que serão necessários mais progressos para cumprir a meta de redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa (face a 2005) até 2030.
- Por último, quanto ao ODS#14, os dados disponíveis têm ainda um âmbito limitado, assim condicionando a sua avaliação global. Em matéria de implementação de instrumentos internacionais destinados ao combate da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, Portugal tem uma classificação máxima, no entanto, tem vindo a diminuir a proporção do investimento em investigação e desenvolvimento

em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual.

Segundo nota o INE, a falta de informação relativamente a 34% dos indicadores deve-se, sobretudo, à falta de alguns desenvolvimentos metodológicos, ainda em debate à escala internacional, noutros casos não se dispõe de informação adequada ou, noutros ainda, os indicadores não têm relevância para Portugal. Os ODS em que existe falta de informação e, por isso, dificuldade em perceber o respetivo progresso são, sobretudo, os ODS#3, ODS#4, ODS#5 e ODS#15 (para o período 2015-2021), e os ODS#2, ODS#3, ODS#4, ODS#5, ODS#15 e ODS#16 (no que diz respeito à evolução de 2020 para 2021).

O INE alerta, ainda, para o facto de no período de referência da publicação (2015-2021) ainda não estar refletido o possível impacto do conflito na Ucrânia no progresso dos ODS, assinalando que é expectável que o mesmo tenha implicações para o cumprimento da Agenda 2030 a nível global, regional e nacional. As suas consequências deverão ser particularmente acentuadas na Europa e em indicadores relacionados com os domínios da migração, energia, rendimento e crescimento económico, inflação, desigualdades.

Tendo em conta a análise deste relatório, e sem prejuízo de a avaliação efetuada ter de ser atualizada oportunamente em face dos novos dados que vierem a estar disponíveis sobre a atual conjuntura, podemos concluir que Portugal se encontra mais avançado nos ODS#4, ODS#6, ODS#7, ODS#17 (analisando a evolução 2015-2021), precisando de trabalhar essencialmente os ODS#1 e ODS#2, bem como apostar na melhoria (de informação e de implementação) no que respeita aos ODS que elegeram como estratégicos no seu RNV.

Conclusões quanto ao posicionamento de Portugal na implementação da Agenda 2030

Para o apuramento do posicionamento de Portugal na implementação da Agenda 2030 foi cruzada a informação constante dos diversos relatórios produzidos aos vários níveis - internacional, europeu e nacional - acima analisados, de modo a alcançar uma análise holística.



Os diferentes relatórios avaliam o desempenho e a tendência dos países por referência aos indicadores definidos para cada meta de cada um dos ODS, no entanto, os indicadores considerados podem variar - e efetivamente variam - de relatório para relatório, o que faz com que os pressupostos das análises possam nem sempre ser diretamente ou totalmente comparáveis. Ainda assim o paralelismo foi efetuado.

Desta análise resulta uma primeira conclusão: que é necessário reforçar a importância da priorização e da utilização concreta de metas e dos indicadores de desenvolvimento sustentável. Evidencia-se, também, a importância do acompanhamento do progresso destes indicadores para balizar o desenvolvimento de políticas públicas e demonstra-se, por outro lado, a grande oportunidade que Portugal tem de se alinhar com a Agenda 2030 através da adoção da linguagem ODS em todos os documentos estratégicos do país.

Principais Desafios da Implementação dos ODS em Portugal

Tendo em conta a análise efetuada, Portugal enfrenta alguns desafios na implementação da Agenda 2030 no país, os quais devem ser considerados no contexto da preparação do novo RNV que Portugal assumiu o compromisso de apresentar à ONU. Desses desafios destacam-se os seguintes:

1. Desafio de linguagem – os documentos estratégicos do país não adotam a linguagem universal dos ODS, embora, materialmente, as prioridades assumidas sejam orientadas, no seu espírito e conteúdo, pelos princípios de Desenvolvimento Sustentável, sendo possível associar as linhas estratégicas definidas do Governo com os objetivos e metas globais da Agenda 2030.

2. Desafio de alinhamento entre objetivos Governamentais e política – inexistência de uma estratégia e de planos concretos por ministério que contribuam de forma efetiva para as medidas e políticas ODS e as priorizem face à realidade do país e aos ODS definidos no RNV português como prioritários.

3. Desafio de monitorização: definição de metas e indicadores específicos para a realidade nacional – o Tribunal de Contas aponta este como um importante desafio; Portugal monitoriza alguns indicadores ODS mas tem ainda o desafio de estabelecer metas e indicadores nacionais específicos e monitorizáveis ao longo do tempo, de uma forma sistemática e transparente, que permitam o acompanhamento e revisão da Agenda 2030.

4. Desafio de monitorização: avaliação qualitativa – a monitorização da implementação dos ODS é efetuada apenas ao nível estatístico, mediante análise dos indicadores das Nações Unidas aplicáveis: não há medida qualitativa do contributo efetivo das medidas e políticas para os ODS.

5. Desafio financeiro e de transparência – ainda não se encontram quantificados os recursos financeiros alocados à implementação dos ODS (nem os estimados e muito menos os executados). Os recursos financeiros do Estado e os fundos públicos não estão necessariamente alinhados com as prioridades estratégicas dos ODS para o país.

6. Desafio de reporte e compromisso internacional – a apresentação de relatórios públicos oficiais e periódicos sobre os progressos de implementação dos ODS, a nível nacional, ficou circunscrita ao Relatório Nacional Voluntário de 2017. Existe, portanto, oportunidade da sua atualização.

7. Desafio de cooperação e de aplicação da Agenda 2030 na sua componente de cooperação – os

ODS não serão concretizáveis sem parcerias entre o setor público, privado e sociedade civil. Neste sentido, as ambições públicas na priorização da concretização da Agenda 2030 em Portugal deveriam partir de um planeamento concreto das áreas e modos como estas parcerias podem ser exponenciadas, promovendo o diálogo e procurando sinergias entre os vários setores, sob a égide e linguagem dos ODS.

8. Desafios conjunturais - estão ainda por apurar os impactos económicos e sociais que a guerra na Ucrânia está a ter e terá em Portugal, embora se considere que os efeitos indiretos possam ser significativos, em especial em matéria de energia, de produtos agrícolas, de certas matérias-primas como os metais, e de produtos como materiais de construção e componentes para automóveis.

9. Desafios concretos nos ODS - em jeito de balanço face aos relatórios analisados, conclui-se que Portugal tem feito progressos em todos os ODS, enfrentando ainda, no entanto, um conjunto de desafios, dos quais se destacam os seguintes:

a. ODS#2 - Erradicar a Fome, com tendência de melhoria contínua, designadamente em matéria de segurança alimentar. No entanto, há indicadores desfavoráveis no que se refere aos índices de obesidade e ao indicador de anomalias dos preços da alimentação, que se deteriorou em 2020.

b. ODS#12 - Produção e Consumo Sustentáveis, com tendência desfavorável, apresentando bastantes desafios em matéria de consumo e produção responsáveis, designadamente no que respeita à gestão de resíduos químicos e perigosos, incluindo resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, havendo, também, desempenho muito negativo ao nível da exportação de resíduos de plástico. Apesar de haver melhorias na reciclagem e compostagem, estas ainda não são satisfatórias, e apresentam-se desafios em matéria de

recuperação de materiais e no combate ao desperdício alimentar. Os desafios são grandes ao nível da economia circular, com uma percentagem baixa de utilização de matérias circulares, verificando-se, ainda, uma tendência negativa em matéria de emissões de alguns parâmetros poluentes como o dióxido de enxofre (SO₂).

c. ODS#13 - Ação Climática (ODS definido como estratégico para Portugal), com tendência de melhoria contínua. Portugal demonstra ter progressos favoráveis, embora o INE tenha concluído que serão necessários mais progressos para cumprir a meta de redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa (face a 2005) até 2030. O nível de emissões incorporados nas importações é alto e apresenta uma tendência negativa.

d. ODS#14 - Proteger a Vida Marinha (ODS definido como estratégico para Portugal), com tendência negativa.

Há muitos dados em falta no que se refere aos indicadores relativos a este ODS (relatórios OCDE 2022 e EUROSTAT 2022). Relativamente aos dados que se conhecem, apesar de haver bom desempenho em matéria de combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INE), e da qualidade das águas balneares, o desempenho de Portugal não só se apresenta negativo como, apesar de uma tendência de estagnação no ESDR (2021), apresenta, no SDG Index (2022), uma tendência negativa (tal como já acontecia no SDG Index (2021)). De entre os problemas existentes no ODS#14 destacam-se desempenhos e tendências negativas ao nível da proteção da biodiversidade em áreas marinhas, da qualidade e limpeza das águas oceânicas, da sobrepesca e do descarte de pescado. Acresce que, tem vindo a diminuir a proporção do investimento em investigação e desenvolvimento em tecnologia marinha no total de investimento em produtos de propriedade intelectual.

e. ODS#15 - Proteger a Vida Terrestre, com tendência negativa. Quanto a este ODS é

também de assinalar que há dados em falta, sendo que é ainda assim possível aferir uma perda significativa de biodiversidade e índices elevados de solo degradado.

Quanto aos restantes ODS definidos como estratégicos por Portugal no seu RNV de 2017 – os ODS #4, #5, #9, #10, #13 e #14 –, além do que acima já se referiu, há que assinalar o seguinte:

- **ODS#4 - Educação de Qualidade**, com tendência favorável. As taxas de conclusão do ensino básico, secundário e superior aumentaram, havendo, no entanto, ainda desafios sobretudo ao nível do ensino ao longo da vida, mas também ao nível das competências educativas (ao nível da leitura e das ciências). Segundo indicações do INE, o volume de apoios públicos para bolsas aumentou face a 2015, tendo, no entanto, observado uma redução significativa entre 2019 e 2020, possivelmente associada à pandemia e ao seu impacto nas deslocações.
- **ODS#5 - Igualdade de Género**, com tendência favorável. A lei promove igualdade de género, mas ainda há desigualdades salariais e a situação do género permanece longe da paridade.
- **ODS#9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura**, com tendência favorável, no entanto, apresenta ainda muitos desafios ao nível da investigação e desenvolvimento, mas verifica-se um desempenho e tendência positivos no que respeita à quantidade de artigos científicos e académicos publicados. Embora com tendência positiva, as capacidades digitais básicas dos indivíduos acima dos 55 anos estão ainda num nível de desempenho baixo. Segundo o INE, existem desafios no que diz respeito ao valor acrescentado das microempresas industriais na economia do país e na proporção da despesa em investigação e o desenvolvimento no PIB. A situação permanece muito aquém da média da União Europeia.
- **ODS#10 – Reduzir as Desigualdades**, com tendência favorável, tendo o rendimento médio aumentado desde 2015 (embora tenha diminuído entre 2019 e 2020 para os 40% da população

com menores recursos), como reporta o INE. As desigualdades de rendimento também diminuíram até 2019, mas ter-se-ão intensificado em 2020. A tendência não é positiva no que toca à percentagem de pobreza na população mais idosa. Verificam-se progressos em termos de solidez financeira (com uma redução do crédito malparado) e de inclusão de minorias étnicas e raciais e de políticas migratórias.

Relativamente aos restantes ODS, há a considerar o seguinte:

- **ODS#1 - Erradicar a Pobreza**, com desempenho em geral favorável, mas apresentando, mais recentemente, indicadores com evolução desfavorável. A taxa de risco de pobreza, que, embora tenha vindo a diminuir, aumentou em 2020, tendo ainda de se verificar quais os efeitos da pandemia no desempenho quanto aos vários indicadores.
- **ODS#3 - Saúde de Qualidade**: com tendência favorável, embora se assinale que a maioria dos indicadores de saúde e bem-estar, apesar de apresentarem melhorias, estão aquém da média da UE, especialmente quanto a poluição sonora, mortalidade rodoviária, consumo de álcool e tabaco, e taxa de obesidade. Há, ainda, uma perceção de que o estado de saúde varia muito em função dos níveis de rendimento da população.
- **ODS#6 - Água Potável e Saneamento**, que, embora mantenha uma tendência positiva e de melhoria, piorou o seu desempenho no SDG Index (2022) face aos dois relatórios de 2021. Há, também, desafios ao nível da contabilização e desempenho da pegada hídrica das importações portuguesas.
- **ODS#7 – Energias Renováveis e Acessíveis**, com um bom desempenho e tendência favorável. Houve um aumento da quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia e a sua produção está em crescimento, apesar de Portugal não aproveitar ainda plenamente todo o seu potencial em matéria de energias renováveis, o que constitui uma oportunidade. Há, por outro

lado, dados positivos também em matéria de eficiência energética, embora se reportem ainda desafios ao nível do desempenho térmico das habitações.

- **ODS#8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico**, com tendência favorável, com uma elevada taxa de emprego e uma diminuição acentuada do desemprego de longa duração, porém, remanescem disparidades ligadas à cidadania em matéria de emprego, o desemprego jovem continua elevado, subsistem e problemas ao nível da produtividade e dos salários, bem como ao nível da efetividade dos direitos laborais. Há desequilíbrios macroeconómicos persistentes (elevada dívida externa, privada e pública, num contexto de baixo crescimento da produtividade).
- **ODS#11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**, com tendência favorável. Verifica-se, em geral, a existência de boa qualidade do ar nas cidades e perspectivas de melhoria ao nível da oferta de transportes públicos. No entanto, ao nível do uso do solo, a área urbanizada cresce mais rápido que população, verificando-se, também, uma lacuna na monitorização do impacto económico e ambiental do turismo. Apesar de ainda estar aquém do necessário, verifica-se, contudo, uma tendente melhoria no acesso da população urbana a espaços verdes. Os desafios são grandes também ao nível da reciclagem de resíduos urbanos, que apresenta uma tendência desfavorável.
- **ODS#16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, com tendência favorável, embora mereça nota o facto de menos de metade da população ter confiança no sistema judicial e, também, o facto de os procedimentos administrativos serem mais morosos do que o previsto.
- **ODS#17 - Parcerias para a Implementação dos Objetivos**, com tendência favorável, sendo, porém, de notar uma baixa assistência financeira para o desenvolvimento.

Manual de Ação Local para a Transformação Global

Também ao nível das políticas e ações locais é essencial a consideração dos ODS. Assim, em Portugal é destacada a Plataforma [ODSlocal](#) - uma rede de municípios, pessoas e *stakeholders*, criada em 2020, que pretende estimular um movimento de sustentabilidade amplo e aberto, e que tem por referência a Agenda 2030. Esta plataforma é adaptada de modo a que as suas metas estejam adequadas à realidade dos municípios portugueses. A Plataforma ODSlocal visa monitorizar a evolução dos municípios em relação às várias metas dos ODS, através de indicadores de progresso construídos a partir de informação de bases de dados nacionais e dos próprios municípios. Pretende, ainda, mapear as práticas inovadoras e sustentáveis que tanto as autarquias como a sociedade civil e as empresas estão a implementar, e medir o seu impacto.

Em 2020, foi também publicado o manual [Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Manual de Ação Local para a Transformação Global - abril 2020](#), produzido no âmbito do projeto “Rumo a 2030: Campanha para a promoção dos ODS e da Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global”, implementado pelo Instituto Marquês de Vale Flor (IMVF), a Câmara Municipal de Oeiras e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), tendo sido financiados pelo Camões, I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua.



Conforme se explica no referido Manual, as cidades e as autarquias locais têm um papel essencial a desempenhar na aplicação da Agenda 2030, pois estão numa posição ideal para transformar uma agenda ampla e abstrata numa agenda concreta e eficiente, tornando-a realidade para os cidadãos. Com efeito, o cumprimento dos ODS vai depender

da capacidade de promover um desenvolvimento territorial integrado, inclusivo e sustentável, estimando-se que 65% das 169 metas definidas para os 17 ODS não serão atingidas sem um envolvimento concreto dos governos regionais e locais.

A implementação dos ODS nas cidades em Portugal

Os ODS são a primeira agenda pública de desenvolvimento aprovada por unanimidade pelos estados-membros da ONU. Resulta da necessidade de tornar indissociáveis as três dimensões, social, ambiental e económica do Desenvolvimento Sustentável transformando-a num plano de ação. Há dois pontos que demonstram a necessidade de ampliar o seu modelo de governação. Por um lado, é nas cidades que representando apenas 2% do território terrestre, encontramos mais de 50% da população, do PIB global e da poluição. Por outro lado, os dados da UNCTAD indicam que a implementação dos ODS representa um investimento global anual de \$3.9tn. Para atingir este montante há necessidade de complementar os \$1.4tn provenientes do setor público, com \$2,5tn do setor privado. Estes dois fatores combinados significam a interdependência entre a administração central e local e entre o setor público e privado.

Compreender os ODS é fácil, o verdadeiro desafio está na sua implementação. Por isso estão associados a um processo de gestão em cascata com objetivos, metas e indicadores, que permitem garantir a sua monitorização. Desta forma procura evitar-se o *blue washing* e assegurar que existe um caminho real de convergência tridimensional. Esta é a base para serem criados e apresentados na sede da ONU, os Relatórios Voluntários Nacionais – *Voluntary National Review* (VNR), que são a aplicação nacional do roteiro ODS. As cidades e a administração local adotaram os *Voluntary Local Reviews* (VLR), estando hoje a excelência da Localização dos ODS associada

ao *Movimento VLR*. Bristol tem um dos melhores exemplos, e neste, o seu Presidente da Câmara indica que os ODS trouxeram uma linguagem que une na visão e na estratégia todas as áreas do município, permitindo partilhar e melhorar modelos de desenvolvimento com os seus pares internacionais.

A Vereadora responsável pelos ODS de Santana de Parnaíba na área metropolitana de São Paulo, que produziu o primeiro VLR em Português, diz que os ODS os trouxeram para fora da zona de conforto da gestão corrente, obrigando-os a entrar num caminho de excelência, e a ter uma visão que ultrapassa os mandatos políticos.

Em Portugal, muitas são as cidades que hoje passam da fase de compreender para implementar os ODS, estando Cascais e Porto já no caminho dos VLR. Em Mafra o Presidente da Câmara escolhe o ODS#17 (parcerias para a implementação dos objetivos) como ponto de partida. Sem parcerias será impossível atingi-los. Esta foi também a resposta que ouvimos nos *workshops* junto da sociedade civil, dos empresários, dos diretores e do executivo municipal. O sentimento generalizado é depois os compreender, em conjunto, *ter de os fazer acontecer*. Os ODS em geral e os VLR em particular, representam a visão para a cidade, que alinhada com os objetivos contribui para gerar uma estratégia que sendo tangível atrai pessoas e investidores porque simultaneamente protege o meio ambiente.

Para apoiar as cidades portuguesas, na Universidade Católica, o CESOP Católica Sondagens, criou, em

2016, o Índice de Sustentabilidade Municipal (ISM), tendo hoje a possibilidade de medir o posicionamento ODS dos 308 municípios portugueses e de potenciar o seu impacto na rede de municípios CESOP Local através de iniciativas de aprofundamento do ISM. Na linha da difusão de boas práticas, o programa “Inovação & Desenvolvimento Local” (IDL) é um espaço de difusão, de partilha de conhecimento e de reflexão sobre as Boas Práticas inovadoras e distintivas. Acontece na última quinta-feira de cada mês, onde os Parceiros da rede CESOP Local, partilham evidências realizadas em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o nível Local em Portugal.

A última linha de atuação do CESOP Local, resulta da evolução do Programa Cidades a Respirar ODS lançado pela parceira Global Solutions 4U, e do qual resultou um Laboratório de Cidades ODS – Urban SDG Lab. Este laboratório em fase de arranque é uma parceria entre o Município de Mafra e a *UN Habitat* tendo como objetivo assistir as cidades portuguesas e as cidades lusófonas na Localização dos ODS.

Pedro Neves, Global Solutions 4U Founder & CEO, University Professor & Researcher – specialist in Sustainable Development & ESG Investing

Referências

Ministério de Negócios Estrangeiros (2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Extraído de: https://www.google.com/url?q=https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf&sa=D&source=docs&ust=1637943325153000&usq=AOvVaw28lQO7L4UxxFeoq-Sf0K2H

Silva, António Costa. (2020). Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030. Extraído de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro>.

Ministério do Planeamento (2021). Estratégia Portugal 2030 - Documento de Enquadramento Estratégico. Extraído de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro>.

Mateus Das Neves, Pedro. (2020). [Aligning Post Covid19 Recovery Plans with the SDGs \(The Portuguese Case\) IS ANTONIO COSTA SILVA STRATEGIC VISION FOR 2020-2030 ALIGNED WITH THE SDGs? 10.13171/PN.2020.10.01.004](#).

Ministério do Planeamento (2021). Plano de Recuperação e Resiliência - Síntese Atualizada em 15 de fevereiro de 2021. Extraído de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro>.

Sachs, J., Lafortune, G., Kroll, C., Fuller, G., Woelm, F. (2022). From Crisis to Sustainable Development: the SDGs as Roadmap to 2030 and Beyond. Sustainable Development Report 2022. Cambridge: Cambridge University Press.

INE. (2022). Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal 2015 - 2021

Tribunal de Contas (2022). Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2021. Tribunal de Contas, Lisboa.

Tribunal de Contas (2021). Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2020. Tribunal de Contas, Lisboa.

Tribunal de Contas (2019). Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2018. Tribunal de Contas, Lisboa.

Plataforma Portuguesa das ONGD (2020). Portugal e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



RELATÓRIO ANUAL 2022

A Implementação dos ODS nas empresas portuguesas



No que diz respeito à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Portugal, percebe-se, no setor privado, uma lacuna de informação sobre a forma como as empresas estão a avançar com a Agenda 2030 e a adoção dos ODS.

Para descrever o atual contexto português e identificar os principais avanços e dificuldades enfrentados em Portugal na materialização da Agenda 2030, foi feita uma revisão da literatura académica ou de estudos sobre as empresas e os ODS com foco em Portugal. Foi igualmente feito o mapeamento e resumo dos principais relatórios sobre a adoção dos ODS no setor

privado publicados nos últimos anos, com destaque para aqueles que identificam o cenário português.

Foi efetuada, também, uma investigação junto das principais empresas que prestam serviços de consultoria em matéria de sustentabilidade, bem como uma pesquisa junto das associações que prestam suporte às organizações na adoção dos ODS. Foram ainda realizadas entrevistas semi-estruturadas aos diferentes *players* e agentes do setor corporativo de forma a melhor compreender a sua perspetiva sobre o tema.

Investigação científica sobre a implementação dos ODS nas empresas portuguesas

Existe escassa literatura académica sobre o tema

Na literatura académica foram encontrados poucos estudos que versam o tema da implementação dos ODS nas empresas portuguesas. Existem, no entanto, contribuições interessantes (Fonseca & Carvalho, 2019; Monteiro, Ribeiro & Lemos, 2020; Santos & Silva Bastos, 2020), que enfatizam sobretudo a importância do reporte de Sustentabilidade e da sua estrutura. Não foram encontrados estudos focados na identificação, seleção e adoção dos ODS pelas empresas portuguesas. Sendo este um tópico ainda pouco estudado, existe, portanto, dificuldade em aceder a informações claras e conclusivas sobre o estado da implementação dos ODS nas empresas portuguesas.

Benefícios dos ODS para as empresas

De acordo com Santos & Silva Bastos (2020), os ODS proporcionam ao setor privado a oportunidade de clarificar os objetivos do negócio e melhor compreender a sua real contribuição para o avanço da Agenda do Desenvolvimento Sustentável. Os ODS podem também facilitar o estabelecimento de relações mais transparentes com os *stakeholders* e legitimar a ação das organizações. Assim sendo, ODS constituem um compasso ético para a sustentabilidade e um guia prático para a ação coletiva (Santos & Silva Bastos, 2020).

Desta forma, de acordo com os autores, os ODS possibilitam um conjunto de oportunidades às

empresas, tais como:

- Facilitar o diálogo e servir como instrumento de comunicação junto dos *stakeholders*;
- Guiar e legitimizar as suas ações;
- Proporcionar visibilidade quanto às suas contribuições.

Reporting ODS

O estudo de Fonseca & Carvalho (2019) mapeia o nível de envolvimento de 235 empresas portuguesas com certificação em matéria de qualidade, saúde, segurança e ambiente (*Quality, Environmental, and Occupational Health and Safety-Certified Organizations – QEOHSC*) com os ODS. Os resultados mostram que há um nível moderado de reporte, sendo os principais ODS mencionados o ODS#12, ODS#13, ODS#9 (21,3%), ODS#8 (20,0%), e o ODS#17 (19,6%). Os autores concluem que a maior parte das organizações não menciona os ODS nos seus relatórios e a comunicação dos ODS é mais proeminente em (1) grandes empresas, (2) empresas que possuem relatório de sustentabilidade, e (3) em organizações que fazem parte da rede *UN Global Compact* (este terceiro ponto é comprovado pelo nosso estudo).

O estudo de Monteiro, Ribeiro & Lemos tem por objetivo explorar como as empresas portuguesas cotadas na bolsa de valores interagem e reportam os ODS. As autoras concluem que, em 2017, apenas 8 das 46 empresas cotadas na bolsa de valores de Lisboa referiram os ODS nos seus relatórios – e, destas, apenas 3 de forma alinhada com a estratégia. A integração dos ODS no relatórios empresariais é um dos maiores desafios do setor privado - e também um dos passos mais importantes para acompanhar o progresso da Agenda 2030 (Lemos, Monteiro & Ribeiro, 2020). Apesar dos avanços dos últimos anos, como a iniciativa conjunta do *UN Global Compact* e do *Global Reporting Initiative* (GRI) na criação do guia [Integrating the SDGs into Corporate Reporting: A Practical Guide](#), ainda não existe um processo, *benchmark* ou metodologia-padrão para o reporte dos ODS. O excesso de informações e de opções

hoje existentes no mercado acabam por dificultar o processo de reporte, pois a falta de clareza sobre quais diretrizes a seguir torna o processo complexo para as organizações.

Como estão as empresas portuguesas a atuar nas prioridades estratégicas do país?

Estudos em Portugal

A informação pública disponível sobre o progresso dos ODS no setor privado português é escassa, o que permite desde logo concluir que este é um tema pouco explorado. Não há, por exemplo, um reporte consolidado sobre as principais prioridades e foco de atuação das empresas portuguesas em alinhamento com a Agenda 2030, nem, tão-pouco, em alinhamento com os ODS definidos como prioritários para Portugal de acordo com o seu Relatório Nacional Voluntário (de 2017) e que elegeu os ODS#4, ODS#5, ODS#9, ODS#10, ODS#13 e ODS#14 como prioritários.

O mais recente relatório sobre o tema, intitulado “Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro”, foi publicado pela PwC em 2017. Nele, foram analisados os relatos financeiros e de sustentabilidade de 35 empresas, de 6 setores de atividade: Retalho, Indústria Transformadora, Serviços Financeiros, Energia, Serviços de Utilidade pública & Indústria Mineira, Tecnologia, Media & Telecomunicações e Transportes & Logística). Juntas, essas empresas representavam, à data, cerca de 79 mil milhões de euros em receitas, e incluíam as empresas cotadas no índice PSI20, bem como um conjunto de grandes empresas portuguesas representantes dos diferentes setores da economia portuguesa.

Neste relatório foram mapeados os ODS prioritários para empresas portuguesas, com o intuito de se compreender se as mesmas conheciam e sabiam medir o impacto dos ODS no seu negócio. Concluiu-se que os ODS mais priorizados pelas empresas eram os ODS#8, ODS#13, ODS#7 e o ODS#12 e que 69% das empresas estudadas publicavam um relatório de sustentabilidade ou um relatório integrado.

O reporte da PwC identifica ainda como um dos maiores desafios para as empresas portuguesas é compreenderem e selecionarem os objetivos mais relevantes para o respetivo negócio, e subsequente priorização e definição de como melhor os implementar. Poderá colocar-se a hipótese de que esta dificuldade possa ter como justificação a falta de conhecimento sobre a Agenda 2030 ou a falta de compreensão sobre a sua real importância e/ou caráter transformacional.

Estudos Internacionais

De acordo com o [UN Global Compact-Accenture Strategy 2019 CEO Study – The Decade to Deliver: A Call to Business Action](#), estudo realizado em 2019 e baseado nos testemunhos de mais de 1000 CEO de 21 indústrias e 99 países, para acelerar o progresso dos ODS, foi considerado como necessário:

- Aumentar a ambição corporativa dentro das próprias empresas, de forma a priorizar ações relativas aos 17 ODS;
- Que as empresas, Governos, reguladores e organizações não-governamentais se unam (parcerias) e mobilizem para moldar soluções realistas, baseadas em tecnologia e ciência, para os ODS;
- Redefinir a liderança responsável para ajudar as empresas a serem as principais impulsionadoras dos ODS.



Progresso da implementação dos ODS no setor privado português

Através da consulta e da partilha de informações junto das principais empresas a prestar serviços de consultoria em matéria de sustentabilidade em Portugal (Accenture, Bain & Company, BCG, Deloitte, PWC, KPMG), conclui-se que na opinião destas empresas:

- A Agenda dos ODS não está incorporada nas

agendas estratégicas das empresas;

- A temática ainda é vista sob a perspetiva de *compliance*, e não de vantagem competitiva;
- Muitas empresas adotam esta Agenda por pressão de investidores e mercados financeiros ou apenas para cumprir as regulamentações, enfatizando a licença para operar como um dos elementos que motiva a adoção da Agenda 2030;
- Alguns setores, como o da energia, já estão a adotar esta Agenda porque faz parte da natureza da sua indústria;
- Portugal não é um país pioneiro na adoção da Agenda ODS. Existe pressão nos mercados internacionais que é menor em Portugal;
- Percebem-se diferentes níveis de adoção desta temática - algumas empresas estão mais avançadas e têm um posicionamento mais ativo, enquanto outras agem de forma mais reativa.

Rede suporte para a implementação da Agenda 2030 em Portugal

É ainda possível destacar o papel de algumas organizações que visam mobilizar e avançar o progresso da Agenda 2030 em Portugal. Neste sentido, destacam-se o *Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal*, o GRACE - Associação de Empresas Responsáveis e *UN Global Compact Network Portugal*, parceiras deste projeto.

O BCSD procura trabalhar em conjunto com as empresas para acelerar a transição para um mundo mais sustentável, através de partilha de conhecimento e atividades de formação no âmbito da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O BCSD Portugal tem um [website](#) dedicado aos ODS, onde se podem consultar vários casos de estudo empresariais, assim como conhecer melhor o tema. Publicou também um [guia do CEO](#) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promove diversas aulas e cursos para apoiar as empresas na sua jornada para a sustentabilidade, como a “Jornada para a Sustentabilidade 2021” e a *masterclass* “Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) na gestão empresarial”, feita em parceria com o GRACE.

O GRACE apoia organizações na transformação e na procura de soluções práticas para o crescimento sustentável, além de elaborar e partilhar manuais de boas práticas sobre os ODS para auxiliar os seus membros. Ainda na perspetiva de desenvolver conhecimento sobre a sustentabilidade no contexto português, o GRACE lançou uma escola dedicada à sustentabilidade, com diversas formações co-criadas em parceria com outras organizações. A extensa lista de opções inclui as “Sessões de sensibilização” sobre os ODS ou *workshops*, como por exemplo “O meu

primeiro Relatório de Sustentabilidade” e “Empresas Responsáveis”.

O *UN Global Compact* é uma rede de organizações que visa incorporar os [10 Princípios do UN Global Compact](#) e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na gestão e nas operações das empresas. O *UN Global Compact* tem desempenhado um papel importante ao solicitar às empresas participantes a elaboração e publicação, preferencialmente anual, de um relatório que evidencie as práticas adotadas no âmbito da Agenda 2030. Desta forma, incentiva as organizações a monitorizar, avaliar, medir e reportar o seu desempenho e performance com referência aos ODS, bem como promove a partilha de boas práticas.

Barreiras e oportunidades

Como resultado da revisão de literatura e de todos os elementos de análise referidos neste capítulo 5, foram identificadas como principais barreiras à adoção da Agenda dos ODS pelo setor privado (antes da recolha de dados deste projeto):

1. A falta de conhecimento e meios para a incorporação estratégica dos ODS nas estratégias empresariais
2. A dificuldade na seleção dos ODS estratégicos para o negócio empresarial no contexto de cada empresa;
3. A falta de clareza sobre quais as diretrizes a seguir para realizar o reporte dos ODS;
4. A perceção da Agenda 2030 como uma questão de *compliance* e não uma vantagem competitiva;
5. A visão desta agenda como uma resposta à pressão de variados *stakeholders* e não como uma oportunidade.

As empresas apresentam dificuldade em traduzir os ODS em metas mensuráveis, coerentes com o contexto empresarial. Por conseguinte, encontram dificuldade em incorporar os ODS de forma estratégica, e há grande dissociação entre os ODS

adotados pelas empresas e o *core* de suas atividades. Em vez de integrarem os ODS na elaboração da sua estratégia, a generalidade das empresas opta por primeiro definir a sua estratégia para, num segundo momento, identificar os ODS com os quais a sua estratégia mais se associa e alinha. Desta forma, o carácter transformacional da Agenda 2030 não se traduz no plano estratégico das organizações.

As empresas portuguesas poderão beneficiar se tiverem maior conhecimento sobre como incluir os ODS de forma estratégica nos seus negócios e como reportar acerca dos mesmos. A falta de conhecimento operacional é, neste momento, uma das principais barreiras para o reporte adequado dos ODS pelas empresas portuguesas, demonstrando, assim, que há espaço de melhoria para que as mesmas possam passar a identificar, mensurar e monitorar o seu desempenho face aos indicadores dos ODS.

Monteiro, Ribeiro & Lemos (2020) também indicam esta dificuldade das empresas em identificar os ODS prioritários para suas operações e *stakeholders* e na incorporação dos mesmos sua estratégia.

Conclusões

A análise efetuada a todos os elementos referidos permite concluir que as empresas portuguesas estão alinhadas com a sustentabilidade e seus desafios estratégicos, porém não apresentam profundo alinhamento com a Agenda 2030 e a implementação dos ODS, que ainda são vistos como um adicional à estratégia empresarial, e não como um *driver* para a criação de valor.

Há, portanto, uma oportunidade de se avançar com a adoção e a implementação estratégica dos ODS nas empresas Portuguesas como forma de alavancar a economia e a sociedade.

Neste contexto, fica evidente a importância do presente projeto para investigar mais a fundo como as empresas percebem e implementam os ODS na

sua estratégia - e o que está a falta para avançar com esta Agenda e se alcançar maior progresso e resultados positivos para o país.

Referências

PricewaterhouseCoopers-PWC (2017). Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017. Retrieved from: <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel.html>

Fonseca, L., & Carvalho, F. (2019). The Reporting of SDGs by Quality, Environmental, and Occupational Health and Safety-Certified Organizations. Sustainability. 11. 5797. 10.3390/su11205797.

Santos, M.J., & Silva Bastos, C. (2020). The adoption of sustainable development goals by large Portuguese companies. Social Responsibility Journal. ahead-of-print. 10.1108/SRJ-07-2018-0184.

Monteiro, S., Ribeiro, V., & Lemos, K. (2020). Linking Corporate Social Responsibility Reporting with the UN Sustainable Development Goals: Evidence From the Portuguese Stock Market. In I. S. Paiva, & L. C. Carvalho (Eds.), Conceptual and Theoretical Approaches to Corporate Social Responsibility, Entrepreneurial Orientation, and Financial Performance (pp. 134-151). IGI Global. <http://doi.org/10.4018/978-1-7998-2128-1.ch007>

Global Reporting Initiative & United Nations Global Compact. (2018). Integrating the Sustainable Development Goals into Corporate Reporting: A Practical Guide. Retrieved from: <https://sdghelpdesk.unescap.org/e-library/integrating-sdgs-corporate-reporting-practical-guide>

United Nations Global Compact & Accenture Strategy. (2019). CEO Study – The Decade to Deliver: A Call to Business Action. Retrieved from: <https://www.unglobalcompact.org/library/5715>



RELATÓRIO ANUAL 2022

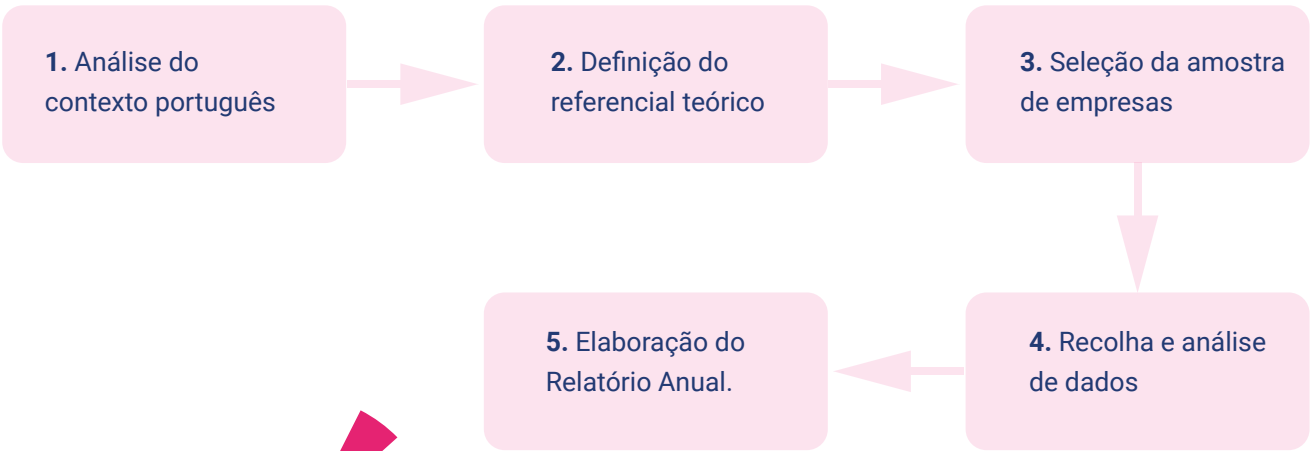
Metodologia

- 6.1. Metodologia do Projeto
- 6.2. O *background* teórico para uma análise longitudinal



Metodologia do Projeto 6.1

A metodologia do projeto consiste num processo de cinco etapas, que inclui:



As etapas 1, 2 e 3 foram realizadas no primeiro ano de projeto e serão alvo de atualização nos anos subsequentes. As etapas 4 e 5 serão repetidas em todos os anos de execução do projeto.

A **análise do contexto português** refere-se à pesquisa de diagnóstico inicial cujo objetivo é enquadrar a temática dos ODS na realidade portuguesa e perceber de que forma as políticas públicas e as estratégias empresariais estão alinhadas com as ambições dos ODS.

A etapa seguinte, **desenvolvimento de referencial teórico**, consiste na revisão crítica da literatura académica e de *practitioners* sobre a adoção dos ODS pelo setor privado. Este permite a definição de um *framework* de avaliação da implementação dos ODS pelas empresas. A base de avaliação utilizada no primeiro ano de projeto foi o “SDG Compass” e “SDG Ambition”, desenvolvidas pelo *UN Global Compact*, com adaptações do trabalho académico em curso na área da Gestão e Estratégia.

A terceira etapa, **seleção da amostra de empresas**, permitiu a elaboração de uma listagem de 60 Grandes Empresas e de um grupo representativo de PMEs que integram o projeto. Dentro deste grupo, 10 PMEs e 20 Grandes Empresas foram selecionadas para uma análise aprofundada, através da realização de entrevistas.

A **recolha e análise de dados** (quarta etapa) segue uma metodologia mista, que combina diferentes métodos de recolha, análise e interpretação dos dados. Os dados analisados foram recolhidos através de questionários, entrevistas, e análise de fontes secundárias, sob a forma de Relatórios Não Financeiros e/ou Atividade, informações públicas e relatórios publicados por outras instituições. Houve, deste modo, uma triangulação de dados que permitiu maior rigor quer na recolha, quer na análise das informações. De acordo com Maxwell (1996), esta técnica tem por objetivo “reduzir o risco de que as conclusões do estudo reflitam enviesamentos ou limitações próprias de um único método”, o que conduz a conclusões mais credíveis, por combinar

diferentes perspetivas. Serve, assim, como um “um método que adiciona rigor, amplitude, complexidade, riqueza, e profundidade” à investigação (Denzin e Lincoln, 2000).

A quinta etapa refere-se à **Elaboração do Relatório Anual**, que será publicado a cada ano em que o projeto se realizar.

Perguntas de Investigação

O projeto procura responder às seguintes perguntas de investigação:

1. Quais são as perceções das empresas portuguesas sobre a Sustentabilidade como um fator decisivo de gestão?
2. Qual é o nível de envolvimento das empresas portuguesas com a Agenda ODS?
3. O que estão a fazer as empresas e como alinham os ODS com o seu *core business*?
4. As empresas portuguesas reportam, tendo em consideração os ODS?
5. O que mais motiva as empresas portuguesas a envolverem-se com a agenda dos ODS?
6. Quais são as principais barreiras ao envolvimento das empresas portuguesas com os ODS?
7. Existe lacuna (*gap*) entre a intenção das empresas em se envolverem com a Agenda ODS e a concretização desta intenção?
8. As empresas portuguesas olham para os impactos positivos e negativos que têm na agenda dos ODS? Consideram sinergias e *trade-offs* quando trabalham os ODS?
9. Existem boas práticas relativamente à implementação dos ODS nas empresas portuguesas?
10. As empresas portuguesas têm em consideração o seu contexto quando escolhem os seus ODS estratégicos?

A listagem inicial corresponde ao somatório de todas as empresas nas listas referidas, excluindo duplicações, e resulta num número total de 517 empresas.

Metodologia para a seleção das Grandes Empresas

Para selecionar as 60 Grandes Empresas que integram o estudo, foi criada uma base de dados com as empresas que compõem o Psi Geral (que reúne as organizações cotadas na bolsa de valores de Lisboa), com destaque para as empresas do Psi 20 (*Portuguese Stock Index 20*), e as 200 maiores empresas listadas do *Ranking* Nacional de Empresas Portuguesas do Dinheiro Vivo, classificadas pelo volume de vendas. Foram adicionadas também as empresas que fazem parte de associações ou organizações empresariais que demonstram preocupações com os temas da sustentabilidade, nomeadamente o *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal, o GRACE - Associação de Empresas Responsáveis, e o *UN Global Compact Network* Portugal. Estas empresas foram adicionadas à base de dados inicial apenas para evidenciar a população de empresas com preocupação sobre os temas de sustentabilidade na *pool* inicial de dados. No entanto, em nada enviesaram a amostra final para empresas com mais preocupação social ou ambiental, como será explicado de forma detalhada a seguir.

A listagem inicial corresponde ao somatório de todas as empresas nas listas referidas, excluindo duplicações, e resulta num número total de 517 empresas.

Base de Dados	Nº de empresas
Psi 20	19
Psi Geral	38
Listagem Dinheiro Vivo	200
BCSD	128
GRACE	191
UN GLOBAL Compact Portugal Network	84
Excluídas por duplicação	143
TOTAL	517

Tabela 6. 1 – Base de Dados inicial – Grandes Empresas

A cada empresa foi atribuída a denominação do setor a que pertence. Para tal, foi usado como referência a classificação “*Supersector*” do Industry Classification Benchmark (ICB), que identifica 20 super setores de atividade e é utilizada pelas empresas do Índice Euronext. Quatro setores foram unificados em pares: “*Energy*” e “*Utilities*” foram agrupados num único setor, bem como como “*Banks*” e “*Financial Services*”. Esta unificação deve-se ao facto de serem setores em que as empresas selecionadas trabalham de forma simultânea, pelo que a sua junção simplifica a análise dos dados. Já o setor “*Industrial Goods and Services*” foi dividido com o objetivo de tornar mais clara a distinção da atividade das diferentes empresas. Encontra-se assim dividido em “*Industrial Goods and Services*” e “*Professional Support Services*”. “*Industrial Goods and Services*” é composto por empresas que fabricam ou comercializam produtos de uso industrial ou fornecem serviços especializados, como o de manutenção, entrega e logística. “*Professional Support Services*” é representado pelas empresas prestadoras de serviços profissionais como consultoria e advocacia.



Sendo assim, a classificação final das empresas foi feita com base em 19 setores, seguidamente listados:

- 1. *Automobiles and Parts*
- 2. *Banks & Financial Services*
- 3. *Basic Resources*
- 4. *Chemicals*
- 5. *Construction and Materials*
- 6. *Consumer Products and Services*
- 7. *Energy & Utilities*
- 8. *Food, Beverage and Tobacco*
- 9. *Health Care*
- 10. *Industrial Goods and Services*
- 11. *Insurance*
- 12. *Media*
- 13. *Personal Care, Drug and Grocery Stores*
- 14. *Professional Support Services*
- 15. *Real Estate*
- 16. *Retail*
- 17. *Technology*
- 18. *Telecommunications*
- 19. *Travel and Leisure*

Após classificação por setores, foram identificadas 20 associações, cooperativas e fundações, que foram excluídas da amostra por não fazerem parte da população analisada neste estudo (empresas). Foram excluídas também 29 *holdings*, subsidiárias ou empresas subdivididas por geolocalização ou segmento de atividade, com o objetivo de evitar a duplicação da análise de dados. Todas as *holdings* estão representadas pelo menos por uma subsidiária, de acordo com os setores em que atuam.

Com estas exclusões, a lista final de empresas era composta por 467 empresas, como ilustrado na Tabela 6.2.

Setor de Atividade	Nº de empresas
Automobiles and Parts	25
Banks & Financial Services	28
Basic Resources	20
Chemicals	7
Construction and Materials	14
Consumer Products and Services	40
Energy & Utilities	32
Food, Beverage and Tobacco	31
Health Care	42
Industrial Goods and Services	48
Insurance	6
Media	15
Personal Care, Drug and Grocery Stores	4
Professional Support Services	83
Real Estate	7
Retail	28
Technology	13
Telecommunications	5
Travel and Leisure	19
Excluídas	50
TOTAL	467

Tabela 6. 2 - Classificação por Setor

Seleção da amostra

Foram definidos como critérios de inclusão/exclusão para seleção de empresas para este estudo:

- A. Ser relevante no setor onde opera, o que significa estar entre as dez maiores empresas em termos de faturação total em Portugal, na sua indústria;
- B. Ser caracterizada como “Grande Empresa”, com mais de 250 colaboradores e com mais de 50 milhões de euros de volume de negócios, segundo definição do INE, em alinhamento com o Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de novembro (na sua redação atual), que cria a certificação electrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME).

O fator “preocupação com a sustentabilidade” não foi um critério de seleção , de forma a obter-se uma amostra diversificada e representativa das diferentes perspetivas face à sustentabilidade pelas empresas portuguesas.

O volume de negócios e o número de colaboradores das empresas foram apurados através de pesquisa nas respetivas páginas eletrónicas na *Internet* e documentos oficiais destas organizações, ou, em alguns casos, através de contacto direto junto das mesmas.

Todas as empresas que não satisfaziam os critérios mencionados foram excluídas da listagem, o que resultou numa exclusão de 101 empresas e na redução da listagem para 366 organizações. Com as empresas classificadas por setor de atividade e volume de negócios, estas foram posteriormente ordenadas de acordo com a representatividade das suas operações em Portugal (volume de negócios e número de colaboradores).

Seleção das empresas do Psi 20, tendo em conta critérios de seleção e exclusão

As empresas do Psi 20 foram todas selecionadas com a exceção da Semapa (por se tratar de uma *holding*), da Pharol (por se tratar de um grupo de investimento) da GreenVolt, da Ramada e da Ibersol, por pertencerem a um setor que já estava representado por outras organizações com volume de negócios superior e mais representativas para a economia portuguesa. Em caso de paridade de critérios entre outras empresas da listagem e empresas do Psi 20, estas foram sempre as selecionadas. Assim, o número de empresas selecionadas com base no Psi 20 foi de 12 empresas (de um total de 19 empresas).

Seleção do total das 60 empresas

De modo a chegar-se a uma seleção de 60 empresas e obter representatividade setorial, as empresas foram selecionadas, para cada setor, de acordo com o seu volume de negócios, por ordem decrescente. Alguns dos setores têm mais representatividade, como é o caso do “*Banks & Financial Services*”, pela sua importância e fator de alavancagem na economia portuguesa. Outros setores têm menos representatividade, por serem igualmente menos representativos na economia portuguesa. Todos os setores estão representados pelo menos por uma empresa.

Em caso de necessidade de escolha entre duas empresas por paridade de critérios, as empresas consideradas ícones na economia portuguesa, pela sua imagem e importância no contexto económico português, foram sempre selecionadas. É o caso da REN – Rede Eléctrica Nacional, que não ocupa as primeiras colocações no setor “*Energy & Utilities*” mas faz parte do Psi 20 e possui valor histórico junto ao desenvolvimento económico Português, tendo sido incluída na amostra.

Dentro de cada setor, foi também dada preferência às empresas que tornam público e de fácil acesso nos seus *websites* os Relatórios Não Financeiros, uma vez que é necessária a análise destes documentos. Dentro dos setores com atividades muito distintas,

foram escolhidas as empresas mais relevantes por segmento, a fim de garantir maior diversidade e representatividade para a amostra. Foi o caso do setor “Professional Support Services”, por exemplo, onde foram selecionadas duas das maiores prestadoras de serviços, uma consultora e um escritório de advogados, e o caso do “Energy & Utilities”, em que foram selecionadas empresas de diferentes setores como petróleo, gás, eletricidade e água.

A distribuição das 60 empresas finais pelos respetivos setores de atividade encontra-se na seguinte tabela:

Setor de Atividade	Nº empresas	% Setor
Automobiles and Parts	2	3%
Banks & Financial Services	6	10%
Basic Resources	3	5%
Chemicals	1	2%
Construction and Materials	3	5%
Consumer Products and Services	2	3%
Energy & Utilities	3	5%
Food, Beverage and Tobacco	6	10%
Health Care	3	5%
Industrial Goods and Services	8	13%
Insurance	2	3%
Media	2	3%
Personal Care, Drug and Grocery Stores	2	3%
Professional Support Services	4	7%
Real Estate	1	2%
Retail	4	7%
Technology	3	5%
Telecommunications	3	5%
Travel and Leisure	2	3%
TOTAL	60	100%

Tabela 6. 3 - 60 empresas selecionadas com a sua distribuição por setor

A listagem final de empresas foi definida de acordo com os critérios enunciados e foi alvo de debate entre os investigadores do projeto. Foi debatida e aprovada por todos os elementos do Projeto e pelo respetivo conselho académico. Foi igualmente alvo de discussão e debate aberto com o *Advisory Board* do projeto.

No momento da seleção da amostra das 60 empresas, a média do volume de faturação anual da amostra era de 1 086 milhões de euros, sendo que o valor mínimo encontrava-se nos 70 milhões de euros e o valor máximo de 9 578 milhões de euros.

Das 60 empresas inicialmente selecionadas, 10 foram alteradas de acordo com a disponibilidade e/ou interesse das mesmas em fazer parte do projeto, tendo sido consequentemente excluídas 10 empresas.

A lista final das empresas que participaram do estudo é apresentada de seguida, por ordem alfabética:

1. Accenture Consultores de Gestão
2. Adp - Águas de Portugal
3. Altri
4. ANA - Aeroportos de Portugal
5. Auchan Retail Portugal
6. Banco BPI
7. Millennium BCP
8. Banco Santander Portugal
9. Bayer Portugal
10. Bial - Portela & C^a
11. Bondalti Capital
12. Bosch Car Multimedia Portugal
13. Brisa - Autoestradas de Portugal
14. Caixa Geral de Depósitos
15. Companhia IBM Portuguesa
16. Corticeira Amorim
17. CP - Comboios de Portugal
18. CTT - Correios de Portugal
19. CUF
20. Decathlon
21. Deloitte

22. Domingos da Silva Teixeira
23. EDP - Energias de Portugal
24. FIDELIDADE
25. Galp
26. Grohe Portugal
27. Grupo Ageas Portugal
28. Grupo Nabeiro - Delta Cafés
29. Grupo Pestana
30. Grupo Impresa
31. Jerónimo Martins
32. JP Sá Couto
33. L'Oréal Portugal Unipessoal
34. Leroy Merlin Portugal
35. Luz Saúde
36. MC - Modelo Continente
37. Altice Portugal
38. Mercedes-Benz Portugal
39. Mota-Engil
40. Nestlé Portugal
41. NOS
42. Novabase
43. Novo Banco
44. OGMA Indústria Aeronáutica de Portugal
45. Porto Editora
46. REN - Redes Energéticas Nacionais
47. Siemens
48. Sogrape
49. Sonae Sierra
50. Sovena Group (Nutriveste)
51. Sumol + Compal
52. Super Bock Bebidas
53. Tabaqueira
54. TAP Air Portugal
55. Teixeira Duarte
56. Teleperformance Portugal
57. The Navigator Company
58. Unilever FIMA
59. VdA - Vieira de Almeida & Associados
60. Volkswagen Autoeuropa



Seleção das Grandes Empresas para Entrevista

Da amostra de 60 empresas, foram selecionadas 20 para uma análise aprofundada, através de uma entrevista que teve por objetivo elucidar algumas das questões colocadas no questionário (previamente respondido). Cada uma das 20 empresas corresponde a uma indústria diferente, de forma a que as 19 indústrias do estudo fossem representadas. As empresas foram selecionadas de forma aleatória dentro da sua respetiva indústria. A vigésima empresa em falta foi igualmente selecionada de forma aleatória.

Metodologia para a seleção de Pequenas e Médias Empresas

No que diz respeito à amostra das PME's, foi estabelecida uma parceria com o IAPMEI, I.P., Agência para a Competitividade e Inovação. Este parceiro colaborou na seleção de um universo de 1604 empresas de alto desempenho económico-financeiro, distinguidas com os estatutos de PME Líder. O questionário foi distribuído a um grupo selecionado destas empresas, sendo que o objetivo seria o de obter 100 respostas para análise.

Todas as empresas da população escolhida têm experiência exportadora, com níveis diferenciados. São empresas com negócios em mercados externos, sendo, portanto, as mais afetadas pelas exigências da Agenda 2030. Privilegiou-se também a abrangência de destinatários, quer em termos setoriais, quer de classe dimensional. O universo inclui pequenas e médias empresas, distribuídas da seguinte forma:

- Indústria: **55,2%**
- Comércio: **19,9%**
- Serviços: **10,7%**
- Transportes: **6,1%**



- Construção e Imobiliário: **5,4%**
- Turismo: **1,6%**
- Agricultura: **1,3%**

O universo das empresas escolhidas possui ainda as seguintes características:

- Faturação média de 6,7 milhões de euros
- Exportações médias de 2,9 milhões de euros
- Empregam em média 50 trabalhadores

Seleção das PME's para Entrevista

Em parceria com o IAPMEI, I.P., foram selecionadas as 10 empresas para acompanhamento aprofundado durante o projeto, realizado através de entrevistas. Foi usado como critério de seleção a disponibilidade das empresas em ter uma pessoa que seja líder e que esteja em condições de poder acompanhar o projeto durante o período de, pelo menos, 4 anos. A amostra tem uma representatividade dos diferentes setores inicialmente selecionados para o universo das PME's.

Metodologia para Recolha de Dados

Questionário

O questionário realizado às Grandes Empresas e às PME's encontra-se dividido em 4 partes, por sua vez subdivididas em 12 secções. Inclui um total de 69 perguntas, de diferentes tipos: resposta aberta ou fechada, com e sem desenvolvimento.

A primeira parte do questionário identifica as características das empresas que fazem parte da amostra, evidenciando a sua estrutura legal, estrutura de capital, número de colaboradores, composição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - caso exista -, redes empresariais às quais pertence, geografias em que opera, entre outros.



A segunda parte refere-se à implementação da sustentabilidade e dos ODS nas empresas, e tem por objetivo perceber a importância do conceito da Sustentabilidade para as empresas, a relevância dos ODS no contexto empresarial e quais são as principais práticas de comunicação dos ODS.

A terceira parte tem por objetivo identificar as principais motivações e barreiras para a adoção dos ODS.

A quarta e última parte refere-se à implementação dos ODS e os seus impactos no contexto empresarial, analisando também o nível de implementação dos ODS pelas empresas. Destaca ainda boas práticas e recomendações das empresas para o presente estudo.

Entrevistas

A entrevista realizada às 20 Grandes Empresas e 10 PME's tem um total de 13 perguntas e procura elucidar algumas das questões respondidas previamente no questionário. Tem por finalidade explorar os diferentes temas e motivações que levaram as empresas a diferentes tipos de respostas nos questionários. As entrevistas foram realizadas através da plataforma ZOOM, por uma média de três investigadores com funções de entrevistador e relator, e tiveram duração de 30 a 45 minutos.

Fontes Secundárias

A consulta de fontes secundárias teve como principal foco os Relatórios Não Financeiros e/ou Atividade das empresas, além de consulta de informações públicas encontradas em *websites* e outros veículos de comunicação, bem como relatórios publicados por outras instituições.

Os relatórios foram analisados com objetivo de (1) validar algumas das informações obtidas através dos questionários (triangulação de dados), (2) aprofundar o conhecimento do contexto empresarial e obter *insights* sobre a forma como as empresas reportam os ODS, (3) recolher boas práticas sobre a implementação dos ODS em contexto empresarial. Os Relatórios Não Financeiros consultados neste estudo foram categorizados da seguinte forma:

- 1. Relatório de Sustentabilidade ou de Responsabilidade Social Corporativa:** reportes que apresentam informações, iniciativas e projetos de impacto social e/ou ambiental, sem apresentação de impactos económicos;
- 2. Relatório Integrado:** reporte que combina informações financeiras e não financeiras, e permite avaliar a capacidade de criação de valor das organizações, através da

identificação de suas principais atividades numa abordagem holística, que inclui uma análise das suas atividades nos três eixos da sustentabilidade, gerando valor económico, social e ambiental;

- 3. **Relatório Anual:** documento que refere as atividades da empresa, os seus resultados económicos e, neste contexto, identifica e incorpora a Sustentabilidade numa secção em separado.

Os Relatórios Não Financeiros, nos quais se incluem os Relatórios de Sustentabilidade, os Relatórios Integrados e os Relatórios Anuais (de atividade e/ou gestão), são os instrumentos de comunicação mais usados pelas empresas para responder às atuais exigências do mercado e investidores no que diz respeito à divulgação das suas estratégias, iniciativas e desempenho nos três pilares da Sustentabilidade (económico, social e ambiental) e na criação de valor para a sociedade.

Além de serem o documento onde se apresentam as estratégias e políticas de sustentabilidade das organizações, estes relatórios acabam por representar também um exercício de reflexão importante, que conduz à definição de metas e objetivos em matéria de sustentabilidade, o que pode vir a incentivar a criação e medição de valor (BCSD, 2021).

Os relatórios estudados foram sujeitos a uma análise qualitativa e quantitativa, com o intuito de verificar o alinhamento estratégico da sustentabilidade nas empresas e a integração dos ODS. Foi também analisada a integração dos ODS ao longo do Relatório Não Financeiro, com referência às suas metas, uso de ilustrações para o seu reporte - como sejam gráficos, tabelas e imagens -, além da análise e investigação detalhada de boas práticas.

No caso da análise das boas práticas, foram usados os seguintes critérios:

- O processo de integração dos ODS nas estratégias empresariais, e, consequentemente, o processo de análise de materialidade;
- Como as empresas incorporam e reportam

os ODS ao longo do seu relatório;

- A apresentação dos casos práticos e a estrutura dos casos (identificação do problema, a solução proposta, os objetivos, resultados alcançados, entre outros).
- Relevância do caso prático para o contexto português, para a indústria em que a empresa se insere, e atividade de negócio que executa.

Desta forma, as boas práticas foram agrupadas em cinco grandes grupos:

1. Processo de integração dos ODS nas estratégias empresariais
2. Reporte dos ODS Estruturação de Casos Práticos associados aos ODS
3. Comunicação de Casos Práticos associados aos ODS
4. Boas práticas de casos de parcerias entre as empresas do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas

Por fim, foi feita a seleção de uma série de exemplos de boas práticas com o intuito de promover a partilha de casos concretos, considerados úteis a todas as empresas. O resultado desta análise pode ser consultado no Capítulo 8.

Metodologia da Análise de Dados

Metodologia para Análise Agregada

No que diz respeito à metodologia de análise dos dados dos questionários, foi feito um processo de análise agregada (i.e., à totalidade da amostra) a cada pergunta do questionário, através da ferramenta SPSS (versão 28.0), tanto para as Grandes Empresas, como para as PMEs. Cada questão foi analisada através de análise de descritivas e de frequências, interpretada, tendo sido posteriormente descrita no presente relatório (Capítulo 7).

Clusters para análise aprofundada

Análise de Clusters

O objetivo da Análise de *Clusters* é o de classificar as diferentes empresas da amostra em grupos diversificados, de forma a que os diferentes grupos (*clusters*) sejam distintos na sua constituição.

A técnica *twostep cluster* foi utilizada no *software* SPSS (versão 28.0). Esta análise permite detetar agrupamentos naturais presentes nos dados, baseados em critérios de distância calculados com base nas respostas aos itens do questionário. Esta técnica pode ter em conta tanto variáveis contínuas, como categóricas.

As variáveis foram incluídas na formação dos *clusters* tendo em conta a sua importância central na caracterização do posicionamento das empresas quanto à sustentabilidade e aos ODS. Desta forma, foram incluídas variáveis que definem a estratégia da empresa e o seu posicionamento quanto à visão da criação de valor (*stakeholders* ou *shareholders*), o alinhamento com os ODS no processo de tomada de decisão e estratégia da empresa, e a perceção dos ODS enquanto oportunidade de negócio. Estas variáveis estão diretamente relacionadas com as perguntas de investigação, evidenciadas anteriormente neste Capítulo, e são a base para a análise crítica de dados. Poderão ser consultadas na Tabela 6.4.

VARIÁVEIS ESTRATÉGICAS QUE DEFINEM O PERFIL DA EMPRESA

Pergunta	Possíveis Respostas
A minha empresa vê a sustentabilidade como:	Opções: Ameaça, Risco a mitigar, Indiferente, Talvez positivo, Oportunidade estratégica
O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?	Opções: Ameaça, Risco a mitigar, Indiferente, Talvez positivo, Oportunidade estratégica
O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?	Opções: Lucro; Criação de valor para os <i>stakeholders</i>
De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?	Opções: Não estão incorporados; Escolhemos alguns que consideramos fazerem parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento; Escolhemos alguns que estão alinhados com a nossa estratégia e que fazem parte do nosso <i>core business</i> ; Definimos a nossa estratégia de acordo com os ODS e suas ambições e estes guiam a nossa atividade
Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?	Escala: 7 points: 1- não vejo de todo 7 - Sim vejo totalmente
Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão?	Opções: Sim / Não
Escolha a opção que lhe faz mais sentido: “A falta de <i>business case</i> (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS “	Opções: Sim; porque não há nenhum <i>business case</i> ; Sim, porque é difícil encontrar um <i>business case</i> ; Não, não é uma barreira

Tabela 6. 4 - Variáveis Estratégicas que definem o perfil da empresa e servem de base à criação dos *clusters*

Análises específicas

De forma a aprofundar a análise dos dados e melhor compreender o envolvimento das empresas portuguesas com os ODS, foram definidas hipóteses de validação das perguntas de investigação, colocadas na fase inicial. Estas hipóteses foram agrupadas em: Hipóteses 0) como sendo complementares à caracterização dos *clusters* (H0); e Hipóteses 1) como elucidativas das estratégias empresariais no que toca à adoção dos ODS (H1). O teste destas hipóteses deu origem a um conjunto de análises específicas. Nestas análises para resposta a questões de investigação adicionais foram utilizados testes de diferenças de médias, análise do chi-quadrado e análise de regressão.

As diferentes motivações para a adoção dos ODS estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade	H0
As diferentes motivações para a sustentabilidade confirmam-se quando existe a obrigatoriedade de escolha entre espectros diferentes	H0
A obrigatoriedade de escolha entre espectros de diferentes motivações confirma a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade	H0
A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionada com a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão	H0
A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade	H1
O nível de conhecimento dos ODS está relacionado com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade	H1
A falta de <i>business case</i> e as diferentes barreiras para a não adoção dos ODS estão relacionadas com a forma como a empresa vê o <i>gap</i> entre “onde está” e “onde gostaria de estar” em termos de ODS e sustentabilidade	H1

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionada com a forma como a empresa vê o <i>gap</i> entre “onde está” e “onde gostaria de estar” em termos de ODS e sustentabilidade	H1
As diferentes motivações para a adoção dos ODS estão relacionadas com a forma como a empresa vê o <i>gap</i> entre “onde está” e “onde gostaria de estar” em termos de ODS e sustentabilidade	H1
A forma como as empresas desenvolvem parcerias nos ODS está relacionada com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade	H1
A existência de indicadores ligados ao <i>core business</i> e o seu nível de detalhe estão associados a diferentes posições estratégicas face aos ODS e sustentabilidade	H1
As diferentes barreiras apontadas para o <i>engagement</i> com os ODS e a sustentabilidade estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade	H1
O conhecimento dos ODS e suas metas está relacionado com a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão	H1
A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionada com a forma como a empresa considera as geografias onde opera para a escolha dos seus ODS estratégicos	H1

Tabela 6. 5 - Análises específicas



As seguintes variáveis foram selecionadas para definir a caracterização das empresas:

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	
Tema	Pergunta no Questionário
Estrutura Legal	2
Estrutura de Capital	3
Empresa Familiar/Não Familiar	4
Cotada em Bolsa/Não cotada	5
Ano de Fundação	9
Escopo Geográfico (n.º de países e quais os continentes onde opera)	10 & 11
Indústria	12
Serviços ou produtos	13
Empresas associadas a redes empresariais de sustentabilidade	14
Composição do <i>Board</i>	17 & Composição do Conselho de Administração ou da Comissão Executiva, quando exista (será questão extra enviada a empresas)

Tabela 6. 6 - Caracterização da empresa

Metodologia para análise das Entrevistas

A análise da informação recolhida durante as entrevistas foi feita de forma qualitativa e quantitativa. A estruturação da análise das entrevistas contribuiu para uma avaliação rigorosa dos dados recolhidos, tendo por base um procedimento sequencial e sistemático.

Inicialmente, para cada questão, foi feita uma avaliação das respostas das empresas entrevistadas, como um subgrupo do que foi respondido previamente no questionário. De seguida foram avaliadas as respostas abertas de forma qualitativa, para aprofundar as razões das respostas e a criação de *clusters* ou temas dentro de cada resposta. As respostas foram sendo agrupadas em temas através de uma análise qualitativa desenvolvida por cada investigador do projeto: “juiz”. Os temas de cada resposta aberta foram avaliados por dois juizes, que as agrupam de forma consolidada.

A metodologia utilizada nesta análise segue nos seguintes 5 pontos:

1. Cada juiz leu ou reviu a entrevista gravada e criou de forma indutiva “temas para cada questão”. Estes temas foram organizados numa grelha de codificação.
2. Avaliação individual dos juízes:
 - Cada juiz identificou os temas mencionados nas respostas, com objetivo de identificar as principais razões apontadas por cada empresa para a escolha feita no questionário;
 - Com base neste exercício de codificação, cada juiz passou à criação de uma tabela que permite visionar os temas mencionados.
3. Dois juízes (avaliadores da mesma questão) debateram e criaram uma nova tabela-sumário – consolidada após discussão;
4. As tabelas-sumário foram discutidas entre 2 pares de juízes (4 pessoas), o que resultou em:
 - Incorporação das notas resultantes do debate;
 - Harmonização dos *clusters* com linguagem uniforme.
5. Finalização da tabela-sumário após a avaliação dos quatro Juízes.

Com uma análise detalhada de cada resposta, os investigadores complementaram a análise dos questionários com as explicações e elucidações das entrevistas.

Referências:

BCSD, 2021. Diretrizes da Sustentabilidade: Reporting. Extraído de: <https://bcdsptugal.org/diretrizes-da-sustentabilidade-reporting/>

Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000) Handbook of qualitative research. (2a ed). Thousand Oaks: Sage.

Maxwell, J. A. (1996) Qualitative Research Design: an interactive approach. Thousand Oaks: Sage.

6.2 O *background* teórico para uma análise longitudinal

De forma a que o presente estudo se possa alicerçar em bases teóricas sólidas e seguir uma análise longitudinal consistente, foi definido um *background* teórico. Este é suportado em estudos científicos e não científicos e propostas metodológicas validadas para uma implementação bem-sucedida dos ODS nas estratégias e operações empresariais. Assim sendo, o *background* teórico permite:

1. Definir um *framework* que possa estabelecer a atitude estratégica recomendada para a adoção dos ODS pelas empresas

2. Associar a esse *framework* um conjunto de indicadores mensuráveis, que possam ser monitorizados numa base anual, de forma a suportar a análise longitudinal dos dados recolhidos junto das empresas em análise e assim permitir:

- Oferecer anualmente **dados básicos para análise de evolução** das empresas em estudo e **monitorização do seu desempenho** nos ODS por setores de atividade
- Apresentar **estudos de caso e boas**

- práticas ou inovações que possam ser reproduzidas por outras empresas
- Promover **sinergias e pontos de encontro** e discussão entre as empresas portuguesas que tenham como prioridade a Agenda de Desenvolvimento Sustentável
3. Promover o debate na sociedade portuguesa sobre a relevância da contribuição das empresas para a Agenda 2030
4. Servir como base de análise a adotar em outras geografias e contextos, podendo posicionar Portugal como um caso de estudo nesta temática

Neste sentido, e com base no *background* teórico adotado, são recolhidos anualmente dados presentes 1) nos Relatórios Não Financeiros das empresas; 2) informações via questionários e entrevistas realizadas com pontos de contacto nas empresas portuguesas em análise; 3) informação pública, nomeadamente *reports* publicados por outras instituições e pelos media. Os dados recolhidos e questões colocadas (no questionário e entrevista apresentados no Capítulo 6.1) seguem a matriz do *background* teórico definido, abordando questões cruciais para o conhecimento do nível e adequação da compreensão e implementação dos ODS pelas empresas portuguesas.

Background Teórico – propostas de *framework* de implementação e análise

O *framework* de análise do envolvimento das empresas portuguesas com os ODS seguirá a orientação das ferramentas desenvolvidas pelo **UN Global Compact (SDG Compass e SDG Ambition)**, com adaptações e melhorias com base no trabalho académico em curso na área da Gestão e Estratégia.

O *framework* de análise tem como base alguns princípios de implementação dos ODS nas estratégias empresariais, que foram alvo de análise e também

base para a criação dos indicadores utilizados na fase de recolha e estudo de dados do projeto:

- A compreensão dos conceitos de sustentabilidade e dos ODS
- O nível de conhecimento dos ODS na organização
- A implementação dos ODS como uma ferramenta estratégica vs ferramenta de responsabilidade social ou ferramenta reputacional
- A visão (ou não) dos ODS como uma vantagem estratégica geradora de *business case*
- A adoção (ou não) dos ODS no *core* da operação. O seu processo de escolha e seleção
- A adoção dos ODS e a consideração da interligação dos ODS entre si
- Análise dos efeitos negativos e positivos na Agenda de Desenvolvimento Sustentável
- Visão “*inside-out*” e sua conjugação com a visão “*outside-in*” da Agenda 2030
- Atitude da empresa para com esta agenda: de passiva a pró-ativa
- Adopção de estratégias em parceria
- A comunicação dos ODS - como ferramenta estratégica ou reputacional
- A existência de comunicação interna e externa (cultura e *brand*) e monitorização dos objetivos propostos

A proposta de um *framework* de implementação é baseada nas contribuições da prática e da Academia no que se refere à implementação estratégica dos ODS nas empresas. Fundamenta-se, igualmente, no acompanhamento prático que o *Center for Responsible Business and Leadership* tem vindo a fazer em várias empresas, essencialmente no contexto português. Deste modo, foram analisadas várias ferramentas que permitiram enriquecer o *framework* utilizado, que de seguida se apresenta de forma simplificada.

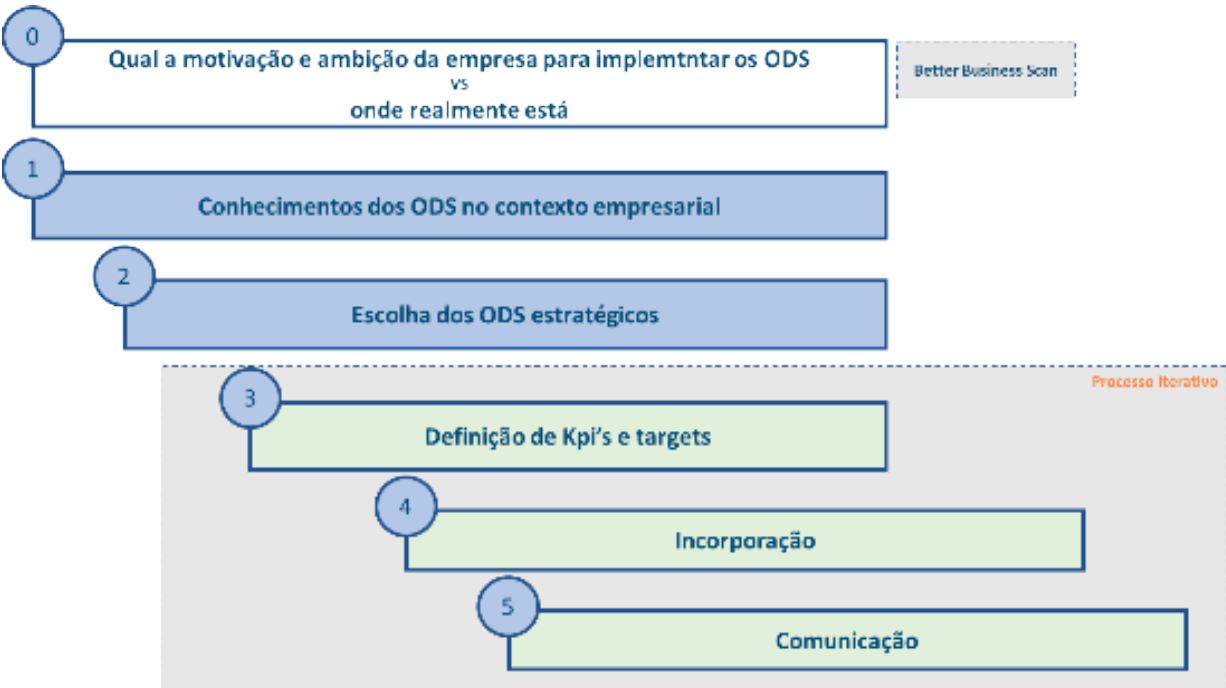


Figura 6.2.1 - *Framework* the implementação dos ODS
Fonte: autores (com inspiração no *SDG Compass*)

Passo 0: Análise do *status quo* da empresa: Motivação e ambição para implementar os ODS vs onde realmente está

O passo “zero” para uma implementação eficaz dos ODS nas estratégias empresariais é identificar o conhecimento da empresa sobre o seu posicionamento nos temas de sustentabilidade, especificamente o seu alinhamento com os ODS. Esta análise permite perceber como a empresa pode começar a atuar e qual a trajetória que deve adotar

para alinhar as suas intenções e ambições com a Agenda 2030. Para efetuar este diagnóstico, algumas questões colocadas às empresas neste Observatório foram inspiradas na ferramenta *Better Business Scan*, que permite avaliar o posicionamento da empresa em temas de sustentabilidade e ODS e comparar esse posicionamento com as suas ambições e intenções.

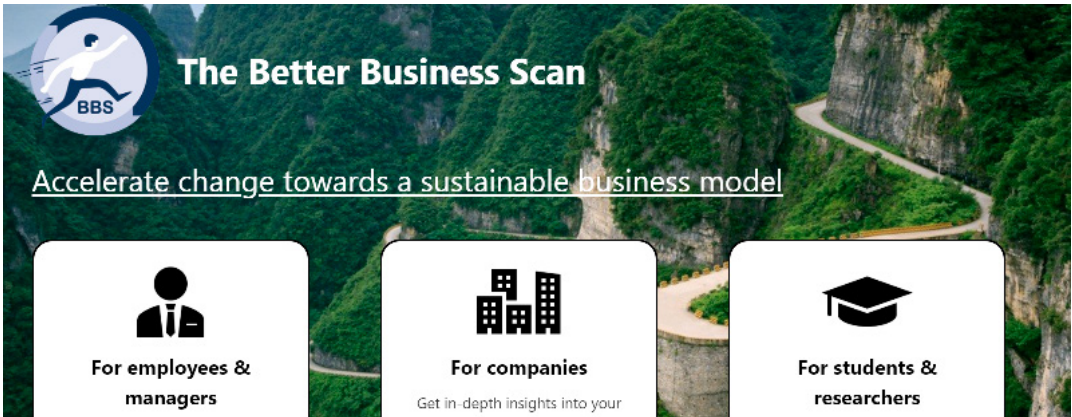


Figura 6.2.2 – Better Business Scan
Fonte: <https://www.betterbusinessscan.org/>

Passo 1: Conhecimento dos ODS na empresa e sua incorporação na cultura empresarial

Depois de compreender o seu posicionamento no caminho da sustentabilidade e o conhecimento sobre ODS existir a nível interno, a empresa está pronta para começar a sua jornada na implementação dos ODS. O ponto 1 desta jornada é promover o conhecimento interno dos ODS junto dos colaboradores de forma a embeber a cultura com a inspiração desta Agenda. Este passo inspira-se no ponto 1 do SDG Compass (SDG Compass, 2016).

É muito importante nesta fase que algumas mensagens sejam passadas:

- O nível de detalhe de conhecimento dos ODS deve incluir sempre a análise das suas 169 metas
- Os ODS são impactados positiva e negativamente pela atividade empresarial
- Os ODS estão interligados. Assim sendo, ao impactar um ODS, a empresa poderá estar a gerar *spillovers* (externalidades) em muitos outros objetivos e *targets*.

Passo 2: Escolha dos ODS Estratégicos

Os ODS não são todos igualmente importantes nas estratégias empresariais. Há objetivos mais relevantes para algumas empresas que outros, tendo em conta 1) o *core* das suas operações, 2) a forma como cada empresa pode contribuir para os diferentes ODS, de forma positiva e negativa, 3) a visão da empresa e dos seus *stakeholders*, bem como 4) o tipo de criação de valor e contribuição económica, social e ambiental que a empresa pode fazer ao trabalhar esta agenda. Nesta fase, pretende-se que as empresas escolham os ODS mais relevantes.

Passo 3: Definição dos *Targets* e *KPI's*

Após a escolha dos ODS estratégicos para a empresa (através da qual se pretende colmatar efeitos negativos ou acelerar contribuição positiva) devem

ser definidos *targets* e *KPIs* para que estes possam ser cumpridos de uma forma prática na atividade empresarial, por todos os departamentos e unidades de negócio. A definição de *targets* e *KPIs* segue a orientação estratégica da empresa no seu caminho de sustentabilidade de acordo com os ODS. Assim sendo, para cada ODS escolhido a empresa deve definir *targets* e *KPIs* a atingir que cumpram os vários requisitos, incluindo um baseline claro, medição específica, seguirem *benchmarks* reconhecidos, serem ambiciosos e realistas.

Passo 4: Incorporação

Após a escolha dos *targets* e *KPIs*, a empresa estará apta a desenvolver um processo de incorporação destes objetivos em toda a sua cadeia de produção e embeber toda a organização e sua cultura com o espírito dos ODS.

Assim sendo, a fase de incorporação inclui alguns pontos concretos, entre os quais:

1. Comprometimento claro do CEO e Conselho de Administração/Comissão Executiva da empresa com os ODS e objetivos escolhidos
2. Anúncio dos compromissos da empresa de forma clara
3. Definição dos *Champions* internos
4. Inclusão dos objetivos estratégicos no *core* da operação da empresa
5. Associação dos ODS a incentivos e critérios de tomada de decisão
6. Promoção de parcerias

Passo 5: Comunicação

Este último passo inclui a comunicação da empresa sobre as suas ambições para o cumprimentos da Agenda 2030. É um passo fundamental para que a empresa possa assumir publicamente e com transparência os seus compromissos, e possa ativamente mostrar o seu comprometimento e contribuição para a Agenda Global de desenvolvimento sustentável. Esta comunicação da empresa é feita através do seu *website*, redes sociais,

meios de comunicação variados, produtos e *labelling* (rotulagem), e através do seu Relatório Não Financeiro (muitas vezes apelidado de relatório de Sustentabilidade, relatório integrado ou de atividades, consoante as preferências de cada empresa). Uma comunicação clara e incisiva da sua estratégia de sustentabilidade em todos estes meios é fundamental para criar laços de confiança com os diferentes *stakeholders*.

Assim sendo, com base nos seus ODS estratégicos, na sua estratégia interna de operacionalização dos mesmos e no impacto que pretende ter junto de todos os *stakeholders*, cada empresa deve criar o seu próprio *storytelling*, uma narrativa inspiracional e transparente, alinhada com a sua identidade organizacional. Esta comunicação deve incluir a justificação da escolha dos seus ODS estratégicos (ligados ao *core* e identidade da empresa e suas ambições de contribuição) e a forma como esta escolha impacta de forma mais alargada a sociedade e outros objetivos da Agenda 2030.

Escolha de *standards* comparáveis e com ambição alinhada com uma Agenda Global

Como referido no Passo 3 deste processo, a escolha de *standards* de reporte e indicadores de sustentabilidade pode seguir vários padrões. Independentemente do *standard* escolhido, o importante é que o relatório seja feito pela empresa com um objetivo de avaliação constante e procura de progresso. Importa também que a empresa escolha ambições alinhadas com objetivos globais necessários. À medida que aumenta o número de empresas sujeitas à obrigatoriedade de apresentar Reporte Não Financeiro e que se caminha no sentido da uniformização mundial das normas aplicáveis a esse reporte (ver Capítulo 4.1), o importante é que o Relatório Não Financeiro se assuma como um instrumento para tornar a contribuição das empresas para esta Agenda 2030 cada vez mais incisiva.

O *background* teórico e o *framework* de implementação apresentados não esgotam todo o trabalho de pesquisa e consolidação desenvolvido pela equipa de projeto, pelo que qualquer questão sobre o mesmo poderá ser colocada ao *Center for Responsible Business and Leadership*.

RELATÓRIO ANUAL 2022

A análise e resultados do estudo sobre a implementação dos ODS nas empresas portuguesas

- 7.1. Análise Agregada – Grandes Empresas
- 7.2. Análise Agregada – Pequenas e Médias Empresas
- 7.3. Análises de Clusters - Grandes Empresas
- 7.4. Análises de Clusters - Pequenas e Médias Empresas



O Capítulo 7 apresenta a análise dos dados recolhidos ao longo do primeiro ano do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas. Compreende uma análise agregada dos dados dos Questionários realizados às 60 Grandes Empresas e 103 PME's, bem como das entrevistas realizadas a 20 das Grandes Empresas e a 10 PME's. Incorpora, ainda, uma análise de *clusters* e análises específicas com o objetivo de responder a algumas questões pertinentes ao estudo da relação entre a adoção dos ODS e as características das empresas, e o seu posicionamento estratégico face à sustentabilidade.

Todos os dados presentes neste Capítulo são apresentados de forma agregada, não sendo nunca mencionada uma empresa em particular. Além das análises realizadas neste Relatório, a equipa do projeto continuará a trabalhar nesta base de dados de forma contínua, com o objetivo de alargar o conhecimento sobre o estado de arte de implementação dos ODS nas empresas portuguesas e promover a sua maior implementação junto do setor privado. Adicionalmente, este projeto pressupõe uma análise longitudinal de dados, pelo que mais Questionários e Entrevistas serão realizados em 2023, com o objetivo de alargar a base de dados existente e promover o início de uma análise de evolução anual.

7.1

Análise Agregada – Grandes Empresas

O presente Capítulo apresenta os resultados dos dados dos questionários e entrevistas às Grandes Empresas selecionadas para estudo neste projeto de investigação. Sessenta (60) das maiores empresas a operar em Portugal foram selecionadas para este

propósito, conforme descrito no Capítulo 6.1 Metodologia. Os resultados são apresentados de forma agregada, ilustrando a resposta destas empresas às 69 questões colocadas no questionário.

Caracterização das grandes empresas

Estrutura legal e estrutura de capital

ESTRUTURA LEGAL

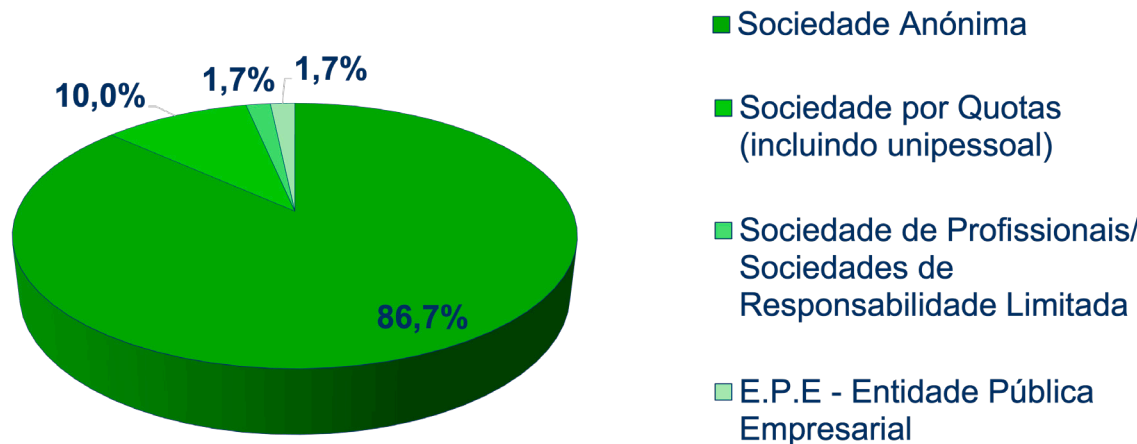


Figura 7.1.1 – Estrutura Legal

Das 60 empresas em estudo, verificou-se que a grande maioria são Sociedades Anónimas (86,7%), sendo que 10% são Sociedades por Quotas. Apenas uma empresa (1,7%) é uma Sociedade profissional de Responsabilidade Limitada e também uma empresa (1,7%) é uma Entidade Pública Empresarial.

ESTRUTURA DE CAPITAL

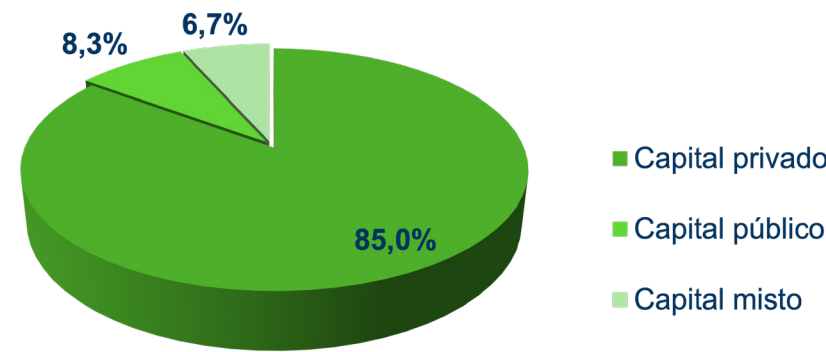


Figura 7.1. 2 – Estrutura de Capital

Verificou-se ainda que 85,0% das empresas são de capital privado, sendo que uma minoria (8,3%) têm capitais públicos e capitais mistos (6,7%).

EMPRESAS FAMILIARES E COTADAS EM BOLSA

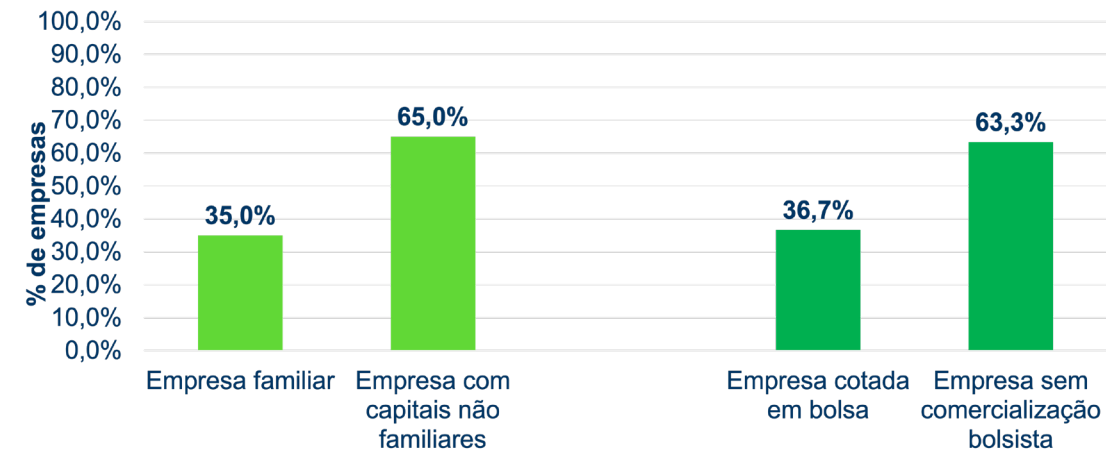


Figura 7.1. 3 – Empresas familiares e cotadas em bolsa

35,0% são empresas familiares e apenas 36,7% são empresas cotadas em bolsa (com capitais abertos e comercializáveis). Portanto, a maioria das empresas em análise têm capitais não familiares e sem comercialização bolsista.

Número de colaboradores, faturação e localização da sede

NÚMERO DE COLABORADORES

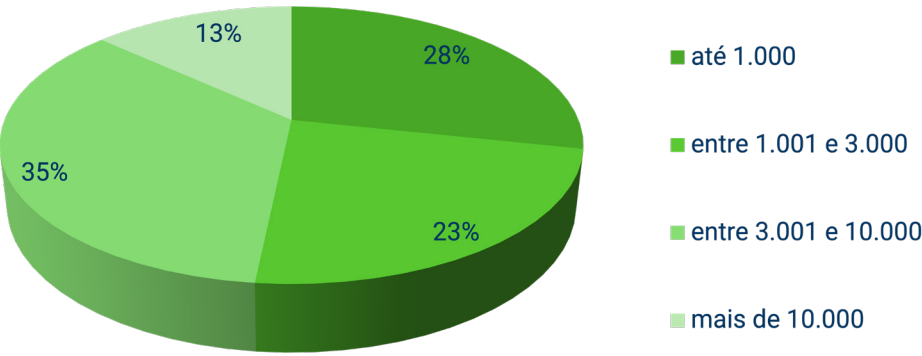


Figura 7.1. 4 – Número de colaboradores

Em termos de número de colaboradores, as empresas têm entre 150 e 36607 colaboradores. 87% têm até 10.000 colaboradores.

RECEITAS DA EMPRESA EM 2021

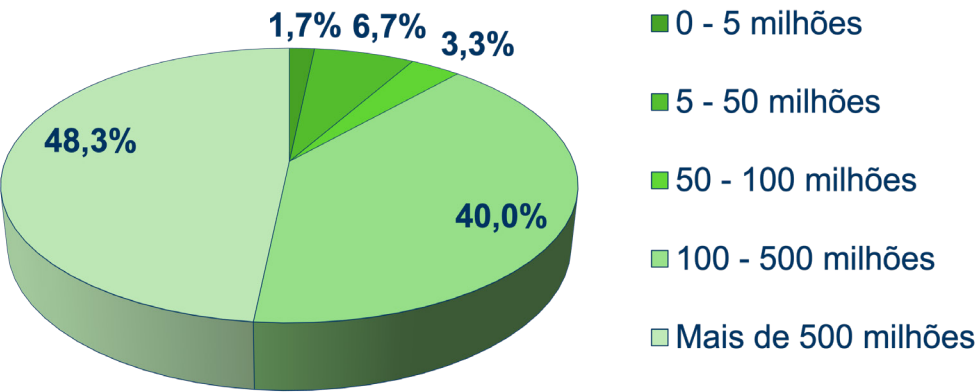


Figura 7.1. 5 – Receitas da empresa em 2021

Em termos de faturação, durante o ano de 2021 a maior parte das empresas faturou mais de 500 milhões de euros (48,3%). 40,0% faturaram entre 100 e 500 milhões de euros e cerca de 10,0% das empresas faturaram menos de 100 milhões de euros.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE

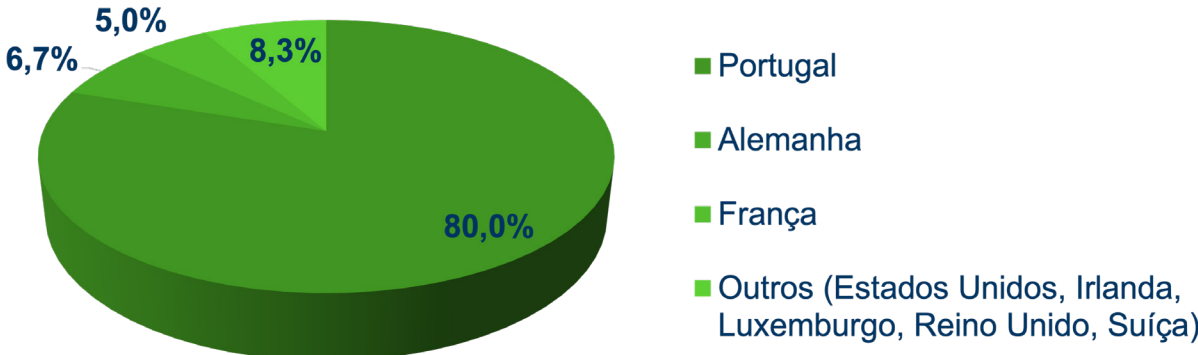


Figura 7.1. 6 – Localização da sede

80,0% das empresas têm a sede localizada em Portugal. Algumas empresas (20,0%) têm a sua sede noutros países dentro e fora da União Europeia. Alemanha e França são os países os países mais proeminentes.

Setor de atividade/indústria

Qual é o setor de atividade / indústria da sua empresa?

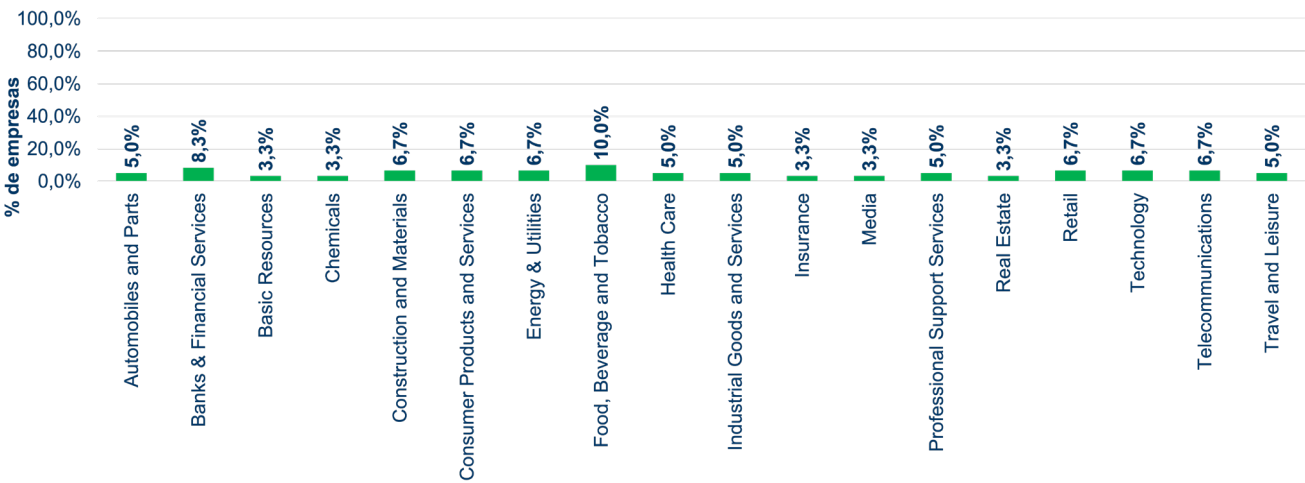


Figura 7.1. 7 – Qual é o setor de atividade / indústria da sua empresa?

Em termos de setor de atividade/indústria, há uma distribuição equilibrada pelas diferentes atividades industriais, com destaque para as categorias “Food, Beverage and Tobacco” e “Banks & Financial Services”, que apresentam percentagens ligeiramente mais elevadas.

Tipologia de negócio e data de fundação

TIPOLOGIA DE NEGÓCIO

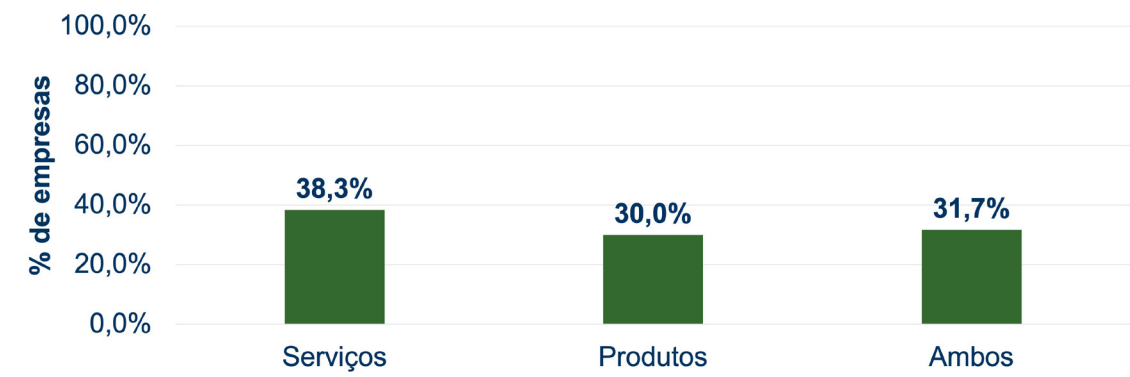


Figura 7.1. 8 – A sua empresa é um negócio de serviços ou um negócio de produtos?

38,3% das empresas comercializam serviços, 30,0% comercializam produtos e 31,7% comercializam tanto produtos como serviços.

Data de fundação

As 60 empresas foram fundadas entre 1520 e 2014, com a seguinte distribuição: 20,0% até 1900, 18,3% entre 1901 e 1945, 25,0% entre 1946 e 1980, 28,3% entre 1981 e 2000 e 8,3% foram fundadas de 2001 em diante.



Número de países e continentes em que opera / para onde exporta

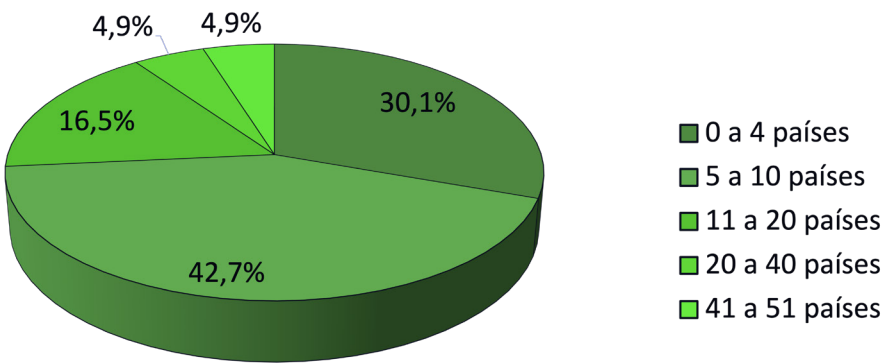


Figura 7.1. 9 – Países para onde exporta

NÚMERO DE PAÍSES E CONTINENTES ONDE OPERA

Em quantos países opera a sua empresa

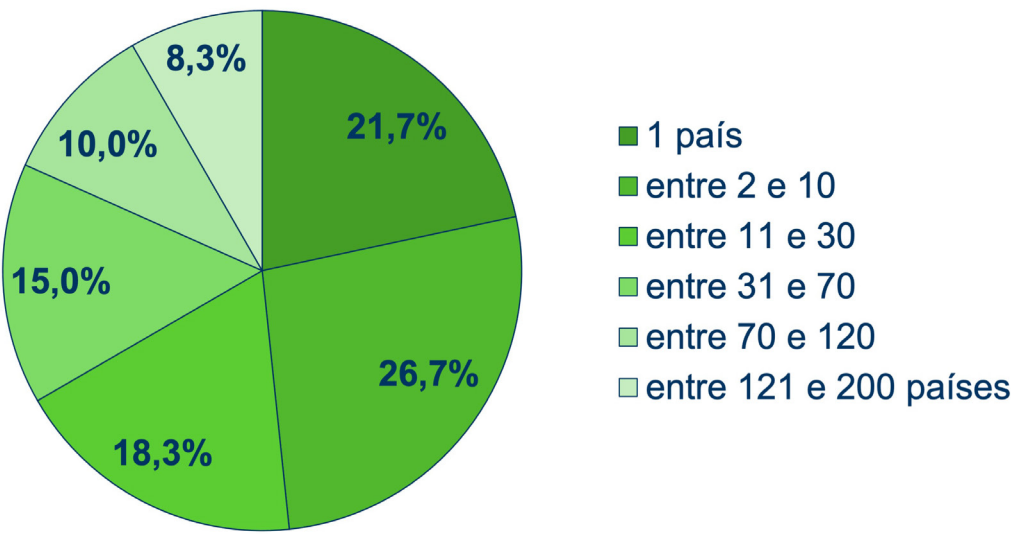


Figura 7.1. 10– Em quantos países opera a sua empresa?

O número de países em que as empresas operam varia entre 1 e 200 países: 21,7% das empresas operam num único país, 26,7% das empresas operam em 2 a 10 países, 18,3% em entre 11 a 30 países, 15,0% em 31 a 70 países, 10,0% em 70 a 120 países e 8,3% em 121 a 200 países. Os resultados mostram uma grande diversidade na distribuição destas respostas, sendo que a maioria das empresas é multinacional.

PARA QUE CONTINENTES EXPORTA OU OPERA A SUA EMPRESA?

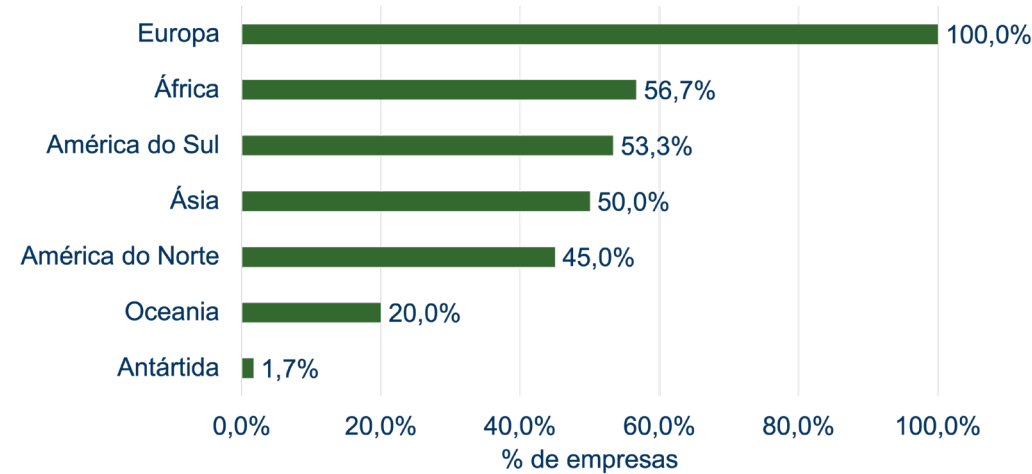


Figura 7.1. 11 – Para que continentes exporta ou opera a sua empresa?

Todas as empresas operam na Europa, sendo que a maioria opera também em África e na América do Sul, metade opera na Ásia.

Redes Empresariais

REDES EMPRESARIAIS A QUE PERTENCE

Identifique quais as redes empresariais a que a sua organização pertence

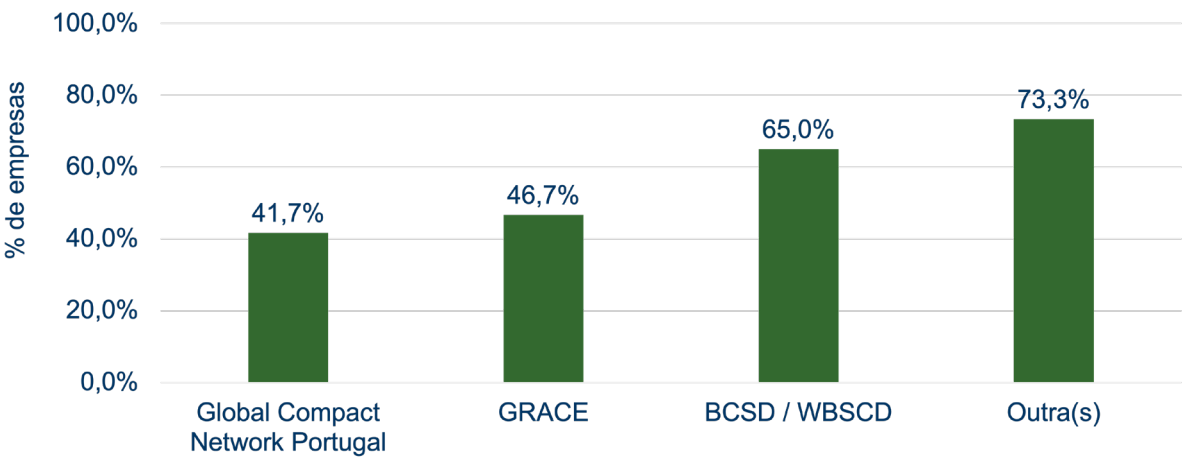


Figura 7.1. 12 – Identifique de quais as redes empresariais a que a sua organização pertence

As empresas em estudo mencionam pertencer na sua maioria (65,0%) ao *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal ou ao WBCSD (organização mundial correspondente). 46,7% pertencem ao GRACE – Empresas Responsáveis e 41,7% pertencem ao *Global Compact Network* Portugal.

73,3% das empresas que compõem a amostra deste estudo mencionam pertencer a outras redes empresarias mencionadas na seguinte tabela:

OUTRAS REDES / PLATAFORMAS EMPRESARIAIS MENCIONADAS:

COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação
Business RoundTable Portugal
APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição
APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial
Consumer Goods Forum (CGF)
Associação Smart Waste Portugal
ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores
APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
BUSINESS FOR SOCIETAL IMPACT
CELPA - Associação da Indústria Papeleira
Centromarca – Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca
CIP – Confederação Empresarial de Portugal
Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia
Confederation of European Paper Industries (CEPI)
Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social
EuroCommerce
Health Cluster Portugal
iGen – Fórum Organizações para a Igualdade
Pacto para a Gestão da Água
Pacto Português para os Plásticos
World Economic Forum

Tabela 7.1. 1 – Redes / plataformas empresariais

Conselho de Administração

NÚMERO DE MEMBROS

Quantos membros tem o Conselho de Administração da sua empresa?

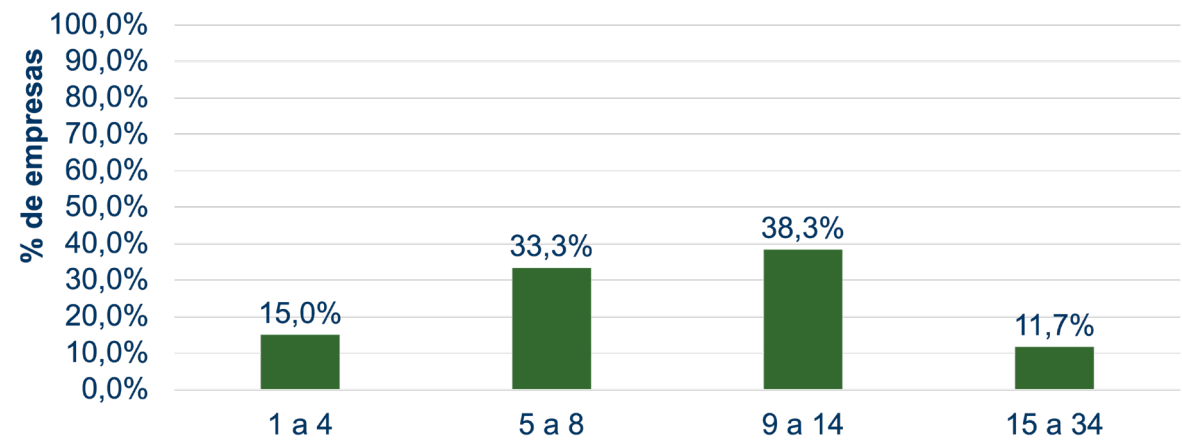


Figura 7.1. 13- Quantos membros tem o Conselho de Administração da sua empresa?

O número de membros do Conselho de Administração das empresas varia entre 1 e 34: 15,0% das empresas possui um Conselho de Administração com 1 a 4 membros, 33,3% com 5 a 8 membros, 38,3% com 9 a 14 membros e 11,7% com 15 a 34 membros.

COMPOSIÇÃO

Género (n=516)

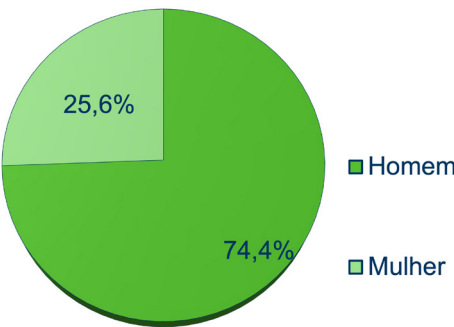


Figura 7.1. 14 – Género (n=516)

Faixa Etária (n=479)

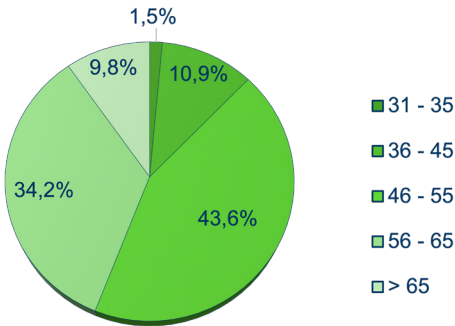


Figura 7.1. 15 – Faixa Etária (n=479)

Background (n=516)

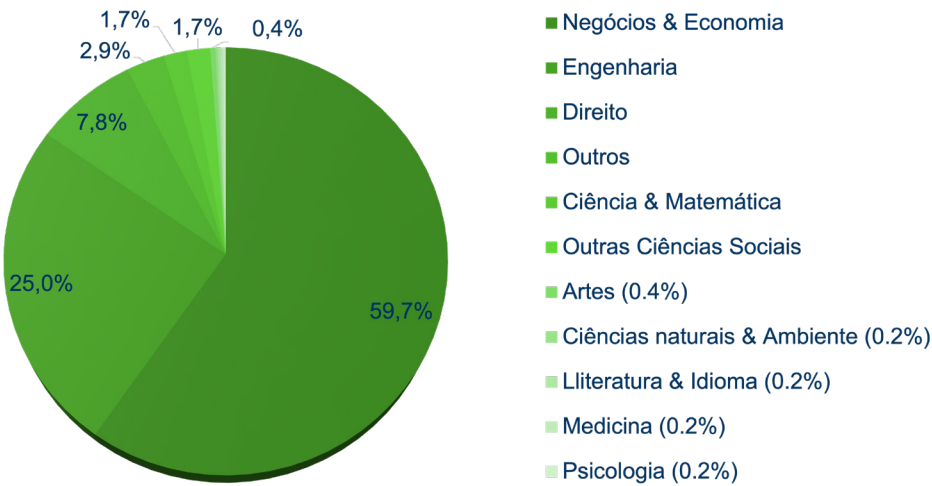


Figura 7.1. 16 – Background (n=516)

Em conjunto, as 60 empresas possuem 516 membros nos seus Conselhos de Administração:

- 74,4% dos membros do Conselho de Administração são homens e 25,6% são mulheres;
- apenas 1,5% possui entre 31 e 35 anos. 10,9% possui entre 36 e 45 anos, 43,6% possui entre 46 e 55 anos, 34,2% possui entre 56 e 65 anos, e

- 9,8% possui mais de 65 anos;
- 59,7% dos membros do Conselho de Administração das 60 empresas têm como *background*

Negócios & Economia e 25,0% Engenharia. Direito segue-se apenas com 7,8% dos membros. Os restantes *backgrounds* de formação não são representativos.



Comissão Executiva

A mesma questão foi colocada para a Comissão Executiva de forma a verificar-se se haveria alteração face ao Conselho de Administração. Não foram encontradas diferenças significativas quanto à sua composição, excetuando o número de membros.

NÚMERO DE MEMBROS

Número de membros da Comissão Executiva

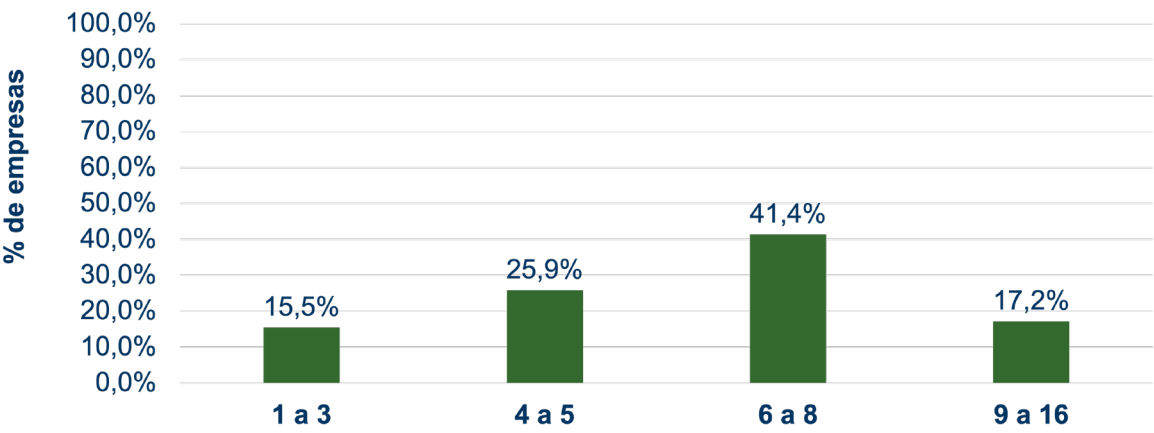


Figura 7.1. 17 – Número de membros da Comissão Executiva (n=58)

Na maioria das empresas em que a Comissão Executiva foi reportada¹ (que são 63,3%), a sua composição difere da composição do Conselho de Administração, como seria esperado, pois na Comissão Executiva podem ser apenas delegadas algumas matérias de administração, tendo, portanto, a Comissão Executiva, normalmente um número inferior de elementos.

Para a Comissão Executiva estão disponíveis dados para apenas 58 empresas. O número de membros da Comissão Executiva varia entre 1 e 16: 15,5% das empresas possui uma Comissão Executiva com 1 a 3 membros, 25,9% com 4 a 5 membros, 41,4% com 6 a 8 membros e 17,2% com 9 a 16 membros.

¹ Algumas empresas não responderam a esta questão e em algumas a CE e o CA são o mesmo órgão com os mesmos elementos

COMPOSIÇÃO

Género (n=359)

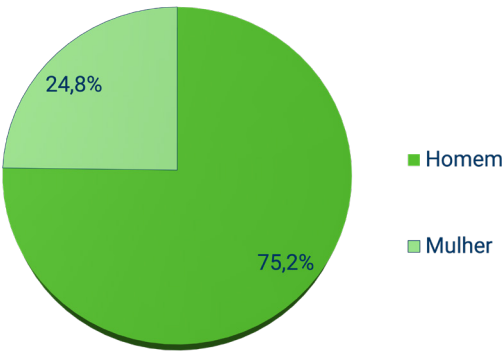


Figura 7.1. 18 – Género (n=359)

Faixa Etária (n=355)

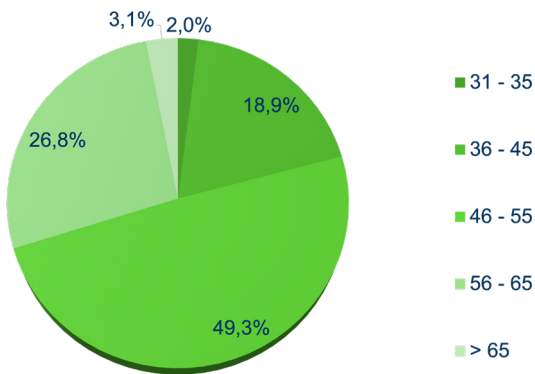


Figura 7.1. 19 – Faixa etária (n=355)

Background (n=343)

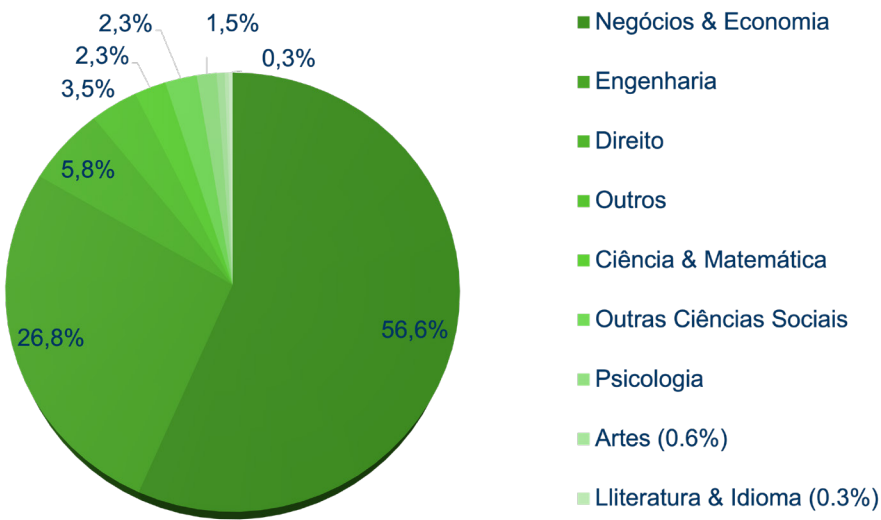


Figura 7.1. 20 – Background (n=343)

Em conjunto, as 58 empresas possuem 368 membros nas suas Comissões Executivas:

- 75,2% são homens e 24,8% são mulheres;
- 2,0% possui entre 31 e 35 anos, 18,9% possui entre 36 e 45 anos, 49,3% possui entre 46 e 55 anos;
- 26,8% possui entre 56 e 65 anos, e apenas 3,1% possui mais de 65 anos;
- 56,5% têm como *background* Negócios & Economia e 26,0% Engenharia. Tal como no caso do Conselho de Administração, Direito é a área que se segue, com menor representação (5,8%).

Como está a implementar a sustentabilidade e os ODS na sua empresa

Importância do conceito de sustentabilidade para a empresa

PERCEÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

A minha empresa vê a sustentabilidade como

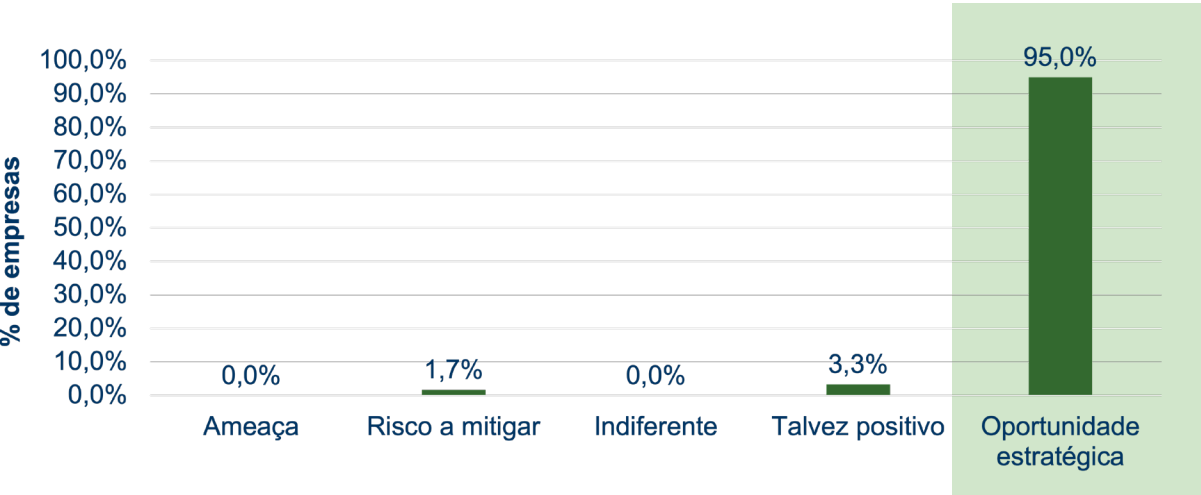


Figura 7.1. 21 – A minha empresa vê a sustentabilidade como

Quando questionadas sobre a forma como “veem a sustentabilidade”, a grande maioria das empresas (95,0%) vê-a como uma oportunidade estratégica. De notar que nenhuma empresa vê a sustentabilidade como uma ameaça nem de forma indiferente.

Esta questão foi aprofundada nas Entrevistas realizadas a 20 das 60 empresas seleccionadas².

Em resposta à questão “Mencionou que sua empresa vê a sustentabilidade como...”, as empresas entrevistadas responderam com maior frequência à opção “Oportunidade estratégica”, tendo sido essa a resposta indicada por 90% das empresas entrevistadas. Neste caso apenas 5% das empresas respondeu a opção “Talvez positivo” ou “Risco a mitigar”, com ligeiras diferenças encontradas face ao grupo das 60 empresas.

Opção	Frequência	% Empresas
Oportunidade Estratégica	18	90,0%
Talvez Positivo	1	5,0%
Risco a Mitigar	1	5,0%
Ameaça	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
TOTAL	20	100,0%

Figura 7.1. 2 – A minha empresa vê a sustentabilidade como (amostra de 20 empresas entrevistadas)

² Detalhes sobre a escolha das 20 empresas seleccionadas podem ser encontrados na Secção 6.1



Ao aprofundar as razões para a resposta à questão colocada, as empresas entrevistadas apontaram os seguintes tópicos:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Sustentabilidade como forma de contribuir positivamente para a sociedade e/ou planeta	11	55,0%
B. Sustentabilidade como oportunidade de negócio		
B.1 Novas fontes de rendimento	4	20,0%
B.2 Inovação	3	15,0%
B.3 Reputação no mercado	2	10,0%
C. Sustentabilidade como uma pressão externa	0	0,0%
C.1 Sustentabilidade como uma licença para operar	6	30,0%
C.2 Sustentabilidade vinda da Pressão de Stakeholders	2	10,0%
D. Sustentabilidade é estratégica ao negócio		
D.1 Intrínseco (integrado, DNA, pilar estratégico)	13	65,0%
D.2 Alinhado com o negócio (visão/missão)	1	5,0%
D.3 Vantagem competitiva (diferenciação; forma de posicionamento no mercado)	5	25,0%
D.4 Sustentabilidade minimiza/previne os riscos da empresa	2	10,0%
TOTAL	49	

Tabela 7.1. 3 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Mencionou que sua empresa vê a sustentabilidade como...”

As empresas que veem a sustentabilidade como uma “oportunidade estratégica”, justificam, essencialmente, a sua resposta pelo facto de associarem a sustentabilidade a algo intrínseco ao negócio (65,0%), ou pelo facto de a sustentabilidade ser uma forma de contribuir positivamente para a sociedade e/ou planeta (55,0%). Uma das empresas entrevistadas mencionou que a sustentabilidade “surge como uma alavanca para o futuro”.

Algumas empresas justificam ainda esta sua escolha pois veem a sustentabilidade como uma vantagem competitiva para a empresa (25,0%). Ou seja, são empresas que veem a sustentabilidade com um pilar estratégico, e, adicionalmente, como um ponto de diferenciação, baseado no seu posicionamento no mercado.

Uma das empresas referia-se a este ponto evidenciando: “É a única maneira de conseguir diferenciar a empresa, marca, produto, no mercado, a fim de garantir a sua sobrevivência”.

Existe ainda um grupo significativo de empresas (30,0%) que vê a sustentabilidade como uma licença

para operar, associando-a ao facto de ser um pré-requisito do negócio, sem o qual a mesma não pode exercer as suas atividades. Uma das empresas referiu “é relevante para a própria sustentabilidade da empresa”, referindo-se à sustentabilidade financeira e ao longo do tempo.

Contrariamente, as empresas que veem como “Talvez Positivo” ou “Risco a Mitigar” (10,0% da amostra) justificam esta resposta como sendo uma questão que provém da **Pressão dos Stakeholders**, ou seja, advém de uma **pressão externa**.

Nesta perspetiva, realçamos que as empresas que ainda não veem a sustentabilidade como uma oportunidade estratégica muitas vezes atuam em relação à sustentabilidade devido às exigências, na sua maioria, de clientes externos.

Uma das empresas afirmou o que espelha ser a posição da maioria das empresas neste grupo: “Se eu pensar na sustentabilidade como um modelo de *reporting* ou de *compliance*, estou errada. Sustentabilidade abre todo um novo caminho”.

ESTRATÉGIA GERAL DA EMPRESA

O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?

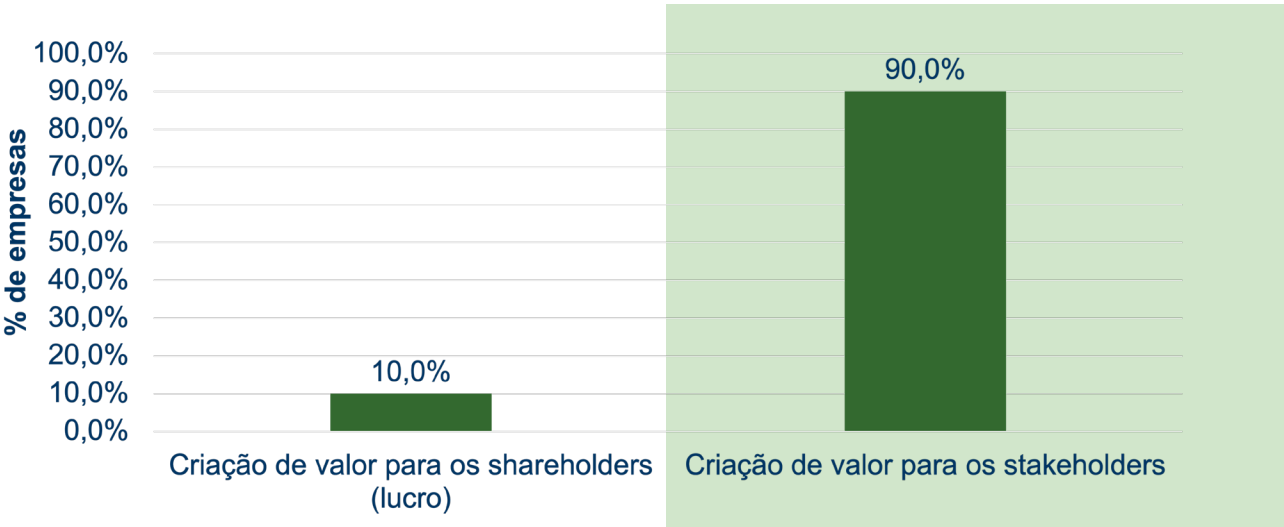


Figura 7.1. 22 – O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?

90,0% das empresas descrevem a estratégia geral da sua empresa como criação de valor para os *stakeholders*. Sendo que apenas 10% descrevem a sua estratégia como criação de valor para *shareholders*. À luz do compromisso do *Business Roundtable*

Americano em 2019 e do *Business Roundtable* português, vemos um grande compromisso das empresas portuguesas com todos os seus *stakeholders*, além da preocupação apenas com a geração de valor para os *shareholders* (acionistas).

Qual a importância dos próximos três temas de sustentabilidade para a sua empresa?

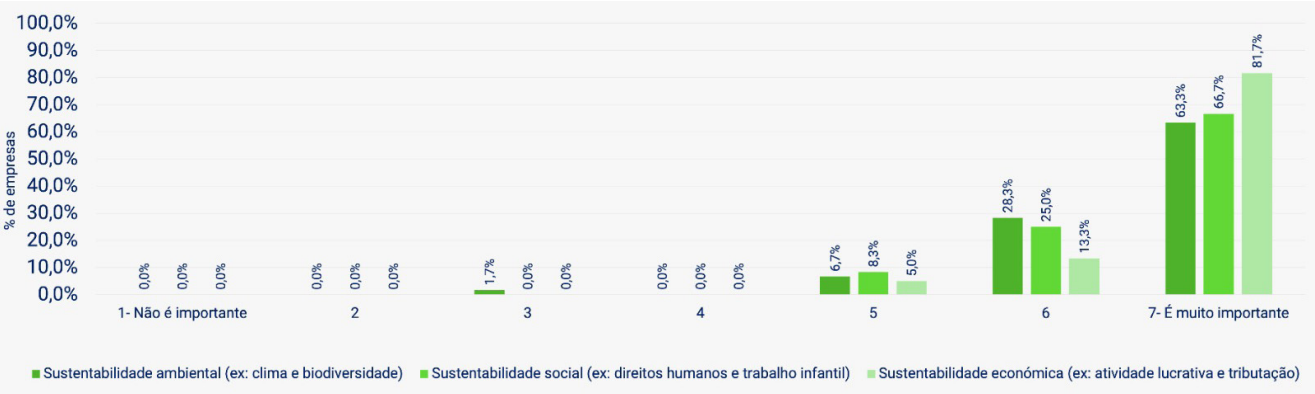


Figura 7.1. 23– Qual a importância dos próximos três temas de sustentabilidade para a sua empresa?

Os três temas da sustentabilidade revelam-se muito importantes para as empresas (a grande maioria das organizações classificou com nível acima de 5 a importância dos três temas de sustentabilidade),

com destaque para a sustentabilidade económica, que tem maior percentagem de respostas (81,7%) no nível máximo de importância “7”.

Relevância dos ODS no contexto da empresa

Qual é o nível de conhecimento dos ODS na sua empresa?

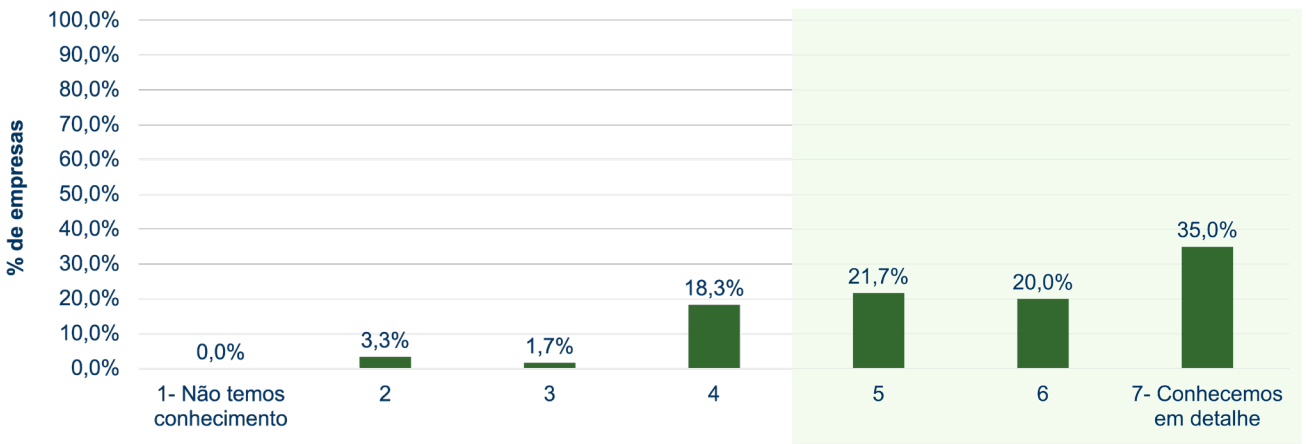


Tabela 7.1. 24 – Qual é o nível de conhecimento dos ODS na sua empresa?

76,7% (35% + 20% + 21,7%) das empresas indicam ter algum conhecimento a conhecimento detalhado dos ODS, sendo que destas, 35% consideram ter conhecimento em detalhe dos ODS (nível 7). Apenas 5,0% indicam ter pouco conhecimento (3,3% + 1,7%) e 18,3% indicam não ter muito nem pouco conhecimento. Desta forma, conclui-se que as empresas portuguesas consideram ter um bom nível de conhecimento dos ODS.

De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?

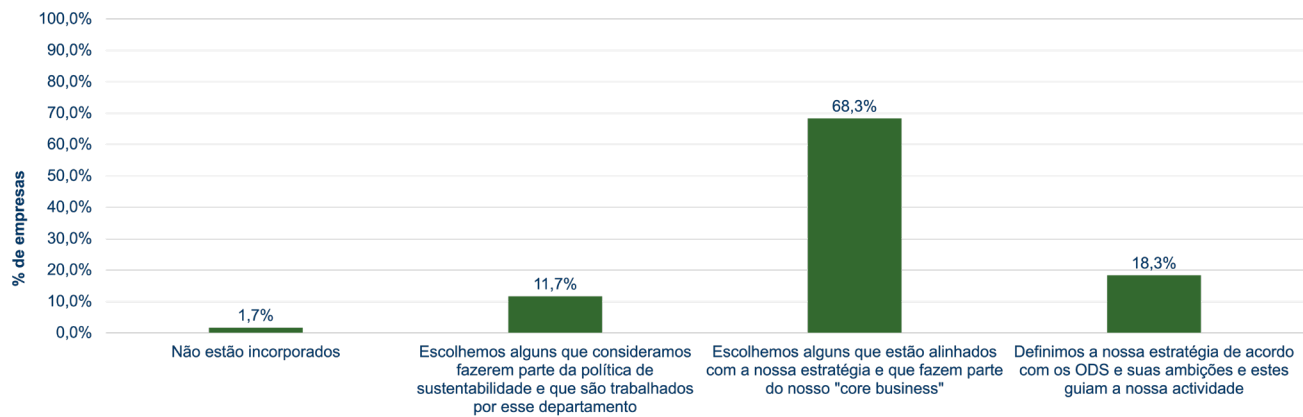


Figura 7.1. 25 – De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?

A maioria das empresas (68,3%) indica escolher alguns ODS que “estão alinhados com a sua estratégia e que fazem parte do seu *core business*”. Esta estratégia demonstra alinhamento entre os ODS e o *core business* da empresa, mas não necessariamente uma adoção estratégica destes objetivos como guia de ação. No entanto, 18,3% indicam definir a sua estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, e que estes guiam a sua atividade, sendo esta uma atitude proativa face aos ODS.

Já 11,7% indicam que escolhem alguns ODS que consideram fazer parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento, sendo esta uma atitude mais reativa, que demonstra que estas empresas não atuam estrategicamente na Agenda 2030. Apenas 1,7% indicam que os ODS não estão incorporados na estratégia empresarial.

Quanto ao resultado das entrevistas, as empresas entrevistadas responderam com maior frequência à opção “Escolhem alguns ODS que estão alinhados com a estratégia da empresa e fazem parte do *core business*”, tendo esta opção sido escolhida por 65,0% das empresas incluídas nesta análise, ligeiramente abaixo do resultado agregado das 60 empresas que responderam ao questionário. Um valor ligeiramente superior aos questionários (20,0%) de empresas responde à opção “Definem a estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, que servem de guia para a atividade da empresa”.

Neste caso, nas entrevistas todas as empresas responderam que incorporam de algum modo os ODS na estratégia da empresa (nenhuma empresa respondeu que os ODS “não estão incorporados”).

% Resposta para as 4 opções	Frequência	% Empresas
Não estão incorporados	0	0,0%
Escolhem alguns ODS que consideram fazer parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento	3	15,0%
Escolhem alguns ODS que estão alinhados com a estratégia da empresa e fazem parte do “core business”	14	65,0%
Definem a estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, que servem de guia para a atividade da empresa	4	20,0%
TOTAL	20	100,0%

Tabela 7.1. 4 – De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa? (amostra de 20 empresas entrevistadas)

Ao aprofundar as razões que levaram as empresas a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Não existe estratégia de acordo com os ODS mas reconhecem a sua importância	3	15,0%
B. Compliance	3	15,0%
C. Escolha dos ODS condicionada pela estratégia de longo prazo	4	20,0%
D. Envolvimento dos stakeholders no processo de escolha da	2	10,0%
E. Escolha dos ODS diretamente ligados ao “core business”	12	60,0%
F. Integração com a estratégia da empresa	6	30,0%
G. Temática ambiental como âncora para a escolha dos ODS	3	15,0%
H. ODS como uma responsabilidade e um valor da empresa	1	5,0%
I. Não incluem os ODS	1	5,0%
J. Dificuldade em incluir critérios ODS	2	10,0%
K. Indicadores estratégicos para atingir a longo prazo	3	15,0%
L. Estratégia de sustentabilidade pré-ODS, subsequente associação com os ODS	5	25,0%
M. ODS como oportunidade de negócio	5	25,0%

Tabela 7.1. 5– Temas consolidados justificativos da resposta à questão “De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?”

60,0% das empresas justificam a opção de resposta com o facto de escolherem os ODS que estão diretamente ligados ao *core business*. Ou seja, perante a atividade desenvolvida, as empresas escolhem aqueles ODS que vão ao encontro daquilo que já fazem nas suas operações. Apesar desta explicação ser certamente redundante, reforça a ideia de que a escolha dos ODS e a sua incorporação no negócio estão alinhadas com o core das suas operações.

30,0% das empresas integram os ODS na estratégia da empresa, mostrando uma ambição de maior alinhamento do que apenas um mapeamento das suas atividades de acordo com os ODS. Nestas empresas, os ODS são ponto de partida ou pelo menos considerados na definição da estratégia da empresa.

25,0% das empresas veem ainda os ODS como uma oportunidade de negócio o que as leva a procurar um alinhamento entre as suas atividades e a Agenda 2030 da ONU, pelo business case que daí poderão extrair.

Existente ainda um grupo significativo de empresas (25,0%) que já tinham uma estratégia de sustentabilidade consolidada antes do lançamento dos ODS, limitando-se a criar um alinhamento com estes de seguida.

Do grupo entrevistado, 5,0% das empresas (uma empresa das entrevistadas) afirma não incluir os ODS na sua estratégia ou atividade.

Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa?
Pode escolher mais do que uma opção.

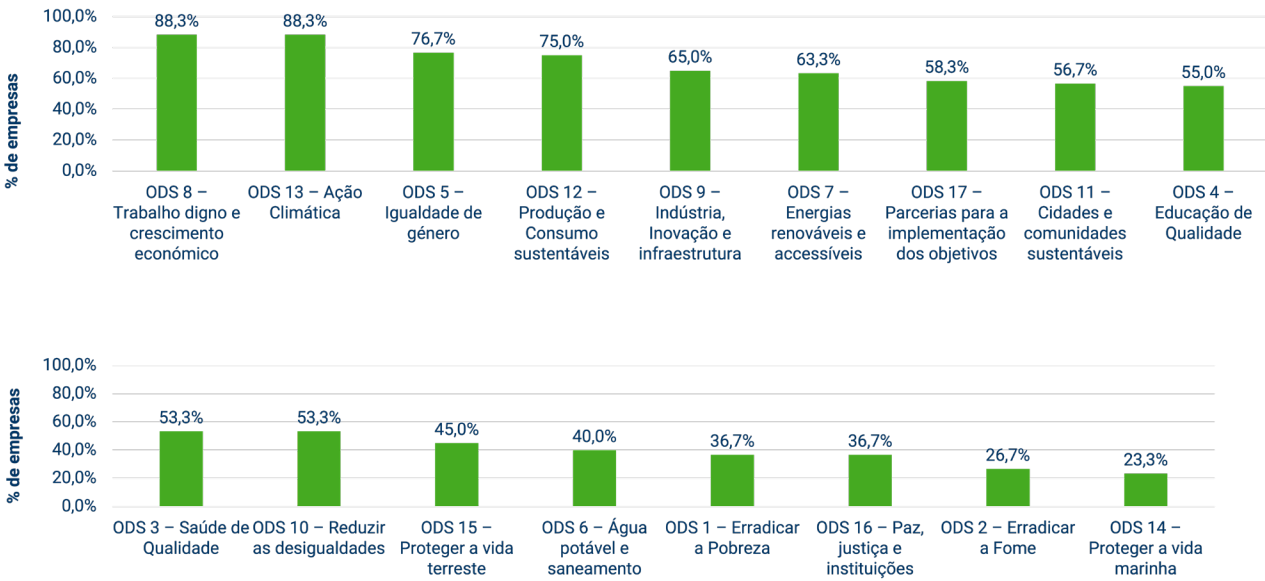


Figura7.1. 26 – Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa? Pode escolher mais do que uma opção.

- Quando questionadas acerca de quais os ODS incorporados na sua estratégia:
- 88,3% das empresas indicam o ODS#8 – Trabalho digno e crescimento económico, e ODS#13 – Ação Climática,
 - 76,7% indicam ODS#5 – Igualdade de género,
 - 75,0% indicam ODS#12 – Produção e Consumo sustentáveis,
 - 65,0% indicam ODS#9 – Indústria, Inovação e infraestrutura, e
 - 63,3% das empresas indicam ODS#7 – Energias renováveis e acessíveis.
 - Os ODS menos incorporados nas empresas portuguesas pertencentes a este estudo são o ODS#14 – proteger a vida marinha (23,3%), ODS#2 – Erradicar a fome (26,7%), ODS#16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, e ODS#1- Erradicar a Pobreza (36,7%).
 - É ainda importante referir que os ODS#14 e ODS#2 são dos ODS com pior *performance* no nosso país, o que torna premente a inversão desta tendência de negligência destes objetivos por parte das empresas portuguesas.



Quando questionadas acerca dos ODS incorporados na sua estratégia, 90% das empresas entrevistadas indicam o ODS#8 – Trabalho digno e crescimento económico, enquanto 85% indicam o ODS#5 – Igualdade de género, o ODS#9 – Indústria, Inovação e infraestrutura, o ODS#12 – Produção e Consumo sustentáveis, e o ODS#13- Ação Climática. Neste caso, o ODS#9 entra para o lugar dos mais mencionados pelas empresas. As alterações face às 60 empresas questionadas é, portanto, negligenciável.

Mais uma vez, os ODS menos mencionados são também os ODS #14, ODS #2, ODS #1, ODS #4, ODS #16, juntamente com o ODS #6.

Ranking ODS para a amostra n=20	Frequência	% Empresas
ODS #8	18	90,0%
ODS #5	17	85,0%
ODS #9	17	85,0%
ODS #12	17	85,0%
ODS #13	17	85,0%
ODS #7	14	70,0%
ODS #17	14	70,0%
ODS #11	13	65,0%
ODS #10	12	60,0%
ODS #15	12	60,0%
ODS #3	11	55,0%
ODS #4	10	50,0%
ODS #16	10	50,0%
ODS #6	8	40,0%
ODS #1	8	40,0%
ODS #2	5	25,0%
ODS #14	4	20,0%

Tabela 7.1. 6 – Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa?

Ao aprofundar as razões para a resposta à questão “Os ODS incorporados na estratégia da sua empresa são...”, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. ODS selecionados através de um Processo de Materialidade	2	10,0%
A.1. Análise Detalhada	4	20,0%
A.2. Análise das tendências globais e/ou locais	2	10,0%
A.3. Baseado no Stakeholders' engagement (Internos e/ou externos)	4	20,0%
A.4. Tendo em consideração a geografia onde opera	1	5,0%
A.5. Resulta de uma análise de cruzamento dos temas materiais da empresa e as 169 metas dos ODS	2	10,0%
B. Escolha dos ODS está associada ao compliance da empresa	1	5,0%
C. ODS associados a iniciativas de responsabilidade social corporativa	2	10,0%
D. Hierarquização dos ODS: Primários (associados ao core business) e Secundários (associado aos valores da empresa e/ou a forma como contribuem/ podem contribuir para a comunidade em que se inserem)	4	20,0%
E. ODS associados ao core business da empresa		
E.1. Escolha dos ODS em função do impacto/contribuição da empresa	4	20,0%
E.2. Mapeamento dos ODS em função da estratégia estabelecida da empresa	10	50,0%
E.3. Resulta de elementos que constituem a atividade do negócio	12	60,0%
E.4. ODS associados à conservação dos recursos naturais (matérias-primas) com os quais a empresa trabalha	3	15,0%
E.5. Não existe alinhamento entre a escolha dos ODS e a estratégia da empresa	2	10,0%%
TOTAL	53	100,0%

Tabela 7.1. 7 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Os ODS incorporados na estratégia da sua empresa são...”



60% das empresas entrevistadas apontam que escolha dos ODS resulta dos elementos que constituem a atividade do negócio, ou seja, as empresas escolhem os ODS de acordo com a perceção que têm do seu negócio e da associação que fazem entre as suas atividades e os temas abordados pelos ODS. Esta resposta reforça a ideia igualmente presente na Tabela 7.1.5 acima.

50,0% afirma que houve mapeamento dos ODS em função da estratégia previamente estabelecida pela empresa. 20,0% das empresas:

- fizeram uma análise de materialidade detalhada e, a partir dos temas identificados, selecionaram os ODS estratégicos;
- basearam a escolha na auscultação de stakeholders, internos e/ou externos;
- apontaram que a escolha dos ODS foi feita em função do impacto e/ou da contribuição da empresa na sociedade/meio em que se insere;
- estabeleceram uma hierarquia para os ODS,

identificando aqueles que são primários (associados ao seu core business), e aqueles que são secundários, associados aos valores da empresa e/ou à forma como contribuem/podem contribuir para a comunidade em que se inserem. Ilustração desta hierarquia é uma das expressões de uma das empresas entrevistadas: “Uns ODS refletem o que nós fazemos, outros, como nós fazemos”.

É ainda relevante referir que apenas 5% consideram a geografia onde operam e apenas 10% fazem análise das tendências globais e/ou locais para escolher os seus ODS estratégicos.

Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 1)

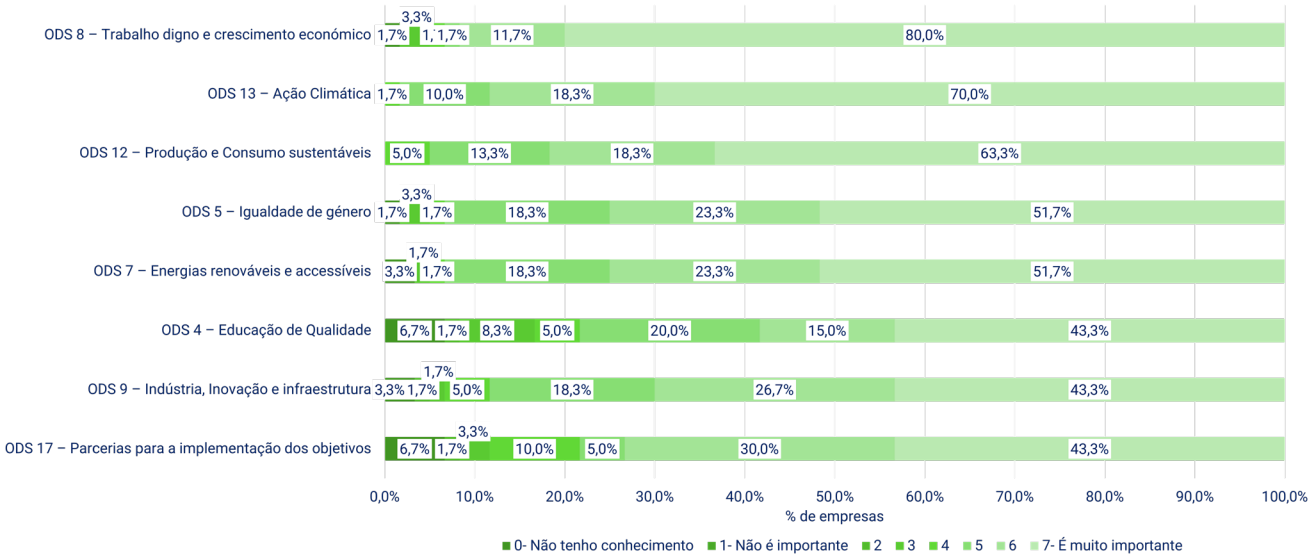


Figura 7.1. 27 – Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 1)

Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 2)

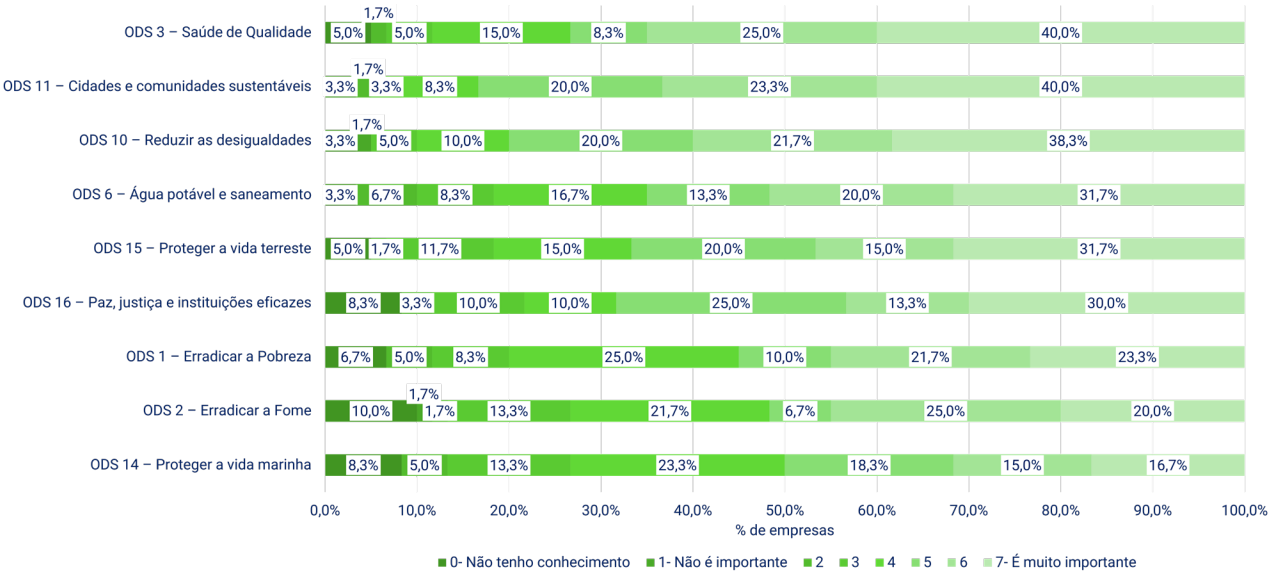


Figura 7.1. 28– Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 2)

Quando questionadas sobre a importância de cada um dos ODS para a sua empresa (numa escala de 1 a 7), as empresas continuam a mencionar como mais importantes os ODS#8, ODS#13, ODS#12 e ODS#5. Os ODS#14, #2, #1 e #16 são, mais uma vez, os menos relevantes.

Relação com stakeholders

Como descreveria a sua relação com os stakeholders para a Agenda 2030?

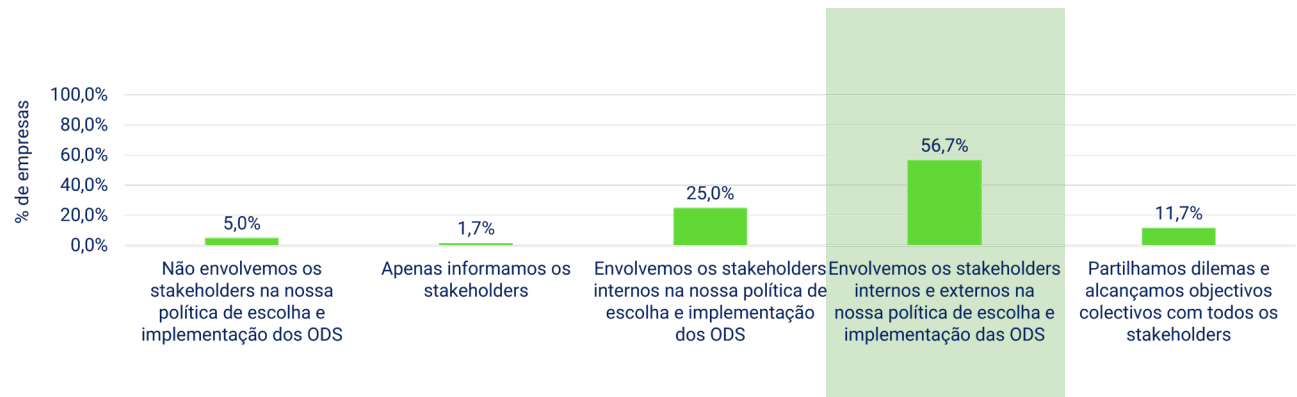


Figura 7.1. 29 – Como descreveria a sua relação com os stakeholders para a Agenda 2030?

A maioria das empresas (56,7%) envolvem os stakeholders internos e externos na sua política de escolha e implementação dos ODS seguindo a boa prática de envolvimento das diferentes partes interessadas. 25,0% envolvem exclusivamente os stakeholders internos, o que é positivo mas uma estratégia menos proativa. 1,7% apenas informam os seus stakeholders.

Importante de referir é ainda que 11,7% partilham dilemas e alcançam objetivos coletivos com

os stakeholders, desenvolvendo assim uma relação próxima e de partilha de decisões com os seus stakeholders. Apenas 5,0% não envolvem os stakeholders na sua política de escolha e implementação de ODS. Este valor é, portanto, positivo, demonstrando a importância mais ou menos ativa que as empresas portuguesas atribuem ao envolvimento de todas as partes interessadas.

Cultura da empresa, formação e taskforces

Como descreveria a cultura da sua empresa?

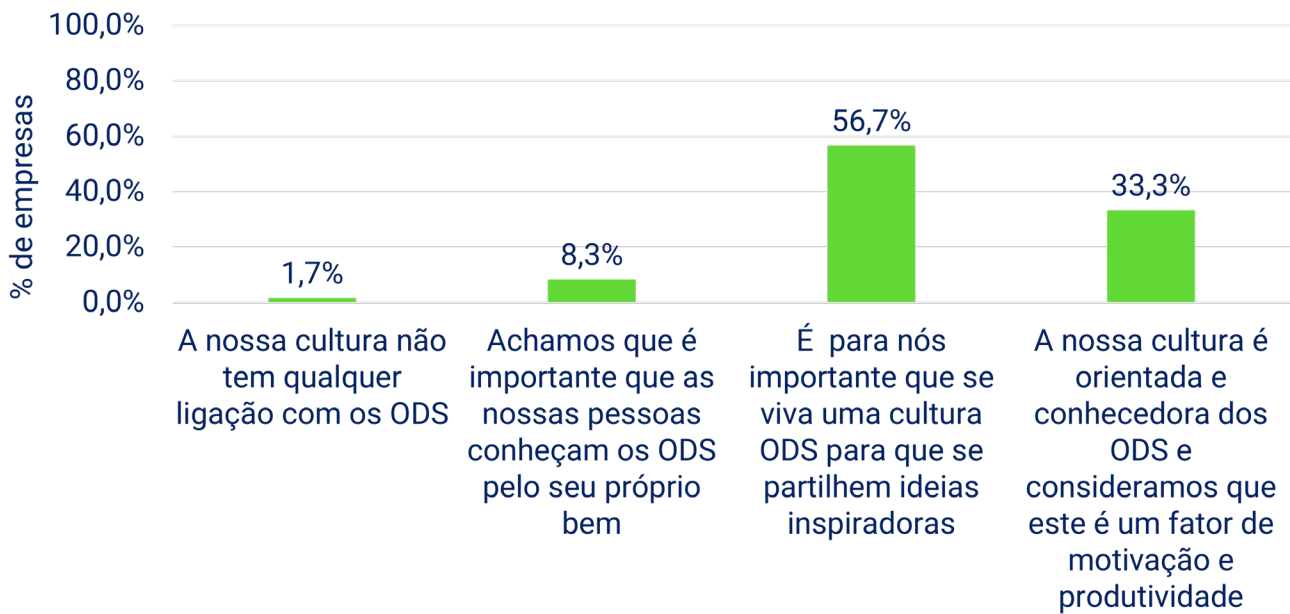


Figura 7.1. 30 – Como descreveria a cultura da sua empresa?

Quando questionadas sobre a forma como vivem a cultura da sua empresa em relação aos ODS, a maioria das empresas (56,7%) indica que é importante que se viva uma cultura ODS para que se partilhem ideias inspiradoras. 33,3% indicam ainda que a sua cultura organizacional é orientada e conhecedora dos ODS e consideram que este é um fator de motivação e produtividade. Apenas 10,0% consideram que não é importante a incorporação dos ODS na cultura

da empresa. Sendo a cultura empresarial um fator fundamental de mudança organizacional, conclui-se que as empresas portuguesas valorizam os ODS na sua cultura e que, portanto, aparentam estar preparadas para uma mudança mais ambiciosa no caminho da sustentabilidade.

Já fizeram alguma sessão de formação sobre ODS na empresa?

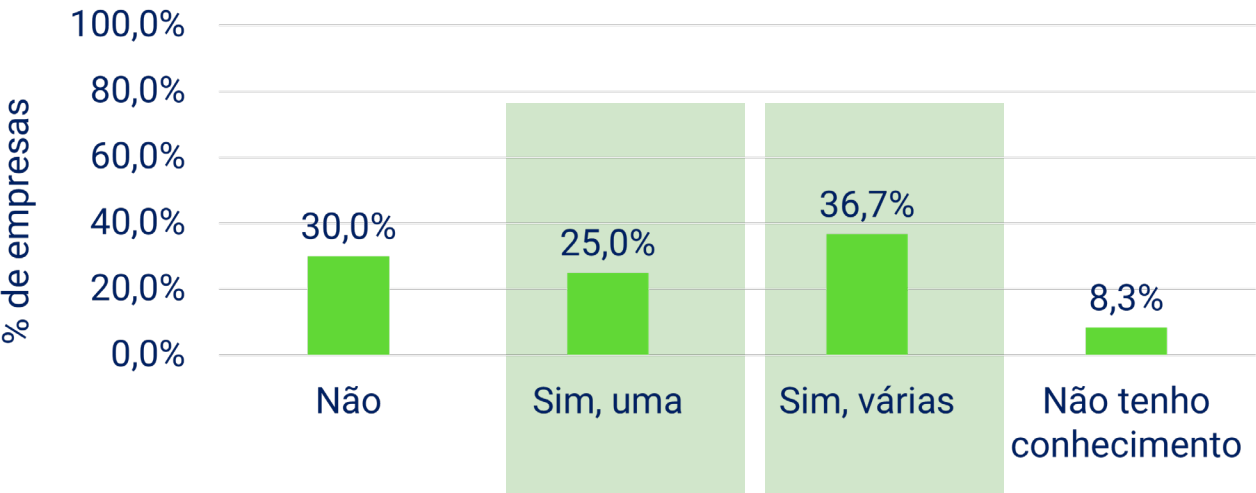


Figura 7.1. 31 – Já fizeram alguma sessão de formação sobre ODS na empresa?

O empenho das áreas de formação das empresas no tema ODS é claro. 36,7% das empresas já fizeram várias sessões de formação sobre os ODS, e 25,0% já fizeram uma sessão. Assim sendo, mais de 60,0% das empresas já desenvolveram alguma formação de ODS. 30,0% nunca fizeram sessões de formação sobre os ODS.

Existe um grupo de embaixadores ou uma *taskforce* de sustentabilidade na organização?

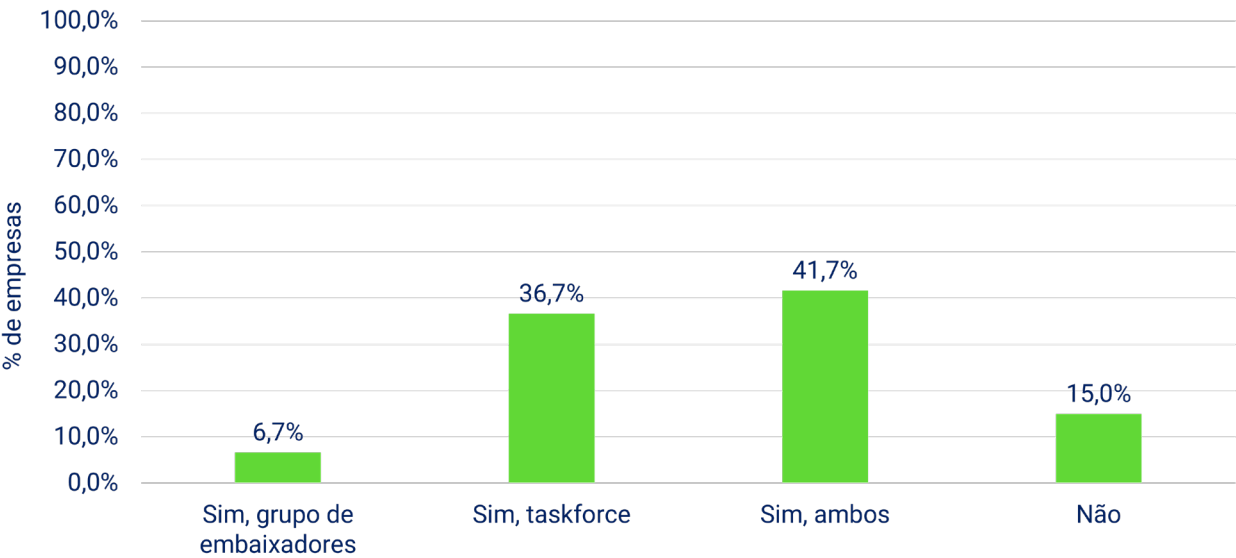


Figura 7.1. 32 – Existe um grupo de embaixadores ou uma *taskforce* de sustentabilidade na organização?

Quando questionadas acerca da existência de um grupo de embaixadores ou *taskforces* de sustentabilidade na organização, 41,7% das empresas reportam a existência de ambas as realidades na organização. 36,7% reportam apenas ter uma *taskforce* e 6,7% reportam ter um grupo de embaixadores. Apenas 15,0% não têm nenhum dos dois, o que é um número bastante elevado e revelador do nível de empenho das empresas portuguesas com o desenvolvimento desta agenda no seu trabalho interno.

Parcerias no âmbito dos ODS

Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?

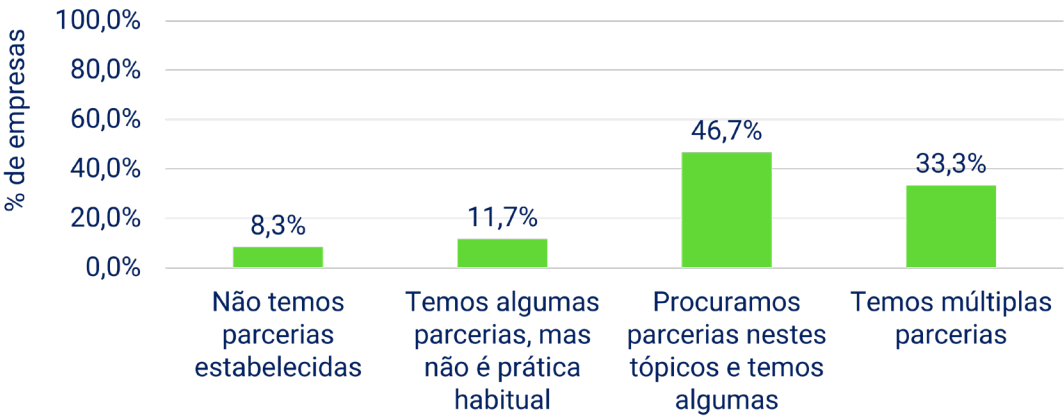


Figura 7.1. 33 – Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?

Cerca de metade das empresas (46,7%) procura parcerias no âmbito dos ODS e tem algumas já estabelecidas, enquanto que 33,3% tem múltiplas parcerias. Estes números revelam a importância do tema “parcerias” para as organizações com ambições ODS. No entanto, cerca de 20% das empresas questionadas não têm ainda prática habitual de trabalho em parceria.

Em resposta à questão “**Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?**”, as empresas entrevistadas responderam com maior frequência à opção “Procuramos parcerias nestes tópicos e temos algumas”. 9 empresas, representativas de 45,0% do total, tem, portanto, algumas parcerias estabelecidas. 5 empresas (25,0% do total) afirmam ter múltiplas parcerias. Estes números são ligeiramente inferiores ao grupo das 60 empresas. Assim sendo, cerca de 70% das empresas tem parcerias. Cerca de 15% afirmam não ter nenhuma parceria, ligeiramente acima do grupo das 60 empresas.

% Resposta para as 4 opções		
A empresa não tem parcerias	3	15,0%
Tem algumas parcerias, mas não é prática habitual	3	15,0%
Procura parcerias nestes tópicos e tem algumas	9	45,0%
Tem múltiplas	5	25,0%
TOTAL	20	100,0%

Tabela 7.1. 8 – Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS? (amostra de 20 empresas entrevistadas)

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. As parcerias são muito importantes	14	70,0%
B. As parceiras são importantes	2	10,0%
C. As parcerias não são relevantes	2	10,0%
D. Não é possível resolver problemas sociais e ambientais (complexos) sem ser em parceria	6	30,0%
E. Eficácia e eficiência (operacional)	8	40,0%
F. Potenciar impacto (estratégico)	9	45,0%
G. Tem ainda muito que fazer	2	10,0%
H. Potenciar as <i>skills</i> da empresa, conhecimento ou meios de atuação	7	35,0%
I. Parcerias como forma de alavancar agendas de sustentabilidade com concorrentes	1	5,0%
J. A sustentabilidade é uma co-construção com <i>stakeholders</i>	3	15,0%
K. Oportunidade de negócio	2	10,0%
L. Influenciador de boas práticas	3	15,0%

Tabela 7.1. 9 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?”

70,0% das empresas apontam o facto de as parcerias serem muito importantes como razão para desenvolverem parcerias. Cerca de 85,0% das empresas (40,0% e 45,0%, respetivamente) apontam razões de Eficácia e eficiência e "Potenciar Impacto", como justificativas para o desenvolvimento de parcerias.

Razões como: “Potenciar as *skills* da empresa, conhecimento ou meios de atuação” e “Não é possível resolver problemas sociais e ambientais (complexos) sem ser em parceria” são também apontadas como relevantes pelas empresas entrevistadas.

Nas parcerias ODS desenvolvidas, qual(is) o(s) vosso(s) principal(is) parceiro(s)?

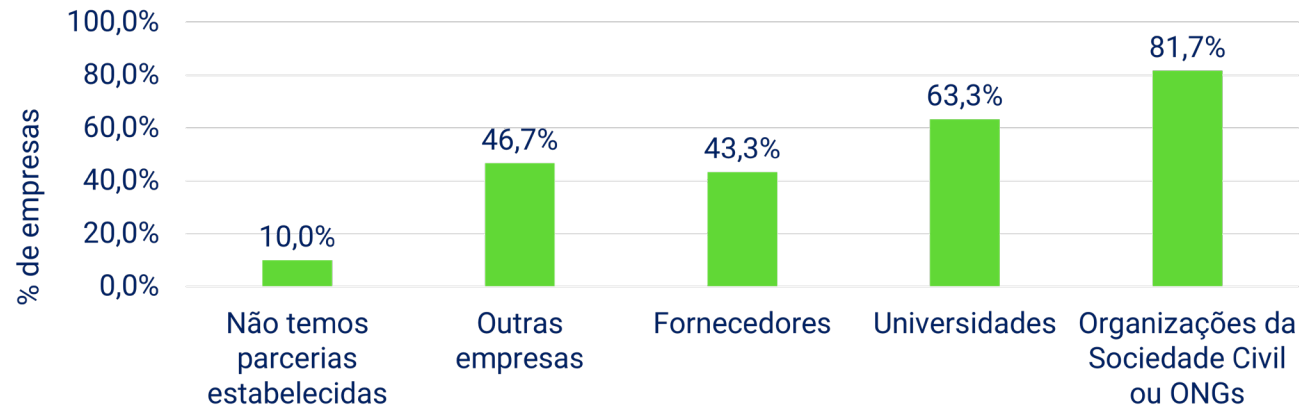


Figura 77.1. 34 – Nas parcerias ODS desenvolvidas, qual(is) o(s) vosso(s) principal(is) parceiro(s)?

Quando questionadas acerca dos principais parceiros no âmbito dos ODS, a maioria das empresas (81,7%) indica Organizações da Sociedade Civil ou ONGs,

63,3% indica Universidades, 46,7% outras empresas e 43,3% indica fornecedores. Apenas 10,0% não têm parcerias estabelecidas neste âmbito.

Nível de conhecimento dos 169 targets

Qual é o nível de conhecimento que têm sobre os 169 targets da Agenda dos ODS?

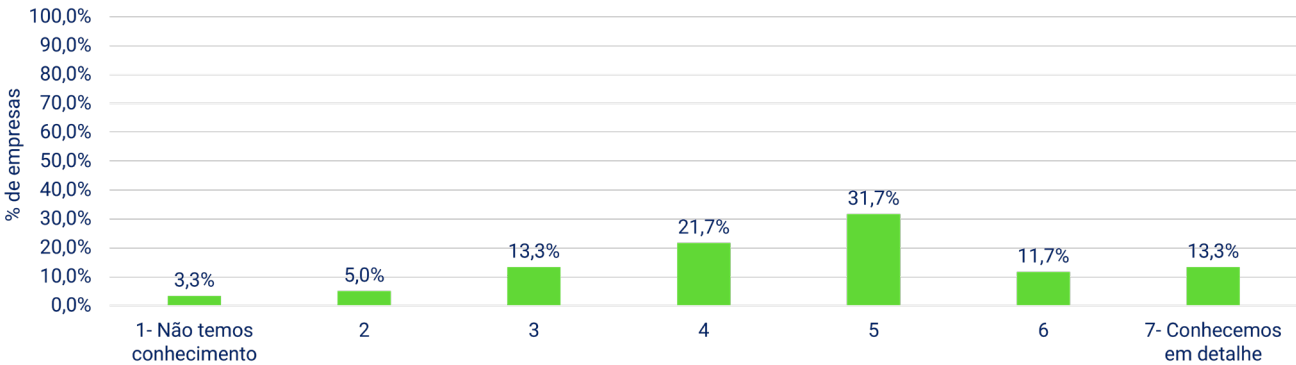


Figura 7.1. 35 – Qual é o nível de conhecimento que têm sobre os 169 targets da Agenda dos ODS?

A maioria das empresas (56,7% =13,3% + 11,7% + 31,7%) conhece ou conhece em detalhe os 169 targets da Agenda dos ODS para 2030. Este número é inferior aos 76,7% de conhecimento dos 17 ODS, como seria de esperar, mas ainda assim bastante significativo.

21,7% não têm muito nem pouco conhecimento, 18,3% (13,3% + 5%) têm pouco conhecimento, e apenas 3,3% não têm conhecimento algum sobre os 169 targets. Com estes valores é possível concluir que quase metade das empresas que responderam ao questionário (43,3% = 21,7% + 13,3% + 5% + 3,3%) ainda precisam de aprofundar o seu conhecimento sobre os 169 targets.

Comunicação de ODS: Relatórios Não Financeiros

Relatórios Não Financeiros: tipo, periodicidade e referência a ODS.

A maioria das empresas das empresas (90,0%) publica Relatórios Não Financeiros. Destas:

- 55,6% publicam um Relatório de Sustentabilidade, 31,5% publicam um Relatório Integrado, e 13,0% publicam outros tipos de relatório;
- 98,1% publicam estes relatórios anualmente;
- 81,5% das empresas fazem referência aos ODS nos seus Relatórios Não Financeiros.

Qual é o tipo de Relatório Não Financeiro que a sua empresa publica? (n=54)

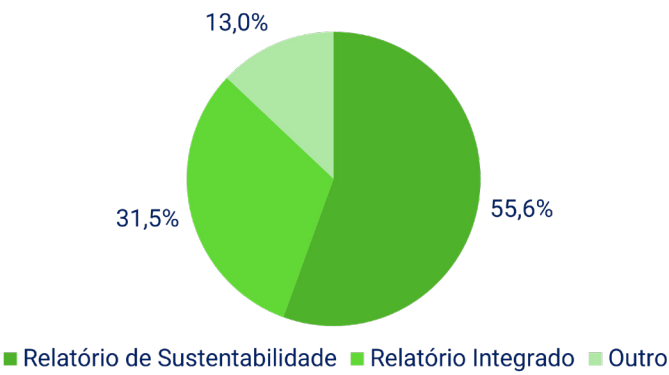


Figura 7.1. 36– Qual é o tipo de Relatório Não Financeiro que a sua empresa publica? (n=54)

Há alguma referência aos ODS no Relatório Não Financeiro? (n=54)

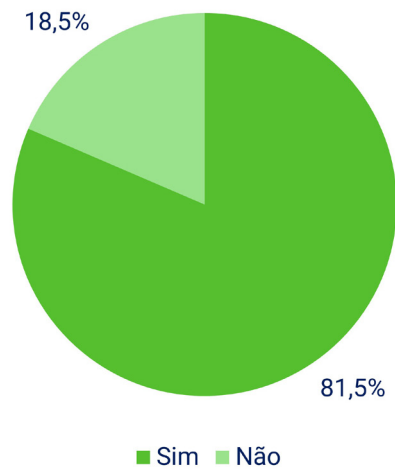


Figura 7.1. 37– Há alguma referência aos ODS no Relatório Não Financeiro? (n=54)

Comunicação de ODS: indicadores de sustentabilidade

A maioria das empresas (61,7%) possui indicadores gerais de sustentabilidade, enquanto 31,7% possuem indicadores para os ODS. Estes valores indicam algum caminho a percorrer no trilho dos ODS.

81,7% das empresas reporta que os indicadores de sustentabilidade estão ligados ao *core business* da empresa, o que denota um alinhamento com as suas operações, o que poderá ser positivo.

A sua empresa tem indicadores de sustentabilidade?

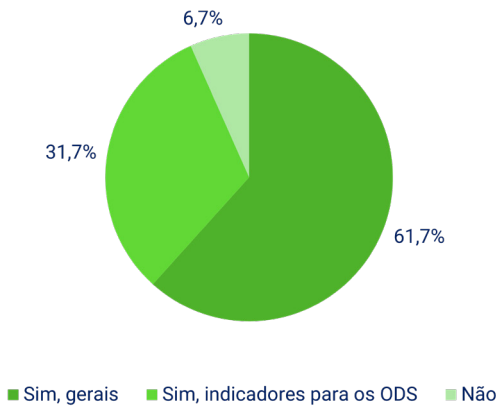


Figura 7.1. 38 – A sua empresa tem indicadores de sustentabilidade?

Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao *core business* da sua empresa?

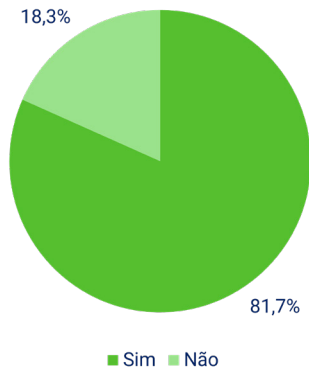


Figura 7.1. 39 – Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao *core business* da sua empresa?

Os indicadores ou ambições da empresa vão até ao nível dos *targets* dos ODS (169 *targets*)?

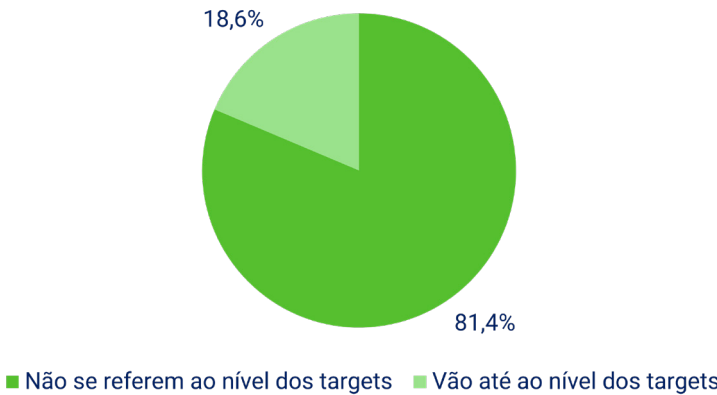


Figura 7.1. 40 – Os indicadores ou ambições da empresa vão até ao nível dos *targets* dos ODS (169 *targets*)?

A maioria das empresas (81,4%) indica que os seus indicadores ou ambições não se referem ao nível dos *targets*. Apenas 18,6% das empresas reportam que os seus indicadores ou ambições vão até ao nível dos

169 *targets* dos ODS. Este número demonstra que, apesar de cerca de 56,7% das empresas conhecerem os *targets* (figura 7.35), apenas menos de metade desse valor efetivamente reporta de acordo com estes.

Os indicadores de sustentabilidade são *standardizados*?

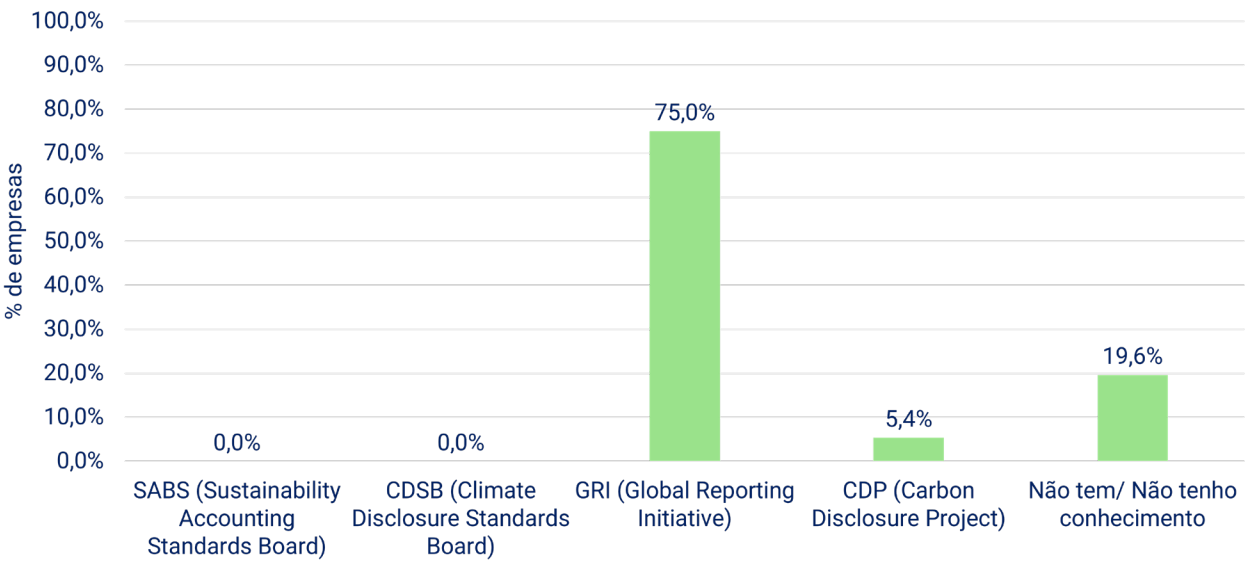


Figura 7.1. 41 – Os indicadores de sustentabilidade são *standardizados*?

A maioria das empresas (75,0%) indica que os seus indicadores de sustentabilidade seguem o *standard* GRI (*Global Reporting Initiative*) e 5,4% indicam seguir o *standard* CDP (*Carbon Disclosure Project*). Cerca de 20% das empresas não usam qualquer *standard* para reportar os indicadores ODS ou não têm conhecimento.

Comunicação de ODS: hierarquia, especificidade e hierarquia de *clusters*

A sua empresa tem uma hierarquia de ODS?

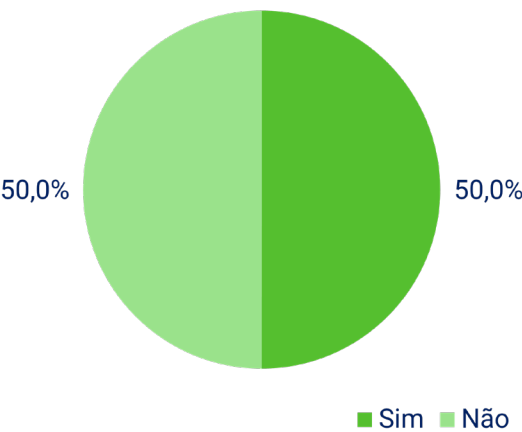


Figura 7.1. 42– A sua empresa tem uma hierarquia de ODS?

Metade das empresas (50,0%) têm uma hierarquia de ODS. A existência de hierarquia ODS está por vezes associada a uma superior maturidade na adoção dos ODS, mas nem sempre é o caso.

OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Quais são os ODS primários? (n=30)

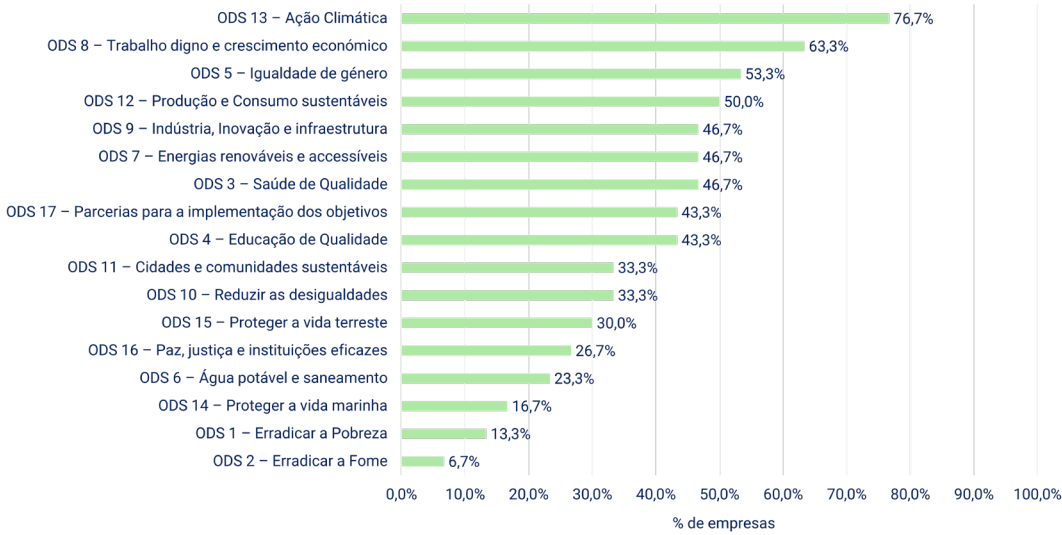


Figura 7.1. 43 – Quais são os ODS primários? (n=30)

As 30 empresas que indicaram ter uma hierarquia de ODS e indicaram, posteriormente, os ODS primários e secundários. Como ODS primários foram evidenciados mais uma vez (tal como na pergunta sobre os ODS mais incorporados da estratégia da empresa) os ODS#13, ODS#8, ODS#5 e ODS#12.

- 76,7% das empresas indicam **ODS#13** – Ação Climática

- 63,3% indicam **ODS#8** – Trabalho digno e crescimento económico
- 53,5% indicam **ODS#5** – Igualdade de género
- 50,0% indicam **ODS#12** – Produção e consumo sustentáveis
- ODS#3** – Saúde de Qualidade, **ODS#7** – Energias renováveis e acessíveis e o **ODS#9** – Indústria, Inovação e infraestrutura, são indicados por 46,7% das empresas

Quais são os ODS secundários? (n=30)

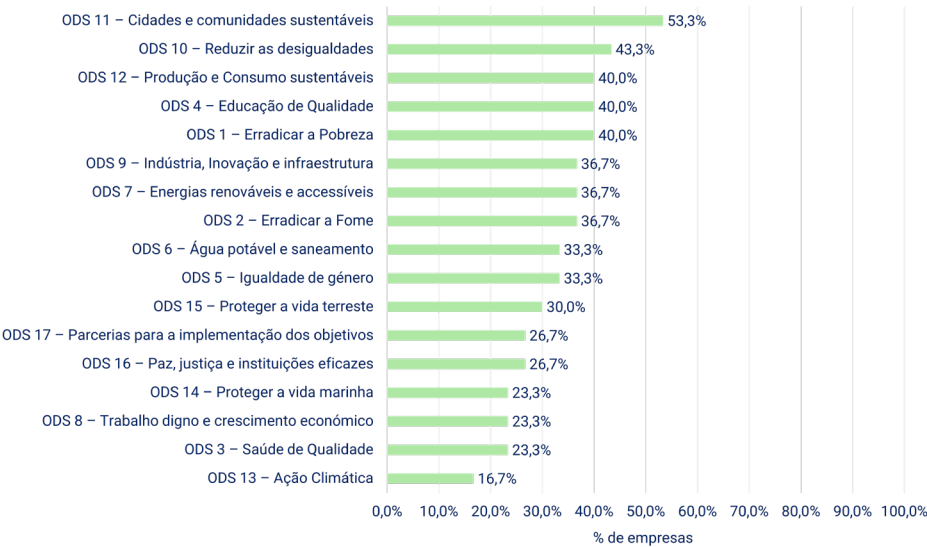


Figura 7.1. 44 – Quais são os ODS secundários? (n=30)

OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

- Como ODS secundários foram indicados os ODS#11, ODS#10, ODS#12 e ODS#4.
- 53,3% das empresas indicam ODS#11 – Cidades e comunidades sustentáveis
 - 43,3% indicam ODS#10 – Reduzir as desigualdades
 - O ODS#12 – Produção e consumo sustentáveis, ODS #4 – Educação de Qualidade e o ODS #1

- Erradicar a pobreza, são indicados por 40,0% das empresas
- O ODS#9 – Indústria, Inovação e infraestrutura, ODS#7 – Energias renováveis e acessíveis e o ODS #2 – Erradicar a fome, são apontados por 36,7% das empresas

COMUNICAÇÃO DE ODS: HIERARQUIA, ESPECIFICIDADE E HIERARQUIA DE CLUSTERS

Estabeleça um *ranking* de 1 a 4, onde o 1 é o mais relevante e o 4 o menos, para os seguintes *clusters* de ODS e sua importância para a sua empresa

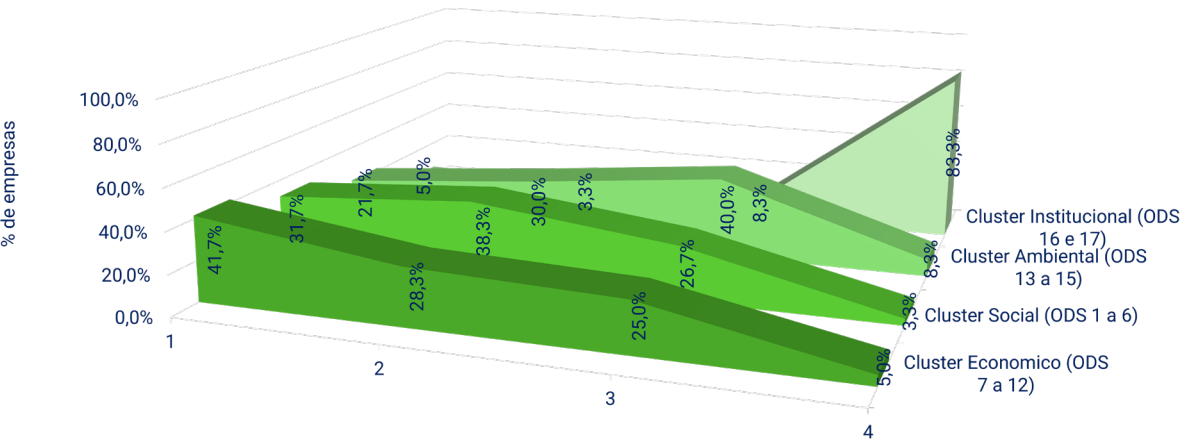


Figura 7.1. 45 – Estabeleça um *ranking* de 1 a 4, onde o 1 é o mais relevante e o 4 o menos, para os seguintes *clusters* de ODS e sua importância para a sua empresa

No sentido de estabelecer uma hierarquia entre os *clusters* económico, social, ambiental e institucional, as empresas tiveram de *rankear* estes 4 *clusters* de acordo com a sua importância. 41,7% das empresas indica o *Cluster Económico* (ODS#7 a ODS#12) como o mais relevante para a sua empresa; o *Cluster Social* (ODS#1 a ODS#6) é apontado como o segundo

mais relevante por 38,3% das empresas; o *Cluster Ambiental* (ODS#13 a ODS#15) é apontado como o terceiro mais relevante por 40,0% das empresas; por fim, o *Cluster Institucional* (ODS#16 e ODS#17) é indicado como menos relevante (em quarto lugar) por 83,3% das empresas.

Pontos de comunicação

Existe alguma referência a(os) ...

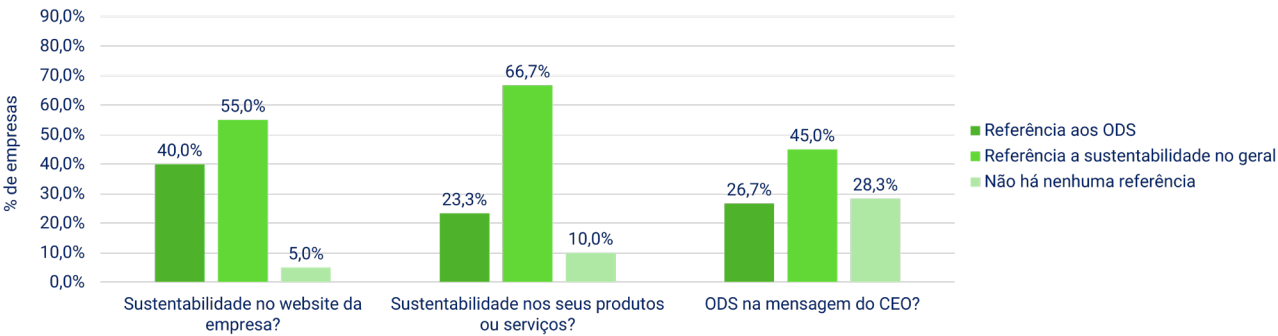


Figura 7.1. 46 – Existe alguma referência a(os) ...

Quando questionadas acerca do seu **website**, a maioria das empresas (55,0%) indica ter referência à sustentabilidade no geral, 40,0% indicam ter referência aos ODS e 5,0% indicam não ter nenhuma referência à sustentabilidade.

Quando questionadas acerca da **mensagem do CEO**, 45,0% das empresas indicam existir referência à sustentabilidade em geral, 26,7% indicam existir referência aos ODS e 28,3% indicam não existir qualquer referência a sustentabilidade.

66,7% das empresas indicam ter referência à sustentabilidade no geral nos seus **produtos ou serviços**, 23,3% indicam ter referência aos ODS e 10,0% não fazem qualquer referência à sustentabilidade.

Outras ambições de sustentabilidade

Que outras ambições de sustentabilidade existem na sua empresa?

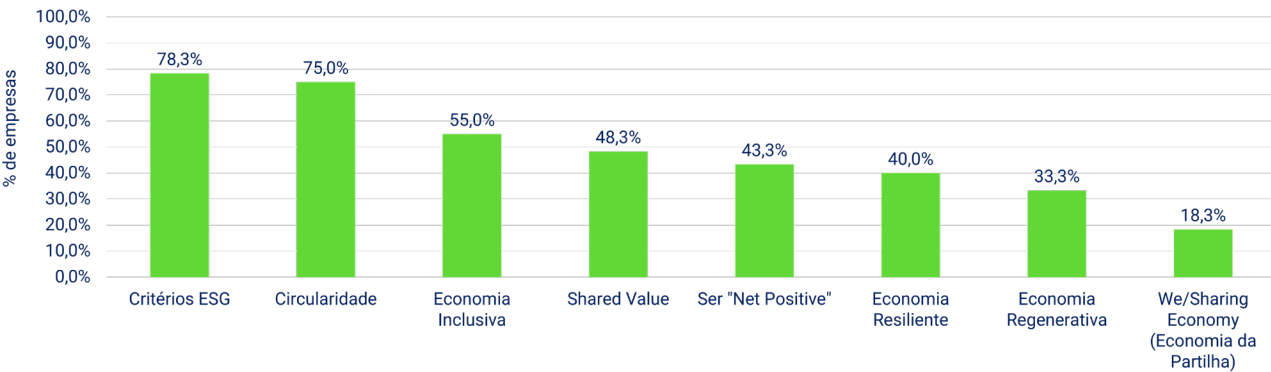


Figura 7.1. 47 – Que outras ambições de sustentabilidade existem na sua empresa?

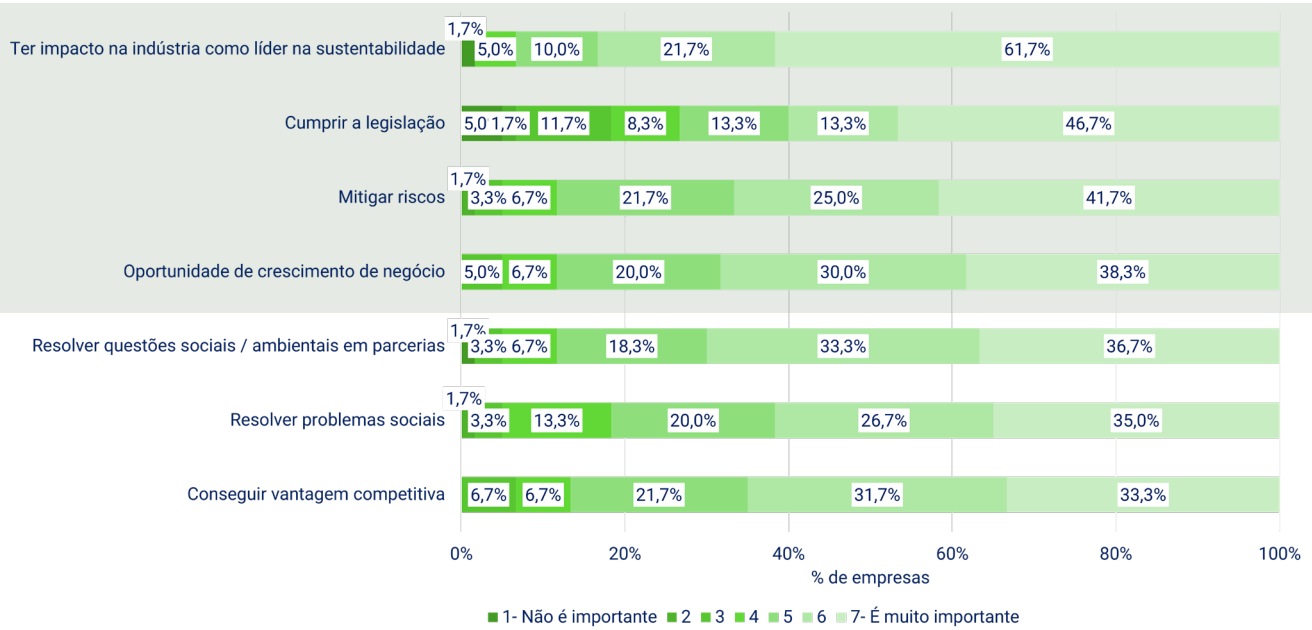
Quando questionadas acerca de outras ambições (ou designações) de sustentabilidade, a maioria das empresas indica critérios ESG (78,3%) como utilizados na sua organização, seguidos do conceito de circularidade (75,0%) e Economia Inclusiva (55,0%). Cerca de metade das empresas apontam

Shared Value (48,3%) como um conceito existente nas suas organizações, 43,3% indicam ter ambição de vir a ser “Net Positive”, e 40,0% indicam Economia Resiliente. 33,3% apontam o conceito de Economia Regenerativa. Apenas 18,3% indicam “We/Sharing Economy” (Economia da Partilha).

Quais as principais motivações e barreiras para adoção dos ODS

Motivação para adoção dos ODS

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? [parte 1]



Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? [parte 2]

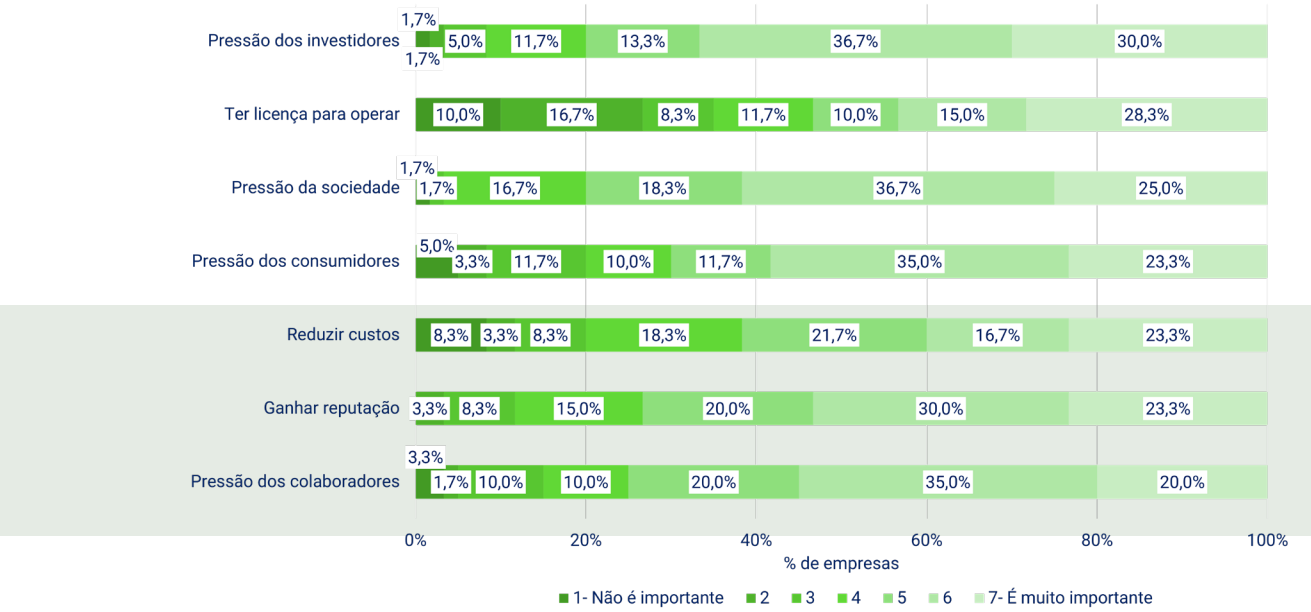


Figura 7.1. 48 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS?

As motivações mais frequentemente apontadas como “muito importantes” (numa escala de 1 a 7) para a adoção dos ODS foram as seguintes:

- Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade (61,7%)
- Cumprir a legislação (46,7%)
- Mitigar riscos (41,7%)
- Oportunidade de crescimento de negócio (38,3%)
- Resolver questões sociais / ambientais em parcerias (36,7%)

Todas estas motivações tiveram uma classificação de 7 na percentagem indicada. Apesar de, tanto o primeiro como o último ponto desta lista, mostrarem um atitude proativa face aos ODS, e o penúltimo ponto (oportunidade de crescimento de negócio) demonstrar uma atitude ativa, vemos que cerca de metade das empresas (46,7% e 41,7% respetivamente) são motivadas por atitudes reativas de cumprir legislação e mitigar riscos.

Interessante é também verificar que as pressões externas de stakeholders e a necessidade de ganhar

- “Oportunidade de crescimento de negócio”

reputação ou ter licença para operar são menos motivadoras para as grandes empresas portuguesas. A estas se associa a motivação de reduzir custos. Assim sendo, verifica-se que as maiores motivações associadas à adoção dos ODS são maioritariamente ativas (oportunidade de negócio) e proativas (resolver problemas sociais e ambientais e ter impacto na indústria como líder de sustentabilidade) e reativas (cumprir a legislação e mitigar riscos)

Nas entrevistas realizadas as 20 empresas selecionadas para o efeito, as motivações mais relevantes para o envolvimento na Agenda dos ODS são:

- “Ter impacto na indústria como líder de sustentabilidade” (45,0% das empresas afirma que é uma motivação muito importante)
- “Mitigar Riscos” (40,0% das empresas afirma que são motivações muito importantes)
- “Cumprir Legislação” (40,0% das empresas afirma que são motivações muito importantes)
- “Resolver problemas sociais” (40,0% das empresas afirma que são motivações muito importantes)

• “Oportunidade de crescimento de negócio” (35,0% das empresas afirma que são motivações muito importantes) mais frequentemente como “muito importantes” são idênticas às evidenciadas pelo universo das 60 grandes empresas, apesar de ligeiras diferenças na sua ordenação e percentagem de importância.

Verificamos, assim, que as motivações apontadas

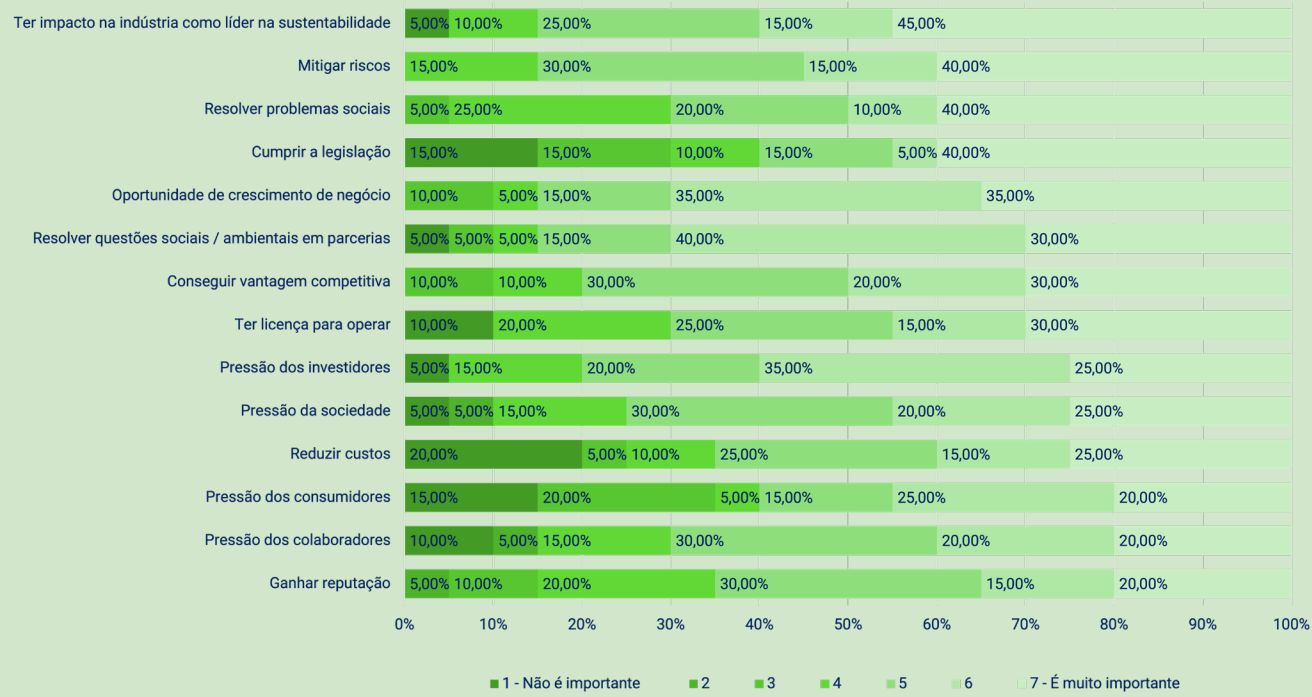


Figura 7.1. 49 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS?

Ao aprofundar as razões para as motivações evidenciadas, as empresas entrevistadas apontaram os seguintes temas consolidados:



TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Posição da empresa na cadeia de valor	4	20,0%
B. Motivação intrínseca (ADN)	9	45,0%
C. Visão transformadora do futuro	2	10,0%
D. Contribuir positivamente para a sociedade	7	35,0%
E. Atrair e/ou manter talento	0	0,0%
F. Estrutura de custos da empresa	3	15,0%
G. Oportunidade de negócio	3	15,0%
H. Reputação	2	10,0%
I. Surge numa vertente de tendência atual no mercado	1	5,0%
J. Facilitar o reporting	1	5,0%
K. Relação com os stakeholders	8	40,0%
L. Licença para operar	5	25,0%
M. Posicionamento Estratégico	2	10,0%
TOTAL	51	

Tabela 7.1. 10 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS?”

45,0% das empresas evidenciam que o seu envolvimento com a agenda ODS e as motivações escolhidas como mais frequentes estão associadas a uma motivação intrínseca, e que esta, consequentemente, faz parte do ADN da empresa. Uma das empresas frizou que o mais importante é **“Materializar o legado (ao nível do Holding) de empresa nas iniciativas que temos”**. Adicionalmente, 40,0% das empresas realçam que uma das maiores motivações é a relação com os *stakeholders*, quer seja por pressão dos mesmos, ou para atrair, em especial, clientes. Curiosamente, esta não é uma razão ou motivação considerada tão relevante nos questionários, o que é um ponto interessante a explorar. Adicionalmente, é de realçar que apenas 2 empresas neste universo selecionam estas duas opções em simultâneo (ADN e pressão externa).

35,0% das empresas afirma que a sua motivação está associada à contribuição positiva que a empresa pretende ter na sociedade (o que confirma a tendência do questionário), e, consequentemente,

no planeta como um todo. Uma das empresas entrevistadas afirmou que **“A motivação “vem da busca pelo impacto – que é nossa principal motivação”**. Além disso, 25,0% das empresas identifica a existência de licença para operar como o ponto de partida de qualquer operação, na medida em que sem a mesma não existe negócio. É de realçar que algumas empresas não identificaram a licença para operar como uma motivação importante, pois consideram este item como um pré-requisito, não uma motivação. Uma das afirmações neste ponto foi que **“seguramente que os ODS vão fazer com que a empresa dê um passo diferente neste caminho da sustentabilidade”**. A mesma empresa referiu que **“há também a quantificação interna e externa, para quem trabalha na mesma, também é muito mais fácil olhar para os resultados quando estão encaixados na metodologia dos ODS”**.

Existe ainda um grupo significativo (20,0%) de empresas que afirmam que as suas motivações advêm da posição que têm na cadeia de valor. Exemplo disso é sua natureza *Business to Business*, em que atendem a exigência de outros clientes



OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

45,0% das empresas evidenciam que o seu envolvimento com a agenda ODS e as motivações escolhidas como mais frequentes estão associadas a uma motivação intrínseca, e que esta, consequentemente, faz parte do ADN da empresa. Uma das empresas frizou que o mais importante é **“Materializar o legado (ao nível do Holding)”**

Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade?

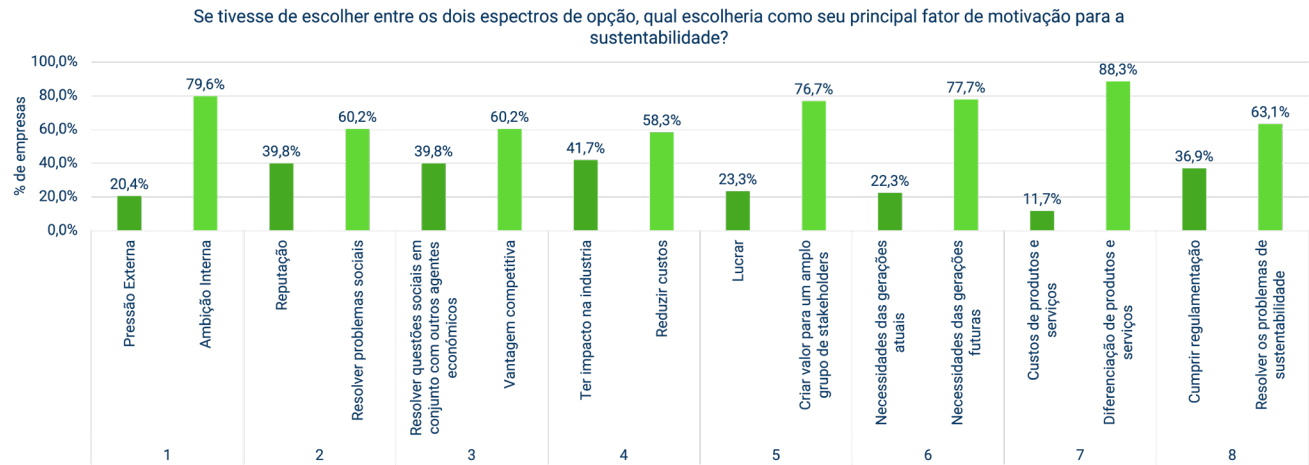


Figura 7.1. 50 – Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade?

Das dicotomias apresentadas, e em que as empresas tinham de optar por um dos lados do espectro, as opções que se mostram como claramente mais consensuais são:

- A motivação pela criação de valor para os stakeholders (96,7%) versus pelo lucro (3,3%)
- A diferenciação de produtos e serviços (93,3%) versus os custos de produtos e serviços (6,7%)

- Necessidades das gerações futuras (90,0%) versus necessidades das gerações atuais (10,0%)

É nas seguintes dicotomias que as empresas demonstram ter maior nível de divisão:

- Reputação versus resolver problemas sociais
- Resolver questões sociais em conjunto versus vantagem competitiva

Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

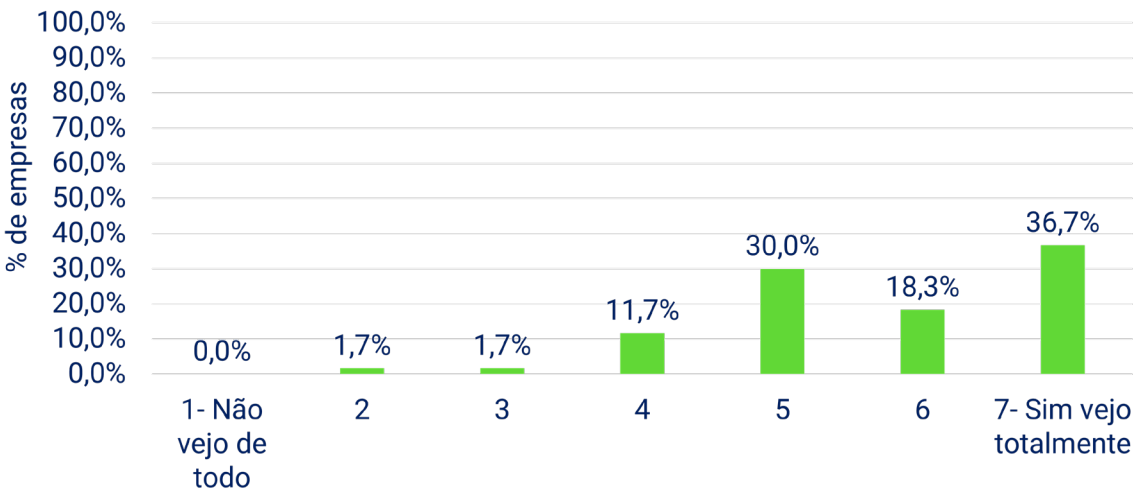


Figura 7.1. 51 – Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

Uma grande parte das empresas (84,9%) vê os ODS como uma oportunidade de negócio (26,7% vê totalmente como oportunidade de negócio, 18,3% vê fortemente como oportunidade de negócio e 30% vê com um nível 5 como oportunidade de negócio). Apenas cerca de 3% não vê os ODS como oportunidade de negócio, usando o nível de classificação 2 ou 3.

Em resposta a esta mesma questão nas entrevistas realizadas, 35,0% das empresas entrevistadas classificaram a oportunidade de negócio com o valor máximo - 7. Num valor global 70,0% das empresas veem os ODS como uma oportunidade de negócio, classificando-os com valores iguais ou superiores a 5 (valor inferior ao dos questionários).

Apenas 10,0% das empresas classificaram a oportunidade de negócio com valor igual ou inferior a 3, mas com um valor superior à amostra total dos questionários.

Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

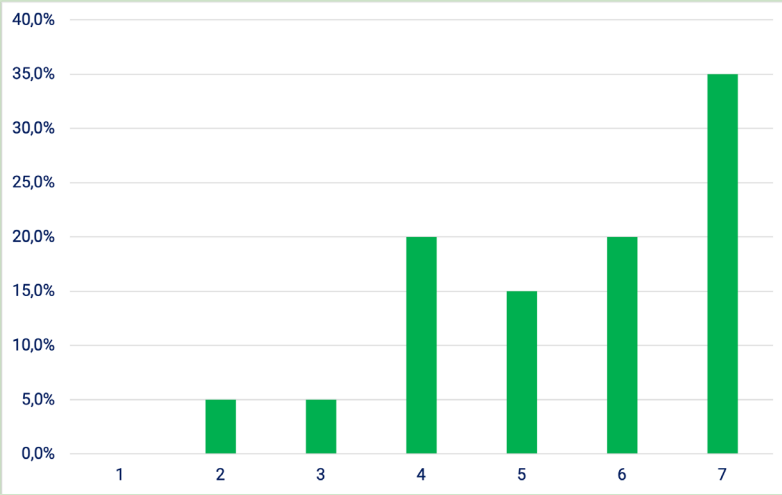


Figura 7.1. 52 – Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Dificuldade de aplicar a linguagem ODS a nível empresarial e falta de standardização de indicadores	4	20,0%
B. Sustentabilidade financeira como prioridade	3	15,0%
C. Sustentabilidade como prioridade estratégica	7	35,0%
D. O avanço do sistema financeiro, regulação ou licença para operar torna esta prioridade mais importante	5	25,0%
E. Projetos sustentáveis resultam em oportunidades de negócio (economia circular, energias renováveis, os temas da água, tecnologia, gestão agrícola, etc.)	7	35,0%
F. Tecnologia aliada à sustentabilidade como oportunidade de negócio	2	10,0%
G. A sustentabilidade como uma oportunidade de negócio inegável no futuro	4	20,0%
H. Pressão de colaboradores & investidores	1	5,0%
I. Os clientes procuram produtos sustentáveis	1	5,0%
J. Existe oportunidade de negócio, mas esta ainda não esta totalmente trabalhada pela empresa	1	5,0%
K. Oportunidade de compreensão dos objetivos globais internacionais	1	5,0%

Tabela 7.1. 11 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?”

Apontando as razões para a sua visão dos ODS como oportunidade de negócio, cerca de 35,0% das empresas veem a “sustentabilidade como prioridade estratégica” e, adicionalmente, 35,0% afirma que ao desenvolverem projetos sustentáveis, estes resultam “em oportunidade de negócio”. Exemplos são projetos de economia circular, energias renováveis, temas ligados à água, tecnologia, gestão agrícola, etc.	Algumas empresas (20,0%) enfatizaram que a sustentabilidade será uma inegável oportunidade de negócio no futuro e também com a mesma percentagem (20%) algumas das empresas que veem os ODS como uma forte oportunidade de negócios referiram que apesar disto existe uma “dificuldade de aplicar a linguagem ODS a nível empresarial e falta de standardização de indicadores”.
25% das empresas afirmaram, ainda, que a pressão dos sistemas regulatórios ou financeiros torna os ODS como obrigações e oportunidades incontornáveis, sendo que uma das empresas afirmou “ <i>Sustainability is the new digital</i> ”.	As respostas a esta questão foram bastantes diversificadas de entre as empresas entrevistadas.

Qual é a principal motivação do CEO ou da Comissão Executiva para a Agenda dos ODS?

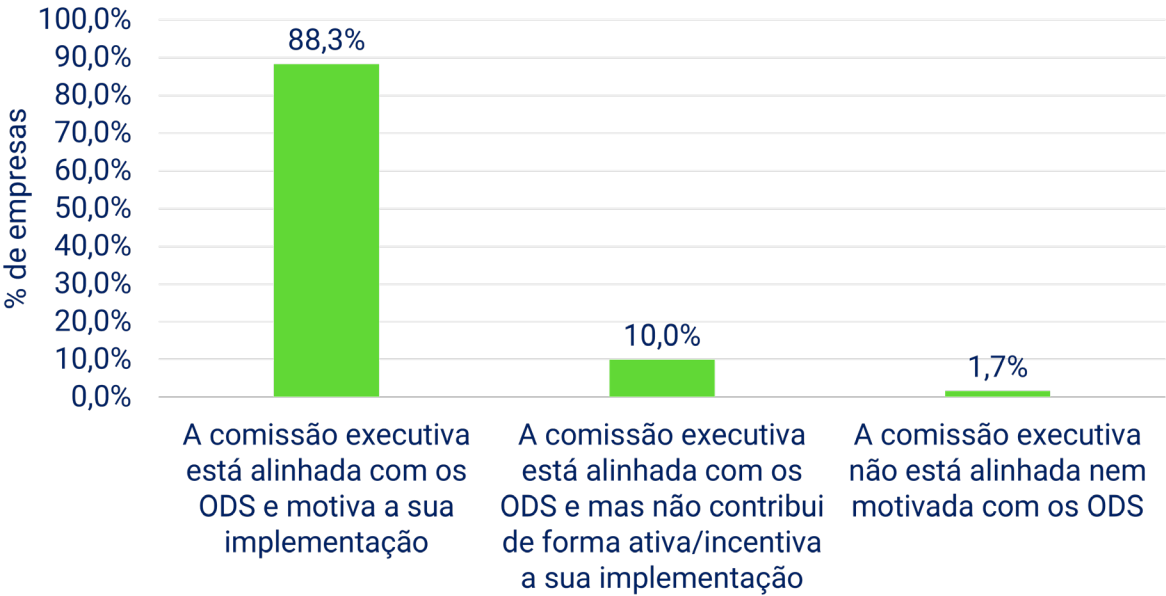


Figura 7.1. 53 – Qual é a principal motivação do CEO ou da Comissão Executiva para a Agenda dos ODS?

A maioria das empresas (88,3%) afirma que o CEO / a Comissão executiva da sua empresa estão alinhados e motivam a implementação da Agenda dos ODS. Apenas 1,7% afirmam que a Comissão Executiva não está alinhada e 10% afirmam que, apesar de alinhada, não motiva a sua implementação.

Nas entrevistas os resultados obtidos para as 20 empresas foram idênticos. De acordo com as mesmas, a justificação deste alinhamento consubstancia-se nos seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
B. Alinhamento dos ODS à criação de lucro	1	5,0%
C. Mudança Estratégica	10	50,0%
D. Mudança de Mindset	0	0,0%
D.1. Mudança de Mindset Top-down	4	20,0%
D.2. Mudança de Mindset Externa (em função do movimento de sustentabilidade)	3	15,0%
E. Faz parte do ADN da Empresa	5	25,0%

Tabela 7.1. 12 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Qual é a principal motivação do CEO ou da Comissão Executiva para a Agenda dos ODS?”

50,0% das empresas afirma que houve uma **mudança estratégica** na empresa, evidenciada por um marco temporal, como a criação de uma área de sustentabilidade, a definição de objetivos estratégicos e/ou a publicação de um relatório de sustentabilidade.

25,0% afirma que a sustentabilidade **faz parte do ADN da empresa**, ou seja, está intrinsecamente associado à sua identidade desde sempre.

Em 20,0% das empresas houve uma mudança de **mindset top-down**, ou seja, a atenção aos temas da sustentabilidade foi incorporada na empresa inicialmente através das mudanças de pensamento

e atitude do(a) CEO e/ou da Comissão Executiva, que influenciou toda a organização a ter um novo olhar sobre esta temática.

Existe ainda um grupo de empresas (15,0%) que afirma que houve uma mudança de **Mindset Externa**, ou seja, proveniente de fator extrínseco, tal como, a mudança de mentalidade global, formalização da temática sustentabilidade, e/ou pressão externa de *stakeholders*. Uma das empresas entrevistadas referiu: **“Dantes, a digitalização era o mais importante. Agora, é a sustentabilidade. A Sustentabilidade é o novo digital”**.

Motivação para adoção dos ODS – departamentos e colaboradores

Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

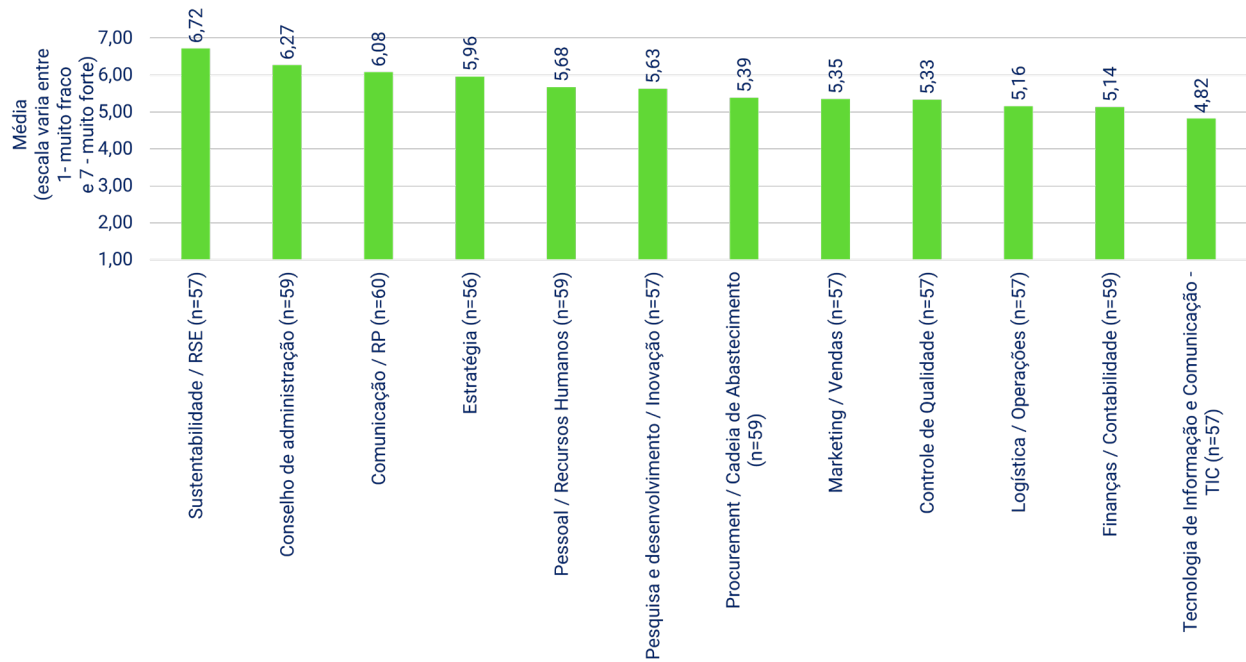


Figura 7.1. 54 – Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

Quanto questionadas sobre a motivação dos diferentes departamentos para a sustentabilidade, as empresas referiram que os departamentos mais motivados para a adoção dos ODS são:

- Departamentos de sustentabilidade (Média = 6.72)
- Conselhos de Administração (Média = 6.27)
- Comunicação (Média = 6.08)
- Estratégia (Média = 5.96)
- Pessoal / Recursos Humanos (Média = 5.68)
- Pesquisa e desenvolvimento/ Inovação (Média = 5.63)

Estes departamentos apresentam valores médios que indiciam motivação muito forte (próximos de 7) ou motivação forte (próximos de 6). Os departamentos menos motivados são Tecnologias de Informação e Finanças/Contabilidade.

Nas entrevistas realizadas o resultado foi idêntico. O departamento de Sustentabilidade é também o mais motivado - Sustentabilidade (média=6,5). Seguem-se, com menor pontuação que nos questionários, o departamento de Estratégia (média=5,9), Comunicação (média=5,9), Conselho de Administração (média=5,8), Recursos Humanos (média=5,4), Pesquisa e Desenvolvimento (média=5,4) e Marketing & Vendas (média=5,2).

Os departamentos menos motivados para os ODS são Tecnologias de informação (média=4,7) e Finanças e Contabilidade (média=4,6).

Sobre a liderança da área de Sustentabilidade uma das empresas referiu: **“É natural que esteja mais alinhada. A área de sustentabilidade é quem leva tudo a frente!”**

Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

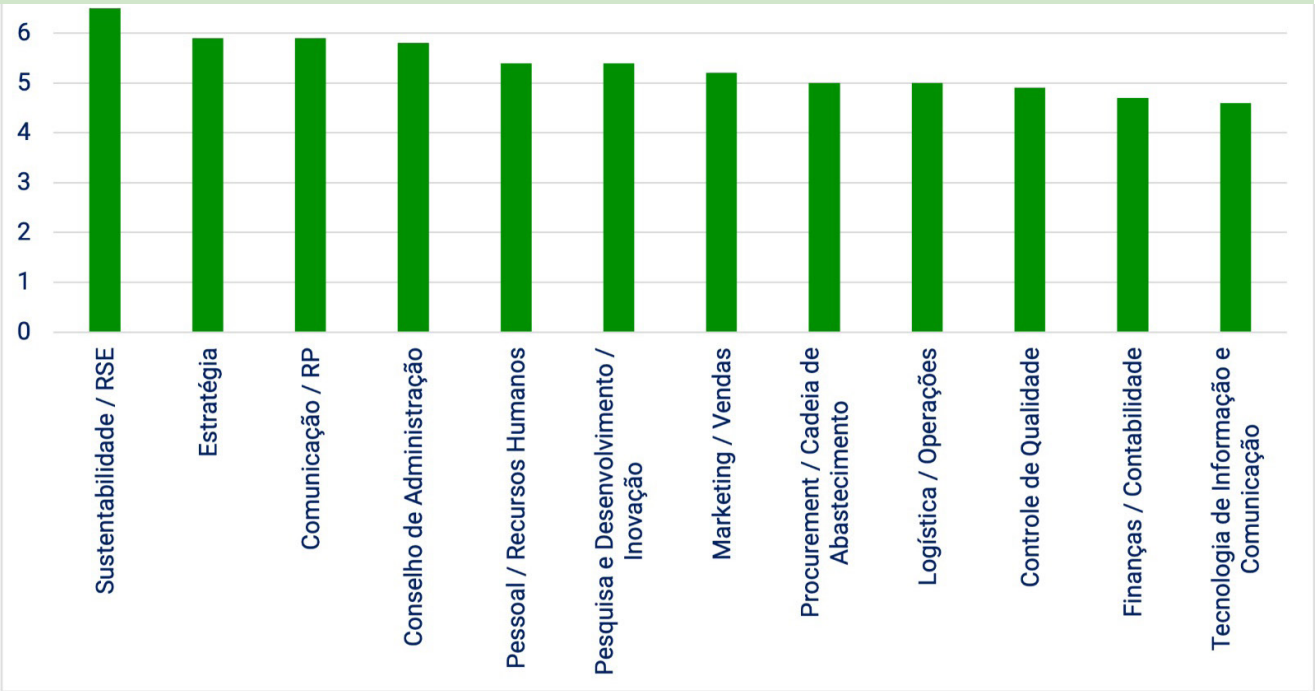


Figura 7.1. 55 – Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher as suas opções, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. A distinção tem a ver com diferentes níveis de motivação e conhecimento nos diferentes departamentos	4	20,0%
B. O departamento de sustentabilidade é líder	3	15,0%
C. Existe o desenvolvimento de trabalho de finanças responsáveis	4	20,0%
D. Vive-se uma cultura de sustentabilidade como um todo	4	20,0%
E. A comunicação interna e RH são fundamentais para disseminar os ODS dentro da empresa	4	20,0%
F. É necessário mais alinhamento e é preciso trazer áreas mais atrasadas a bordo	1	5,0%
G. Departamento de logística e operações mais motivados	2	10,0%
H. Finanças e tecnologia pouco alinhadas	1	5,0%
I. Departamento de estratégia está motivado	2	10,0%
J. Departamento de inovação ainda pouco alinhado com sustentabilidade	3	15,0%
K. Departamento de qualidade mais alinhado por causa das certificações	1	5,0%
L. Áreas de operações/inovação de produto mais alinhadas	1	5,0%

Tabela7.1. 13 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?”

Apesar da grande diversidade de respostas, destacamos as razões mais mencionadas pelas empresas para a sua motivação, e maior ou menor alinhamento com os ODS. 20,0% das empresas afirmam que as diferentes motivações têm a ver com diferentes níveis de motivação e conhecimento nos diferentes departamentos sobre os ODS, ou seja, departamentos com mais conhecimento dos ODS são também mais motivados para a implementação dos objetivos.

Por outro lado, 20,0% das empresas referiram que se vive uma cultura de sustentabilidade como um todo, mas para tal é essencial que a comunicação interna e RH trabalhem nesse sentido, pois estes são fundamentais para disseminar os ODS dentro da empresa. Outras empresas (20,0%), onde o departamento financeiro estava motivado com o tema ODS, justificaram-no dizendo que existe o desenvolvimento de trabalho de finanças responsáveis. O departamento de inovação foi mencionado por 15,0% das empresas como não alinhado com a sustentabilidade, muitas vezes por bloqueios associados ao *Business Case for action*.

Qual é o grau de motivação dos empregados da empresa para....

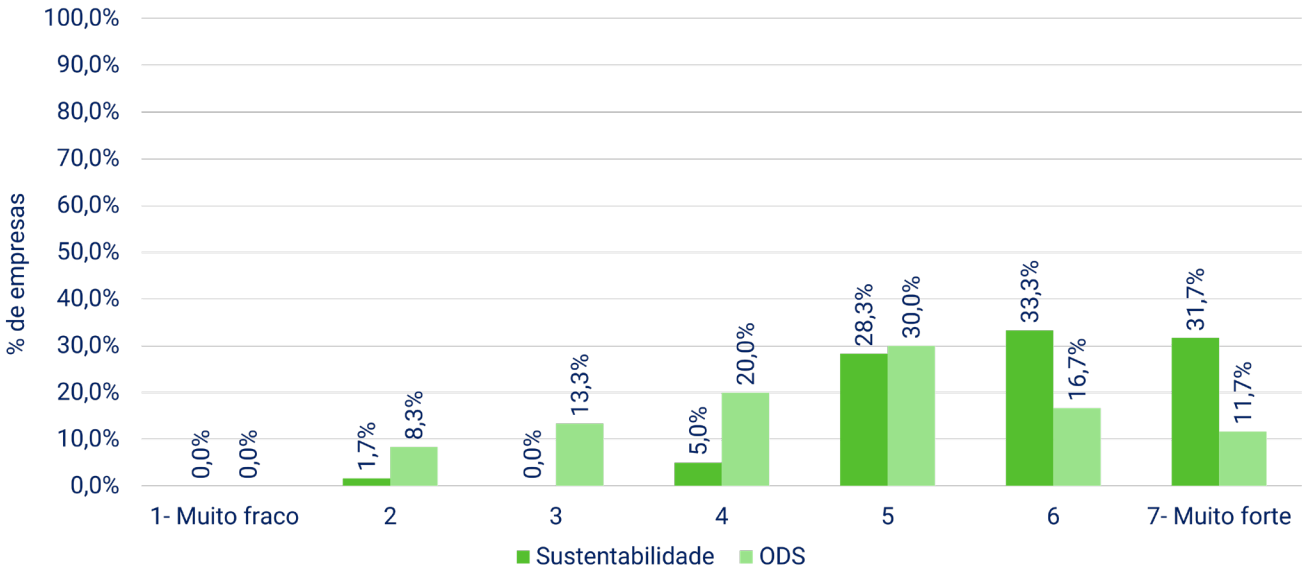


Figura 7.1. 56 – Qual é o grau de motivação dos empregados da empresa para....

As empresas revelam que os seus colaboradores se mostram mais motivados para a sustentabilidade do que para os ODS. 65,0% (33,3% + 31,7%) dos respondentes indicaram que os seus colaboradores têm um grau de motivação forte ou muito forte para o tema da sustentabilidade, contra 28,4% de participantes que responderam que os seus colaboradores estariam

forte ou muito fortemente motivados para os ODS. Esta resposta demonstra que o tema da Sustentabilidade em geral é familiar para os colaboradores destas empresas e que os motiva, mas existe ainda algum caminho a trilhar no que respeita aos ODS.

ODS e decisões organizacionais

Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão? Existe uma associação de objetivos dos ODS e incentivos internos na compensação dos departamentos e dos funcionários?

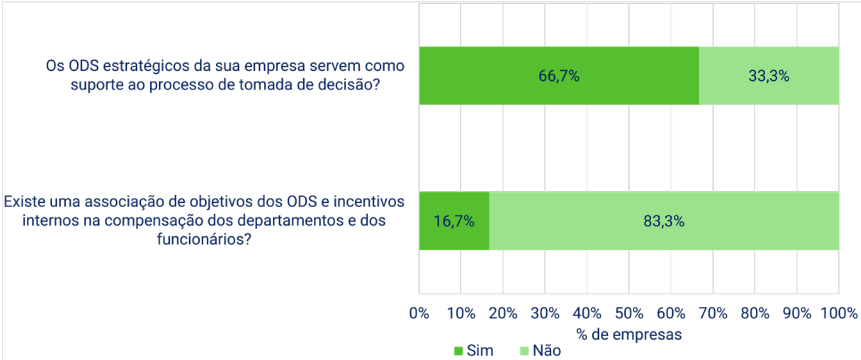
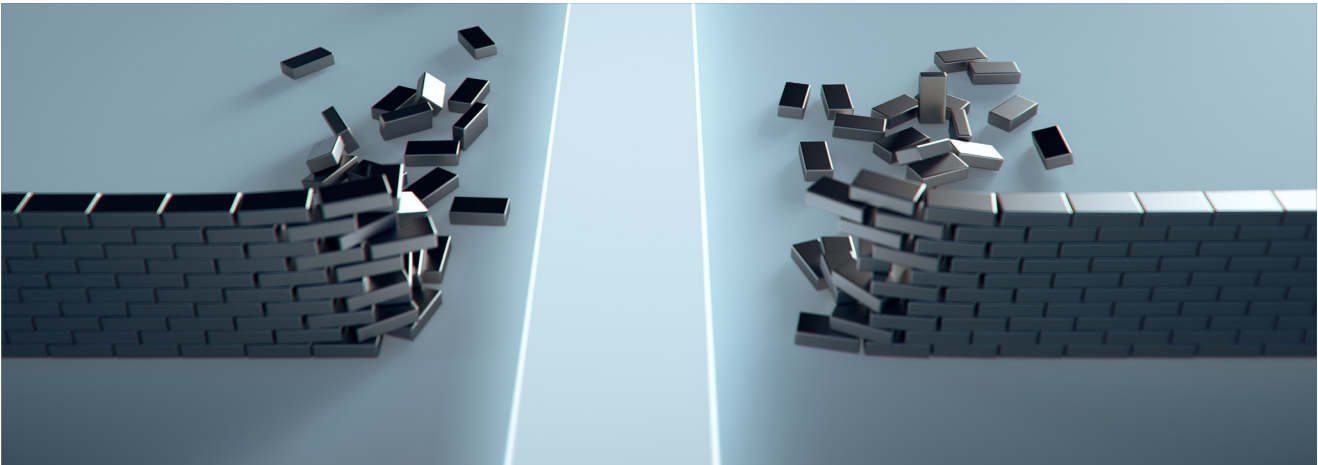


Figura 7.1. 57– Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão? / Existe uma associação de objetivos dos ODS e incentivos internos na compensação dos departamentos e dos funcionários?

A maioria das empresas (66,7%) aponta que os ODS estratégicos servem como base para a tomada de decisão, no entanto, apenas 16,7% alinham os objetivos dos ODS com incentivos internos na compensação dos departamentos e dos funcionários. Este alinhamento

é também fundamental para que a empresa possa alinhar os incentivos dos seus colaboradores com os seus objetivos estratégicos, pelo que há algum caminho a traçar por parte das empresas neste ponto.



Barreiras à implementação dos ODS

Das seguintes opções qual é a mais válida para a sua empresa?

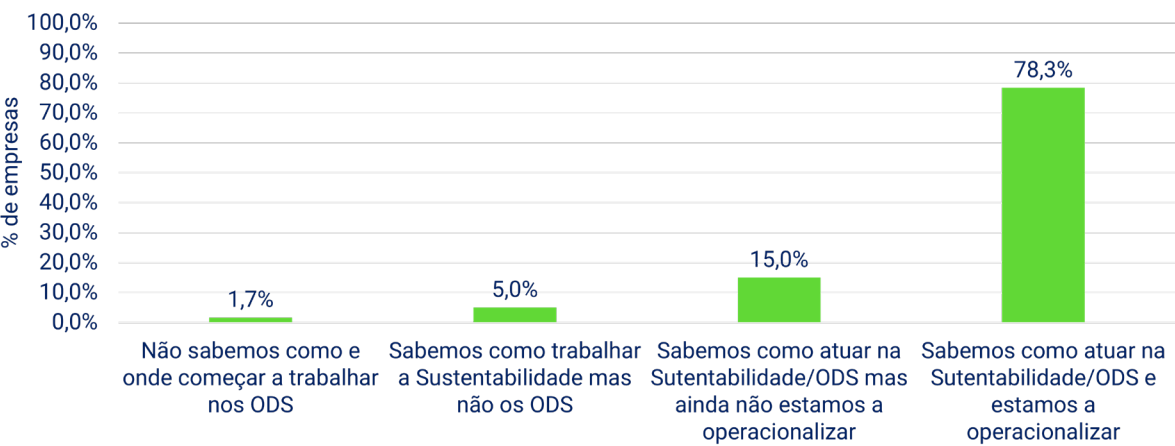


Figura 7.1. 58 – Das seguintes opções qual é a mais válida para a sua empresa?

A maioria das empresas (78,3%) considera saber como atuar na sustentabilidade e/ou ODS e está a operacionalizar. No entanto 20,0% (15,0% + 5,0%) ainda não está a operacionalizar, sendo que 5% sabem como trabalhar a sustentabilidade, mas não os ODS.

Escolha a opção que lhe faz mais sentido: “A falta de *business case* (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS “

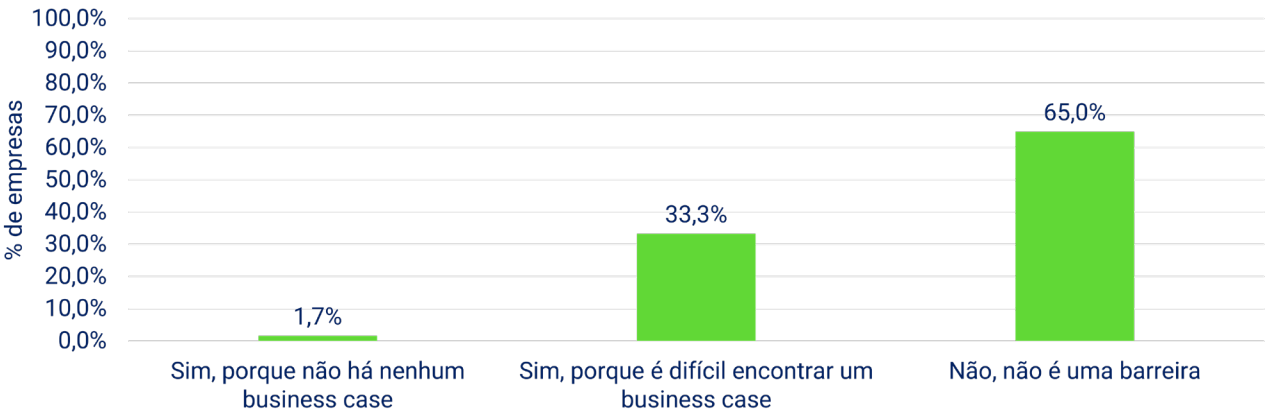


Figura 7.1. 59 – Escolha a opção que lhe faz mais sentido: “A falta de *business case* (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS “

A falta de *business case* não é considerada uma barreira pela maioria das empresas (65,0%), no entanto, um terço das empresas (33,3%) ainda considera que a falta de *business case* é uma barreira para a operacionalização dos ODS.

Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

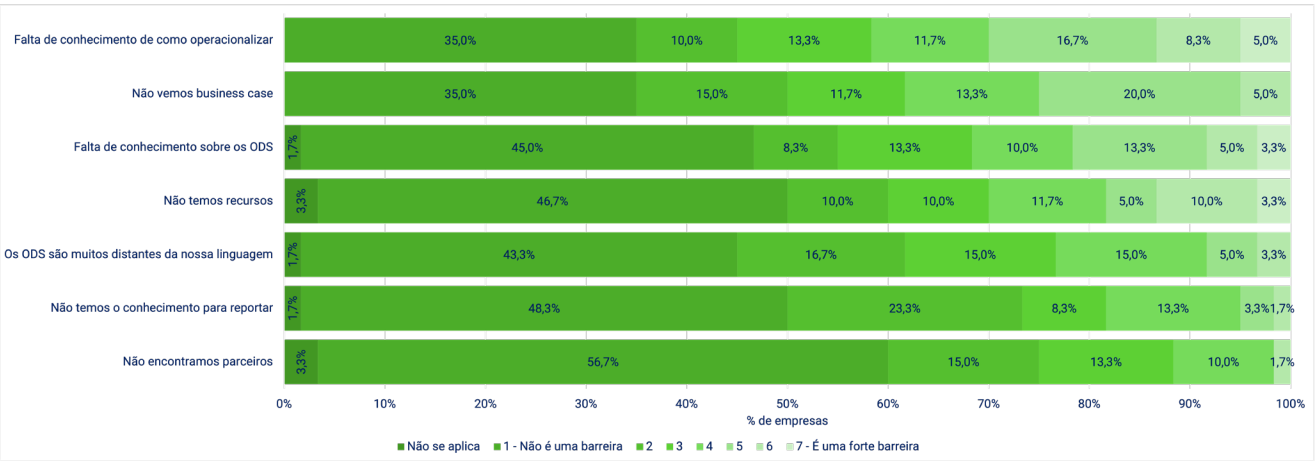


Figura 7.1. 60– Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

Quando questionadas sobre quais as barreiras para a adoção dos ODS, as empresas apontaram a **“falta de conhecimento de como operacionalizar”** como a barreira mais importante (30,0% - valor correspondente à soma dos pontos 5, 6 e 7), logo seguida da barreira **“não vemos business case”** (apontada como barreira ou forte barreira por 25,0% das empresas) e **“falta de conhecimento sobre os ODS”** (indicada por 21,7% das empresas).

A falta de recursos, conhecimento sobre a forma como reportar e o não ter parceiros não são barreiras mencionadas como importantes pelas empresas.

De notar ainda que uma grande percentagem deste grupo de empresas apontou as barreiras elencadas como, na verdade, não constituindo uma barreira (resposta “não é uma barreira”) - de 35% na barreira mais forte até 56,7% na barreira menos forte.

No que toca às entrevistas, a “falta de recursos” é a barreira que apresenta maior frequência para a pontuação 7 da escala, sendo considerada uma forte barreira por 5% das empresas e uma barreira por 15%, num total de importância para as pontuações 5, 6 e 7 de 20,0%.

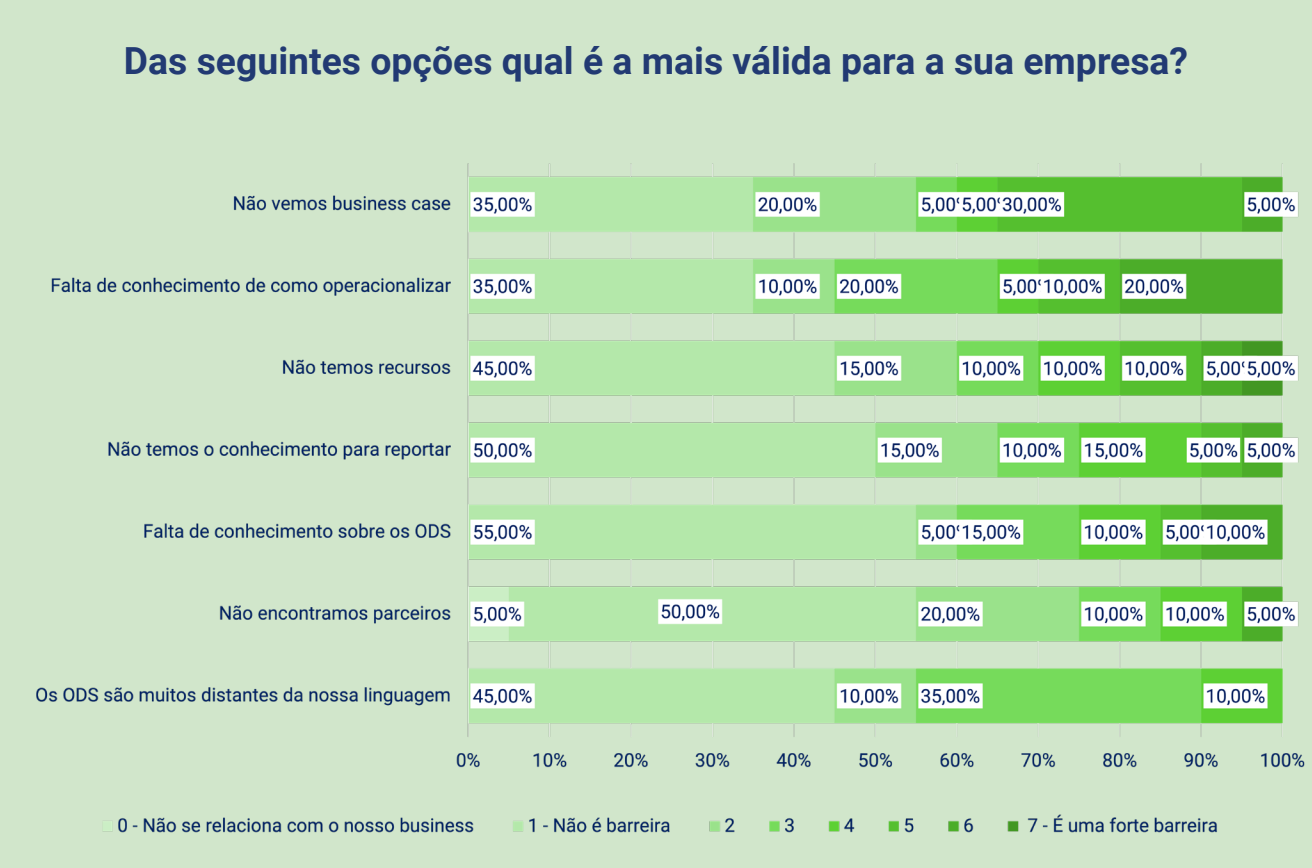


Figura 7.1. 61 – Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

“Não vemos business case” foi apontada como barreira por 35,0% das empresas. De seguida apresenta-se **“falta de conhecimento de como operacionalizar”**, apontada como barreira por 30,0% das empresas.

Ao aprofundar as respostas junto das empresas entrevistadas, identifica-se que:

Pergunta 9	Frequência	% Empresas
A. Dificuldade em aplicar a linguagem dos ODS a um nível empresarial	7	35,0%
B. Alocação de Recursos	4	20,0%
C. Falta de visão estratégica dos ODS	1	5,0%
D. Maior clareza sobre metodologias de reporting	4	20,0%
E. Maior clareza sobre Metodologias de medição de impacto	4	20,0%
F. Parcerias	2	10,0%
G. Legislação	1	5,0%
H. Falta de conhecimento de ODS por parte dos colaboradores	8	40,0%
I. Falta de conhecimento sobre como operacionalizar	3	15,0%
J. Dificuldade em identificar / expressar o Business case	4	20,0%
K. Certificação de produtos e serviços na indústria em que opera	2	10,0%
L. Associado à atividade da empresa na cadeia de valor	2	10,0%

Tabela 7.1. 14 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.”

Quando inquiridas sobre as barreiras mais importantes à implementação dos ODS, 40% das empresas entrevistadas afirmaram que uma das maiores barreiras é a falta de conhecimento da Agenda por parte dos seus colaboradores, o que dificulta a operacionalização da mesma; 35% têm ainda dificuldade em aplicar a linguagem dos ODS a um nível empresarial, o que significa que as empresas têm dificuldade em definir metas e métricas para avaliar o progresso em relação a Agenda 2030 nas suas operações, pois por vezes esta linguagem não se aplica à linguagem empresarial.

20% das empresas afirmaram que:

- têm dificuldade em identificar e/ou expressar o *business case* dos ODS;
- têm necessidade de maior clareza sobre metodologias de *reporting*;
- gostavam de ter mais clareza sobre as metodologias de medição de impacto;
- a realocação dos recursos na empresa ajudaria na implementação da agenda ODS, evidenciando a alocação de recursos como uma grande barreira para o progresso da Agenda.

Conclui-se, portanto, que a falta de conhecimento sobre a Agenda 2030 constitui a maior barreira para a implementação e progresso desta Agenda.

Outras condições necessárias para implementação

As empresas foram ainda questionadas sobre o que mais as ajudaria numa melhor implementação dos ODS. Os seguintes tópicos foram destacados: mais conhecimento, mais recursos, maior conhecimento por parte da sociedade, maior sensibilização interna. Assim sendo, o conhecimento desta agenda volta a ser realçado, a par da gestão dos recursos empresariais.

O que mais ajudaria a sua empresa a uma melhor implementação dos ODS?	Frequência
Mais conhecimento	6
Mais recursos	6
Maior conhecimento por parte da sociedade	3
Maior sensibilização interna	3
Disseminação de boas práticas	2
Disseminação interna	2
Linguagem dos ODS alinhada por tipo de negócio	2
Melhor avaliação do impacto	2

Tabela 7.1. 15 – O que mais ajudaria a sua empresa a uma melhor implementação dos ODS?

A implementação dos ODS e os seus impactos e no contexto

Nível de implementação

Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?

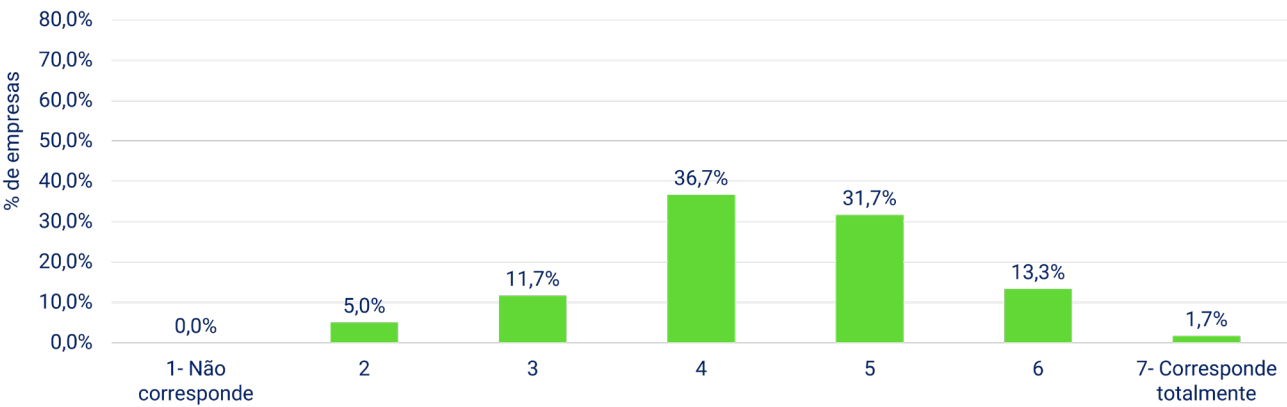


Figura 7.1. 62 – Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?



Grande parte das empresas considera que o trabalho que desenvolve nos ODS está próximo ao nível onde gostaria de estar (46,7% = 31,7% + 13,3% + 1,7%). De notar também que uma parte significativa das empresas se mostrou num nível intermédio (não onde gostavam de estar, mas também não muito abaixo nessa escala) nesta questão (36,7%), e que apenas uma empresa (1,7%) considera que o seu nível de implementação “corresponde totalmente” ao nível de implementação onde gostaria de estar.

No caso das entrevistas, grande parte das empresas (35,0%) consideram que o trabalho que desenvolvem

sobre os ODS está próximo do nível onde gostariam de estar - com um valor de 5 ou superior (20,0% com valor 5 e 15,0% com valor 6). De notar, também, que uma parte significativa das empresas (45,0%) mostra estar num nível intermédio, não estando no nível onde gostariam de estar, nem muito abaixo disso.

Nenhuma empresa considera que o seu nível de implementação “corresponde totalmente” ao nível de implementação onde gostaria de estar.

Quando lhe perguntámos se o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar...

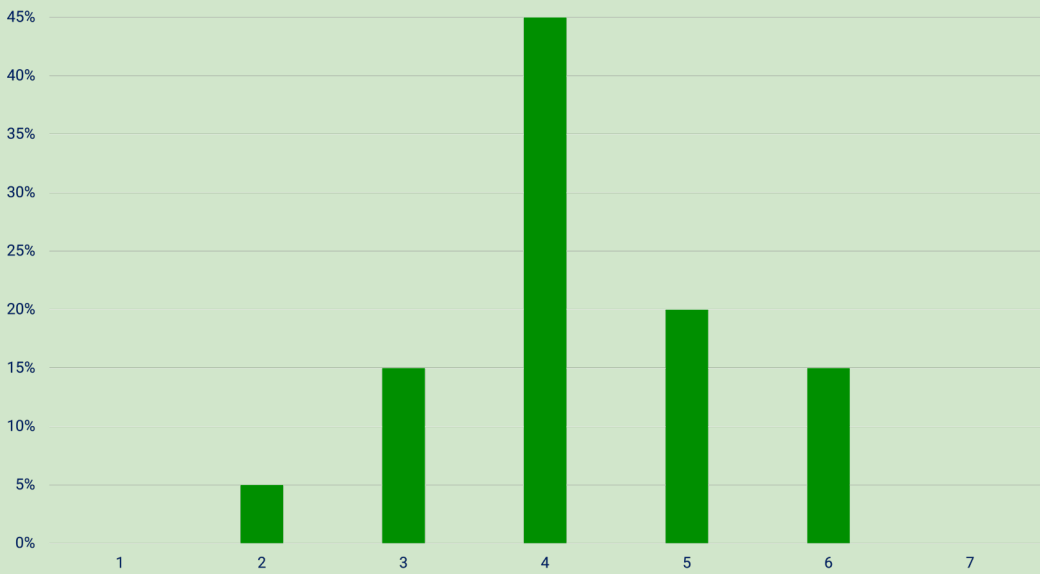


Figura 7.1. 63 – Quando lhe perguntámos se o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar...

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

Pergunta 9	Frequência	% Empresas
A. Não tem pessoas/recursos suficientes	1	5,0%
B. Trabalhar melhor a parte social ou ambiental	5	25,0%
C. Disseminar por toda a organização e operacionalizar (incluindo definir metas, hierarquização e integração entre departamentos)	19	95,0%
D. Aumentar conhecimento sobre os ODS (ainda não veem a importância, ou conhecer melhor realidades locais sobre as quais atuar)	9	45,0%
E. Melhorar a comunicação externa	2	10,0%
F. É preciso fazer parte da estratégia	2	10,0%

Tabela 7.1. 16 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Quando lhe perguntámos se o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar...”

95,0% das empresas mencionaram que a principal razão para estarem distantes do nível “onde gostariam de estar” é a necessidade de melhor disseminar por toda a organização a cultura ODS e operacionalizar os ODS. Dentro deste ponto, as empresas referiram que definir metas e objetivos ODS internos, hierarquizar ODS e garantir a integração entre departamentos eram pontos importantes para avançar nesta agenda. As empresas referiram que “precisam de ajuda” na implementação dos ODS.

O segundo ponto apontado pelas empresas como importante para a sua ambição de melhor alinhamento com esta agenda foi “aumentar o conhecimento

sobre os ODS” (45,0%) - quer porque ainda não veem a sua importância, ou porque querem melhor adaptá-los às realidades locais em que se inserem. Partilha de conhecimento e boas práticas foi definido como fundamental. Algumas empresas referiram ser importante mais conhecimento sobre os ODS em Portugal.

Algumas empresas (25,0%) referiram ainda que desenvolver melhor a sua parte ambiental ou social iria ajudar a estarem mais alinhadas com a Agenda 2030. Não ter recursos suficientes foi a razão apontada como menos relevante.



OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Impactos positivos, tomada de decisão e Relatório Não Financeiro

Os impactos positivos sociais/ambientais da empresa são tidos em conta, em parte ou totalmente, por 73,4% das empresas na escolha dos ODS e por 86,2% das empresas no seu Relatório Não Financeiro.

Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS?

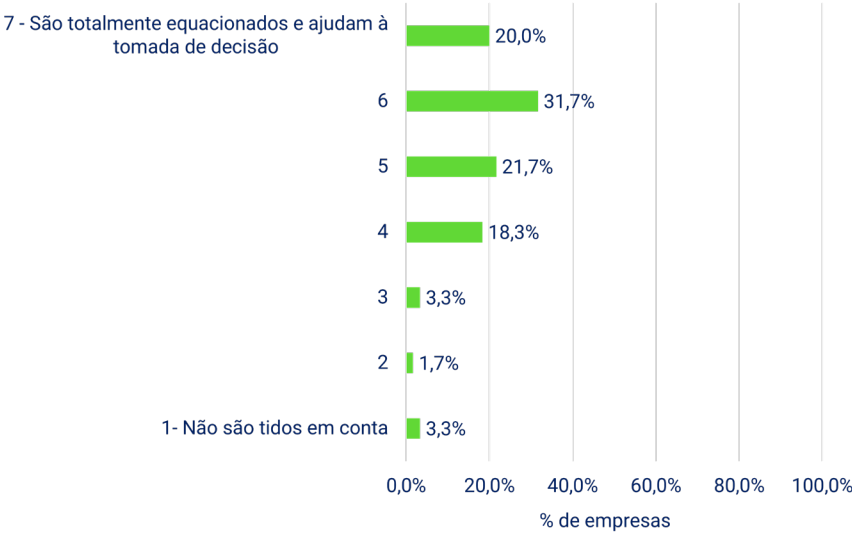


Figura 7.1. 64 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS?

Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?

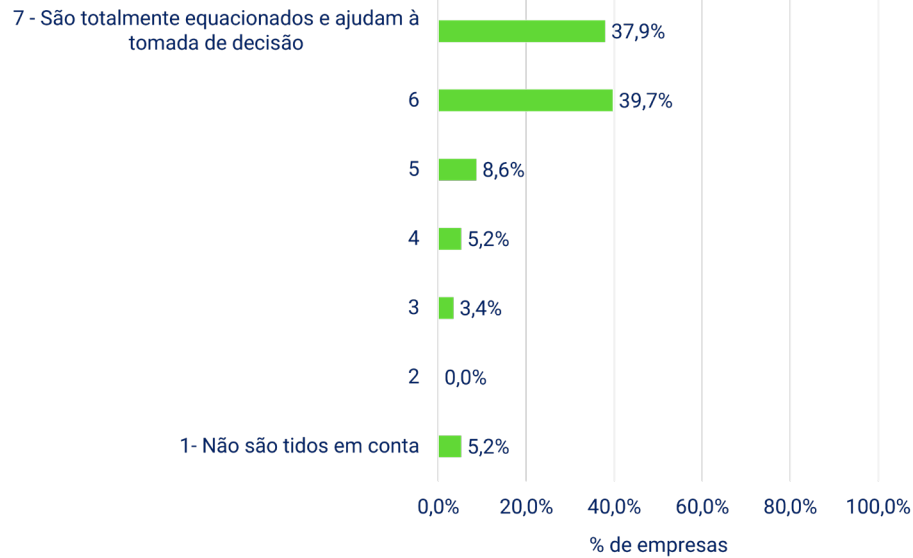


Figura 7.1. 65 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?

OBSERVATÓRIO DOS ODS NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Impactos negativos, tomada de decisão e Relatório Não Financeiro

Os impactos negativos sociais/ambientais da empresa são tidos em conta, em parte ou totalmente, por 70,0% das empresas na escolha dos ODS e por 67,8% das empresas no seu Relatório Não Financeiro. Com estes resultados é possível concluir que os impactos positivos são os mais considerados por parte das empresas.

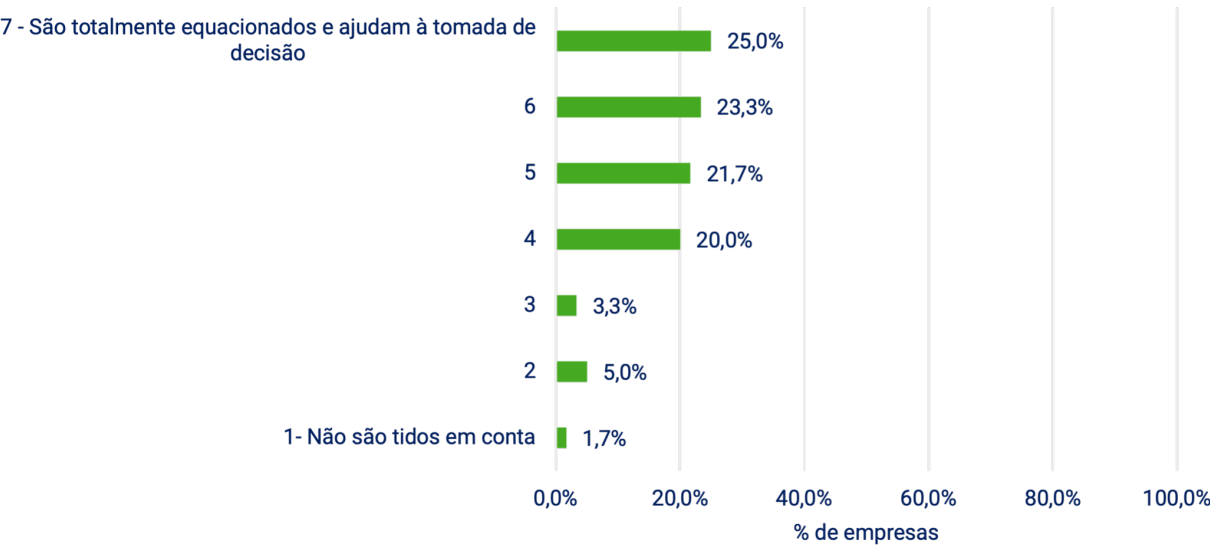


Figura 7.1. 66 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS

Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?

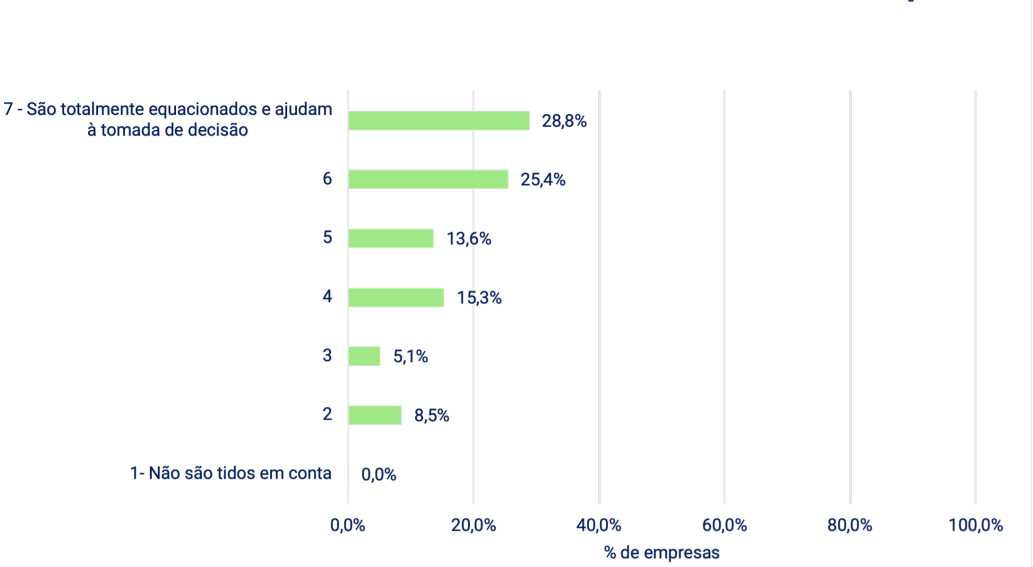


Figura 7.1. 67 – Em que sentido os impactos sociais_ambientais negativos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa



Referências a *spillovers* no Relatório Não Financeiro

30,5% das empresas declaram fazer referência ou comunicar a **interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos**. 22,0% não fazem referência e, adicionalmente, 28,8% indica não o fazer, mas que gostariam de considerar essa interligação. Considerando que os ODS estão

intimamente relacionados entre si, esta temática é muito relevante e o facto de a maioria das empresas (52,5%) ou comunicar ou considerar fazê-lo é um bom indício, mas ainda aquém do potencial que deveria ser feito.

Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados

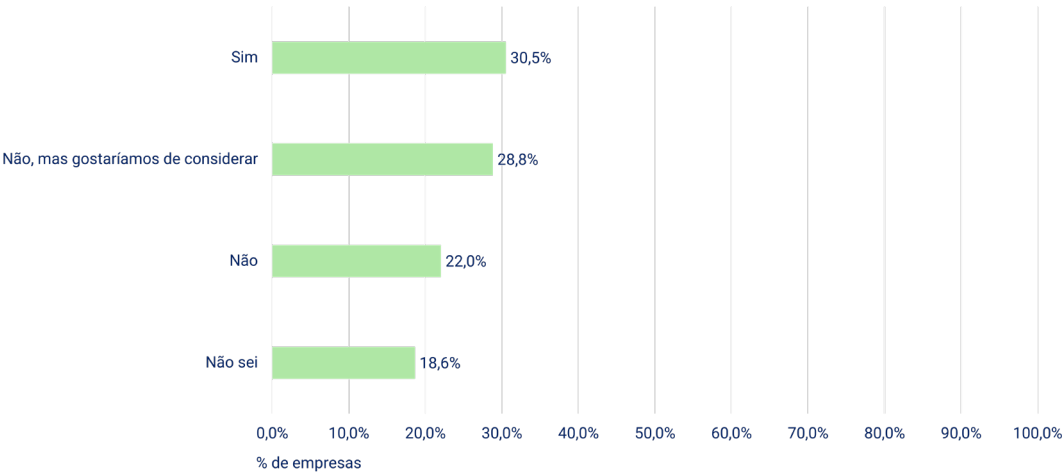


Figura 7.1. 68 – Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

Escolha de ODS

A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias

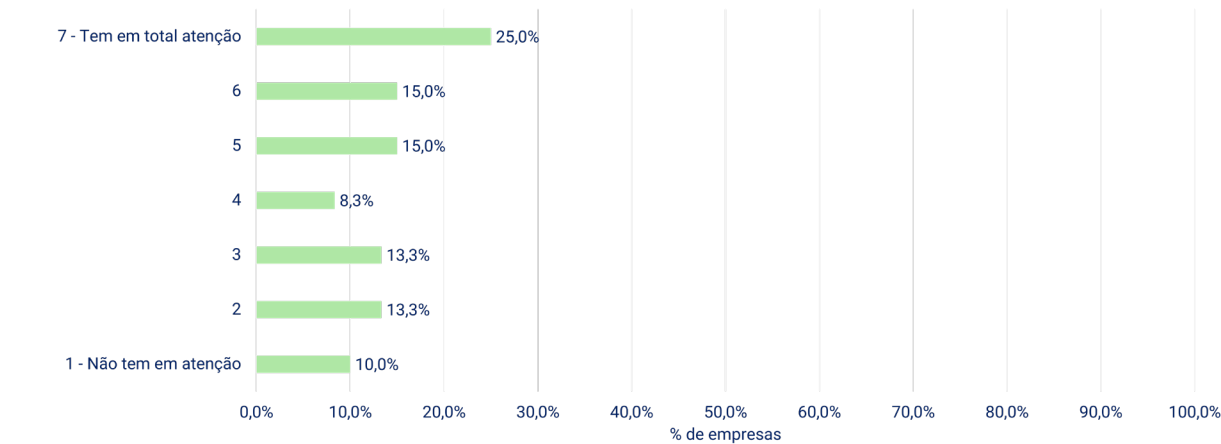


Figura 7.1. 69 – A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera?

No que toca ao processo de escolha dos ODS, a maioria das empresas afirma ter entre alguma a “total” atenção ao nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera (55,0% - valor correspondente aos pontos 5, 6 e 7). Apenas 10,0% não tem em atenção este fator. Nas entrevistas realizadas as empresas demonstraram preocupação em adaptar a escolha dos ODS às geografias onde

operam de forma a contribuírem positivamente, no entanto, há ainda um grande caminho a percorrer neste sentido. As empresas com operações em muitos países afirmaram ser necessário haver uma política global de ODS, adaptada a nível local. Assim sendo, a flexibilidade, customização e operacionalização ao nível local são fundamentais.

Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...

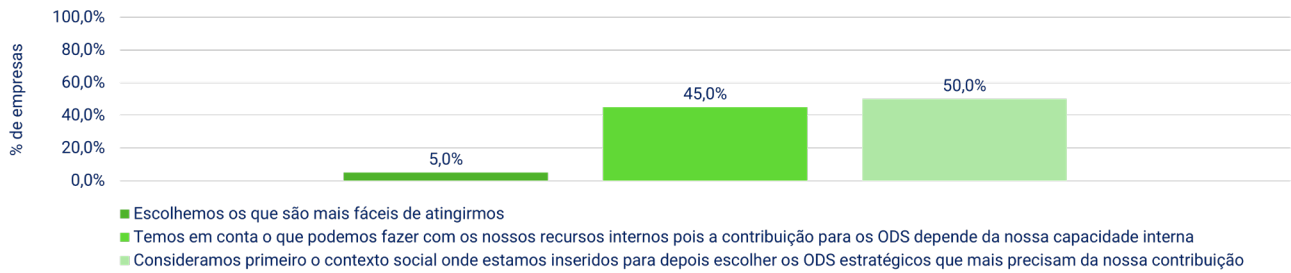


Figura 7.1. 70 – Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...

No que toca ao processo de escolha dos ODS, as empresas encontram-se divididas: 45,0% indicaram “Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna” e 50,0% “Consideramos primeiro o contexto social

onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição”. Assim sendo, a última atitude, que é mais proativa, poderá ser mais trabalhada pelo tecido empresarial português se pretender ter mais impacto na sociedade portuguesa.

Conhecimento dos ODS estratégicos para Portugal

Tem conhecimento dos ODS Estratégicos para Portugal?

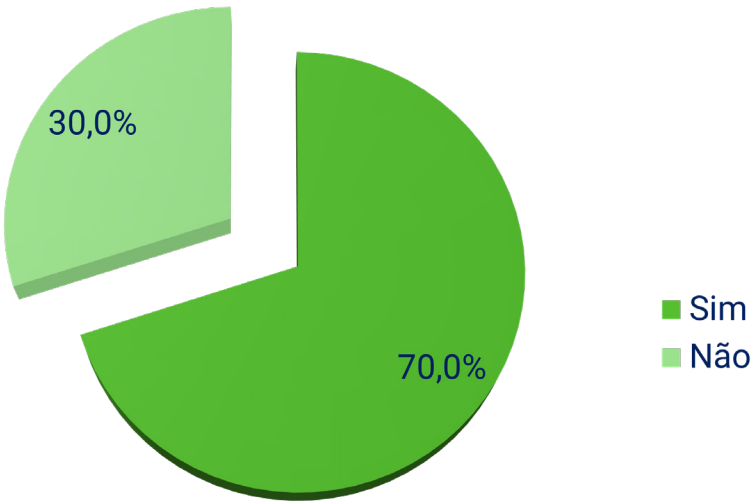


Figura 7.1. 71 – Tem conhecimento dos ODS Estratégicos para Portugal?

Por fim, 70,0% das empresas afirmam ter conhecimento dos ODS estratégicos para Portugal, contra 30,0% que não os conhecem. Um nível de conhecimento bastante avançado e que poderá iluminar futuramente as

empresas, caso queiram efetivamente contribuir para a economia e sociedade portuguesas, passará, então, por conhecer em detalhe os ODS definidos como sendo os ODS estratégicos para Portugal.



7.2 Análise Agregada: PME

A presente secção apresenta os resultados dos dados dos Questionários às Pequenas e Médias Empresas (PMEs) selecionadas para estudo neste projeto de investigação. Foram selecionadas cento e três (103) PMEs a operar em Portugal, conforme descrito no Subcapítulo 6.1 Metodologia. Os resultados são apresentados de forma agregada, mostrando a resposta destas empresas às 68 questões colocadas no questionário.

Caracterização das empresas

Estrutura legal, estrutura do capital e empresas familiares

Estrutura legal

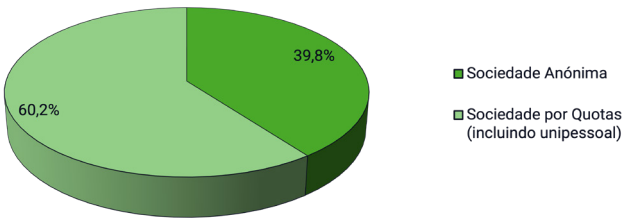


Figura 7.2. 1 – Estrutura legal

Estrutura do capital

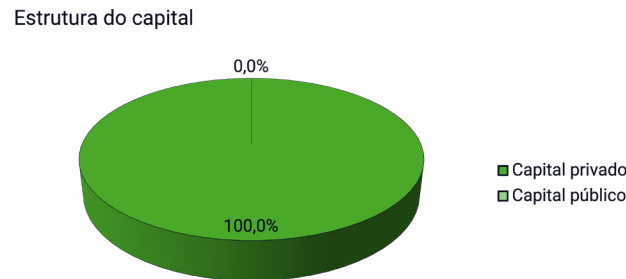


Figura 7.2. 2 – Estrutura do capital

A maioria das PME (60,2%) são Sociedades por Quotas (incluindo unipessoal). 39,8% são Sociedades Anónimas. Esta estrutura difere das Grandes empresas quer na estrutura legal quer na de capital. Todas as empresas (100%) têm capital privado, não havendo empresas com capital público ou misto.

Empresas familiares

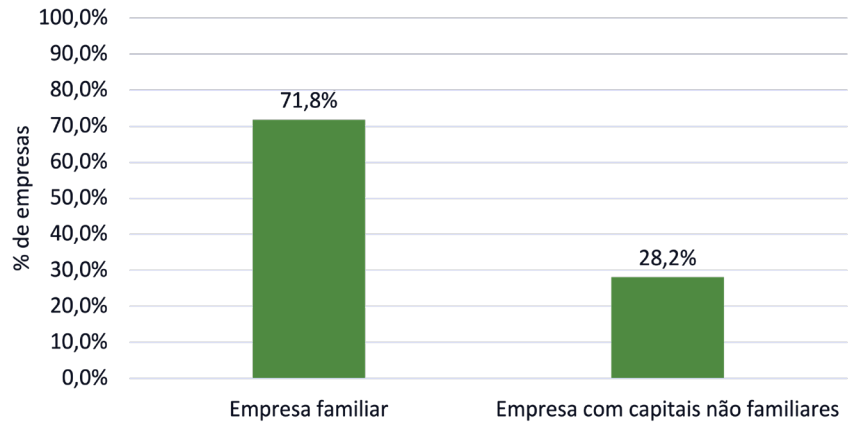


Figura 7.2. 3 – Empresas familiares

A maioria das empresas (71,8%) são empresas com capitais familiares, sendo que 28,2% têm capitais não familiares. Esta distribuição é inversa à verificada nas Grandes Empresas.

Número de colaboradores, faturação e localização da sede

Número de colaboradores

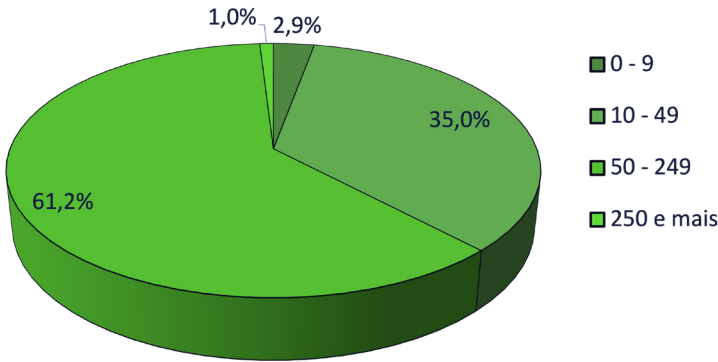


Figura 7.2. 4 – Número de colaboradores

A maioria das empresas (61,2%) tem entre 50 e 249 colaboradores. 35,0% têm entre 10 e 49 colaboradores, 2,9% têm entre 0 e 9 colaboradores e 1,0% têm 250 ou mais colaboradores.

Receitas da empresa em 2021

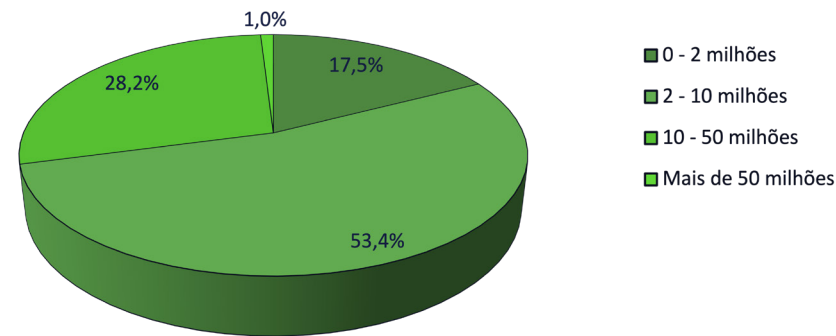


Figura 7.2. 5- Receitas da empresa em 2021

A maioria das empresas (53,4%) faturou entre 2 e 10 milhões de euros no ano de 2021. 17,5% faturaram até 2 milhões de euros, 28,2% faturaram entre 10 e 50 milhões, e apenas 1% faturou mais de 50 milhões de euros.

Localização da sede

Todas as empresas (100%) têm a sede localizada em Portugal.

Setor de atividade/indústria

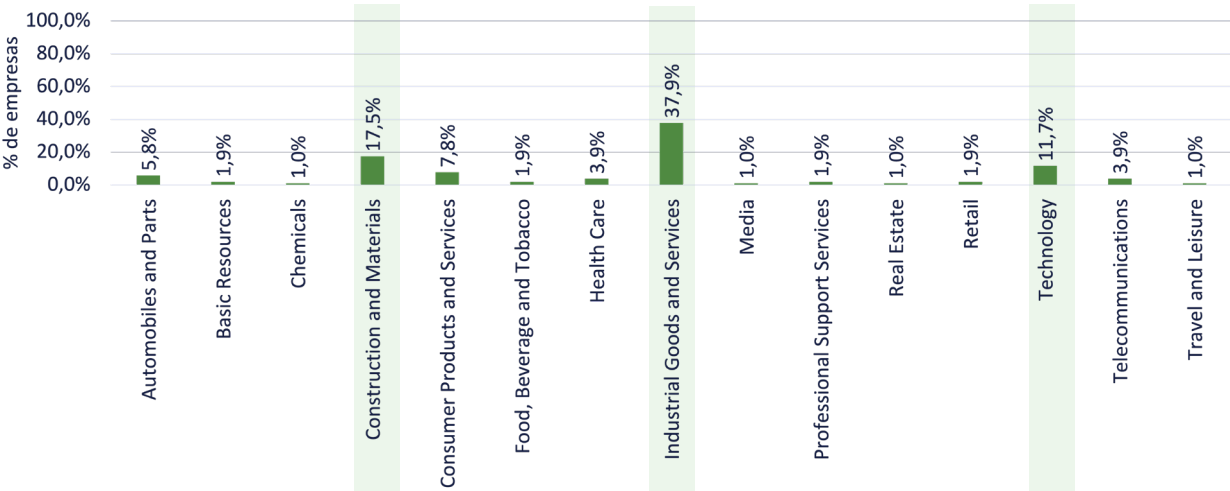


Figura 7.2. 6 – Qual é o setor de atividade / indústria da sua empresa?

Em termos de setor de atividade/indústria, verifica-se uma predominância da categoria “Industrial Goods and Services” (37,9%), e destacam-se ligeiramente as categorias “Construction and Materials” (17,5%) e “Technology” (11,7%). Tendo em conta o universo de PMEs estudado (ver Subcapítulo 6.1) e representativa das PMEs no tecido empresarial português, a distribuição da mostra pelas indústrias indicadas considera-se adequada.

Tipologia de negócio e data de fundação

Tipologia de negócio

A sua empresa é um negócio de serviços ou um negócio de produtos?

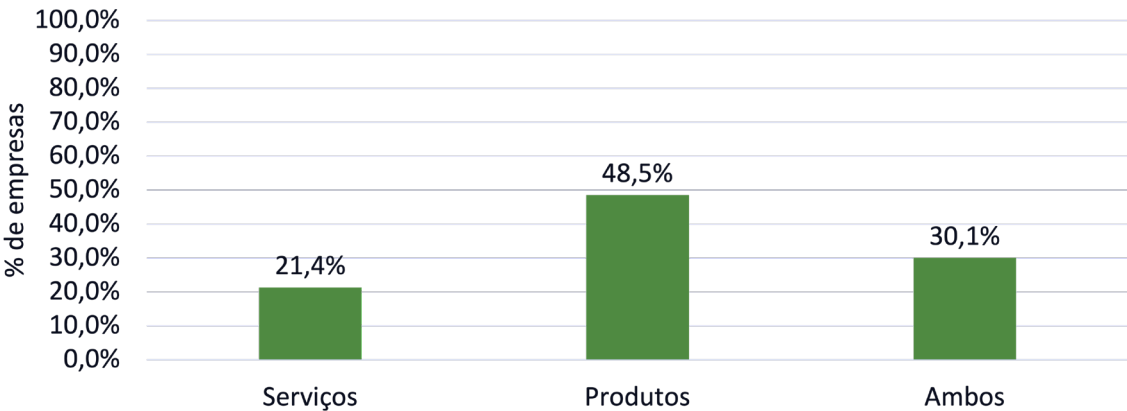


Figura7.2. 7 – A sua empresa é um negócio de serviços ou um negócio de produtos?

Cerca de metade das PMEs em estudo (48,5%) comercializam produtos e 21,4% comercializam serviços (numa relação inversa às Grandes Empresas). 30,1% comercializam Produtos e Serviços.

Data de fundação

As 103 empresas foram fundadas entre 1922 e 2022, com a seguinte distribuição: 8,7% até 1970, 25,2% entre 1971 e 1990, 26,2% entre 1991 e 2000, 25,2% entre 2001 e 2010 e 14,6% foram fundadas de 2011 em diante.

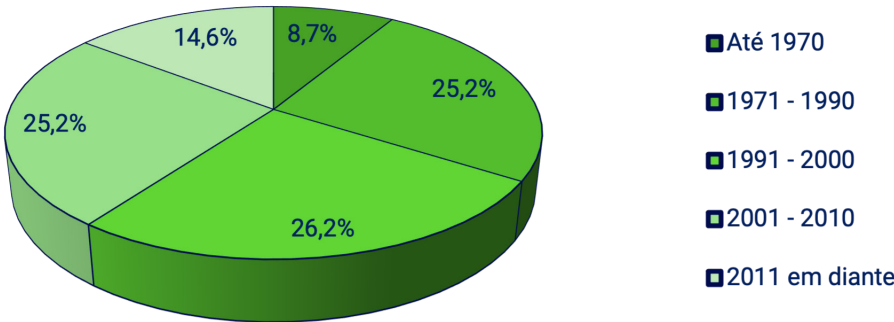


Figura 7.2. 8 – Data de fundação

Qual a percentagem das suas exportações no volume de vendas da sua empresa?

Exportações

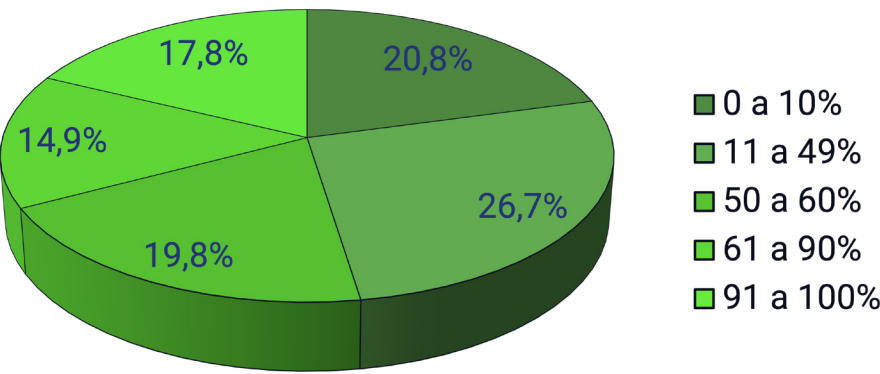


Figura 7.2. 9 – Qual a percentagem das suas exportações no volume de vendas da sua empresa?

Para quantos países exporta a sua empresa?

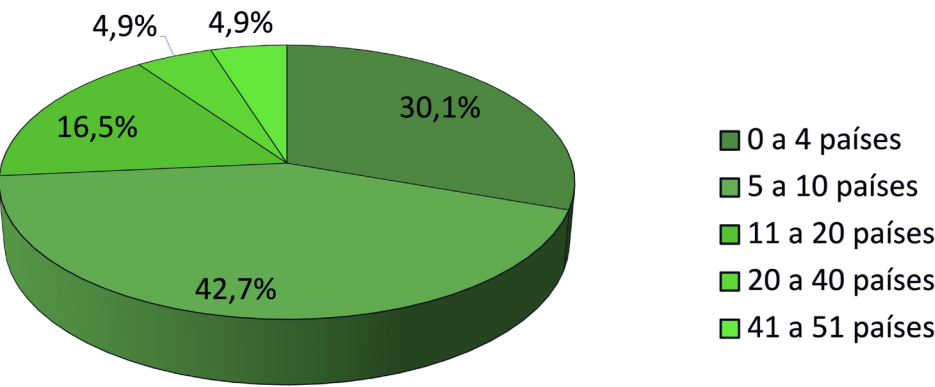


Figura 7.2. 10 – Para quantos países exporta a sua empresa?

No caso das PME's a pergunta associada à presença internacional foi colocada considerando as geografias para onde a empresa exporta e não onde opera (como no caso das Grandes Empresas, pois têm muito mais atividade de exportação do que atividade de produção internacional), por ser mais adequado ao caso das PME's.

- 20,8% das empresas exportam entre 0 e 10% do seu volume de vendas, 26,7% exportam entre 11 e 49%, 19,8% exportam entre 50 e 60%, 14,9% exportam entre 61 e 90% e, por fim, 17,8% das empresas exportam entre 91 e 100% do seu volume de vendas. Existe, portanto, uma grande diversidade do perfil exportador das PME's em estudo. De destacar é o facto de apenas 20,8% exportarem até 10% da sua produção, o que denota o perfil altamente exportador nas PME's portuguesas.

- A maioria das empresas exporta para até 10 países (30,1% até 4 países e 42,7% entre 5 e 10 países), 16,5% exporta para 11 a 20 países, 4,9% exporta para 20 a 40 países e 4,9% exporta para 41 a 51 países.
- A grande maioria das empresas que exporta ou opera no estrangeiro (97,1%) exporta ou opera na Europa. 43,7% exportam ou operam em África, 30,1% na América do Norte, 22,3% na Ásia, 22,3% na América do Sul e 6,8% na Oceânia. As PME's têm assim uma grande representatividade nos vários continentes, apesar de terem uma menor representatividade fora da Europa, comparando com as grandes empresas.

Para que continentes exporta ou opera a sua empresa?

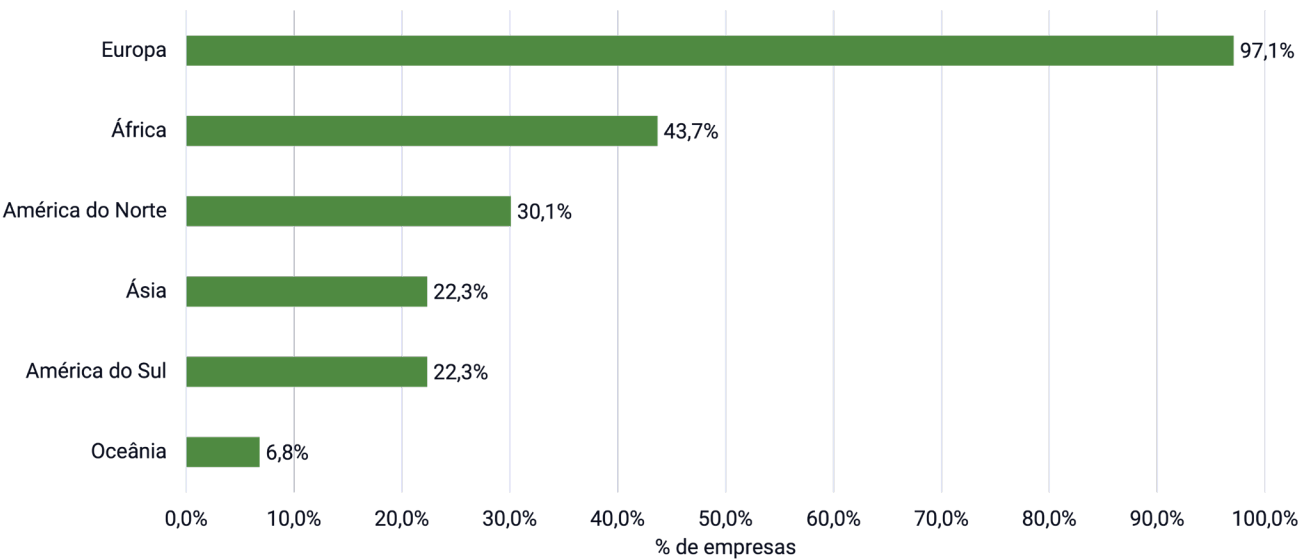


Figura 7.2.11 – Para que continentes exporta ou opera a sua empresa?

Redes empresariais

Redes empresariais a que pertence

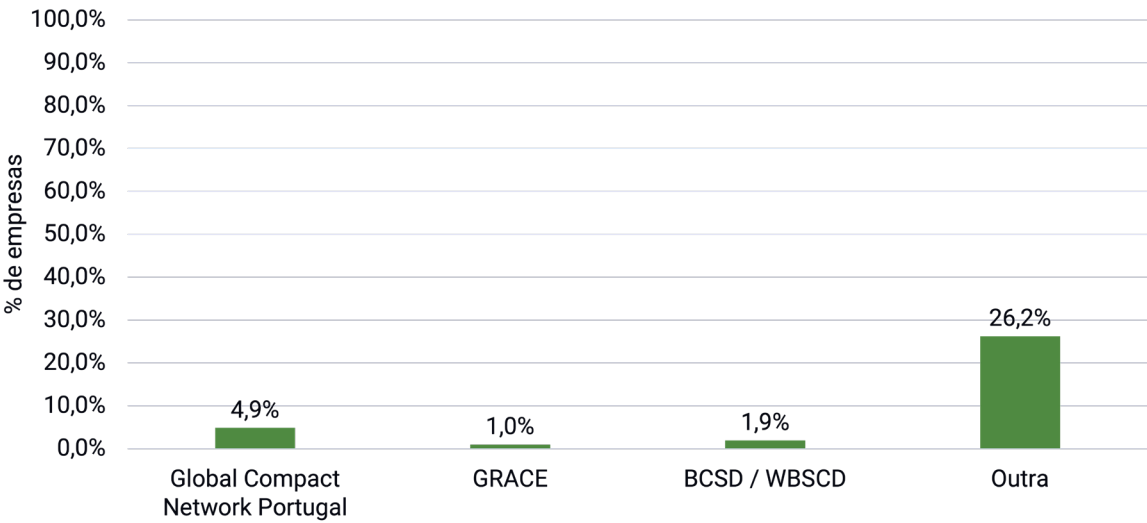


Figura 7.2. 12 – Identifique de quais as redes empresariais a que a sua organização pertence

No que concerne à pertença a redes empresariais, 4,9% das empresas pertencem à *Global Compact Network* Portugal, 1,0% pertencem à associação GRACE e 1,9% pertencem ao *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Há, portanto, uma grande diferença entre PME's e Grandes Empresas na pertença a estas redes empresariais que congregam empresas em volta dos temas da sustentabilidade no nosso país.

No grupo das PME's, 26,2% das empresas mencionam pertencer a outras redes empresarias, das quais se destacam:



OUTRAS REDES EMPRESARIAIS MENCIONADAS:

COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação
Rede Mulher Líder
APIP - Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos
CCIP - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
AIDA - Associação Industrial de Aveiro
Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro
Abimota - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins
Associação das Empresas Familiares
APICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos
Health Cluster Portugal
Associação Smart Waste Portugal

Tabela 7.2. 1 – Redes empresariais

Conselho de Administração e/ou Gerência

Número de membros

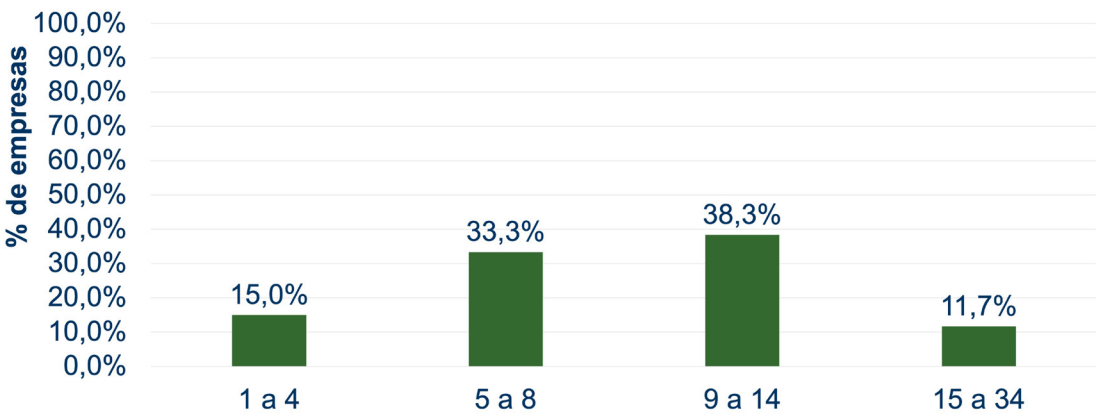


Figura 7.2. 13 – Quantos membros tem o seu Conselho de Administração ou Gerência da sua empresa?

Composição

Género

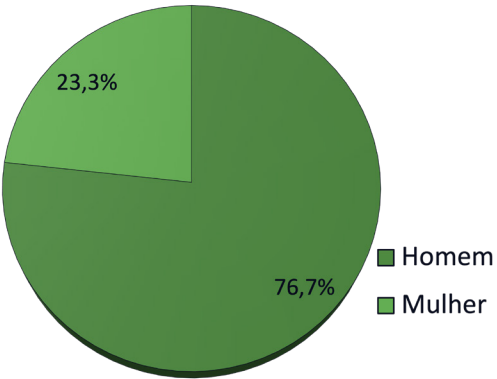


Figura 7.2. 14 – Género

Faixa etária

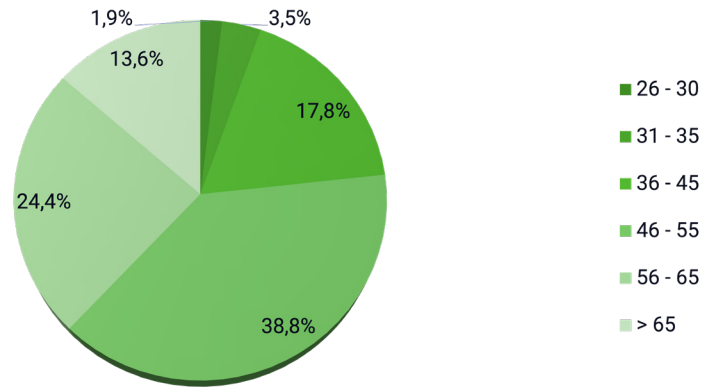


Figura 7.2. 15 – Faixa etária

Background

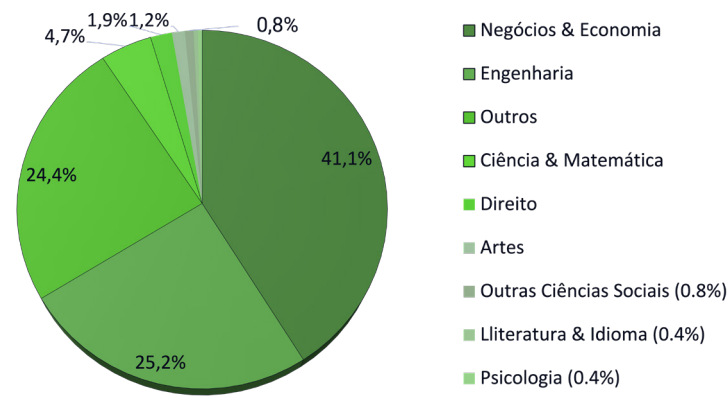


Figura 7.2. 16– Background

Em conjunto, as 103 empresas têm 258 membros nos seus Conselhos de Administração / nas suas Gerências:

- 76,7% dos membros do Conselho de Administração são homens e 23,3% são mulheres - o que não difere significativamente face às Grandes empresas.
- 1,9% possui entre 26 e 30 anos (faixa etária não presente nos Conselhos de Administração das Grandes Empresas), 3,5% possui entre 31 e 35

anos, 17,8% possui entre 36 e 45 anos, 38,8% possui entre 46 e 55 anos, 24,4% possui entre 56 e 65 anos, e 13,6% possui mais de 65 anos; vemos, assim, que as Direções das PMEs são, no geral, mais jovens que nas Grandes Empresas.

- 41,1% dos membros do Conselho de Administração das 103 empresas têm como background Negócios & Economia e 25,2% Engenharia. Esta tendência assemelha-se à das Grandes Empresas.

Como está a implementar a sustentabilidade e os ODS na sua empresa

Importância do conceito de sustentabilidade para a empresa

Perceção de sustentabilidade

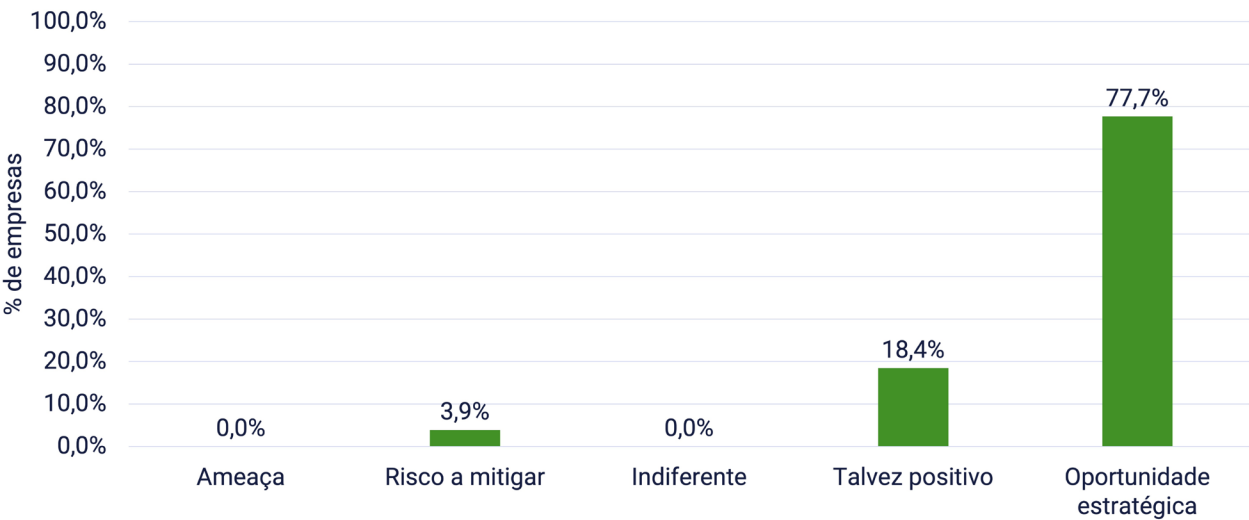


Figura 7.2. 17 – A minha empresa vê a sustentabilidade como

A maioria das empresas (77,7%) vê a sustentabilidade como uma oportunidade estratégica, quando questionada sobre a forma como “vê a sustentabilidade”. 18,4% vê como talvez positivo e 3,9% como risco a mitigar. Neste caso, as PMEs veem menos a Sustentabilidade como oportunidade estratégica, comparando com as Grandes Empresas. No entanto, é igualmente relevante afirmar que nenhuma empresa

vê a sustentabilidade como ameaça nem de forma indiferente tal como no caso das Grandes empresas.

Quando entrevistadas, as 10 PMEs seleccionadas, responderam com maior frequência à opção “Oportunidade estratégica”, tendo sido indicada por 90% destas empresas.

Opção	Frequência	% Empresas
Oportunidade Estratégica	9	90,0%
Talvez Positivo	1	10,0%
Risco a Mitigar	0	0,0%
Ameaça	0	0,0%
Indiferente	0	0,0%
TOTAL	10	100,0%

Tabela 7.2. 2– A minha empresa vê a sustentabilidade como (amostra de 10 empresas entrevistadas)

Ao aprofundar as razões para a resposta a esta questão, as empresas entrevistadas apontaram os seguintes temas consolidados:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Sustentabilidade como forma de contribuir positivamente para a sociedade e/ou planeta	2	20,0%
B. Sustentabilidade como oportunidade de negócio		
B.1 Novas fontes de rendimento	1	10,0%
B.2 Inovação	4	40,0%
C. Sustentabilidade vinda da pressão de Stakeholders	3	30,0%
D. Sustentabilidade é estratégica ao negócio		
D.1 Intrínseco (integrado, DNA, pilar estratégico)	2	20,0%
D.2 Alinhado com o negócio (visão/missão)	1	10,0%
D.3 Vantagem competitiva (diferenciação; forma de posicionamento no mercado)	2	20,0%
E. Formalização de um tema existente	1	10,0%
F. Associado à posição da empresa na indústria	2	20,0%

Tabela 7.2.3 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Mencionou que sua empresa vê a sustentabilidade como...”

40,0% das empresas que veem a sustentabilidade como uma **“oportunidade estratégica”**, justificam a sua resposta pelo facto de a sustentabilidade ser uma **oportunidade de negócio** na vertente de inovação, e 30,0% justificam como sendo uma resposta direta à pressão dos *stakeholders*. Uma das empresas entrevistadas evidenciou a forma como muitas outras veem a sustentabilidade: **“A sustentabilidade é um problema e/ou desafio que nos pode arrasar ou uma oportunidade para crescer”**.

Adicionalmente, dentro do grupo de empresas que escolheram a opção “oportunidade estratégica”,

identificamos um *outlier* que evidencia o tema sustentabilidade como sendo uma forma de implementar um *framework* de comunicação, **formalizando**, assim, **uma prática já presente** na empresa. Uma das empresas referiu: **“A Sustentabilidade apresenta uma vertente dupla (...). Uma vertente mais associada aos produtos e ao próprio negócio, na medida, que não somos simplesmente um distribuidor de produto, mas também concebemos soluções sustentáveis (...). Outra vertente é o enquadramento da empresa no planeta, e percebermos o nosso papel de como transmitir o nosso *know-how* ao mundo”**.

Contrariamente ao universo das Grandes Empresas entrevistadas, apenas 20,0% PME's identificam a sustentabilidade como um elemento intrínseco ao negócio.

Do grupo entrevistado, existe ainda uma empresa que vê a sustentabilidade como um aspeto “Talvez Positivo”, que justificou a sua resposta como sendo uma questão que advém do posicionamento da empresa na indústria, isto é, pelo facto de ser uma prestadora de serviços, cuja atividade depende do enquadramento do mercado em que atua.

Estratégia geral da empresa

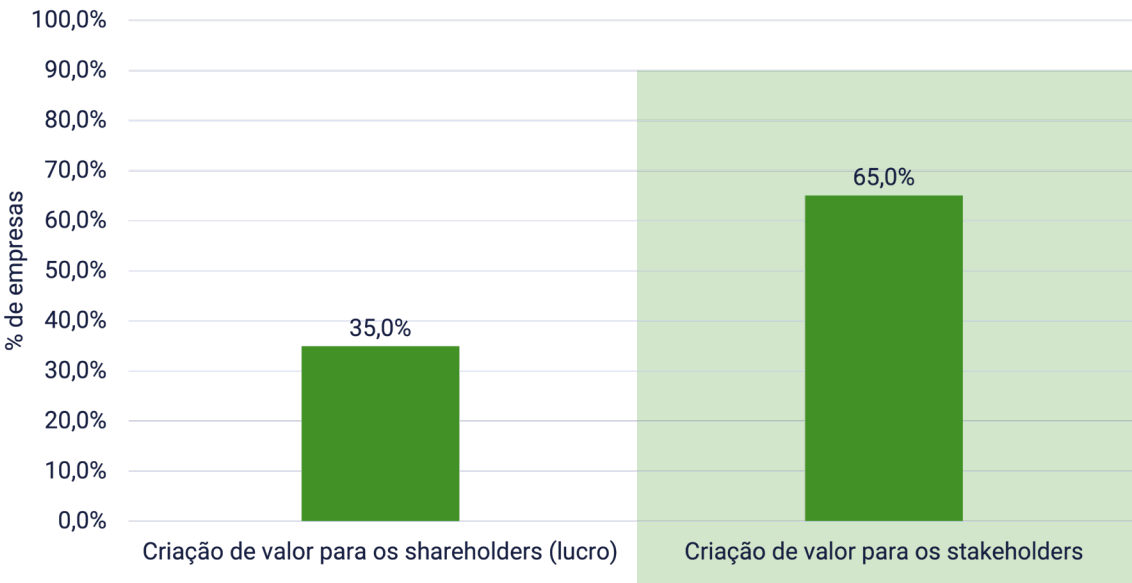


Figura 7.2. 18 – O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?

65,0% das empresas descrevem a sua estratégia geral como criação de valor para os *stakeholders*, enquanto 35,0% descrevem a sua estratégia geral como criação de valor para os *shareholders* (lucro). Apesar de a

tendência ser maioritariamente voltada para uma estratégia de criação de valor para os *stakeholders*, há uma grande diferença face às Grandes Empresas, onde 90% escolheram esta opção.

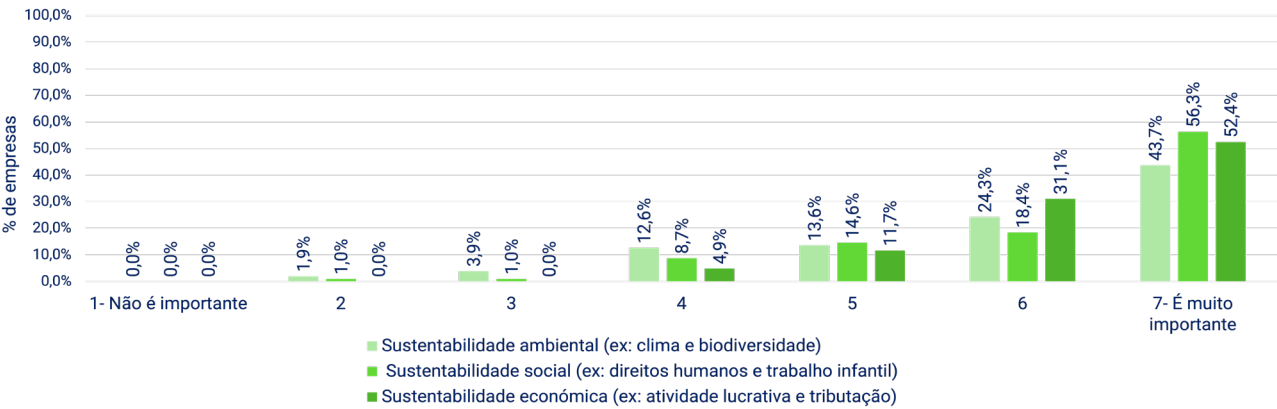


Figura 7.2. 19 – Qual a importância dos próximos três temas de sustentabilidade para a sua empresa?

Os três temas da sustentabilidade revelam-se muito importantes para as empresas (a grande maioria das organizações classificou com nível acima de 5 a importância dos três temas de sustentabilidade), com destaque para a sustentabilidade social, que tem maior percentagem de respostas (56,3%) no nível máximo de importância “7”. De destacar neste caso que há uma diferença face às Grandes Empresas, que privilegiaram o tema da sustentabilidade económica.

Relevância dos ODS no contexto da empresa

Qual é o nível de conhecimento dos ODS na sua empresa?

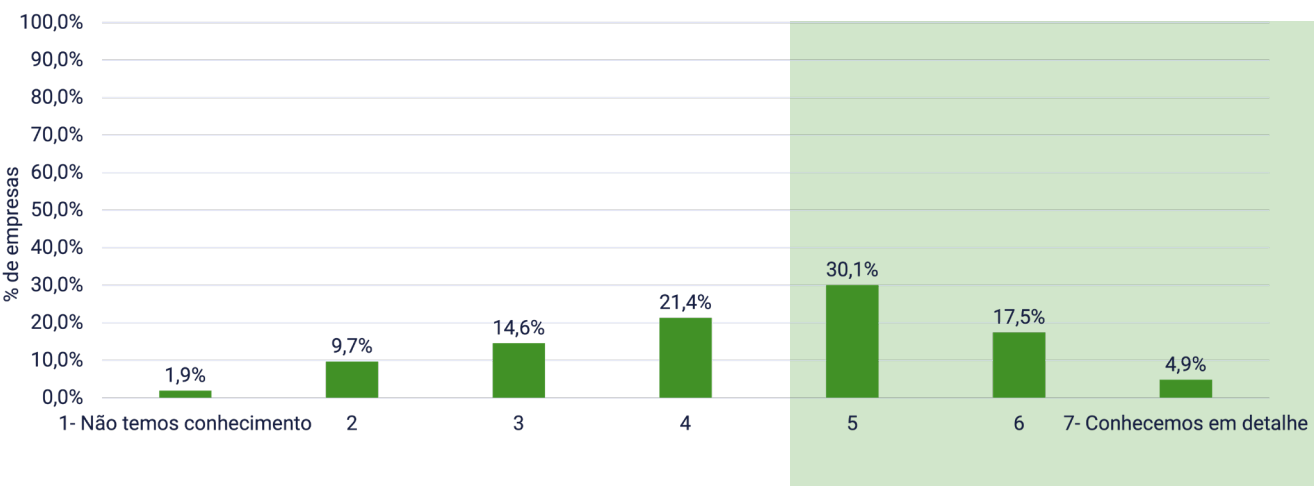


Figura 7.2.20 – Qual é o nível de conhecimento dos ODS na sua empresa?

A maior parte das empresas (52,5%= 30,1% + 17,5% + 4,9%) indica ter algum conhecimento a conhecimento detalhado sobre os ODS. 21,4% indicam não ter muito nem pouco conhecimento e 24,3% (9,7% + 14,6%) indicam ter pouco conhecimento. Apenas duas empresas (1,9%) afirmam não ter conhecimento sobre os ODS. O nível de conhecimento dos ODS por parte das PMEs evidencia-se como menor face às Grandes Empresas.

De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?

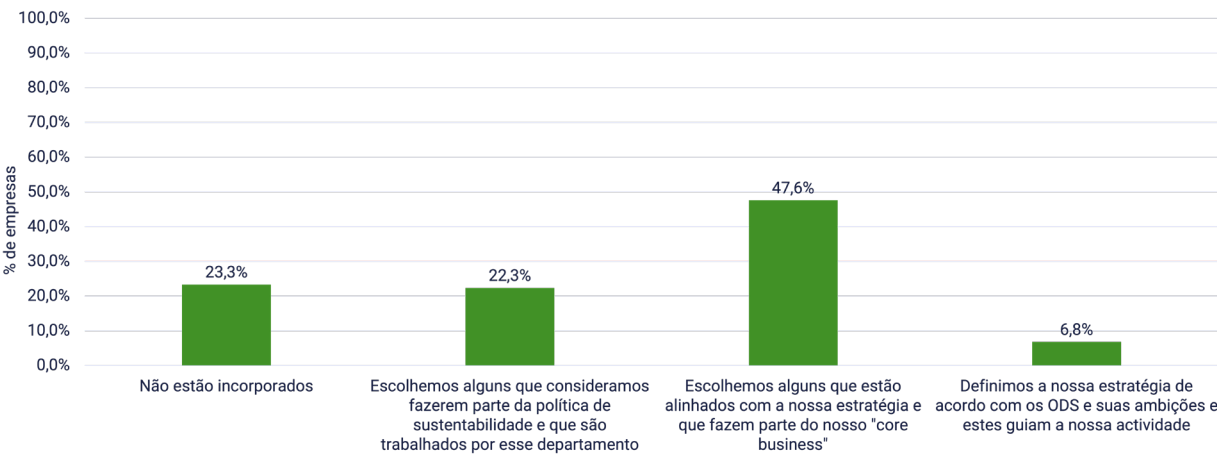


Figura 7.2.21 – De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?

A maioria das empresas (47,6%) indica escolher alguns ODS que estão alinhados com a sua estratégia e que fazem parte do seu “core business”. Esta estratégia demonstra alinhamento com os ODS e o core business da empresa, mas não necessariamente uma adoção estratégica destes objetivos como guia de ação. 6,8% indicam definir a sua estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, e que estes guiam a sua atividade, sendo esta uma atitude proativa face a estes objetivos.

22,3% indicam escolher alguns ODS que consideram fazer parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento, sendo esta uma atitude mais reativa, que demonstra que estas empresas não atuam estrategicamente na Agenda

2030. Cerca de um quarto das empresas (23,3%) indicam ainda que os ODS não estão incorporados na sua estratégia, um valor que abre portas a muitas possibilidades de melhoria neste campo.

As PMEs entrevistadas responderam com maior frequência à opção “Escolhem alguns que estão alinhados com a estratégia da empresa e fazem parte do “core business”, tendo esta opção sido escolhida por 50,0% das empresas. 40,0% das empresas afirmaram, no entanto, que os ODS não estão incorporados, num valor superior às 103 empresas dos questionários. Nenhuma empresa mencionou que “definem a estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, que servem de guia para a atividade da empresa”.

% Resposta para as 4 opções	Frequência	% Empresas
Não estão incorporados	4	40,0%
Escolhem alguns que consideram fazer parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento	1	10,0%
Escolhem alguns que estão alinhados com a estratégia da empresa e fazem parte do “core business”	5	50,0%
Definem a estratégia de acordo com os ODS e suas ambições, que servem de guia para a atividade da empresa	0	0,0%
TOTAL	10	100,0%

Tabela 7.2.4 – De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa? (amostra de 10 empresas entrevistadas)

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Não existe estratégia de acordo com os ODS mas reconhecem a sua importância	1	10,0%
B. Compliance	2	20,0%
C. Escolha dos ODS alinhada pela estratégia de longo prazo	1	10,0%
D. Envolvimento dos stakeholders no processo de escolha da sustentabilidade estratégica	1	10,0%
E. Escolha dos ODS diretamente ligados ao core do negócio	5	50,0%
F. Integração com a estratégia da empresa	4	40,0%
G. ODS como uma responsabilidade e um valor da empresa	4	40,0%
H. Não incluem os ODS	2	20,0%
I. ODS como oportunidade de negócio	2	20,0%
J. Pressão dos stakeholders	2	20,0%
K. Pouco conhecimento	1	10,0%
L. Alinha-se com sustentabilidade mas não ODS	1	10,0%
M. Impulsionado pela gestão da empresa	1	100,0%

Tabela 7.2. 5 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?”

Verificou-se que 50,0% das empresas justificam a opção de resposta com o facto de escolherem os ODS que estão diretamente ligados ao core do negócio. Ou seja, perante a atividade desenvolvida as empresas, escolhem aqueles ODS que vão ao encontro daquilo que já fazem nas suas operações.

40,0% integram os ODS na estratégia empresarial, o que evidencia uma ambição de maior alinhamento com os ODS do que apenas um mapeamento das suas atividades de acordo com os mesmos. Ainda 40,0% veem os ODS como uma responsabilidade e um valor

da empresa. Ou seja, estas empresas alinham-se com os ODS e com a sustentabilidade, não por motivos intrínsecos ao negócio, mas porque sentem que é sua obrigação, como participante na sociedade - algo não realçado nas grandes empresas.

A pressão dos stakeholders não é uma razão de alinhamento amplamente mencionada, apesar de uma das empresas referir que o seu alinhamento “vai muito a reboque” do que as outras empresas e stakeholders pedem.

Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa? Pode escolher mais do que uma opção.

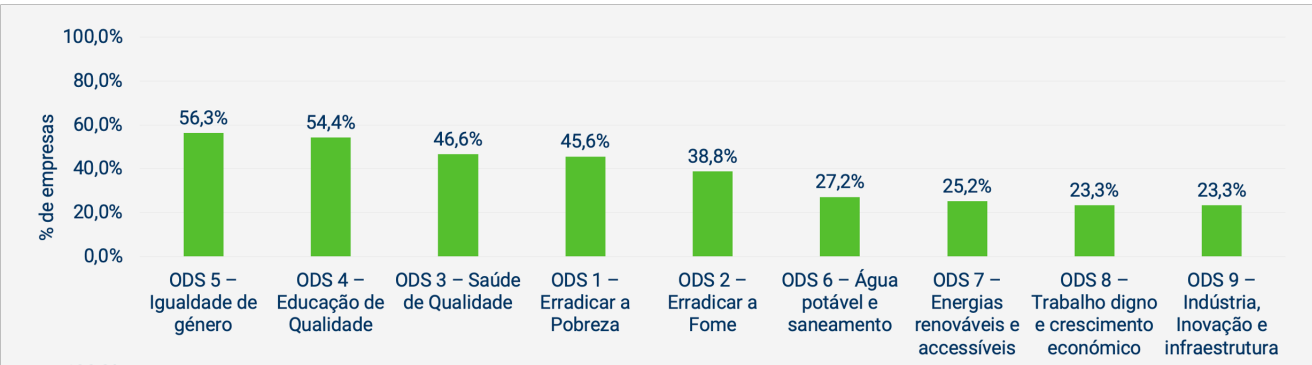
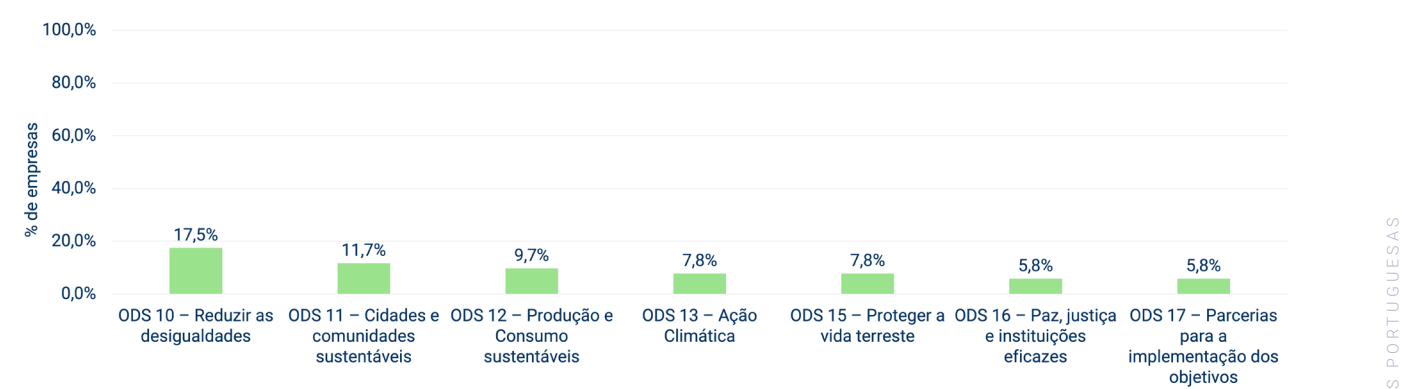


Figura 7.2.22 – Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa? Pode escolher mais do que uma opção.

Quando questionadas acerca de quais os ODS incorporados na sua estratégia, as PMEs apresentam resultados bastante diferentes dos das Grandes Empresas:

- 56,3% das empresas indicam o **ODS#5** – Igualdade de Género,
- 54,4% indicam o **ODS#4** – Educação e Qualidade,
- 46,6% indicam o **ODS#3** – Saúde e Qualidade,
- 45,6% indicam o **ODS#1** – Erradicar a Pobreza,
- 38,8% indicam o **ODS#2** –Erradicar a Pobreza.



Os ODS menos incorporados nas PMEs portuguesas pertencentes a este estudo são o ODS#17 – Parcerias para a implementação dos Objetivos (5,8%); ODS #16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (5,8%), ODS#15 – Proteger a Vida Terrestre (7,8%); ODS#13 – Ação Climática (7,8%).

No Universo das empresas entrevistadas, 60,0% indicam o ODS#8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico, como o mais incorporado na sua estratégia. 40,0% indicam o ODS#5 – Igualdade de Género, o ODS#9 – Indústria, Inovação e infraestrutura, e o ODS#4 - Educação de Qualidade. Existe, portanto, alguma variabilidade face às respostas totais do questionário, onde o ODS#5 foi o mais citado (por 56,3% das empresas), seguido dos ODS#4 (54,5%), ODS #3 (46,6%) e o ODS#1 (45,6%).

Ranking ODS	Frequência	% Empresas
ODS #8	6	60,0%
ODS #5	4	40,0%
ODS #9	4	40,0%
ODS #4	4	40,0%
ODS #12	3	30,0%
ODS #13	3	30,0%
ODS #7	3	30,0%
ODS #10	3	30,0%
ODS #17	2	20,0%
ODS #16	1	10,0%
ODS #6	1	10,0%
ODS #1	1	10,0%
ODS #2	1	10,0%
ODS #14	1	10,0%
ODS #11	0	0,0%
ODS #15	0	0,0%
ODS #3	0	0,0%

Tabela 7.2.6 – Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa? (PMEs entrevistadas)

Em comparação com as respostas das Grandes Empresas, percebe-se uma maior dispersão na escolha dos ODS, sendo 60,0% a maior frequência de resposta, identificada nas entrevistas.

Ao aprofundar as razões para a resposta à questão “Os ODS incorporados na estratégia da sua empresa são...”, as empresas entrevistadas apontaram temas similares aos das grandes empresas:

- 40,0% das PME's entrevistas identificam que a escolha dos ODS resulta dos elementos que

constituem a atividade do negócio. Isto significa que estas empresas escolhem os ODS de acordo com a percepção e a associação que fazem entre as suas atividades e os temas abordados pelos ODS.

- 30,0% afirma que houve mapeamento dos ODS em função da estratégia previamente estabelecida pela empresa;
- 10,0% - Apenas uma - afirma que a escolha foi feita de acordo com a auscultação de *stakeholders*, internos e/ou externos;

Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 1)

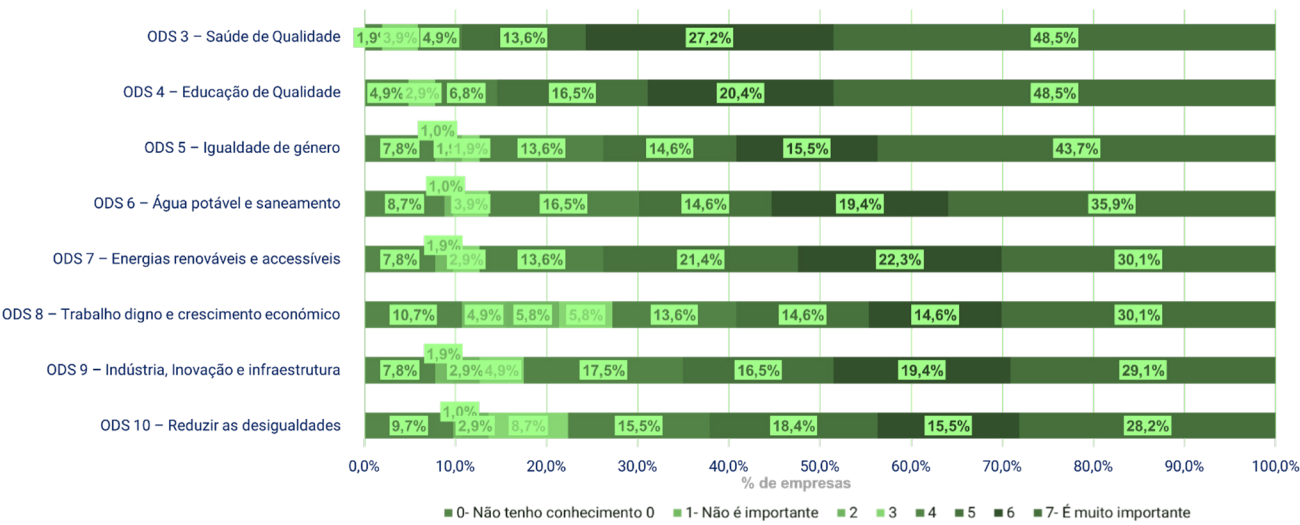


Figura 7.2.23 – Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 1)

Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 2)

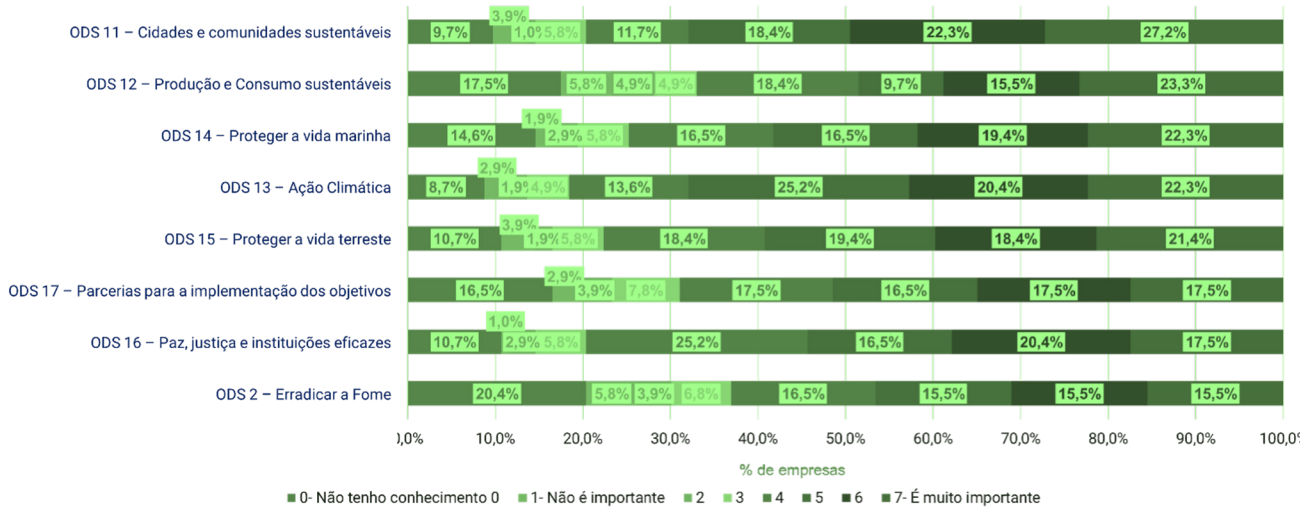


Figura 7.2.24 – Classifique os seguintes ODS de acordo com a sua importância para a sua empresa (parte 2)

Quando questionadas sobre a importância de cada um dos ODS para a sua empresa (numa escala de 1 a 7), as empresas optam por diferentes ODS, mencionando como mais importantes o ODS #3, ODS #4, ODS#5, ODS #6.

Relação com stakeholders
Como descreveria a sua relação com os stakeholders para a Agenda 2030?

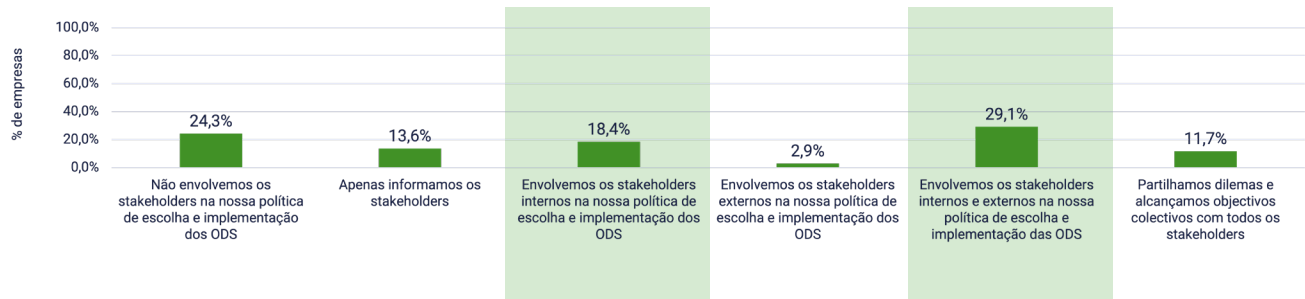


Figura 7.2.25 – Como descreveria a sua relação com os stakeholders para a Agenda 2030?

No que respeita a relação com os *stakeholders* para a Agenda 2030, as PME's apresentam grande dispersão de respostas:

- 11,7% partilham dilemas e alcançam objetivos coletivos com todos os *stakeholders*, desenvolvendo assim uma relação próxima e de partilha de decisões com os seus *stakeholders*
- 29,1% das empresas envolvem os *stakeholders* internos e externos na sua política de escolha e implementação dos ODS, seguindo a boa prática de envolvimento das diferentes partes interessadas
- 18,4% envolvem exclusivamente os *stakeholders* internos, e 2,9% envolvem exclusivamente os *stakeholders* externos, o que é positivo, mas uma

estratégia menos proativa;

- 13,6% apenas informam os *stakeholders* sobre a sua política ODS;
- 24,3% não envolvem os *stakeholders* na sua política de escolha e implementação de ODS.

Apesar de demonstrarem uma atitude menos proativa no envolvimento de *stakeholders* que as Grandes Empresas, as PME's, ainda assim, demonstram uma relação próxima com os seus *stakeholders*. Há, no entanto, espaço para trabalhar mais estas relações como evidenciado também na questão acima sobre a criação e valor para *stakeholders* vs *shareholders*.

Cultura da empresa, formação e taskforces

Como descreveria a cultura da sua empresa?

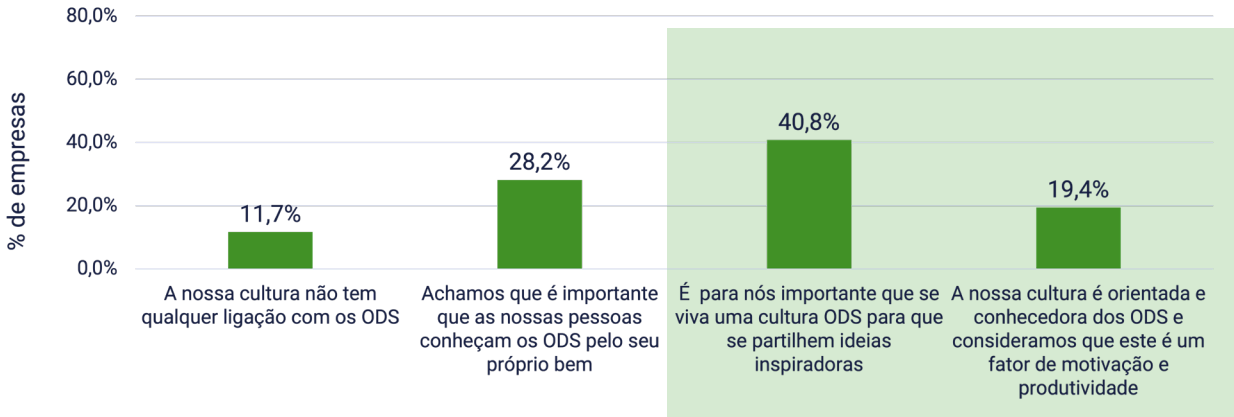


Figura 7.2.26 – Como descreveria a cultura da sua empresa?

Quando questionadas sobre a forma como vivem a cultura da sua empresa em relação aos ODS, 40,8% das empresas indicam que é importante que se viva uma cultura ODS para que se partilhem ideias inspiradoras (valor inferior às Grandes Empresas). 28,2% consideram importante que as suas pessoas conheçam os ODS pelo seu próprio bem, separando claramente a vivência ODS na sua aplicação corporativa. 19,4% indicam que a sua cultura organizacional é orientada e conhecedora dos ODS e consideram que este é um fator de motivação e produtividade.

Apenas 11,7% consideram que não existe qualquer incorporação dos ODS na cultura da empresa. Sendo a cultura empresarial um fator fundamental de mudança organizacional conclui-se que as PME's portuguesas valorizam os ODS na sua cultura. Aparentam estar relativamente preparadas para uma mudança mais ambiciosa no caminho da sustentabilidade, apesar de ainda haver amplo campo para maior ambição.

Já fizeram alguma sessão de formação sobre ODS na empresa?

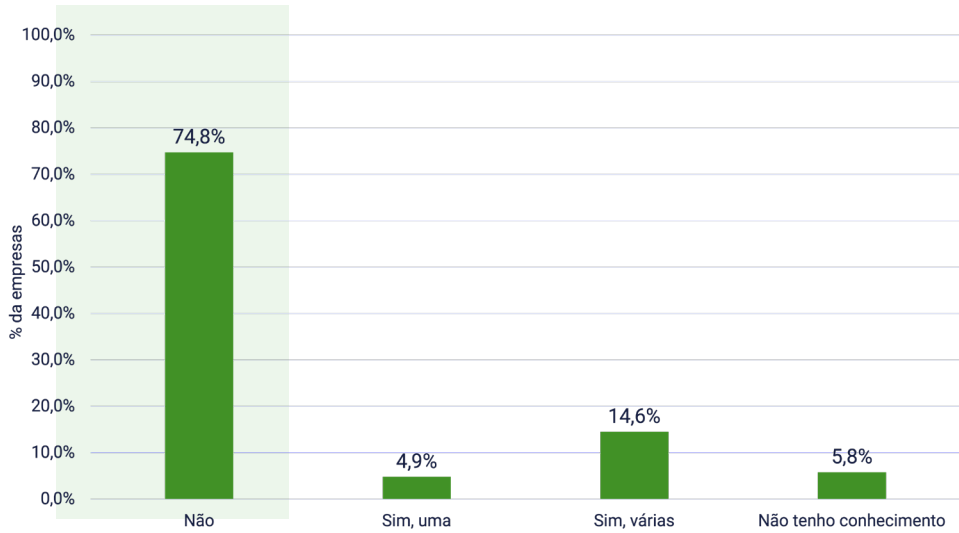


Figura 7.2.27 – Já fizeram alguma sessão de formação sobre ODS na empresa?

A maioria das empresas (74,8%) nunca fez sessões de formação sobre os ODS, 4,9% fizeram uma sessão de formação sobre os ODS e 14,6% já fizeram várias sessões. 5,8% não têm conhecimento. Há, portanto,

neste tema da formação um amplo caminho de melhoria por parte das PME's. Esta informação alinha-se com o menor nível de conhecimento dos ODS evidenciado pelas PME's, face às Grandes Empresas.

Existe um grupo de embaixadores ou uma taskforce de sustentabilidade na organização?

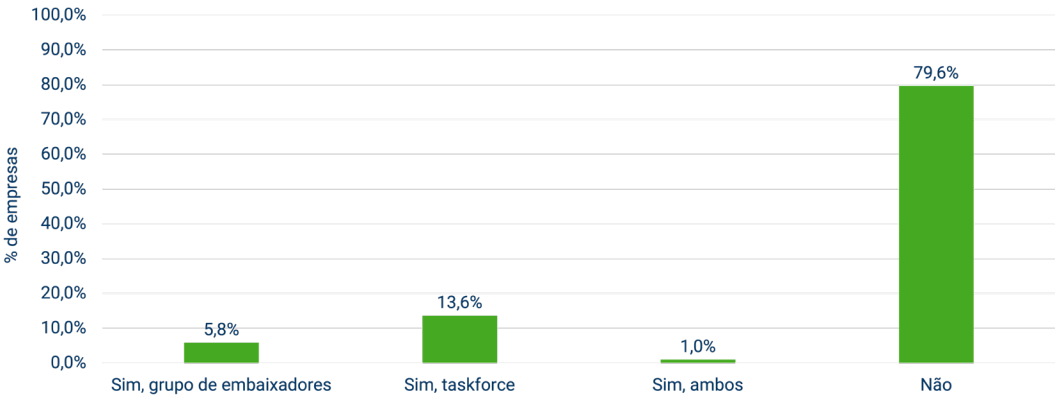


Figura 7.2.28 – Existe um grupo de embaixadores ou uma taskforce de sustentabilidade na organização?

A maioria das empresas (79,6%) reporta não existir nenhum dos grupos na sua organização. 13,6% reporta ter apenas uma taskforce de sustentabilidade. 5,8% reporta ter apenas um grupo de embaixadores. Apenas uma empresa afirma ter ambos: um grupo de embaixadores e uma taskforce de sustentabilidade.

Este número contrasta com a elevada percentagem de taskforces e embaixadores do caso das Grandes Empresas. Há, portanto, grande oportunidade por parte das PME's de explorarem estas opções no sentido de uma maior implementação dos ODS na sua estratégia e operação.

Parcerias no âmbito dos ODS

Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?

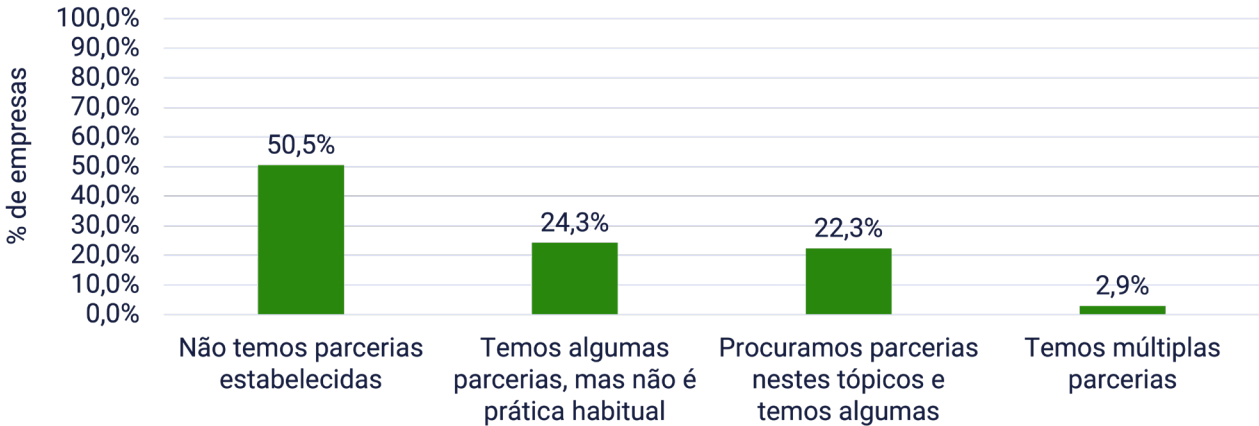


Figura 7.2.29 – Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?

A maioria das empresas (50,5%) não tem parcerias estabelecidas no âmbito dos ODS, enquanto 24,3% têm algumas parcerias e 22,3% procuram parcerias nestes tópicos e têm algumas. Apenas 2,9% das empresas reportam ter múltiplas parcerias. Mais uma vez o caminho a percorrer pelas PME neste tema pode trazer vastas oportunidades no que concerne à Agenda ODS.

Em resposta a esta questão, as empresas entrevistadas responderam com maior frequência (40,0%) à opção “Tem algumas parcerias, mas não é prática habitual”. 30,0% afirmam que “Procuram parcerias nestes tópicos e têm algumas”. Deste modo, verifica-se que existe alguma prática de parcerias nestas empresas, apesar de apenas uma empresa entrevistada (10,0%) ter múltiplas parcerias, e 2 empresas (20,0%) não terem nenhuma.

% Resposta para as 4 opções	Frequência	% Empresas
A empresa não tem parcerias	2	20,0%
Tem algumas parcerias, mas não é prática habitual	4	40,0%
Procura parcerias nestes tópicos e tem algumas	3	30,0%
Tem múltiplas	1	10,0%
	10	100,0%

Tabela 7.2.7 – Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS? (amostra de 10 empresas entrevistadas)

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, 40,0% das empresas afirmam a importância das parcerias, dizendo que a sustentabilidade é uma co-construção com *stakeholders*. As empresas entrevistadas não fundamentam aprofundadamente a razão para desenvolverem parcerias, mas afirmaram que estas eram importantes em temas de sustentabilidade, sendo que 40,0% afirmaram precisamente que “As parcerias são importantes” (20,0%) ou “As parcerias são muito importantes” (20,0%).

Nas parcerias ODS desenvolvidas, qual(is) o(s) vosso(s) principal(is) parceiro(s)?

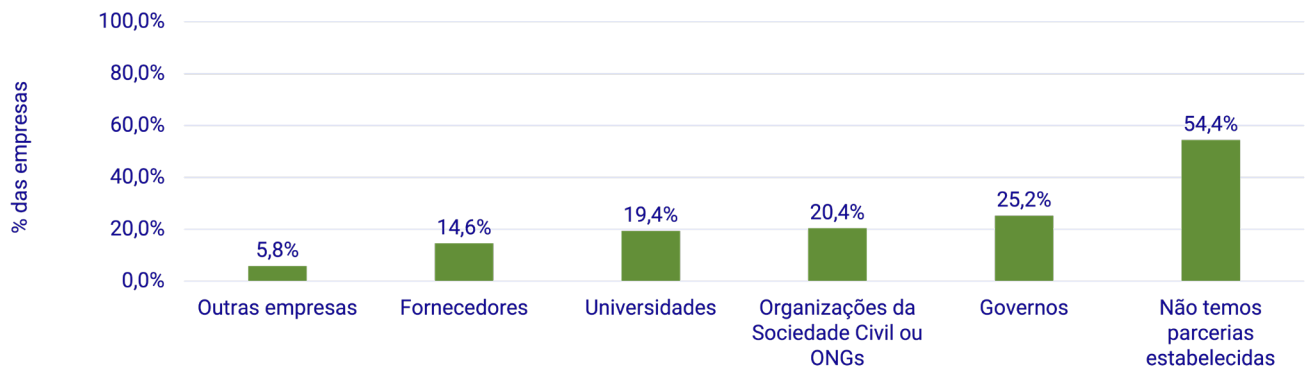


Figura 7.2.30 – Nas parcerias ODS desenvolvidas, qual(is) o(s) vosso(s) principal(is) parceiro(s)?

Quando questionadas acerca dos principais parceiros no âmbito dos ODS, a maioria das empresas (54,4%) indica não ter parcerias estabelecidas neste âmbito, o que se alinha com a resposta anterior. 25,2% indica ter parcerias com o Governo, 20,4% com Organizações da Sociedade Civil ou ONGs, 19,4% com Universidades, e 14,6% indicam fornecedores. 5,8% indicam ter parcerias com outras empresas.

Nível de conhecimento dos 169 targets

Qual é o nível de conhecimento que têm sobre os 169 targets da Agenda dos ODS?

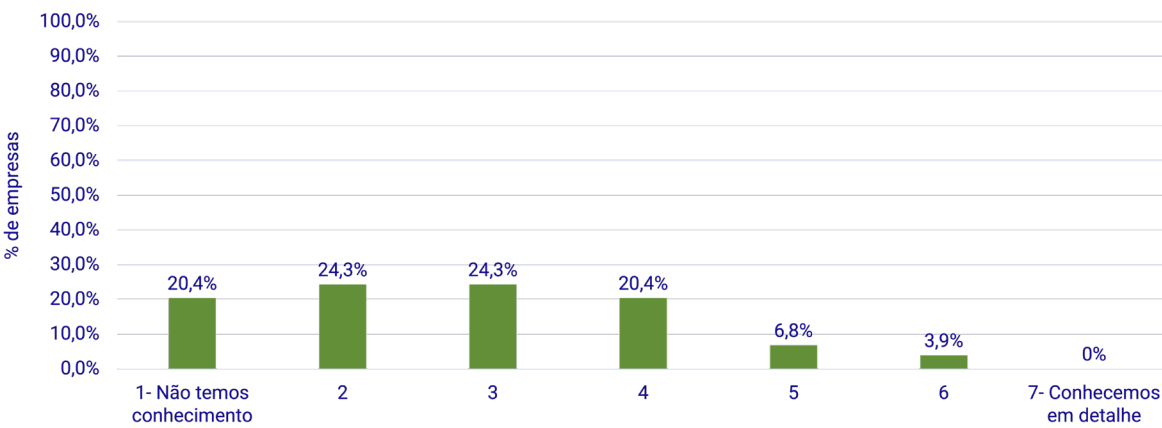


Figura 7.2.31 – Qual é o nível de conhecimento que têm sobre os 169 targets da Agenda dos ODS?

A maioria das empresas (69%) indica não ter ou ter pouco conhecimento acerca dos 169 targets dos ODS. 20,4% indicam não ter muito nem pouco conhecimento, e apenas 10,7% indicam ter algum conhecimento ou conhecer os 169 *targets* dos ODS. Este baixo conhecimento dos *targets* ou metas dos ODS representa uma oportunidade de melhoria para as PMEs, e está alinhado com o perfil de respostas destas

empresas no que toca ao conhecimento e formação desenvolvida na Agenda 2030. De notar, ainda, que algumas das empresas entrevistadas mencionaram que a entrevista foi o primeiro contacto que tiveram com os ODS e que a pesquisa sobre os mesmos (como forma de preparação para a entrevista) foi um primeiro passo no conhecimento desta Agenda.

Comunicação de ODS: Relatórios Não Financeiros

Relatórios Não Financeiros: tipo, periodicidade e referência a ODS

Apenas 11,7% das PMEs publicam Relatórios Não Financeiros. Esta informação alinha-se com as diferenças nas obrigações legais (atuais e previstas) para empresas com menor e maior dimensão.

Destas 12 empresas (11,7%):

- 58,3% publicam um Relatório Integrado, 16,7% publicam um Relatório de Sustentabilidade, e 25,0% publicam outros tipos de relatório;
- 91,7% publicam anualmente o seu respetivo Relatório;
- 50,0% das empresas fazem referência aos ODS nos seus Relatórios Não Financeiros.

Qual é o tipo de Relatório Não Financeiro que a sua empresa publica? (n=12)

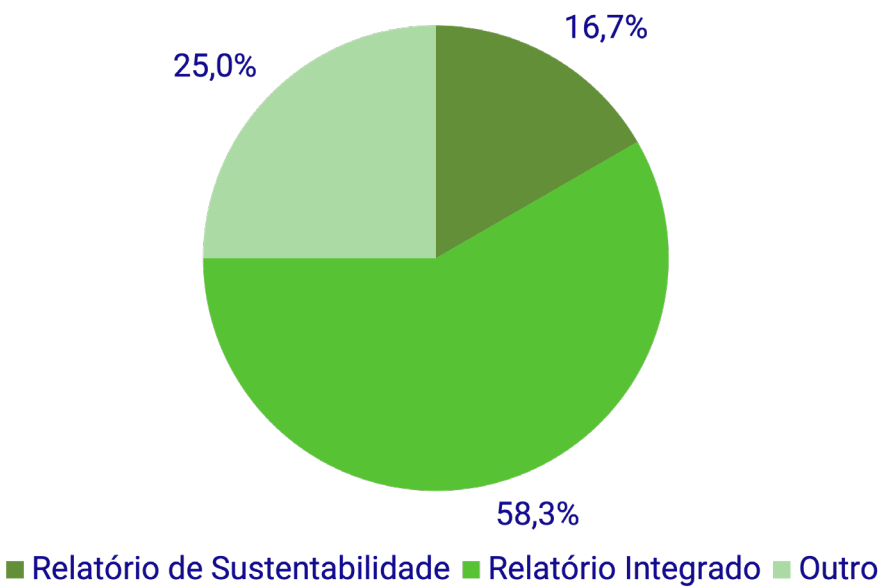


Figura 7.2.32 – Qual é o tipo de Relatório Não Financeiro que a sua empresa publica? (n=12)

Qual é a periodicidade do Relatório Não Financeiro? (n=12)

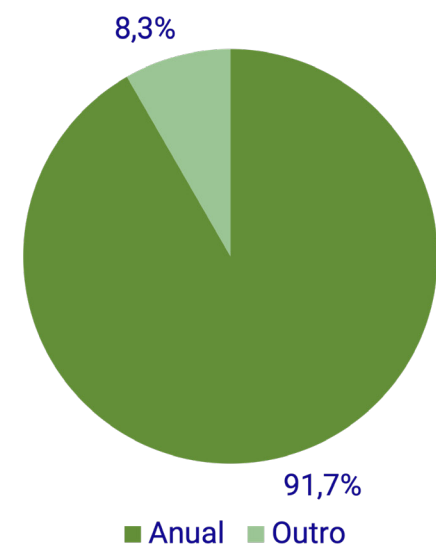


Figura 7.2.33 – Qual é a periodicidade do Relatório Não Financeiro? (n=12)

Há alguma referência aos ODS no Relatório Não Financeiro? (n=12)

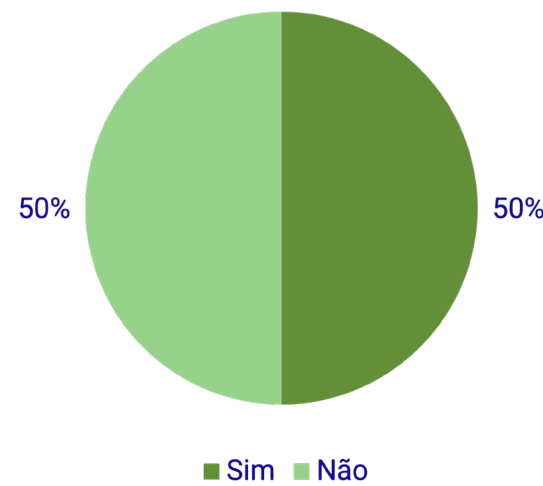


Figura 7.2.34 – Há alguma referência aos ODS no Relatório Não Financeiro? (n=12)

Comunicação de ODS: indicadores de sustentabilidade

A maioria das empresas (52,4%) indica não ter indicadores de sustentabilidade, enquanto 43,7% possuem indicadores gerais para a sustentabilidade. Apenas 3,9% possuem indicadores para os ODS. Apenas 33,0% das empresas reportam ter indicadores de sustentabilidade ligados ao “core business” da empresa. O alinhamento dos indicadores de sustentabilidade com o “core business” da empresa é fundamental para a empresa conseguir progredir na sua política de sustentabilidade e gerar *business case*, pelo que esta é uma oportunidade de melhoria muito importante para as PME’s portuguesas.

A sua empresa tem indicadores de sustentabilidade?

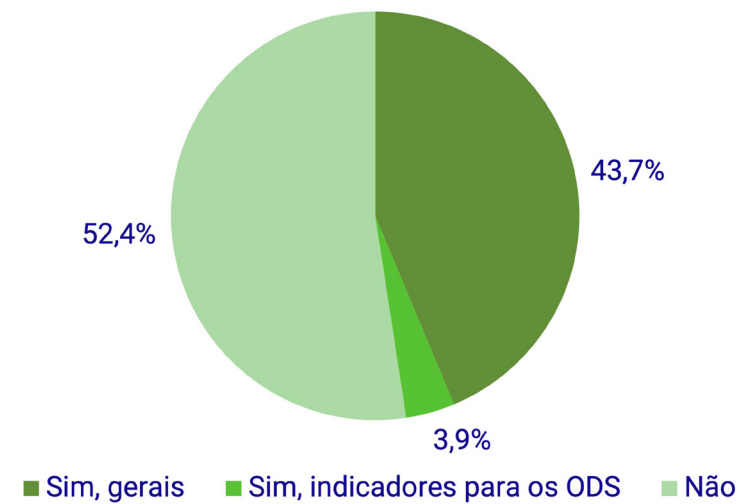


Figura 7.2.35 – A sua empresa tem indicadores de sustentabilidade?

Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao “core business” da sua empresa?

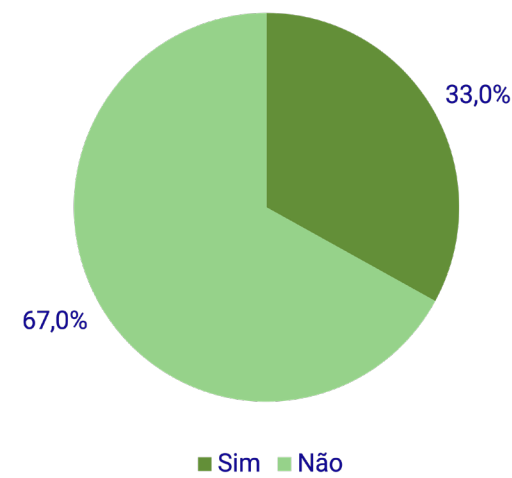


Figura 7.2.36 – Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao “core business” da sua empresa?

Os indicadores de sustentabilidade são standardizados?

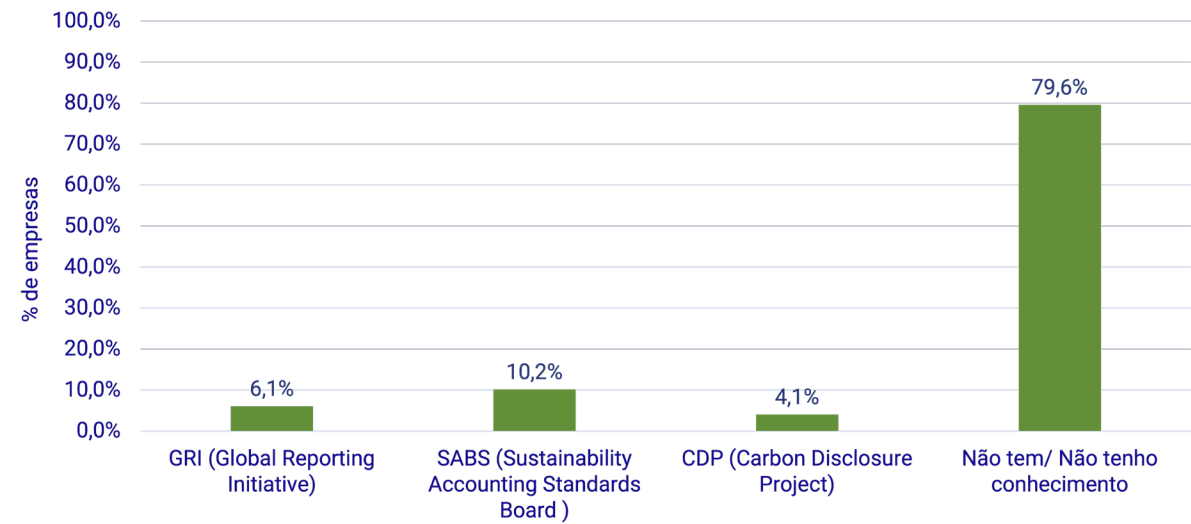


Figura 7.2.37 – Os indicadores de sustentabilidade são standardizados?

A maioria das empresas (79,6%) indica não ter indicadores ou não ter conhecimento acerca da standardização de indicadores. No entanto, 10,2% indicam que os seus indicadores de sustentabilidade seguem o standard SABS (*Sustainability Accounting Standards Board*), 6,1% indicam seguir o standard GRI (*Global Reporting Initiative*) e 4,1% indicam seguir o standard CDP (*Carbon Disclosure Project*).

Comunicação de ODS: hierarquia, especificidade e hierarquia de clusters

A sua empresa tem uma hierarquia de ODS?

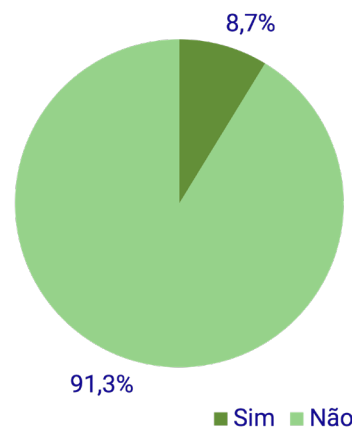


Figura 7.2.38 – A sua empresa tem uma hierarquia de ODS?

91,3% das empresas não têm uma hierarquia de ODS. A existência de hierarquia ODS está por vezes associada a uma superior maturidade na adoção dos ODS, mas nem sempre é o caso. No caso das PME, como a adoção dos ODS por partes destas empresas é ainda incipiente, não é esperado que trabalhem estes objetivos com hierarquia.

Hierarquia de ODS

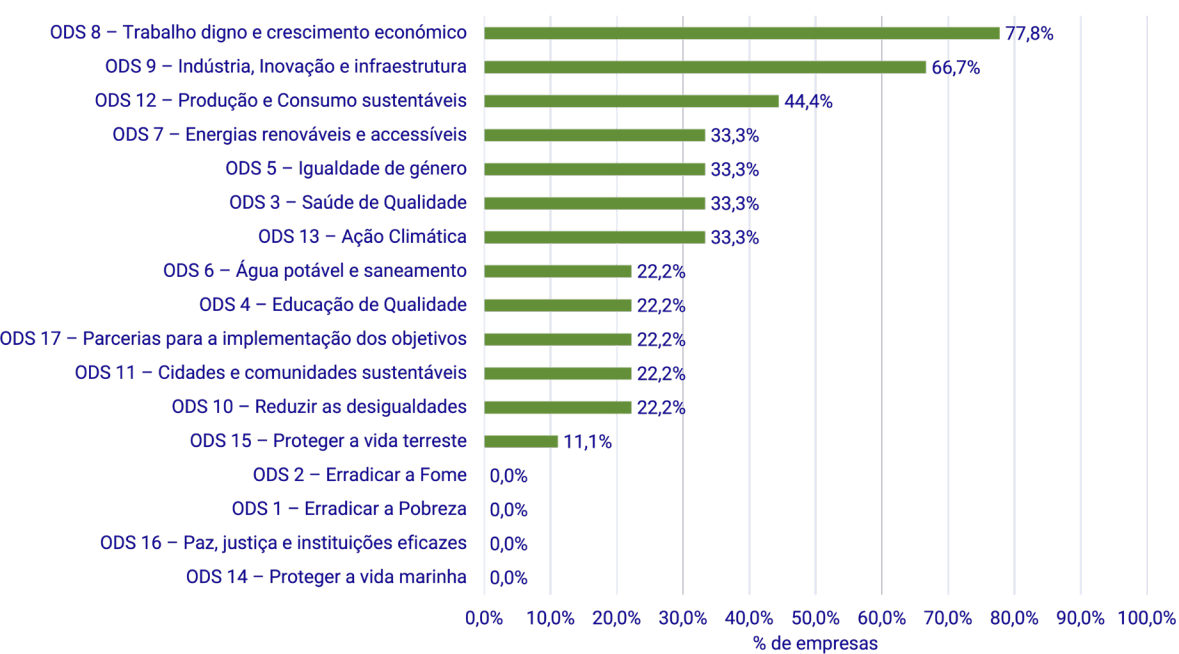


Figura 7.2.39 – Quais são os ODS primários? (n=9)

As 9 PME que indicaram ter uma hierarquia de ODS foram questionadas acerca dos ODS primários e secundários. Como ODS primários:

- 77,8% das empresas indicam **ODS#8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico**
- 66,7% indicam **ODS#9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura**
- 44,4% indicam **ODS#12 – Produção e Consumo Sustentáveis**
- Os **ODS#3 – Saúde de Qualidade**, **ODS#5 – Igualdade de género**, **ODS#7 – Energias renováveis e acessíveis** e **ODS#13 – Ação Climática**, são indicados por **33,3% das empresas**.

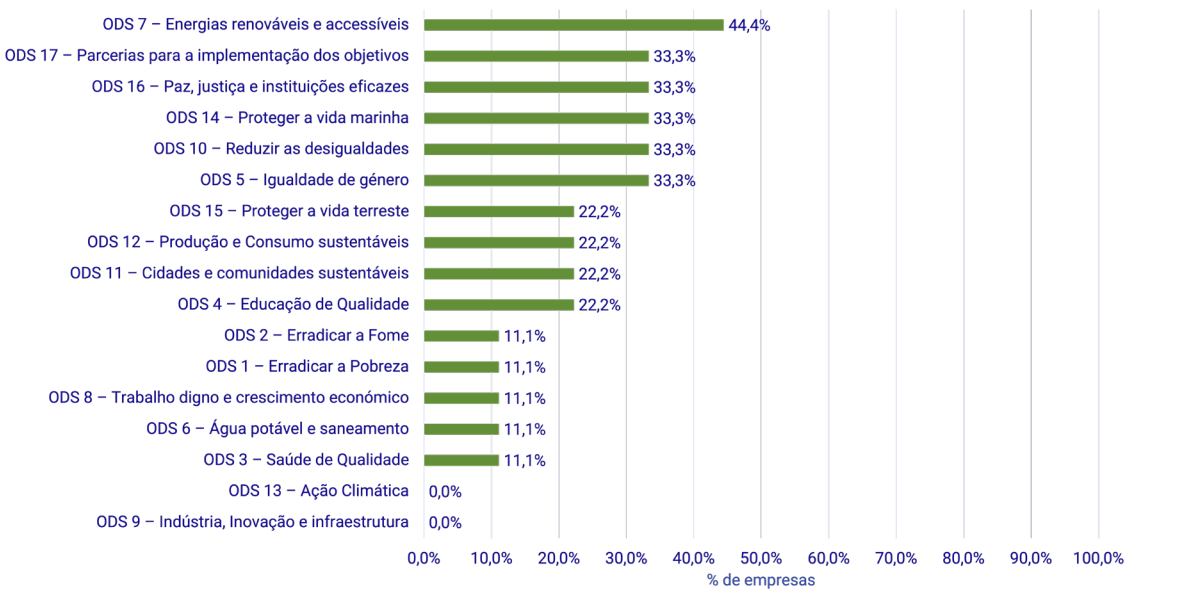


Figura 7.2.40 – Quais são os ODS primários? (n=9)

Como ODS secundários:

- 44,4% das empresas indicam o **ODS#7 – Energias renováveis e acessíveis**
- Os **ODS#17** – Parcerias para Implementação de Objetivos, **ODS#16** – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, **ODS #14** – Proteger a Vida Marinha, **ODS#10** – Reduzir as Desigualdades e o **ODS#5** – Igualdade de Género, são indicados por 33,3% das empresas.

Comunicação de ODS: hierarquia, especificidade e hierarquia de clusters

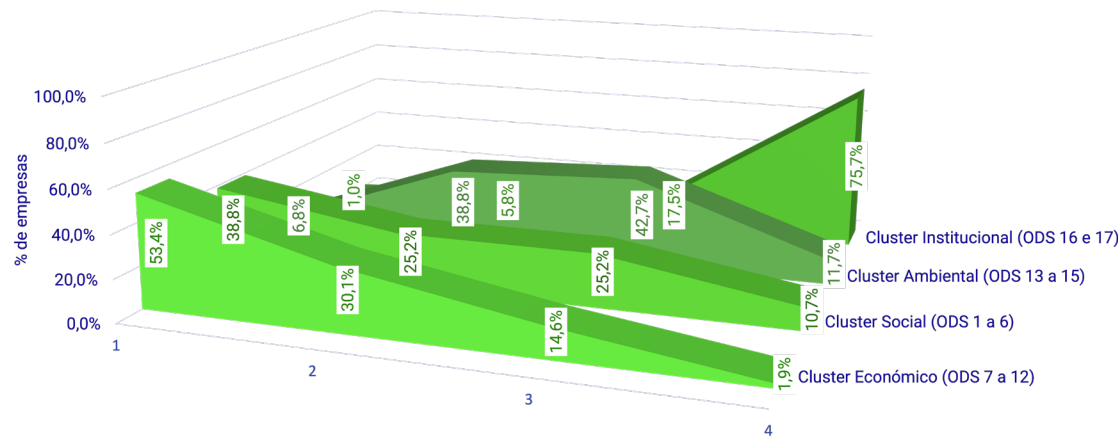


Figura 7.2.41 – Estabeleça um ranking de 1 a 4, onde o 1 é o mais relevante e o 4 o menos, para os seguintes clusters de ODS e sua importância para a sua empresa

No sentido de estabelecer uma hierarquia entre os clusters económico, social, ambiental e institucional, as empresas tiveram de *ranquear* estes 4 clusters de acordo com a sua importância. 53,4% das empresas indica o Cluster Económico (ODS #7 a #12) como o mais relevante para a sua empresa; o Cluster Social

(ODS #1 a #6) é apontado como o segundo mais relevante, por 25,2% das empresas; o Cluster Ambiental (ODS #13 a #15) é apontado como o terceiro mais relevante, por 42,7% das empresas; por fim, o Cluster Institucional (ODS #16 e #17) é indicado como menos relevante (em quarto lugar), por 75,7% das empresas.

Pontos de comunicação

Existe alguma referência a(os) ...

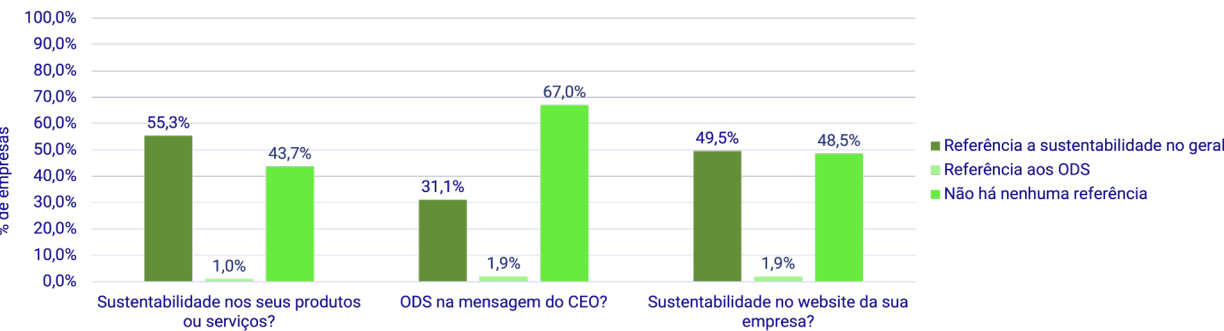


Figura 7.2.42 – Existe alguma referência a(os) ...

Quando questionadas acerca do seu website, cerca de metade das empresas (49,5%) indica ter referência a sustentabilidade no geral, 1,9% indicam ter referência aos ODS e 48,5% indicam não ter nenhuma referência a sustentabilidade.

55,3% das empresas indicam ter referência a sustentabilidade no geral nos seus produtos ou

serviços, 1,0% indicam ter referência aos ODS e 43,7% não fazem qualquer referência a sustentabilidade.

Quando questionadas acerca da mensagem do CEO, 31,1% das empresas indicam existir referência a sustentabilidade em geral, 1,9% indicam existir referência aos ODS e 67,0% indicam não existir qualquer referência a sustentabilidade.

Outras ambições de sustentabilidade

Que outras ambições de sustentabilidade existem na sua empresa?

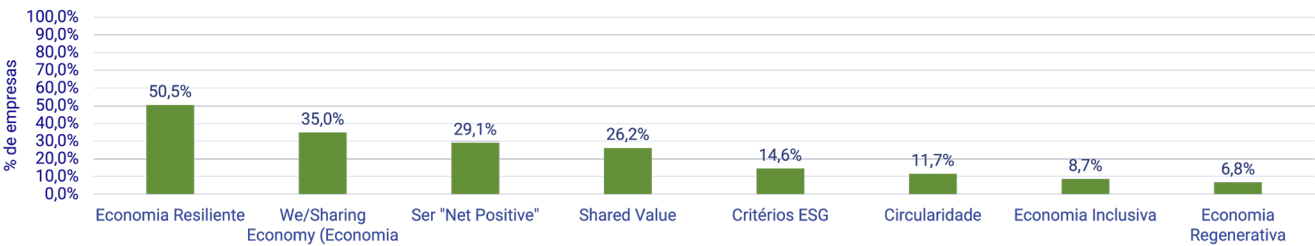


Figura 7.2.43 – Que outras ambições de sustentabilidade existem na sua empresa?

Quando questionadas acerca de outras ambições de sustentabilidade, a maioria das empresas indica o a ambição de ser Economia Resiliente (50,5%). 35,0% indicam "We/Sharing Economy" (Economia da Partilha), 29,1% indicam ser "Net Positive" e 26,2% indicam "Shared Value". Apenas 14,6% indicam critérios ESG, 11,7%

Circularidade, 8,7% Economia Inclusiva e 6,8% Economia Regenerativa. Esta resposta mostra-se bastante diferente da resposta das Grandes Empresas, que dão um maior destaque à linguagem ESG e de Circularidade, que no caso das PMEs são menos relevantes.

Quais as principais motivações e barreiras para adoção dos ODS

Motivação para adoção dos ODS

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 1)

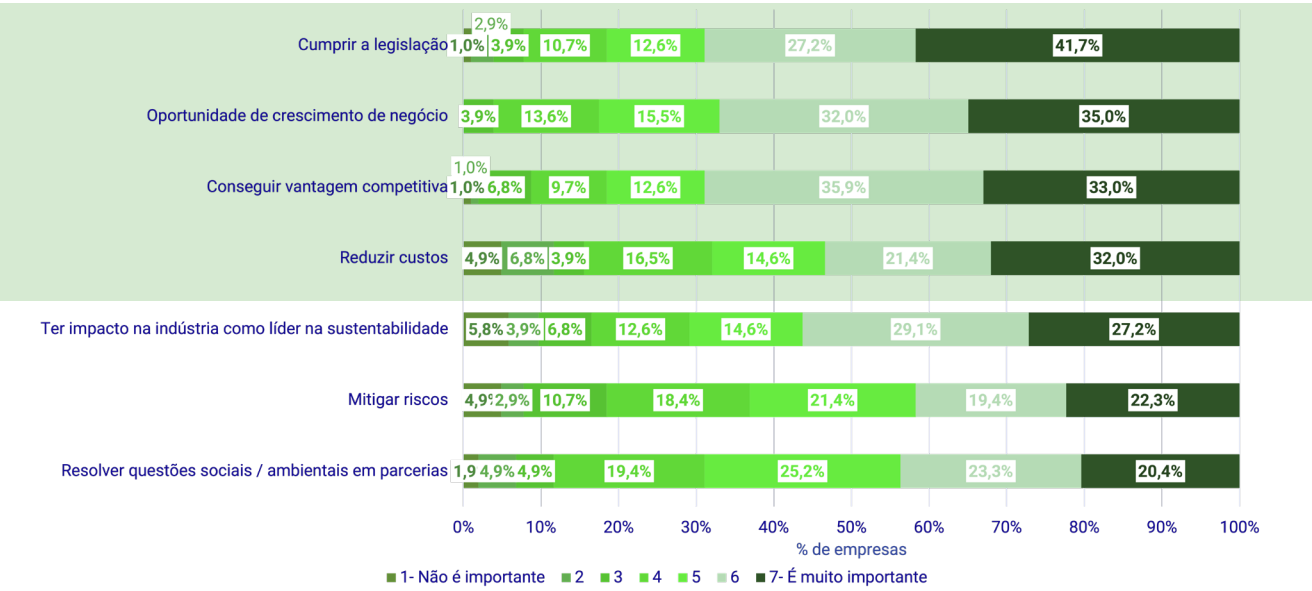


Figura 7.2.44 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 1)

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 2)

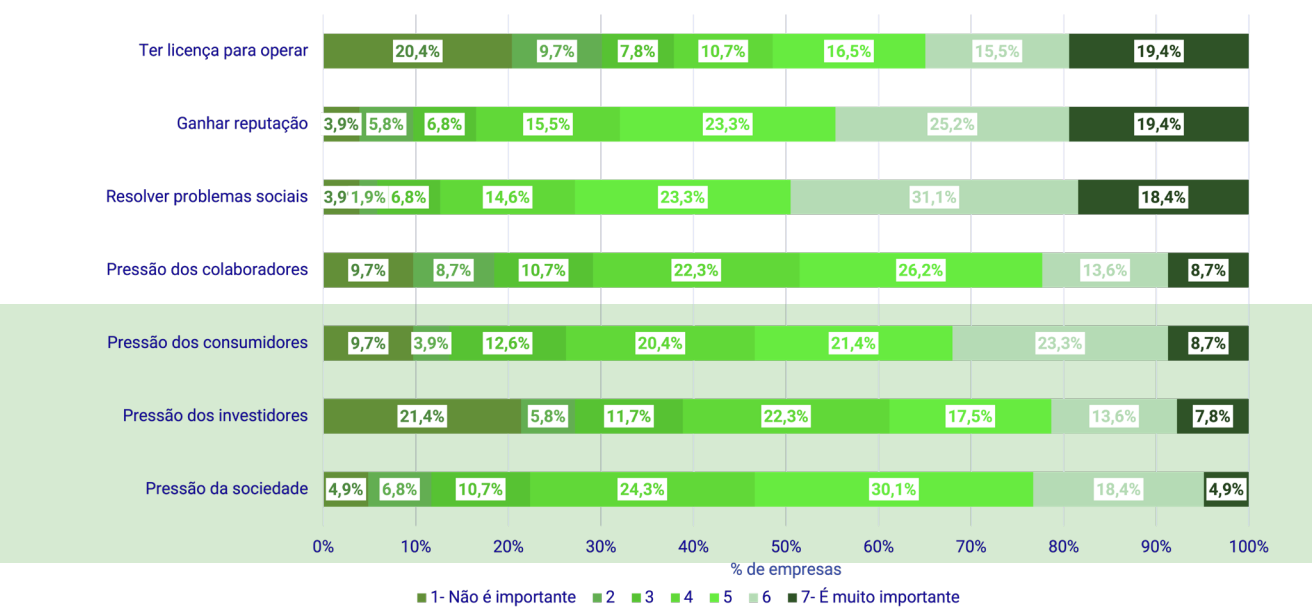


Figura 7.2.45 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 2)

As motivações apontadas mais frequentemente como “muito importantes” para a adoção dos ODS foram as seguintes:

- Cumprir a legislação (41,7%)
- Oportunidade de crescimento de negócio (35,0%)
- Conseguir vantagem competitiva (33,0%)
- Reduzir custos (32,0%)
- Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade (27,2%)

Todas estas motivações tiveram uma classificação de 7 na percentagem indicada. É possível verificar pelas motivações mais escolhidas pelas PME's que a sua motivação é tanto reativa (cumprir legislação e reduzir custos), como ativa (oportunidade de crescimento de negócio e conseguir vantagem competitiva) e proativa (ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade).

Interessante é também verificar que (tal como no caso das Grandes Empresas) as pressões externas de stakeholders e a necessidade de ganhar reputação ou ter licença para operar são menos motivadoras para as PME's portuguesas. Assim sendo, verifica-se que as maiores motivações associadas com a adoção dos

No universo de empresas entrevistadas as motivações mais relevantes são “ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade” (50,0% das empresas afirma que é uma motivação muito importante) e “oportunidade de crescimento de negócio” (40,0% das empresas afirma que é uma motivação muito importante), ligeiramente diferente do universo das 103 PME's que responderam ao questionário. No entanto, três das motivações apontadas mais frequentemente como “muito importantes” – “ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade”; “oportunidade de crescimento de negócio”; “conseguir vantagem competitiva” - são idênticas às evidenciadas pelo universo das 103 pequenas médias empresas.

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS?

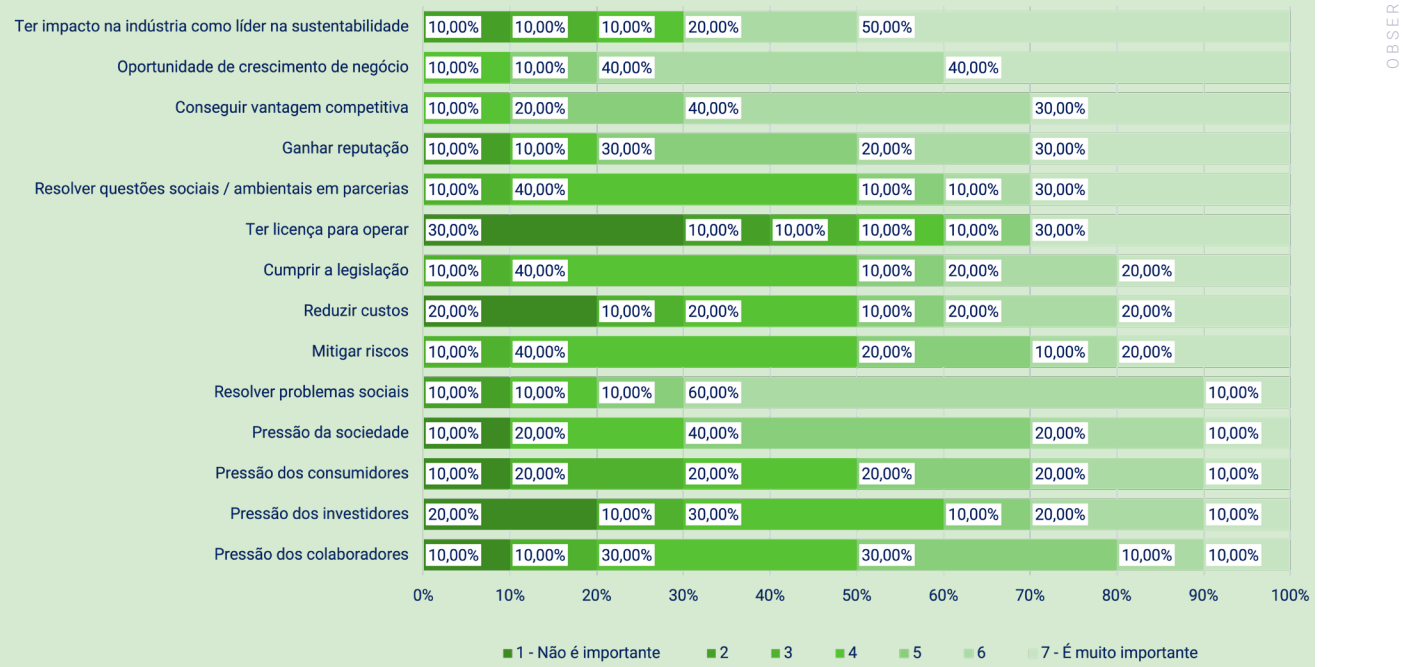


Figura 7.2.46 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (de entrevista)

Ao aprofundar as razões para as motivações evidenciadas, as empresas entrevistadas apontaram os seguintes temas consolidados:

Pergunta 5	Frequência	% Empresas
A. Posição da empresa na cadeia de valor	3	30,0%
B. Visão transformadora do futuro	3	30,0%
C. Estrutura de custos da empresa	1	10,0%
D. Oportunidade de negócio	3	30,0%
E. Relação com os stakeholders	3	30,0%
F. Licença para operar	3	30,0%
G. Posicionamento Estratégico (incluir temas citados: ser líder, vantagem competitiva, etc.)	6	60,0%
TOTAL	22	220,0%

Tabela 7.2.8 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS?”

Verificamos que 60% das empresas identificam o “Posicionamento Estratégico” como a principal motivação para o envolvimento na agenda ODS, realçando a ambição/intenção de serem líderes de mercado, de ter “*First-mover-advantage*”, bem como este envolvimento ser um ponto de diferenciação e vantagem competitiva.

Tal como no universo das Grandes Empresas entrevistadas, estas empresas evidenciam Licença para operar, Relação com *Stakeholders*, Oportunidade de negócio, Posição da empresa na cadeia de valor (relacionado diretamente com a natureza da

atividade de negócio), como justificações para a sua motivação de alinhamento com os ODS. Uma das empresas (apesar de não representar a maioria, como verificado) mencionou: “Em função do contexto atual, a pressão dos clientes e a redução de custos são os nossos principais fatores/ critérios para a tomada de decisões”.

Existe ainda um grupo de 3 empresas que evidenciam a “visão transformadora do futuro”, associada à oportunidade para inovação sustentável, como uma motivação forte de envolvimento ou adoção dos ODS.

Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção, qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade?

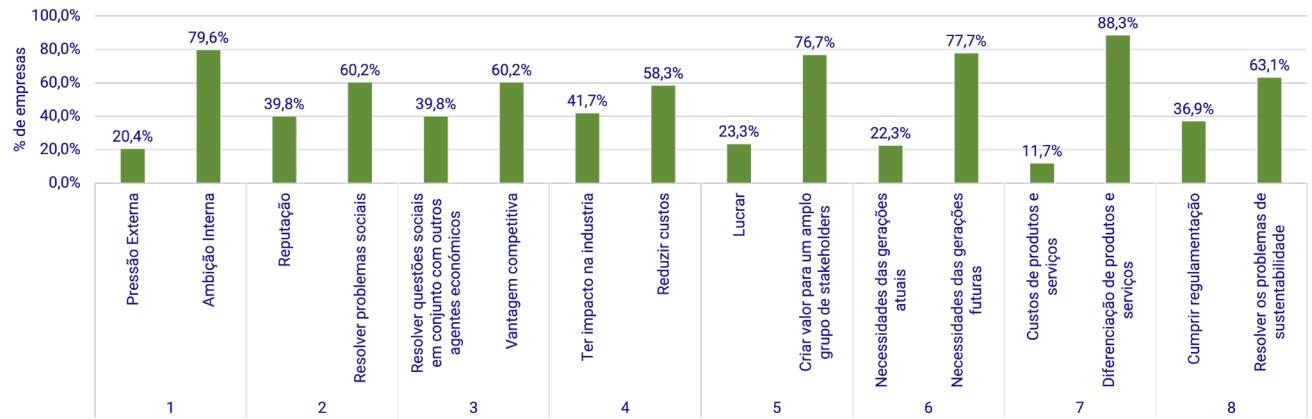


Figura 7.2.47 – Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção, qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade?

Das dicotomias apresentadas, em que as empresas tinham de optar por um dos lados do espectro, as opções que se mostram como claramente mais consensuais são:

- A diferenciação de produtos e serviços (88,3%) versus os custos de produtos e serviços (11,7%)
- A ambição interna (79,6%) versus a pressão externa (20,4%)
- As necessidades das gerações futuras (77,7%) versus as necessidades das gerações atuais (22,3%)

- A criação de valor para um amplo grupo de stakeholders (76,7%) versus lucrar (23,3%)

É nas seguintes dicotomias que as empresas têm maior nível de dispersão:

- Ter impacto na indústria versus reduzir custos
- Reputação versus Resolver problemas sociais
- Resolver questões sociais em conjunto versus vantagem competitiva

Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

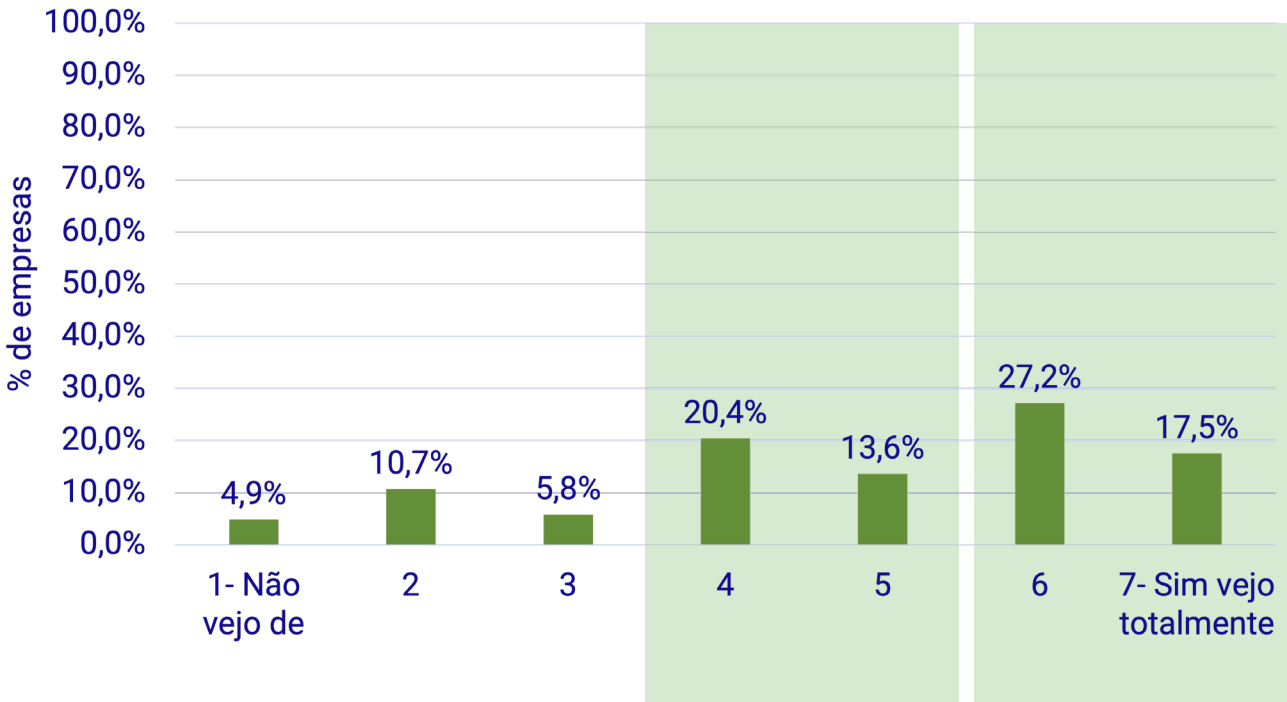


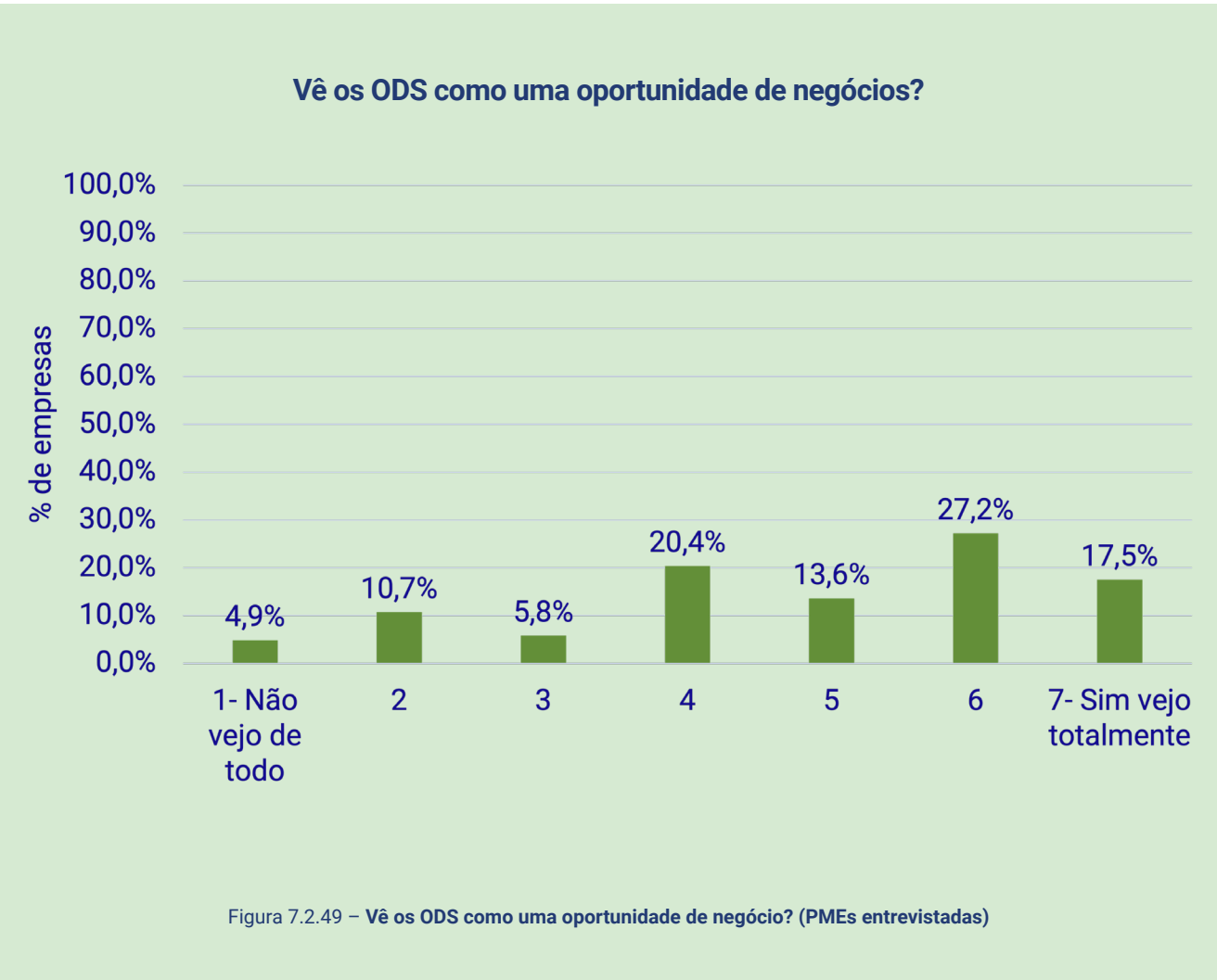
Figura 7.2.48 – Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?

A maioria das empresas vê os ODS como uma oportunidade de negócio (58,3%= 17,5% + 27,2% + 13,6%), apesar deste valor ser inferior ao verificado nas Grandes Empresas.

Apenas cerca de 4,9% não vê (de todo) os ODS como oportunidade de negócio, 16,5% das empresas também vêem nos ODS uma baixa oportunidade de negócio, usando o nível de classificação 2 ou 3.

No caso das entrevistas, 20,0% das empresas

entrevistadas classificaram a oportunidade de negócio com o valor máximo - 7. Apenas 10,0% das empresas classificaram a oportunidade de negócio com valor igual ou inferior a 3. 70,0% das empresas veem os ODS como uma oportunidade de negócio, classificando-os com valores iguais ou superiores a 5, valor superior ou verificado no questionário às 103 PME.



Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. Sustentabilidade como prioridade estratégica	2	20,0%
B. O avanço do sistema financeiro, regulação ou licença para operar torna esta prioridade mais importante	1	10,0%
C. Projetos sustentáveis resultam em oportunidades de negócio (economia circular, energias renováveis, os temas da água, tecnologia, gestão agrícola, etc.)	2	20,0%
D. A sustentabilidade como uma oportunidade de negócio inegável no futuro	3	30,0%
E. Existe oportunidade de negócio, mas esta ainda não esta totalmente trabalhada pela empresa	1	10,0%
F. Oportunidade de compreensão dos objetivos globais internacionais	1	10,0%
G. Sustentabilidade como responsabilidade	3	30,0%
H. A empresa não vê como oportunidade de negócio	1	10,0%

Tabela 7.2.9 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?”

Cerca de 30,0% das empresas veem “A sustentabilidade como uma oportunidade de negócio inegável no futuro”, o que demonstra que as PME associam a sustentabilidade ao seu negócio e ao seu sucesso no futuro. 20,0% também consideram a Sustentabilidade “como uma prioridade estratégica”.

Curiosamente e, sendo uma novidade em relação às Grandes Empresas, 30% das PME associam a sustentabilidade a uma “responsabilidade” perante a sociedade. Algumas empresas (20,%) veem ainda os seus projetos sustentáveis como oportunidades de negócio. Exemplos são projetos de economia circular, energias renováveis, temas ligados à água, tecnologia, gestão agrícola, etc.

Apenas uma empresa (10,0%) não vê os ODS como oportunidade de negócio.

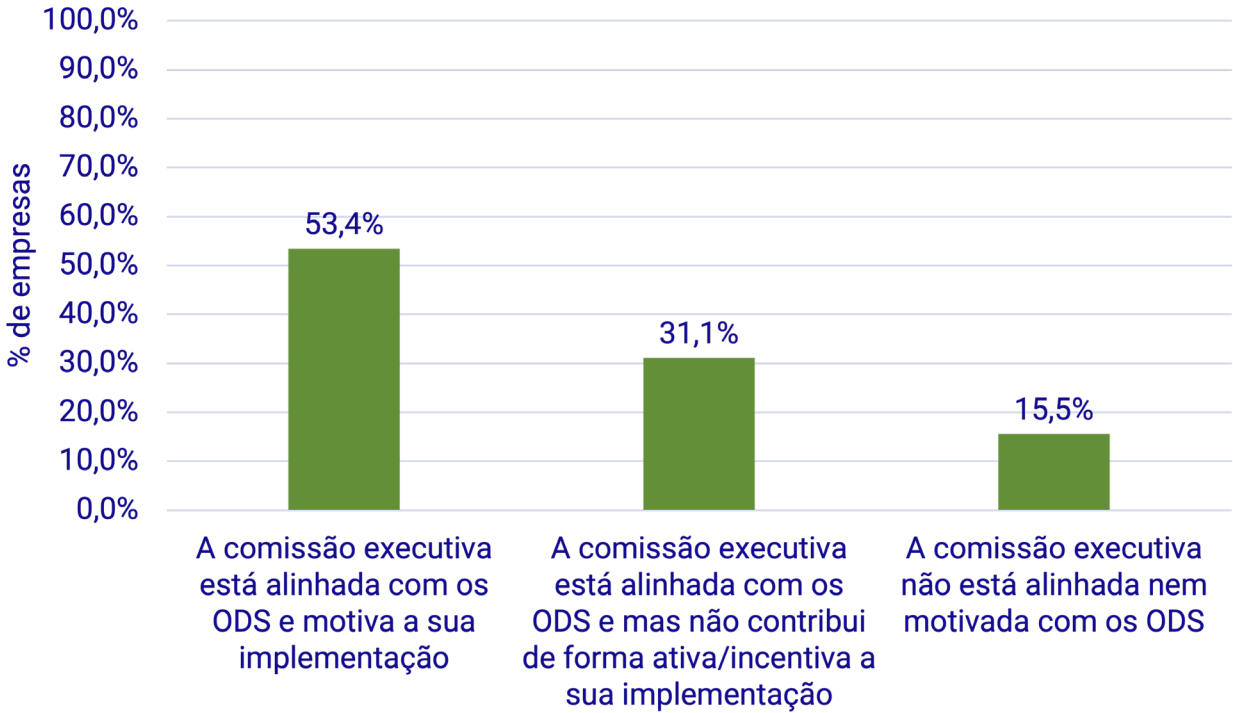


Figura 7.2.50 – Qual é a principal motivação do CEO ou da Comissão Executiva para a Agenda dos ODS?

A maioria das empresas (53,4%) afirma que o CEO/Comissão executiva da sua empresa estão alinhados e motivam a implementação da agenda dos ODS. 15,5%, no entanto, afirmam que a Comissão Executiva não está alinhada e cerca de um terço (31,1%) afirmam, que apesar de alinhada, a Comissão Executiva não motiva a sua implementação.

Quando questionadas a respeito do alinhamento da Comissão Executiva com a Sustentabilidade e/ou os ODS, 60,0% das PMEs entrevistadas afirma que há alinhamento e que a Comissão Executiva contribui para a implementação da agenda dos ODS.

20,0% afirma que a Comissão Executiva está alinhada, mas não contribui para a implementação da Agenda e em 20,0% das empresas não há alinhamento nem incentivos neste sentido.

Esta questão foi aprofundada durante a entrevista através da questão: “Qual é o fator que despoletou esse vosso envolvimento com a sustentabilidade e os ODS?”.

Pergunta 7	Frequência	% Empresas
B. Alinhamento dos ODS à criação de lucro	2	20,0%
C. Mudança Estratégica	2	10,0%
D. Mudança de Mindset		
D.1.Mudança de Mindset Top-down	1	10,0%
D.2. Mudança de Mindset Externa (em função do movimento de sustentabilidade e/ou Pressão dos stakeholders)	4	40,0%
E. Faz parte do ADN da Empresa	3	30,0%
TOTAL		

Tabela 7.2.10 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Qual é a principal motivação do CEO ou da Comissão Executiva para a Agenda dos ODS?”

40,0% identifica que o envolvimento com a sustentabilidade foi influenciado pela mudança de *mindset* externa. Isso significa que o crescimento do debate em torno dos temas da sustentabilidade iniciou um movimento que favoreceu a incorporação da sustentabilidade nas operações e estratégia das empresas, o que culminou numa diferente perceção dos *stakeholders* sobre o papel e responsabilidades da empresa, e o surgimento de novas exigências.

30,0% afirma que a sustentabilidade faz parte do ADN da empresa, ou seja, está intrinsecamente associado à sua identidade.

20,0% afirma que houve uma mudança estratégica. Ainda 20,0% afirma que os ODS só são levados “em consideração” quando há clara associação de benefícios financeiros.

Motivação para adoção dos ODS – departamentos e colaboradores



Figura 7.2.51 – Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

Quanto questionadas sobre a motivação dos diferentes departamentos para a sustentabilidade, as empresas referiam que os departamentos mais motivados para a adoção dos ODS são:

- Departamentos de sustentabilidade (média=5.51)
- Pesquisa e desenvolvimento/ Inovação (média=5.47)
- Estratégia (média=5.45)
- Conselhos de Administração (média=5.26)

Estes departamentos apresentam valores médios que indiciam motivação forte (próximos do 5 ou 6) para os ODS. Os departamentos menos motivados são Logística e *Procurement* (não coincidente com as Grandes Empresas).

No caso das entrevistas, o departamento indicado como tendo maior motivação para o tema foi o departamento de Estratégia (média=5,7). As respostas das empresas por departamento foram

avaliadas com base na média de todas as respostas dadas pelas empresas no Questionário. No caso das Grandes Empresas foi o departamento de Sustentabilidade o indicado como tendo maior motivação para o tema dos ODS. Uma das causas para esta diferença pode ser o facto de as PMEs não terem departamento de Sustentabilidade (que, neste caso, aparece apenas em sétimo lugar, e com uma pontuação abaixo de 4).

As pontuações desta resposta são genericamente baixas, o que demonstra que não há muito alinhamento dos vários departamentos destas empresas com os ODS. Para as 10 PMEs entrevistadas, os departamentos mais alinhados são: Estratégia (média=5,7), seguido de *Marketing* (média=5,2), Pesquisa e Desenvolvimento (média=5,2) e Conselho de Administração (média=5,0). Os departamentos menos motivados para os ODS são Tecnologias de informação (média= 3,1) e Logística (média=3,7).

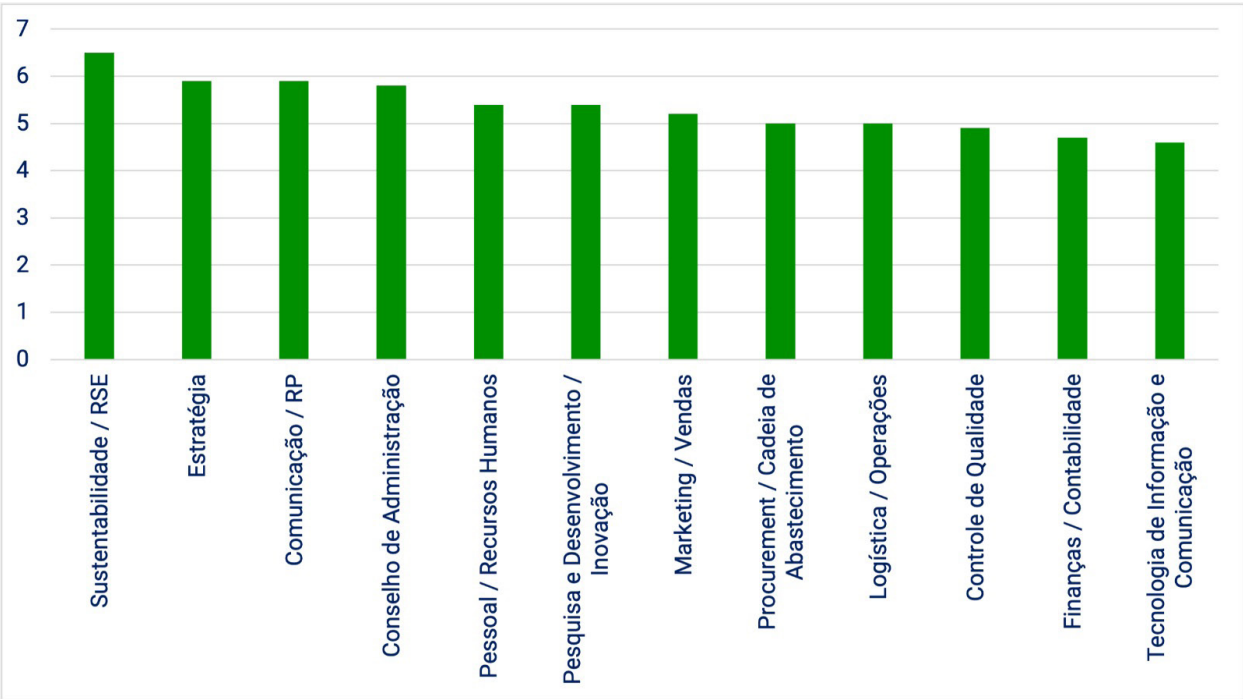


Figura 7.2.52 – Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, evidenciam-se os seguintes temas:

TEMAS CONSOLIDADOS	Frequência	% Empresas
A. A distinção tem a ver com diferentes níveis de motivação e conhecimento nos diferentes departamentos	3	50,0%
B. Departamento de qualidade mais alinhado por causa das certificações	1	16,7%
C. A distinção tem a ver com a liderança	1	16,7%
D. Falta de conhecimento geral	1	16,7%
TOTAL	6	100,0%

Tabela 7.2.11 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Pode avaliar a motivação dos vários departamentos da empresa para os ODS?”

As razões mais mencionadas pelas empresas para a sua motivação e maior ou menor alinhamento com os ODS. 50% das empresas que responderam a esta questão afirmam que as diferentes motivações têm a ver “com diferentes níveis de motivação e conhecimento nos diferentes departamentos”, ou seja, departamentos com mais conhecimento dos ODS são também mais motivados para a implementação dos objetivos.

Ainda de destacar, apesar desta questão ter um baixo nível de respostas (por vezes a questão não era aplicável, quando os ODS não são ainda relevantes nas operações ou porque estas empresas, pela sua dimensão, não estão divididas em tantos departamentos) é o facto de as empresas referirem que o alinhamento dos departamentos com os ODS, e respetiva motivação, tem a ver com a liderança da empresa. Baixos níveis de alinhamento estão relacionados com uma falta de conhecimento em geral.

Qual é o grau de motivação dos empregados da empresa para...

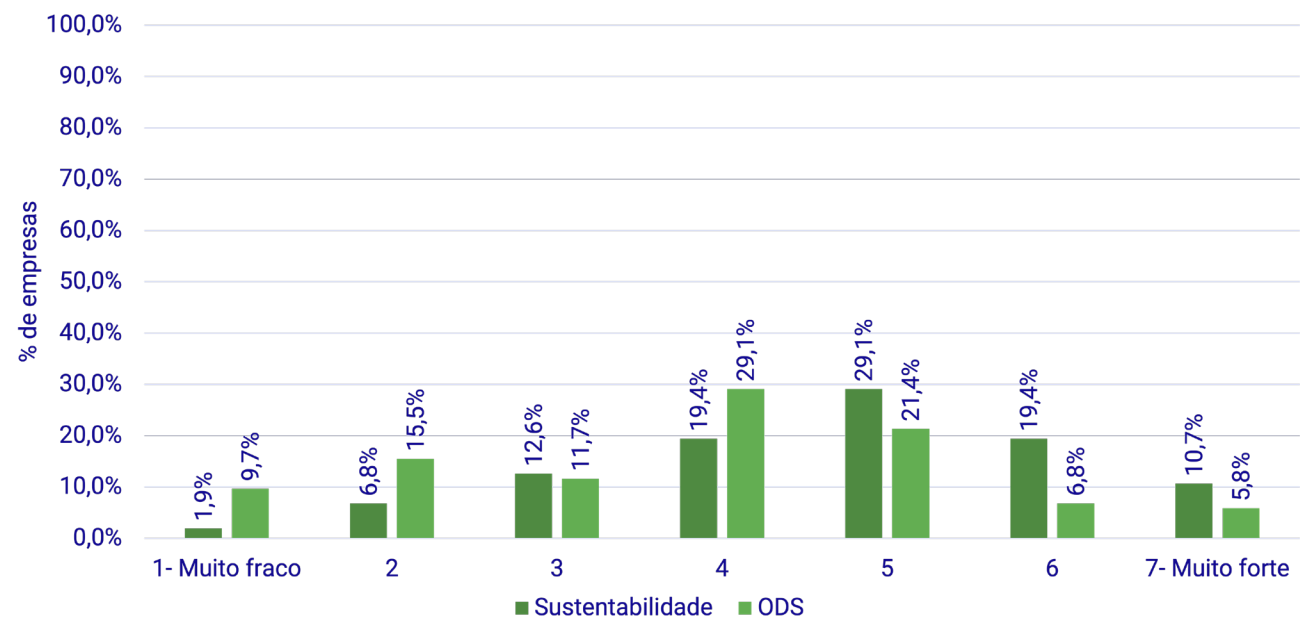


Figura 7.2.53 – Qual é o grau de motivação dos empregados da empresa para....

As empresas indicam que os colaboradores se mostram mais motivados para a sustentabilidade do que para os ODS, em alinhamento com o verificado nas Grandes Empresas.

59,2% (29,1% + 19,4% +10,7%) das empresas indicam que os seus colaboradores estão motivados a muito

fortemente motivados para o tema da sustentabilidade, contra 34,0% (21,4% + 6,8% + 5,8%) que responderam que os seus colaboradores estariam motivados a muito fortemente motivados para os ODS. Há, neste sentido, a oportunidade de as PMEs trabalharem mais esta agenda e seu *awareness* junto dos seus colaboradores.

ODS e decisões organizacionais

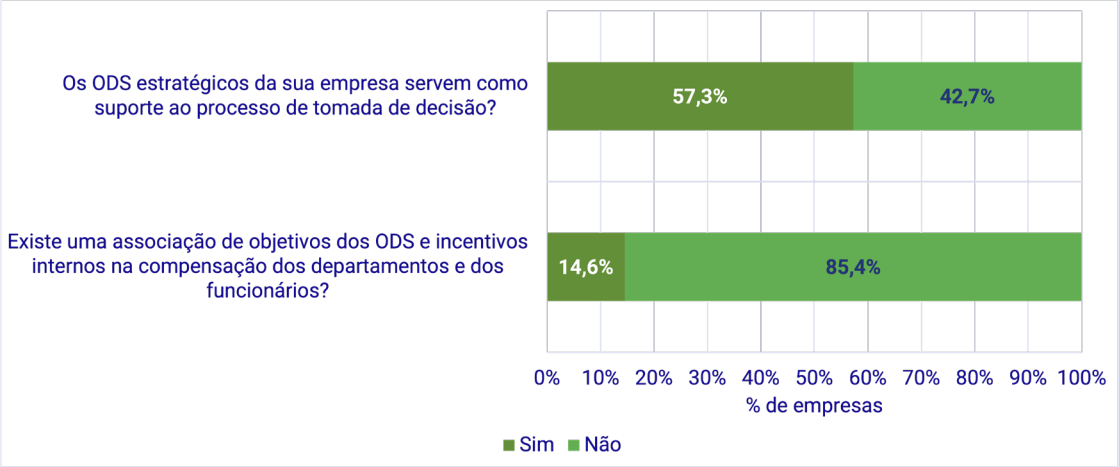


Figura 7.2.54 – Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão? / Existe uma associação de objetivos dos ODS e incentivos internos na compensação dos departamentos e dos funcionários?

A maioria das PMEs (57,3%) aponta que os ODS estratégicos servem como base para a tomada de decisão, no entanto, apenas 14.6% alinham os objetivos dos ODS com incentivos internos na compensação dos departamentos e dos funcionários. Este alinhamento é também fundamental para que a empresa possa alinhar os incentivos dos seus colaboradores com os seus objetivos estratégicos, pelo que há algum caminho a traçar por parte das PMEs neste ponto.

Estratégia da empresa



Figura 7.2.55 – O que melhor descreve a estratégia de... [aponte em qual dos dois lados do espectro se situa]

Barreiras para a implementação dos ODS

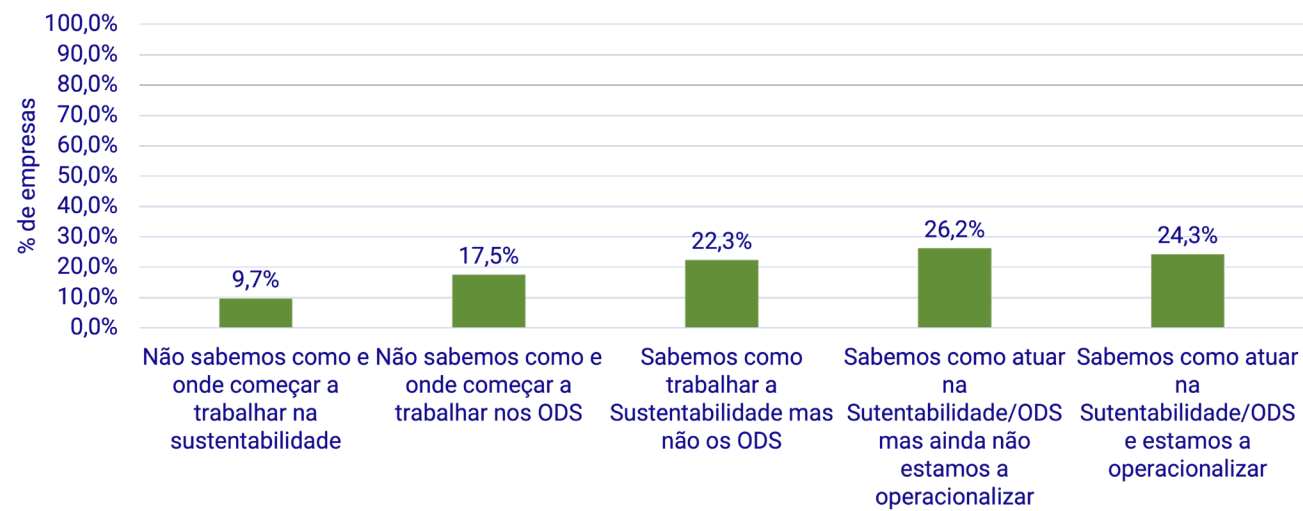


Figura 7.2.56 – Das seguintes opções qual é a mais válida para a sua empresa?

A maioria das PME's demonstra ter conhecimento sobre como trabalhar a sustentabilidade e/ou ODS, apesar de não estarem a operacionalizar:

- 24,3% indicam saber como atuar na sustentabilidade/ODS e estar a operacionalizar
- 26,2% indicam saber como atuar na sustentabilidade/ODS mas ainda não estar a operacionalizar
- 22,3% indicam saber como trabalhar a sustentabilidade mas não os ODS
- 9,7% das empresas consideram que não sabem como e onde começar a trabalhar na sustentabilidade e
- 17,5% indicam não saber como e onde começar a trabalhar nos ODS.

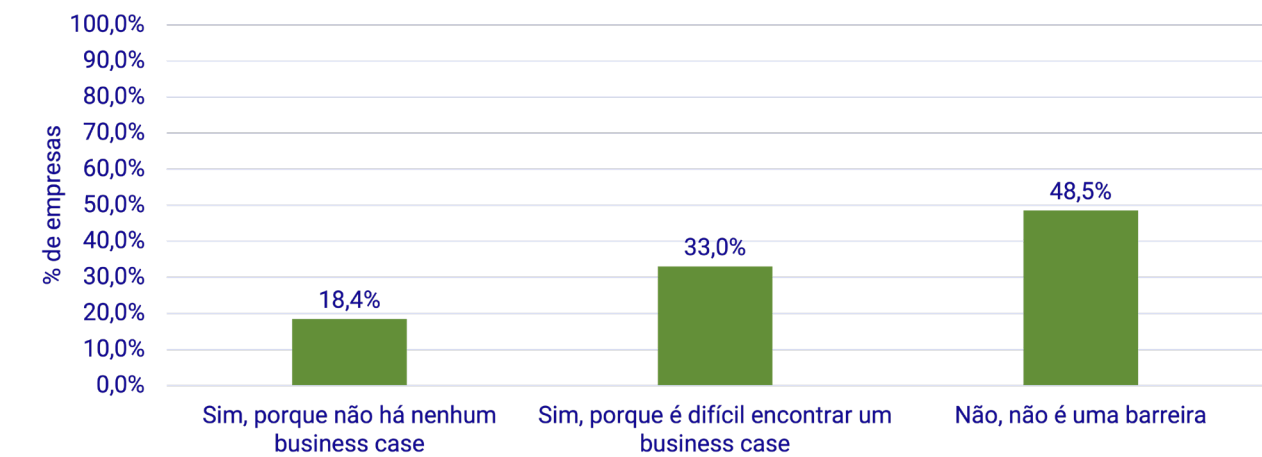


Figura 7.2.57 – Escolha a opção que considera com lhe faz mais sentido, face à seguinte afirmação: “A falta de *business case* (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS”

Cerca de metade das empresas (48,5%) não considera a falta de *business case* como uma barreira para a implementação dos ODS. No entanto, um terço das empresas consideram difícil encontrar um *business case*. E 18,4% das empresas concorda que a falta de *business case* é uma barreira pois o *business case* não existe.

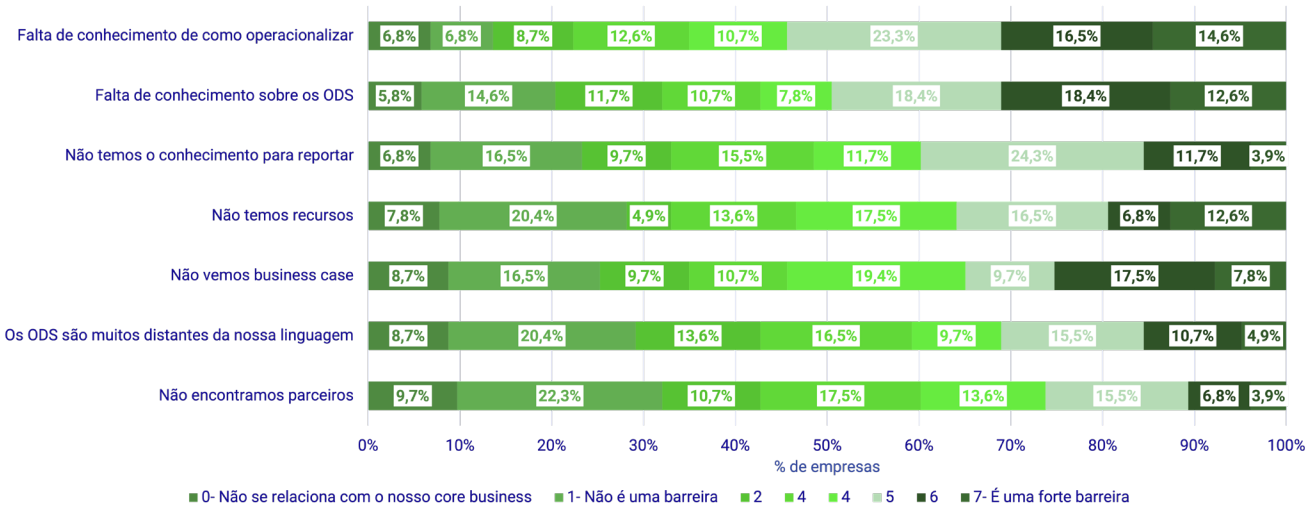


Figura 7.2.58 – Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

Quando questionadas sobre as barreiras para a adoção dos ODS, a maioria das empresas (54,4%) apontou a “falta de conhecimento de como operacionalizar” como barreira ou forte barreira. De seguida apresenta-se a “falta de conhecimento sobre os ODS” (indicada por 49,4% das empresas) e “não temos conhecimento para reportar” (apontada como barreira ou forte barreira por 39,9% das empresas).

O facto de não ter parceiros, os ODS estarem distantes da linguagem empresarial e o não ver *business case* foram as barreiras menos mencionadas como importantes pelas PME's. Ao contrário das Grandes Empresas, as PME's veem a falta de recursos como uma barreira.

De notar, ainda, que deste grupo de empresas no geral todas deram mais pontuação/valor às barreiras apresentadas do que as Grandes Empresas. Neste sentido, verifica-se que para as PME's há mais barreiras do que para as Grandes Empresas na implementação dos ODS.

Das 37 empresas que responderam à pergunta – “Quer adicionar outra barreira”, 10,81% evidenciam a

falta de apoio especializado e oferta formativa para as PME's. Adicionalmente, uma empresa mencionou a dificuldade em quantificar o impacto da adoção ODS.

No que respeita às entrevistas às PME's, a “falta de conhecimento de como operacionalizar” foi apontada como barreira ou forte barreira por um maior número de empresas (70,0%), à semelhança dos questionários. A definição “barreira” refere-se às pontuações 5 e 6 da escala, enquanto que “forte barreira” refere-se à pontuação 7.

De seguida, “não temos recursos”, é apontada como barreira ou forte barreira por 60,0% das empresas, e “falta de conhecimento sobre os ODS”, indicada por 50,0% das empresas.

Verifica-se, deste modo, uma grande necessidade por parte das PME's de aumentar o seu conhecimento sobre os ODS.

Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

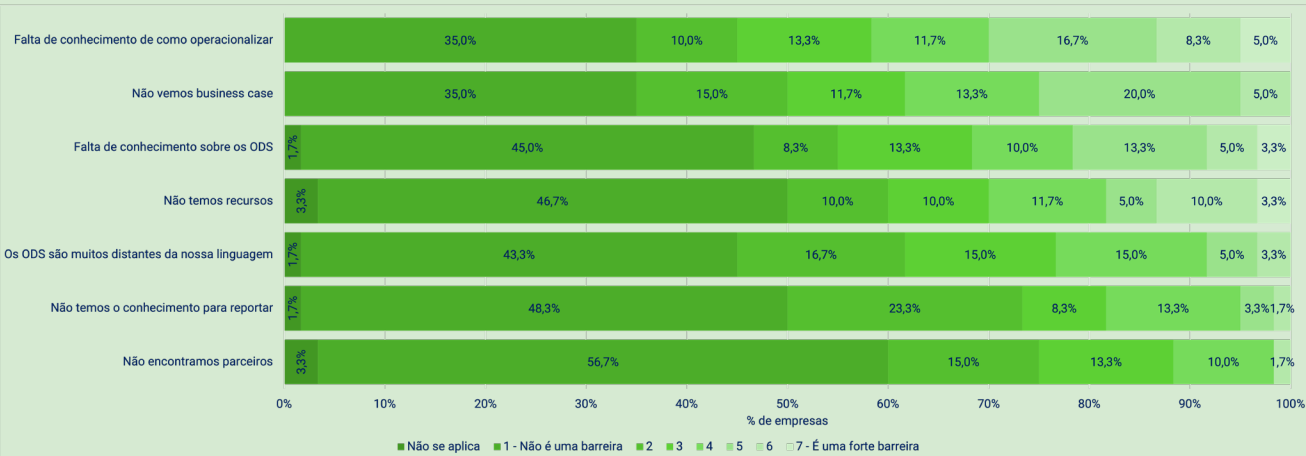


Figura 7.2.59 – Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

Foi questionado às PME's o que as poderia ajudar a avançar com a implementação da Agenda 2030. Nesta questão os seguintes temas foram identificados:

Pergunta 9	Frequência	% Empresas
A. Dificuldade em aplicar Linguagem dos ODS a um nível empresarial	1	10,0%
B. Falta de Recursos	6	60,0%
C. Sensibilização para a Agenda dos ODS	4	40,0%
D. Maior clareza sobre metodologias de <i>reporting</i>	1	10,0%
E. Falta de conhecimento de ODS por parte dos colaboradores	1	10,0%
F. Falta de conhecimento sobre como operacionalizar	2	20,0%
G. Dificuldade em identificar / expressar o <i>Business case</i>	1	10,0%
H. Falta de Partilha de Conhecimento (Partilha/ formações)	4	40,0%
I. Falta de uma linha orientadora (<i>guidance</i>) de ajuda na implementação	3	30,0%

Tabela 7.2.12 – Temas consolidados justificativos da resposta à questão “Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.”

- 60,0% das empresas afirmam que existe uma falta recursos para avançar com a Agenda;
- 40,0% apontam para a necessidade de sensibilização quanto aos ODS;
- 40,0% sente falta de maior partilha de informações dentro do universo das PME's, e gostava de ter mais acesso a *case studies*, formações, *benchmarks* e/ou rede de *networking* com pares, de forma a facilitar a troca de informações entre as empresas;
- 30,0% identifica ainda a falta de uma linha orientadora ou de um apoio externo que ajude as empresas deste segmento a materializar esta Agenda.

A implementação dos ODS e os seus impactos no contexto

Nível de implementação

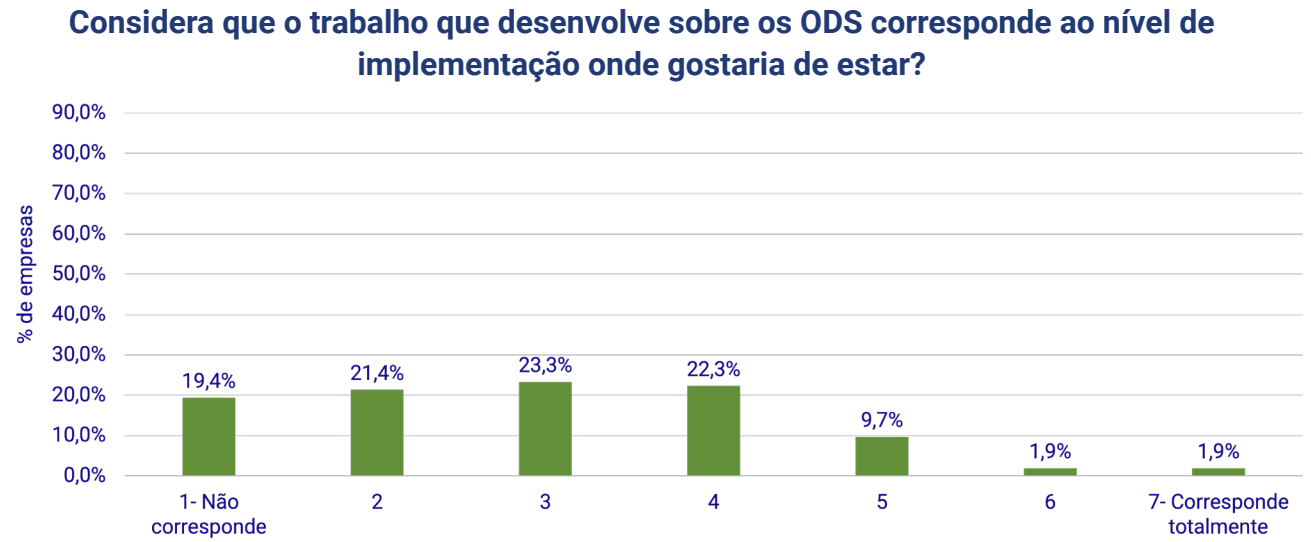


Figura 7.2.60 – Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?

A maioria das empresas considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS está distante do nível onde gostaria de estar (64,1%=19,4% + 21,4% + 23,3%). De notar também que 22,3% das empresas se mostrou num nível intermédio nesta questão e que apenas 13,5% (9,7% + 1,9% + 1,9%) consideram que o seu nível de implementação está próximo ou muito próximo ao nível de implementação onde gostaria de estar.

Nesta resposta há uma diferença face às Grandes Empresas, que se encontram mais próximas do nível de implementação onde gostariam de estar.

No que respeita às entrevistas, a maioria das empresas refere que está claramente abaixo do nível onde gostaria de estar. Neste caso, 100% das empresas consideram estar num nível igual ou abaixo de 4. Nenhuma das empresas considera que o seu nível de implementação “corresponde totalmente” ao nível de implementação onde gostaria de estar, nem nenhuma se posiciona num valor igual ou superior a 5. Estes dados demonstram, portanto, que há ainda um grande caminho a traçar por parte das PME's, no que respeita ao nível de implementação dos ODS.

Quando lhe perguntámos se o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar...

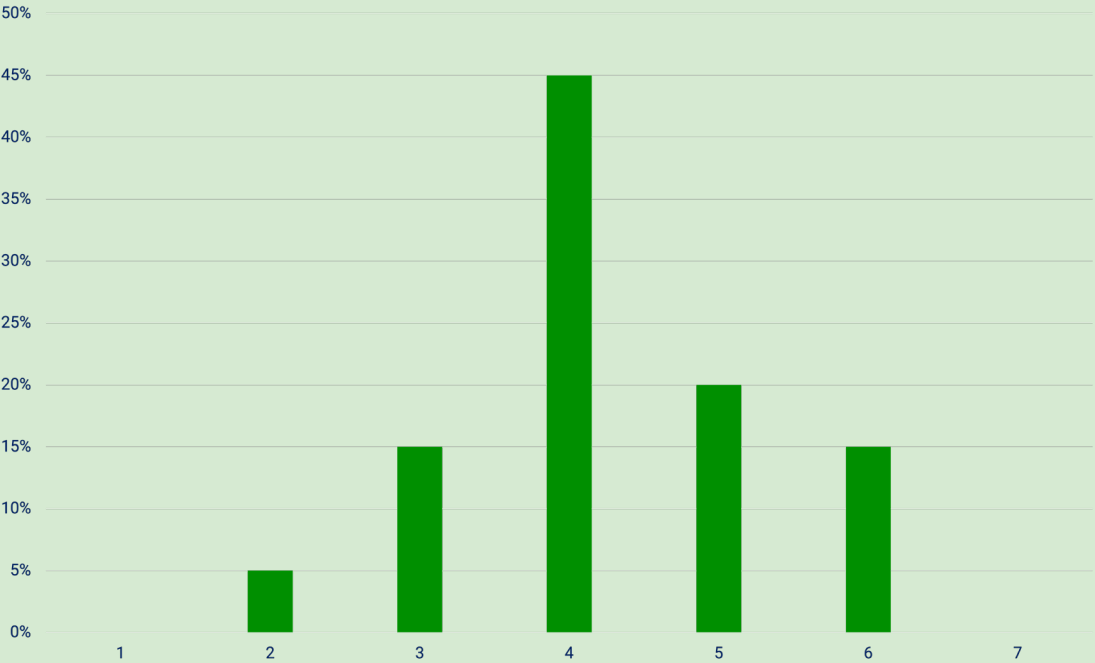


Figura 7.2.61 – Quando lhe perguntámos se o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar...

Ao aprofundar as razões que levaram cada empresa a escolher esta opção, as empresas mencionaram que as principais razões para estarem distantes do nível “onde gostariam de estar” são a necessidade de melhor disseminar por toda a organização a cultura ODS e operacionalizar os ODS, bem como fazer mais parcerias e trabalho com *stakeholders*. Dentro do primeiro ponto, as empresas referiram que garantir a integração entre departamentos e melhor operacionalizar os ODS nas operações eram pontos importantes para avançar nesta agenda. Quanto ao desenvolvimento de parcerias, ele é fulcral, essencialmente considerando a pequena dimensão destas empresas.

“Não ter recursos suficientes” foi apontado também como razão para o *gap*, e “Aumentar o conhecimento sobre os ODS” (muitas empresas ainda não conheciam a Agenda 2030) e “melhorar a comunicação” foram outros pontos referidos para as empresas promoverem uma aproximação à sua ambição da execução dos ODS.

As PMEs referiram em vários momentos a necessidade de partilha de boas práticas, de forma a melhor operacionalizarem os ODS nas suas estratégias e operações.

Impactos positivos, tomada de decisão e Relatório Não Financeiro

Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da sua empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS?



Figura 7.2.62 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da sua empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS?

Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta No Relatório Não Financeiro da sua empresa?



Figura 7.2.63 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da sua empresa?

Os impactos positivos sociais/ambientais da empresa são tidos em conta, em parte ou totalmente, por 38,9% das empresas na escolha dos ODS e por 28,1% das empresas no Relatório Não Financeiro. 32,0% não têm em conta os impactos positivos sociais/ambientais da

empresa no Relatório Não Financeiro, nem 11,7% no processo de tomada de decisão. As Grandes Empresas consideram mais os impactos positivos do que as PMEs na sua tomada de decisão e *Report* Não Financeiro.

Impactos negativos, tomada de decisão e Relatório Não Financeiro

Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da sua empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS?

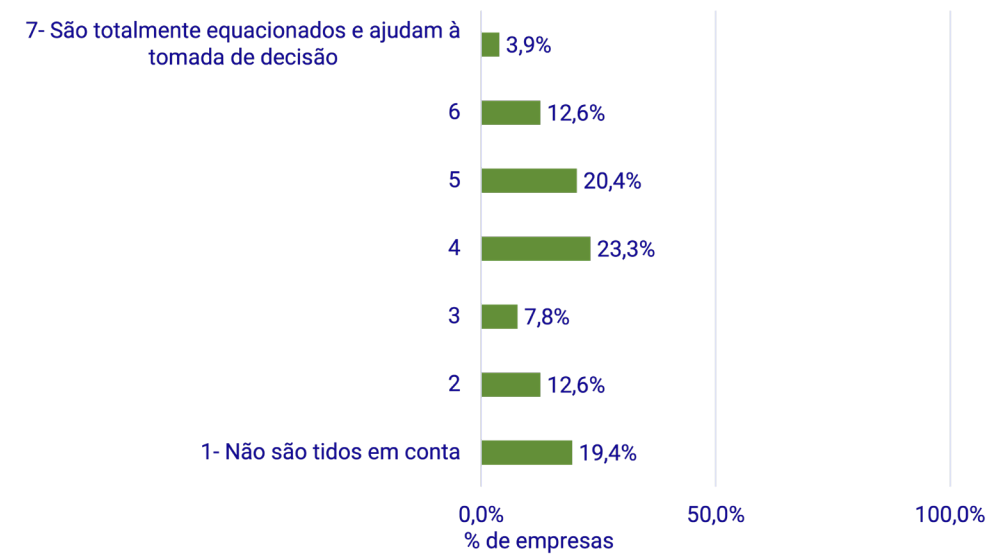


Figura 7.2.64 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da sua empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS?

Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da sua empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?

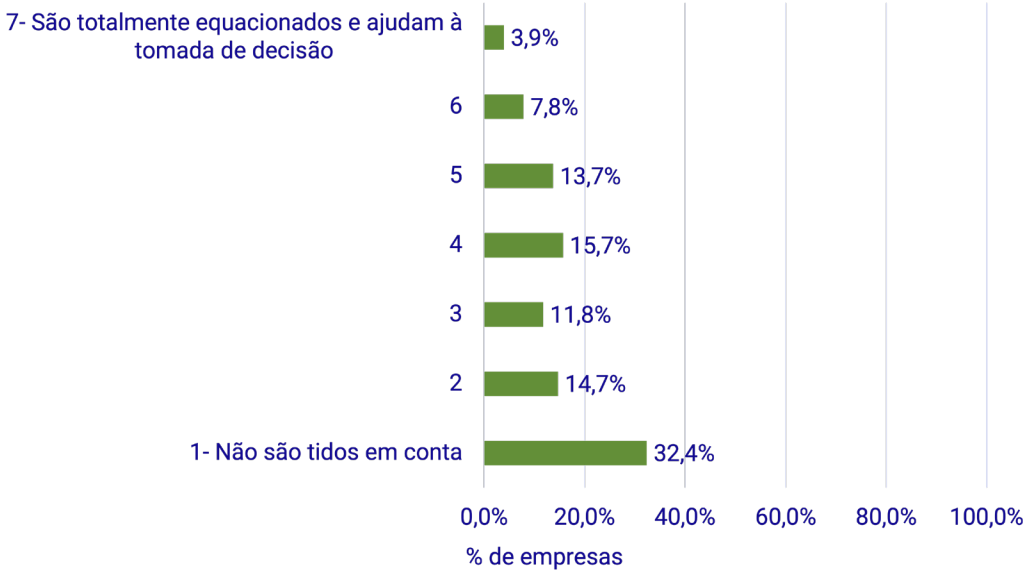


Figura 7.2.65 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da sua empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?

Os impactos negativos sociais/ambientais da empresa são tidos em conta, em parte ou totalmente, por 36,9% das empresas na escolha dos ODS e por apenas 25,5% das empresas no Relatório Não Financeiro, o que não difere substancialmente face aos impactos positivos. Estes valores são, contudo, bastante inferiores aos verificados nas Grandes Empresas.

Referências a *spillovers* no Relatório Não Financeiro

Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

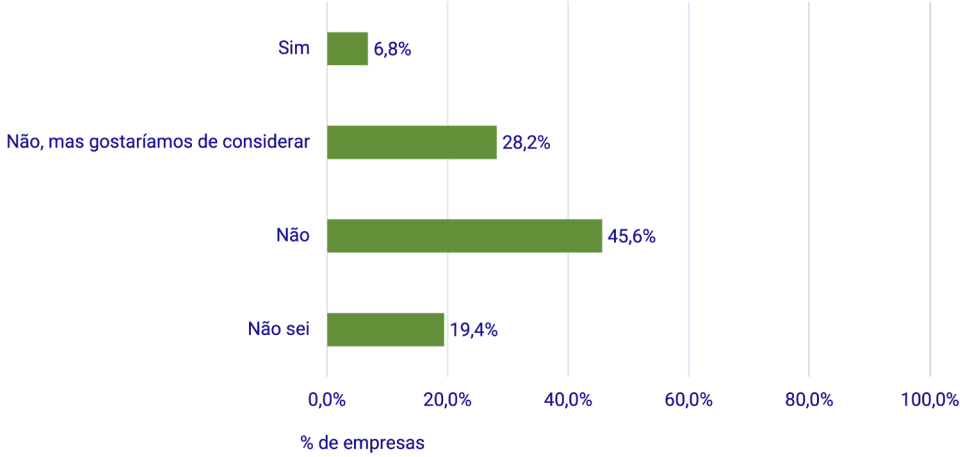


Figura 7.2.66 – Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

45,6% das empresas declaram não fazer referência ou comunicar a interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos, apesar de que 28,2% o gostariam de considerar. Apenas 6,8% das empresas declaram fazer referência ou comunicar a interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos no seu Relatório Não Financeiro,

com interligação aos ODS. Considerando que os ODS estão intimamente relacionados entre si, esta temática é muito relevante. O facto de a maioria das empresas não comunicar os impactos positivos e negativos (mas 28,2% gostaria de o considerar) apresenta grande potencial para progressão.

Escolha dos ODS

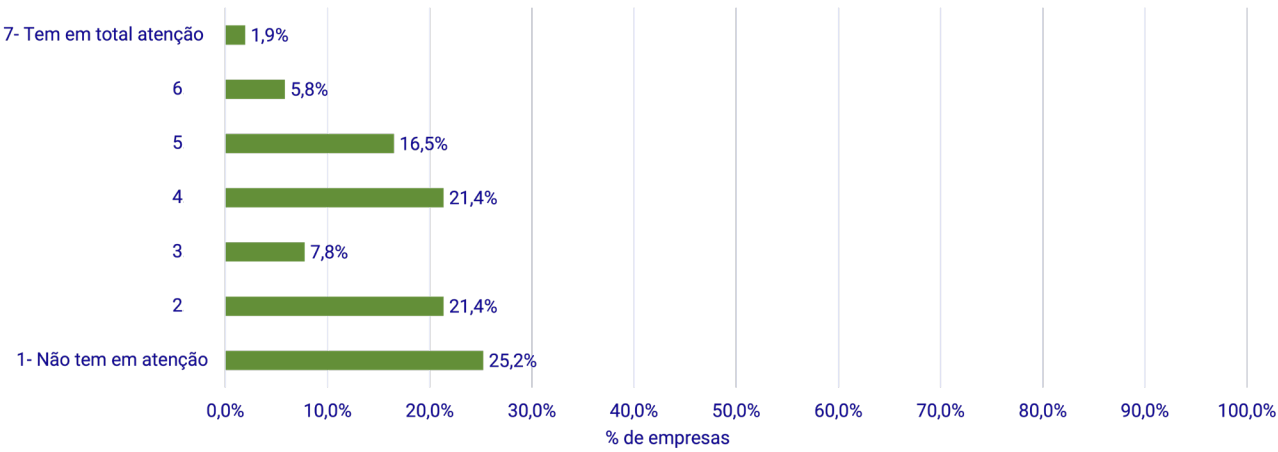


Figura 7.2.67 – A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera?

No que toca ao processo de escolha dos ODS, a maioria das empresas (54,4%=25,2% + 21,4% + 7,8%) afirma não ter ou ter pouco em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera para escolha dos seus ODS. Apenas duas empresas (1,9%) têm em total atenção este fator. As PME demonstram, portanto, não valorizar este ponto na escolha dos ODS estratégicos.

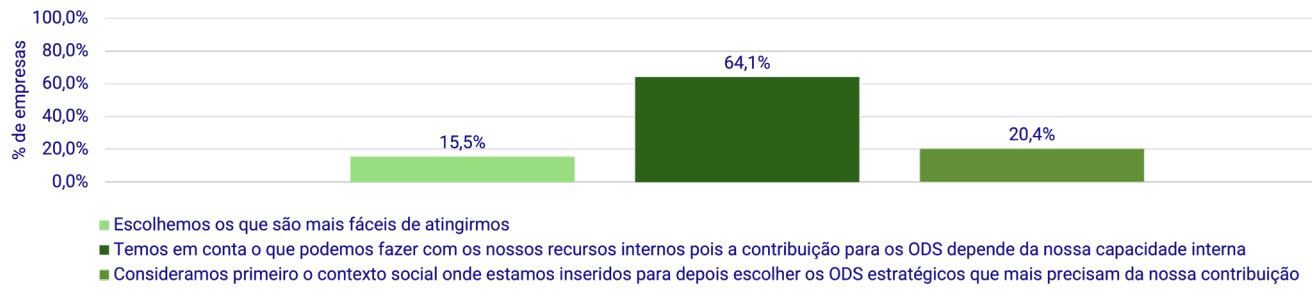


Figura 7.2.68 – Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...

No que toca ao processo de escolha dos ODS, a maioria das empresas (64,1%) indicaram “Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna” e 20,4% indicaram “Consideramos primeiro o contexto social onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição”. As Grandes Empresas demonstram nesta questão uma atitude mais proativa, optando mais por considerar primeiro o contexto social onde estão inseridas. Ainda assim, a última atitude mais proativa poderá ser mais trabalhada pelo tecido empresarial português (tanto PMEs como Grandes Empresas) se este pretender ter mais impacto na sociedade portuguesa.

Conhecimento dos ODS estratégicos para Portugal

Tem conhecimento dos ODS Estratégicos para Portugal?

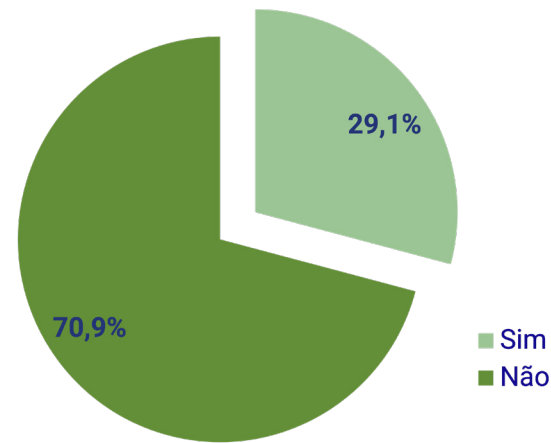


Figura 7.2.69 – Tem conhecimento dos ODS Estratégicos para Portugal?

Por fim, apenas 29,1% das empresas afirmam ter conhecimento dos ODS estratégicos para Portugal, comparativamente com um valor de 70% nas grandes empresas.



7.3 Grandes Empresas - Análises de *Clusters*

As 60 grandes empresas foram objeto de uma análise de clusters. O principal objetivo desta análise é o de classificar as empresas da amostra em grupos diferenciados de forma a que cada grupo pertençam empresas com características idênticas, e diferentes dos restantes grupos.

Foram obtidos três grupos de *clusters* com os dados analisados. As variáveis escolhidas para que as empresas fossem agrupadas em *clusters* diferentes podem ser visualizadas na Tabela 7.3.1, na primeira coluna “variáveis em análise”. Como, apesar de com ambições diferentes e comportamentos diferenciados em relação aos ODS, nenhuma das empresas estava ainda num nível “avançado” de adoção e incorporação da Agenda 2030 na sua estratégia e operações, foi

ainda criado o “*Cluster 1 – SDG Leader*”, que apesar de ainda não incluir nenhuma das empresas da amostra, demonstra o nível de ambição a que as empresas podem aspirar no futuro.

Os clusters foram denominados da seguinte forma, de acordo com o comportamento que os caracteriza:

- *Cluster 1 – SDG Leader*
- *Cluster 2 – SDG Engaged*, com um número de 37 empresas, de um total de 60;
- *Cluster 3 – SDG Aware*, com um número de 16 empresas, de um total de 60;
- *Cluster 4 – Shareholder Aware*, com um número de 7 empresas, de um total de 60.

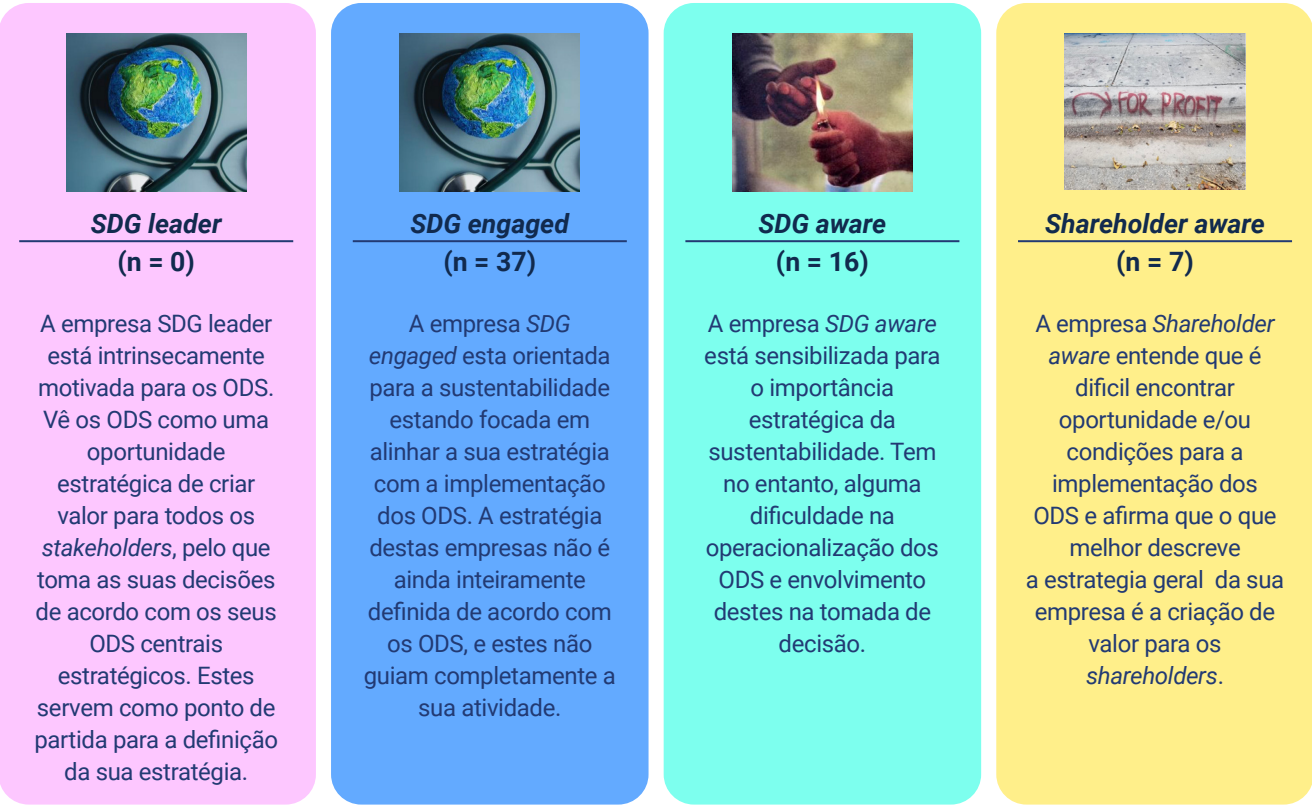


Figura 7.3.1

Variáveis em análise		Cluster 1 SDG Leader (n=0)	Cluster 2 (n=37)	Cluster 3 (n=16)	Cluster 4 (n=7)	
A minha empresa vê a sustentabilidade como:	Risco a mitigar		0,0%	0,0%	14,3%	χ² (2)= 50,476***
	Talvez positivo		0,0%	0,0%	28,6%	
	Oportunidade estratégica	X	100,0%	100,0%	57,1%	
O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?	Criação de valor para os shareholders (lucro)		0,0%	0,0%	85,7%	χ² (2)= 23,910***
	Criação de valor para os stakeholders	X	100,0%	100,0%	14,3%	
Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão?	Sim	X	100,0%	0,0%	42,9%	χ² (2)= 52,286***
	Não		0,0%	100,0%	57,1%	
"A falta de business case (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS"	Sim, porque não há nenhum business case		0,0%	6,3%	0,0%	ns
	Sim, porque é difícil encontrar um business case		29,7%	31,3%	57,1%	
	Não, não é uma barreira	X	70,3%	62,5%	42,9%	
De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?	Não estão incorporados		0,0%	0,0%	14,3%	χ² (6)= 15,809**
	Escolhemos alguns que consideramos fazerem parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento		8,1%	12,5%	28,6%	
	Escolhemos alguns que estão alinhados com a nossa estratégia e que fazem parte do nosso "core business"		64,9%	87,5%	42,9%	
	Definimos a nossa estratégia de acordo com os ODS e suas ambições e estes guiam a nossa atividade	X	27,0%	0,0%	14,3%	
Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?	1- Não vejo de todo 7 - Sim vejo totalmente	7	M= 6,03; DP=1,04	M= 5,31; DP=1,13	M=5,00; DP=1,83	F(2,57)= 3,552**

Tabela 7.3.1 – Variáveis escolhidas para a criação de clusters

Nas seguintes páginas serão descritos em detalhe os três *clusters* que caracterizam as 60 empresas em estudo.



SDG Engaged

Caracterização das empresas:

- Maioritariamente com capitais não familiares (75,7%)
- Estrutura legal: maioritariamente sociedades anónimas (83,8%), mas também Sociedades por quotas (10,8%), Sociedades profissionais (2,7%) e Entidades públicas (2,7%)
- 48,6% das empresas são cotadas em bolsa

Comportamento

100% vê a sustentabilidade como uma oportunidade estratégica

100% descreve a estratégia como “criação de valor para *stakeholders*”

64,9% escolhe ODS alinhados com a sua estratégia e que fazem parte do seu *core business*

27% define a estratégia de acordo com os ODS

100% encara os ODS como suporte para a tomada de decisão

A empresa *SDG Engaged* está estrategicamente mais voltada para a sustentabilidade, o que significa que vê a sustentabilidade como oportunidade estratégica e tem por objetivo a criação de valor para todos os seus *stakeholders*.

Os ODS fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica da empresa, sendo escolhidos na medida em que estejam alinhados com a estratégia e em que façam parte do seu *core business*. No entanto, a estratégia desta empresa não é ainda inteiramente definida de acordo com os ODS, e não são estes que guiam a definição da sua estratégia nem atividade.

De todo o modo, esta empresa considera que o nível de implementação dos ODS não está, ainda, onde gostaria que ele estivesse. No entanto, em comparação com os restantes grupos, é o tipo de empresa que se encontra mais próximo do seu ideal de implementação.

- 62,2% e 78,4% indicam que os impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro, respetivamente.
- 59,5% e 62,2% indicam que os impactos sociais/ ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro, respetivamente.
- 36,1% refere ODS e *spillovers* na comunicação da empresa

Deste modo, os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão de escolha dos ODS e considerados no Relatório Não Financeiro. São também considerados os impactos negativos, principalmente no que toca à escolha dos ODS.

Comparativamente com os outros grupos, estas empresas estão mais orientadas para referir os ODS e externalidades na comunicação da empresa. Quando questionadas a respeito do conhecimento que têm sobre os ODS e sua implementação, as empresas SDG Engaged afirmam maioritariamente (89,2%) saber como atuar na sustentabilidade e nos ODS e estar a operacionalizar.

Motivações para a sustentabilidade

1. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M= 6,68
2. Resolver questões sociais/ ambientais em parcerias, M= 6,35
3. Oportunidade de crescimento de negócio, M= 6,30
4. Resolver problemas sociais, M= 6,24
5. Conseguir vantagem competitiva, M= 6,22
6. Mitigar riscos, M= 6,14
7. Cumprir a legislação, M= 6,05
8. Pressão dos investidores, M= 6,03
9. Pressão da sociedade, M= 5,97
10. Ganhar reputação, M= 5,78
11. Pressão dos colaboradores, M= 5,73
12. Pressão dos consumidores, M= 5,51
13. Ter licença para operar, M= 5,27
14. Reduzir custos, M= 5,24

*Escala de resposta de 1 – Não é importante a 7- É muito importante

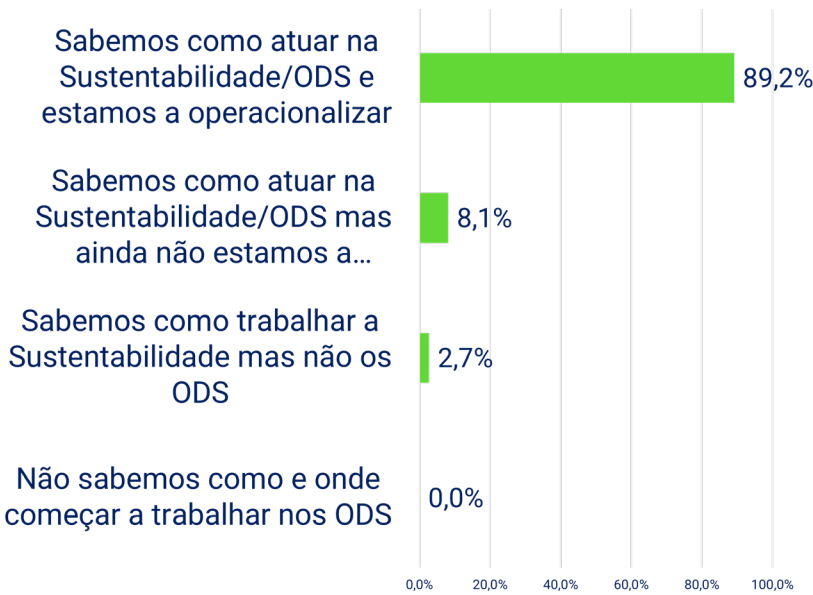


Figura 7.3.2 – Conhecimento sobre como operacionalizar a sustentabilidade e os ODS

Quando questionadas a respeito do conhecimento que têm sobre os ODS e sua implementação, as empresas SDG Engaged afirmam maioritariamente (89,2%) saber como atuar na sustentabilidade e nos ODS e estar a operacionalizar.

SDG Aware

Caracterização das empresas:

- Compostas tanto por capitais não familiares (56,3%) como empresas familiares (43,8%)
- Estrutura legal: maioritariamente sociedades anónimas (93,8%)
- 87,5% sem cotação bolsista



Comportamento

100% vê a sustentabilidade como uma Oportunidade Estratégica

100% descreve estratégia como Criação de valor para *stakeholders*

87,5% escolhe ODS alinhados com a sua estratégia e que fazem parte do *core business*, 0% definem a sua estratégia de acordo com os ODS

100% não encara ODS como suporte para a tomada de decisão

As motivações destas empresas para a adoção dos ODS são: Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, seguidas de motivações mais reativas que as *SDG Engaged* como: Mitigar riscos e Pressão de *Stakeholders*. Os impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta e considerados, principalmente, no Relatório Não Financeiro:

- 37,5% e 75,0% indicam que os impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro
- 50% indicam que os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro
- 50% não refere os ODS e os seus *spillovers* na comunicação da empresa (mas 25% gostariam de os considerar)

A empresa *SDG Aware* vê a sustentabilidade como uma oportunidade estratégica e tem como objetivo a criação de valor para os *stakeholders*.

Apesar de sensibilizadas para a importância da sustentabilidade, os ODS não fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica, assim como a estratégia destas empresas não é definida de acordo com os ODS, e estes não guiam completamente a sua atividade.

Estas empresas consideram que o nível de implementação dos ODS não está, ainda, onde gostariam que ele estivesse.

Nas suas motivações para a sustentabilidade, as empresas *SDG Aware* escolheram:

Quando questionadas sobre o conhecimento que têm a respeito dos ODS e sua implementação, as empresas *SDG Aware* afirmam maioritariamente (68,8%) saber como atuar na sustentabilidade e nos ODS e estar a operacionalizar. No entanto, 25% destas empresas sabem como atuar na sustentabilidade e ODS, mas ainda não estão a operacionalizar.

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M= 6,19
- 2. Mitigar riscos, M= 5,63
- 3. Pressão dos investidores, M= 5,44
- 4. Pressão da sociedade, M= 5,38
- 5. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M= 5,25
- 6. Oportunidade de crescimento de negócio, M= 5,25
- 7. Conseguir vantagem competitiva, M= 5,13
- 8. Pressão dos consumidores, M= 5,0
- 9. Resolver problemas sociais, M= 4,88
- 10. Pressão dos colaboradores, M= 4,87
- 11. Ganhar reputação, M= 4,88
- 12. Cumprir a legislação, M= 4,50
- 13. Reduzir custos, M= 4,37
- 14. Ter licença para operar, M= 3,06



Comportamento

- 1. 57,1% vê sustentabilidade como uma Oportunidade Estratégica
- 87,5% descreve estratégia como Criação de valor para *shareholders* (lucro)
- 42,9% escolhe ODS alinhados com a sua estratégia e que fazem parte do *core business*
- 57,1% não encara ODS como suporte para a tomada de decisão

Shareholder Aware

Caracterização das empresas:

- Maioritariamente empresas familiares (71,4%)
- Estrutura legal: maioritariamente sociedades anónimas (85,7%) e sociedade por quotas (14,3%).
- 71,4% sem cotação bolsista

A empresa *Shareholder Aware* entende a sustentabilidade como oportunidade estratégica ou talvez positiva.

A estratégia da empresa está em grande parte focada na criação de lucro para os *shareholders*.

Os ODS não **fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica e esta empresa entende que é difícil encontrar oportunidades e/ou condições para a implementação dos ODS.**

Comparativamente com os outros grupos, estas são as empresas que se encontram **mais distantes do seu ideal de implementação dos ODS.**

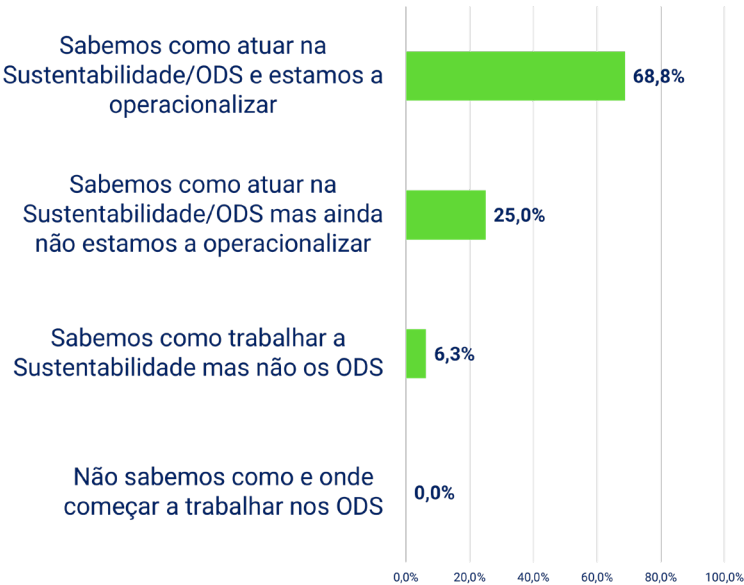


Figura 7.3.3 – Conhecimento sobre como operacionalizar a sustentabilidade e os ODS

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Mitigar riscos, M=5,29
- 2. Oportunidade de crescimento de negócio, M=5,29
- 3. Conseguir vantagem competitiva, M=5,0
- 4. Cumprir a legislação, M=4,86
- 5. Resolver problemas sociais, M=4,86
- 6. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M=4,6
- 7. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M=4,71
- 8. Ganhar reputação, M=4,14 Pressão da sociedade, M=4,14
- 9. Ter licença para operar, M=4,0
- 10. Pressão dos investidores, M=4,0
- 11. Reduzir custos, M=3,86
- 12. Pressão dos consumidores, M=3,86
- 13. Pressão dos colaboradores, M=3,71

Os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta e considerados, principalmente, no Relatório Não Financeiro.

- 28,6% e 57,1% indicam que os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro
- 28,6% indicam que os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro
- 57.1% não refere ODS e *spillovers* na comunicação da empresa mas gostariam de considerar

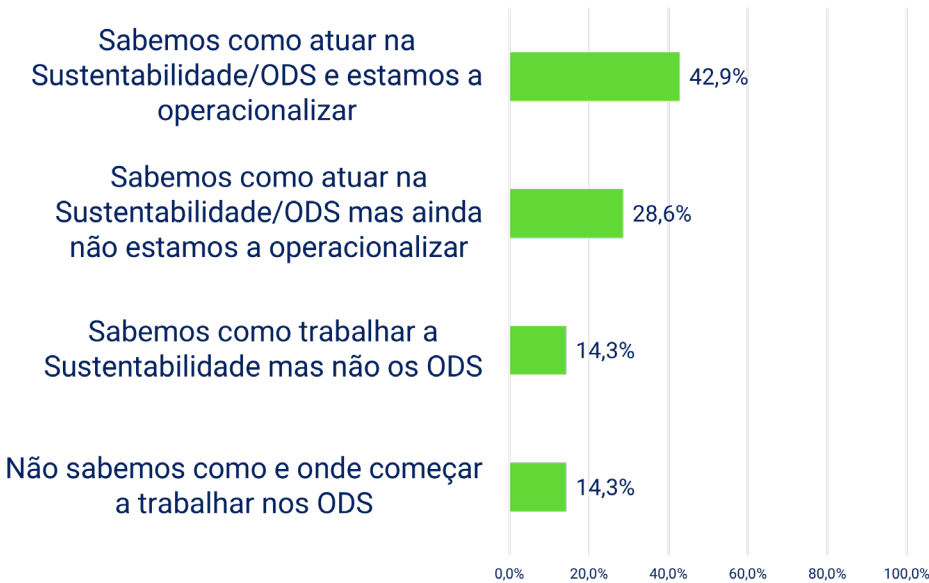


Figura 7.3.4 – Conhecimento sobre como operacionalizar a sustentabilidade e os ODS

Quando questionadas sobre o conhecimento que têm sobre os ODS e sua implementação, 42,9% das empresas *SDG Aware* afirmam saber como atuar na sustentabilidade e nos ODS e estar a operacionalizar. 28,6% destas empresas sabem como atuar na sustentabilidade e ODS, mas ainda não estão a operacionalizar. 14,3% sabem como atuar na sustentabilidade mas não nos ODS, e 14,3% não sabem como e onde começar a trabalhar nos ODS.

Motivações para a sustentabilidade

Quando tinham de escolher entre dois espectros para selecionar o que mais as motivava para os ODS, as empresas *SDG Engaged*, *SDG Aware* e *Shareholder Aware* responderam:

SDG Engaged

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Criar valor para *stakeholders* (vs. Lucrar) – 100%
- 2. Diferenciação de produtos e serviços (vs. Custos de produtos e serviços) – 94,6%
- 3. Necessidades das gerações futuras (vs. Gerações atuais) – 91,9%
- 4. Ter impacto na indústria (vs. Reduzir custos) - 78,4%
- 5. Ambição interna (vs. Pressão externa) – 75,7%
- 6. Resolver problemas da sustentabilidade (vs. Cumprir regulamentação) – 75,7%
- 7. Resolver problemas sociais (vs. Reputação) - 64,9%
- 8. Resolver questões sociais em conjunto com outros agentes económicos (vs. Vantagem competitiva) – 62.2%

SDG Aware

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Criar valor para *stakeholders* (vs. Lucrar) – 100%
- 2. Diferenciação de produtos e serviços (vs. Custos de produtos e serviços) – 93,8%
- 3. Necessidades das gerações futuras (vs. Gerações atuais) – 87,5%
- 4. Ter impacto na indústria (vs. Reduzir custos) – 81,3%
- 5. Ambição interna (vs. Pressão externa) – 81,3%
- 6. Resolver problemas da sustentabilidade (vs. Cumprir regulamentação) – 81,3%
- 7. Resolver questões sociais em conjunto com outros agentes económicos (vs. Vantagem competitiva) – 62.5%
- 8. Resolver problemas sociais (vs. Reputação) – 62.5%

Shareholder aware

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Ambição interna (vs. Pressão externa) – 85,7%
- 2. Necessidades das gerações futuras (vs. Gerações atuais) – 85,7%
- 3. Diferenciação de produtos e serviços (vs. Custos de produtos e serviços) – 85,7%
- 4. Vantagem competitiva (vs. Resolver questões sociais em conjunto com outros agentes económicos) – 71,4%
- 5. Resolver problemas da sustentabilidade (vs. Cumprir regulamentação) – 71,4%
- 6. Criar valor para *stakeholders* (vs. Lucrar) – 71,4%
- 7. Ter impacto na indústria (vs. Reduzir custos) – 57,1%
- 8. Reputação (vs. Resolver problemas sociais) – 57.1%

As diferentes motivações para a adoção dos ODS estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

As diferentes motivações para adoção dos ODS apresentam-se como um fator central na distinção entre os *clusters*. Com exceção da motivação “mitigar riscos” e “reduzir custos”, todos os outros fatores de motivação diferenciam de forma estatisticamente significativa os *clusters*. De uma forma geral, o grupo *SDG Engaged* encontra-se mais intensamente motivado que todos os outros grupos, tendo em conta todos os fatores de motivação.

Resolver questões sociais/ambientais em parceria é o que mais motiva as empresas *SDG Engaged*. Mitigar riscos é o fator que mais motiva as empresas *SDG Aware*. Mitigar riscos e a oportunidade de crescimento de negócio são os fatores que mais motivam as *Shareholder Aware*. Ter licença para operar é o que menos motiva as empresas para a Agenda dos ODS.

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 1)

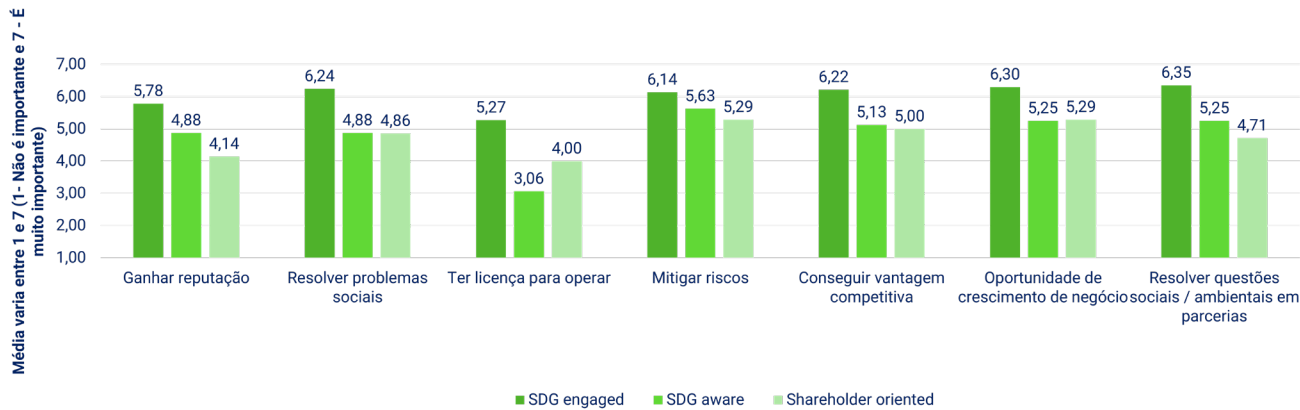


Figura 7.3.5 – Os clusters e os diferentes fatores de motivação das empresas na adoção dos ODS 1/2

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 2)

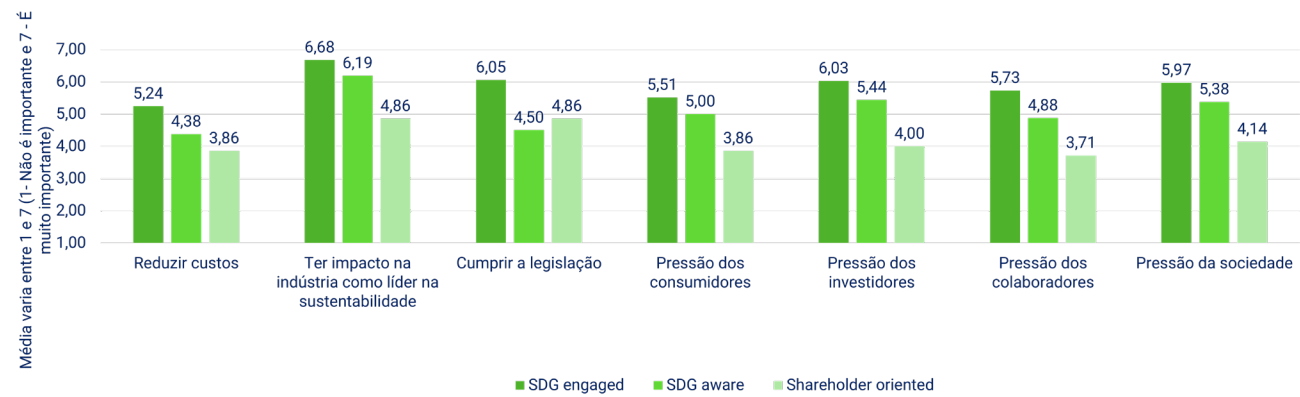


Figura 7.3.6 – Os clusters e os diferentes fatores de motivação das empresas na adoção dos ODS 2/2

A obrigatoriedade de escolha entre espectros de diferentes motivações confirma a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade?

É notório que, quando convidados a escolher entre os dois lados do espectro, apenas na escolha “Lucrar vs Criar valor para um amplo grupo de *stakeholders*” apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters*. O único *cluster* com empresas que optam pela opção “lucrar” perante estas duas

alternativas é o *cluster Shareholder Aware*. Reduzir custos e obter vantagem competitiva são também motivações que influenciam mais este cluster, apesar de não representarem diferenças estatisticamente significativas.

Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade? (parte 1)

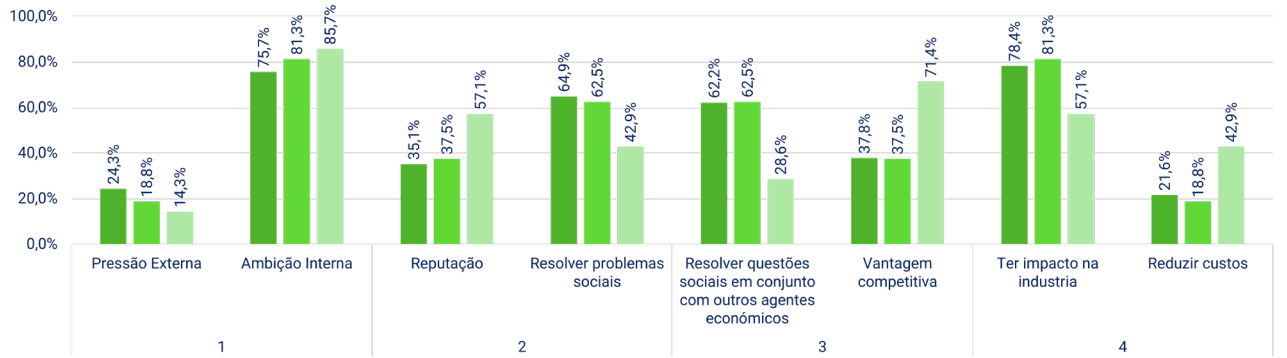


Figura 7.3.7 – Clusters e principais fatores de motivação para a sustentabilidade entre dois espectros 1/2

Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade? (parte 2)

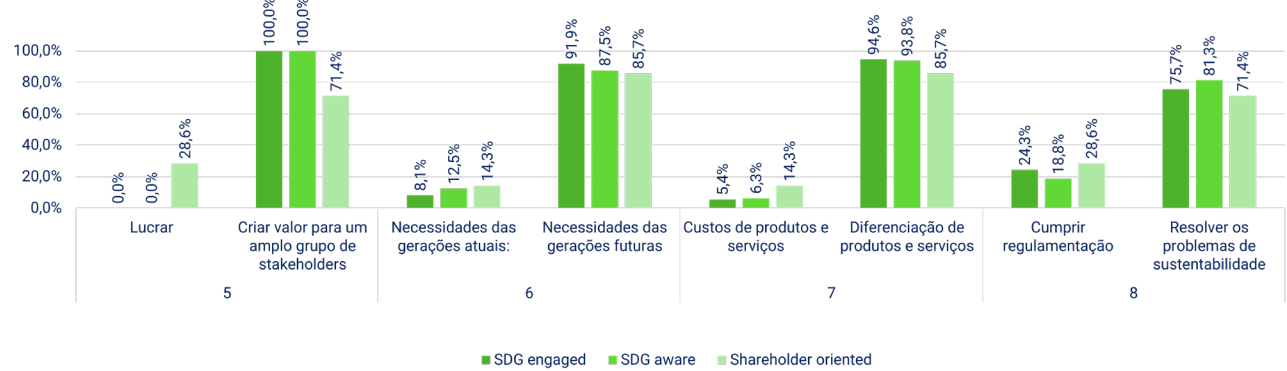


Figura 7.3.8 – Clusters e principais fatores de motivação para a sustentabilidade entre dois espectros 2/2

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionado com a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão

Há uma diferença estatisticamente significativa entre os *clusters* no que toca à consideração dos impactos positivos da empresa no processo de tomada de decisão. As empresas *SDG Engaged* encontram-se em destaque, tomando em consideração este impacto na tomada de decisão de forma mais frequente do que nos restantes grupos. Também consideram mais

os impactos positivos da empresa no Relatório Não Financeiro. Tanto as empresas *SDG Aware* como *Shareholder Aware* consideram mais estes impactos no seu Relatório Não Financeiro do que no processo de tomada de decisão. Este efeito deve ser considerado, se a empresa não quiser entrar em estratégias de *Greenwashing*.

Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta...

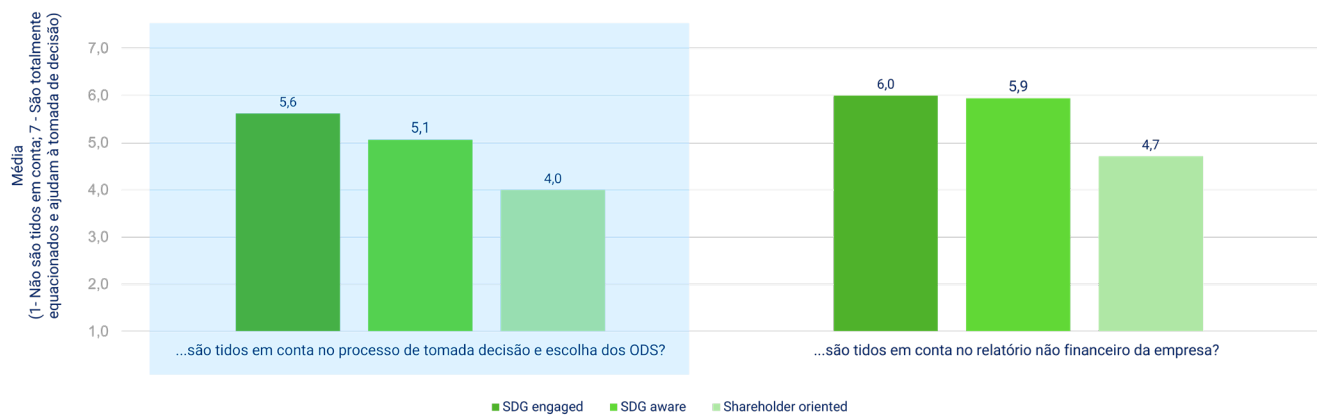


Figura 7.3.9 – Os clusters e como os impactos sociais/ambientais positivos das empresas são tidos em conta na escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro

Há uma diferença marginalmente significativa entre os *clusters* no que toca à consideração dos impactos negativos da empresa no processo de tomada de decisão e no Relatório Não Financeiro. À semelhança do que se passa relativamente aos impactos positivos, as empresas *SDG Engaged* encontram-se aqui em destaque, tomando em consideração aqueles impactos

negativos na sua tomada de decisão e no Relatório Não Financeiro mais frequentemente que os restantes grupos. Neste caso, as empresas *SDG Aware* como *Shareholder Aware* diferenciam-se. O primeiro grupo considera mais os efeitos negativos no seu Relatório Não Financeiro; o segundo grupo considera-os mais no processo de escolha e tomada de decisão.

Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta...

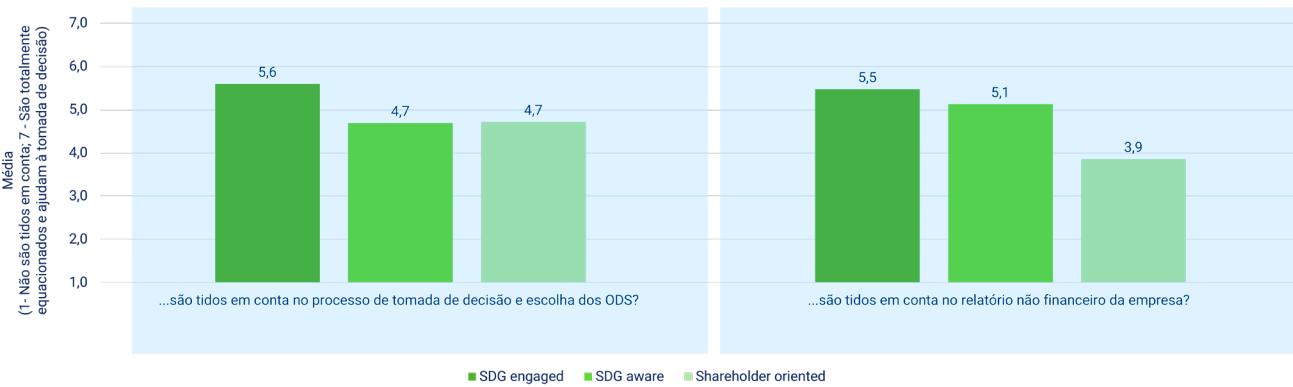


Figura 7.3.10– Os clusters e como os impactos sociais/ambientais negativos das empresas são tidos em conta na escolha dos ODS e no Relatório Não Financeiro

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à referência a *spillovers* positivos e negativos na comunicação da

empresa ou no seu Relatório Não Financeiro, mas são as empresas *SDG Engaged* e *Shareholder Aware* que mais consideram estes efeitos.

Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

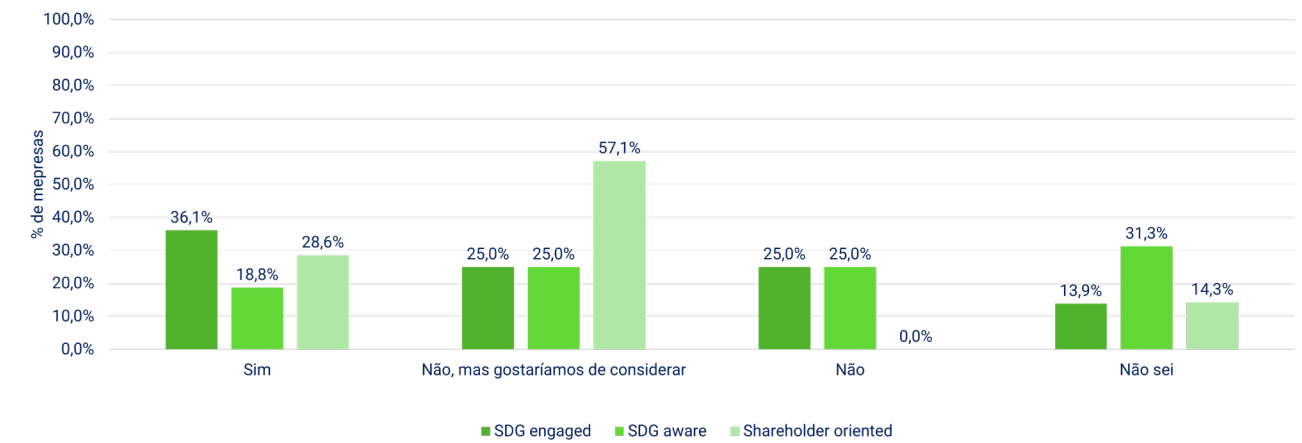


Figura 7.3.11 – Os clusters e a existência de referência à interligação dos ODS e os *spillovers* negativos e positivos comunicados pela empresa e ou indicados no seu Relatório Não Financeiro

As diferentes barreiras à adoção dos ODS estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

Abarreira “falta conhecimento de como operacionalizar” é a mais importante, demonstrando que esta é uma área onde as empresas devem investir. As empresas *Shareholder Aware* são as que mais consideram como barreira a opção “Não temos recursos”, mas esta não surge como uma forte barreira. Existem diferenças marginalmente significativas para a opção “Os ODS são muito distantes da nossa linguagem”, em que se observam valores inferiores para as empresas *SDG Engaged*.

Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

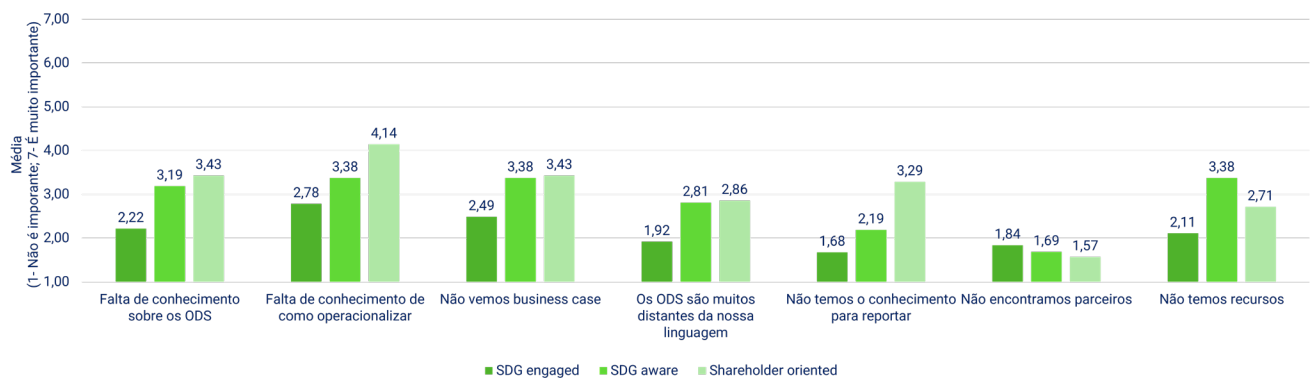


Figura 7.3.12 – Os clusters e a importância, para as empresas, das barreiras para a adoção dos ODS

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionada com a forma como a empresa considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar

Verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre os clusters no que toca à correspondência entre o trabalho que as empresas desenvolvem sobre os ODS e o nível de implementação onde gostariam de estar (numa escala de 1 a 7). As empresas *SDG Engaged* apresentam valores significativamente mais elevados que os restantes dois clusters, estando num nível de 4,76 (em 7). Nenhum dos clusters se situa num nível 5, 6 ou 7, o que demonstra haver um gap entre a intenção e a efetiva operacionalização dos ODS nas empresas portuguesas.



Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?

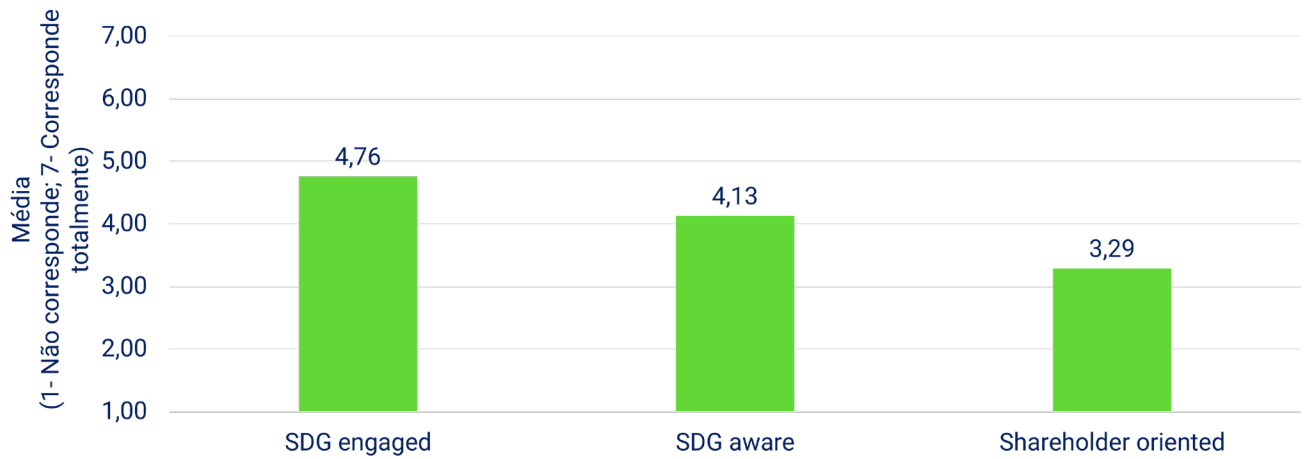


Figura 7.3.13 – Os clusters e o gap entre a intenção e a efetiva implementação dos ODS nas empresas

Análises específicas

A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade?

A caracterização das empresas pertencentes a cada *cluster* e potencial diferença entre estes grupos foi estudada no que diz respeito à: estrutura legal, capital, empresa familiar/não familiar, empresa cotada em bolsa/não cotada, ano de fundação, número de países em que opera, indústria, serviços ou produtos, empresa associada a redes empresariais de sustentabilidade, e composição do Conselho de Administração e Comissão Executiva.

As principais diferenças estatisticamente significativas entre *clusters* foram as seguintes:

- Verifica-se que o **Cluster *SDG Engaged* é composto por uma percentagem maior de empresas não familiares**, enquanto que o *cluster Shareholder Aware* detém uma percentagem superior de empresas familiares.
- **O Cluster *SDG Aware* é composto maioritariamente por empresas sem comercialização bolsista**. De todos os *clusters*, o grupo *SDG Engaged* tem a maior percentagem de empresas cotadas em bolsa, o que não é surpreendente considerando que estas empresas têm mais obrigações em matéria de *reporting* não financeiro.
- No que diz respeito ao número de países em que estas empresas operam, há uma tendência para o *Cluster SDG Engaged* operar num número inferior de países face ao *Cluster SDG Aware* e face ao *Cluster Shareholder Aware*.
- No que diz respeito ao setor de atividade, salienta-se a alta percentagem de empresas pertencentes

ao setor químico, aos media e tecnologia no *Cluster Shareholder Aware*, quando comparado com os restantes *clusters*. No *Cluster SDG Engaged* destacam-se o setor de Bancos e Serviços financeiros, uma indústria muito regulada pelos temas da sustentabilidade, como evidenciado no Capítulo 4.1.

- As Comissões Executivas são constituídas em média por elementos com idade mais elevada no *Cluster Shareholder Aware*, quando comparado com o *Cluster SDG Engaged*. No que diz respeito à % de homens e mulheres na Comissão Executiva e Conselho de Administração, não se verificam diferenças significativas na forma como estes se distribuem nos 3 *clusters*.

No que respeita à estrutura legal, ao tipo de capital da empresa, ao ano de fundação e ao tipo de negócio, não se verificam diferenças estatisticamente significativas, apesar de existirem algumas diferenças entre *clusters*.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	
Como é que caracteriza a estrutura legal da sua empresa?	Sociedade Anónima	83,8%	93,8%	85,7%	ns
	Sociedade por Quotas (incluindo unipessoal)	10,8%	6,3%	14,3%	
	Sociedade de Profissionais/ Sociedades de Responsabilidade	2,7%	0,0%	0,0%	
	E.P.E - Entidade Pública Empresarial	2,7%	0,0%	0,0%	
Qual é a estrutura do capital da sua empresa? A quem pertence o capital?	Capital privado	81,1%	87,5%	100%	ns
	Capital público	10,8%	6,3%	0,0%	
	Capital misto	8,1%	6,3%	0,0%	
A sua empresa é familiar ou não familiar?	Empresa familiar	24,3%	43,8%	71,4%	$\chi^2 (2) = 6,475^*$
	Empresa com capitais não familiares	75,7%	56,3%	28,6%	
A empresa é cotada na bolsa / comercializada no mercado?	Empresa cotada em bolsa (com capitais abertos comercializáveis)	48,6%	12,5%	28,6%	$\chi^2 (2) = 6,509^*$
	Empresa sem comercialização bolsista	51,4%	87,5%	71,4%	
Em que ano foi fundada a sua empresa?	até 1900	24,3%	12,5%	14,3%	ns
	entre 1901 e 1945	10,8%	31,3%	28,6%	
	entre 1946 e 1980	24,3%	25,0%	28,6%	
	entre 1981 e 2000	29,7%	25,0%	28,6%	
	a partir de 2001	10,8%	6,3%	0,00%	
A sua empresa é um negócio de serviços ou um negócio de produtos?	Serviços	45,9%	31,3%	14,3%	ns
	Produtos	29,7%	25,0%	42,9%	
	Ambos	24,3%	43,8%	42,9%	

Tabela 7.3.2 – Os *Clusters* e características das empresas
(ns = não significativo do ponto de vista estatístico)

No que diz respeito à associação a redes, os *clusters* não se distribuem de forma estatisticamente diferente. No entanto, a maioria das empresas *Shareholder Aware* não faz parte do *Global Compact Network Portugal*, do GRACE, nem do BCSD/WBCSD (85,7%; 71,4%; 71,4%, respetivamente). O que é expectável.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	$\chi^2 (10)=18,518^*$
Em quantos países opera a sua empresa?	1 país	29,7%	12,5%	0,0%	
	entre 2 e 10	27,0%	25,0%	28,6%	
	entre 11 e 30	21,6%	12,5%	14,3%	
	entre 31 e 70	5,4%	31,3%	28,6%	
	entre 70 e 120	2,7%	18,8%	28,6%	
	entre 121 e 200 países	13,5%	0,0%	0,0%	
Global Compact Network Portugal	Sim	43,2%	50,0%	14,3%	ns
	Não	56,8%	50,0%	85,7%	
GRACE	Sim	54,1%	37,5%	28,6%	ns
	Não	45,9%	62,5%	71,4%	
BCSD / WBSCD	Sim	73,0%	62,5%	28,6%	ns
	Não	27,0%	37,5%	71,4%	

Tabela 7.3.3 – Os *Clusters* e características das empresas: número de países em que opera e pertença a redes empresariais

No que diz respeito ao setor de atividade, verifica-se que há diferenças entre os *clusters*, na proporção em que se distribuem pelas diferentes indústrias. Salienta-se a alta percentagem de empresas pertencentes ao setor químico, aos media e tecnologia no *cluster Shareholder Aware*, quando comparado com os restantes *clusters*. No *cluster SDG Engaged* existe uma maior proporção de empresas em Bancos e Serviços Financeiros, uma indústria muito regulada pelos temas da sustentabilidade, como evidenciado no Capítulo 4.1.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	$\chi^2 (34)=67,247^{**}$
Qual é o setor de atividade / indústria da sua empresa?	Automobiles and Parts	5,4%	6,3%	0,0%	
	Banks & Financial Services	13,5%	0,0%	0,0%	
	Basic Resources	5,4%	0,0%	0,0%	
	Chemicals	0,0%	0,0%	28,6%	
	Construction and Materials	10,8%	0,0%	0,0%	
	Consumer Products and Services	8,1%	0,0%	14,3%	
	Energy & Utilities	10,8%	0,0%	0,0%	
	Food, Beverage and Tobacco	5,4%	25,0%	0,0%	
	Health Care	8,1%	0,0%	0,0%	
	Industrial Goods and Services	2,7%	12,5%	0,0%	
	Insurance	2,7%	6,3%	0,0%	
	Media	0,0%	0,0%	28,6%	
	Professional Support Services	5,4%	6,3%	0,0%	
	Real Estate	0,0%	12,5%	0,0%	
	Retail	5,4%	12,5%	0,0%	
	Technology	5,4%	0,0%	28,6%	
	Telecommunications	5,4%	12,5%	0,0%	
	Travel and Leisure	5,4%	6,3%	0,0%	

Tabela 7.3.4 – Os *Clusters* e os setores de atividade das empresas

As Comissões Executivas são constituídas em média por elementos com idade mais elevada no *Cluster Shareholder Aware*, quando comparado com o *Cluster SDG Engaged*. No que diz respeito à percentagem de homens e mulheres na Comissão Executiva e Conselho de Administração, não se verificam diferenças significativas na forma como estes se distribuem nos 3 *clusters*.

	SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	
Idade média da Comissão Executiva (calculada com ponto médio de cada faixa etária)	52,6	50,7	58,6	$F(2)=4,48$ 67^{**} (entre SDG Engaged e Shareholder Aware)
Idade média do Conselho de Administração (calculada com ponto médio de cada faixa etária)	55,0	53,6	56,1	ns
% mulheres na Comissão Executiva	18,6%	24,5%	17,5%	ns
% mulheres no Conselho de Administração	20,9%	20,5%	21,8%	ns
% homens na Comissão Executiva	75,6%	68,5%	81,2%	ns
% homens no Conselho de Administração	74,8%	73,4%	78,2%	ns

Tabela 7.3.5 – Os *Clusters* e média da Comissão Executiva, percentagem de mulheres e de homens na Comissão Executiva e no Conselho de Administração

O nível de conhecimento dos ODS está relacionado com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade?

No que diz respeito ao conhecimento sobre os ODS nas empresas, os *clusters* diferem significativamente. O *Cluster SDG Engaged* declara ter um nível de conhecimento superior, seguido do *cluster SDG Aware* e por último, do *cluster Shareholder Aware*.

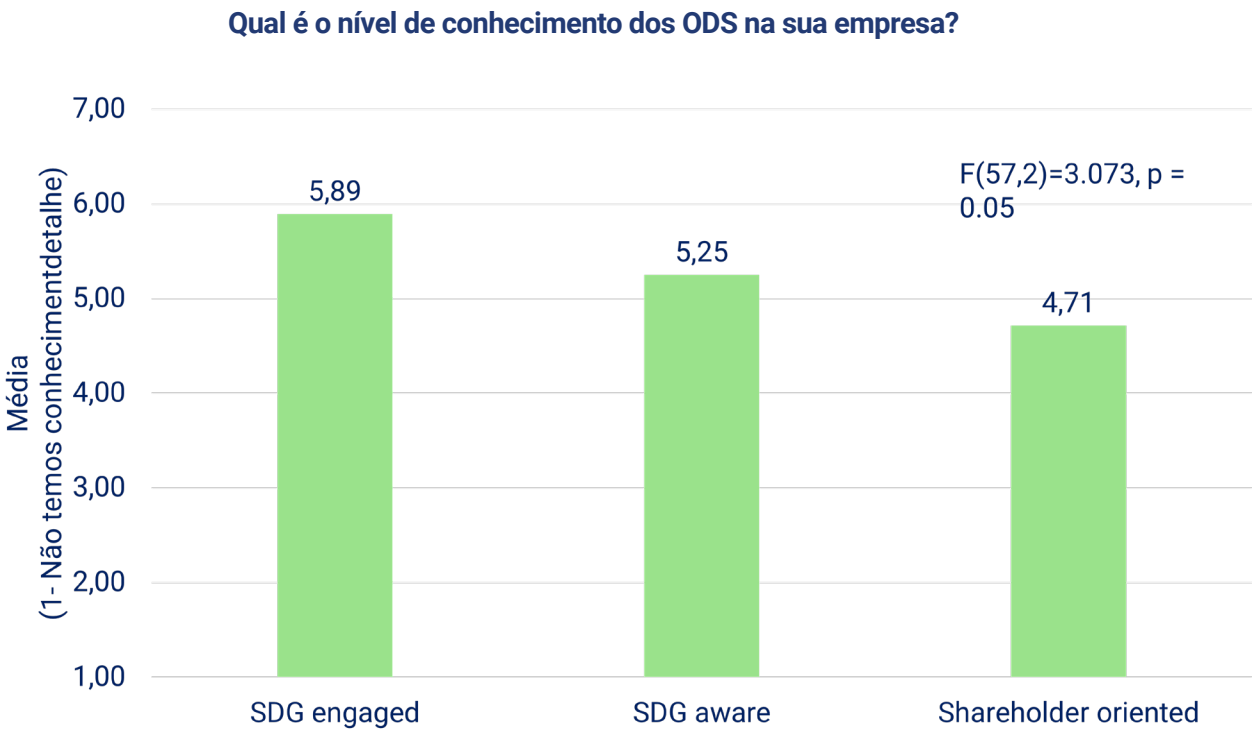


Figura 7.3.15 – Nível de conhecimento dos ODS por *cluster*

As diferentes barreiras para a não adoção dos ODS estão relacionadas com a forma como a empresa vê o *gap* entre “onde está” e “onde gostaria de estar” em termos de ODS e sustentabilidade

Através da análise de regressão, estudou-se a relação entre a perceção das diferentes barreiras e o nível de implementação dos ODS. Verificou-se que todas as barreiras, à exceção da barreira “não encontramos parceiros”, contribuem negativamente para o nível de implementação dos ODS. A relação negativa entre as variáveis aponta para a conclusão de que quanto maior é a intensidade da perceção da barreira, menor é o nível de implementação. O modelo mostra-nos que, de todas as barreiras, a barreira “não temos conhecimento para reportar” tem a maior importância relativamente às outras (B= -,521)*. A barreira que se segue é: “Falta de conhecimento de como operacionalizar” (B= -,482)*. A

terceira barreira mais relevante é “Os ODS são muitos distantes da nossa linguagem” (B= -,442)*. Encontra-se assim evidência de que estas barreiras (falta de conhecimento e linguagem distante) poderão contribuir para o *gap* de implementação experienciado pelas empresas.

Modelo	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Falta de conhecimento sobre os ODS	-0,28	<.001
2	Falta de conhecimento de como operacionalizar	-0,482	<.001
3	Não vemos <i>business case</i>	-0,428	<.001
4	Os ODS são muitos distantes da nossa linguagem	-0,442	<.001
5	Não temos o conhecimento para reportar	-0,521	<.001
6	Não encontramos parceiros	-0,158	ns
7	Não temos recursos	-0,328	0.01

Tabela 7.3.6 – Barreiras e nível de implementação

Variável dependente: Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar? - Nível de implementação

O coeficiente beta é estandardizado e compara a força do efeito de cada variável independente individual com a variável dependente. Quanto maior o valor absoluto do coeficiente beta, mais forte o efeito.

A forma como as empresas desenvolvem parcerias nos ODS está relacionada com a sua posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na forma como as empresas dos diferentes clusters desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS. No entanto, é notório que o *cluster* “SDG engaged” conta já atualmente com uma considerável

percentagem das suas empresas (45,9%) com “múltiplas parcerias” no âmbito dos ODS. Todas as empresas mostraram ter parcerias e valorizar as parcerias no âmbito dos ODS, o que evidencia a importância do tema.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	
Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?	Não temos parcerias estabelecidas	2,7%	12,5%	14,3%	ns
	Temos algumas parcerias, mas não é prática habitual	8,1%	12,5%	28,6%	
	Procuramos parcerias nestes tópicos e temos algumas	43,2%	62,5%	42,9%	
	Temos múltiplas parcerias	45,9%	12,5%	14,3%	

Tabela 7.3.7 – Os clusters e o desenvolvimento de parcerias pelas empresas

A existência de indicadores ligados ao *core business* e o seu nível de detalhe está associado a diferentes posições estratégicas face aos ODS e sustentabilidade

Não foram encontradas diferenças significativas na existência de indicadores ligados ao *core business* e no seu nível de detalhe. No entanto as empresas *Shareholder Aware* são as que têm menor nível de “indicadores de sustentabilidade ligados ao *core business da empresa*”. Verifica-se em todos os *clusters*

que a maioria das empresas já tem indicadores de sustentabilidade ligados ao *core business*, focados essencialmente nos ODS. No entanto, estes raramente são ao nível das metas dos ODS, o que abre espaço para melhoria.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	
Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao "core business" da sua empresa?	Sim	86,5%	81,3%	57,1%	ns
	Não	13,5%	18,8%	42,9%	
Os indicadores ou ambições da empresa referem-se aos ODS (17 objetivos) ou vão até ao nível dos targets (169 targets)?	Referem-se aos objetivos (ODS)	78,4%	87,5%	83,3%	ns
	Vão até ao nível dos targets	21,6%	12,5%	16,7%	

Tabela 7.3.8 – Os clusters e a existência de indicadores ligados ao core business e o seu nível de detalhe

As diferentes barreiras apontadas para o engagement com os ODS e a sustentabilidade estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

No que se refere às barreiras apontadas para o engagement, vemos que, de forma estatisticamente significativa, o cluster *SDG Engaged* se destaca com a percentagem superior de empresas que declaram saber como atuar na sustentabilidade e ODS, estando já em operacionalização. 25% das empresas *SDG Aware* mencionam saber como atuar na Sustentabilidade/ ODS mas ainda não estão a operacionalizar. As empresas *Shareholder Aware* são as únicas que mencionam não saber como e onde começar a trabalhar nos ODS.

Apesar de não ser com uma diferença estatisticamente significativa, vemos também que o cluster *SDG Engaged* tem um número superior de empresas, quando comparado com os restantes clusters, que considera que a falta de "business case" não é uma barreira à implementação dos ODS. A maioria das empresas *SDG Aware* menciona que a "falta de business case" é uma barreira, porque "é difícil encontrar um business case".

		SDG engaged (n=37)	SDG aware (n=16)	Shareholder oriented (n=7)	
Das seguintes opções qual é a mais válida para a sua empresa?	Não sabemos como e onde começar a trabalhar nos ODS	0.0%	0.0%	14.3%	$\chi^2 (6) = 14.186^{**}$
	Sabemos como trabalhar a Sustentabilidade mas não os ODS	2.7%	6.3%	14.3%	
	Sabemos como atuar na Sustentabilidade/ODS mas ainda não estamos a operacionalizar	8.1%	25.0%	28.6%	
	Sabemos como atuar na Sustentabilidade/ODS e estamos a operacionalizar	89.2%	68.8%	42.9%	
Escolha a opção que lhe faz mais sentido: "A falta de business case (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS"	Sim, porque não há nenhum business case	0.0%	6.3%	0.0%	ns
	Sim, porque é difícil encontrar um business case	29.7%	31.3%	57.1%	
	Não, não é uma barreira	70.3%	62.5%	42.9%	

Tabela 7.3.9 – Os clusters e a posição estratégica das empresas face aos ODS e sustentabilidade

O conhecimento dos ODS e dos 169 targets está relacionado a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão

Através da análise de regressão, estudou-se a relação entre o nível de conhecimentos dos ODS e dos 169 targets e o grau em que impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa são tidos em conta na sua tomada de decisão. Verifica-se que o nível de conhecimento dos ODS e dos 169 targets se relaciona positiva e significativamente com a consideração dos impactos positivos e negativos na tomada de decisão e escolha de ODS. No entanto, o nível de conhecimento dos ODS tem um efeito maior sobre a consideração

dos impactos sociais/ambientais positivos e negativos no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS do que os conhecimentos dos 169 targets. Os efeitos positivos têm um efeito superior que os negativos.

Variável Independente	Beta	Sig.
Nível de conhecimento ODS	,634	<,001
Nível de conhecimento dos 169 targets	,473	<,001

Tabela 7.3.10 – Variáveis: impactos positivos da empresa no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS? - Impactos positivos

Variável Independente	Beta	Sig.
Nível de conhecimento ODS	.484	<,001
Nível de conhecimento dos 169 targets	.387	.002

Tabela 7.3.11 – Como os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS? - Impactos negativos

Um coeficiente *beta* é estandardizado e compara a força do efeito de cada variável independente individual com a variável dependente. Quanto maior o valor absoluto do coeficiente *beta*, mais forte o efeito.

O conhecimento dos ODS e dos 169 targets está relacionado a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, no Relatório Não Financeiro

Verifica-se que o nível de conhecimento dos ODS se relaciona positiva e significativamente com a consideração dos impactos positivos e negativos no Relatório Não Financeiro da empresa. Já o conhecimento dos 169 targets relaciona-se positiva e significativamente apenas com a consideração

dos impactos negativos no Relatório Não Financeiro da empresa. O nível de conhecimento dos ODS tem um efeito maior sobre a consideração dos impactos sociais/ambientais negativos no Relatório Não Financeiro da empresa do que o conhecimento dos 169 targets.

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?- Impactos positivos

Variável Independente	Beta	Sig.
Nível de conhecimento ODS	,336	,010
Nível de conhecimento dos 169 targets	,223	ns

Tabela 7.3.12 – Como os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa

Variável Independente	Beta	Sig.
Nível de conhecimento ODS	.,385	,003
Nível de conhecimento dos 169 targets	,317	,014

Tabela 7.3.13 – Como os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?- Impactos negativos

Os coeficientes beta têm desvios padrão como unidades e através deste coeficiente vemos qual a relação entre as variáveis testadas, com base nos seus desvios padrão.

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionada com a forma como a empresa considera as geografias onde opera para a escolha dos seus ODS estratégicos

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* na forma como as empresas escolhem os ODS mais importantes tendo em conta as geografias em que operam. É de salientar, ainda assim, que as empresas do *cluster Shareholder Aware* se encontram maioritariamente na opção “Temos em conta o que podemos fazer com

os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna”. As empresas dos *clusters* *SDG Engaged* e *SDG Aware* escolheram maioritariamente a opção: “Consideramos primeiro o contexto social onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição”.

		SDG Engaged (n=37)	SDG Aware (n=16)	Shareholder Aware (n=7)	
Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...	Escolhemos os que são mais fáceis de atingirmos	2,7%	6,3%	14,3%	
	Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna	43,2%	43,8%	57,1%	ns
	Consideramos primeiro o contexto social onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição	54,1%	50,0%	28,6%	

Tabela 7.3.14 – Os clusters e os critérios usados pelas empresas para selecionar os ODS mais importantes de acordo com as geografias onde operam

No que diz respeito à escolha dos ODS tendo em conta as geografias onde as empresas operam, verifica-se diferença estatística entre os *clusters*, apresentando o *cluster SDG Engaged* um nível de atenção superior às geografias onde opera no momento de escolha dos ODS. Este ponto é fundamental para que se estabeleça uma política empresarial de ODS que responda às necessidades de verdadeiro desenvolvimento sustentável das regiões onde opera a empresa, através da consideração e da atenção canalizada para os ODS mais e menos avançados nessas regiões.

A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera?

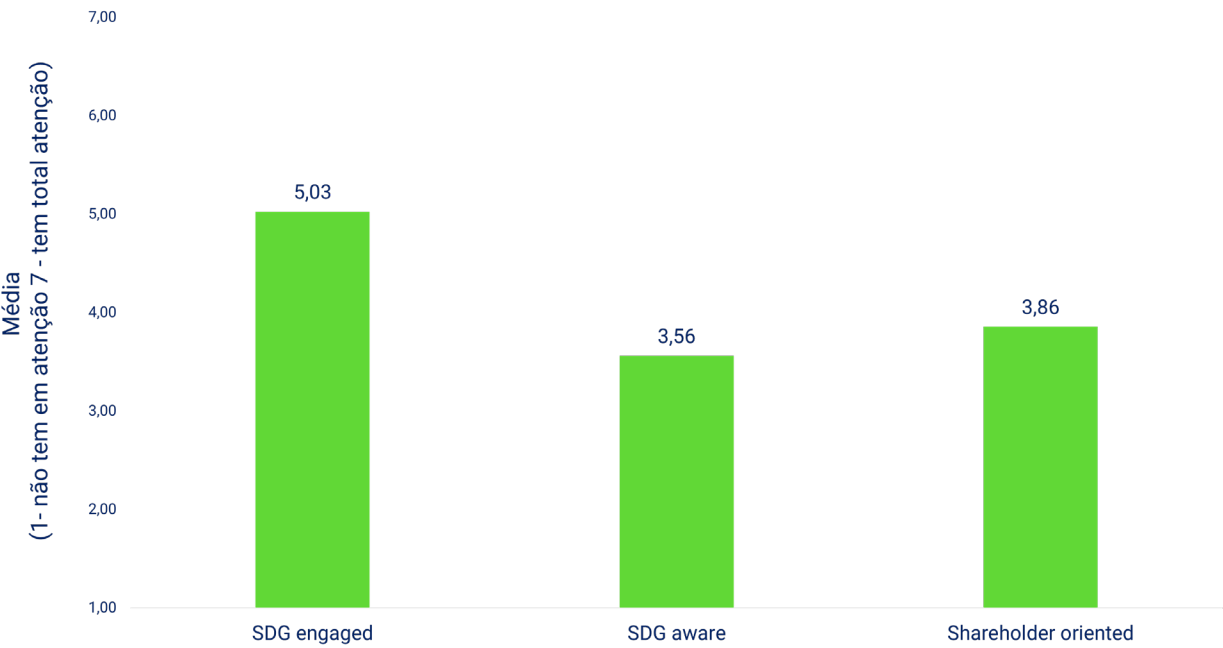


Tabela 7.3.16 – Os *clusters* e a escolha dos ODS tendo em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde operam as empresas



7.4 PMEs - Análises de *Clusters*

As 103 PMEs foram objeto de uma análise de *clusters*. O principal objetivo desta análise é o de classificar as empresas da amostra em grupos diferenciados de forma a que cada grupo pertençam empresas com características idênticas, e diferentes dos restantes grupos.

Foram obtidos quatro grupos de *clusters* com os dados analisados. As variáveis escolhidas para que as empresas fossem agrupadas em *clusters* diferentes podem ser visualizadas na Tabela 7.4.1, na primeira coluna “variáveis em análise”. Como, apesar de com ambições diferentes e comportamentos diferenciados em relação aos ODS, nenhuma das empresas estava ainda num nível “avançado” de adoção e incorporação da Agenda 2030 na sua estratégia e operações, foi ainda criado o *Cluster 1 – SDG Leader*, que apesar de não incluir nenhuma das empresas da amostra, demonstra o nível de ambição que as PMEs podem aspirar no futuro.

Os *clusters* foram denominados da seguinte forma, de acordo com o comportamento que os caracteriza:

- *Cluster 1 – SDG Leader*
- *Cluster 2 – SDG Engaged*, com um número de 41 empresas, em 103 no total;
- *Cluster 3 – Sustainability Oriented*, com um número de 18 empresas, em 103 no total;
- *Cluster 4 – Sustainability Aware*, com um número de 24 empresas, em 103 no total;
- *Cluster 5 – Shareholder Aware*, com um número de 20 empresas, em 103 no total;

		Cluster 1 (n=0)	Cluster 2 (n=41)	Cluster 3 (n=18)	Cluster 4 (n=24)	Cluster 5 (n=20)	
A minha empresa vê a sustentabilidade como:	Risco a mitigar		0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	$\chi^2 (6) = 32,403^{**}$
	Talvez positivo		9,8%	11,1%	16,7%	45,0%	
	Oportunidade estratégica	X	90,2%	88,9%	83,3%	35,0%	
O que melhor descreve a estratégia geral da sua empresa?	Criação de valor para os shareholders (lucro)		0,0%	100,0%	0,0%	90,0%	$\chi^2 (3) = 95,083^{**}$
	Criação de valor para os stakeholders	X	100,0%	0,0%	100,0%	10,0%	
Os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão?	Sim	X	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	$\chi^2 (3) = 103,000^{**}$
	Não		0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	
"A falta de business case (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS "	Sim, porque não há nenhum business case		4,9%	22,2%	33,3%	25,0%	ns
	Sim, porque é difícil encontrar um business case		34,1%	33,3%	33,3%	30,0%	
	Não, não é uma barreira	X	61,0%	44,4%	33,3%	45,0%	
De que forma estão os ODS incorporados na estratégia da sua empresa?	Não estão incorporados		7,3%	5,6%	37,5%	55,0%	$\chi^2 (9) = 31,204^{**}$
	Escolhemos alguns que consideramos fazerem parte da política de sustentabilidade e que são trabalhados por esse departamento		17,1%	27,8%	25,0%	25,0%	
	Escolhemos alguns que estão alinhados com a nossa estratégia e que fazem parte do nosso "core business"		61,0%	61,1%	37,5%	20,0%	
	Definimos a nossa estratégia de acordo com os ODS e suas ambições e estes guiam a nossa atividade	X	14,6%	5,6%	0,0%	0,0%	
Vê os ODS como uma oportunidade de negócio?	1- Não vejo de todo 7 - Sim vejo totalmente	7	M=5,29; DP=1,44	M= 4,94; DP=1,63	M= 4,71; DP=1,68	M= 3,70; DP=2,20	F(3,99)= 4,025*

Tabela 7.4.1 – Variáveis incluídas na definição dos grupos



Figura 7.4.1 – Clusters



SDG Engaged

Caracterização das empresas:

- Maioritariamente com capitais familiares (73,2%)
- Estrutura legal: 51,3% Sociedades por quotas (incluindo unipessoal) e 46,3% Sociedades anónimas

A empresa **SDG Engaged orienta o seu negócio para a sustentabilidade**, vê a sustentabilidade como oportunidade estratégica e tem como objetivo a criação de valor para os *stakeholders*.

Na sua maioria, não considera a falta de *business case* como uma barreira à implementação dos ODS.

Os ODS **fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica**, sendo escolhidos na medida em que estão alinhados com a estratégia e que fazem parte do “*core business*”. No entanto, a estratégia destas empresas não é ainda inteiramente definida de acordo com os ODS, e estes não guiam completamente a sua atividade.

Esta empresa não considera que o nível de implementação dos ODS está onde gostaria de estar (encontra-se num nível de 3,63 de média, numa escala de 1 a 7). No entanto, encontra-se um pouco mais próxima do seu ideal de implementação, a par do *cluster 2*, em comparação com os últimos dois grupos (que estão em 1,6 e 2,1 de média, respetivamente).

Comportamento

90,2% vê sustentabilidade como Oportunidade Estratégica, e 9,8% como Talvez positivo

100% descreve estratégia como Criação de valor para *stakeholders*

61,0% escolhe ODS alinhados com estratégia e que fazem parte do “*core business*”

100% encara ODS como suporte para tomada de decisão

Ver figura 7.4.14

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Oportunidade de crescimento de negócio, M=5,76
- 2. Conseguir vantagem competitiva, M=5,66
- 3. Resolver problemas sociais, M=5,61
- 4. Cumprir a legislação, M=5,56
- 5. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M=5,37
- 6. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M=5,32
- 7. Mitigar riscos, M=5,07
- 8. Reduzir custos, M=5,07
- 9. Ganhar reputação, M=4,71
- 10. Pressão dos colaboradores, M=4,44
- 11. Pressão da sociedade, M=4,39
- 12. Pressão dos consumidores, M=4,34
- 13. Ter licença para operar, M=4,27
- 14. Pressão dos investidores, M=3,95

*Escala de resposta de 1 – Não é importante a 7- É muito importante

Nas suas motivações para a sustentabilidade, quando tinham de escolher entre dois espectros de motivação as empresas *SDG Engaged* escolheram:

- 87,8% Ambição interna
- 80,5% Resolver problemas sociais
- 51,2% Vantagem competitiva
- 56,1% Ter impacto na indústria
- 100,0% Criar valor para *stakeholders*
- 87,8% Necessidades das gerações futuras
- 95,1% Diferenciação de produtos e serviços
- 80,5% Resolver problemas da sustentabilidade
- 56,1% e 48,8% das PME *SDG Engaged* indicam que impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 47,0% e 41,5% indicam que impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 12,2% refere aos ODS e *spillovers* na comunicação da empresa

Os impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa são tidos em conta mas não pela maioria destas empresas e são ligeiramente mais considerados no processo de tomada de decisão e escolha dos ODS, do que no seu *report*.



Figura 7.4.2 – Conhecimento sobre os ODS e sua implementação (*SDG Engaged*)

Quando questionadas sobre o conhecimento sobre os ODS e sua implementação, apenas 34,1% das PMEs *SDG Engaged* afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS e estar a operacionalizar. Outras 34,1% afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS, mas não estão a operacionalizar. Ainda 14,6%



Comportamento

88,9% vê sustentabilidade como Oportunidade Estratégica, e 11,1% como Talvez positivo

100% descreve estratégia como Criação de valor para *shareholders* (*lucro*)

61,1% escolhe ODS alinhados com estratégia e que fazem parte do “*core business*”

100% encara ODS como suporte para tomada de decisão

demonstram saber como atuar na Sustentabilidade mas não nos ODS. Todas as outras não sabem atuar nem na sustentabilidade, nem nos ODS. Assim verificamos haver um baixo nível de operacionalização e considerável falta de conhecimento de como operacionalizar os ODS.

Sustainability Oriented

Caracterização das empresas:

- Maioritariamente empresas familiares (83,3%)
- Estrutura legal: maioritariamente sociedades por quotas (66,7%) e 33,3% sociedades anónimas

A empresa “*Sustainability Oriented*” vê a sustentabilidade como oportunidade estratégica e tem como objetivo a criação de valor para os *shareholders*.

Os ODS **fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica**, sendo escolhidos na medida em que estão alinhados com a estratégia e que fazem parte do “*core business*” ou sendo escolhidos por fazerem parte da política de sustentabilidade, cenário em que são trabalhados por esse departamento (25%). A estratégia destas empresas não é definida de acordo com os ODS, e estes **não guiam completamente a sua atividade**.

Estas empresas **não consideram que o nível de implementação dos ODS está onde gostariam de estar**. No entanto, encontram-se um pouco mais próximas do seu ideal de implementação (média de 3,67 numa escala de 1 a 7), a par do *cluster* 1, em comparação com os últimos dois *clusters*.

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Conseguir vantagem competitiva, M=6,22
- 2. Oportunidade de crescimento de negócio, M=6,11
- 3. Cumprir a legislação, M=5,83
- 4. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M=5,72
- 5. Reduzir custos, M=5,56
- 6. Mitigar riscos, M=5,39
- 7. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M=5,33
- 8. Resolver problemas sociais, M=4,94
- 9. Ganhar reputação, M=4,83
- 10. Ter licença para operar, M=4,72
- 11. Pressão da sociedade, M=4,67
- 12. Pressão dos consumidores, M=4,61
- 13. Pressão dos colaboradores, M=4,28
- 14. Pressão dos investidores, M=3,78

*Escala de resposta de 1 – Não é importante a 7- É muito importante

Nas suas motivações para a sustentabilidade, quando tinham de escolher entre dois espectros de motivação as empresas *Sustainability Aware* escolheram:

- 83,3% Ambição interna
- 72,2% Resolver problemas sociais
- 66,7% Vantagem competitiva
- 55,6% Reduzir custos
- 50,0% Criar valor para *stakeholders* / 50,0% Lucrar
- 83,3% Necessidades das gerações futuras
- 83,3% Diferenciação de produtos e serviços
- 55,6% Resolver problemas da sustentabilidade
- 44,5% e 27,9% indicam que impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 44,5% e 17,6% indicam que impactos sociais/ ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- Nenhuma empresa (0,0%) refere ODS e *spillovers* na comunicação da empresa

Os impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa são tidos em conta e considerados, principalmente, no processo de tomada de decisão e não tanto no Relatório Não Financeiro.

Quando questionadas sobre o conhecimento sobre os ODS e sua implementação, apenas 27,8% das PME *SDG Aware* afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS e estar a operacionalizar. Outras 27,8% afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS, mas não estão a operacionalizar. Ainda 38,6% demonstram saber como atuar na Sustentabilidade mas não nos ODS. Todas as outras não sabem atuar nem na sustentabilidade, nem nos ODS. Assim verificamos haver um baixo nível de operacionalização e considerável falta de conhecimento de como operacionalizar os ODS.



Sustainability Aware

Caracterização das empresas:

- É o *cluster* com maior percentagem de empresas não familiares: 37,5%. No entanto, maioritariamente, empresas familiares (62,5%)
- Estrutura legal: constituído tanto por sociedades por quotas (54,2%) como por sociedades anónimas (45,8%)

A empresa *Sustainability Aware* entende a sustentabilidade como oportunidade estratégica. Tem como objetivo a criação de valor para os *stakeholders*, no entanto é a que mais considera a falta de *business case* como uma barreira à implementação dos ODS.

Os ODS não fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica e estas empresa entendem que é difícil encontrar oportunidades e/ou condições para a implementação dos ODS.

Comparativamente aos outros grupos, este é um dos dois tipos de empresa que se encontram mais distantes do seu ideal de implementação dos ODS. É também aquele que reporta maiores níveis de falta de conhecimento como barreira para a adoção dos ODS.

Nas suas motivações para a sustentabilidade, quando tinham de escolher entre dois espectros de motivação as empresas *Sustainability Aware* escolheram:

- 75,0% Ambição interna
- 58,3% Reputação
- 66,7% Vantagem competitiva
- 62,5% Reduzir custos

Comportamento

83,3% vê sustentabilidade como Oportunidade Estratégica, e 16,7% como Talvez positivo

100% descreve estratégia como Criação de valor para *stakeholders*

37,5% não incorpora os ODS na sua estratégia e 37,5% escolhe ODS alinhados com estratégia e que fazem parte do “*core business*”

Não encara ODS como suporte para tomada de decisão (100,0%)



Figura 7.4.3 – Conhecimento sobre os ODS e sua implementação (SDG Aware)

Motivações para a sustentabilidade

- 1. Cumprir a legislação, M=6,08
- 2. Oportunidade de crescimento de negócio, M=5,79
- 3. Conseguir vantagem competitiva, M=5,75
- 4. Ganhar reputação, M=5,25
- 5. Resolver problemas sociais, M=5,17
- 6. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M=5,13
- 7. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M=5,13
- 8. Reduzir custos, M=5
- 9. Mitigar riscos, M=4,96
- 10. Pressão da sociedade, M=4,83
- 11. Pressão dos consumidores, M=4,79
- 12. Pressão dos colaboradores, M=4,29
- 13. Ter licença para operar, M=4,13
- 14. Pressão dos investidores, M=4,04

- 87,5% Criar valor para um amplo grupo de stakeholders
- 79,2% Necessidades das gerações futuras
- 83,3% Diferenciação de produtos e serviços
- 58,3% Resolver problemas de sustentabilidade
- 16,7% e 4,2% indicam que impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 20,9% e 8,4% indicam que impactos sociais/ ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 4,2% refere ODS e spillovers na comunicação da empresa
- Neste sentido, os impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa não são considerados, nem na decisão de escolha dos ODS nem no Relatório Não Financeiro.

Quando questionadas sobre o conhecimento sobre os ODS e sua implementação, apenas 12,5% das PMEs Sustainability Aware afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS e estar a operacionalizar. 20,8% afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS, mas não estão a operacionalizar. Ainda 25% demonstram saber como atuar na Sustentabilidade mas não nos ODS. 41,6% (20,8% + 20,8%) não sabem atuar nem na sustentabilidade, nem nos ODS. Assim verificamos haver um muito baixo nível de operacionalização (12,5%) e elevada falta de conhecimento de como operacionalizar os ODS.

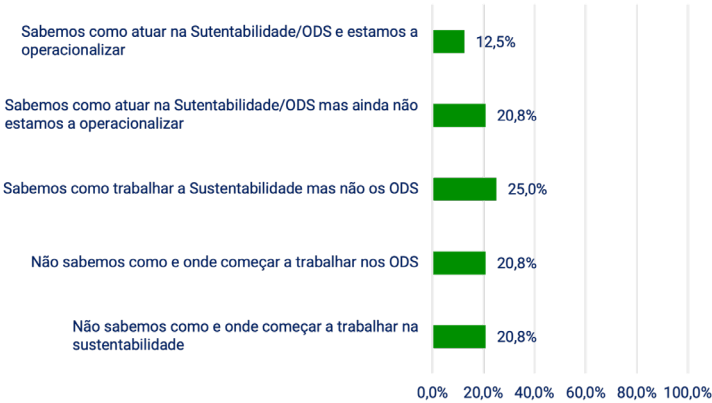


Figura 7.4.4 – Conhecimento sobre os ODS e sua implementação (Sustainability Aware)



Shareholder Aware

Caracterização das empresas:

- Maioritariamente, empresas familiares (70,0%)
- Estrutura legal: é o cluster com maior percentagem de sociedades por quotas (75,0%). 25,0% de sociedades anónimas.

A empresa Shareholder Aware entende maioritariamente a sustentabilidade como talvez positiva ou risco a mitigar. A estratégia da empresa está em grande parte focada na criação de lucro para os shareholders.

Os ODS não fazem parte do processo de tomada de decisão estratégica e não estão incorporados na estratégia da empresa.

Este tipo de empresa reporta na generalidade os valores mais baixos quando questionado acerca de barreiras à adoção dos ODS. No entanto, comparativamente aos outros grupos, esta é das empresas que se encontram mais distantes do seu ideal de implementação dos ODS, sugerindo assim algum desinteresse ou falta de awareness por este tema.

Comportamento

35,0% vê sustentabilidade como Oportunidade Estratégica, e 45,0% como Talvez positivo e 20,0% como risco a mitigar

90,0% descreve estratégia como Criação de valor para shareholders (lucro)

55,0% não incorpora os ODS na sua estratégia

Não encara ODS como suporte para tomada de decisão (100,0%)



Motivações para a sustentabilidade

- 1. Cumprir a legislação, M=5,9
- 2. Oportunidade de crescimento de negócio, M=5,65
- 3. Ganhar reputação, M=5,55
- 4. Reduzir custos, M=5,45
- 5. Conseguir vantagem competitiva, M=5,35
- 6. Ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade, M=4,7
- 7. Resolver problemas sociais, M=4,55
- 8. Resolver questões sociais / ambientais em parcerias, M=4,45
- 9. Mitigar riscos, M=4,35
- 10. Pressão dos consumidores, M=4,1
- 11. Pressão da sociedade, M=3,8
- 12. Pressão dos colaboradores, M=3,65
- 13. Ter licença para operar, M=3,55
- 14. Pressão dos investidores, M=3,25

Nas suas motivações para a sustentabilidade, quando tinham de escolher entre dois espectros de motivação as empresas *Sustainability Aware* escolheram:

- 65,0% Ambição interna
- 70,0% Reputação
- 65,0% Vantagem competitiva
- 60,0% Reduzir custos
- 60,0% Lucrar
- 50,0% Necessidades das gerações atuais / 50,0% gerações futuras
- 85,0% Diferenciação de produtos e serviços
- 60,0% Cumprir regulamentação
- 25,0% e 15,0% indicam que impactos sociais/ ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 30,0% e 20,0% indicam que impactos sociais/ ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODSs e no Relatório Não Financeiro
- 5,0% refere ODS e *spillovers* na comunicação da empresa

Os impactos sociais/ambientais positivos ou negativos da empresa não são tidos em conta nem na decisão de escolha dos ODS nem no Relatório Não

Quando questionadas sobre o conhecimento sobre os ODS e sua implementação, apenas 15% das PME *Sustainability Aware* afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS e estar a operacionalizar. Outros 15% afirmam saber como atuar na sustentabilidade e ODS, mas não estão a

operacionalizar. Ainda 20% demonstram saber como atuar na Sustentabilidade mas não nos ODS. 50% (45% + 5%) não sabem atuar nem na sustentabilidade, nem nos ODS. Assim verificamos haver um muito baixo nível de operacionalização (15%) e elevada falta de conhecimento de como operacionalizar os ODS.

As diferentes motivações para a adoção dos ODS estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

Ao contrário do que se verificou nas Grandes Empresas, as diferentes motivações para adoção dos ODS não se apresentam como um fator diferenciador entre *clusters* das PMEs. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para as motivações para a adoção dos ODS, apenas diferenças marginalmente significativas na motivação “Resolver problemas sociais” e “Pressão da sociedade”, onde

as empresas *Shareholder Aware* consideram estas barreiras como pouco significativas.

Ainda assim, vemos que o que menos motiva as PME em geral é a pressão dos investidores e o que mais as motiva é conseguir vantagem competitiva, oportunidade de crescimento do negócio e cumprir legislação.

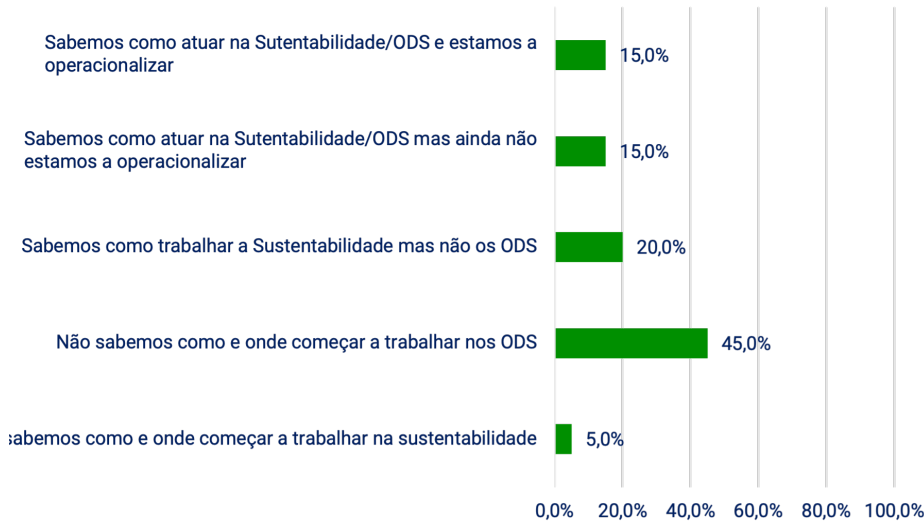


Figura 7.4.5 – Conhecimento sobre os ODS e sua implementação (Shareholder Aware)

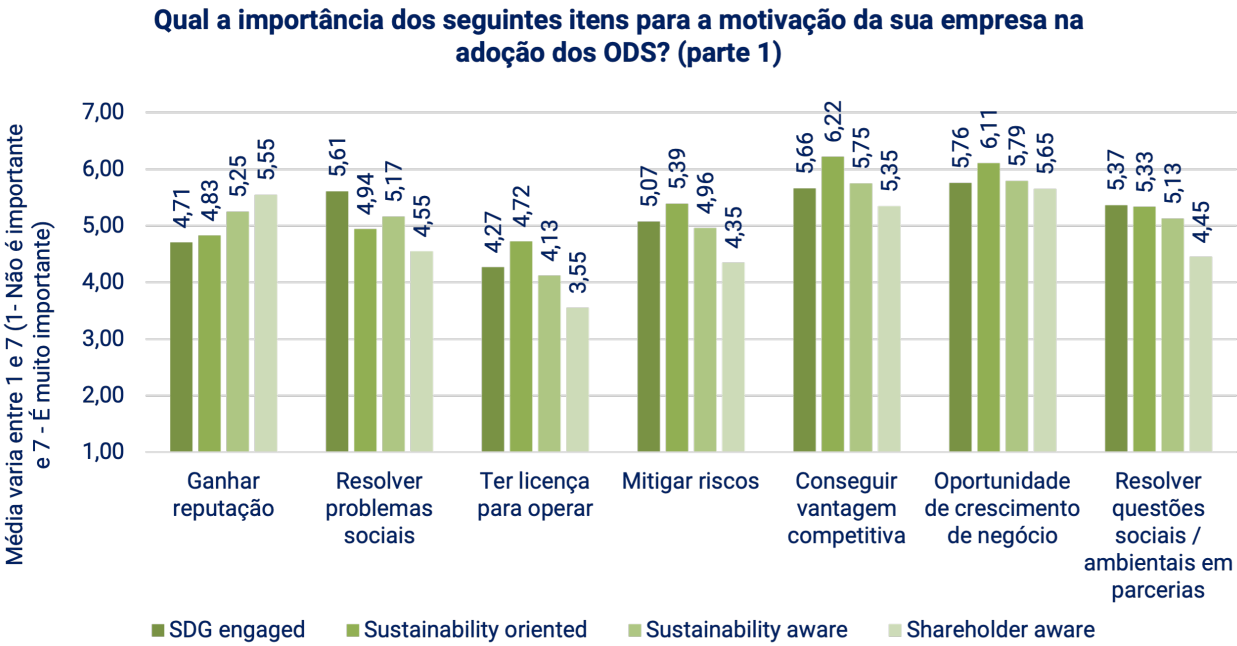


Figura 7.4.6 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 1)

Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 2)

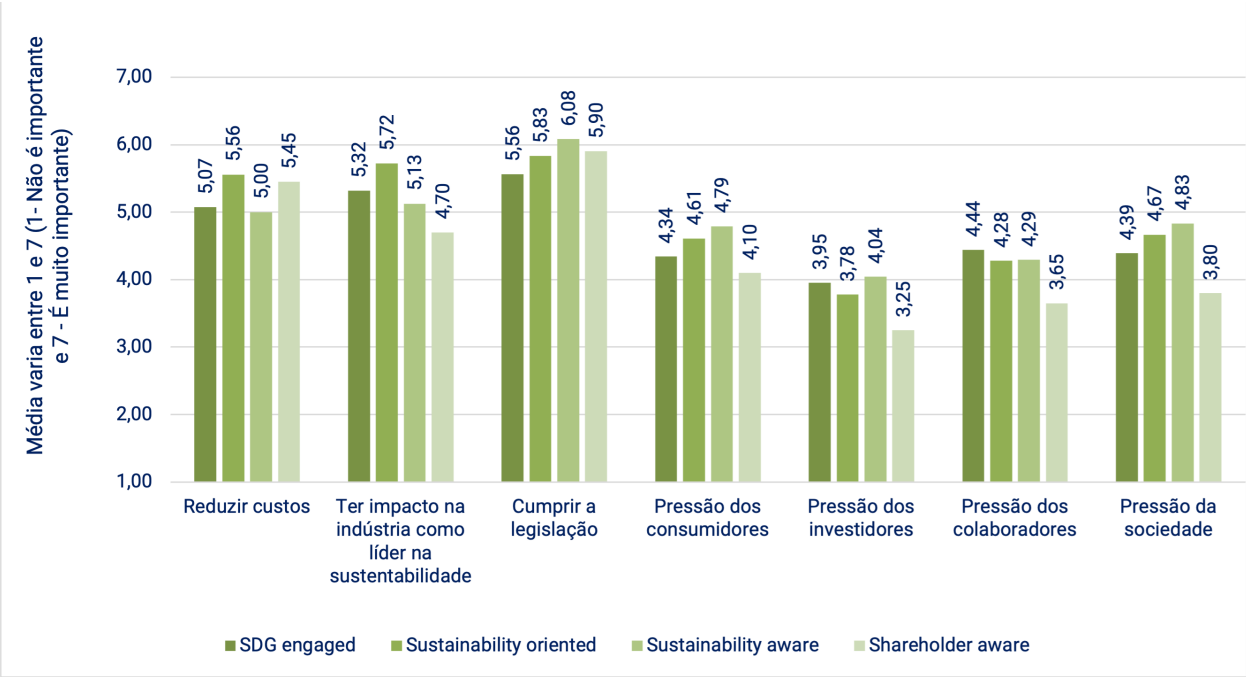


Figura 7.4.7 – Qual a importância dos seguintes itens para a motivação da sua empresa na adoção dos ODS? (parte 2)

A obrigatoriedade de escolha entre espectros de diferentes motivações confirma a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade?

Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção, qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade? (parte 1)

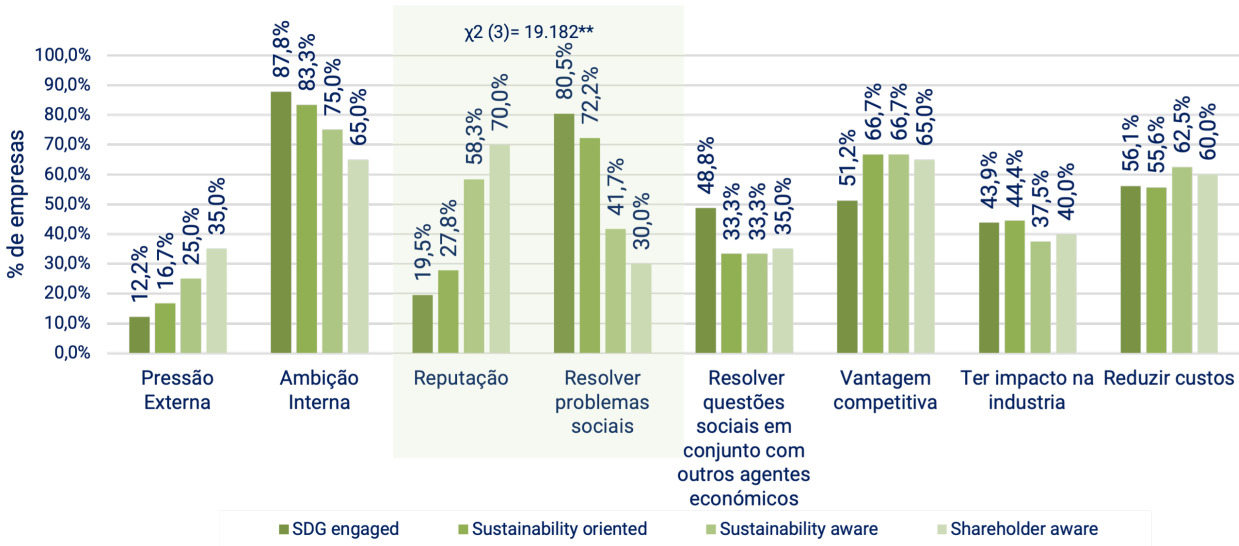


Figura 7.4.8 – Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção, qual escolheria como seu principal

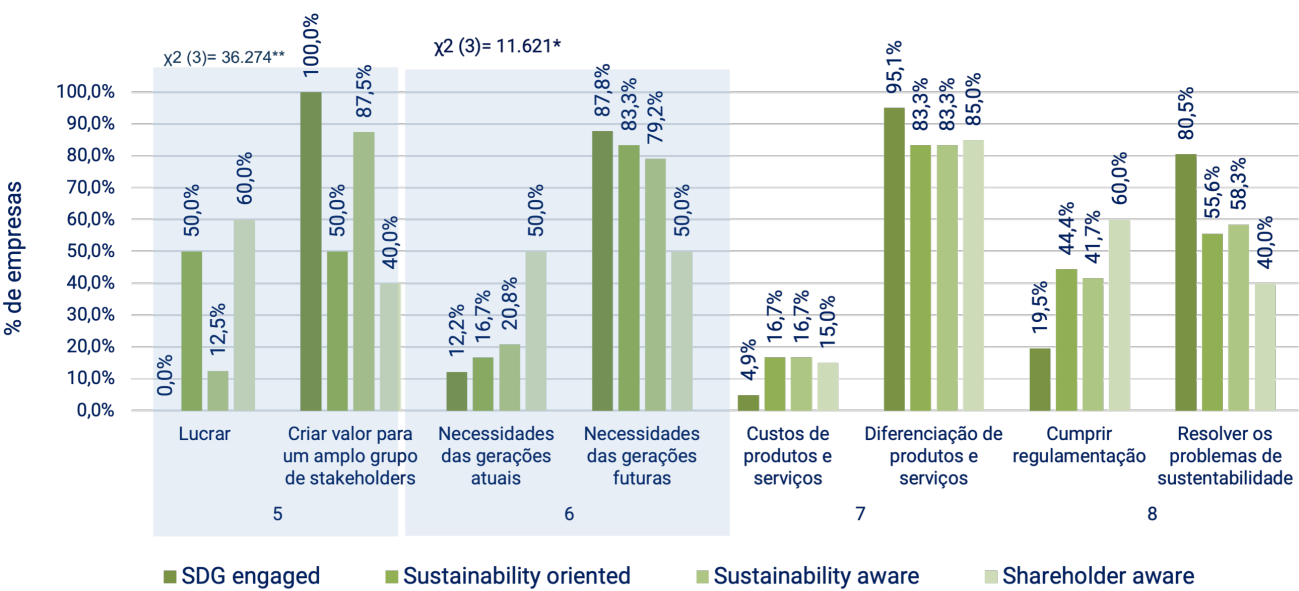


Figura 7.4.9 – Se tivesse de escolher entre os dois espectros de opção, qual escolheria como seu principal fator de motivação para a sustentabilidade? (parte 2)

Ao contrário das Grandes Empresas, em que só se verificou uma variável com diferenças significativas (“Lucrar vs. Criar valor para um amplo grupo de stakeholders”), no caso das PMEs verificam-se diferenças estatisticamente significativas nesta variável, e nas variáveis “Reputação vs Resolver problemas sociais”, “Necessidades das gerações atuais vs. Necessidades das gerações futuras” e “Cumprir regulamentação vs. Resolver os problemas de sustentabilidade”.

Quando as diferentes empresas são forçadas a escolher dois lados de um espectro para as suas mais fortes motivações verificam-se diferenças estatisticamente significativas na escolha “Reputação vs. Resolver problemas sociais”. Neste

sentido, enquanto os *clusters* mais alinhados com os ODS (que reportam que os ODS estratégicos da sua empresa servem como suporte ao processo de tomada de decisão) optam predominantemente pela opção “Resolver problemas sociais”, os restantes dois *clusters* optam por “Reputação”.

É também notório que os *clusters* que estrategicamente priorizam a criação de valor para os *stakeholders* escolhem predominantemente a opção “Criar valor para um amplo grupo de stakeholders”. As empresas *Shareholder Aware* distinguem-se por serem aquelas que indicam menor preocupação com as gerações futuras, e por serem aquelas que priorizam “Cumprir a regulamentação” sobre “Resolver os problemas de sustentabilidade”.

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionado com a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão

À semelhança das Grandes empresas encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* no que toca à consideração dos impactos positivos da empresa no processo de tomada de decisão. As empresas *SDG Engaged* e *Sustainability Oriented* encontram-se em destaque, tomando em consideração estes impactos na tomada de decisão de forma mais frequente que os restantes grupos (média de 4,71 e 4,50 respetivamente).

As PME's também apresentam menor nível de preocupação de inclusão dos impactos sociais e ambientais positivos no Relatório Financeiro da sua empresa, sendo as diferenças significativas entre os 4 *clusters*. Enquanto que as *SDG Engaged*, numa escala de 1 a 7, apresentam uma média de 4,05, as empresas *Stakeholder Aware* tem um valor muito reduzido de 2,15 de média.

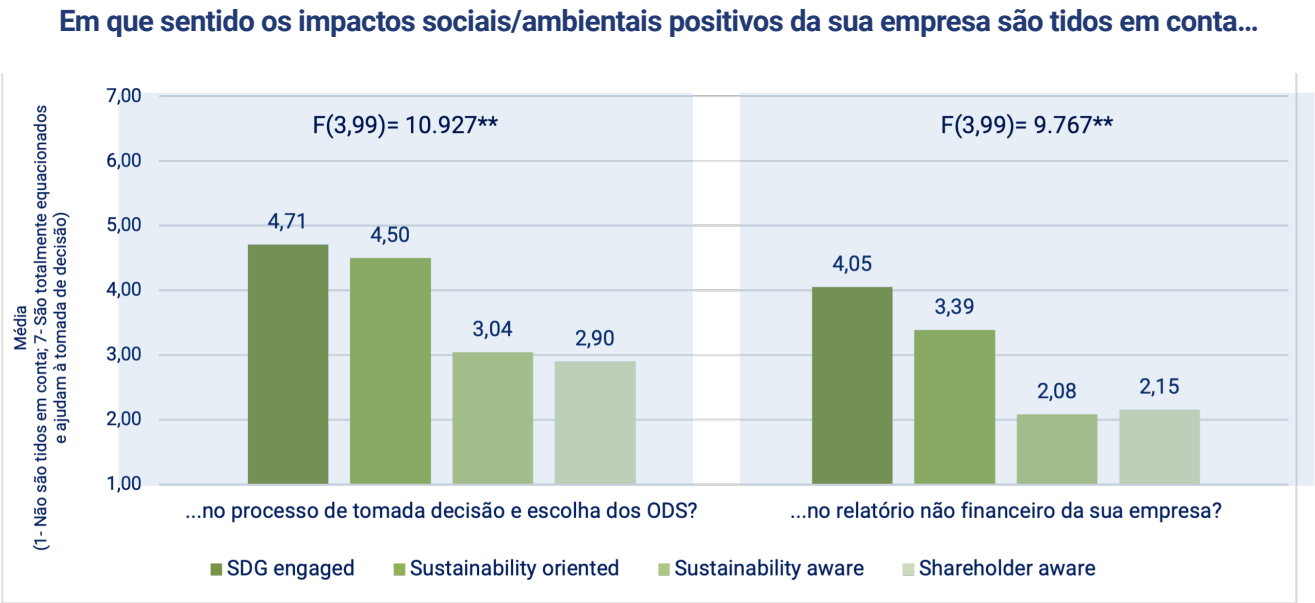


Figura 7.4.10 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da sua empresa são tidos em conta...



A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionado com a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão

Existe igualmente uma diferença estatisticamente significativa entre os *clusters* no que toca à consideração dos impactos negativos da empresa no processo de tomada de decisão e Relatório Não Financeiro. À semelhança dos impactos positivos, as empresas *“SDG Engaged”* e *“Sustainability Oriented”* encontram-se aqui em destaque, tomando em consideração este impacto na tomada de decisão e Relatório Não Financeiro, mais frequentemente que os restantes grupos. Ainda assim, considerando a escala de 1 a 7 em que se poderia situar o nível de consideração destes impactos pelas empresas verificamos que estes se situam em níveis bastante baixos.

Existe igualmente uma diferença estatisticamente significativa entre os *clusters* no que toca à consideração dos impactos negativos da empresa no processo de tomada de decisão e Relatório Não Financeiro. À semelhança dos impactos positivos, as empresas *“SDG Engaged”* e *“Sustainability Oriented”* encontram-se aqui em destaque, tomando em consideração este impacto na tomada de decisão e Relatório Não Financeiro, mais frequentemente que os restantes grupos. Ainda assim, considerando a escala de 1 a 7 em que se poderia situar o nível de consideração destes impactos pelas empresas verificamos que estes se situam em níveis bastante baixos.

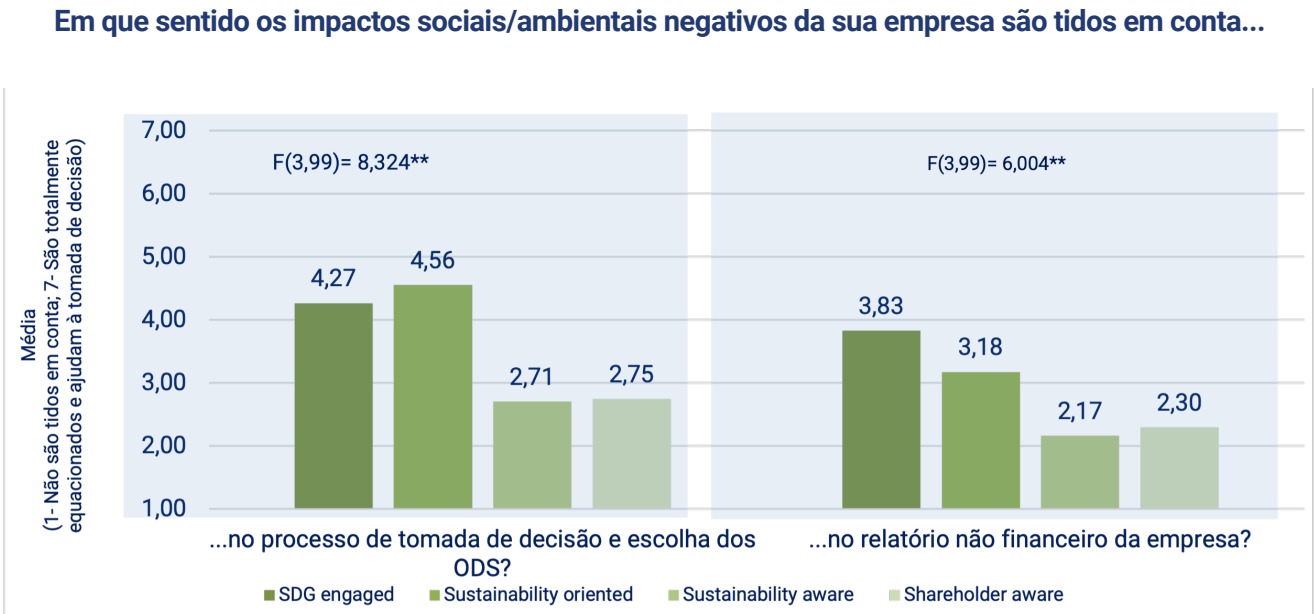


Figura 7.4.11 – Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da sua empresa são tidos em conta...

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à referência a *spillovers* positivos e negativos na comunicação da empresa ou no Relatório Não Financeiro. São, no entanto, as empresas *SDG Engaged* e *Sustainability*

Aware que mais consideram estes efeitos. É possível ainda verificar que apenas as empresas *Stakeholder Aware* nem considera nem demonstram querer considerar estes efeitos.

Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

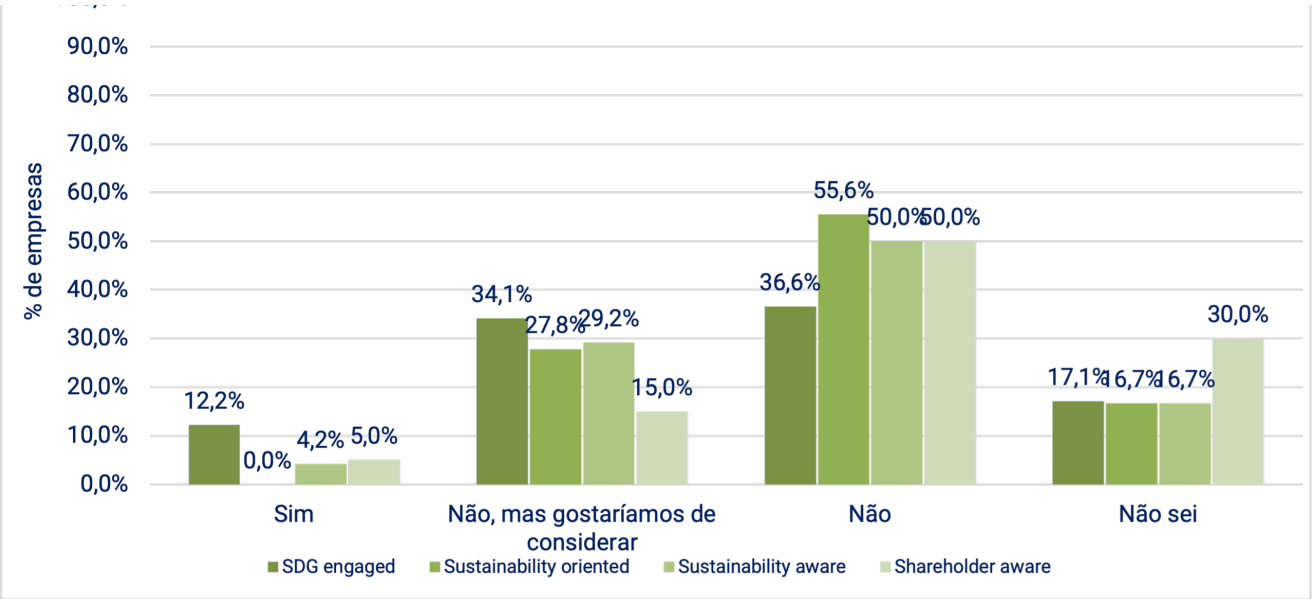


Figura 7.4.12 – Existe referência à interligação dos ODS e *spillovers* (externalidades) negativos e positivos comunicados pela empresa e/ou no seu Relatório Não Financeiro?

As diferentes barreiras à adoção dos ODS estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

Existem diferenças marginalmente significativas para as opções “Falta de conhecimento de como operacionalizar” e “Não temos o conhecimento para reportar”, em que se observam valores superiores para as empresas *Sustainability Aware*. A barreira “Falta de conhecimento de como operacionalizar” destaca-se como a principal barreira para as empresas *Sustainability Aware*. As empresas *Shareholder Aware* são as que menos consideram como barreira a opção “Não encontramos parceiros”.

Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

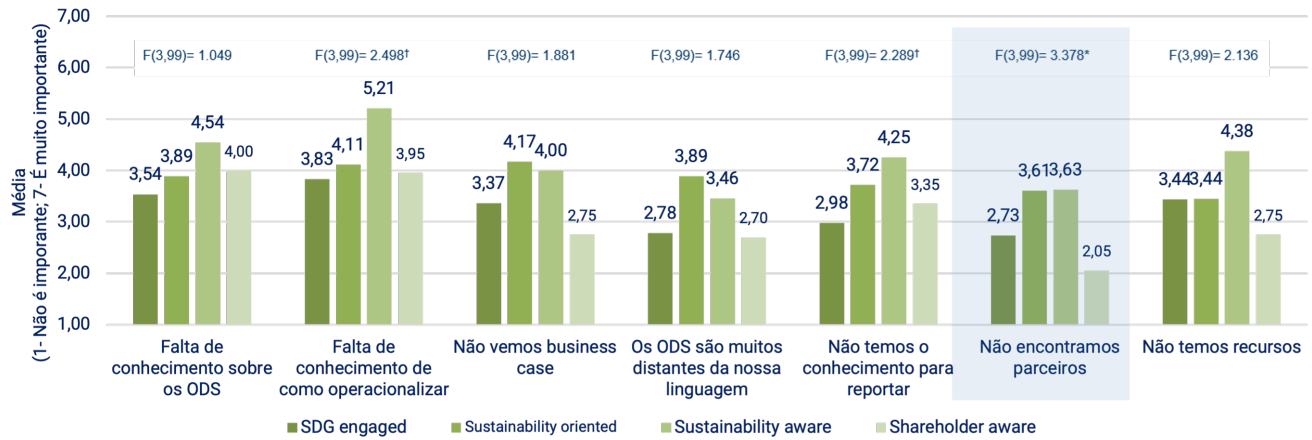


Figura 7.4.13 – Apresentamos várias barreiras para a adoção dos ODS. Por favor, classifique-as de acordo com a importância que têm na sua empresa.

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionado com a forma como a empresa considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar

À semelhança das Grandes Empresas, encontramos diferenças estatisticamente significativas entre os *clusters* das PME no que toca à correspondência entre o trabalho que desenvolvem sobre os ODS e o nível de implementação onde gostariam de estar. As empresas *SDG Engaged* e *Sustainability* Oriented apresentam valores mais elevados do que os restantes dois *clusters*, estando em níveis 3,63 e 3,67 (numa escala de 1 a 7), respetivamente. Nenhum dos *clusters* se situa num nível 4, 5, 6 ou 7 o que demonstra haver um *gap* entre a intenção e a efetiva operacionalização dos ODS nas PME portuguesas.

Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?

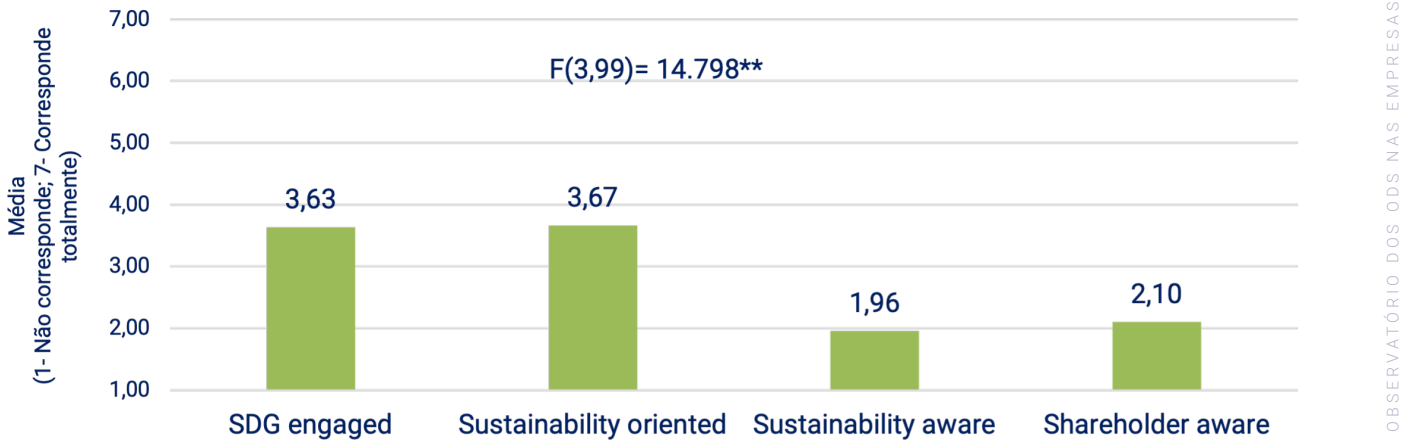


Figura 7.4.13 – Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar?



Análises específicas

A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade?

A caracterização das empresas pertencentes a cada *cluster* e potencial diferença entre estes grupos foi estudada no que diz respeito à: estrutura legal, capital, empresa familiar/não familiar, ano de fundação, número de países para onde exportam, indústria, serviços ou produtos, empresas associadas a redes empresariais de sustentabilidade, e composição do conselho de administração.

Não foram encontradas diferenças significativas em nenhuma destas dimensões, resultado possivelmente expectável tendo em conta a maior uniformidade deste tipo de tecido empresarial, face ao caso das Grandes empresas

Os resultados apurados estão reportados nas tabelas que se seguem.

Verifica-se alguma uniformidade nas empresas dos diferentes *clusters* no que toca à estrutura legal, capital, empresa familiar/não familiar, ano de fundação, e atividades de serviços ou produtos. De uma forma geral as PME's são sociedades anónimas ou sociedade por quotas, compostas por capital privado. São na sua maioria empresas familiares dedicadas à produção de produtos.

		SDG Engaged (n=41)	Sustainability Oriented (n=18)	Sustainability Aware (n=24)	Shareholder Aware (n=20)	
Como é que caracteriza a estrutura legal da sua empresa?	Sociedade Anónima	46,3%	33,3%	45,8%	25,0%	ns
	Sociedade por Quotas (incluindo unipessoal)	53,7%	66,7%	54,2%	75,0%	
Qual é a estrutura do capital da sua empresa? A quem pertence o capital?	Capital privado	100%	100%	100%	100%	
A sua empresa é familiar ou não familiar?	Empresa familiar	73,2%	83,3%	62,5%	70,0%	ns
	Empresa com capitais não familiares	26,8%	16,7%	37,5%	30,0%	
Ano de fundação	entre 1901 e 1945	2,4%	0,0%	8,3%	0,0%	ns
	entre 1946 e 1980	17,1%	16,7%	12,5%	10,0%	
	entre 1981 e 2000	39,0%	50,0%	41,7%	45,0%	
	a partir de 2001	41,5%	33,3%	37,5%	45,0%	
A sua empresa é um negócio de serviços ou um negócio de produtos?	Serviços	29,3%	16,7%	12,5%	20,0%	ns
	Produtos	46,3%	55,6%	41,7%	55,0%	
	Ambos	24,4%	27,8%	45,8%	25,0%	

Tabela 7.4.2 – A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade? (parte 1)

As empresas dos diferentes *clusters* exportam, na sua maioria, para 2 a 10 países. Das PME's inquiridas, uma percentagem muito pequena pertence a redes empresariais de sustentabilidade, com destaque para o *Global Compact Network Portugal*

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	
Para quantos países exporta a sua empresa?	1 país	7.5%	5.6%	20.8%	5.0%	ns
	entre 2 e 10	70.0%	72.2%	41.7%	70.0%	
	entre 11 e 30	15.0%	11.1%	33.3%	25.0%	
	entre 31 e 70	7.5%	11.1%	4.2%	0.0%	
Global Compact Network Portugal	Sim	4.9%	0.0%	8.3%	5.0%	ns
	Não	95.1%	100.0%	91.7%	95.0%	
GRACE	Sim	2.4%	0.0%	0.0%	0.0%	ns
	Não	97.6%	100.0%	100.0%	100.0%	
BCSD / WBSCD	Sim	2.4%	0.0%	4.2%	0.0%	ns
	Não	97.6%	100.0%	95.8%	100.0%	

Tabela 7.4.3 – A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade? (parte 2)

Adicionalmente, não foram verificadas diferenças significativas na distribuição da idade média dos elementos dos conselhos de administração, e a percentagem de homens e mulheres.

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	
Qual é o setor de atividade / indústria da sua empresa?	Automobiles and Parts	4.9%	11.1%	4.2%	5.0%	ns
	Basic Resources	2.4%	5.6%	0.0%	0.0%	
	Chemicals	2.4%	0.0%	0.0%	0.0%	
	Construction and Materials	12.2%	16.7%	16.7%	30.0%	
	Consumer Products and Services	4.9%	0.0%	16.7%	10.0%	
	Food, Beverage and Tobacco	0.0%	0.0%	8.3%	0.0%	
	Health Care	4.9%	11.1%	0.0%	0.0%	
	Industrial Goods and Services	46.3%	33.3%	37.5%	25.0%	
	Media	2.4%	0.0%	0.0%	0.0%	
	Professional Support Services	2.4%	0.0%	0.0%	5.0%	
	Real Estate	2.4%	0.0%	0.0%	0.0%	
	Retail	2.4%	5.6%	0.0%	0.0%	
	Technology	7.3%	11.1%	16.7%	15.0%	
	Telecommunications	4.9%	0.0%	0.0%	10.0%	
	Travel and Leisure	0.0%	5.6%	0.0%	0.0%	

Tabela 7.4.4 – A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade? (parte 3)

Não foram verificadas diferenças significativas na distribuição da idade média dos elementos dos conselhos de administração, e a percentagem de homens e mulheres.

	SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	
Idade média do Conselho de Administração (calculada com ponto médio de cada faixa etária)	51.7	56.0	52.0	54.5	ns
% mulheres no Conselho de Administração	23.4%	26.4%	18.3%	18.8%	ns
% homens no Conselho de Administração	76.6%	73.6%	81.7%	81.3%	ns

Tabela 7.4.5 – A caracterização da empresa está relacionada com a forma como a empresa vê estrategicamente os ODS e a sustentabilidade? (parte 4)



O nível de conhecimento dos ODS está relacionado com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade?

No que diz respeito ao conhecimento sobre os ODS nas PME, os *clusters* diferem significativamente. O *Cluster Sustainability Oriented* demonstra um nível de conhecimento superior a todos os outros, seguido do *Cluster SDG Engaged* e, por fim, os *Clusters*

Shareholder Aware e *Sustainability Aware*. É ainda relevante referir que apenas o *Cluster Sustainability Oriented* tem um nível alto superior a 5. Todos os outros tem um baixo nível de conhecimento dos ODS.

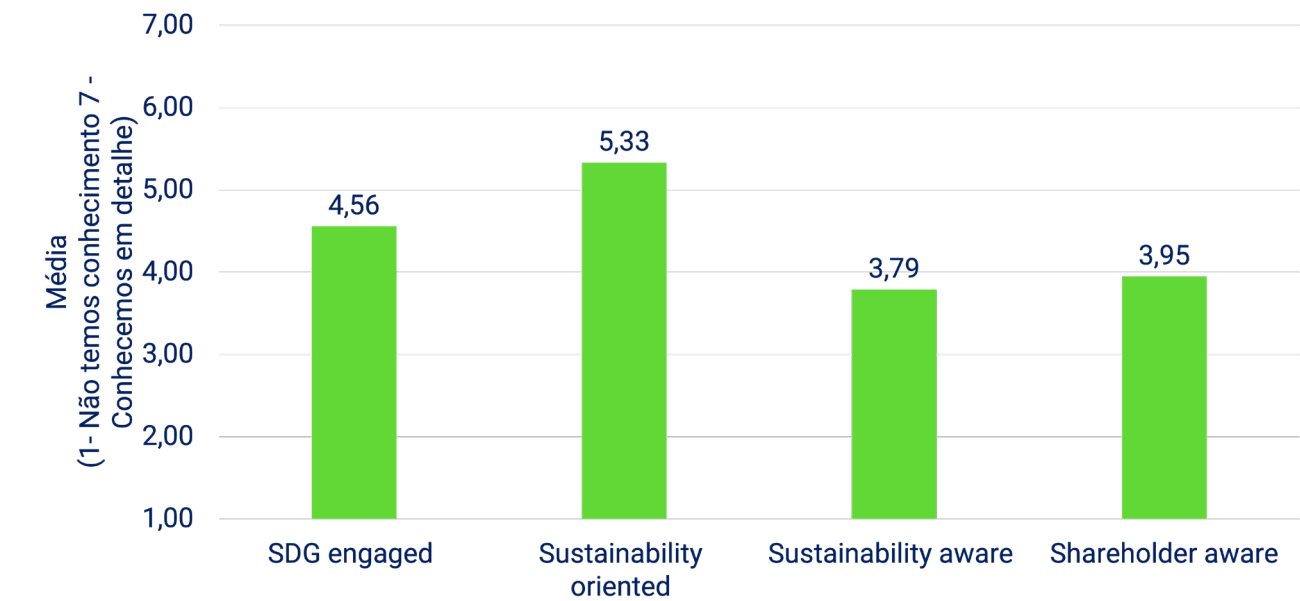


Tabela 7.4.15 – Qual é o nível de conhecimento dos ODS na sua empresa?

As diferentes barreiras para a não adoção dos ODS estão relacionadas com a forma como a empresa vê o gap entre "onde está" e "onde gostaria de estar" em termos de ODS e sustentabilidade

Através da análise de regressão, estudou-se a relação entre percepção das diferentes barreiras e o nível de implementação dos ODS nas PMEs. A falta de conhecimento – seja sobre os ODS, sobre como reportar e/ou operacionalizar os ODS - é a principal barreira para a implementação dos objetivos. A relação negativa entre as variáveis aponta para o facto de quanto maior é a intensidade da percepção da barreira, menor é o nível de implementação. Encontra-se assim evidência de que todas estas barreiras poderão contribuir negativamente para o *gap* de implementação experienciado pelas empresas.

Neste caso, o efeito da percepção destas barreiras na implementação dos ODS por parte das PMEs é inferior ao verificado nas Grandes Empresas. Encontra-se, deste modo, evidência de que estas barreiras (falta de conhecimento sobre os ODS, de como operacionalizar e reportar) poderão contribuir para o *gap* de implementação experienciado pelas empresas, mas em grau menor do que o verificado pelas Grandes Empresas. Como esta pergunta depende da percepção das PME, e estas tem menor contacto e conhecimento da Agenda 2030, esta poderá ser a causa deste efeito inferior.

Model	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Falta de conhecimento sobre os ODS	-0,230	0,020
2	Falta de conhecimento de como operacionalizar	-0,278	0,005
3	Não vemos <i>business case</i>	-0,172	ns
4	Os ODS são muitos distantes da nossa linguagem	-0,054	ns
5	Não temos o conhecimento para reportar	-0,254	0,010
6	Não encontramos parceiros	-0,134	ns
7	Não temos recursos	-0,051	ns

Variável dependente: Considera que o trabalho que desenvolve sobre os ODS corresponde ao nível de implementação onde gostaria de estar? - Nível de implementação

Um coeficiente *beta* é estandardizado e compara a força do efeito de cada variável independente individual com a variável dependente. Quanto maior o valor absoluto do coeficiente *beta*, mais forte o efeito.

A forma como as empresas desenvolvem parcerias nos ODS está relacionada com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

Foram encontradas diferenças marginalmente significativas na forma como as empresas dos diferentes *clusters* desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS. Esta diferença é notória na posição do *cluster Shareholder Aware*, onde 80,0% das empresas declaram não ter parcerias estabelecidas neste

âmbito, contra 34,1% das empresas *SDG Engaged*. Nota-se assim evidência que as PMEs mais envolvidas na agenda ODS têm maior tendência para a celebração de parcerias, destacando a relevância do seu desenvolvimento de parcerias no contexto de implementação dos ODS.

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	$\chi^2 (9) = 15.406^*$
Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?	Não temos parcerias estabelecidas	34.1%	50.0%	54.2%	80.0%	
	Temos algumas parcerias, mas não é prática habitual	26.8%	22.2%	29.2%	15.0%	
	Procuramos parcerias nestes tópicos e temos algumas	36.6%	22.2%	12.5%	5.0%	
	Temos múltiplas parcerias	2.4%	5.6%	4.2%	0.0%	

Tabela 7.4.6 – Desenvolvem parcerias no âmbito dos ODS?

A existência de indicadores ligados ao core business e o seu nível de detalhe está associado a diferentes posições estratégicas face aos ODS e sustentabilidade

Foram encontradas diferenças significativas na existência de indicadores ligados ao core business das PME: 61,1 % das empresas Sustainability Oriented , referem já ter indicadores de sustentabilidade alinhados com o seu core business, contrastando com as empresas “Shareholder Aware”, em que apenas 10,0% referem ter este alinhamento. Verifica-se ainda uma curiosidade: no cluster SDG Engaged, a maioria das empresas (61,0%) não possui indicadores de sustentabilidade ligados ao seu core business, bem como a maior parte (79,2%) das empresas Sustainability Aware.

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	$\chi^2 (3) = 13.496^{**}$
Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao "core business" da sua empresa?	Sim	39.0%	61.1%	20.8%	10.0%	
	Não	61.0%	38.9%	79.2%	90.0%	

Tabela 7.4.7 – Existem indicadores de sustentabilidade ligados ao “core business” da sua empresa?

As diferentes barreiras apontadas para o engagement com os ODS e a sustentabilidade estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

No que se refere às barreiras apontadas ao engagement com os ODS, o cluster SDG Engaged destaca-se, de forma estatisticamente significativa, com a percentagem superior de empresas que declaram saber como atuar na sustentabilidade e nos ODS, porém, ainda demonstram ter ainda alguns entraves na implementação (34,1%). Destaca-se também a posição das empresas Shareholder Aware, onde 45,0% mostram ainda não saber como e onde começar para trabalhar os ODS. A maior percentagem (38,9%) das empresas Sustainability Oriented declaram saber como trabalhar a sustentabilidade, mas não os ODS. Apesar de não ser com uma diferença estatisticamente significativa, vemos também que o Cluster SDG Engaged tem um número superior de empresas, em relação aos restantes clusters, que considera que a falta de business case não é uma barreira à implementação dos ODS (61,0%).

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	$\chi^2 (12) = 27.439^{***}$
Das seguintes opções qual é a mais válida para a sua empresa?	Não sabemos como e onde começar a trabalhar na sustentabilidade	9.8%	0.0%	20.8%	5.0%	
	Não sabemos como e onde começar a trabalhar nos ODS	7.3%	5.6%	20.8%	45.0%	
	Sabemos como trabalhar a Sustentabilidade mas não os ODS	14.6%	38.9%	25.0%	20.0%	
	Sabemos como atuar na Sustentabilidade/ODS mas ainda não estamos a operacionalizar	34.1%	27.8%	20.8%	15.0%	
	Sabemos como atuar na Sustentabilidade/ODS e estamos a operacionalizar	34.1%	27.8%	12.5%	15.0%	
Escolha a opção que lhe faz mais sentido: "A falta de business case (relação custo-lucro) é uma barreira para não implementarmos mais os ODS "	Sim, porque não há nenhum business case	4.9%	22.2%	33.3%	25.0%	ns
	Sim, porque é difícil encontrar um business case	34.1%	33.3%	33.3%	30.0%	
	Não, não é uma barreira	61.0%	44.4%	33.3%	45.0%	

Tabela 7.4.8 – As diferentes barreiras apontadas para o engagement com os ODS e a sustentabilidade estão relacionadas com a posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade

O conhecimento dos ODS e dos 169 targets está relacionado a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, as suas interligações e como os considera nas tomadas de decisão

Através da análise de regressão, estudou-se a relação entre nível de conhecimentos dos ODS e dos 169 targets e o grau em que impactos sociais/ambientais positivos e negativos da empresa são tidos em conta na sua tomada de decisão. Verifica-se que o nível de conhecimento dos ODS e dos 169 targets se relaciona positiva e significativamente com a consideração dos impactos positivos e negativos na tomada de decisão e escolha de ODS. Isto significa que, quanto maior o nível de conhecimento reportado sobre o ODS ou os 169 targets, mais a empresa tem em consideração os seus impactos no processo de tomada de decisão, com maior ênfase para os impactos positivos. Verifica-se, no entanto, que o nível de conhecimento dos ODS tem um efeito superior sobre a consideração dos impactos sociais/ambientais positivos na tomada de decisão do que os efeitos negativos.

Model	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Nível de conhecimento ODS	,505	<,001
2	Nível de conhecimento dos 169 targets	,527	<,001

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS? - Impactos negativos

Model	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Nível de conhecimento ODS	,354	<,001
2	Nível de conhecimento dos 169 targets	,293	,003

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no processo de tomada decisão e escolha dos ODS? - Impactos positivos

Um coeficiente *beta* é estandardizado e compara a força do efeito de cada variável independente individual com a variável dependente. Quanto maior o valor absoluto do coeficiente *beta*, mais forte o efeito.

O conhecimento dos ODS e dos 169 targets está relacionado a forma como a empresa considera os efeitos positivos e negativos nos ODS, no Relatório Não Financeiro

Verifica-se igualmente que o nível de conhecimento dos ODS e dos 169 targets se relaciona positiva e significativamente com a consideração dos impactos positivos no Relatório Não Financeiro. Quanto a impactos negativos, apenas o conhecimento ao nível dos 169 targets se relaciona positiva e

significativamente com a consideração deste impacto no Relatório Não Financeiro. Neste caso, o conhecimento dos targets tem um efeito superior na tomada de decisão e no reporting do que o conhecimento dos 17 ODS.

Model	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Nível de conhecimento ODS	,228	,020
2	Nível de conhecimento dos 169 targets	,323	<,001

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais positivos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?- Impactos positivos

Model	Variável Independente	Beta	Sig.
1	Nível de conhecimento ODS	,169	ns
2	Nível de conhecimento dos 169 targets	,265	,007

Variável dependente: Em que sentido os impactos sociais/ambientais negativos da empresa são tidos em conta no Relatório Não Financeiro da empresa?- Impactos negativos

Os coeficientes *beta* têm desvios padrão como unidades e através deste coeficiente vemos qual a relação entre as variáveis testadas, com base nos seus desvio padrão.

A posição estratégica face aos ODS e sustentabilidade está relacionado com a forma como a empresa considera as geografias onde opera para a escolha dos seus ODS estratégicos

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os clusters na forma como escolhem os ODS mais importantes para as suas empresas. É de salientar que as empresas do cluster *Shareholder Aware* se encontram maioritariamente (65,0%) na opção "Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna", e ainda grande parte (30,0%) encontra-se na opção "Escolhemos os que são mais fácil de atingirmos". As empresas dos clusters

SDG Engaged e *Sustainability oriented* escolheram maioritariamente o opção: "Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna". Ainda, 29,3% das empresas *SDG Engaged* e 25,0% da *Sustainability Aware* escolheram a opção "Consideramos primeiro o contexto social onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição".

		SDG engaged (n=41)	Sustainability oriented (n=18)	Sustainability aware (n=24)	Shareholder oriented (n=20)	
Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...	Escolhemos os que são mais fáceis de atingirmos	2.4%	11.1%	29.2%	30.0%	$\chi^2(6)=17.127^{**}$
	Temos em conta o que podemos fazer com os nossos recursos internos pois a contribuição para os ODS depende da nossa capacidade interna	68.3%	77.8%	45.8%	65.0%	
	Consideramos primeiro o contexto social onde estamos inseridos para depois escolher os ODS estratégicos que mais precisam da nossa contribuição	29.3%	11.1%	25.0%	5.0%	

Tabela 7.4.9 – Quando consideramos os ODS mais importantes para a nossa empresa...

No que diz respeito à escolha dos ODS tendo em conta as geografias onde as empresas operam, verifica-se diferença estatística entre os *clusters*, apresentando o cluster *SDG Engaged* e o *Sustainability Oriented* um nível de concordância muito semelhante e mais alto que os restantes grupos. Ainda assim, numa escala de 1 a 7 este nível é bastante baixo, o que demonstra um grande caminho a percorrer por estas empresas

quanto a consideração do contexto em que se encontram para a definição dos ODS estratégicos. Este ponto é fundamental para que se estabeleça uma política empresarial de ODS que responda às necessidades de verdadeiro desenvolvimento sustentável das regiões a empresa, através da atenção aos ODS mais e menos avançados nessas regiões.

A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera?

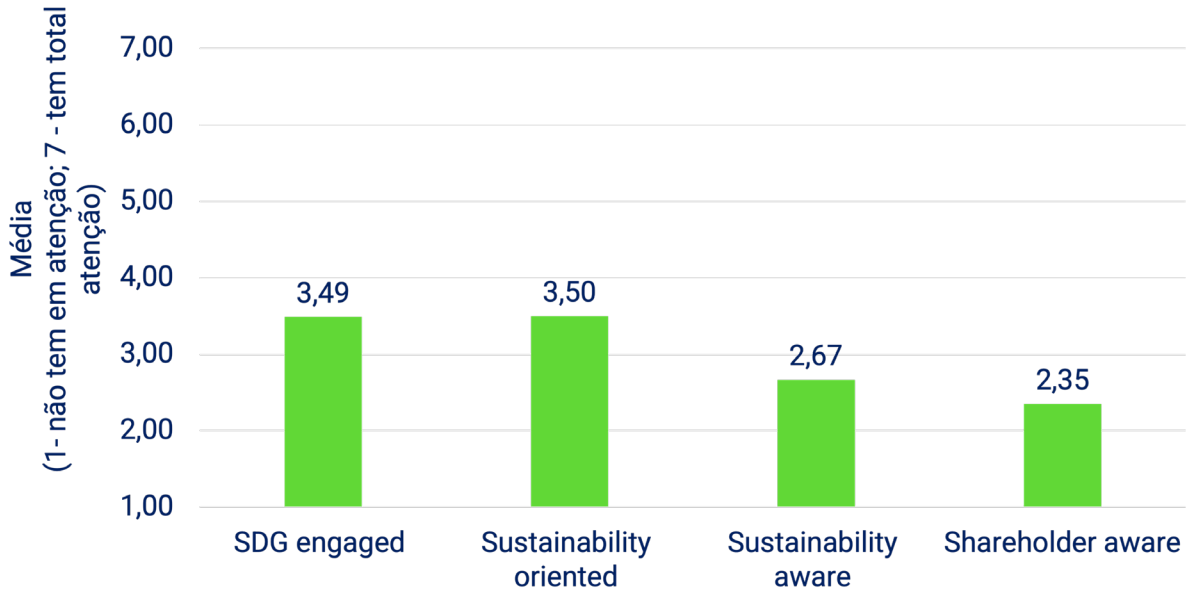


Tabela 7.4.16- A escolha dos ODS da sua empresa tem em atenção o nível de desenvolvimento dos ODS nas geografias mais importantes onde opera?



RELATÓRIO ANUAL 2022

Boas práticas identificadas nas empresas portuguesas

8. Boas práticas identificadas nas empresas portuguesas

- 8.1 Processos de integração dos ODS nas estratégias empresariais
- 8.2 Reporte dos ODS
- 8.3 Estruturação de Casos Práticos associados aos ODS
- 8.4 Comunicação de Casos Práticos associados aos ODS
- 8.5 Boas práticas de parcerias entre empresas do Observatório

O objetivo deste capítulo é apresentar, de forma não exaustiva, algumas das boas práticas identificadas nos Relatórios Não Financeiros das 60 Grandes Empresas em estudo. Foram identificadas mais de 100 boas práticas associadas à Sustentabilidade e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Neste capítulo, são descritas algumas das práticas selecionadas, sendo que outras serão divulgadas posteriormente. O Observatório dos ODS nas empresas portuguesas continuará a partilhar boas práticas de forma regular, com o objetivo de promover e incentivar a sua adoção pelas empresas portuguesas.

A metodologia de seleção das boas práticas apresentadas encontra-se no Capítulo 6 deste

relatório. Estas foram divididas em cinco categorias, que se encontram detalhadas nas próximas páginas:

1. Processos de integração dos ODS nas estratégias empresariais
2. Reporte dos ODS
3. Estruturação de Casos Práticos associados aos ODS
4. Comunicação de Casos Práticos associados aos ODS
5. Boas práticas de parcerias entre as empresas do Observatório

Processos de integração dos ODS nas estratégias empresariais

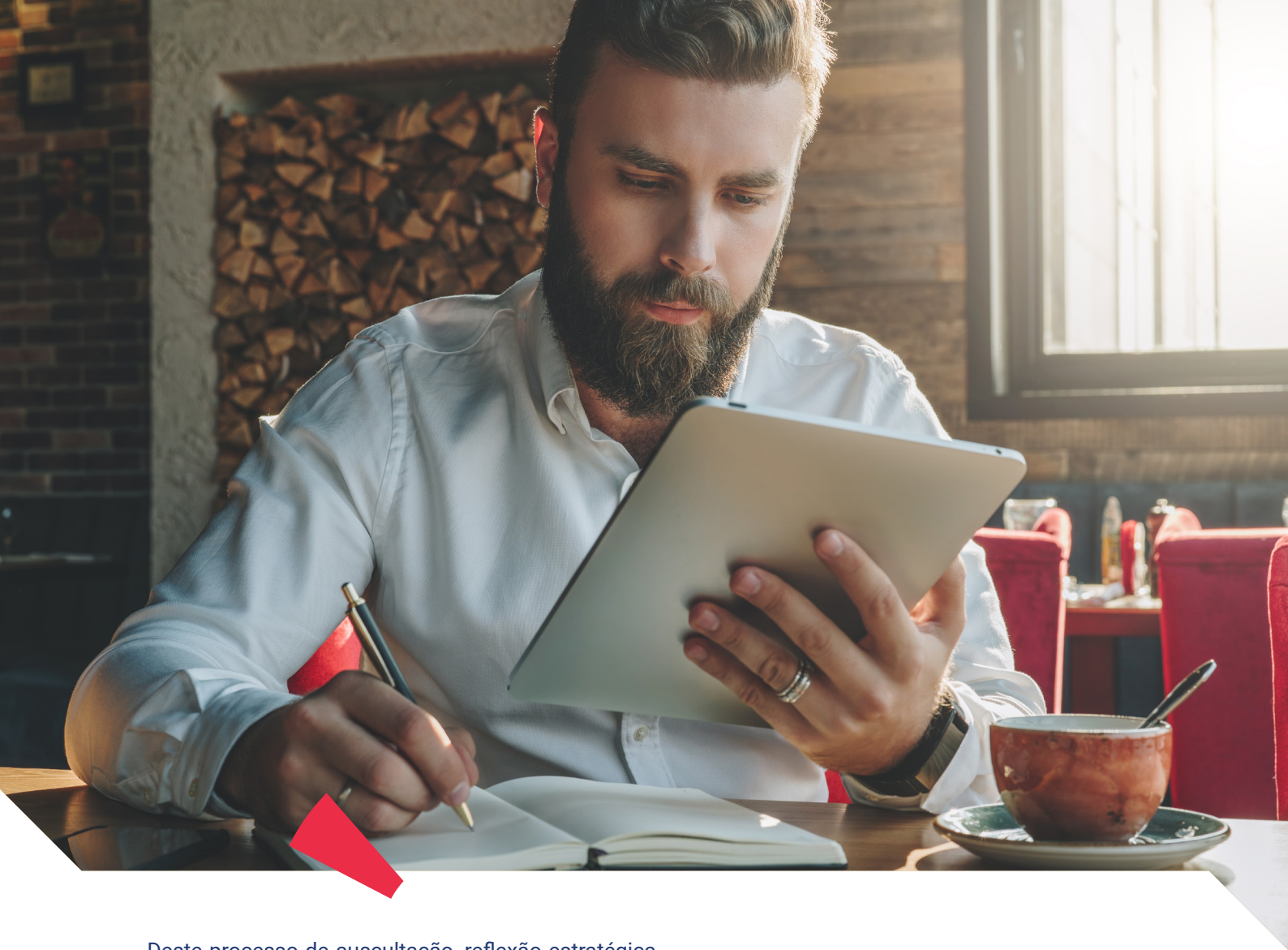
8.1

Os processos de integração dos ODS nas estratégias empresariais referem-se a todos os processos de seleção dos ODS estratégicos para a empresa, envolvimento de *stakeholders*, análise de materialidade, escolha dos ODS de acordo com o contexto empresarial e sua cadeia de valor, entre outros. Referem-se, essencialmente, às práticas que espelham um “processo” em que os ODS foram integrados no *core business* ou na definição da estratégia da empresa e que são considerados bons exemplos de operacionalização.

No que diz respeito aos processos de integração dos ODS nas estratégias empresariais, destacam-se:

The Navigator Company - Análise de Materialidade

Com o objetivo de enfrentar os desafios e oportunidades da próxima década, a The Navigator Company criou uma Agenda de Gestão Responsável, denominada Agenda 2030. Esta agenda visa “criar valor com responsabilidade” e tem como pilar uma ampla e compreensiva análise de materialidade. A Agenda 2030 resulta de uma revisão da análise de materialidade da empresa que teve início em 2019, com a identificação de uma lista de tópicos e *stakeholders* a serem auscultados, e terminou em 2020. Envolveu mais de 540 *stakeholders* internos e externos. Para além da auscultação dos *stakeholders*, teve como base um *benchmarking* sobre as tendências internacionais, bem como a identificação dos desafios, riscos e oportunidades, além do uso do referencial dos ODS.



Deste processo de auscultação, reflexão estratégica e validação dos resultados obtidos pela Comissão Executiva, surgiram 12 tópicos materiais. Estes 12 tópicos estão na origem dos quatro eixos estratégicos da Agenda 2030, que espelham os principais compromissos e objetivos da empresa: 1) Negócio Responsável, 2) Natureza, 3) Clima e 4) Sociedade. As ambições contempladas na Agenda 2030 são materializadas no Roteiro 2030, que define 15 compromissos que irão guiar o percurso da The Navigator Company durante a próxima década, contribuindo para a criação de valor sustentável. O Roteiro 2030 pode ser consultado na página 34 do Relatório de Sustentabilidade 2021 da The Navigator Company.



Figura 8.1 – Agenda de Gestão Responsável 2030 - The Navigator Company

Fonte: [Website](#) da The Navigator Company

Durante a construção da Agenda 2030, foi também realizada uma análise dos ODS, que foram classificados em três níveis de relevância com base na influência que a empresa tem para o seu sucesso. Foram classificados como *core* aqueles em que a empresa pode exercer contribuição mais direta e ter maior impacto positivo através das suas atividades. Responder a estes ODS constitui uma oportunidade de crescimento económico sustentável para a empresa, através de uma gestão mais responsável dos recursos, da geração de valor nas comunidades e das parcerias com seus *stakeholders*. Em segundo lugar, foram selecionados os ODS *supportive*, impactados de forma direta ou indireta pelas atividades da empresa, mas com menor relevância na sua atividade primária. Por fim, os “Outros ODS”, com os quais a empresa interage de forma menos direta, mas que não deixam de ser considerados pela empresa. Para os ODS *core* e *supportive* foram identificadas as metas que

a empresa se propõe atingir, em alinhamento com a sua estratégia e que são estabelecidas em conexão com os compromissos do Roteiro 2030.

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Envolvimento dos *stakeholders* em larga escala: 540 *stakeholders* envolvidos no processo de auscultação;
- Identificação de tópicos materiais e o seu cruzamento com tendências da sociedade, oportunidades e riscos;
- Alinhamento da estratégia da empresa com os ODS e metas monitorizáveis, além do estabelecimento de conexão entre os ODS e os Compromissos do Roteiro 2030;
- Hierarquização dos ODS de acordo com o potencial de impacto positivo da empresa.

Siemens - DEGREE Framework

O DEGREE Framework da Siemens é uma estratégia de integração internacional que incorpora o ADN da empresa em alinhamento total com as suas políticas de sustentabilidade (*DEGREE* - *Decarbonisation; Ethics; Resource efficiency; Equity; Employability*). Este *framework* realça o comprometimento da Siemens com as questões ESG, e apresenta uma abordagem de 360 graus que inclui todos os seus *stakeholders* (clientes, fornecedores, investidores, funcionários, sociedade e o planeta), bem como um alinhamento direto com os ODS.

O *framework* DEGREE baseia-se em seis campos de ação que impulsionam a sustentabilidade, são

dinâmicos e estão em constante evolução. Estes representam as prioridades e ambições da empresa em todas as geografias, conduzem a atividade de negócio e a gestão das relações com seus *stakeholders*. Consequentemente, aplicam-se a todas as empresas filiadas da Siemens, exceto a Siemens Healthineers. O *framework* DEGREE define catorze objetivos globais que guiam a estratégia da empresa. Para cada campo estão associados os ODS, de acordo com a contribuição da empresa para a sua realização.

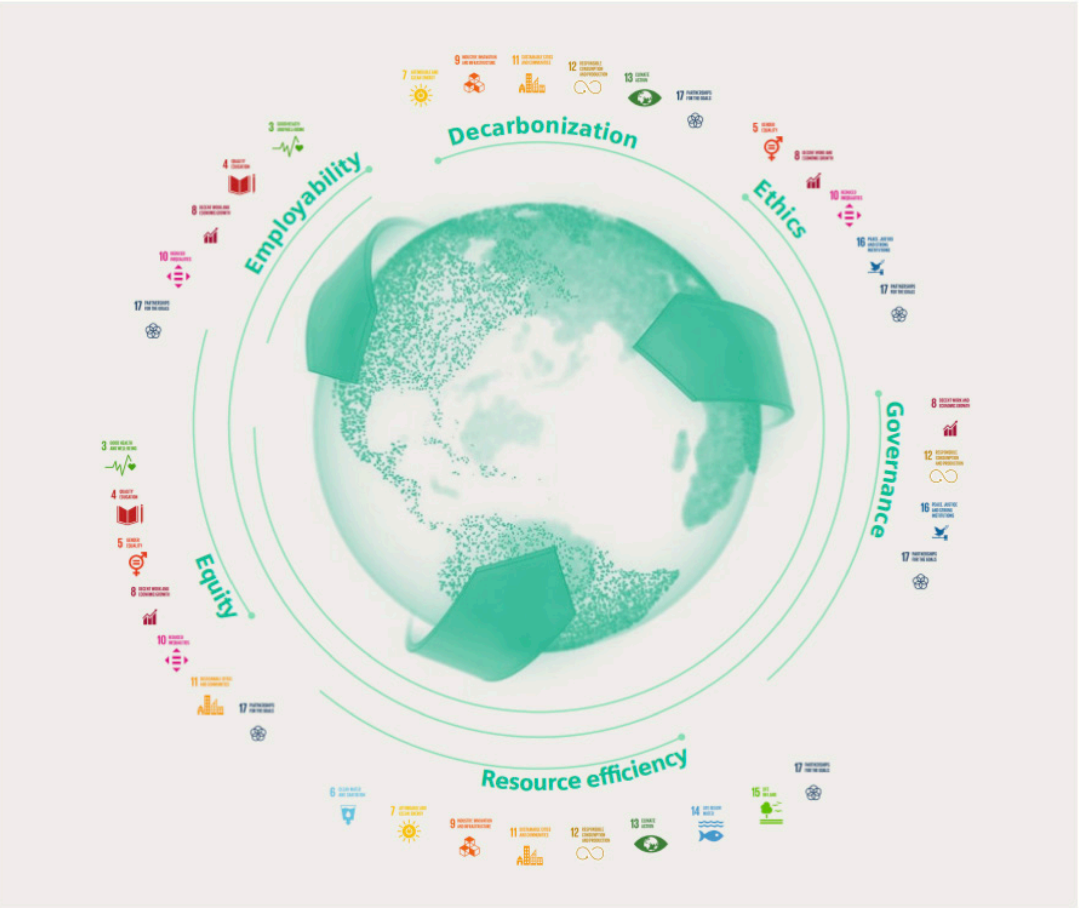


Figura 8.2 – Alinhamento dos ODS ao DEGREE Framework - Siemens

Fonte: Siemens Sustainability Report 2021, p. 20

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Alinhamento da estratégia global da empresa com uma política central de ODS comum a todas as filiais nas várias localizações em que a empresa atua.
- Alinhamento total da estratégia da empresa com os ODS, através do seu mapeamento de acordo com os 6 campos de ação estratégicos.
- Compromisso com atingir e influenciar os seus *stakeholders* no atingimento dos ODS definidos pelas Nações Unidas.

Altri - Compromisso 2030

A Altri reconhece a importância dos ODS como parte de uma ambição global para a sustentabilidade, e o contributo da empresa reflete-se no *Compromisso 2030* (Figura 8.3).

A empresa foca a sua atuação estratégica nas áreas em que cria mais impactos positivos e benefícios para o desenvolvimento sustentável. A sua estratégia tem como base quatro vetores de desenvolvimento que centram a sua atividade e os seus futuros investimentos: 1) Desenvolver e Valorizar a Floresta; 2) Apostar na Excelência Operacional e na Inovação

Tecnológica; 3) Valorizar as Pessoas; e 4) Afirmar a Sustentabilidade.

Em 2020, a Altri realizou uma auscultação aos *stakeholders* em que incluiu uma questão sobre ODS, de modo a perceber a importância que os seus *stakeholders* atribuem aos ODS e validar quais são os ODS mais relevantes para a Altri. Com base na sua atuação estratégica e nas expectativas dos seus *stakeholders*, foram identificados os principais objetivos de sustentabilidade da empresa, traduzidos no *Compromisso 2030*. Todos os *Compromissos* adotados pela Altri para a década 20-30 estão alinhados com os ODS e contribuem para o seu avanço.

O *Compromisso 2030* surge com a ambição de reconhecer não só impactos positivos, mas também impactos negativos da empresa, realçando a sua responsabilidade de gerir os seus *spillovers* e *tradeoffs* no contexto da sociedade em que se insere. Na figura 8.3 pode ser visualizado o *Compromisso 2030* da Altri, em que são explicitadas as metas da empresa com referência ao ano de 2018 e ao ano de 2030 (data de cumprimento da Agenda 2030).



COMPROMISSO 2030		2018	META 2030
	Reduzir o uso específico de água (m³/tSA) nas unidades industriais da Altri em 50%	20	10
	Reduzir a carga orgânica (CQO, kg O₂/tSA) nos efluentes industriais da Altri em 60%	11	4
	Aumentar em pelo menos 60% a quantidade de energia elétrica renovável injetada na Rede Elétrica Nacional (GWh)	625	1000
	100% da energia primária consumida nas unidades industriais da Altri ser de origem renovável	83%	100%
	Duplicar o número de mulheres em funções de liderança	19	38
	100% dos resíduos processuais valorizados ou reutilizados	77%	100%
	Reduzir 60% as emissões específicas de GEE de âmbito 1 e 2 (kgCO₂/tSA)	192	66
	Reduzir 30% as emissões de âmbito 3 (kgCO₂/tSA)	292	202
	Aumentar em 40% a percentagem do consumo de madeira com certificação de gestão florestal	57%	80%
	Duplicar a área sob gestão de conservação natural (ha)	7980	16000
	Desenvolver 13 estações de biodiversidade e biospots	2	15
	Caminhar no sentido de atingir zero acidentes com dias perdidos*	Melhoria contínua por forma a manter esta meta	

* Mais do que 3 dias perdidos

Figura 8.3 – Compromisso 2030 - Altri

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Altri, p. 63




Pontos em destaque nesta boa prática:

- Alinhamento entre a estratégia da empresa e os ODS;
- Associação dos objetivos estratégicos da empresa com metas concretas para cada ODS, definindo-se um *timeline* concreto para o seu cumprimento;
- Incorporação dos resultados obtidos através da auscultação dos *stakeholders* na estratégia da empresa;
- Importância de se reconhecerem os impactos negativos que resultam da atividade da empresa, de forma a que estes sejam endereçados e não escondidos;
- Todos os Compromissos adotados pela empresa para a década 20-30 estão alinhados com os ODS e contribuem para o seu avanço.

Reporte dos ODS 8.2

Os Relatórios Não Financeiros são um dos principais instrumentos de comunicação das empresas na divulgação das suas estratégias, iniciativas e

progresso no âmbito da sustentabilidade. Foram identificados dois tipos de boas práticas em termos de *reporting*: 1) a integração dos ODS no relatório e na comunicação das estratégias empresariais; e 2) o uso de ilustrações eficazes.



Financiamento Sustentável

O Millennium bcp pretende reforçar as suas políticas e regulamentos de financiamento sustentável, pautadas pela transparência da informação prestada aos clientes sobre os produtos e serviços, e, ainda, aumentar uma oferta coerente e segmentada de produtos inclusivos e sustentáveis.

Tendo em vista a concretização destes objetivos, o Millennium bcp identificou as seguintes iniciativas a implementar:

- Analisar os requisitos de divulgação de informações relacionados com investimentos sustentáveis e riscos em matérias de sustentabilidade, conforme proposta de regulamento COM (2018)354/978576 que altera a Diretiva (requisitos sociais e ambientais no processo de avaliação de risco e na decisão de concessão de crédito);
- Definir políticas setoriais e ambientais no processo de avaliação de risco e na decisão de concessão de crédito;
- Reforçar parcerias para a oferta de produtos que deem resposta às necessidades de modernização das empresas, de forma a mitigar o impacto nas alterações climáticas;
- Promover a emissão de green ou social bonds;
- Promover as energias renováveis através de empréstimos concedidos ao setor energético;
- Criar linhas de crédito específicas para o aumento da eficiência energética, mobilidade sustentável, construção sustentável;
- Liderar a concessão de crédito através da Linha de Crédito para a Descarbonização e Economia Circular.

Exemplos de iniciativas implementadas:

- Subscrição do Pacto de Mobilidade Empresarial para a cidade de Lisboa;
- Adesão ao Programa "Casa Eficiente 2020" promovido pelo Estado Português e cofinanciado pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI);
- Apoio a empresas no setor da agricultura e/ou pescas através das linhas de crédito PRODER/PROMAR e IFAP Curto Prazo;
- Apoio a projetos de investimento de criação de empresas por desempregados - Através da Linha Microinvest e Linha Invest;
- Membro corporativo da European Microfinance Network (EMN).

O nosso objetivo	O nosso contributo em 2019:
7 Assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos e a preços acessíveis	Financiamento de projetos de infraestruturas e equipamentos de energias renováveis
8 Promover produtos de inclusão financeira que apoiem as atividades produtivas e a criação de emprego decente e o empreendedorismo	Oferta de microcrédito: - 368 empregos gerados em 2019 - Compromisso: Meta de crescimento de 10% dos empregos gerados, em 2020
Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os colaboradores	Nível de satisfação dos colaboradores em Portugal: 78%

Figura 8.4 – Financiamento Sustentável - Millennium bcp

Fonte: Contributo do Millenium bcp para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas no contexto do plano diretor de sustentabilidade 2021, p. 4

Millennium bcp - Relatório “Contributo do Millenium bcp para os ODS”

O Millennium bcp elaborou um relatório exclusivamente dedicado a reportar o seu contributo para os ODS. De acordo com os eixos de atuação estratégicos do banco, foram identificados oito ODS prioritários para a implementação da Agenda 2030. Estes foram mapeados através de um processo contínuo com o objetivo de estabelecer a relação e identificar os pontos de convergência entre as atividades do banco e os ODS. Neste reporte, para cada ODS, a empresa apresenta o seu objetivo, o seu contributo para os ODS, as iniciativas implementadas e os resultados alcançados, como ilustrado na figura 8.4.

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Identificação dos ODS prioritários para o banco de acordo com os seus eixos de atuação estratégica;
- Comunicação ancorada na Agenda 2030 e apresentada num *Report* exclusivo (pode ser uma boa solução de curto prazo para empresas que ainda não integram totalmente os ODS nos seus relatórios de atividade ou para aquelas que, num contexto específico, querem destacar o seu compromisso público com os ODS);
- Para cada ODS estratégico identifica-se o respetivo objetivo a alcançar e descrevem-se a iniciativa em causa, bem como o contributo da empresa para o alcançar.

Uma forma eficaz e apelativa de reportar os ODS é através das imagens e ilustrações. Identificámos nos relatórios das empresas o uso de diferentes tipos de “tabelas ODS” e “rodas ODS” que podem ser úteis para garantir uma comunicação mais eficaz e clara.

As “tabelas ODS” são usadas para sintetizar a informação apresentada, e podem ser apresentadas de forma simples, como, por exemplo, através das tabelas que servem de resumo à informação sobre os ODS e atividades. Estas podem identificar a iniciativa/projeto e o ODS associado, ou podem ser ainda mais robustas, adicionando colunas que explicam, por exemplo, o pilar estratégico associado à iniciativa, as metas da empresa, os *targets* ODS, os indicadores ODS, o progresso e os resultados alcançados, entre outros.

Tabelas ODS

Como exemplos de “tabelas ODS”, evidenciam-se:

- **NOS:** No seu relatório, apresenta uma tabela em que identifica os ODS associados aos Pilares Estratégicos da Sustentabilidade da empresa e ainda os seus compromissos, metas estratégicas, nível de progresso e status (Figura 8.5.). Esta tabela permite que o leitor identifique com facilidade a contribuição da empresa para a Agenda ODS, além de trazer uma avaliação qualitativa (*status*) e quantitativa (nível de progresso) do compromisso em evidência.

- **Accenture:** No seu Relatório de Sustentabilidade, a Accenture apresenta uma tabela, nomeadamente “Anexo 1”, em que mostra, com detalhe, o compromisso da empresa com os seus ODS prioritários. A tabela identifica os ODS prioritários da empresa, dá

destaque aos *targets* que toca, apresenta o objetivo da empresa nesse âmbito, e explica a forma como a empresa contribui para avançar esse objetivo, através da descrição de suas iniciativas e/ou projetos.

Meta 9.2

Promover a industrialização inclusiva e sustentável

Introduzimos valor na nossa cadeia de fornecimento com vista a uma economia mais inclusiva

- A nossa estratégia de compras, com um horizonte 2025, tem um enfoque na gestão sustentável dos nossos fornecedores.
- Colaboramos com a equipa de Procurement, de forma a implementar critérios ambientais e de sustentabilidade em todas as renovações de contratos com os nossos fornecedores.
- Estamos comprometidos em contratar pequenas e médias empresas, de forma a gerar impacto na criação de emprego e na manutenção do tecido empresarial no nosso país.

Inovamos para a sociedade

- Promovemos iniciativas de inovação social, que visam encontrar soluções estruturais para os principais desafios que enfrentamos na sociedade. Entre eles, a reconstrução de meios de subsistência para a criação e manutenção de postos de trabalho ou empreendedorismo, o desenvolvimento e consolidação do tecido produtivo e, a transição energética e ecológica para reduzir os riscos ambientais.
- Somos membros da Associação Empresarial para a Inovação (COTEC).
- Criamos soluções inovadoras para apoiar as pessoas mais vulneráveis, como por exemplo:
 - Guardhões: desenvolvemos um jogo interativo com o objetivo de apoiar as crianças a compreender as diferentes fases da inteligência artificial, promovendo a aprendizagem contínua e responsável de conceitos tecnológicos do mundo digital.

- Durante os meses de quarentena e no estado de emergência, concentrámos os nossos esforços de forma a minimizar o impacto negativo nos trabalhadores dos nossos principais prestadores de serviços.
- Dos novos fornecedores da nossa cadeia de fornecimento, 93% têm políticas de não discriminação e de igualdade de oportunidades e, 86% exigem que os seus fornecedores cumpram contratualmente requisitos éticos, laborais e ambientais.

- +digiaula: iniciámos o desenvolvimento da plataforma online +digiaula, gratuita e aberta ao público em geral, que oferece uma vasta gama de cursos de conhecimento digital e competências, com o objetivo de fazer da transformação digital uma oportunidade de futuro.
- Alimenta esta ideia: desenvolvemos uma solução digital interativa, de forma a contribuir para o aumento das angariações efetuadas ao Banco Alimentar, que sofreram, por um lado uma redução significativa e, por outro um aumento de procura de bens com a pandemia de covid-19.
- Give2Help: este programa permite a doação de um montante mensal, por parte dos nossos colaboradores, para um projeto ou organização social com a qual se sintam comprometidos.

Figura 8.6 – Objetivos de desenvolvimento sustentável prioritários - Accenture
Fonte: Relatório de sustentabilidade 2020 Portugal, da Accenture, p. 151

- **Teleperformance:** A Teleperformance apresenta uma tabela onde identifica as suas contribuições para os ODS ao longo da cadeia de valor. De um lado apresenta os impactos

positivos das suas atividades, e, do outro, os riscos associados a cada uma, tanto ao nível dos ODS quanto ao nível dos seus *targets*.

Pilares estratégicos de sustentabilidade

Ciclo estratégico 2021-2025

Cumprido

Em progresso

Não cumprido

Esta informação é contextualizada em maior detalhe em: "Ética e Conduta", "Seremos Valor para os Parceiros de Negócio".




ODS	Pilar	Compromisso	Meta Estratégica	Nível de Progresso	Status 2021
<div>5</div> <div>8</div> <div>12</div> <div>16</div> <div>17</div>	<div><div>GESTÃO ÉTICA E RESPONSÁVEL</div></div> <div>Ser um exemplo na implementação das melhores práticas de gestão, com foco na ética, governo, gestão de risco e avaliação contínua da cadeia de fornecimento</div>	<div>Promover reflexão sobre o modelo de governo atual em linha com as best practices de estrutura, avaliação, independência, overpresence e diversidade, nomeadamente de género e experiência</div> <div>Atuar de forma ética e responsável com os nossos colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros de negócio</div> <div>Promover a redução do impacto ambiental e garantir o cumprimento de critérios sociais na cadeia de fornecimento</div>	<div>Avaliação positiva dos colaboradores sobre desempenho ético da companhia entre 2022-2025</div> <div>Avaliação ambiental e social de 100% dos fornecedores de risco até 2025</div>	<div></div> <div></div>	<div>Reflexão sobre o modelo de governo em linha com melhores práticas; atuar de forma ética com os nossos colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros de negócio: Queremos manter e reforçar o alinhamento do nosso modelo de governo com as melhores práticas de estrutura, avaliação, diversidade, e outros parâmetros, incorporando de forma diligente novos requisitos legais, bem como recomendações pertinentes, e determinando de forma proativa e gradual novas diretrizes e iniciativas de convergência. Em 2021 destaca-se o desenvolvimento e divulgação da Declaração de Compromisso para a Diversidade e Inclusão e do Código de Conduta de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas.</div> <div>Paralelamente mantivemos e continuamos a divulgar e dar formação a novos colaboradores e parceiros sobre o Código de Ética, bem como a suportarmos-nos de outros instrumentos orientadores como os Requisitos de Sustentabilidade para Fornecedores, e a partir do próximo ano começaremos a monitorar como é que os nossos colaboradores avaliam o nosso desempenho ético.</div> <div>Redução do Impacte ambiental e garantir o cumprimento de critérios sociais na cadeia de fornecimento: Queremos reforçar as nossas práticas atuais de influência e alinhamento dos nossos fornecedores e parceiros com as nossas diretrizes de respeito e desempenho ambiental e social, tendo assumido o compromisso de avaliar 100% dos fornecedores de risco até 2025. Durante o ano de 2021 começámos a trabalhar no sentido de delinear uma abordagem e roadmap, sistematizando e avaliando objetivos, critérios e ferramentas de suporte, ao mesmo tempo que mantivemos as práticas já anteriormente implementadas na organização e descritas neste relatório.</div>

Figura 8.5 – Pilares Estratégicos de sustentabilidade - NOS
Fonte: Relatório Anual Integrado 2021 da NOS, p. 124



Roda ODS

A “roda ODS” faz parte da identidade visual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os 17 ODS formam um círculo colorido e com perfeito encaixe, que remete para o caráter de complementaridade da Agenda 2030. As “rodas ODS” podem, deste modo, ser usadas tanto para destacar os ODS prioritários da empresa (exemplo da CUF e da Brisa), fazendo uso da identidade visual dos ODS de forma original, como para identificar os

pilares estratégicos da empresa (exemplo da Galp e da Teleperformance), que são posteriormente associados aos ODS.

Do grupo de empresas analisadas, cinco fazem uso deste tipo de auxílio gráfico, como pode ser visto nas Figuras 8.8 a 8.12: Brisa - Autoestradas de Portugal, CUF, Galp, Grupo Ageas Portugal e Teleperformance. Em alguns casos, é também feita uma breve descrição do contributo da empresa para o ODS em questão, o que é considerado uma boa prática pelo seu carácter elucidativo.



Figura 8.8 – **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Brisa**

Fonte: Relatório Integrado 2021 da Brisa. p. 19

Figura 8.7 – *Teleperformance's contribution to the Sustainable Development Goals along the entire value chain - Teleperformance*

Fonte: Teleperformance 2021 *Integrated Report*, p. 13



Figura 8.9 – Compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CUF

Fonte: Relatório Integrado 2021 da CUF, p. 34

Material SDG – Impacto da Galp na Sociedade

17 Parcerias para a implementação dos objetivos

- Membro do WBCSD, BCSD Portugal e apoiante do CDP
- Subscritor dos Voluntary Principles on Security and Human Rights
- Compromisso com os 10 princípios universais do UNGC, TCFD e Iniciativa Zero Routine Flaring

13 Ação climática

- Redução de 40% das emissões absolutas das operações (âmbitos 1 e 2) até 2030
- Redução da intensidade carbónica em 40% na abordagem baseada na produção e 20% na abordagem baseada nas vendas no downstream, até 2030
- Atingir Zero emissões líquidas (âmbitos 1, 2 e 3) até 2050

12 Produção e consumo sustentáveis

- €2,1 m investimento real em 2021 em ecoeficiência na refinação
- Aquisição de eletricidade 100% renovável nas nossas operações em Portugal em 2021
- 15% de água reutilizada na refinação

ODS materiais	ODS diretos	ODS indiretos
7 8 9 12 13 17	3 6 11 14 15 16	1 2 4 5 10



7 Energias renováveis e acessíveis

- 27.039 m³ de biodiesel produzido
- 1.288 MWh de energia renovável produzida (bruta)
- 53% da eletricidade comercializada de origem renovável

8 Trabalho digno e crescimento económico

- 99% de contratação local
- 10,4% de colaboradores com menos de 30 anos
- 94% de colaboradores abrangidos por seguro de saúde

9 Indústria, Inovação e Infraestruturas

- Mais de €180 m de investimento em inovação e I&T planeado até 2025
- €16,9 m investidos em inovação e I&T
- Membro fundador da Singularity University e parceira da Heriot-Watt University

Figura 8.10 – Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Galp

Fonte: Relatório Integrado de Gestão 2021 da Galp, p. 27



Figura 8.11 – Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Grupo Ageas Portugal

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 do Grupo Ageas Portugal, p. 29

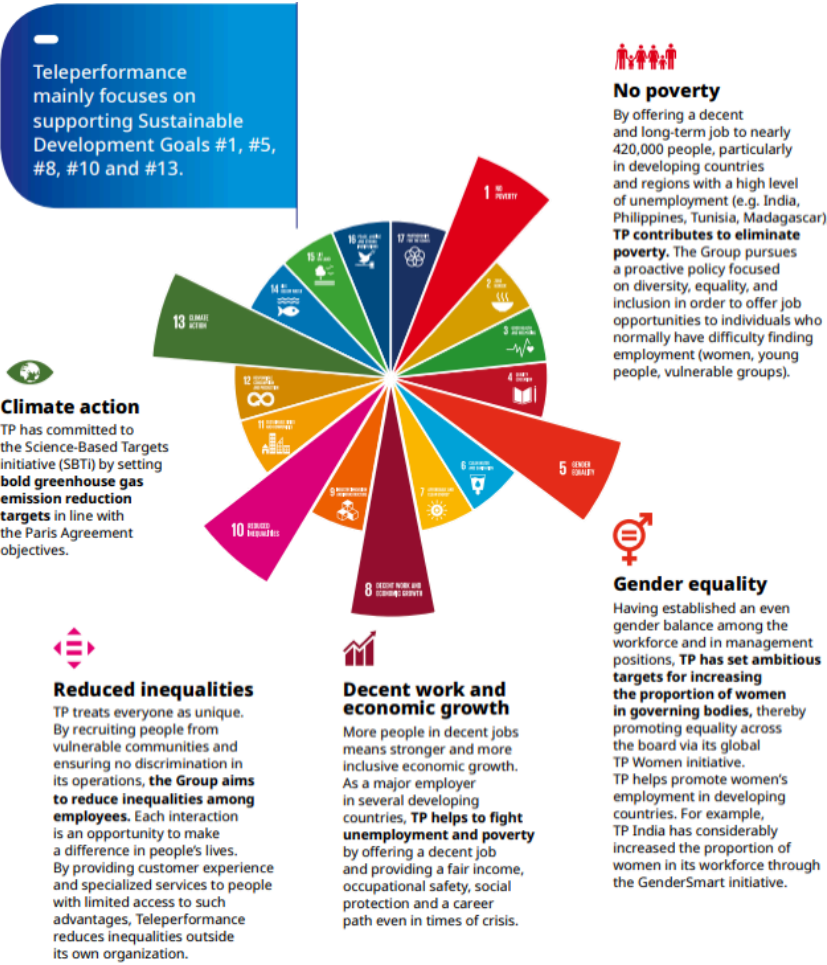


Figura 8.12 – Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Teleperformance

Fonte: Teleperformance 2021 Integrated Report, p. 12

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Ênfase de quais os ODS estratégicos para a empresa, usando a identidade-base dos ODS e com destaque para aqueles que são mais importantes para a empresa;
- Justificação da escolha de cada ODS, através da ilustração de como se relaciona com: a estratégia da empresa, *core business* e atividades concretas;
- Possibilidade de identificação de ODS primários e secundários;

- Forma clara e eficaz de apresentar a incorporação dos ODS na estratégia empresarial.

Foram identificados também alguns casos em que as empresas apresentam a sua estratégia a partir da construção visual da roda, convocando, através do círculo, uma ideia de *unidade* e de *complementaridade*. Este é o caso da Altri, do Millennium bcp, da Delta Cafés e da Fidelidade. Em todos os casos, os ODS associados são também ilustrados.



Figura 8.13 – Gestão de Sustentabilidade - Altri
Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Altri, p. 61



Figura 8.14 – Plano Diretor de Sustentabilidade 2021 - Millennium bcp
Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2021 do Millennium bcp, p. 17



Figura 8.15 – Áreas de atuação e compromissos com os ODS - Delta Cafés
Fonte: As nossas histórias de sustentabilidade, publicação de 2018, da Delta Cafés, p. 09



Figura 8.16 – O nosso contributo para a Agenda 2030 - Fidelidade

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Fidelidade, p. 14/15

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Ênfase na ideia de complementaridade, unidade e integração entre os pilares estratégicos da empresa e os ODS, que a imagem do círculo transmite;
- Destaque à forma como se pode facilmente

relacionar a estratégia da empresa e as suas prioridades com os diferentes ODS, usando a identidade-base dos mesmos;

- Justificação da escolha de cada ODS com base na estratégia empresarial, e sua ilustração através de legenda que pode detalhar os eixos estratégicos ou atividades da empresa e a sua relação com os ODS.

Estruturação de Casos Práticos associados aos ODS

8.3

A boa prática de Estruturação de Casos Práticos associados aos ODS refere-se à forma como as empresas apresentam os Casos Práticos de ODS nos seus Relatórios Não Financeiros. Destacam-se aqueles que, para além da descrição da iniciativa, identificam 1) o problema em que atuam, 2) a solução proposta, 3) os ODS e os *targets* associados, 4) os objetivos do caso desenvolvido e 5) os resultados alcançados. Neste caso, foram destacadas duas boas práticas.

Accenture - Estrutura dos “Casos de Sucesso”

No seu relatório, a Accenture destaca aquilo que identifica como boas práticas como “Casos de Sucesso”, que são apresentados sempre de acordo com a mesma estrutura: 1) o desafio e o seu contexto, 2) a solução proposta pela empresa, 3) os resultados obtidos e 4) os ODS para os quais a iniciativa contribui, ao nível dos *targets* dos ODS.

Ao apresentar a informação com este nível de detalhe, a empresa consegue justificar a importância do seu caso pois parte de um problema concreto, associando-o a um desafio global (ODS), e para o qual contribui com uma solução de forma organizada, comprometida e monitorizada (com objetivos definidos e resultados medidos).

A Figura 8.18 ilustra esta estrutura através da apresentação do caso “Eficiência e Segurança no fornecimento de energia”, um trabalho realizado com a EDP para implementar uma abordagem *data-driven* com vista a otimizar o planeamento da manutenção e a otimização das decisões de investimento de ativos da rede de distribuição de alta tensão.

A solução

O desafio deste projeto prendia-se com a melhoria em 2 processos críticos: a otimização do planeamento da manutenção e a otimização das decisões de investimento de 3 classes de ativos da rede de distribuição de alta tensão: linhas aéreas, transformadores e disjuntores.

Foram desenvolvidos modelos analíticos, para determinar, por um lado, a condição de saúde destes ativos e a projeção da sua condição nos próximos anos e, por outro, determinar a probabilidade destes ativos falharem. Esta maior previsibilidade, conjugada com dados de contexto da condição destes ativos, permite aos gestores uma melhor arbitragem nas decisões de investimento e manutenção.

A abordagem data driven utilizada incluiu a recolha de dados e análise de qualidade, tratamento e transformação, a definição de hipóteses de modelação e o desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados tendo estes sido sujeitos a aferição e comparação através da aplicação de metodologias benchmark reconhecidas internacionalmente.

Para suporte aos gestores foram configurados dois dashboards de gestão de ativos com atualização contínua dos dados dos modelos analíticos, permitindo melhores previsões e acesso “one-stop-shop” a melhor informação sobre estes ativos. Foram ainda definidos os ajustes necessários ao modelo operativo do planeamento de investimento e do planeamento de manutenção.

Os resultados

A energia elétrica é um bem essencial e a forma de energia mais utilizada na vida contemporânea, sendo por isso de extrema importância garantir a continuidade de serviço e a minimização das interrupções, quer accidentais quer por ações de manutenção. A gestão da vida útil dos ativos de rede deve ser efetuada segundo uma análise detalhada que atenda a critérios técnicos, económicos e estratégicos. Nesta linha, conhecer a condição dos ativos permite realizar previsões mais acertadas e, consequentemente, levar a cabo planos de intervenção e de manutenção mais adequados, tornando a distribuição da energia mais económica, mais eficiente e com menos riscos associados. Para além disso, foi possível identificar um potencial de otimização anual de custos para o nosso cliente.

Esta gestão mais cuidada dos ativos vem melhorar a qualidade de serviço na distribuição de energia pois permite antecipar as falhas e intervir nos ativos antes que estas ocorram. Para além disso contribui para a sustentabilidade ambiental, na medida em que impacta de forma decisiva na redução do desperdício ao longo de todo o seu ciclo de vida.

Finalmente, o planeamento da industrialização dos modelos analíticos e dashboards permitiu preparar a transição da gestão de ativos para um novo normal, incluindo a construção de uma nova arquitetura de dados e automação das fontes de dados chave.

A adoção de tecnologias e processos industriais inovadores e tecnologicamente avançados, limpos e ambientalmente corretos, contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o 9 – Indústria, inovação e infraestruturas, na medida em que os novos modelos analíticos, para planejar investimento e manutenções, melhoram as capacidades de planeamento e resposta, aumentando a vida útil e reduzir o risco dos ativos, contribuindo assim para uma menor emissão de CO₂ por unidade de valor acrescentado e contribuindo para o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis devido a:

- Aumento da longevidade dos elementos de rede devido à maior capacidade de antecipação de falhas e danos;
- Diminuição das deslocações para efetuar manutenções corretivas ou preventivas sistemáticas;
- Aumento da capacidade de prevenção de impactos do sistema de distribuição de eletricidade no meio envolvente, resultado de maior capacidade preditiva e de planeamento das intervenções.

Caso de sucesso #3

Eficiência e segurança no fornecimento de energia



Contribuição do projeto para os ODS

- 7.3 Assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis.
- 9.4 Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis.
- 9.5 Fortalecer a investigação científica e melhorar as capacidades tecnológicas dos setores industriais.
- 11.5 Reduzir significativamente o número de pessoas afetadas por catástrofes e as perdas económicas diretas causadas por essa via.

O desafio

Como empresa líder na Europa no setor energético, a EDP tem vindo a acelerar a sua transformação digital, inovando na forma como se relaciona com os seus clientes, como gere os seus ativos e como trabalha e interage com todos os seus stakeholders.

Para a E-Redes, data & analytics é um dos principais pilares para incrementar o valor do negócio e a sua aplicação à gestão de ativos é fundamental.

Neste contexto, o projeto Analytics 4 Assets teve como foco a implementação de uma abordagem data-driven em parceria com as equipas da E-Redes para transformar a Gestão de Ativos – especificamente o planeamento de investimento e manutenção - em três classes de ativos com foco na rede de alta tensão, tendo em vista garantir a qualidade do serviço, a eficiência da rede e a segurança do abastecimento.

As linhas de alta tensão, os transformadores de potência e os disjuntores são equipamentos muito importantes, quer pelo investimento que representam quer, sobretudo, pela sua imprescindibilidade na rede de distribuição. Adicionalmente, trata-se de equipamentos que exigem elevadas medidas de segurança, pelo que é crucial garantir planos de intervenção criteriosos ao longo do seu período de vida útil.

Figura 8.17 –Casos de Sucesso #3: Eficiência e segurança no fornecimento de energia - Accenture

Fonte: Relatório de sustentabilidade 2020 Portugal, da Accenture, p. 68

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Apresentação clara de um desafio global (e seu contexto) que a empresa se propõe trabalhar;
- Apresentação de uma solução concreta oferecida pela empresa através do core da sua atividade;

- Apresentação de objetivos claros que a empresa se propõe atingir;
- Medição de resultados e evolução de progresso;
- Contributo da iniciativa/projeto para os ODS e seus *targets*.

Teixeira Duarte - Estrutura das "Iniciativas em Destaque"

As “Iniciativas em Destaque” apresentadas pela Teixeira Duarte no seu Relatório Não Financeiro seguem sempre a mesma estrutura: 1) identifica os principais ODS impactados pelo projeto; 2) o desafio identificado, 3) o âmbito de atuação do projeto, 4) a quem se destina, 5) a caracterização/descrição do projeto, 6) setores da empresa envolvidos e 7) os seus impactos.

Este conjunto de informações permite uma maior compreensão do projeto e a sua contribuição para o avanço da Agenda 2030. Por exemplo, o projeto “Fazer Pescar” tem por objetivo desenvolver capacidades profissionais de jovens que fazem parte das comunidades em que a Teixeira Duarte está inserida, em Angola, promovendo, posteriormente, a sua integração nas empresas do Grupo Teixeira Duarte.

Pontos em destaque nesta boa prática:

- Apresentação de um desafio social próximo da comunidade onde está inserida e da atividade desenvolvida pela empresa. Este é um desafio que a empresa se propõe trabalhar;
- Apresentação de uma solução concreta oferecida pela empresa, que acaba por beneficiar o core do seu negócio através da angariação e capacitação de emprego qualificado;
- Medição e apresentação dos impactos do projeto, bem como identificação dos seus beneficiários;
- Contributo do projeto para os ODS.

Comunicação de Casos Práticos associados aos ODS 8.4

Nesta secção são identificados projetos e iniciativas das empresas do Observatório, tendo em consideração o seu alinhamento com os ODS e respetiva comunicação nos Relatórios Não Financeiros. As boas práticas identificadas estão associadas a diferentes temas, que por sua vez são mapeados de acordo com os ODS em que impactam. Relativamente a cada tema, e respetivo(s) ODS, são abaixo apresentados diferentes casos de empresas que demonstram para eles contribuir e neles impactar, de forma efetiva, positiva e alinhada com o seu core business.

Os temas identificados são:

- Gestão sustentável da água
- Proteção da vida marinha
- Redução das emissões de carbono
- Proteção da vida terrestre: as florestas de Portugal
- Promoção de práticas agrícolas sustentáveis
- Construção de cidades mais sustentáveis
- Desenvolvimento de energias alternativas
- Promoção e acesso à saúde
- Promoção da equidade e inclusão social
- Economia circular e cadeia de valor
- Sustentabilidade no setor financeiro

Gestão sustentável da água

O ODS#6 - Água Potável e Saneamento tem como objetivo garantir a disponibilidade e gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos. Segundo a análise do contexto português, descrita no Capítulo 4.2, este ODS apresenta ainda alguns desafios em Portugal, apesar de uma evolução favorável. Num contexto de seca e ameaça de secas futuras, este ODS é cada vez mais importante para o nosso país. No âmbito da tratamento e reutilização de água, destacam-se três exemplos das empresas do Observatório:



Figura 8.18 –Iniciativa em Destaque: Fazer Pescar - Teixeira Duarte
Fonte: Relatório de sustentabilidade 2021 da Teixeira Duarte, p. 37

Águas de Portugal - Projeto Telegestão 100% Virtual

O Projeto Telegestão 100% virtual representa um avanço tecnológico significativo para a gestão da Águas do Douro e Paiva, empresa do Grupo Águas de Portugal. O projeto consiste num sistema de gestão de consumo de água 100% virtual, permitindo à empresa desligar os seus sistemas físicos de gestão. O sistema adotado, em 2020, veio incrementar a resiliência do abastecimento de água a 1,6 milhões de pessoas e entidades, minimizando as ineficiências e as fugas de água, por meio de manutenção preventiva e de renovação das redes. Ajuda, portanto, as Águas de Portugal a servir melhor os seus clientes, promovendo um consumo eficiente da água. Este projeto integra um dos objetivos estratégicos da empresa - "Prevenir e reduzir as perdas físicas de água". Contribui assim para o ODS#6, através de uma maior eficiência do consumo e utilização da água.



Figura 8.19 – Telegestão 100% Virtual - Águas de Portugal

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Águas de Portugal, p. 77

Águas de Portugal - Campos de golfe e jardins públicos do Algarve regados com água reciclada

No ano de 2021 foram utilizados cerca de 800 mil m3 de ApR (água para reutilização), das ETAR de Quinta do Lago e Albufeira Poente, para rega de campos de golfe e jardins públicos, respetivamente pelos campos de Golfe São Lourenço e Salgados e Empresa Municipal Infraquinta. O aumento da utilização de água reciclada na região do Algarve traduz-se numa evidente redução de volumes captados e, portanto, numa maior salvaguarda dos recursos hídricos, que ficarão disponíveis no ambiente, eventualmente para fins mais nobres, como por exemplo a produção de água para consumo humano. A necessidade de direcionar esforços para o uso de ApR constitui uma estratégia identificada no Plano Regional de Eficiência Hídrica da Região do Algarve, permitindo salvaguardar as disponibilidades e reservas de água na região, o que assegurará um maior equilíbrio entre a procura e a disponibilidade do recurso hídrico.

Proteção da vida marinha



O ODS#14 - Proteger a Vida Marinha, tem como principal objetivo conservar e usar de forma sustentável os oceanos e recursos marinhos. Este ODS, como evidenciado na análise do contexto português (Capítulo 4.2), e na resposta à pergunta "Que ODS estão incorporados na estratégia da sua empresa?" no Capítulo 7.1, é considerado um grande desafio atual, realçando a importância de proteger os oceanos que integram a identidade de Portugal.

Com base na relevância deste ODS para Portugal - um dos ODS que o país definiu como prioritário no seu *Relatório Nacional Voluntário* -, foram identificados casos práticos em que o seu progresso impacta o core de atividade das empresas. Preservar e usar de forma sustentável os recursos marinhos como o pescado é de suma importância para retalhistas, que adotaram compromissos e estratégias como:

- **Auchan - Política de Comércio Sustentável do Pescado.** Esta política inclui iniciativas como privilegiar a compra a fornecedores nacionais e a compra em lota, aumentando a oferta de produtos de pescado com CCL (Comprovativo de Compra em Lota), além de privilegiar a pesca sustentável ou com menor risco para a biodiversidade e diminuir, suspender ou cessar a venda de espécies ameaçadas. Destacam-se ainda os esforços da empresa de analisar a sustentabilidade de 100% da sua oferta de pescado. Esta política integra a estratégia da empresa de desenvolvimento da economia nacional bem como de oferta de pescado sustentável.
- **Jerónimo Martins - Estratégia de Pescado**

Sustentável. Com base numa avaliação periódica do estado de conservação de todas as espécies de pescado selvagem comercializado nas suas lojas, considerando o nível de risco de extinção de acordo com a Lista Vermelha da UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais, Jerónimo Martins definiu uma estratégia de compras para esta categoria. A empresa assume como compromissos proibir a compra e venda de espécies "criticamente em perigo" e limitar ações promocionais envolvendo espécies classificadas no nível "vulnerável". É uma estratégia orientada para a proteção da vida marinha que integra o compromisso de garantir que o pescado selvagem que vende não contribui para a sobre-exploração, depleção ou extinção de espécies. Esta iniciativa contribui também para o ODS#12 – Produção e Consumo Sustentáveis.

- **Sonae MC - Política de Sustentabilidade do Pescado.** A Sonae MC foi o primeiro retalhista em Portugal a receber o selo MSC (*Marine Stewardship Council* para as suas peixarias) de pesca sustentável e o selo de aquicultura responsável ASC (*Aquaculture Stewardship Council*), consolidando o seu compromisso com a oferta de produtos provenientes de pescarias sustentáveis. Através da sua Política de Sustentabilidade do Pescado, a empresa pretende minimizar o impacto das atividades piscatórias na biodiversidade marinha e promover a adoção de práticas sustentáveis. A empresa utiliza a ferramenta «Traffic Light System» para avaliar as compras de pescado, consoante o nível de sustentabilidade das pescas. A ferramenta identifica através da cor vermelha, amarela ou verde o método de pesca utilizado, simplificando o levantamento das principais práticas de pesca. Esta identificação permite à MC privilegiar os fornecedores que utilizem métodos com menor impacto.

Redução das emissões de carbono



A crescente preocupação com as alterações climáticas associadas à emissão de gases com efeito de estufa está na origem da crescente adoção, por parte das empresas, de políticas em matéria de emissões e de mitigação dos efeitos das suas operações sobre o clima. Essas ações estão associadas ao ODS#13 - Ação Climática, que incentiva a adoção de medidas para combater as alterações climáticas e os seus efeitos, e que foi definido como um dos ODS prioritários para Portugal, no seu Relatório Nacional Voluntário.

Como forma de ilustrar os Casos Práticos associados a este tema, evidenciam-se exemplos de empresas que estão a atuar em diferentes setores:

Caixa Geral de Depósitos - Programa de Baixo Carbono

Desde 1876 que a Caixa Geral de Depósitos assume o objetivo de contribuir para uma sociedade melhor, disponibilizando produtos e serviços bancários que visam a melhoria do bem-estar das famílias e o desenvolvimento do setor empresarial. É com esse propósito de futuro e de responsabilidade que a Caixa tem vindo a orientar a sua atividade de forma a dar uma resposta eficiente, inovadora e integrada aos principais desafios que a sociedade enfrenta, sejam eles económicos, ambientais ou sociais. Inserido no pilar “Gestão do Risco Climático” da sua Estratégia de Sustentabilidade para o quadriénio 2021-2024, o Programa de Baixo Carbono materializa as ambições da Caixa em prevenir, gerir e mitigar os efeitos das alterações climáticas.

O Programa, criado em 2007, visa não só contribuir para a redução do impacto ambiental das atividades da Caixa, mas também promover o desenvolvimento sustentável e simultaneamente induzir boas práticas junto das suas partes interessadas. É dinamizado através de quatro vetores de atuação:

- 1) Financiamento da Economia de Baixo Carbono, através da disponibilização de soluções financeiras que contribuam para uma economia de baixo carbono, em áreas como a eficiência energética, as energias renováveis e a mobilidade sustentável;
- 2) Redução de Emissões de Gases com Efeito de Estufa, através da monitorização e inventariação das emissões associadas à sua cadeia de valor. Ao nível de atividade bancária, destaca-se a instalação de uma central solar térmica no seu edifício sede, o que permite a produção de energia para autoconsumo. A jusante da cadeia de valor, a Caixa calcula as emissões associadas à carteira de financiamento (âmbito 3) de forma a orientar a sua estratégia de negócio em alinhamento com os objetivos de ação climática;
- 3) Mitigação do Risco Ambiental, através do desenvolvimento de uma metodologia para a identificação, avaliação e mitigação dos aspetos ambientais associados às atividades da caixa;
- 4) Transparência e sensibilização, através de ações de sensibilização junto dos seus *stakeholders*, bem como uma comunicação contínua e transparente dos compromissos voluntários e outros requisitos obrigatórios no âmbito de reporte de indicadores de gestão climática.

Bosch - Neutralidade carbónica

A Bosch foi a primeira empresa industrial a nível mundial a atingir a neutralidade carbónica, em 2020. A empresa identifica quatro alavancas para apoiar

a sua atuação na próxima década: 1) melhoria da eficiência energética, através, principalmente, da redução do consumo de eletricidade e otimização dos sistemas de gestão; 2) utilização de energias renováveis, como por exemplo através da instalação de sistemas fotovoltaicos; 3) aquisição de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis; em 2020, 83% da eletricidade consumida pelo grupo era energia verde; 4) compensação de emissões através da compra de créditos de carbono, uma solução temporária para compensar as emissões inevitáveis.

Siemens - Redução da pegada de carbono na cadeia de valor

Em 2015, a Siemens comprometeu-se a atingir a neutralidade carbónica até 2030, e definiu como meta reduzir em 50% as suas emissões de carbono até 2020. Esta meta foi ultrapassada pela empresa, que conseguiu reduzir em 54% a pegada de carbono da sua cadeia de valor entre 2015 e 2020.

O compromisso com os SBTi (*Science Based Targets initiative*) realizado em 2019 veio reforçar ainda mais o objetivo de reduzir a pegada carbónica até 2030 nas suas operações (*scopes 1 e 2*) focando-se em:

- 1) Ocupação de edifícios carbono neutro (EP100) e por isso aposta em programas de eficiência energética;
- 2) Utilização exclusiva de energia proveniente de fontes renováveis (RE100);
- 3) Frota de veículos eletrificada (EV100).

Em Portugal, destaca-se, por exemplo, o projeto de tornar o *campus* de Alfragide mais inteligente e resiliente do ponto de vista energético. Assim, além da aplicação da sua tecnologia com vista à redução de consumos e maior eficiência energética foi ainda instalada uma central fotovoltaica e sistema de armazenamento de energia bem como o desenvolvimento de um gêmeo digital da rede elétrica (tecnologia que permite a empresa simular as condições de desempenho das suas soluções em ambiente virtual), a instalação de um sistema de gestão de microrede, e com a aquisição e consumo de energia de origem 100% renovável e renovação da

sua frota.

Um dos temas incluídos nos compromissos da Siemens para a Sustentabilidade é a descarbonização, que abrange também as emissões produzidas pelos seus fornecedores (*scope 3*). A empresa desenvolveu uma ferramenta chamada *Carbon Web Assessment (CWA)* que permite aos seus fornecedores identificar, de entre as suas operações, aquelas com maiores emissões de CO₂ e perceber como podem reduzir essas emissões de forma sustentável. Destaca-se ainda, como uma boa prática, a iniciativa da Siemens de integrar os indicadores associados à *performance* da empresa relativamente às métricas ESG, na sua política de compensação financeira dos membros da Comissão Executiva.

TAP Air Portugal - Iniciativa de Sustentabilidade: Programa de Compensação Voluntária de Emissões de CO₂

A TAP Air Portugal foi, em 2009, a primeira companhia aérea no mundo a lançar um Programa de Compensação de Emissões de CO₂, em parceria com a IATA (*International Air Transport Association*). O programa permite aos clientes compensar as emissões de dióxido de carbono resultantes da sua viagem. Para isso, a TAP disponibiliza a informação relativa ao valor de CO₂ emitido por passageiro em cada voo, assim como o custo da respectiva compensação. O valor resultante do projeto é investido em projetos sustentáveis. Esta medida, à data de 2009, foi relevante pelo seu caráter pioneiro, e por ter vindo a ser seguida por várias operadoras aéreas, até a mais recente notícia de que a JetBlue, nos Estados Unidos, se tornou a primeira companhia aérea a compensar as emissões de todos os seus voos domésticos em 2020. À data do presente relatório, a medida adotada pela TAP em 2009 pode ser considerada *mainstream* por ter sido incorporada por todas as principais companhias aéreas do mundo. Se é certo que a regulamentação - nomeadamente na União Europeia - se tornou mais exigente no que se

refere às emissões do setor da aviação, a verdade é que o exemplo pioneiro e de *first mover* da TAP é bem demonstrativo de como medidas simples promovidas por uma empresa têm, muitas vezes, o poder de alavancar alterações disruptivas nas políticas de toda uma indústria e de incentivar o progresso social e ambiental.

No âmbito das operações de **Logística**, ainda a propósito do ODS#13, e tendo em conta a relevância destas atividades na pegada ecológica, destacam-se dois exemplos:

CTT - Frota Sustentável e Green Deliveries

Associado à procura de soluções sustentáveis e economicamente eficientes, os CTT expandiram a sua frota de veículos alternativos, especialmente de veículos elétricos. A frota conta hoje com cerca de

500 veículos, sendo, assim, uma das menos poluentes de entre as maiores frotas de automóveis de Portugal. Estes veículos são utilizados nas Entregas Verdes (*Green Deliveries*), serviço que permite que os clientes na cidade de Lisboa recebam as encomendas com veículos elétricos CTT. É uma boa prática que clama por expansão. Os CTT contam também com quatro Centros de Distribuição Postal 100% elétricos: dois em Lisboa (Arroios em Junqueira), um na ilha de Porto Santo, na Região Autónoma da Madeira, e um na ilha de Graciosa, na Região Autónoma dos Açores, reforçando assim o compromisso com a sustentabilidade em todo o território nacional. Este projeto é importante, não só por ser um dos projetos com maior dimensão em Portugal em frotas verdes, mas também porque está diretamente ligado ao core da operação desta empresa.



Figura 8.20 –Frota Sustentável - CTT
Fonte: Relatório Integrado 2020 da CTT, p. 42

Soluções logísticas da Volkswagen Autoeuropa: do gigaliner ao uso do serviço ferroviário

A Volkswagen Europa desenvolveu uma solução logística, o “Gigaliner” - um camião de três eixos acoplado a um semi-reboque (unidade independente acoplada ao camião que facilita o processo de escoamento da carga) e a um *dolly* (equipamento que tem por função auxiliar na capacidade de peso do camião) -, que poupa 70 toneladas de CO2 por ano, reduzindo em cerca de 30% as emissões de CO2 na rota servida por este novo modelo de transporte. Esta solução permite reduzir o número de camiões

necessários para o transporte e permite reduzir entre 30% e 40% o tráfego de camiões por semana nesta rota - o que se traduz num efeito direto no ambiente e na estratégia de sustentabilidade e de logística da própria empresa.

Ainda no âmbito da logística, a Volkswagen Autoeuropa, em parceria com a Seat S.A., deu um passo em frente na sua estratégia de descarbonização com um novo serviço ferroviário que liga a fábrica da Seat em Martorell, em Espanha, à fábrica da Volkswagen Autoeuropa, em Palmela. Este serviço tira vantagem do comboio enquanto meio de transporte ecológico, rentável e eficiente, reduzindo as emissões de CO2 em 43%.



Figura 8.21 –Logística a Caminho do Impacto Zero - Volkswagen Autoeuropa
Fonte: [Website](#) da Volkswagen Autoeuropa

Proteção da vida terrestre: as florestas de Portugal



O ODS#15 - Proteger a Vida Terrestre tem como principal objetivo proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres bem como gerir de forma sustentável as florestas, preservando a biodiversidade. Segundo a análise do contexto português, descrita no Capítulo 4.2, destaca-se a clara necessidade de atuação neste ODS e nas suas metas em Portugal.

No tema da preservação das florestas, destacam-se três exemplos:

The Navigator Company - Programa Premium

O *Programa Premium* é um programa de apoio técnico gratuito, destinado aos produtores florestais de eucalipto, quer sejam fornecedores de madeira da Navigator ou não. Realizado em colaboração com o RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta

e Papel, o programa tem como principal objetivo apoiar os proprietários florestais na resolução das suas principais dificuldades associadas à gestão e à exploração do eucalipto. Esse apoio é concretizado de diversas formas, e envolve uma visita inicial de uma equipa que irá ao local fazer um diagnóstico e avaliar a situação para, de seguida, identificar soluções e propor recomendações para a resolução do problema. Isto envolve, por exemplo, a preparação do projeto florestal, a recomendação de técnicas de silvicultura, bem como as boas práticas na realização das operações florestais que minimizem os impactos ambientais e sociais.

O foco do programa é potencializar a gestão sustentável das propriedades, promovendo áreas florestais saudáveis com gestão responsável. O programa não acarreta custos para o proprietário e gera outros benefícios, como a sua aproximação com diferentes entidades do setor florestal, procurando assegurar o acompanhamento regular das áreas para a melhoria contínua da gestão florestal, além de fomentar a certificação do abastecimento de madeira nacional. A proximidade entre diferentes atores do setor é, em si mesma, uma oportunidade de divulgação e dinamização de outros projetos da indústria para a melhoria da gestão florestal, incluindo o aumento da área com gestão certificada.

Esta iniciativa destaca-se, ainda, por tocar o ODS#12, associado à produção e consumo sustentáveis, e, mais especificamente, às metas 12.1, 12.8, 15.1 e 15.2, integrando a Política Florestal e o Roteiro 2030 da empresa, com grande impacto no seu *core business* por se tratar da preservação de recursos naturais necessários para a viabilização do negócio.



Figura 8.22 – Programa Premium Produtos Florestais - The Navigator Company

Fonte: [Website](#) Produtores Florestais

Altri - Projeto B4EST

O projeto B4EST está incorporado no escopo de atividades de I&D da Altri, que faz parte do consórcio financiado pelo Horizon 2020 para estudar a “reprodução adaptativa para florestas produtivas, sustentáveis e resilientes sob as mudanças climáticas”. O objetivo do projeto é fornecer aos produtores, proprietários florestais, gerentes e formuladores de políticas um melhor conhecimento científico para lidar com os problemas causados pelas alterações climáticas e suas consequências, como por exemplo, a maior vulnerabilidade a danos e a doenças, à qual as florestas são expostas, e a redução da saúde e da produtividade florestal.

O B4EST é realizado em conjunto com 18 parceiros de 9 países europeus e integra a estratégia de negócio da Altri no que diz respeito à investigação operacional

na área de produção florestal. O projeto estuda oito espécies de árvores, entre elas o eucalipto (matéria-prima e *core* para o negócio da Altri), para encontrar oportunidades de aumentar a sobrevivência, a saúde, a resiliência e a produtividade da floresta em zonas anteriormente sub-ótimas.

Entre outras atividades no âmbito deste projeto, está instalado um set up com 180 dendrómetros (medidor automático de diâmetros das árvores) em 30 genótipos (parte da constituição genética) diferentes para medir a variação diária do crescimento do diâmetro em que metade deles está com irrigação. As conclusões deste estudo possibilitarão uma melhor compreensão sobre algumas questões desta área de conhecimento e o avanço do estudo em direção ao seu objetivo principal: a promoção de florestas mais resilientes e produtivas.

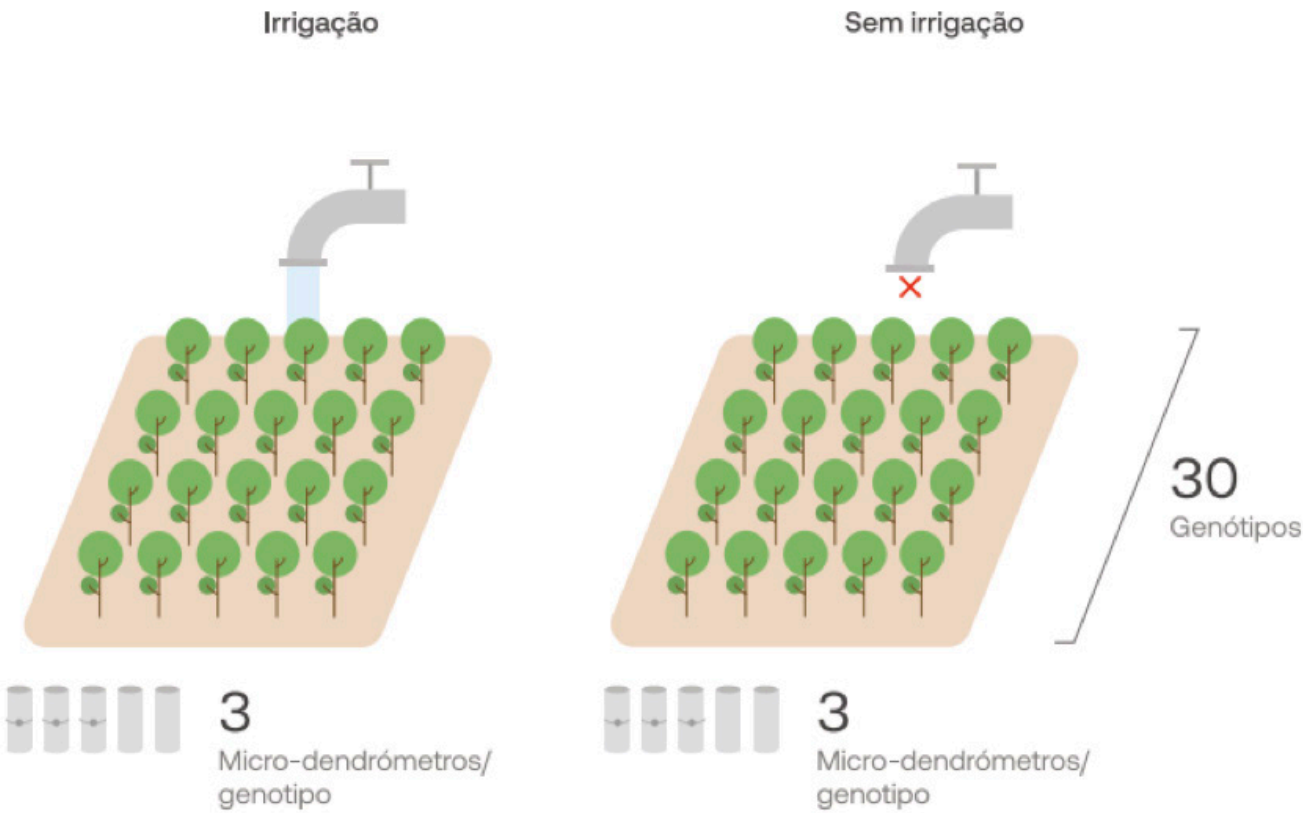


Figura 8.23 –Projeto B4EST - Altri

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Altri, p. 73

Corticeira Amorim - Preservação do Sobreiro

A Corticeira Amorim foi vencedora do Prémio *Best Raw Materials Sustainability Europe 2020*, galardão atribuído pela Capital Finance International (CFI.co). A distinção salienta o papel pioneiro e o compromisso da empresa na preservação do sobreiro, considerado Árvore Nacional de Portugal, e do seu ecossistema. Estando a transformação da cortiça na génese da Corticeira Amorim a conservação do sobreiro, do qual é extraída a principal matéria-prima para a sua atividade, constitui parte fundamental do *core business* da empresa, sendo essencial a sua preservação para a sustentabilidade do negócio.

Preservar o montado de sobreiro e os serviços dos ecossistemas integra um dos pilares estratégicos da empresa, o Pilar Ambiental, e faz parte do seu plano estratégico, “Sustentável por natureza”, até 2030. Esta iniciativa contribui de forma positiva para outros ODS, como o ODS#11, no que diz respeito à conservação do património natural do país, o ODS#12, contribuindo para assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, e o ODS#13, pela importância do sobreiro e do seu ecossistema na regulação do clima.



Figura 8.24–Preservação do Sobreiro - Corticeira Amorim

Fonte: [Website](#) da Corticeira Amorim

Os esforços e ambições da Corticeira Amorim em contribuir para a vitalidade da floresta de sobreiros e disponibilidade de matéria-prima de qualidade fazem parte do **Projeto de Intervenção Florestal** (PIF). O PIF é um projeto desenvolvido pela Corticeira Amorim em parceria com produtores florestais, instituições académicas, científicas e autoridades locais, e possui três áreas fundamentais: 1) Gestão Florestal, com objetivo de fomentar novas plantações e dar apoio técnico aos proprietários nas áreas florestais, 2) I&D Florestal Aplicada, que pretende ser um centro de excelência na investigação do sobreiro e das boas práticas de gestão, e 3) I&D Florestal Fundamental, que se foca em novos métodos de produção de sobreiros mais adaptados aos emergentes cenários climáticos e pragas/doenças.

Promoção de práticas agrícolas sustentáveis



Um dos objetivos do ODS#2 - Erradicar a Fome é a promoção de uma agricultura mais sustentável, que incentive o aumento da produtividade agrícola e a melhoria do rendimento de pequenos produtores, além de garantir a implementação de práticas agrícolas mais resilientes, que ajudem a preservar os

ecossistemas. Este é um dos ODS que mais progresso precisa em Portugal, tendo em conta a necessidade de melhoria na eficiência de produção alimentar e na sua sustentabilidade (ver Capítulo 4.2).

Neste tema, destacam-se Casos Práticos de quatro empresas:

Bayer - Better Life Farming

O ODS#2 faz parte do *core business* e da estratégia central da Bayer. Através da iniciativa *Better Life Farming* - uma parceria de longo-prazo estabelecida entre a Bayer, a IFC (International Finance Corporation) e a Netafim (uma empresa líder mundial em irrigação de precisão). Esta iniciativa desenvolve soluções digitais para pequenos agricultores em países de baixo e médio rendimento, que enfrentam desafios que vão desde a falta de acesso a linhas de crédito, a uma maior vulnerabilidade de exposição às alterações climáticas. A iniciativa *Better Life Farming* envolve participação de diversos *stakeholders* que oferecem diferentes tipos de suporte para os pequenos agricultores, com uma abordagem holística

que vai desde a preparação do solo passando pelo fornecimento de sementes mais resistentes, até aos cuidados específicos durante e após a colheita. A iniciativa promove a criação de *clusters* de pequenos agricultores, que, juntos, gerem o seu próprio centro *Better Life Farming*, onde poderão vender os seus produtos, ter acesso a formações e também formar jovens para trabalhar na agricultura. O objetivo da iniciativa é empoderar os pequenos agricultores e garantir a sua sustentabilidade financeira, garantindo, assim, um impacto a longo prazo nas comunidades.

A Bayer identifica 12 elementos fundamentais para o trabalho no campo, utilizados neste programa e organizados em três áreas de atuação: 1) a criação de soluções digitais e tecnológicas para apoiar o desenvolvimento agrícola, com a finalidade de garantir as colheitas, 2) a redução de perdas e a melhoria da qualidade dos produtos, e 3) e a gestão proativa dos recursos naturais, como, por exemplo, a criação de soluções digitais para a rega gota a gota, e a ativação e desenvolvimento de parcerias estratégicas.



Figura 8.25 – Better Life Farming - Bayer
Fonte: Website da Bayer

Nestlé - Generation Regeneration

Sob o mote *Generation Regeneration*, a Nestlé está a dar os primeiros passos no apoio e promoção de práticas agrícolas regenerativas em Portugal, com foco na transição para um sistema alimentar regenerativo, que visa proteger, renovar e restaurar o ambiente, além de melhorar os meios de subsistência dos agricultores e a resiliência e o bem-estar das comunidades agrícolas. Esta campanha reforça a importância que a empresa dá à sustentabilidade no âmbito de a garantir a resiliência das fontes de recursos utilizados. A iniciativa “É Tempo de Regenerar!” está, portanto, no *core* da empresa, diretamente associada aos esforços do ODS#2 em garantir sistemas sustentáveis e resilientes de produção agrícola.

Pensar Global, agir Local: em Portugal, a Nestlé está a associar-se a agricultores portugueses para trabalhar na implementação de práticas que valorizem e fortaleçam a capacidade dos ecossistemas. Uma das suas ações é garantir que parte do trigo utilizado para produzir a sua farinha láctea é cultivado nos campos do Alentejo, de acordo com as práticas tradicionais que respeitam a natureza local: a terra é fertilizada com os restos da seara anterior; a sementeira e a colheita são realizadas nos meses mais propícios ao desenvolvimento natural da planta, que é regada apenas com a água da chuva. Esta prática distingue-se de outras por ter em consideração o conhecimento do agricultor sobre as especificidades do solo e do clima alentejano e por valorizar o uso de práticas locais para garantir uma gestão mais eficiente dos recursos.



Figura 8.26 – Tempo de Generar - Nestlé
Fonte: Nestlé’s Creating Shared Value and Sustainability Report 2021, p.29



Construção de cidades mais sustentáveis



Aumentar a urbanização sustentável é um dos pressupostos do **ODS#11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**, que procura tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Nesta temática, foram identificadas algumas boas práticas.

Sonae Sierra - Sonae Tech Hub e os serviços de sustentabilidade

Através de uma abordagem holística e integrada, a Sonae Sierra oferece serviços de sustentabilidade que abrangem todo o ciclo de vida de um edifício, oferecendo uma gama de soluções que vão da avaliação e mitigação de riscos, à conceção e implementação da melhor estratégia de sustentabilidade para o negócio, à avaliação

regulatória de sustentabilidade e otimização do uso de recursos. Estes serviços reforçam o *core* do negócio no que diz respeito à conceção e gestão eficaz de edifícios, fundamental para o portefólio de atividades da empresa, que se dedica a servir as necessidades de investidores em imobiliário.

O *Sonae Tech Hub*, edifício da Sonae instalado na Maia que acolhe as áreas tecnológicas do grupo, foi certificado em 2020 como o mais sustentável em Portugal. O *Sonae Tech Hub* foi distinguido com a Certificação LEED - *Leadership in Energy & Environmental Design*, de nível "Platinum", concedida pelo *US Green Building Council*, uma das mais reconhecidas entidades mundiais de certificação de projetos imobiliários. O edifício recebeu a mais elevada pontuação atribuída até hoje a um edifício em Portugal, sendo reconhecido como o edifício construído de raiz mais ecoeficiente no país e um dos 100 melhores a nível mundial. Esta distinção reafirma os compromissos do grupo com a sustentabilidade. Para os elevados níveis de ecoeficiência alcançados contribuíram os princípios ambientais adotados desde a fase inicial do projeto: a arquitetura que privilegia a luz natural, o aproveitamento ou reciclagem dos resíduos de construção, e a aposta em materiais sustentáveis e em equipamentos que registam um desempenho superior a nível ambiental. O *Sonae Tech Hub* tem instalados 570 m2 de painéis solares, que permitem uma redução de 40% nos consumos de eletricidade, iluminação 100% LED de baixo consumo, uso eficiente da água com o aproveitamento de águas pluviais e de um conceito que privilegia um ambiente interior de excelência, nomeadamente ao nível da qualidade do ar e do conforto térmico.



Figura 8.27 – *Sonae Tech Hub* - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede gerido pela Sierragest – Gestão de Fundos, SGOIC, SA
Fonte: [Website](#) da Sonae

Grupo Pestana - Iniciativa de Sustentabilidade: Eco-Resort e Preservação do Património

Ainda no ODS#11, identifica-se o objetivo de fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo. Neste sentido, damos como exemplo as iniciativas do Grupo Pestana, nomeadamente:

A criação do *eco-resort* em Tróia, o Pestana Tróia Eco-Resort, construído sob os princípios-chave de minimizar impacto, utilizar materiais com reduzida pegada ecológica, racionalizar energias e recursos naturais, além de garantir a monitorização ambiental para preservação do ecossistema local. O *eco-resort* destaca-se, portanto, por materializar os esforços do Grupo Pestana com a sustentabilidade, através da integração da construção com o meio ambiente e ecossistema local. Além do ODS#11, esse projeto contribui também para outros ODS, como o #14 e o

#15, no que diz respeito à proteção da biodiversidade terrestre e do ecossistema costeiro.

São ainda de notar os esforços feitos no âmbito da preservação e restauração do património cultural português, com foco na recuperação de edifícios históricos e a sua transformação para serviço ao público. Esta iniciativa materializa-se na marca "Pousadas de Portugal", que se foca em restaurar prédios históricos como mosteiros, castelos, conventos e mansões, e transformá-los em hotéis para servir ao público e incentivar o turismo. Além de contribuir positivamente para a economia local, esta iniciativa permitiu a expansão do *core business* do Grupo Pestana e o crescimento do negócio. Anualmente, são investidos milhões de euros na recuperação e preservação de património classificado para construção de unidades Pestana. Um exemplo é o Palácio Vale Flor, onde desde 2001 está instalado o Pestana Palace Lisbon, um Monumento Nacional de valor cultural para Portugal.



Figura 8.28 – **Pestana Palace Lisbon** - Grupo Pestana
Fonte: [Website Pestana Palace Lisbon](#)

Desenvolvimento de energias alternativas



O ODS#7 tem por finalidade garantir o acesso a fontes de energias fiáveis, sustentáveis e modernas para todos. Incluído nos seus *targets* está o de aumentar substancialmente a parcela de energias renováveis na matriz energética global. Este é um dos ODS com melhor performance em Portugal, como se pode verificar no Capítulo 4.2. Neste contexto, alguns exemplos identificados neste estudo são:

EDP - Parque solar flutuante de Alqueva

A sustentabilidade está incorporada na estratégia da EDP, que vê no ODS#7 dois dos conceitos-chave para a empresa, nomeadamente, o uso de energias renováveis e os princípios de poupança energética. A empresa promove a utilização de fontes de energia renováveis e de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes, tendo recentemente inaugurado o maior parque solar flutuante da Europa, com cerca de 12 mil painéis solares, localizado em Alqueva. A energia produzida poderá abastecer mais de 30% da população nesta região do Alentejo. O projeto destaca-se, também, pelo conceito de hibridização, que permite aliar a energia solar à hídrica da barragem de Alqueva. Além disso, distingue-se pela inovação nos flutuadores que suportam os painéis solares: ao plástico reciclado juntaram-se compósitos de cortiça, solução que resulta de uma parceria com a Corticeira Amorim, e que ajuda a diminuir a pegada de CO2 do projeto em cerca de 30%.



Figura 8.29 – **Central solar flutuante da EDP em Alqueva** - EDP
Fonte: [Website EDP](#)

Promoção e acesso à saúde



No que diz respeito à implementação estratégica do **ODS#3 - Saúde de Qualidade**, que tem por objetivo garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, apresentam-se como exemplos de Boas Práticas:

Brisa - Autoestradas de Portugal - Redução de acidentes rodoviários

A estratégia da Brisa - Autoestradas de Portugal - assenta em três pilares: 1) Parceria para a Agenda da mobilidade; 2) Programa de eficiência; e 3) Modernização da infraestrutura. Dentro do terceiro pilar, destaca-se especificamente o contributo da empresa para o ODS#3, com a meta de reduzir para metade o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários. O compromisso da empresa com este *target* é materializado através dos investimentos que faz em manutenção e modernização das estradas e da sua infraestrutura, além da implementação de sistemas de gestão de tráfego e melhoria dos sistemas de prevenção e

mitigação de acidentes.

Ao otimizar as estradas, a empresa está a melhorar o acesso e a mobilidade dentro do território nacional, o que tem impacto positivo noutros Objetivos da Agenda

de Desenvolvimento Sustentável, como o ODS#10, no que refere a inclusão e coesão territorial, o ODS#11, através da melhoria da segurança rodoviária, e o ODS#17, uma vez que este compromisso assenta no pilar “Parceria para a Agenda de mobilidade”.



Figura 8.30 – Autoestradas - Brisa - Autoestradas de Portugal
Fonte: Relatório Integrado 2021 da Brisa, p. 32

Bayer - Promoção do acesso à saúde feminina

Dentro dos esforços da Bayer de promover acesso à cuidados médicos básicos estão os programas

desenvolvidos com foco na saúde feminina, que procuram garantir às mulheres em situação de vulnerabilidade acesso a métodos modernos de planeamento familiar. A empresa firmou o compromisso de fornecer acesso a contraceptivos modernos a 100 milhões de mulheres em países

de rendimento médio e baixo até 2030. Para isso, tem investido na construção de novas instalações, na expansão da sua capacidade de produção e em novas tecnologias com foco na saúde feminina.

Esta iniciativa contribui para o progresso de diferentes ODS, pois além da promoção da saúde, procura contribuir para a redução das condições de pobreza associadas aos ODS#1 e #2, além de contribuir para o ODS#5, ao permitir às mulheres o planeamento pré-natal.

Este exemplo evidencia como o contributo e compromisso de uma empresa para com um ODS impacta outros objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, promovendo o progresso de várias agendas em simultâneo.

Este caso prático relaciona-se totalmente com o *core business* da Bayer, assentando na sua visão “*Health for all, hunger for none*” e no seu compromisso de promover acesso inclusivo aos cuidados de saúde.



Figura 8.31 – Empoderando mulheres globalmente - Bayer
Fonte: Website da Bayer

Promoção da equidade e inclusão social

no seu **Relatório Nacional Voluntário** -, bem como em torno do ODS#16, que visa promover sociedades e instituições mais sólidas, responsáveis e inclusivas. Neste contexto, evidenciam-se algumas Boas Práticas identificadas, associadas à promoção da Equidade e Inclusão Social:



Muitos esforços têm sido feitos em torno do ODS#5 - Igualdade de Género, e do ODS#10 - Reduzir as desigualdades dentro e entre países - e que foram ambos definidos como ODS prioritários para Portugal,

Fidelidade - Assistência Lar Sénior 70+

A Fidelidade tem uma oferta de serviços de assistência ao domicílio destinada a pessoas com mais de 70 anos, com o objetivo de facilitar e prestar apoio no dia-a-dia. O serviço ganhou particular relevância no contexto pandémico, pelas restrições de mobilidade e pelas questões de segurança a que as pessoas idosas ficaram mais expostas. O ODS#10 reforça a

importância de criar soluções que beneficiem grupos de pessoas que nem sempre são contemplados nas ofertas das empresas. Neste sentido, este projeto destaca-se por impactar de forma positiva esta

parcela da população, e de promover a sua inclusão. Alinha-se ao *core* da empresa por se tratar de uma expansão na sua oferta de serviços que, além de beneficiar positivamente a sociedade, ajudam a crescer seu portfólio.



Teleperformance - A diversidade como um *driver* para performance e inovação

As pessoas são parte estrutural do ADN da Teleperformance e do seu *core business*, que se baseia nas interações que estabelece com os seus clientes. A empresa afirma que “boas interações dependem não apenas da compreensão mútua, mas também da tolerância e aceitação das diferenças.” E é a partir com base nisto que a empresa adota a diversidade como uma característica fundamental para garantir o seu posicionamento estratégico e fortalecer a sua vantagem competitiva.

A Teleperformance dá ênfase a ODS que, por definição, fazem parte da dimensão “social”, como o #1, o #5 e o #10, que são identificados no seu

Relatório Não Financeiro como aqueles para os quais a empresa tem mais capacidade de contribuir. A empresa tem em marcha uma série de iniciativas para promover a diversidade e a inclusão no local de trabalho, adotando uma política holística de promoção da diversidade e inclusão nas vertentes de género, deficiência, orientação sexual, etnia e contexto local. Esta política traduz-se, por exemplo, em *guidelines* para a contratação de novos colaboradores, além de códigos de conduta e criação de uma cultura corporativa integrativa. Apesar de poder ser considerada uma característica *mainstream*, neste caso, essa estratégia destaca-se por ser uma alavanca para melhorar a *performance* e, consequentemente, o desempenho financeiro da empresa, o que beneficia todos os seus *stakeholders*, além de promover progresso social da Agenda 2030.



**VdA - Vieira de Almeida & Associados
- Mobilização e criação de redes**

Além do compromisso com o ODS#5, reforçado recentemente pela adesão ao *UN Women’s Empowerment Principles* e ao *Target Gender Equality*, a VdA destaca-se pelo seu papel na criação de redes, contribuindo para o progresso dos ODS#16 e #17, tornando as instituições mais eficazes, através da promoção de sinergias e mobilização de pessoas e organizações para alavancar impacto, na resposta aos principais desafios sociais e ambientais que enfrentamos atualmente enquanto sociedade.

Neste contexto, entre outras iniciativas relevantes, destaca-se o impulso da VdA na criação da Aliança Pro Bono, uma rede informal de advogados que tem por objetivo consolidar a oferta de apoio jurídico *pro bono* em Portugal e, desta forma, contribuir para mitigar as desigualdades e promover um maior (e melhor) acesso à justiça em Portugal, em particular, por parte daqueles sem recursos para aceder a serviços jurídicos de qualidade. Através

da participação da VdA na Aliança, a VdA contribui positivamente e de forma alinhada com o seu *core business*, para a promoção da justiça, redução das desigualdades e progresso social.

No contexto da Presidência do GRACE — Empresas Responsáveis, a VdA liderou a criação do *Cluster Legal*, que agrega as dez sociedades de advogados que integram aquela rede de empresas, e que em 2020 se juntaram para, entre outros objetivos, partilhar boas práticas e identificar e trabalhar em conjunto em oportunidades de *advocacy* para melhorar legislação em vigor e contribuir para a adoção políticas públicas com impacto positivo no desenvolvimento sustentável. Novamente, uma iniciativa que promove o avanço de diferentes ODS e beneficia a sociedade e a VdA ao permitir a prática das suas atividades com impacto positivo através do trabalho em rede para a promoção do avanço da Agenda 2030.

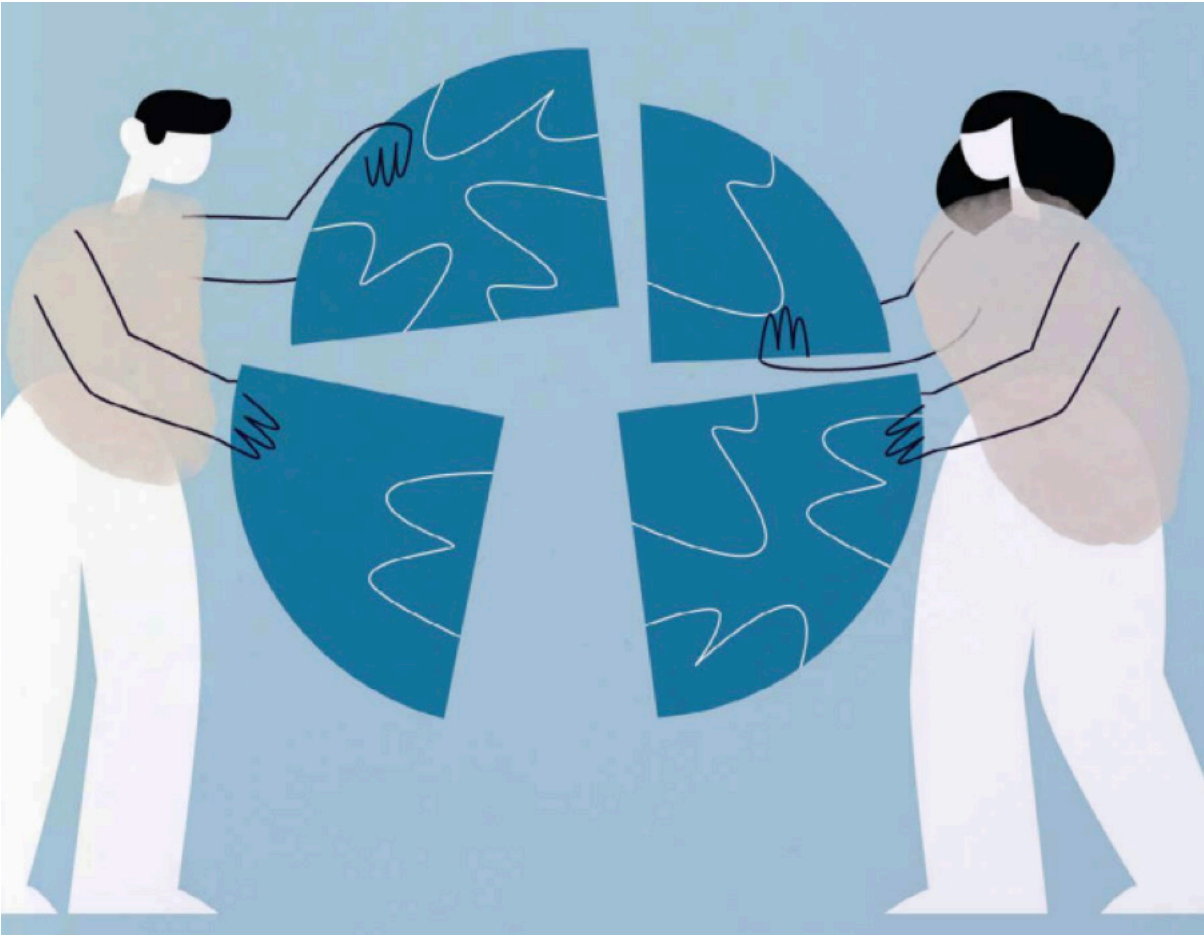


Figura 8.32 – Poder das Parcerias - VdA - Vieira de Almeida & Associados

Fonte: Relatório de Responsabilidade e Sustentabilidade Corporativa 2020 da VdA - Vieira de Almeida & Associados, p. 57

Economia circular e cadeia de valor



ODS#12 - Produção e Consumo Sustentáveis, indica a relevância da economia circular associada à cadeia de valor, destacando a cadeia de fornecedores, bem

como produtos sustentáveis. O ODS#12 tem como principal objetivo garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis, e é identificado como um dos grandes desafios para Portugal.

Águas de Portugal - Telhas Cerâmicas e a Circularidade

Através do projeto Telhas Cerâmicas, a Águas do Douro e Paiva, empresa do Grupo Águas de Portugal promove a circularidade das lamas de clarificação da água, o resíduo produzido em maior quantidade no processo de tratamento da água. A solução encontrada, que surge de parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade Porto e com o

Centro Tecnológico da Cerâmica e Vidro, consiste na transformação das lamas em matéria-prima para a indústria da cerâmica, contribuindo, assim, de forma positiva para a gestão de resíduos e a sua reutilização. O projeto, para além de integrar um dos objetivos estratégicos do grupo AdP - valorizar as lamas de ETA, contribuir para o ODS#12 e associar-se, também, ao ODS#11, ao promover o aumento da urbanização sustentável. Esta iniciativa possui impacto ambiental positivo, ao reduzir a quantidade de resíduos depositados em aterro sanitário, tratando-se de um excelente exemplo prático de Economia Circular diretamente associada a core de operações da Águas de Portugal.



Figura 8.33 – Telhas cerâmicas - Águas de Portugal

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2020 da Águas de Portugal, p. 90

Altri, Auchan, Jerónimo Martins e Sonae MC - Aposta em fornecedores nacionais:

A **Altri**, de modo a promover a sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor, implementou um processo de gestão dos fornecedores que consiste na seleção, monitorização e avaliação dos mesmos. Em 2020, 92% do total de gastos com fornecedores foram despendidos com fornecedores nacionais.

O **Auchan** assume como eixo estratégico da sua marca o apoio à produção local e nacional, tendo implementado durante os períodos de confinamento associados à pandemia COVID-19 a iniciativa *PickUp Local*, que era constituída por um ponto de recolha nas lojas Auchan para que os clientes dos pequenos produtores locais pudessem levantar as suas encomendas. Mais recentemente, foi inaugurado o Plano de Formação para Produtores Locais através do qual estes podem aceder, gratuitamente a formação nas áreas Ambiental, Atendimento, Venda presencial, Inglês, Segurança Alimentar, entre outras. Este acesso processa-se por duas vias: (1) Acesso à plataforma *e-learning* utilizada pelos colaboradores da Auchan Retail Portugal; (2) Participação, em turmas mistas, com colaboradores, em formações do IEFP.

Jerónimo Martins opta por comprar a fornecedores locais sempre que possível, numa estratégia de maximizar a frescura dos produtos e encurtar as distâncias até às lojas e centros de distribuição. Desta forma, reduz-se o custo e as emissões de carbono associadas ao transporte, além de reduzir-se o desperdício alimentar e promover o desenvolvimento económico nas regiões onde está presente.

A empresa segue esta estratégia nos três países onde opera. Em Portugal, 82% das compras são efetuadas a fornecedores nacionais. Adicionalmente, desde 2012, a empresa possui uma medida única de apoio aos pequenos e médios produtores membros da Confederação dos Agricultores de Portugal, antecipando o prazo de pagamento para dez dias, em média. Esta iniciativa contribui também para o ODS#8 - Trabalho Digno.

A **Sonae MC** possui uma rede extensa de fornecedores nacionais, e desenvolve um conjunto de iniciativas para fomentar a criação de uma rede de abastecimento mais transparente e responsável. Um bom exemplo é o Clube de Produtores Continente, que reúne um conjunto alargado de produtores, cuja Declaração para Sustentabilidade, assente em 11 princípios, tem o objetivo de alavancar a transição para um sistema alimentar mais justo e sustentável.

a transição para um sistema alimentar mais justo e sustentável.

Delta Cafés - Iniciativa de Sustentabilidade: parceria com a Nãm Mushroom

A consciencialização da necessidade de preservar o meio ambiente, além do compromisso com a economia circular, que fazem parte do modelo de negócios da Delta, levaram a empresa a desenvolver uma parceria com a startup NÃM. Através de um processo de inovação de transformação, o projeto dá nova vida à borra do café. O processo de preparação de um café utiliza apenas 1% da sua biomassa, sendo os restantes 99% considerados desperdício. Esta borra representa um substrato limpo e rico em nutrientes, que, nesta parceria, é utilizado para a

produção de cogumelos orgânicos e fertilizante natural na Nãm Mushroom, a primeira quinta urbana de Lisboa.

O objetivo do projeto é minimizar o desperdício alimentar e promover a economia circular, contribuindo diretamente para o progresso do ODS#12 e também do ODS#2. Para a Delta, esta parceria permite a diversificação das suas estratégias de sustentabilidade, ampliando o seu portefólio de iniciativas de impacto, especificamente na promoção da circularidade do seu produto core, o café. A redução dos resíduos fecha o ciclo de vida do produto e reduz os efeitos ambientais da empresa, além de produzir valor económico e social através do empreendedorismo.



Figura 8.34 – Ciclo Nãm Mushroom - Delta Cafés e Nãm Mushroom

Fonte: Website da Nãm Mushroom

No âmbito da cadeia de valor associada à inovação, destacam-se as seguinte Boas Práticas:

Accenture - Retailers Sustainability ID

Perante as exigências dos consumidores para a definição de estratégias 100% sustentáveis, a Accenture Portugal, em parceria com a Fraunhofer, criou um Centro de Excelência de Inteligência Artificial (AI Store) para o setor do Retalho com impacto na sustentabilidade, orientado pela inovação. A AI Store desenvolveu iniciativas como a Retailers Sustainability ID, que consiste numa gamification App que pretender quantificar a pegada sustentável do retalhista ao longo de toda a sua cadeia de valor, medindo o impacto causado pelos seus stakeholders, premiando os agentes de mudança com maior contribuição para a descarbonização.

Esta iniciativa permite à Accenture promover novas soluções de sustentabilidade, uma ação alinhada com sua estratégia de Negócio Responsável, que busca promover a sustentabilidade empresarial. Esta iniciativa também gera valor para os parceiros e clientes da empresa, disponibilizando-lhes novas soluções de que podem beneficiar, além de impactar a sociedade através do uso aplicado da tecnologia que oferece soluções que ajudam os retalhistas a terem melhor controlo sobre as suas operações, garantindo assim uma melhor eficiência de gestão. Esta iniciativa impacta diretamente o ODS#9 ao promover a industrialização sustentável e fomentar a inovação.

Unilever FIMA - Fornecimento Sustentável

A Unilever assumiu o compromisso de ter uma cadeia de abastecimento sem desflorestação até 2023. Para isso, está a investir no desenvolvimento de tecnologias como geolocalização, blockchain e IA para construir novas abordagens de monitorização e rastreabilidade das matérias-primas, garantindo que as mesmas venham de comércio justo, que respeita as pessoas e o planeta. Esta iniciativa tem como objetivo garantir que o abastecimento de commodities

como o óleo de palma, o cacau, a soja, entre outros, seja feito de forma justa, valorizando o trabalhador e o meio ambiente, evitando assim o financiamento de atividades ilegais como a desflorestação e a exploração de mão de obra.

Um projeto piloto que visa incrementar a rastreabilidade e a transparência na cadeia de abastecimento mundial de óleo de palma, foi levado a cabo com sucesso, na Indonésia, pela Unilever e a SAP. A empresa usou o GreenToken, tecnologia blockchain da SAP, para rastrear mais de 188 000 toneladas de frutas das palmeiras. A tecnologia capta características ligadas à origem da matéria prima, permitindo que as empresas saibam a percentagem de produtos de óleo de palma que compraram provenientes de origem sustentável. Neste caso, ajudou a Unilever a localizar, verificar e reportar quase em tempo real a origem e o percurso do óleo de palma na sua longa e complexa cadeia de abastecimento, até ao consumidor final.



Figura 8.35 – Proteção das Florestas - Unilever
Fonte: [Website](#) da Unilever FIMA

No âmbito de **produtos com eco-design e inovadores**, evidenciam-se os seguintes Casos Práticos:

Bosch - Sustainable Home and garden

A Bosch desenvolve produtos inovadores que se destacam pela sua relevância e tecnologia e que tangibilizam o compromisso da empresa com a economia circular, um dos seus pilares de atuação estratégica. É o caso do *SmartGrow*, o primeiro sistema de cultivo interno totalmente automatizado que permite o cultivo de 50 tipos diferentes de ervas, saladas e frutos 100% naturais, dentro de casa, sem uso de aditivos ou pesticidas. Todos os materiais usados na produção do *SmartGrow* foram

projetados para a economia circular e apresentam design modular para que possam ser reaproveitados, reprocessados ou reciclados, o que demonstra a preocupação da empresa com o pós-vida do produto. Durante toda a fase de formulação do produto, os potenciais clientes foram auscultados para garantir que as suas exigências fossem atendidas. O produto destaca-se pelo caráter inovador e pela forma como a sustentabilidade foi usada e pensada em todas as etapas da sua criação. Esta inovação tem impacto positivo na sociedade, ao fazer uso de produtos reciclados como matéria-prima, e ao garantir que, no fim de sua vida útil, o produto também possa vir a ser reutilizado, garantindo um *loop* fechado.



Figura 8.36 – SmartGrow - Bosch
Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2021 | destaques, da Bosch, p. 24

Siemens - Robust Eco Design

O *robust Eco Design* integra a abordagem estratégica da Siemens, baseada no DEGREE framework, e refere-se à gestão eficiente de recursos, indicando que o uso consciente de recursos limitados é parte integrante da estrutura da Siemens. O *robust eco design* define um novo padrão para o desenvolvimento de um portfólio ecologicamente correto, cuja principal característica é melhorar o impacto ambiental dos produtos, soluções e serviços da empresa, focado em três compromissos fundamentais: 1) garantir que 100% dos produtos relevantes da Siemens são elaborados com base no *ecodesign*; 2) dissociação entre a produção de novos produtos e soluções, e o consumo de recursos naturais (matérias-primas virgens), aumentando a compra de matérias-primas secundárias (metais e plásticos); 3) garantir

a circularidade através da redução, em 50%, dos resíduos enviados para aterro até 2025, evoluindo para zero resíduos enviados para aterro até 2030.

Este tipo de inovação está no *core* da Siemens, que investe continuamente em atividades de I&D para garantir a sua competitividade no mercado. A empresa, que tem como pilares fundamentais a tecnologia e a inovação, define, no seu Relatório Não Financeiro, o seu propósito como “fornecer inovações que melhorem a qualidade de vida e beneficiem as pessoas em todo o mundo, contribuindo assim para diversos ODS e a implementação das áreas de atuação relacionadas ao portfólio”. Através do *framework* DEGREE a Siemens demonstra o seu compromisso com os ODS e como materializa a sua estratégia para cumprir os objetivos definidos pelas Nações Unidas.

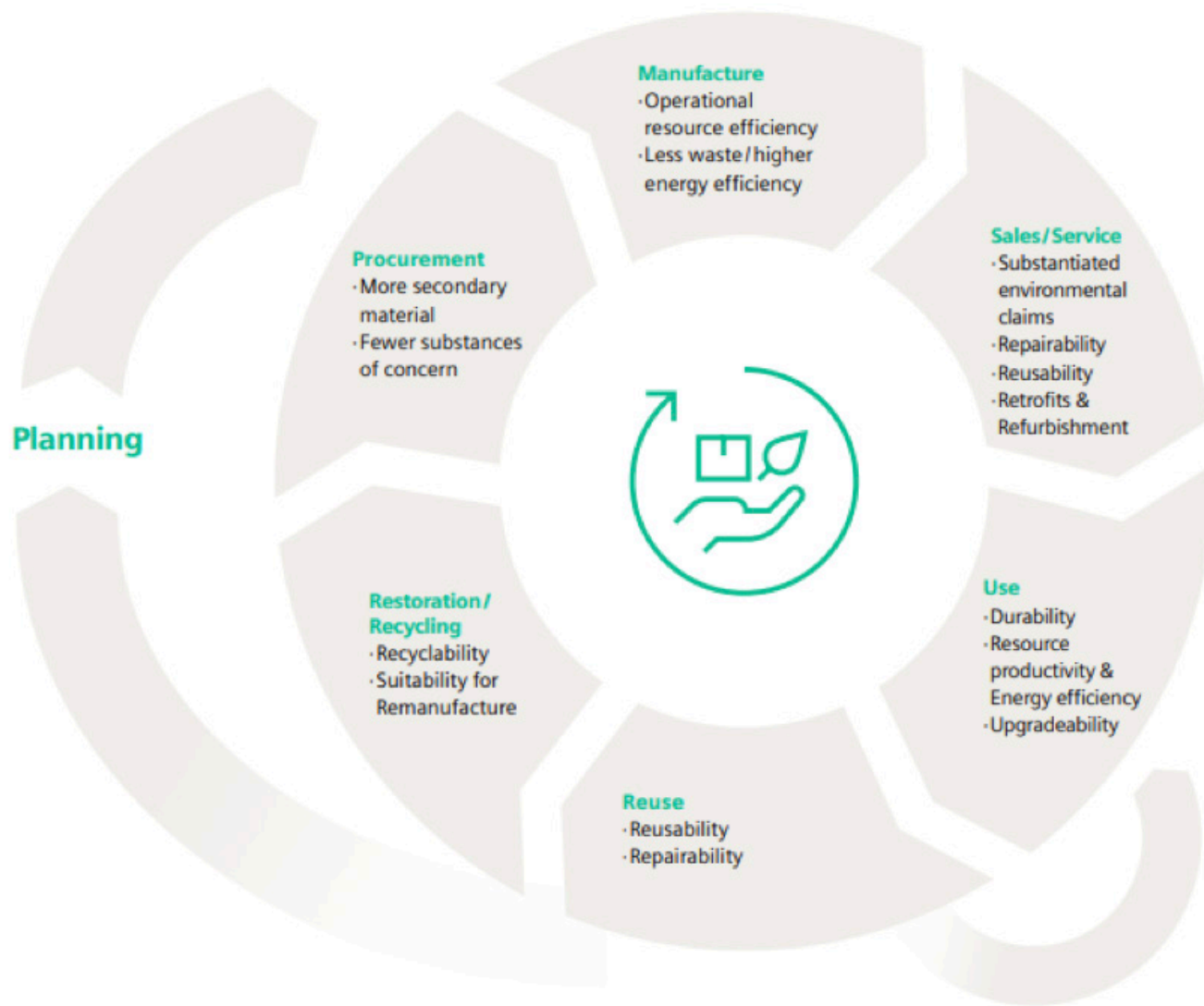


Figura 8.37 – **Robust Eco Design Approach** - Siemens
Fonte: Siemens Sustainability Report 2021, p. 90

Jerónimo Martins - Embalagens com plástico marinho

Nos seus esforços para promover produtos mais circulares, Jerónimo Martins introduziu um novo detergente para a loiça cuja embalagem foi desenvolvida com recurso a plástico retirado do meio marinho. Esta iniciativa faz parte da estratégia da empresa para reduzir o consumo de plástico virgem e para, até 2025, incorporar pelo menos 25% de plástico reciclado nas embalagens dos produtos das suas

marcas próprias. Cada garrafa deste detergente das marcas *Kraft* (na Polónia) e *Ultra Pro* (em Portugal) é feita com 100% de PET reciclado, 11% do qual é proveniente de lixo marinho, e 89% de plástico pós-consumo.

Com este projeto, evita-se a utilização de cerca de 10 toneladas de plástico virgem por ano, e reduz-se a poluição marinha, contribuindo também para o ODS#14 – Proteger a vida marinha.



Figura 8.38 – **Embalagem 100% reciclável Ultra Pro** - Jerónimo Martins
Fonte: Website Pingo Doce

Decathlon-Iniciativa de Sustentabilidade: Eco-Design e Minimal Waste Project

Associado à missão da Decathlon de tornar o prazer e os benefícios do desporto acessíveis a todos, de forma sustentável, a empresa desenvolveu uma abordagem de *ecodesign* que tem em consideração todo o ciclo de vida do produto, e o seu impacto ambiental, em especial, a pegada de carbono. A empresa apresenta, assim, a classificação ambiental nalguns dos seus produtos, a qual permite comparar o impacto de produtos da mesma família, contribuindo para escolhas responsáveis. A empresa já concebeu mais de 1100 produtos seguindo esta metodologia. Esta iniciativa contribui positivamente, tanto para o negócio - ao materializar a sua estratégia de sustentabilidade através da atividade core do seu negócio, a produção de artigos desportivos -, como para a sociedade, ao garantir impacto ambiental reduzido na confecção de artigos e na redução das emissões de carbono.

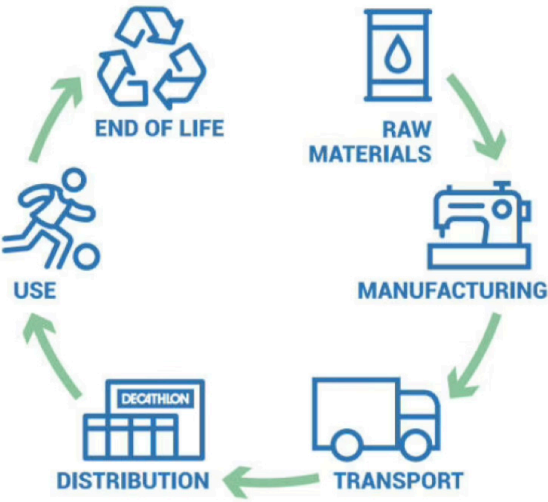


Figura 8.39 – **O Ciclo de Vida de um Produto** - Decathlon
Fonte: Website da Decathlon

Sustentabilidade no setor financeiro



Enquanto um dos principais promotores do desenvolvimento económico, o setor financeiro tem um papel fundamental na estruturação e dinamização de uma economia mais sustentável, seja através da criação de produtos de crédito, linhas de financiamento para projetos indexados, ou gestão de indicadores de sustentabilidade, entre outros. Essas iniciativas alinham-se com (i) o ODS#8, na promoção de um crescimento económico inclusivo e sustentável, bem como no fortalecimento da capacidade das instituições financeiras para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos; (ii) o ODS#9, no que diz respeito ao acesso das empresas ao crédito acessível, além de facilitar a modernização da infraestrutura e apoiar o desenvolvimento tecnológico; e com (iii) o ODS#17, através do fortalecimento da mobilização de recursos internos e da promoção de parcerias multissetoriais.

Neste sentido, evidencia-se o alinhamento das empresas identificadas no setor *Banks & Financial Services* deste estudo, bem como iniciativas e projetos que promovem e que impactam diretamente os ODS.

Os *green bonds* (emissões ou obrigações verdes) caracterizam-se por serem títulos representativos de dívida cujo objetivo é financiar projetos com impacto ambiental positivo. O uso deste instrumento financeiro é, portanto, diretamente associado ao desenvolvimento de projetos bons para o ambiente, o que garante o seu contributo direto para a promoção da Agenda 2030 e o avanço dos ODS.

A **EDP** contribuiu para o pioneirismo da emissão de obrigações verdes em Portugal. Foi o primeiro

emissor português ao emitir a sua primeira obrigação verde em 2018, num montante total de 600 milhões de euros, e foi reconhecida pela *Climate Bond (Green Bond Pioneer Awards 2019)*. Adicionalmente, este tipo de emissões tem contribuído para o reconhecimento da empresa como estando no caminho da descarbonização. Desde então, já emitiu mais de 7,8 mil milhões de obrigações, todas verdes, em linha com a sua estratégia de sustentabilidade. O recurso foi utilizado para financiar e refinarar projetos de tecnologia eólica e solar, conforme estabelecido no *Green Bond Framework* da EDP criado em 2018 para o efeito, que segue os princípios voluntários de emissão de obrigações verdes do *Internacional Capital Market Association* recentemente, em março de 2022, e que a EDP atualizou para *Green Finance Framework*, em alinhamento com os princípios do ICMA 2021, os princípios dos empréstimos verdes 2021 (LMA GLP) e a Taxonomia Europeia. A EDP reporta anualmente aos investidores sobre o modo como o financiamento obtido foi alocado e produz ainda um relatório de impactos dos activos financiados (ou refinanciados) mediante a emissão de obrigações verdes, no seu relatório anual de sustentabilidade.

Em 2019, a **Altri** emitiu a sua primeira *green bond*, em parceria com o BPI. O montante de 50 milhões de euros foi usado para financiar a construção da nova central termoeletrica a biomassa na Figueira da Foz, que visa diminuir a dependência externa e os impactos ambientais negativos da utilização de combustíveis fósseis.

Ambos os projetos impactam positivamente os ODS#7 e #13 ao garantir o financiamento de novas fontes de energia alternativa. São também *core* ao negócio das empresas e garantem a diversificação do seu portefólio e o aumento da sua competitividade no mercado.

A **Sonae Sierra** foi a primeira empresa do setor imobiliário em Portugal a emitir obrigações ligadas à sustentabilidade i.e., as *Sustainability Linked Bonds*. A empresa refinanciou parte da sua dívida corporativa, no montante de cerca de 50 milhões de euros, através da emissão de obrigações indexadas ao seu

desempenho em dois indicadores de sustentabilidade: 1) a redução das emissões de gases com efeito de estufa da empresa, e o 2) aumento da taxa de reciclagem de resíduos nos seus centros comerciais.

Esta iniciativa reforça o compromisso da empresa com a sustentabilidade, fortalecendo a sua estratégia e garantindo impacto positivo no meio ambiente através do seu alinhamento com os ODS#12 e #13.

Boas práticas de parcerias entre as empresas do Observatório **8.5**

As parcerias são essenciais à Agenda 2030, que pressupõe a ação coordenada entre diferentes *stakeholders* para garantir o progresso e a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - como dita o próprio ODS#17. Nesse sentido, são apresentados alguns exemplos de parcerias entre empresas estudadas no Observatório que promovem o avanço da Agenda 2030 através de ação comum.

1º Hospital 5G da NOS e o do Grupo Luz Saúde

No sentido de alavancar um dos pilares da sua estratégia corporativa, "Liderar de forma inequívoca no 5G" e procurar demonstrar a utilização desta nova tecnologia no serviço à comunidade, a NOS estabeleceu inúmeras iniciativas de demonstração nos mais diversos setores da sociedade.

O projeto 1º Hospital 5G, em parceria com o Grupo Luz Saúde, visa mostrar o potencial do 5G em contexto hospitalar, na transformação tecnológica do processo de prestação de cuidados de saúde, baseando-se na conectividade e na ajuda da inteligência artificial. Esta parceria abre portas aos hospitais do futuro, potenciando avanços tecnológicos nos cuidados de saúde e na investigação médica, através de simulações de operações à distância e formação remota para médicos.

O projeto está a ser implementado no Hospital da Luz, em Lisboa. Numa fase inicial, o 5G vai sentir-

se na formação e treino dos profissionais e alunos do hospital, através da utilização de aplicações de realidade virtual e de realidade aumentada para criar novos cenários e ambientes virtuais para formação, diagnóstico e tratamento. As mesmas tecnologias poderão ser utilizadas nos cuidados paliativos do hospital - proporcionando a ligação dos doentes às suas casas e maior proximidade com as suas famílias. O 5G permitirá também uma maior agilidade no funcionamento operacional e técnico do hospital, que se transformará num 'edifício inteligente', cujos sistemas poderão ser monitorizados e comandados à distância, otimizando custos e tempo.

Este projeto realça o *core* do negócio de ambas as empresas, ao fazer uso da tecnologia da NOS para melhorar a prestação dos serviços de saúde oferecidos pela Luz Saúde. As duas empresas fortalecem o seu negócio enquanto geram benefício à sociedade através da atuação em conjunto, contribuindo para o progresso da Agenda 2030.



Figura 8.40 – O 1º Hospital 5G - NOS e Luz Saúde
Fonte: [Website](#) da NOS

Este projeto contribui diretamente para os ODS#3, ODS#9 (um dos ODS definidos como prioritários para Portugal no seu [Relatório Nacional Voluntário](#)), ODS#11 e ODS#17.

Programa ASA - Acreditamos nos Seniores Ativos da JP Sá Couto e da Altice Portugal

A JP Sá Couto e a Altice Portugal foram responsáveis por desenvolver a solução tecnológica do projeto ASA 4.0, da Câmara Municipal de Valongo, um programa de literacia digital para +65 anos. Este projeto tem por objetivo integrar digitalmente a população idosa, melhorando a sua qualidade de vida, e,

consequentemente, combatendo o isolamento social. O Município de Valongo adquiriu 800 *tablets* que foram cedidos temporariamente aos participantes no programa. Os *tablets*, desenvolvidos pelas empresas do Observatório, foram criados especificamente para seniores, permitindo-lhes aceder a aulas *online* e escolher diferentes aplicações (gratuitas) para aceder a notícias, filmes, livros, canais de comunicação, entre outros. De realçar que os beneficiários foram auscultados durante o processo de desenvolvimento para ir ao encontro das exigências do seu público-alvo. Esta parceria toca o *core* das empresas envolvidas, uma vez que se foca na criação de um produto tecnológico para promover a mudança social através da integração digital, promovendo maior inclusão e conectividade.

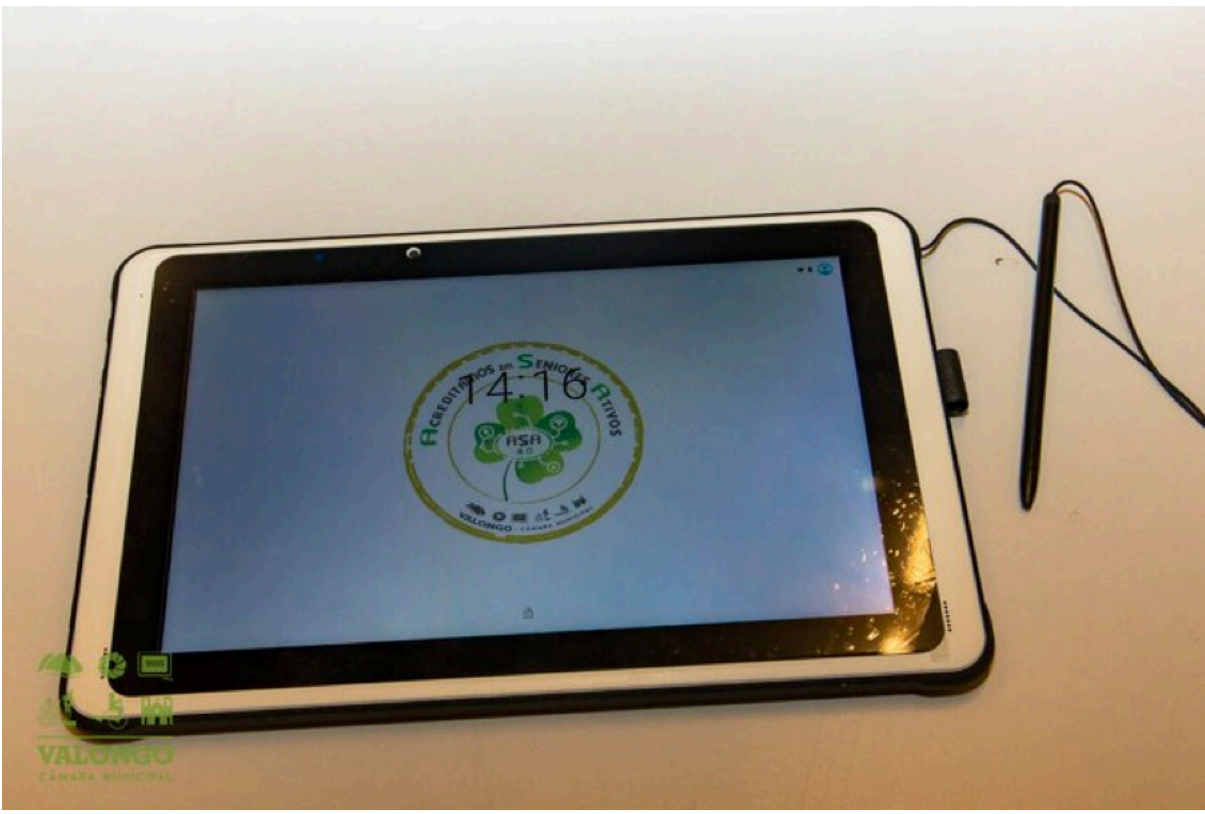


Figura 8.41 – Tablet do Programa ASA - J.P. Sá Couto e Altice Portugal
Fonte: [Website](#) da Câmara Municipal de Valongo

Este projeto contribui diretamente para os ODS#3, ODS#4 (um dos ODS que o país definiu como sendo prioritário), ODS#10 (também prioritário para Portugal) e ODS#17.

O principal objetivo deste Capítulo 8 é apresentar algumas das boas práticas identificadas nas empresas portuguesas estudadas no Observatório

dos ODS nas empresas portuguesas. Este capítulo não é exaustivo. Neste sentido, alguns casos interessantes poderão não ter sido mencionados. Se a sua empresa tiver um caso prático de interesse ou se conhecer algum caso merecedor de partilha, poderá enviá-lo diretamente para a nossa equipa e teremos o maior gosto em analisá-lo.



RELATÓRIO ANUAL 2022

Conclusão



O primeiro Relatório do Observatório dos ODS nas empresas portuguesas oferece uma visão sobre a implementação da Agenda 2030 no mundo, no nosso país e nas empresas portuguesas. Pretende ser o primeiro instrumento de acesso público, entre outros que se seguirão, no cumprimento da missão central deste projeto, que é que é acelerar o contributo do setor privado português para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao longo deste relatório foram exploradas temáticas tão abrangentes como a importância destes objetivos, a sua evolução a nível global e nacional e a sua adoção pelas empresas portuguesas. Concluiu-se essencialmente que as empresas em estudo têm um alinhamento elevado com os princípios de desenvolvimento sustentável preconizados na Agenda 2030. No entanto, há ainda muito caminho a percorrer essencialmente na implementação dos ODS.

Através dos questionários e entrevistas realizados junto de 163 Grandes e Pequenas e Médias empresas portuguesas, foi possível concluir que as motivações do setor privado para o seu envolvimento com os ODS são variadas. Prendem-se com motivações intrínsecas de ter impacto na indústria como líder na sustentabilidade e desenvolver mais negócio, mas também motivações extrínsecas, como o cumprimento da legislação. As principais barreiras identificadas estão associadas à falta de conhecimento sobre os ODS, à sua operacionalização,

ao *report* dos ODS, bem como a falta de recursos para a sua aplicação. Por esta razão, a grande maioria das empresas portuguesas em estudo mencionam “não estar onde gostariam de estar” quando comparam a sua ambição com o nível de implementação dos ODS.

Apesar das Grandes Empresas portuguesas mostrarem um nível de envolvimento com os ODS e *reporting* considerável, o caminho das PMEs portuguesas está ainda no seu início. Esta realidade é também consequência de uma atitude mais ativa das Grandes Empresas face à Agenda 2030, que se espelha num maior alinhamento estratégico, maior comprometimento das Comissões Executivas e CEOs, bem como maior conhecimento dos ODS nestas empresas. Não obstante, a motivação das PMEs para um maior alinhamento com os ODS é clara, apesar da menor pressão legislativa que sofrem estas empresas nestas matérias. Explorar cientificamente esta dicotomia entre Grandes Empresas e PMEs poderá ser um tópico de interesse futuro.

A análise da informação recolhida ao longo deste primeiro ano de projeto permite-nos verificar que, apesar dos diferentes níveis de envolvimento com a Agenda 2030, tanto Grandes Empresas como PMEs têm desafios na implementação dos ODS. Estas conclusões, abrem caminho ao um vasto panorama de trabalho científico e prático, necessário para que os ODS e a sustentabilidade sejam parte integrante das estratégias empresariais no nosso país. É, deste modo, que partimos para um segundo ano de projeto

com a motivação em desenvolver um trabalho cada vez mais estreito com as empresas portuguesas: não só para que sejam líderes de sustentabilidade de Portugal para o Mundo, mas também para que desenvolvam negócios prósperos, na certeza de que a criação de valor para a sociedade é a sua melhor estratégia de negócio.

Em tempos da atual instabilidade e incerteza quanto ao futuro da economia e da geopolítica mundial, as empresas enfrentarão, certamente, desafios inesperados. Adicionalmente, a evidência de que a exploração natural dos recursos tem limites, abre portas a novas formas de viver e novas formas de gestão empresarial. É nestes tempos desafiantes que os líderes se destacam pela sua capacidade de sonhar e concretizar um mundo melhor, que todos ambicionamos alcançar. Este mundo melhor, onde ninguém é deixado para trás, onde as empresas prosperam em harmonia com a sociedade (ODS#8 e #9), onde todos somos iguais perante a lei, respeitando a dignidade individual (ODS#10), onde respeitamos o planeta e tudo o que nele existe (ODS#13, #14, #15), está já traçado na Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, acordada entre países, empresas e sociedade civil, em setembro de 2015.

Por este motivo, a Agenda dos ODS é uma agenda global para a humanidade. Baseia-se em princípios acordados entre todos e permite que as liberdades individuais sejam respeitadas, que a governação sirva os cidadãos, que os negócios sejam financeiramente saudáveis e criem valor, ao mesmo tempo que são alavancados os princípios basilares de uma sociedade próspera e justa. Desta forma, o Observatório dos ODS nas empresas portuguesas assume o compromisso de trabalhar em conjunto com as empresas portuguesas para que estas possam ambicionar uma gestão com propósito, alinhada com os princípios do desenvolvimento humano sustentável.

Para tal, o Observatório assegurará a continuidade deste estudo e prestará um apoio prático e efetivo às empresas portuguesas no caminho do desenvolvimento sustentável. Esperando que este primeiro passo lhes seja útil e instrutivo, contamos com todos, rumo a um futuro onde as empresas possam ser líderes responsáveis, numa sociedade em que todos tenhamos orgulho em viver!



OBSERVATÓRIO ODS

NAS EMPRESAS PORTUGUESAS